Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Preferenciais de Emissão da Saraiva S.A. Livreiros Editores

Saraiva S.A. Livreiros Editores
Companhia Aberta - CVM nº 01047-2
CNPJ nº 60.500.139/0001-26 - NIRE nº 3530002530-0
Av. Marques de São Vicente n° 1.697, São Paulo – SP
Código ISIN: BRSLEDACNPR7

8.299.965 Ações
Valor da Distribuição: R$ 182.599.230,00

A Saraiva S.A. Livreiros Editores ("Companhia"), Jorge Eduardo Saraiva, Maria Eugênia Saraiva Mendes Gonçalves, Maria Sylvia Saraiva Mendes Gonçalves, Maria Helena Saraiva, Olga Maria Barbosa Saraiva, Ruy Mendes Gonçalves, IP Participações Fundo de Investimento em Ações, IP Participações Institucional Fundo de Investimento em Ações, Banesprev Mais Valor Ações Fundo de Investimento, Hatteras LLC, IP-Green Fundo de Investimento em Ações Previdenciário, IP Seleção Fundo de Investimento em Ações, Samambaia V Fundo de Investimento em Ações e *International Finance Corporation* ("*IFC*") ("Acionistas Vendedores") estão ofertando em conjunto 8.299.965 ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), sendo 3.000.000 de Ações emitidas pela Companhia e 5.299.965 Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, por meio de uma oferta pública de distribuição primária e secundária a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, nos termos da Instrução CVM 400. Do total das Ações objeto da oferta, (i) 6.946.946 Ações serão colocadas no Brasil, por meio de instituições financeiras lideradas pelo Banco Santander Brasil S.A. ("Coordenador Líder") e pelo Banco Pactual S.A. (em conjunto com o Coordenador Líder, os "Coordenadores da Oferta Brasileira"), em conformidade com os procedimentos estabelecidos na Instrução CVM 400, por meio de distribuição em mercado de balcão não-organizado a ser realizada no Brasil e, ainda, com esforços de venda no exterior, por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional, Banco Central do Brasil e CVM, com base nas isenções de registro previstas na Regra 144A e no Regulamento S, ambos no âmbito do *Securities Act*, dos Estados Unidos da América ("Oferta Brasileira"), e (ii) 1.353.019 Ações serão colocadas, no exterior, com base nas isenções de registro previstas na Regra 144A e no Regulamento S, ambos no âmbito do *Securities Act*, dos Estados Unidos da América, sob a forma de 1.353.019 *Global Depositary Shares* ("*GDSs*"), representadas por *Global Depositary Receipts* ("*GDRs*") ("Oferta Internacional", e em conjunto com a Oferta Brasileira, a "Oferta Global"), por meio de instituições financeiras coordenadas por *Santander Investment Securities Inc.* e por *Pactual Capital Corporation* (em conjunto com *Santander Investment Securities Inc.*, "Coordenadores da Oferta Internacional"). Cada *GDS* representa uma Ação.

A quantidade inicialmente ofertada poderá, ainda, ser acrescida de um lote suplementar de até 1.199.994 Ações, representando 15% das Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Global ("Ações do Lote Suplementar"), conforme opção outorgada pelos Fundos Geridos pela IP (conforme definidos neste Prospecto), proporcionalmente, ao Coordenador Líder, a ser por este exercida no prazo de até 30 dias contados da data de publicação do Anúncio de Início, para atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado pelos Coordenadores da Oferta Brasileira no decorrer da Oferta Global, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas. Sem prejuízo das Ações do Lote Suplementar, a quantidade de 7.999.965 Ações inicialmente ofertada no âmbito da Oferta Global foi, a critério dos Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta Global, aumentada em 300.000 Ações, representando 3,75% do total das Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Global, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º da Instrução CVM 400 ("Ações Adicionais"), de titularidade da *IFC*, totalizando 8.299.965 Ações.

O preço por Ação foi fixado após a conclusão do Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento realizado pelos Coordenadores da Oferta Brasileira e Coordenadores da Oferta Internacional.

	Preço (R$)	**Comissões (R$)**	**Recursos Líquidos[1] (R$)**
Por Ação	22,00	0,81	21,19
Por *GDS*	22,00	0,81	21,19

[1] Sem dedução das despesas da Oferta Global.

A autorização para o aumento do capital da Companhia, a realização da distribuição primária, a possibilidade de realização do Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento e a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das ações da distribuição primária por ocasião da Oferta Global foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 09 de março de 2006, conforme ata publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Gazeta Mercantil – Região de São Paulo em 17 de março de 2006. A autorização para a alienação das Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores que são fundos de investimento e da *IFC* na distribuição secundária, bem como os termos e condições da Oferta Global, foram aprovados nos termos de seus regulamentos e atos societários, respectivamente. O Preço de Distribuição e o aumento de capital da Companhia foram aprovados, antes da concessão do registro da Oferta Global pela CVM, na reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 11 de abril de 2006, conforme ata a ser publicada no jornal Gazeta Mercantil – Região de São Paulo em 12 de abril de 2006 e no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 13 de abril de 2006, após a conclusão do Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento, conduzido, no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta Brasileira, nos termos do artigo 44 da Instrução CVM 400, e, no exterior, pelos Coordenadores da Oferta Internacional. A autorização do Preço de Distribuição pelos Acionistas Vendedores que são fundos de investimento e pela *IFC* foi aprovada nos termos de seus regulamentos e atos societários, respectivamente. Registro da presente Oferta Global na CVM: Oferta Primária: CVM/SRE/REM/2006/011, em 12 de abril de 2006 e Oferta Secundária: CVM/SRE/SEC/2006/012, em 12 de abril de 2006. As ações preferenciais de emissão da Companhia encontram-se listadas no Nível 2 de Governança Corporativa da BOVESPA desde 07 de abril de 2006 e são negociadas sob o código: "SLED4".

Os administradores da Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder declaram que, até onde têm conhecimento, as informações contidas no Prospecto Definitivo correspondem à realidade e não omitem nada capaz de afetar a importância de tais informações.

Este Prospecto não deve ser considerado uma recomendação de compra das Ações. Ao adquirir as Ações, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação sobre a Companhia, seus negócios e atividades. Os investidores devem ler a Seção "VI. Fatores de Risco" nas páginas 40 a 46 deste Prospecto para discussão de certos fatores de risco que devem ser considerados com relação à aquisição das Ações.

"O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia da veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade da Companhia, bem como sobre as ações a serem distribuídas."

"A presente oferta pública foi elaborada de acordo com as disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, aprovado em Assembléia Geral da ANBID, e parte integrante da ata registrada no 4º Ofício de Registro de Pessoas Jurídicas da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o nº 510718, atendendo, assim, a presente oferta pública, aos padrões mínimos de informação contidos no código, não cabendo à ANBID qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das instituições participantes e dos valores mobiliários objeto da oferta pública."

Coordenadores da Oferta Brasileira

Coordenador Líder

A data deste Prospecto Definitivo é 12 de abril de 2006.

[Página intencionalmente deixada em branco]

Índice

I. GLOSSÁRIO, ABREVIATURAS E TERMOS DEFINIDOS 5
II. SUMÁRIO DA COMPANHIA 13
III. INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA GLOBAL 25
IV. IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES 38
V. INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA 40
VI. FATORES DE RISCO 41
VII. DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES PROSPECTIVAS 48
VIII. APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E OUTRAS INFORMAÇÕES 49
IX. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS 55
X. CAPITALIZAÇÃO 56
XI. DILUIÇÃO 57
XII. INFORMAÇÕES SOBRE O MERCADO 58
XIII. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E OPERACIONAIS SELECIONADAS 63
XIV. ANÁLISE E DISCUSSÃO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E OS RESULTADOS OPERACIONAIS 69
XV. VISÃO GERAL DO SETOR 98
XVI. NOSSAS ATIVIDADES 104
XVII. ADMINISTRAÇÃO 129
XVIII. PRINCIPAIS ACIONISTAS E ACIONISTAS VENDEDORES 133
XIX. OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS 136
XX. DESCRIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL 137
XXI. DIVIDENDOS E POLÍTICA DE DIVIDENDOS 148
XXII. PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA 153
ANEXOS 161

ANEXOS

A	Estatuto Social	163
B	Declarações da Companhia, do Acionista Controlador, dos Acionistas Vendedores e do Coordenador Líder, de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400	186
C	Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 09 de Março de 2006, aprovando a Oferta e Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 11 de abril de 2006, aprovando o Preço de Distribuição e aumento de capital.	215
D	Demonstrações Financeiras Trianuais Referentes aos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2005, de 2004 e de 2003 e Parecer dos Auditores Independentes	219
E	Informações Anuais – IAN 2005	244

[Página intencionalmente deixada em branco]

I. GLOSSÁRIO, ABREVIATURAS E TERMOS DEFINIDOS

Neste Prospecto, utilizamos os termos "nós" e "nosso" para nos referirmos à Saraiva S.A. Livreiros Editores e sua subsidiária Livraria e Papelaria Saraiva S.A., exceto quando o contexto requerer outra definição.

Para fins do presente Prospecto, os termos indicados abaixo terão os significados a eles atribuídos nesta seção, salvo referência diversa neste Prospecto.

Acionista Controlador	Jorge Eduardo Saraiva.
Acionistas Vendedores	Jorge Eduardo Saraiva, Maria Eugênia Saraiva Mendes Gonçalves, Maria Sylvia Saraiva Mendes Gonçalves, Maria Helena Saraiva, Olga Maria Barbosa Saraiva, Ruy Mendes Gonçalves, IP Participações Fundo de Investimento em Ações, IP Participações Institucional Fundo de Investimento em Ações, Banesprev Mais Valor Ações Fundo de Investimento, Hatteras LLC, IP-Green Fundo de Investimento em Ações Previdenciário, IP Seleção Fundo de Investimento em Ações, Samambaia V Fundo de Investimento em Ações e *IFC*.
Ações Adicionais	Sem prejuízo das Ações do Lote Suplementar, a quantidade de 7.999.965 Ações inicialmente ofertada no âmbito da Oferta Global foi, a critério dos Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta Global, aumentada em 300.000 Ações, representando 3,75% do total das Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Global, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º da Instrução CVM 400, de titularidade da *IFC*, totalizando 8.299.965 Ações.
Ações do Lote Suplementar	Até 1.199.994 Ações equivalentes a até 15% das Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Global, sendo que, salvo se disposto de maneira diversa, as referências às Ações serão também referência às Ações do Lote Suplementar.
Ações ou Ações Preferenciais	Ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames.
ADRs	*American Depositary Receipts.*
Agentes de Colocação	*Santander Investment Securities Inc. e Pactual Capital Corporation*.
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento.
Anúncio de Encerramento	Anúncio informando acerca do resultado final da Oferta Global, a ser publicado pelos Coordenadores da Oferta Brasileira, pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores nos termos da Instrução CVM 400.
Anúncio de Início	Anúncio informando acerca do início do Período de Distribuição das Ações Preferenciais, publicado pelos Coordenadores da Oferta Brasileira, pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, nos termos da Instrução CVM 400.
Aviso ao Mercado	Comunicado publicado em 22 de março de 2006, informando acerca de determinados termos e condições da Oferta Global, incluindo os relacionados ao recebimento de Pedidos de Reserva durante o Período de Reserva, em conformidade com o artigo 53 da Instrução CVM 400.

BACEN ou Banco Central	Banco Central do Brasil.
Banco Pactual ou Pactual	Banco Pactual S.A.
Banco Santander ou Santander	Banco Santander Brasil S.A.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
BTN	Bônus do Tesouro Nacional.
CAGR	*Compound Annual Growth Rate*. Taxa de crescimento anual composta.
CBL	Câmara Brasileira do Livro.
CBLC	Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia.
CDI	Certificado de Depósito Interbancário.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
Código Civil	Código Civil, introduzido pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.
COFINS	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social.
Companhia ou Editora	Saraiva S.A. Livreiros Editores.
Conselheiro Independente	O membro do Conselho de Administração que (i) não tenha qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação no capital, (ii) não seja Acionista Controlador (conforme definido no Regulamento do Nível 2), cônjuge ou parente até o segundo grau daquele, ou não seja ou não tenha sido, nos últimos três anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição), (iii) não tenha sido, nos últimos três anos, empregado ou diretor da Companhia, ou empregado ou diretor do Acionista Controlador ou de sociedade que seja controlada pela Companhia, (iv) não seja fornecedor ou comprador, direto ou indireto, dos serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência, (v) não seja funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos da Companhia, (vi) não seja cônjuge ou parente até o segundo grau de qualquer administrador da Companhia, e (vii) não receba outra remuneração da Companhia, além da remuneração de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição).
Constituição Federal	Constituição da República Federativa do Brasil.
Contrato de Adesão ao Nível 2	Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2, celebrado entre, de um lado, a BOVESPA, e, de outro, a Companhia, seus administradores e o Acionista Controlador, contendo obrigações relativas ao Regulamento do Nível 2, em 20 de março de 2006.
Contrato de Distribuição	Instrumento Particular de Contrato de Distribuição de Ações Preferenciais

	de Emissão da Saraiva S.A. Livreiros Editores celebrado em 11 de abril de 2006 entre a Companhia, o Acionista Controlador, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta Brasileira e a CBLC, na qualidade de interveniente-anuente.
Contrato de Estabilização	Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço das Ações Preferenciais de Emissão da Saraiva S.A. Livreiros Editores celebrado em 11 de abril de 2006 entre a Companhia, o Acionista Controlador, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta Brasileira e a Santander Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.
Coordenador Líder	Santander.
Coordenadores da Oferta Brasileira	Santander e Pactual, considerados em conjunto.
Coordenadores da Oferta Internacional	*Santander Investment Securities Inc.* e *Pactual Capital Corporation*, considerados em conjunto.
COPOM	Comitê de Política Monetária.
Corretoras Consorciadas	Denominação atribuída às sociedades corretoras membros da BOVESPA, subcontratadas pelos Coordenadores da Oferta Brasileira em nome da Companhia e dos Acionistas Vendedores, para fazer parte do esforço de colocação das Ações exclusivamente aos Investidores Não-Institucionais.
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Deloitte	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.
Dívida Bruta	Dívida bruta é a soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo.
Dívida Líquida	Dívida líquida é a soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, subtraídas as disponibilidades.
Dividend yield	É calculado com base na remuneração aos acionistas paga por ações dividida pelo preço médio por ação.
Dólar, dólares ou US$	Moeda oficial dos Estados Unidos da América.
EBITDA Ajustado	*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*. É o lucro líquido (prejuízo) adicionado das despesas financeiras líquidas, da depreciação e da amortização, do resultado não operacional, do imposto de renda e CSLL, de participações/contribuições estatutárias e da reversão de juros sobre o capital próprio. O EBITDA Ajustado não é uma linha de demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Brasileiras e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional ou para o fluxo de caixa ou, ainda, como indicador de liquidez. O EBITDA Ajustado não tem uma definição única e a definição pode não ser comparável ao EBITDA Ajustado utilizado por outras companhias.
Estatuto Social	Estatuto Social da Companhia.

FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
FGV	Fundação Getulio Vargas.
FINEM	Financiamento a Empreendimentos. Linha de financiamento oferecida pelo BNDES.
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
FUNDEB	Fundo para Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação.
FUNDEF	Fundo para o Desenvolvimento do Ensino Fundamental.
Fundos Geridos pela IP	IP Participações Fundo de Investimento em Ações, IP Participações Institucional Fundo de Investimento em Ações, Banesprev Mais Valor Ações Fundo de Investimento, Hatteras LLC, IP-Green Fundo de Investimento em Ações Previdenciário, IP Seleção Fundo de Investimento em Ações e Samambaia V Fundo de Investimento em Ações.
GDRs	*Global Depositary Receipts.*
GDSs	*Global Depositary Shares*, representativas de uma Ação da Companhia.
Governo Federal	Governo da República Federativa do Brasil.
Grupo Saraiva	A Editora e a Livraria, consideradas em conjunto.
GVA®	Gerenciamento de Valor ao Acionista. Ferramenta de gestão desenvolvida pelo *Boston Consulting Group* e Fundação Getulio Vargas.
IBGC	Instituto Brasileiro de Práticas de Governança Corporativa.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IBOVESPA	Índice da Bolsa de Valores de São Paulo, que mede as variações dos preços das ações das companhias mais negociadas da BOVESPA.
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.
IFC	*International Finance Corporation*.
IGP-M	Índice Geral de Preços de Mercado. Índice de inflação medido e divulgado pela FGV.
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor. Índice de inflação medido e divulgado pelo IBGE.
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial.
Instituições Participantes da Oferta Brasileira	Os Coordenadores da Oferta Brasileira e as Corretoras Consorciadas, considerados em conjunto.

Instrução CVM 325	Instrução da CVM nº 325, de 27 de janeiro de 2000, e alterações posteriores.
Instrução CVM 358	Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, e alterações posteriores.
Instrução CVM 400	Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003.
International Agency and Purchase Agreement	Contrato celebrado entre os Agentes de Colocação, a Companhia, o Acionista Controlador, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta Internacional, na data deste Prospecto Definitivo.
Investidores Institucionais	Pessoas físicas e jurídicas cujas ordens específicas referentes a valores de investimento excedam o limite máximo de R$ 300.000,00, fundos de investimentos, clubes de investimento registrados na BOVESPA, carteiras administradas, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BOVESPA, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização e determinados investidores residentes no exterior que invistam no Brasil segundo as normas da Resolução nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, do Conselho Monetário Nacional e da Instrução da CVM nº 325, de 27 de janeiro de 2000, e alterações posteriores.
Investidores Não-Institucionais	Pessoas físicas e jurídicas residentes e domiciliadas no Brasil que não sejam consideradas Investidores Institucionais e clubes de investimento registrados na BOVESPA que tenham aderido à Oferta de Varejo e cujo investimento individual observe os limites mínimo e máximo de R$ 1.000,00 e R$ 300.000,00, respectivamente.
IP	Investidor Profissional Gestão de Recursos Ltda.
IPC	Índice de Preços ao Consumidor. Índice de inflação medido e divulgado pelo IBGE.
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Ampliado. Índice de inflação medido e divulgado pelo IBGE.
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica.
IRRF	Imposto de Renda Retido na Fonte.
JECs	Juizados Especiais Cíveis criados pela Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, competentes para conciliação, processo e julgamento de causas cíveis de menor complexidade, incluindo, dentre outras, causas cujo valor não exceda 40 vezes o salário mínimo vigente no País.
KPMG	KPMG Auditores Independentes.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores.
Lei do Mercado de Valores Mobiliários	Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, e alterações posteriores.
LIBOR	*London Interbank Offered Rate*. Taxa interbancária de Londres, aplicável ao mercado interbancário internacional de curto prazo.

Livraria	Livraria e Papelaria Saraiva S.A.
Livros de Administração, Economia e Contabilidade	Livros-texto destinados a estudantes e profissionais de economia, administração e contabilidade.
Livros de Interesse Geral	Livros destinados a um público consumidor amplo, correspondendo a todos os livros editados e vendidos pela Editora que não se enquadrem nas demais categorias de livros aqui definidas.
Livros Didáticos	Livros escolares destinados ao ensino fundamental e ao ensino médio no Brasil.
Livros Jurídicos	Livros destinados a estudantes e profissionais do direito.
Livros Paradidáticos	Livros de literatura destinados ao público infanto-juvenil dos ensinos fundamental e médio no Brasil.
Lojas Físicas	Lojas Tradicionais e *Mega Stores*, consideradas em conjunto.
Lojas Tradicionais	Lojas da Livraria que possuem áreas de vendas de 110m^2 a 480m^2 e oferecem até 26 mil itens cadastrados, dentre os quais livros e artigos de papelaria.
MEC	Ministério da Educação.
Mega Stores	Lojas da Livraria que possuem áreas de vendas de 460m^2 a 1.800m^2 e oferecem até 54 mil itens cadastrados, nas categorias livros, CDs, DVDs, periódicos, *softwares* de multimídia, artigos de papelaria, eletrônicos e brinquedos educativos.
Nível 2 ou Nível 2 de Governança Corporativa	Segmento especial de negociação de valores mobiliários da BOVESPA.
NYSE	*New York Stock Exchange*, a bolsa de valores de Nova Iorque.
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil.
Oferta Brasileira	Oferta pública de distribuição primária e secundária de Ações no Brasil, em mercado de balcão não-organizado e, ainda, com esforços de venda no exterior, por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, BACEN e CVM, em conformidade com o disposto nas isenções de registro previstas na Regra 144A e no Regulamento S, ambos no âmbito do *Securities Act*.
Oferta de Varejo	Distribuição de Ações direcionada a Investidores Não-Institucionais.
Oferta Global ou Oferta	Oferta Brasileira e Oferta Internacional, consideradas em conjunto.
Oferta Institucional	Distribuição de Ações direcionada a Investidores Institucionais.
Oferta Internacional	Distribuição de Ações, sob a forma de *GDSs*, colocadas no exterior com base nas isenções de registro previstas na Regra 144A e no Regulamento S, ambos no âmbito do *Securities Act*.
Opção de Lote Suplementar	Opção outorgada pelos Fundos Geridos pela IP, proporcionalmente, ao Coordenador Líder para a distribuição de um lote suplementar de até

	1.199.994 Ações, equivalente a 15% das Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Global, as quais serão destinadas exclusivamente a atender a um eventual excesso de demanda que vier a ser constatado no decorrer da Oferta Global pelos Coordenadores da Oferta Brasileira, a ser exercida pelo Coordenador Líder no prazo de até 30 dias, a contar da data de publicação do Anúncio de Início.
Pay-Out Ratio	Corresponde à razão entre a remuneração paga aos acionistas, incluindo dividendos e juros sobre o capital próprio, e o lucro líquido registrado no período.
Pedido de Reserva	Formulário específico para a realização de reservas de Ações pelos Investidores Não-Institucionais.
Período de Reserva	O período de 29 de março de 2006 a 07 de abril de 2006, inclusive, para os Investidores Não-Institucionais efetuarem seus Pedidos de Reserva.
PIB	Produto Interno Bruto.
PIS	Programa de Integração Social.
Plano Real	Plano econômico do Governo Federal que introduziu o Real como a moeda de curso legal obrigatório no Brasil, em julho de 1994.
PNBE	Programa Nacional Biblioteca da Escola.
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático.
PNLEM	Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio.
Portal SaraivaJur ou SaraivaJur	*Website* da Editora que oferece aos seus visitantes e aos clientes da Editora a possibilidade de aquisição de produtos jurídicos informatizados, serviços como agenda de eventos da comunidade jurídica, informações sobre concursos, artigos de doutrina, classificados, atualização de códigos, *clipping*, ementas de publicações selecionadas do Diário Oficial da União e informações do catálogo de livros jurídicos da Editora.
Portal SaraivaUni ou SaraivaUni	*Website* da Editora que oferece aos professores universitários cadastrados das áreas de administração, economia e contabilidade material de apoio ao conteúdo dos livros por ela editados e serviços correlatos.
Práticas Contábeis Brasileiras	As práticas adotadas no Brasil, emanadas da Lei das Sociedades por Ações, das normas e regulamentos da CVM e das normas de contabilidade adotadas pelo IBRACON.
Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento	Processo de fixação do Preço de Distribuição, conforme previsto no artigo 44 da Instrução CVM 400.
Prospecto ou Prospecto Definitivo	O presente Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Preferenciais de Emissão da Saraiva S.A. Livreiros Editores.
Prospecto Preliminar	O Prospecto Preliminar de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Preferenciais de Emissão da Saraiva S.A. Livreiros Editores, de 22 de março de 2006.
Real, reais ou R$	Moeda corrente no Brasil.

Regra 144A	*Rule 144A* no âmbito do *Securities Act* de *1933*, e alterações posteriores, dos Estados Unidos da América.
Regulamento de Arbitragem	Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado da BOVESPA.
Regulamento do Nível 2 de Governança Corporativa, ou Regulamento do Nível 2	Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 editado pela BOVESPA, que disciplina os requisitos para negociação de valores mobiliários de companhias abertas no Nível 2 de Governança Corporativa, estabelecendo regras de listagem diferenciadas para essas companhias, seus administradores e seu acionista controlador.
Regulamento S	*Regulation S* no âmbito do *Securities Act* de *1933*, e alterações posteriores, dos Estados Unidos da América.
Resolução CMN 2.689	Resolução do CMN nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, e alterações posteriores.
Same Store Sales	O crescimento *Same Store Sales* de um determinado período é calculado dividindo-se o total das vendas das lojas que estão abertas em tal período pelo total das vendas das mesmas lojas que estavam abertas na mesma data do período anterior em análise. Esse número pode diferir daquele que decorreria da divisão do total das vendas das lojas que estão abertas em tal período pelo total das vendas das lojas que estavam abertas na mesma data do período anterior em análise.
Saraiva Data	Marca que identifica o conteúdo jurídico informatizado em mídia CD-ROM comercializado pela Editora.
Saraiva.com	*Website* da Livraria que oferece aos seus visitantes a possibilidade de aquisição de livros, CDs, DVDs, *softwares* de multimídia, artigos de papelaria, dentre outros produtos.
SEB	Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação.
SEC	*Securities and Exchange Commission*, a comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos da América.
Securities Act	*Securities Act* de *1933*, e alterações posteriores, dos Estados Unidos da América.
SEEC	Serviço de Estatística da Educação e Cultura.
SELIC	Taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia.
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.
Tíquete Médio	Receita (bruta ou líquida) do período, dividida pelo número de notas fiscais emitidas no mesmo período.
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo, trimestralmente divulgada pelo CMN.
UFIR	Unidade Fiscal de Referência.

II. SUMÁRIO DA COMPANHIA

O presente sumário destaca as informações selecionadas sobre a nossa Companhia. Antes de investir nas Ações, o investidor deverá ler todo o Prospecto cuidadosamente, para uma maior compreensão das nossas atividades e da Oferta Pública, incluindo nossas demonstrações financeiras consolidadas e respectivas notas explicativas e as Seções "VI. Fatores de Risco" *e "*XIV. Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais."

Visão Geral

Atuamos nos negócios de edição de livros e comercialização de conteúdo, por meio da Editora, e de comercialização ao varejo de livros e outros artigos, por meio da Livraria, que conta com uma rede de 31 Lojas Físicas e o *website* Saraiva.com. Nossos negócios são sinérgicos e suplementares. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005, 48,0% da receita líquida foram originados das atividades da Editora e 52,0% das atividades da Livraria. No tocante ao EBITDA Ajustado, 79,1% foram originados das atividades da Editora, apresentando margem de 25,9%, e 20,9% foram originados das atividades da Livraria, apresentando margem de 6,3%.

(em milhares de R$, exceto margem EBITDA Ajustado[5])	Exercício encerrado em 31 de dezembro de						Variação	Variação
	2003[3] e [4]		**2004**[4]		**2005**[4]		**2004/2003**	**2005/2004**
Receita Líquida Total[1] e [2]	**407.600**		**437.688**		**477.246**		**7,4%**	**9,0%**
Editora	206.046	49,4%	222.769	50,0%	233.330	48,0%	8,1%	4,7%
Livraria	211.466	50,6%	223.153	50,0%	253.115	52,0%	5,5%	13,4%
EBITDA Ajustado Total	**42.692**		**50.379**		**76.328**		**18,0%**	**51,5%**
Editora	34.856	81,7%	45.228	89,8%	60.350	79,1%	29,8%	33,4%
Livraria	7.836	18,3%	5.149	10,2%	15.983	20,9%	-34,3%	210,4%
Margem EBITDA Ajustado Total	**10,5%**		**11,5%**		**16,0%**		**1,0 p.p.**	**4,5 p.p.**
Editora	16,9%		20,3%		25,9%		3,4 p.p.	5,6 p.p.
Livraria	3,7%		2,3%		6,3%		-1,4 p.p.	4,0 p.p.

(1) Estão excluídas do total de vendas consolidadas as vendas da Editora para a Livraria.

(2) Os valores expressos em reais são nominais, não contemplando, portanto, a inflação do período.

(3) Inclui as vendas da Formato Editorial (empresa adquirida em agosto de 2003 e incorporada em fevereiro de 2004). A combinação dos números da Editora e da Formato Editorial para fins de elaboração dos resultados pró-forma não foram auditados.

(4) As porcentagens são calculadas levando-se em conta a receita líquida total, incluindo vendas da Editora para a Livraria.

(5) EBITDA Ajustado é o lucro líquido (prejuízo) adicionado das despesas financeiras líquidas, da depreciação e da amortização, do resultado não operacional, do imposto de renda e CSLL, de participações/contribuições estatutárias e da reversão de juros sobre o capital próprio. O EBITDA Ajustado não é uma linha de demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Brasileiras e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional ou para o fluxo de caixa ou, ainda, como indicador de liquidez. O EBITDA Ajustado não tem uma definição única e a definição pode não ser comparável ao EBITDA Ajustado utilizado por outras companhias.

Editora. A Editora é uma das principais editoras de livros do Brasil, em termos de faturamento, sendo líder no segmento de Livros Jurídicos (26,7% da nossa receita líquida no exercício de 2005), com participação de destaque no segmento de livros-texto de administração, economia e contabilidade (2,6% da nossa receita líquida no exercício de 2005) e estando entre os líderes nos segmentos de Livros Didáticos (65,2% da nossa receita líquida no exercício de 2005) e Livros Paradidáticos (3,9% da nossa receita líquida no exercício de 2005). A Editora também comercializa conteúdo jurídico informatizado na mídia CD-ROM e oferece o conteúdo de produtos jurídicos informatizados pela Internet, por meio do *website* Portal SaraivaJur, que também oferece outros serviços correlatos aos visitantes, tais como agenda de eventos da comunidade jurídica, informações sobre concursos e atualização de códigos de legislação. Recentemente, a Editora iniciou suas atividades no mercado de ensino à distância por meio da marca ViaSaraiva.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de			Variação	Variação
	2003[1]	2004	2005	2004/2003	2005/2004
Receita Líquida Editora					
Livros Didáticos	59,1%	67,6%	65,2%	8,5 p.p.	-2,4 p.p.
Livros Paradidáticos	2,6%	3,1%	3,9%	0,6 p.p.	0,7 p.p.
Livros Jurídicos	34,2%	25,6%	26,7%	-8,6 p.p.	1,1 p.p.
Livros de Administração, Economia e Contabilidade	2,3%	1,8%	2,6%	-0,5 p.p.	0,8 p.p.
Outros/Saraiva Data	1,8%	1,9%	1,6%	0,1 p.p.	-0,3 p.p.

[1] Inclui a participação da Formato Editorial (empresa adquirida em agosto de 2003 e incorporada em fevereiro de 2004).

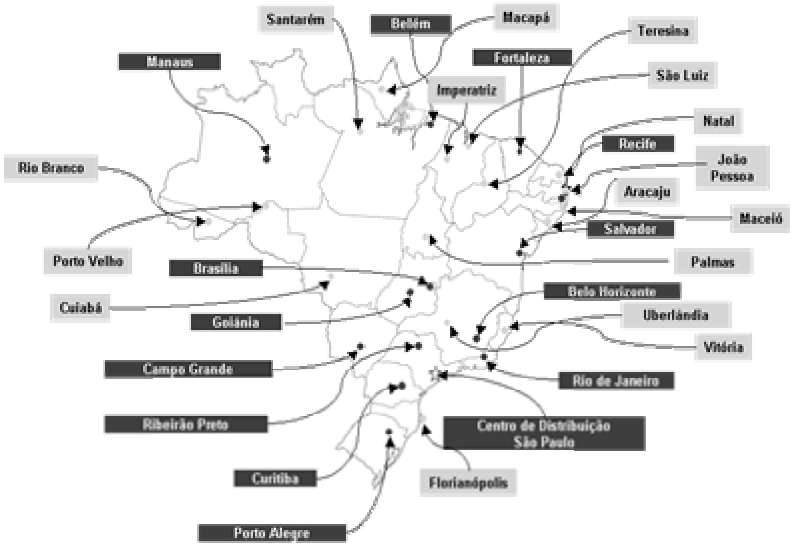
A tabela abaixo apresenta os resultados da Editora para os anos de 2003 a 2005.

(em milhares de R$, exceto margem bruta e margem EBITDA Ajustado[3])	Exercício encerrado em 31 de dezembro de			Variação	Variação
	2003[2]	2004	2005	2004/2003	2005/2004
Receita Líquida[1]	206.046	222.769	233.330	8,1%	4,7%
Lucro Bruto	135.372	147.234	161.594	8,8%	9,8%
Margem Bruta	65,7%	66,1%	69,3%	0,4 p.p.	3,2 p.p.
EBITDA Ajustado	34.857	45.228	60.350	29,8%	33,4%
Margem EBITDA Ajustado	16,9%	20,3%	25,9%	3,4 p.p.	5,6 p.p.

[1] Os valores expressos em reais são nominais, não contemplando, portanto, a inflação do período.
[2] Inclui a participação da Formato Editorial (empresa adquirida em agosto de 2003 e incorporada em fevereiro de 2004).
[3] EBITDA Ajustado é o lucro líquido (prejuízo) adicionado das despesas financeiras líquidas, da depreciação e da amortização, do resultado não operacional, do imposto de renda e CSLL, de participações/contribuições estatutárias e da reversão de juros sobre o capital próprio. O EBITDA Ajustado não é uma linha de demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Brasileiras e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional ou para o fluxo de caixa ou, ainda, como indicador de liquidez. O EBITDA Ajustado não tem uma definição única e a definição pode não ser comparável ao EBITDA Ajustado utilizado por outras companhias.

A Editora possui uma rede de 13 filiais, localizadas em importantes cidades dos estados do País, e 15 revendedores autorizados.

O mapa abaixo mostra a distribuição das filiais e dos revendedores no Brasil.



Filiais

Revendedores Autorizados

Livraria. A Livraria é a maior rede de livrarias do País em termos de faturamento. Referência no comércio de livros, a Livraria introduziu no Brasil o conceito de *Mega Store* e foi uma das pioneiras em comércio eletrônico no Brasil. Com uma rede de 31 lojas distribuídas em 10 importantes cidades brasileiras, sendo 15 *Mega Stores* e 16 Lojas Tradicionais, a Livraria conta com uma área total de vendas de 20,1 mil m². Em 2005, as vendas anuais foram de aproximadamente R$ 11,3 mil por m², com um crescimento de 5,6% em relação a 2004. O Tíquete Médio em relação à receita bruta em 2005 foi de R$ 54,66, com crescimento de 8,8% em relação a 2004.

As vendas da Livraria são realizadas por meio de (a) *Mega Stores*, que possuem áreas de vendas de 460m² a 1.800m² e oferecem até 54 mil itens cadastrados, nas categorias livros, CDs, DVDs, periódicos, *softwares* de multimídia, artigos de papelaria, eletrônicos e brinquedos educativos, (b) Lojas Tradicionais, que possuem áreas de vendas de 110m² a 480m² e oferecem até 26 mil itens cadastrados, dentre os quais livros e artigos de papelaria, e (c) comércio eletrônico, por meio do *website* Saraiva.com, que tem mais de 300 mil produtos cadastrados em 10 diferentes categorias: livros, CDs, DVDs, papelaria, informática, eletro-eletrônicos, jogos eletrônicos, *software*, brinquedos e revistas.

(em milhares de R$, exceto *Same Store Sales*(1) e Tíquete Médio(2) e (3))	Exercício encerrado em 31 de dezembro de			Variação	Variação
	2003	2004	2005	2004/2003	2005/2004
Receita Líquida					
Mega Stores	135.274	139.382	152.239	3,0%	9,2%
Lojas Tradicionais	42.653	40.431	42.335	-5,2%	4,7%
Lojas Físicas	177.927	179.813	194.574	1,1%	8,2%
Saraiva.com	33.540	43.339	58.542	29,2%	35,1%
EBITDA Ajustado(4)	**7.835**	**5.149**	**15.983**	**-34,3%**	**210,4%**
Lojas Físicas	7.757	2.471	7.448	-68,1%	201,4%
Saraiva.com	78	2.678	8.535	3.333,3%	218,7%
Margem EBITDA Ajustado					
Lojas Físicas	4,4%	1,4%	3,8%	-3,0 p.p.	2,4 p.p.
Saraiva.com	0,2%	6,2%	14,6%	6,0 p.p.	8,4 p.p.
***Same Store Sales* (Receita Líquida)**					
Mega Stores	4,3%	-0,6%	9,3%	-4,9 p.p.	9,9 p.p.
Lojas Tradicionais	-0,5%	-11,4%	12,1%	-10,9 p.p.	23,5 p.p.
Lojas Físicas	3,1%	-3,1%	9,9%	-6,2 p.p.	13,0 p.p.
***Same Store Sales* (Receita Bruta)**					
Mega Stores	0,4%	3,7%	4,4%	3,3 p.p.	0,7 p.p.
Lojas Tradicionais	-0,7%	-5,7%	3,4%	-5,0 p.p.	9,1 p.p.
Lojas Físicas	0,2%	1,7%	4,2%	1,5 p.p.	2,5 p.p.
Tíquete Médio (R$) (Receita Líquida)					
Mega Stores	40,51	40,66	45,15	0,4%	11,0%
Lojas Tradicionais	38,04	36,47	43,27	-4,1%	18,6%
Lojas Físicas	39,90	39,66	44,73	-0,6%	12,8%
Saraiva.com	61,01	62,51	74,32	2,5%	18,9%
Tíquete Médio (R$) (Receita Bruta)					
Mega Stores	45,99	48,16	51,11	4,7%	6,1%
Lojas Tradicionais	40,69	41,43	45,30	1,8%	9,3%
Lojas Físicas	44,76	46,66	49,89	4,2%	6,9%
Saraiva.com	68,60	73,42	81,03	7,0%	10,4%

(1) O crescimento *Same Store Sales* de um determinado período é calculado dividindo-se o total das vendas das lojas que estão abertas em tal período, pelo total das vendas das mesmas lojas que estavam abertas na mesma data do período anterior em análise. Esse número pode diferir daquele que decorreria da divisão do total das vendas das lojas que estão abertas em tal período, pelo total das vendas das lojas que estavam abertas na mesma data do período anterior em análise.

(2) Receita (bruta ou líquida) do período, dividida pelo número de notas fiscais emitidas no mesmo período.

(3) Os valores expressos em reais são nominais, não contemplando, portanto, a inflação do período.

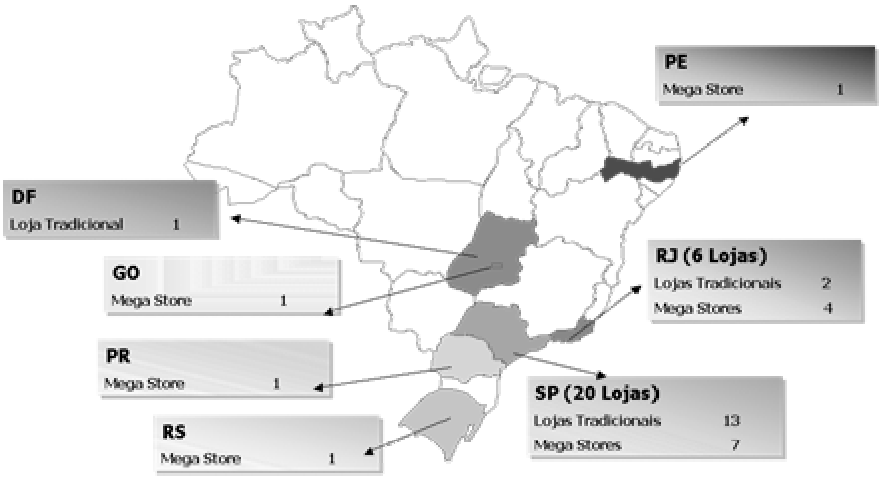
(4) EBITDA Ajustado é o lucro líquido (prejuízo) adicionado das despesas financeiras líquidas, da depreciação e da amortização, do resultado não operacional, do imposto de renda e CSLL, de participações/contribuições estatutárias e da reversão de juros sobre o capital próprio. O EBITDA Ajustado não é uma linha de demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Brasileiras e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional ou para o fluxo de caixa ou, ainda, como indicador de liquidez. O EBITDA Ajustado não tem uma definição única e a definição pode não ser comparável ao EBITDA Ajustado utilizado por outras companhias.

A tabela abaixo apresenta dados operacionais selecionados do *website* Saraiva.com para os exercícios de 2003 a 2005.

Dados Operacionais Selecionados da Saraiva.com	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003	2004	2005	Variação 2004/2003	Variação 2005/2004
Número de visitas (ano)	16.797.597	22.049.431	24.199.932	31,3%	9,8%
Acessos à página (ano)	633.372.912	1.020.967.274	1.171.040.436	61,2%	14,7%
Número de pedidos de compra (ano)	663.846	813.381	924.972	22,5%	13,7%
Tíquete médio(R$) (Receita Líquida)(1)	62,51	61,01	74,32	2,5%	18,9%
Taxa de conversão	4,1%	3,7%	3,9%	-0,4 p.p.	0,2 p.p.

(1) Receita líquida do período, dividida pelo número de notas fiscais emitidas no mesmo período.

O mapa abaixo mostra a distribuição das Lojas Físicas no Brasil:



Nossos Pontos Fortes

Acreditamos que os pontos fortes do Grupo Saraiva sejam os seguintes:

- *Liderança*. Em 2005, fomos líderes no mercado interno de venda de livros no varejo, em número de livros vendidos e em faturamento líquido. Em 2004, tivemos faturamento líquido 35% superior ao do vice-líder. Somos referência na edição e comercialização de livros jurídicos no Brasil. Nossos livros estão presentes na vida da maioria dos operadores do direito desde seu ingresso na universidade, acompanhando-os ao longo de toda a sua carreira. Nossa liderança deriva da credibilidade conquistada por meio do oferecimento de produtos de selecionada qualidade somado à constante atualização do nosso catálogo. Conquistamos, em 2005, o 2º e o 3º lugares nos programas governamentais de aquisição de Livros Didáticos para o ensino médio e fundamental, respectivamente, consolidando nosso posicionamento nesse segmento editorial.

- *Tradição associada ao pioneirismo.* Somos uma empresa atuante há mais de 90 anos no Brasil, com forte presença no mercado editorial e no mercado varejista de livros. Construímos ao longo desse período uma marca forte e de reconhecida qualidade no País. Acreditamos que a força e o reconhecimento de nossa marca,

aliados à nossa flexibilidade em responder às tendências do mercado e às exigências dos nossos clientes, são uma vantagem competitiva propulsora dos nossos negócios e responsáveis pela manutenção de uma base sólida de consumidores. Somos pioneiros em muitas das áreas em que atuamos. Nas atividades editoriais, fomos os primeiros na comercialização de conteúdo jurídico na mídia CD-ROM e um dos primeiros na comercialização de conteúdo de livros jurídicos por meio da Internet. Em 2005, ingressamos no negócio de ensino à distância e iniciamos a comercialização de edições de livros customizadas em parceiras com instituições de ensino. Atualmente, estudamos a possibilidade de vender livros por capítulo em mídia eletrônica. Nas atividades varejistas, introduzimos no Brasil o conceito de *Mega Store* e, no comércio eletrônico, soubemos aproveitar a demanda por venda de produtos na Internet, expandindo nosso *mix* de produtos. Em relação a governança corporativa, fomos a primeira companhia aberta brasileira a garantir direito de *tag-along* aos acionistas detentores de ações preferenciais e uma das primeiras a contemplar, em nosso Estatuto Social, uma política diferenciada de distribuição de dividendos. Para maiores informações, vide Seção *"XXI. Dividendos e Política de Dividendos"*.

- *Presença nacional.* Temos uma rede de atendimento presente em grande parte do Brasil. Nas atividades editoriais, contamos com 13 filiais espalhadas pelo Brasil e temos o apoio de 15 revendedores autorizados. Essa estrutura de distribuição e logística nos permite ter estoques suficientes para atender à demanda local por livros de nosso catálogo e apoiar nosso esforço de divulgação junto aos professores. Nossas livrarias estão estrategicamente localizadas. Possuímos 31 lojas localizadas em algumas das principais cidades brasileiras, tais como São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Recife, Porto Alegre e Curitiba. Das nossas 15 *Mega Stores*, 14 estão localizadas em importantes *shopping centers* do País, e nossas 16 Lojas Tradicionais ficam em alguns dos principais pontos comerciais de tais localidades. Nosso *website* Saraiva.com permite o acesso e entrega de nossos produtos a consumidores do mundo inteiro.

- *Catálogo exclusivo e diferenciado.* Oferecemos um catálogo de livros jurídicos exclusivo e possuímos uma biblioteca digital jurídica. Nosso catálogo no segmento editorial didático e paradidático é completo e atende a todas as séries dos níveis de ensino fundamental e médio. Desde 1998, editamos Livros de Economia, Administração e Contabilidade, e nosso catálogo já possui uma posição de destaque nesse mercado. A credibilidade de nossas publicações se deve à busca por qualidade editorial e à constante atualização das obras publicadas. Autores brasileiros nacional e internacionalmente reconhecidos nos procuram para publicar suas obras sob o selo Saraiva.

- *Complementaridade do nosso modelo de negócios.* A Editora e a Livraria atuam conjuntamente na identificação de tendências e necessidades do setor editorial, conferindo-nos uma vantagem competitiva frente a nossos concorrentes. Além disso, os serviços das nossas áreas administrativas (financeira, de recursos humanos e jurídica, dentre outras) são compartilhados, atendendo a todo o Grupo Saraiva. A integração das operações da Livraria com as do *website* Saraiva.com otimiza, por um lado, o nosso investimento em estoques e possibilita, por outro, pronto atendimento e conforto aos nossos clientes.

- *Valorização da experiência de compra.* Buscamos oferecer a nossos clientes uma experiência de compra única nas Lojas Físicas e na Saraiva.com. Trabalhamos para garantir sua satisfação, fornecendo treinamento técnico aos nossos colaboradores, buscando mantê-los a todo o tempo motivados para desenvolver alto grau de empatia com nossos clientes. Com espaços físicos agradáveis e bem dimensionados, nossas lojas são altamente informatizadas, possuindo terminais de leitura ótica espalhadas pelo ambiente, que possibilitam ao consumidor localizar produtos e consultar preços de maneira rápida e eficiente. Na Saraiva.com, disponibilizamos uma grande variedade de produtos e proporcionamos um processo de compra ágil, com entrega rápida para nossos clientes.

- *Alinhamento de interesses entre administradores e acionistas.* Temos uma administração experiente e profissionalizada, preocupada com a geração de valor. Possuímos um sistema objetivo de gestão e avaliação de pessoas (GVA®) que busca alinhar a conduta dos administradores aos interesses dos acionistas.

Estratégia

Editora

- *Crescimento e consolidação da nossa posição de mercado.* Pretendemos ampliar a nossa participação nos mercados de Livros Didáticos e Livros Paradidáticos, de Livros Jurídicos e de Livros de Administração, Economia e Contabilidade. Nosso crescimento será baseado principalmente nas seguintes iniciativas:

    - Aquisição de outras editoras e catálogos editoriais, preferencialmente nos segmentos em que já atuamos, na medida em que surjam oportunidades, quando poderemos utilizar nossa experiência de integração acumulada com a aquisição da Editora Atual, em 1998, do acervo editorial da Editora Renascer, em 2000, e da Formato Editorial, em 2003. Tal estratégia nos permitirá ampliar o catálogo oferecido aos nossos clientes maximizar o uso da estrutura já existente.

    - Exploração da nossa rede de distribuição, com investimentos em novos lançamentos; a identificação de novos autores e o fortalecimento do relacionamento com nossos autores atuais.

    - Utilização de novas mídias e soluções criativas para exceder às expectativas de nossos clientes, como, por exemplo, a linha de negócios de ensino à distância e a comercialização de edições de livros customizadas em parceiras com instituições de ensino. Entendemos que essas iniciativas nos ajudarão a combater a reprodução não autorizada do conteúdo dos livros de nossa edição e a aumentar o acesso ao catálogo da Editora. Estamos desenvolvendo tecnologia para venda de conteúdo fracionado de nossas obras e atualmente estudamos a melhor maneira de realizá-la.

- *Fortalecimento do relacionamento com os professores.* Os professores são os principais responsáveis pela escolha dos livros a serem adotados em escolas e universidades. Portanto, planejamos fortalecer nosso relacionamento com os professores em todos os níveis de ensino nos mercados em que atuamos, investindo na qualificação da nossa força de divulgação por meio de ações de treinamento.

- *Aumento da eficiência operacional.* Pretendemos investir em projetos de tecnologia da informação, com o objetivo de racionalizar processos administrativos e comerciais, proporcionando, desse modo, maior produtividade e agilidade nas operações. Planejamos unificar nossas atividades corporativas – hoje realizadas em diferentes instalações – num único espaço físico, viabilizando, dessa forma, redução de custos, melhor comunicação entre as áreas e maior rapidez no processo decisório.

Livraria

- *Crescimento e consolidação da nossa posição no mercado.* A nossa estratégia de crescimento dar-se-á por meio das seguintes iniciativas:

    - *Expansão das operações da Saraiva.com*. Planejamos ampliar nossas vendas realizadas por meio do comércio eletrônico. O mercado varejista eletrônico no Brasil tem crescido a taxas superiores às do mercado varejista tradicional. Nesse sentido, pretendemos consolidar nosso posicionamento nas categorias de produtos que já comercializamos e diversificar ainda mais nosso *mix* de produtos.

    - *Expansão da rede de Lojas Físicas.* Pretendemos inaugurar novas lojas nos modelos *Mega Store* e Loja Tradicional. Programamos a abertura de novas lojas no período compreendido entre os anos de 2005 e 2008, sendo que 2 já foram inauguradas no segundo semestre de 2005, uma no Shopping Center Recife (Recife – PE) e outra no Shopping Super Osasco (Osasco –SP).

    - *Aquisições estratégicas*. Há espaço para a consolidação do mercado de varejo de livros no Brasil. Continuaremos a estudar com regularidade oportunidades de aquisições que possam agregar valor ao nosso negócio.

- *Novas categorias de produtos e lojas.* Atentos à dinâmica dos mercados onde atuamos, visualizamos a oportunidade de explorar novas categorias de produtos que sejam associadas à imagem de cultura, lazer e entretenimento que possuimos. Nesse sentido, pretendemos ampliar nossas vendas de eletro-eletrônicos e

ocupar uma posição mais ativa no mercado de livros importados, que apresenta margens brutas atraentes. Temos, ainda, a intenção de dar continuidade à introdução de novas categorias de produtos em nossas Lojas Tradicionais, tais como CDs, DVDs e artigos de multimídia selecionados, aproveitando a complementaridade desses produtos à área de livros. Confiamos no sucesso dessa estratégia com base nas bem sucedidas iniciativas nas unidades localizadas no Brascan Century Plaza, no Shopping Interlagos e Shopping Super Osasco, todos na Grande São Paulo.

- *Eficiência na administração do capital de giro.* Pretendemos manter nossas estratégias de desenvolver parcerias com fornecedores, excluir do *mix* de produtos os itens de menor rentabilidade e aumentar o Tíquete Médio pela ampliação da variedade dos itens ofertados e por meio da adoção de políticas de vendas mais agressivas.

- *Fortalecimento da nossa marca.* Pretendemos conquistar um posicionamento diferenciado junto a nossos clientes, associando cada vez mais a marca Saraiva aos conceitos de lazer, cultura e entretenimento. Com esse objetivo, nossas campanhas publicitárias procurarão a diferenciação de atributos como preço, variedade de produtos e experiência de compra. Outra de nossas iniciativas é o cartão de fidelização de clientes chamado SaraivaPlus. Entendemos que o SaraivaPlus se tornará uma importante ferramenta de relacionamento com os clientes das nossas Lojas Físicas e da Saraiva.com, o que possibilitará identificar os hábitos de compra e preferências de cada um dos usuários do programa, agregar maior valor à experiência de compra de nossos clientes, antecipar o atendimento às suas necessidades e, assim, alavancar nossas vendas.

Histórico e Desenvolvimento

Nosso histórico demonstra nossa tradição, pioneirismo e flexibilidade na atuação nos mercados editorial e varejista de livros no Brasil.

Nossa história teve o seu início em 1914, quando o Sr. Joaquim Ignácio da Fonseca Saraiva, um imigrante português, fundou no Largo do Ouvidor, em São Paulo, uma pequena livraria destinada ao comércio de livros usados. Em virtude da localização da livraria, muito próxima à Faculdade de Direito do Largo São Francisco, do interesse pessoal e conhecimento da literatura jurídica que o Sr. Joaquim Saraiva possuía, a então denominada "Livraria Acadêmica" tornou-se conhecida dos professores e estudantes de direito freqüentadores da região e especializou-se no comércio de livros jurídicos, que representa, até os dias de hoje, um segmento importante nos nossos negócios.

Com o passar dos anos, o Sr. Joaquim Saraiva passou a comercializar livros novos, artigos de papelaria e, a partir de 1917, a editar Livros Jurídicos.

Em 1947, a Editora converteu-se numa sociedade anônima. A partir de 1970, passamos a editar Livros Didáticos e Livros Paradidáticos e, em 1972, a Editora transformou-se numa companhia aberta.

Nos anos 80, iniciou-se o processo de expansão da rede de estabelecimentos da Livraria, com a abertura de diversas lojas em outros estados brasileiros e em *shopping centers*.

Em 1993, tiveram início as atividades da Saraiva Data Ltda., sociedade constituída pela Editora com o objetivo de comercializar produtos editoriais informatizados na área jurídica.

Em 1996, ocorreu a inauguração da primeira *Mega Store* da Livraria e, nesse mesmo ano, a Editora incorporou a Saraiva Data Ltda., com o propósito de ganhos de racionalização e otimização de recursos.

Em 1998, foi criado o *website* Saraiva.com e a Editora adquiriu a Editora Atual, especializada no segmento de Livros Didáticos, que foi incorporada pela Editora em 1999.

Em 2000, a Editora foi a primeira companhia aberta brasileira a garantir o direito de *tag-along* aos acionistas titulares de ações preferenciais, antecipando-se às disposições da legislação societária promulgada em 2001. Nesse mesmo ano, a Editora lançou seu programa de *ADRs* de Nível 1 no mercado de balcão norte-americano. Ainda em 2000, a Editora construiu, em Guarulhos, um novo centro para a distribuição de livros e adquiriu o acervo editorial da Editora Renascer; e a Livraria inaugurou, em São Paulo, um centro de distribuição exclusivo para produtos adquiridos via Internet.

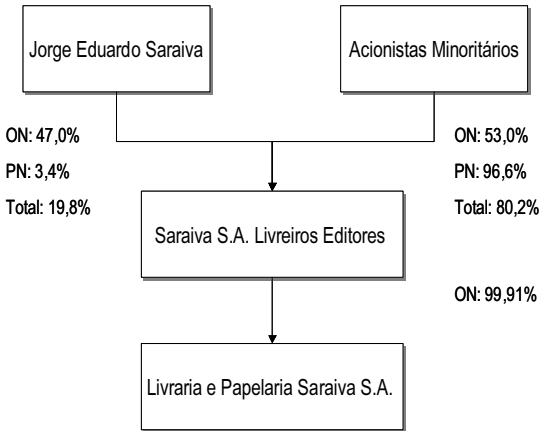
Em 2001, ocorreu o lançamento do Portal SaraivaJur.

Em 2003, a Editora adquiriu a Editora Formato, especializada no segmento de Livros Didáticos e Livros Paradidáticos, que foi incorporada em 2004.

Em 20 de março de 2006, celebramos o Contrato de Adesão ao Nível 2, o qual se tornou eficaz após a realização de Assembléias Gerais de acionistas em 27 de março e 06 de abril de 2006, que tiveram como propósito, respectivamente, (i) adequar o Estatuto Social da Companhia às cláusulas mínimas exigidas pela BOVESPA para classificá-la como detentora de padrão de governança corporativa Nível 2; e (ii) eleger os membros do Conselho de Administração, incluindo um Conselheiro Independente, também de modo a dar atendimento às exigências do Regulamento do Nível 2. Passamos a negociar nossas ações no Nível 2 um dia útil após a Assembléia Geral de acionistas que realizada em 06 de abril de 2006 (ou seja, em 07 de abril de 2006), reforçando o nosso comprometimento com boas práticas de governança corporativa.

Estrutura Societária

O organograma abaixo apresenta a nossa estrutura societária na data deste Prospecto Definitivo. Ver Seção *"XVI. Nossas Atividades"* para informações sobre a Livraria. Os percentuais representam a participação no capital votante e total das sociedades indicadas nos quadros.



Nossa sede encontra-se localizada na Av. Marquês de São Vicente, n° 1.697, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, e nosso telefone geral é +55 11 3613-3000. O telefone do nosso Departamento de Acionistas é +55 11 3613-3263.

A Oferta Global

Oferta Global	Oferta de 8.299.965 Ações, sendo 3.000.000 novas Ações de nossa emissão e 5.299.965 Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores. As Ações estão sendo ofertadas: (i) no Brasil, por meio de distribuição primária e secundária registradas na CVM, em conformidade com os procedimentos estabelecidos na Instrução CVM 400 e, ainda, com esforços de venda no exterior, por meio de mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, BACEN e CVM, em conformidade com as isenções de registro previstas na Regra 144A e no Regulamento S, ambos no âmbito do *Securities Act*; e (ii) no exterior, sob a forma de 1.353.019 *GDSs*, que representam 1.353.019 Ações, em conformidade com as isenções de registro previstas na Regra 144A e no Regulamento S, ambos no âmbito do *Securities Act*.
Preço de Distribuição	R$ 22,00 por Ação ou US$ 10,27 por *GDS*, refletindo a proporção de uma Ação para cada *GDS*, e a taxa de câmbio de R$ 2,1416 por US$, divulgada pelo BACEN, na data de assinatura do Contrato de Distribuição.
Global Depositary Shares (*GDSs*)	Cada *GDS* representa uma Ação e será representada por *GDRs*. A instituição financeira depositária de *GDSs* será *The Bank of New York*. As *GDSs* ofertadas sob as isenções de registro previstas pela Regra 144A serão representados por *GDRs* Regra 144A e as *GDSs* ofertadas com isenções de registro previstas pelo Regulamento S serão representadas por *GDRs* Regulamento S. As ações subjacentes às *GDSs* estarão custodiadas junto ao Banco Itaú S.A., na qualidade de instituição custodiante. O pagamento para aquisição das *GDSs* deverá ser feito em Dólares.
Acionistas Vendedores na Oferta Global	A distribuição secundária objeto da Oferta Brasileira será de 5.299.965 Ações, feita por Jorge Eduardo Saraiva, Maria Eugênia Saraiva Mendes Gonçalves, Maria Sylvia Saraiva Mendes Gonçalves, Maria Helena Saraiva, Olga Maria Barbosa Saraiva, Ruy Mendes Gonçalves, IP Participações Fundo de Investimento em Ações, IP Participações Institucional Fundo de Investimento em Ações, Banesprev Mais Valor Ações Fundo de Investimento, IP-Green Fundo de Investimento em Ações Previdenciário, IP Seleção Fundo de Investimento em Ações, Samambaia V Fundo de Investimento em Ações e *IFC*. A distribuição secundária objeto da Oferta Internacional será de 1.353.019 Ações, sob a forma de *GDS*, feita por Hatteras LLC.
Capital Social	Na data deste Prospecto, nosso capital social se divide em 9.622.313 ações ordinárias e 15.973.810 ações preferenciais. Após a Oferta Global, nosso capital social será dividido em 9.622.313 ações ordinárias e 18.973.810 ações preferenciais, incluindo Ações representadas por *GDSs*. As Ações conferem aos seus titulares todos os direitos assegurados aos titulares de ações preferenciais, inclusive a atribuição de dividendos nas mesmas condições que os titulares de ações ordinárias da Companhia e todos os outros benefícios declarados pela Companhia a partir da Data de Liquidação. Para maiores informações, vide Seção *"XX. Descrição do Capital Social"*.
Opção de Lote Suplementar	Opção outorgada pelos Fundos Geridos pela IP ao Coordenador Líder para a distribuição de um lote suplementar de até 1.199.994 Ações, equivalente

a 15% da quantidade de Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Global, as quais serão destinadas exclusivamente a atender a um eventual excesso de demanda que vier a ser constatado no decorrer da Oferta Global pelos Coordenadores da Oferta Brasileira, a ser exercida pelo Coordenador Líder no prazo de até 30 dias, a contar da data de publicação do Anúncio de Início.

Ações Adicionais

Sem prejuízo das Ações do Lote Suplementar, a quantidade de 7.999.965 Ações inicialmente ofertada no âmbito da Oferta Global foi, a critério dos Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta Global, aumentada em 300.000 Ações, representando 3,75% do total das Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Global, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º da Instrução CVM 400, de titularidade da *IFC*, totalizando 8.299.965 Ações.

Fatores de Risco

Para maiores informações, veja a Seção *"VI. Fatores de Risco"*, além de outras informações incluídas no presente Prospecto, para uma explicação acerca dos fatores de risco que devem ser cuidadosamente analisados antes da decisão de investimento nas Ações.

O investimento em ações representa um investimento de risco, visto que é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há nenhuma classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir as Ações.

Destinação dos Recursos

Estimamos receber recursos líquidos provenientes da distribuição primária, no valor aproximado de R$ 63.570.000,00, que serão utilizados para (i) realização de estudos e eventuais aquisições de editoras ou catálogos editoriais que possuam afinidade com os segmentos de educação, formação e aperfeiçoamento profissional; bem como realização de estudos e eventuais aquisições de empresas atuantes no mercado varejista de livros ou em linhas de produtos correlatas ao mix de produtos da Livraria, (ii) estudos e provável unificação das atividades corporativas do Grupo Saraiva num único espaço físico, visando a racionalização nos gastos de ocupação atuais e aumento de produtividade; (iii) estudos para escolha e eventual aquisição – ou *upgrade* – do *software* integrado de gestão *Enterprise Resource Planning – ERP*, bem como de um *software* de *business intelligence*; (iv) realização de investimentos em tecnologia de informação da Editora, visando o desenvolvimento de *softwares* específicos não disponíveis no mercado; (v) consolidação das operações da Editora na Internet e estudos visando a comercialização de seu conteúdo em diferentes mídias; (vi) programa de expansão de Lojas Físicas da Livraria, nos formatos Mega Store e Tradicional, e programa de reforma de lojas a ser implementado pela Livraria em 2006 e 2007; (vii) consolidação das operações de varejo da Livraria na Internet por meio da Saraiva.com; (viii) contratação de consultoria e investimentos visando à racionalização das operações logísticas da Livraria; (ix) ampliação do catálogo da Editora com lançamento de novos títulos e (x) capital de giro. Estimamos que aproximadamente 62,5% dos recursos líquidos da Oferta Global por nós recebidos serão aplicados nos itens (i), (ii), (v), (vii), (ix) e (x) acima e aproximadamente 37,5% nos itens (iii), (iv), (vi) e (viii). No tocante aos itens (iii), (iv), (vi) e (viii), estimamos que serão investidos, respectivamente, cerca de 1,3%, 16,8%, 16,7% e 2,7%. Para maiores informações, vide Seção "*IX. Destinação dos Recursos*".

Restrições à Negociação de Ações (*Lock-up*)	A Companhia, seus administradores, seu Acionista Controlador e os Acionistas Vendedores comprometem-se a celebrar acordos de restrição à venda de ações preferenciais de emissão da Companhia, por meio dos quais se obrigam a não emitir, oferecer, ou de qualquer forma alienar ou ceder qualquer ação preferencial de emissão da Companhia, qualquer valor mobiliário conversível ou permutável em, ou que represente um direito de receber ações preferenciais de emissão da Companhia (incluindo, mas sem limitação, *GDSs*), por um período de 180 dias contados da data deste Prospecto Definitivo, exceto as Ações, incluindo as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar. Não obstante o disposto anteriormente, fica expressamente ressalvado que a Companhia poderá, no período em questão, estabelecer um novo programa no âmbito de seu Plano de Opção de Compra de Ações, desde que não autorize o exercício de nenhuma opção sob esse programa no referido período. Fica, ainda, ressalvado que a IP poderá efetuar transferências diretas entre os fundos geridos pela IP (ou seja, Fundos Geridos pela IP e outros fundos geridos pela mesma instituição) e, de acordo com os termos abaixo estabelecidos, sempre que houver o resgate de quotas detidas por quotistas dos Fundos Geridos pela IP, e somente nessa hipótese, alienar Ações, de modo que a participação relativa das Ações nas carteiras dos fundos em questão se reestabeleça aos níveis verificados no momento do resgate. A IP deverá, nessa hipótese, após a venda das Ações, comunicar por escrito, após o pagamento do resgate, aos Coordenadores da Oferta Brasileira a realização da referida venda, informando o montante de Ações alienadas. Entretanto, a IP não poderá vender Ações em um único dia em montante que exceda 25% da média do volume diário negociado (considerando os 20 dias anteriores de negociação na BOVESPA) sem a prévia consulta ao Coordenador Líder.
Tag-Along para os Detentores de Ações Preferenciais	Em caso de alienação de controle, o adquirente está obrigado a efetivar uma oferta pública de aquisição das ações preferenciais de nossa emissão por preço equivalente a 90% do valor pago por ação do Acionista Controlador. Para maiores informações, vide Seção *"XX. Descrição do Capital Social"*.
Dividendos	O nosso Estatuto Social estabelece o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios, à razão de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Tais dividendos são distribuídos em igualdade de condições aos detentores de ações ordinárias e preferenciais. Adicionalmente, a Companhia não poderá, salvo se autorizada pela maioria de votos em assembléia especial dos acionistas titulares de ações preferenciais, reter, por mais de quatro trimestres sucessivos, disponibilidade financeira – entendida como a soma dos valores contabilizados sob as rubricas "caixa e bancos" e "aplicações financeiras", subtraída a soma dos valores contabilizados sob as rubricas "empréstimos e financiamentos" do passivo circulante e "empréstimos e financiamentos" do exigível a longo prazo – em quantia superior a 25% do seu ativo total, desde que assim o permita sua situação econômica e financeira. Para maiores informações, vide Seções *"XX. Descrição do Capital Social"* e *"XXI. Dividendos e Política de Dividendos"*.
Liquidação	A liquidação física e financeira da Oferta Brasileira deverá ser realizada no 3º dia útil contado da data de publicação do Anúncio de Início.
Listagem e Governança Corporativa	Nossas Ações são atualmente listadas na BOVESPA sob o símbolo "SLED4", e desde 07 de abril de 2006 são negociadas no Nível 2 de Governança Corporativa.

Cronograma da Oferta Global

Encontra-se abaixo um cronograma estimado das etapas da Oferta Global, informando seus principais eventos a partir da publicação do Aviso ao Mercado. É possível que haja alterações em tal cronograma, que serão informadas imediatamente ao público, caso ocorram, por meio de aviso ao mercado.

Ordem dos Eventos	Evento	Data Prevista[1]
1.	Publicação do Aviso ao Mercado (sem logotipo das Corretoras Consorciadas)	22 de março de 2006
	Disponibilização do Prospecto Preliminar	22 de março de 2006
	Início do *Roadshow*	22 de março de 2006
2.	Publicação do Aviso ao Mercado (com logotipo das Corretoras Consorciadas)	29 de março de 2006
	Início do Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento	29 de março de 2006
	Início do Período de Reserva	29 de março de 2006
3.	Encerramento do Período de Reserva	07 de abril de 2006
	Encerramento do *Roadshow*	10 de abril de 2006
4.	Encerramento do Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento	11 de abril de 2006
	Fixação do Preço de Distribuição por Ação	11 de abril de 2006
	Reunião do Conselho de Administração – aprovação do Preço de Distribuição e do aumento de capital	11 de abril de 2006
	Assinatura do Contrato de Distribuição e do *International Agency and Purchase Agreement*	11 de abril de 2006
5.	Registro da Oferta Brasileira	12 de abril de 2006
	Publicação do Anúncio de Início	12 de abril de 2006
	Início do Prazo para o Exercício da Opção de Lote Suplementar	12 de abril de 2006
6.	Data de Liquidação da Oferta Global	18 de abril de 2006
7.	Encerramento do Prazo para o Exercício da Opção de Lote Suplementar	12 de maio de 2006
8.	Publicação do Anúncio de Encerramento	18 de maio de 2006

[1] Todas as datas previstas acima são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações e adiamentos, a critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta Brasileira e serão imediatamente informadas ao público por meio de aviso ao mercado.

III. INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA GLOBAL

Composição Atual do Nosso Capital Social

Na data deste Prospecto, a composição do nosso capital social é a seguinte:

	Subscrito/Integralizado[1]		
Espécie	**Quantidade de ações**	**Valor (R$)[2]**	**Percentual**
Ordinárias	9.622.313	30.741.249,12	37,59%
Preferenciais	15.973.810	51.032.934,88	62,41%
Total	**25.596.123**	**81.774.184,00**	**100,00%**

[1] Todas as ações emitidas foram integralizadas.
[2] As ações não têm valor nominal.

Após a conclusão da Oferta Global, a composição de nosso capital social será a seguinte:

	Subscrito/Integralizado[1]		
Espécie	**Quantidade de ações**	**Valor (R$)[2]**	**Percentual**
Ordinárias	9.622.313	30.741.249,12	33,65%
Preferenciais	18.973.810	117.032.935	66,35%
Total	**28.596.123**	**147.774.184**	**100,00%**

[1] Todas as ações emitidas foram integralizadas.
[2] As ações não têm valor nominal.

O quadro a seguir indica a composição do nosso capital social na data deste Prospecto, incluindo os acionistas que detenham mais de 5% do capital social, por participação total e por espécie, bem como os demais Acionistas Vendedores não abrangidos pelo critério anteriormente descrito.

	Composição Atual do Capital Social					
	Ações Ordinárias		**Ações Preferenciais**		**Total**	
Acionistas	**Quantidade**	**Percentual**	**Quantidade**	**Percentual**	**Quantidade**	**Percentual**
Jorge Eduardo Saraiva	4.520.326	47,0%	546.350	3,4%	5.066.676	19,8%
Olga Maria Barbosa Saraiva	1.131.364	11,8%	216.453	1,4%	1.347.817	5,3%
Maria Eugênia Saraiva Mendes Gonçalves	493.557	5,1%	49.355	0,3%	542.912	2,1%
Maria Henriqueta Saraiva Mendes Gonçalves	493.557	5,1%	54.739	0,3%	548.296	2,1%
Maria Cecília Saraiva Mendes Gonçalves	493.556	5,1%	50.500	0,3%	544.056	2,1%
Maria Sylvia Saraiva Mendes Gonçalves	493.556	5,1%	49.357	0,3%	542.913	2,1%
Maria Helena Saraiva	342.000	3,6%	39.548	0,2%	381.548	1,5%
Ruy Mendes Gonçalves	155.937	1,6%	101.673	0,6%	257.610	1,0%
Hatteras LLC	1.059	0,0%	2.706.037	16,9%	2.707.096	10,6%
IP Participações Fundo de Investimento em Ações	3.490	0,0%	1.823.324	11,4%	1.826.814	7,1%
IP Seleção Fundo de Investimento em Ações	0	0,0%	1.656.447	10,4%	1.656.447	6,5%
IP-Green Fundo de Investimento em Ações Previdenciário	0	0,0%	713.198	4,5%	713.198	2,8%
IP Participações Institucional Fundo de Investimento em Ações	86	0,0%	509.496	3,2%	509.582	2,0%
Samambaia V Fundo de Investimento em Ações	0	0,0%	352.444	2,2%	352.444	1,4%
Banesprev Mais Valor Ações Fundo de Investimento	0	0,0%	233.509	1,5%	233.509	0,9%
IFC	0	0,0%	619.270	3,9%	619.270	2,4%
IRB Brasil Resseguros S.A	0	0,0%	979.880	6,1%	979.880	3,8%
Ações em tesouraria	31.790	0,3%	365.750	2,3%	397.540	1,6%
Outros acionistas	1.462.035	15,2%	4.906.480	30,7%	6.368.515	24,9%
Total	**9.622.313**	**100,0%**	**15.973.810**	**100,0%**	**25.596.123**	**100,0%**

O quadro a seguir indica a composição do nosso capital social após a conclusão da Oferta Global, incluindo os acionistas que detenham mais de 5% do capital social, por participação total e por espécie, bem como os demais Acionistas Vendedores não abrangidos pelo critério anteriormente descrito, e assumindo a colocação da totalidade das Ações, considerando as Ações Adicionais e sem considerar o exercício da Opção de Lote Suplementar.

	Composição do Capital Social após a Oferta Global[1]					
	Ações Ordinárias		**Ações Preferenciais**		**Total**	
Acionistas	**Quantidade**	**Percentual**	**Quantidade**	**Percentual**	**Quantidade**	**Percentual**
Jorge Eduardo Saraiva	4.520.326	47,0%	0	0,0%	4.520.326	15,8%
Olga Maria Barbosa Saraiva	1.131.364	11,8%	0	0,0%	1.131.364	4,0%
Maria Eugênia Saraiva Mendes Gonçalves	493.557	5,1%	0	0,0%	493.557	1,7%
Maria Henriqueta Saraiva Mendes Gonçalves	493.557	5,1%	54.739	0,3%	548.296	1,9%
Maria Cecília Saraiva Mendes Gonçalves	493.556	5,1%	50.500	0,3%	544.056	1,9%
Maria Sylvia Saraiva Mendes Gonçalves	493.556	5,1%	0	0,0%	493.556	1,7%
Maria Helena Saraiva	342.000	3,6%	0	0,0%	342.000	1,2%
Ruy Mendes Gonçalves	155.937	1,6%	0	0,0%	155.937	0,5%
Hatteras LLC	1.059	0,0%	1.353.018	7,1%	1.354.077	4,7%
IP Participações Fundo de Investimento em Ações	3.490	0,0%	911.662	4,8%	915.152	3,2%
IP Seleção Fundo de Investimento em Ações	0	0,0%	828.223	4,4%	828.223	2,9%
IP-Green Fundo de Investimento em Ações Previdenciário	0	0,0%	356.599	1,9%	356.599	0,6%
IP Participações Institucional Fundo de Investimento em Ações	86	0,0%	254.748	1,3%	254.834	0,9%
Samambaia V Fundo de Investimento em Ações	0	0,0%	176.222	0,9%	176.222	1,2%
Banesprev Mais Valor Ações Fundo de Investimento	0	0,0%	116.754	0,6%	116.754	0,4%
IFC	0	0,0%	319.270	1,7%	319.270	1,1%
IRB Brasil Resseguros S.A	0	0,0%	979.880	5,2%	979.880	3,4%
Ações em tesouraria	31.790	0,3%	365.750	1,9%	397.540	1,4%
Outros acionistas	1.462.035	15,2%	12.906.445	68,0%	14.368.480	50,2%
Total	**9.622.313**	**100,0%**	**18.973.810**	**100,0%**	**28.596.123**	**100,0%**

[1] Considerando as Ações Adicionais e sem considerar o exercício da Opção de Lote Suplementar.

O quadro a seguir indica a composição do nosso capital social após a conclusão da Oferta Global, incluindo os acionistas que detenham mais de 5% do capital social, por participação total e por espécie, bem como os demais Acionistas Vendedores não abrangidos pelo critério anteriormente descrito, e assumindo a colocação da totalidade das Ações e das Ações Adicionais e o exercício integral da Opção de Lote Suplementar.

	Composição do Capital Social após a Oferta Global[1]					
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
Acionistas	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Jorge Eduardo Saraiva	4.520.326	47,0%	0	0,0%	4.520.326	15,8%
Olga Maria Barbosa Saraiva	1.131.364	11,8%	0	0,0%	1.131.364	4,0%
Maria Eugênia Saraiva Mendes Gonçalves	493.557	5,1%	0	0,0%	493.557	1,7%
Maria Henriqueta Saraiva Mendes Gonçalves	493.557	5,1%	54.739	0,3%	548.296	1,9%
Maria Cecília Saraiva Mendes Gonçalves	493.556	5,1%	50.500	0,3%	544.056	1,9%
Maria Sylvia Saraiva Mendes Gonçalves	493.556	5,1%	0	0,0%	493.556	1,7%
Maria Helena Saraiva	342.000	3,6%	0	0,0%	342.000	1,2%
Ruy Mendes Gonçalves	155.937	1,6%	0	0,0%	155.937	0,5%
Hatteras LLC	1.059	0,0%	946.833	5,0%	947.892	3,3%
IP Participações Fundo de Investimento em Ações	3.490	0,0%	637.975	3,4%	641.465	2,2%
IP Seleção Fundo de Investimento em Ações	0	0,0%	579.585	3,1%	579.585	2,0%
IP-Green Fundo de Investimento em Ações Previdenciário	0	0,0%	249.546	1,3%	249.546	0,9%
IP Participações Institucional Fundo de Investimento em Ações	86	0,0%	178.271	0,9%	178.357	0,6%
Samambaia V Fundo de Investimento em Ações	0	0,0%	123.319	0,6%	123.319	0,4%
Banesprev Mais Valor Ações Fundo de Investimento	0	0,0%	81.703	0,4%	81.703	0,3%
IFC	0	0,0%	319.270	1,7%	319.270	1,1%
IRB Brasil Resseguros S.A	0	0,0%	979.880	5,2%	979.880	3,4%
Ações em tesouraria	31.790	0,3%	365.750	1,9%	397.540	1,4%
Outros acionistas	1.462.035	15,2%	14.405.739	75,9%	15.867.774	55,5%
Total	**9.622.313**	**100,0%**	**18.973.810**	**100,0%**	**28.596.123**	**100,0%**

[1] Considerando as Ações Adicionais e o exercício da Opção de Lote Suplementar.

Características e Prazos

Descrição da Oferta Global

A Oferta Global compreende a distribuição primária de, inicialmente, 3.000.000 de Ações, e secundária de 5.299.965 Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, de nossa emissão.

A Oferta Global compreenderá simultaneamente (i) a distribuição de 6.946.946 Ações no Brasil, sendo 3.000.000 Ações distribuídas por meio de distribuição primária e 3.946.946 Ações distribuídas por meio de distribuição secundária, em mercado de balcão não-organizado, nos termos da Instrução CVM 400 e, ainda, com esforços de venda no exterior, por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, BACEN e CVM, em conformidade com o disposto nas isenções de registro previstas na Regra 144A e no Regulamento S, ambos no âmbito do *Securities Act*; e (ii) a distribuição, no exterior, de 1.353.019 Ações, sob a forma de 1.353.019 *GDSs*, representadas por *GDRs*, de titularidade dos Acionistas Vendedores, em conformidade com o disposto nas isenções de registro previstas na Regra 144A e no Regulamento S, ambos no âmbito do *Securities Act*. Cada *GDS* corresponde a uma Ação. Não foi realizado nenhum registro da Oferta Global, das Ações ou das *GDSs* na *SEC* ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto o Brasil.

A quantidade total de Ações da Oferta Brasileira poderá ainda ser acrescida de um lote suplementar de até 1.199.994 Ações do Lote Suplementar, mediante o exercício da Opção de Lote Suplementar, que poderá ser exercida no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do Anúncio de Início.

Sem prejuízo das Ações do Lote Suplementar, a quantidade de 7.999.965 Ações inicialmente ofertada no âmbito da Oferta Global foi, a critério dos Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta Global,

aumentada em 300.000 Ações, representando 3,75% do total das Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Global, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º da Instrução CVM 400, de titularidade da *IFC*, totalizando 8.299.965 Ações.

Quantidade e Valor dos Valores Mobiliários

Considerando as Ações Adicionais e sem considerar o exercício da Opção de Lote Suplementar:

Ofertante	**Quantidade**	**Preço de distribuição por ação (R$)**	**Montante (R$)**	**Recursos Líquidos (R$)**
Saraiva S.A. Livreiros Editores	3.000.000	22,00	66.000.000	63.172.800[1]
Distribuição Secundária				
Jorge Eduardo Saraiva	546.350	22,00	12.019.700	11.578.577
Olga Maria Barbosa Saraiva	216.453	22,00	4.761.966	4.587.202
Ruy Mendes Gonçalves	101.673	22,00	2.236.806	2.154.715
Maria Sylvia Saraiva Mendes Gonçalves	49.357	22,00	1.085.854	1.046.003
Maria Eugênia Saraiva Mendes Gonçalves	49.355	22,00	1.085.810	1.045.961
Maria Helena Saraiva	39.548	22,00	870.056	838.125
Hatteras LLC	1.353.019	22,00	29.766.418	28.673.990
IP Participações Fundo de Investimento em Ações	911.662	22,00	20.056.564	19.320.488
IP Seleção Fundo de Investimento em Ações	828.224	22,00	18.220.928	17.552.220
IP-Green Fundo de Investimentos em Ações Previdenciário	356.599	22,00	7.845.178	7.557.260
IP Participações Institucional Fundo de Investimento em Ações	254.748	22,00	5.604.456	5.398.772
Samambaia V Fundo de Investimento em Ações	176.222	22,00	3.876.884	3.734.602
Banesprev Mais Valor Ações Fundo de Investimento	116.755	22,00	2.568.610	2.474.342
IFC	300.000	22,00	6.600.000	6.357.780
Total	**8.299.965**	**-**	**182.599.230**	**175.492.838**

[1] Com dedução das despesas com auditores, que deverão ser arcadas pela Companhia, e das comissões.

Considerando as Ações Adicionais e o exercício da Opção de Lote Suplementar:

Ofertante	Quantidade	Preço de distribuição por ação (R$)	Montante (R$)	Recursos líquidos (R$)
Distribuição Primária				
Saraiva S.A. Livreiros Editores	3.000.000	22,00	66.000.000	63.172.800[1]
Distribuição Secundária				
Jorge Eduardo Saraiva	546.350	22,00	12.019.700	11.578.577
Olga Maria Barbosa Saraiva	216.453	22,00	4.761.966	4.587.202
Ruy Mendes Gonçalves	101.673	22,00	2.236.806	2.154.715
Maria Sylvia Saraiva Mendes Gonçalves	49.357	22,00	1.085.854	1.046.003
Maria Eugênia Saraiva Mendes Gonçalves	49.355	22,00	1.085.810	1.045.961
Maria Helena Saraiva	39.548	22,00	870.056	838.125
Hatteras LLC	1.759.204	22,00	38.702.487	37.282.106
IP Participações Fundo de Investimento em Ações	1.185.349	22,00	26.077.673	25.120.622
IP Seleção Fundo de Investimento em Ações	1.076.862	22,00	23.690.967	22.821.509
IP-Green Fundo de Investimentos em Ações Previdenciário	463.652	22,00	10.200.351	9.825.998
IP Participações Institucional Fundo de Investimento em Ações	331.225	22,00	7.286.950	7.019.519
Samambaia V Fundo de Investimento em Ações	229.125	22,00	5.040.749	4.855.754
Banesprev Mais Valor Ações Fundo de Investimento	151.806	22,00	3.339.723	3.217.155
IFC	300.000	22,00	6.600.000	6.357.780
Total	**9.499.959**	**-**	**208.999.093**	**200.923.826**

[1] Com dedução das despesas com auditores, que deverão ser arcadas pela Companhia, e das comissões.

Preço de Distribuição

O Preço de Distribuição foi fixado após a conclusão do Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento junto a Investidores Institucionais no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta Brasileira, em conformidade com o artigo 44 da Instrução CVM 400 e de acordo com os critérios indicados no inciso III do parágrafo 1º do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações e, no exterior, pelos Coordenadores da Oferta Internacional. A escolha do critério de preço de mercado para a determinação do Preço de Distribuição por meio do Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento justifica-se pelo fato de que tal critério reflete o valor pelo qual os investidores apresentaram suas intenções de subscrição e aquisição das Ações no contexto da Oferta Global. Os Investidores Não-Institucionais que aderiram à Oferta Brasileira não participaram do Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento e, portanto, do processo de fixação do Preço de Distribuição das Ações. O Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento consistiu no recebimento de intenções firmes de investimento para subscrição/aquisição das Ações por Investidores Institucionais e na determinação do Preço de Distribuição, tomando-se por base: (i) a cotação das Ações negociadas na BOVESPA; e (ii) as indicações de interesse, em função da qualidade de demanda (por volume e preço), submetidas por potenciais Investidores Institucionais para a aquisição das Ações, em conformidade com o disposto nos artigos 23, parágrafo 1º, e 44 da Instrução CVM 400. A Oferta Global, bem como o aumento do capital social da Companhia, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas para subscrição das Ações no contexto da distribuição primária, e, conseqüentemente, o Preço de Distribuição, foram aprovados em reuniões do Conselho de Administração da Companhia realizadas antes da concessão dos registros das distribuições primária e secundária. Adicionalmente, os termos e condições da distribuição secundária, incluindo o Preço de Distribuição, foram aprovados pelos Acionistas Vendedores que são fundos de investimento e pela *IFC*, nos termos de seus regulamentos e atos societários, respectivamente.

	Preço (R$)	Comissões (R$)	Recursos líquidos[1] (R$)
Por Ação Preferencial.....	22,00	0,81	21,19
Por *GDS*	22,00	0,81	21,19

[1] Sem dedução das despesas da Oferta Global.

Custos de Distribuição

Os custos de distribuição da Oferta Global serão incorridos pelo Santander e pelo Pactual, exceção feita às despesas com auditores, que serão arcadas pela Companhia. A Companhia estima que tais despesas corresponderão, no total, a aproximadamente R$ 405 mil. Abaixo segue descrição dos custos relativos à Oferta Global:

Comissões e Taxas	Valor (R$)	% em Relação ao Valor Total da Oferta Brasileira
Comissão de Coordenação	1.291.834,35	0,9%
Comissão de Colocação.....	3.875.503,04	2,7%
Comissão de Garantia Firme de Liquidação	1.291.834,35	0,9%
Total de Comissões.....	**6.459.171,74**	**4,4%**
Despesas de Registro e Listagem da Oferta Pública..	165.740,00	0,1%
Outras Despesas[1]	878.320,00	0,6%
Total	**7.503.231,74**	**5,1%**

[1] Custos estimados com advogados, consultores e publicidade da Oferta Pública, à exceção das despesas com os auditores da Companhia, que deverão ser arcadas pela última.

Aprovações Societárias

A autorização para o aumento do nosso capital, a realização da distribuição primária, a possibilidade de realização do Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento e a exclusão do direito de preferência dos nossos atuais acionistas na subscrição das Ações da distribuição primária por ocasião da Oferta Global foram aprovadas na reunião de nosso Conselho de Administração, realizada em 09 de março de 2006. O aumento do nosso capital e a correspondente fixação do Preço de Distribuição foram aprovados em reunião de nosso Conselho de Administração realizada antes da concessão do registro da Oferta Pública pela CVM, em 11 de abril de 2006.

A autorização para a alienação das Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores que são fundos de investimento e da *IFC* na distribuição secundária, bem como os termos e condições da Oferta Global, incluindo a fixação do Preço de Distribuição, foram aprovados nos termos de seus regulamentos e atos societários, respectivamente.

Reserva de Capital

A totalidade do valor da emissão das Ações Preferenciais objeto da distribuição pública primária da Oferta Global será alocada integralmente à conta de capital social. Não será constituída reserva de capital.

Público-Alvo da Oferta Brasileira

As Ações serão ofertadas a Investidores Não-Institucionais e a Investidores Institucionais.

Os Coordenadores da Oferta Brasileira, em conjunto com as Corretoras Consorciadas realizarão a distribuição das Ações da Oferta Brasileira, em regime de garantia firme de liquidação não solidária, nos termos da Instrução CVM 400, e conforme previsto no Contrato de Distribuição, por meio da Oferta de Varejo e da Oferta Institucional (ver *" – Contrato de Distribuição"*).

A Oferta Institucional será realizada aos Investidores Institucionais.

Observados os limites previstos em *"- Procedimentos da Oferta Brasileira"*, a Oferta de Varejo será realizada aos Investidores Não-Institucionais.

Cronograma da Oferta Global

Ver *"II. Sumário – A Oferta Global"*.

Procedimentos da Oferta Brasileira

Após o encerramento do Período de Reserva, a conclusão do Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento, a concessão do registro da Oferta Brasileira pela CVM, a publicação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo, as Instituições Participantes da Oferta Brasileira efetuarão a colocação pública das Ações, por meio da Oferta de Varejo e da Oferta Institucional, sendo que a Oferta Institucional será realizada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta Brasileira, observado o disposto na Instrução CVM 400 e o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Nível 2 de Governança Corporativa.

O montante de, no mínimo, 10% das Ações objeto da Oferta Global, excluindo as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, será destinado prioritariamente a Investidores Não-Institucionais que fizeram reservas, irrevogáveis e irretratáveis, por meio de instrumento de reserva de Ações ("Pedido de Reserva"), observada a condição de eficácia disposta no sub-item (iii) abaixo e exceto pelo disposto no sub-item (xi) deste item:

(i) foi concedido aos Investidores Não-Institucionais o prazo de 8 dias úteis, iniciado em 29 de março de 2006 e encerrado em 07 de abril de 2006, inclusive ("Período de Reserva"), para a realização dos respectivos Pedidos de Reserva, nas condições descritas abaixo;

(ii) os Investidores Não-Institucionais que sejam (a) administradores ou controladores da Companhia, (b) administradores ou controladores das Instituições Participantes da Oferta Brasileira, e (c) outras pessoas vinculadas à Oferta Global, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau de cada uma das pessoas referidas nos itens (a), (b) e (c) ("Pessoas Vinculadas"), tiveram seus respectivos Pedidos de Reserva cancelados pela Instituição Participante da Oferta Brasileira que recebeu o respectivo Pedido de Reserva, uma vez que houve excesso de demanda superior em pelo menos um terço à quantidade de Ações, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400;

(iii) cada Investidor Não-Institucional efetuou Pedido de Reserva em uma única Corretora Consorciada, observado o valor mínimo de investimento de R$ 1.000,00 e o valor máximo de investimento de R$ 300.000,00 por Investidor Não-Institucional ("Valor Mínimo" e "Valor Máximo", respectivamente), sendo que tais Investidores Não-Institucionais puderam estipular no Pedido de Reserva como condição de sua eficácia um preço máximo por Ação, conforme previsto no parágrafo 3º do artigo 45 da Instrução CVM 400. Os Pedidos de Reserva realizados pelos Investidores Não-Institucionais que estipulavam, como condição de sua eficácia um preço máximo por Ação inferior ao Preço de Distribuição, foram automaticamente cancelados pela Corretora Consorciada com a qual o Pedido de Reserva fora realizado;

(iv) **recomendou-se aos Investidores Não-Institucionais que verificassem com a Corretora Consorciada de sua preferência, antes de realizarem seus Pedidos de Reserva, se esta, a seu exclusivo critério, exigiria manutenção de recursos em conta de investimento aberta e/ou mantida em tal Corretora Consorciada, para fins de garantia do Pedido de Reserva;**

(v) recomendou-se aos Investidores Não-Institucionais interessados na efetivação do Pedido de Reserva a leitura cuidadosa dos termos e condições estipulados nos Pedidos de Reserva, especialmente no que dizia respeito aos procedimentos relativos à liquidação da Oferta Brasileira, assim como as informações constantes deste Prospecto;

(vi) cada Corretora Consorciada deverá informar a quantidade de Ações a serem subscritas/adquiridas e o correspondente valor do investimento ao Investidor Não-Institucional que com ela tenha realizado Pedido de Reserva, até as 16:00 horas do dia seguinte à data de publicação do Anúncio de Início, por meio de seu endereço eletrônico ou, na sua ausência, por telefone ou correspondência, sendo o pagamento limitado ao valor do Pedido de Reserva, ressalvada a possibilidade de rateio, conforme previsto no item (x) abaixo;

(vii) o Investidor Não-Institucional deverá efetuar o pagamento do valor indicado conforme item (vi) acima à Corretora Consorciada com a qual tenha realizado seu Pedido de Reserva, em recursos imediatamente disponíveis, até as 10:30 horas da Data de Liquidação (conforme definido abaixo). Ressalvado o disposto no sub-item (xi) abaixo, não havendo pagamento pontual, o Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela Corretora Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado;

(viii) na Data de Liquidação, cada Corretora Consorciada com a qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado entregará a cada Investidor Não-Institucional, que com ela tiver feito seu Pedido de Reserva, o número de Ações correspondente à relação entre o valor constante do Pedido de Reserva e o Preço de Distribuição, desconsiderando-se, para tanto, as frações de ações;

(ix) caso a totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não-Institucionais seja igual ou inferior ao montante de 10% das Ações, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, não haverá rateio, sendo todos os Investidores Não-Institucionais integralmente atendidos em todas as suas reservas e as eventuais sobras no lote ofertado aos Investidores Não-Institucionais destinadas aos Investidores Institucionais;

(x) caso a totalidade dos Pedidos de Reserva seja superior ao montante de 10% das Ações, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, será realizado o rateio de tais Ações entre todos os Investidores Não-Institucionais que aderirem à Oferta de Varejo, sendo que (a) até o limite de R$ 5.000,00, inclusive, o critério de rateio será a divisão igualitária e sucessiva das Ações destinadas à Oferta de Varejo entre todos os Investidores Não-Institucionais, limitada ao valor individual de cada Pedido de Reserva e ao valor total de Ações destinadas à Oferta de Varejo; e (b) uma vez atendido o critério descrito na alínea (a) acima, as Ações destinadas à Oferta de Varejo remanescentes serão rateadas proporcionalmente ao valor do Pedido de Reserva entre todos os Investidores Não-Institucionais, desconsiderando-se, entretanto, em ambos os casos, as frações de Ações. Opcionalmente, os Coordenadores da Oferta Brasileira, de comum acordo com a Companhia e os Acionistas Vendedores, poderão determinar que a quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo poderá ser aumentada para que os pedidos excedentes possam ser total ou parcialmente atendidos, sendo que, no caso de atendimento parcial, serão observados os critérios de rateio descritos anteriormente;

(xi) exclusivamente na hipótese de ser verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e as informações constantes do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo Investidor Não-Institucional, ou a sua decisão de investimento, poderá referido Investidor Não-Institucional desistir do Pedido de Reserva após o início do Prazo de Distribuição (conforme abaixo definido). Nesta hipótese, o Investidor Não-Institucional deverá informar sua decisão de desistência do Pedido de Reserva à Corretora Consorciada que o houver recebido, em conformidade com os termos e no prazo nele previstos; e

(xii) na hipótese de não se dar início à Oferta Brasileira, ou de não haver a conclusão da Oferta Brasileira, ou no caso de resilição do Contrato de Distribuição ou, ainda, em qualquer outra hipótese de devolução do Pedido de Reserva em função de expressa disposição legal, os Pedidos de Reserva serão automaticamente cancelados e o Coordenador Líder comunicará o cancelamento da Oferta Brasileira por meio de publicação de aviso ao mercado aos Investidores Não-Institucionais que houverem efetuado Pedidos de Reserva. Nesse caso, deverão ser restituídos integralmente aos Investidores Não-Institucionais os valores eventualmente dados em contrapartida às Ações, deduzida a quantia relativa à Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira ("CPMF"), quando aplicável, sem juros ou correção monetária, em até 5 dias úteis da data de sua divulgação ao mercado, conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM 400.

Os Coordenadores da Oferta Brasileira, com a expressa anuência da Companhia e dos Acionistas Vendedores, elaboraram plano de distribuição das Ações, nos termos do parágrafo 3º, do artigo 33 da Instrução CVM 400, o qual leva em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores da Oferta Brasileira, da Companhia e dos Acionistas Vendedores, observado que os Coordenadores da Oferta Brasileira deverão assegurar a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, bem como o tratamento justo e eqüitativo aos investidores e ainda realizar os melhores esforços de dispersão acionária, conforme disposto no Regulamento do Nível 2 de Governança Corporativa, que prevê as práticas diferenciadas de governança corporativa que devem ser adotadas por companhias com ações listadas neste segmento diferenciado da BOVESPA.

As Ações da Oferta Brasileira, após o atendimento dos Pedidos de Reserva dos Investidores Não-Institucionais, serão destinadas à colocação pública aos Investidores Institucionais, não tendo sido admitidas para tais Investidores

Institucionais reservas antecipadas e inexistindo valores mínimos ou máximos de investimento. Caso o número de Ações objeto de ordens recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento, na forma do artigo 44 da Instrução CVM 400, tenha excedido o total de Ações remanescentes após o atendimento nos termos e condições acima descritos dos Pedidos de Reserva dos Investidores Não-Institucionais, terão prioridade no atendimento de suas respectivas ordens os Investidores Institucionais que, a critério dos Coordenadores da Oferta Brasileira, com a anuência da Companhia e dos Acionistas Vendedores, melhor atendam ao objetivo da Oferta Brasileira de criar uma base diversificada de acionistas formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação sobre as perspectivas, ao longo do tempo, da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional.

Os Investidores Institucionais deverão realizar a subscrição/aquisição das Ações da Oferta Brasileira mediante o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição/aquisição.

A data de início da Oferta Brasileira será divulgada mediante a publicação do Anúncio de Início, em conformidade com o previsto no parágrafo único do artigo 52 da Instrução CVM 400.

A liquidação física e financeira da Oferta Brasileira, observado o disposto no item abaixo, deverá ser realizada no 3º dia útil contado da data de publicação do Anúncio de Início ("Data de Liquidação").

Caso as Ações da Oferta Brasileira que tenham sido alocadas não sejam totalmente liquidadas no prazo de até 3 dias úteis, contado a partir da data da publicação do Anúncio de Início, os Coordenadores da Oferta Brasileira subscreverão/adquirirão, pelo preço indicado no Anúncio de Início, ao final de tal prazo, a totalidade do saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações da Oferta Brasileira objeto da garantia firme de liquidação por eles prestada e (ii) o número de Ações da Oferta Brasileira efetivamente colocadas no mercado e liquidadas pelos investidores que as subscreveram/adquiriram, observado o limite da garantia firme de liquidação prestada de forma individual e não solidária por cada um dos Coordenadores da Oferta Brasileira. Em caso de exercício da garantia firme de liquidação e posterior revenda das Ações da Oferta Brasileira ao público pelos Coordenadores da Oferta Brasileira durante o Prazo da Distribuição (conforme definido abaixo), o preço de revenda será o preço de mercado das Ações, até o limite máximo do Preço de Distribuição por Ação, ressalvada a atividade de estabilização realizada nos termos do Contrato de Estabilização.

O prazo de distribuição das Ações é de até 6 meses, contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início ou até a data da publicação do Anúncio de Encerramento, se este ocorrer primeiro ("Prazo de Distribuição"), conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400. Não serão negociados recibos de subscrição durante o Prazo de Distribuição.

O investimento em ações representa um investimento de risco, visto que é um investimento em renda variável e, assim, investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há nenhuma classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de subscrever/adquirir as Ações. Para maiores informações, veja a Seção* "VI. Fatores de Risco"*.

Contrato de Distribuição

Celebramos com nosso Acionista Controlador, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta Brasileira e a CBLC (como interveniente-anuente), o Contrato de Distribuição. De acordo com os termos do Contrato de Distribuição, os Coordenadores da Oferta Brasileira concordam em distribuir em regime de garantia firme de liquidação não solidária, a totalidade das Ações da Oferta Brasileira, incluindo as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar. A tabela a seguir indica a quantidade de Ações objeto da garantia firme de liquidação no âmbito da Oferta Brasileira, sem levar em conta as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

	Número de Ações[1]	Percentual
Coordenador Líder.....	3.323.473	50,0%
Pactual.....	3.323.473	50,0%
Total.....	**6.646.946**	**100,0%**

[1] Sem levar em conta as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.

Também celebramos, com os Coordenadores da Oferta Internacional, os Agentes de Colocação, o Acionista Controlador e os Acionistas Vendedores, o contrato de distribuição da Oferta Internacional ("*International Agency and Purchase Agreement*"), segundo o qual os Coordenadores da Oferta Internacional e os Agentes de Colocação (i) realizarão esforços de venda de Ações no exterior, por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, BACEN e CVM, em conformidade com o disposto nas isenções de registro previstas na Regra 144A e no Regulamento S, ambos no âmbito do *Securities Act* e (ii) prestarão garantia firme, não solidária, de aquisição da totalidade das *GDSs* objeto da Oferta Internacional. Segue abaixo a quantidade inicial de Ações, sob a forma de *GDSs*, que cada um dos Coordenadores da Oferta Internacional comprometeu-se a distribuir:

	Número de *GDSs*	Percentual
Santander Investment Securities Inc.....	676.510	50,0%
Pactual Capital Corporation.....	676.509	50,0%
Total.....	**1.353.019**	**100,0%**

O Contrato de Distribuição e o *International Agency and Purchase Agreement* estabelecem que a obrigação de os Coordenadores da Oferta Brasileira e os Coordenadores da Oferta Internacional efetuarem o pagamento pelas Ações e pelas *GDSs* está sujeita a determinadas condições, como (i) a entrega de opiniões legais por seus assessores jurídicos; (ii) a assinatura de compromissos de restrição à negociação de ações preferenciais ou de *GDSs* pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores; e (iii) a emissão de carta de conforto pelos auditores independentes da Companhia relativa às demonstrações financeiras consolidadas e demais informações financeiras da Companhia contidas neste Prospecto. De acordo com o Contrato de Distribuição e o *International Agency and Purchase Agreement*, a Companhia e os Acionistas Vendedores se obrigam a indenizar os Coordenadores da Oferta Brasileira, os Coordenadores da Oferta Internacional e os Agentes de Colocação em certas circunstâncias e contra determinadas contingências. As Ações e as *GDS* estão sendo ofertadas pelas Instituições Participantes da Oferta Brasileira, pelos Coordenadores da Oferta Internacional e pelos Agentes de Colocação pelo Preço de Distribuição.

A liquidação da Oferta Brasileira é condicionada à liquidação da Oferta Internacional.

Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação

A garantia firme de liquidação consiste na obrigação individual e não solidária de cada um dos Coordenadores da Oferta Brasileira de subscrever/adquirir, na Data de Liquidação, pelo Preço de Distribuição, a quantidade de Ações da Oferta Brasileira (que inclui a Oferta de Varejo e a Oferta Institucional) até o limite referido no Contrato de Distribuição. Esta garantia é vinculante a partir do momento em que for concluído o Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento e assinado o Contrato de Distribuição. Caso a totalidade das Ações da Oferta Brasileira não tenha sido totalmente subscrita/adquirida no prazo de até três dias úteis, contados da data de publicação do Anúncio de Início, os Coordenadores da Oferta Brasileira subscreverão/adquirirão, pelo Preço de Distribuição, a totalidade do saldo resultante da diferença (a) entre o número de Ações objeto da garantia firme de liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta Brasileira; e (b) o número de Ações efetivamente colocado no mercado, observado o limite e a proporção da garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta Brasileira.

Restrições à Negociação de Ações (Lock-up)

A Companhia, seus administradores, seu Acionista Controlador e os Acionistas Vendedores comprometem-se a celebrar acordos de restrição à venda de ações preferenciais de emissão da Companhia e *GDSs*, por meio dos quais eles se obrigam a não emitir, oferecer, ou de qualquer forma alienar ou ceder qualquer ação preferencial de emissão da Companhia, qualquer valor mobiliário conversível ou permutável em, ou que represente um direito de receber ações preferenciais de emissão da Companhia (incluindo, mas sem limitação, *GDSs*), por um período de 180 dias contados da

data do Prospecto Definitivo, exceto as Ações, incluindo as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar. Não obstante o disposto anteriormente, fica expressamente ressalvado que a Companhia poderá, no período em questão, estabelecer um novo programa no âmbito de seu Plano de Opção de Compra de Ações, desde que não autorize o exercício de nenhuma opção sob esse programa no referido período. Fica, ainda, ressalvado que a IP poderá efetuar transferências diretas entre os fundos geridos pela IP (ou seja, Fundos Geridos pela IP e outros fundos geridos pela mesma instituição) e, de acordo com os termos abaixo estabelecidos, sempre que houver o resgate de quotas detidas por quotistas dos Fundos Geridos pela IP, e somente nessa hipótese, alienar Ações, de modo que a participação relativa das Ações nas carteiras dos fundos em questão se reestabeleça aos níveis verificados no momento do resgate. A IP deverá, nessa hipótese, após a venda das Ações, comunicar por escrito, após o pagamento do resgate, aos Coordenadores da Oferta Brasileira a realização da referida venda, informando o montante de Ações alienadas. Entretanto, a IP não poderá vender Ações em um único dia em montante que exceda 25% da média do volume diário negociado (considerando os 20 dias anteriores de negociação na BOVESPA) sem a prévia consulta ao Coordenador Líder.

Estabilização do Preço das Ações

O Santander, por intermédio de sua corretora, poderá realizar atividades de estabilização, no prazo de até 30 dias, a contar da data de publicação do Anúncio de Início, por meio de operações de compra e venda de ações de emissão da Companhia, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi aprovado pela BOVESPA e pela CVM antes da publicação do Anúncio de Início.

Direitos, Vantagens e Restrições das Ações

As Ações conferem aos seus titulares os direitos, vantagens e restrições decorrentes da Lei das Sociedades por Ações, do Regulamento do Nível 2, e do nosso Estatuto Social, dentre as quais, destacamos os seguintes:

- direito de serem incluídas em oferta pública em decorrência de alienação de nosso controle, de modo a assegurar a seus titulares preço igual a pelo menos 90% do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle;
- obrigatoriedade de aprovação prévia, por acionistas titulares de mais da metade das ações preferenciais, reunidos em assembléia especial, de modificação do direito descrito no item anterior, seguida de deliberação pela Assembléia Geral dos Acionistas;
- direito a dividendos iguais aos atribuídos às ações ordinárias, ou seja, dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e o saldo do lucro líquido do exercício que remanescer após as destinações estabelecidas na referida lei e no nosso Estatuto Social;
- participação na distribuição de ações bonificadas provenientes de capitalização de reservas, lucros acumulados e de quaisquer outros fundos, em igualdade de condições com titulares de ações ordinárias;
- obrigatoriedade de aprovação prévia, por acionistas titulares de mais da metade das ações preferenciais, reunidos em assembléia especial, da retenção, por mais de quatro trimestres sucessivos, de disponibilidade financeira em quantia superior a 25% do ativo total da Companhia;
- todos os demais direitos assegurados às Ações, nos termos previstos no nosso Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações; e
- atribuição de dividendos integrais e todos os outros benefícios que vierem a ser declarados exclusivamente após a publicação do Anúncio de Início.

Além disso, as Ações atribuem direito de voto apenas com relação às seguintes matérias:

- a transformação, incorporação, cisão e fusão envolvendo diretamente a Companhia;
- aprovação de contratos entre a Companhia e seu Acionista Controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em nossa Assembléia Geral de acionistas;
- avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia;
- nomeação de empresa especializada para avaliação do valor econômico de ações de emissão da Companhia, para fins de oferta pública de aquisição de ações a ser realizada para o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, para a descontinuidade pela Companhia das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do

Nível 2 da BOVESPA, ou para a reorganização societária da qual a companhia resultante não seja classificada como detentora do padrão de governança corporativa Nível 2; e

- alteração ou modificação de dispositivos no nosso Estatuto Social que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do Regulamento do Nível 2, ressalvado que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Adesão ao Nível 2.

Admissão à Negociação de Ações

As Ações são admitidas à negociação na BOVESPA sob o símbolo "SLED4". Para maiores informações sobre a negociação das Ações na BOVESPA, consulte uma sociedade corretora de valores mobiliários autorizada a operar na BOVESPA. As Ações encontram-se listadas para negociação no Nível 2 de Governança Corporativa desde 07 de abril de 2006. Não será realizado nenhum registro da Oferta Global, das Ações ou das *GDSs* na *SEC* ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto o Brasil.

Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação

Nós e os Acionistas Vendedores, em conjunto, poderemos requerer que a CVM nos autorize a modificar ou cancelar a Oferta Global, caso ocorram alterações posteriores, materiais e inesperadas nas circunstâncias inerentes à Oferta Global, existentes na data do pedido de registro de distribuição, que resultem em um aumento relevante nos riscos assumidos por nós e/ou pelo Acionistas Vendedores. Adicionalmente, nós e os Acionistas Vendedores poderemos modificar, a qualquer tempo, a Oferta Global, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no parágrafo 3º, do artigo 25 da Instrução CVM 400. Caso o requerimento de modificação das condições da Oferta Global seja aceito pela CVM, o prazo para distribuição da Oferta Global poderá ser adiado em até 90 dias, contados da aprovação do pedido de registro. Se a Oferta Global for cancelada, os atos de aceitação anteriores e posteriores ao cancelamento serão considerados ineficazes.

A revogação ou qualquer modificação da Oferta Global será imediatamente divulgada por meio do Diário Oficial do Estado de São Paulo e da Gazeta Mercantil - Região de São Paulo), veículos também usados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400 ("Anúncio de Retificação"). Após a publicação do Anúncio de Retificação, os Coordenadores da Oferta Brasileira só aceitarão ordens no Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento e Pedidos de Reserva daqueles investidores que se declararem cientes dos termos do Anúncio de Retificação. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta Brasileira serão considerados cientes dos termos do Anúncio de Retificação quando, passados 5 dias úteis de sua publicação, não revogarem expressamente suas ordens no Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento ou seus Pedidos de Reserva. Nessa hipótese, as Instituições Participantes da Oferta Brasileira presumirão que os investidores pretendem manter a declaração de aceitação.

Em qualquer hipótese, a revogação torna ineficazes a Oferta Global e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às Ações, sem qualquer acréscimo, conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM 400, sendo permitida a dedução do valor relativo à CPMF.

Suspensão e Cancelamento da Oferta Brasileira

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (a) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro; e (b) deverá suspender qualquer oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão de uma oferta não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro.

A suspensão ou o cancelamento da Oferta Brasileira será informado aos investidores que já tenham aceitado a Oferta Brasileira, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o 5º (quinto) dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação. Todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta Brasileira, na hipótese de seu cancelamento e os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Ações,

conforme o disposto no parágrafo único do artigo 20 da Instrução CVM 400, no prazo de 3 (três) dias úteis, sem qualquer remuneração ou correção monetária, com a dedução do valor relativo à CPMF.

Relacionamentos entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta Brasileira e Coordenadores da Oferta Internacional

Exceção feita à Oferta Global e ao contrato de formador de mercado firmado entre nós e o Banco Pactual em 23 de março de 2006, os Coordenadores da Oferta Brasileira, os Coordenadores da Oferta Internacional e/ou sociedades de seus respectivos conglomerados econômicos não mantêm relacionamento comercial conosco. No futuro, os Coordenadores da Oferta Brasileira, os Coordenadores da Oferta Internacional e/ou sociedades de seus respectivos conglomerados econômicos poderão nos prestar serviços de banco de investimento, consultoria financeira e outros serviços similares, pelos quais pretendem receber comissão.

Relacionamentos entre os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta Brasileira e Coordenadores da Oferta Internacional

Os Fundos Geridos pela IP utilizam serviços de corretagem prestados pela Santander Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários e pela Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., pertencentes, respectivamente, aos conglomerados econômicos do Coordenador Líder e do Pactual. Adicionalmente o Banco Pactual S.A. possui mandato outorgado pela IP para intermediar oferta pública de distribuição secundária de bônus de subscrição de ações ordinárias, Série B, de emissão do Banco do Brasil S.A. mediante leilão público na BOVESPA.

Adicionalmente, o Fundo Gerido pela IP Banesprev Mais Valor Ações Fundo de Investimento, é o Fundo Banespa de Seguridade Social patrocinado pelo Banespa S.A., uma entidade pertencente ao conglomerado do Coordenador Líder.

Instituição Financeira Escrituradora das Ações

A instituição financeira contratada para prestação de serviços de escrituração das Ações é o Banco Itaú S.A.

Instituição Financeira Custodiante das Ações Subjacentes às GDSs

A instituição financeira contratada para prestação de serviços de custódia das Ações subjacentes às *GDSs* é o Banco Itaú S.A.

Instituição Financeira Depositária das GDSs

A instituição financeira contratada para prestação de serviços de depositária das *GDSs* será o *The Bank of New York*.

Informações Complementares

Os Coordenadores da Oferta Brasileira recomendam aos investidores, antes de tomar qualquer decisão de investimento relativo às Ações, a consulta ao Prospecto Definitivo, que estará à disposição dos interessados a partir de 12 de abril de 2006, nos endereços da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta Brasileira, mencionados na Seção *"IV. Identificação de Administradores, Consultores e Auditores"*, da CVM e BOVESPA. A leitura do Prospecto Definitivo possibilita aos investidores uma análise detalhada dos termos e condições da Oferta Global e, mais especificamente, da Oferta Brasileira e dos riscos a elas inerentes.

Maiores informações sobre a Oferta Brasileira e sobre o procedimento de reserva, incluindo cópias do Contrato de Distribuição e do Contrato de Estabilização e dos demais documentos e contratos relativos à Oferta Brasileira poderão ser obtidos com as Instituições Participantes da Oferta Brasileira. Para maiores informações, veja a Seção "*IV. Identificação dos Administradores, Consultores e Auditores*".

IV. IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES

1. **Companhia**

Saraiva S.A. Livreiros Editores
Avenida Marquês de São Vicente, n° 1.697
01139-904 São Paulo, SP
Brasil
At: Sr. João Luís Ramos Hopp – Diretor de Relações com Investidores
Tel: (0xx11) 3613-3263
Fax: (0xx11) 3619-3062
www.saraivari.com.br
jlhopp@editorasaraiva.com.br

2. **Coordenadores da Oferta Brasileira**

2.1 Coordenador Líder

Banco Santander Brasil S.A.
Rua Amador Bueno, nº 474, Bloco C, 3º andar
04752-005 São Paulo, SP
Brasil
At: Sr. Enrico Carbone – Vice-Presidente
Tel: (0xx11) 5538-6937
Fax: (0xx11) 5538-8252
www.santander.com.br

O Coordenador Líder esclarecerá quaisquer dúvidas referentes à Oferta Global, inclusive para os fins do Artigo 33, § 3º, III, da Instrução CVM 400.

2.2 Coordenador

Banco Pactual S.A.
Praia de Botafogo nº 501, 6º andar
22250-040 Rio de Janeiro, RJ
Brasil
At: Sr. Evandro Pereira
Tel: (0xx 11) 3046-2000
Fax: (0xx 11) 3046-2001
www.pactual.com.br

3. Consultores Legais

3.1 Companhia, Acionistas Vendedores e Coordenadores da Oferta Brasileira para o Direito Brasileiro

Machado, Meyer, Sendacz e Opice – Advogados
Rua da Consolação nº 247, 4º andar
01301-903 São Paulo, SP
Brasil
Tel: (0xx11) 3150-7000
Fax: (0xx11) 3150-7071

3.2 Coordenadores da Oferta Internacional para o Direito dos Estados Unidos da América

Linklaters
Rua General Furtado do Nascimento, nº 66, Térreo
05465-070 São Paulo, SP
Brasil
Tel: (0xx11) 3024-6100
Fax: (0xx11) 3024-6200

4. Auditores da Companhia

4.1 Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (2004/2005)
Rua Alexandre Dumas, nº 1981.
04719-906 – São Paulo, SP
At.: Sr. Maurício Pires Andrade Resende
Tel: (0xx11) 5186-1000
Fax: (0xx11) 5181-2911

4.2 KPMG Auditores Independentes (2003)
Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33
04530-904 – São Paulo, SP
At.: Sr. Adelino Dias Pinho
Tel: (0xx11) 3067-3109
Tel: (0xx11) 3079-3752

V. INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

Identificação	Saraiva S.A. Livreiros Editores, sociedade por ações, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 60.500.139/0001-26 e com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.025.300.
Sede	A sede da Companhia está localizada na Avenida Marquês de São Vicente, n° 1697, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
Diretoria de Relações com Investidores	A Diretoria de Relações com Investidores está localizada na Rua Edgar Theotônio Santana, 206, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. O responsável por esta diretoria é o Sr. João Luís Ramos Hopp. O telefone do Departamento de Relações com Investidores é (11) 3613-3263, o fax é (11) 3619-3062 e o e-mail é jlhopp@editorasaraiva.com.br.
Auditores Independentes da Companhia	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, para os exercícios de 2004 e 2005, e KPMG Auditores Independentes, para o exercício de 2003.
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos pela Companhia	As Ações são negociadas na BOVESPA sob o código "SLED4". Para informações mais detalhadas, veja a Seção *"XII. Informações sobre o Mercado"*.
Jornais nos quais a Companhia divulga Informações	As publicações realizadas pela Companhia em decorrência da Lei das Sociedades por Ações são divulgadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Gazeta Mercantil – Região de São Paulo.
Website na Internet	www.saraivari.com.br As informações constantes do nosso *website* não integram este Prospecto. O investidor não deve basear-se nas informações do *website* para formar sua decisão de investimento nas Ações.
Atendimento aos Acionistas	O atendimento aos acionistas da Companhia é efetuado em qualquer agência do Banco Itaú S.A., cuja sede está localizada na Rua Boa Vista, nº 180, 1º subsolo, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. O responsável pelo atendimento aos nossos acionistas é o Sr. Cláudio Vieira Ribeiro. Segue, abaixo, o telefone para contatar o Sr. Cláudio, do departamento de acionistas do Banco Itaú S.A.: (11) 5029-1917.
Informações Adicionais	Quaisquer outras informações complementares sobre a Companhia e a Oferta Global poderão ser obtidas (i) na Companhia, em sua sede; (ii) no Coordenador Líder, Banco Santander Brasil S.A., na Rua Amador Bueno, nº 474, Bloco C – 3º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; (iii) no Banco Pactual, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 6º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ou Praia de Botafogo, nº 501, 5° e 6° andares, Torre Corcovado, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; (iv) na BOVESPA, na Rua XV de Novembro, nº 275, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; e (v) na CVM, na Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro ou, na Rua Líbero Badaró, nº 471, 7º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

VI. FATORES DE RISCO

O investimento nas nossas Ações envolve alto grau de risco. Os investidores devem considerar cuidadosamente os riscos descritos abaixo antes de tomar uma decisão de investimento. Nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais podem ser afetados de maneira adversa por quaisquer desses riscos. O preço de mercado das nossas Ações pode diminuir devido a quaisquer desses riscos ou outros fatores, e os investidores podem vir a perder parte substancial ou todo o seu investimento. Os riscos descritos abaixo são aqueles que atualmente acreditamos que poderão nos afetar de maneira adversa, podendo riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidos por nós, ou que atualmente consideramos irrelevantes, também prejudicar nossas atividades de maneira significativa.

RISCOS RELATIVOS AO BRASIL

O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, poderia causar um efeito adverso relevante nas nossas atividades e no preço de mercado das nossas Ações.

O Governo Federal freqüentemente intervém na economia do País e ocasionalmente realiza modificações significativas em suas políticas e normas. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, freqüentemente implicaram aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. Nossas atividades, situação financeira e nossos resultados operacionais poderão ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como:

- taxas de juros;
- flutuações cambiais;
- inflação;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- política fiscal; e
- outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras. Além disso, nos últimos meses, membros do Poder Executivo e Legislativo, bem como outras pessoas aos mesmos relacionadas, estão sendo investigados em razão de alegações de conduta ilícita ou antiética. É impossível prever os possíveis resultados das investigações e se tais resultados poderão gerar uma desestabilização na economia brasileira. Sendo assim, tais incertezas, alegações de conduta ilícita ou antiética e outros acontecimentos futuros na economia brasileira poderão prejudicar as nossas atividades e os nossos resultados operacionais, podendo inclusive afetar adversamente o preço de negociação das nossas Ações.

A inflação e os esforços no Governo Federal de combate à inflação, incluindo o aumento das taxas de juros oficiais, poderão contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil, podendo prejudicar nossas atividades e o valor de mercado das nossas Ações.

No passado, o Brasil registrou índices de inflação extremamente altos. A inflação e algumas medidas tomadas pelo Governo Federal no intuito de controlá-la, combinada com a especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas, tiveram efeito negativo significativo sobre a economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. Mais recentemente, a taxa anual de inflação medida pelo IGP-M caiu de 20,10% em 1999 para 1,21% em 2005. As medidas do Governo Federal para controle da inflação freqüentemente têm incluído a manutenção de política monetária restritiva com altas taxas de juros, restringindo assim a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. Como conseqüência, as taxas de juros têm flutuado de maneira significativa. Por exemplo, as taxas de juros oficiais no Brasil no final de 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005 foram de 19,00%, 25,00%, 16,50%, 17,75%, e 18,00%, respectivamente, conforme estabelecido pelo COPOM.

Futuras medidas do Governo Federal, inclusive redução das taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do real poderão desencadear aumento de inflação. Se o Brasil experimentar inflação elevada

no futuro, talvez não sejamos capazes de reajustar os preços que cobramos de nossos clientes para compensar os efeitos da inflação sobre a nossa estrutura de custos.

Na hipótese de aumento de inflação, o Governo Federal poderá optar por elevar as taxas de juros oficiais. A alta das taxas de juros impacta diretamente o nosso custo de captação de recursos, bem como o custo de financiamento de nossos clientes, podendo inclusive afetar a capacidade de pagamento destes e provocar aumento da inadimplência. Na hipótese de se concretizar uma elevação nas taxas de juros, conforme o descrito acima, os nossos negócios poderão ser adversamente afetados.

A instabilidade cambial pode prejudicar a nossa situação financeira e os nossos resultados operacionais, bem como o preço de mercado das nossas Ações.

Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira sofreu desvalorizações em relação ao dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, mini-desvalorizações periódicas durante as quais a freqüência dos ajustes variou de diária a mensal, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o real e o dólar e outras moedas. Por exemplo, o real desvalorizou 9,56% em 2000, 18,39% em 2001 e 52,27% em 2002 frente ao dólar. Embora o real tenha valorizado 18,23%, 8,13% e 11,82% em relação ao dólar em 2003, 2004 e 2005, respectivamente, não se pode garantir que o real não sofrerá depreciação ou não será desvalorizado em relação ao dólar novamente. Em 31 de janeiro de 2006, a taxa de câmbio entre o real e o dólar era de R$ 2,341 por US$ 1,00.

As desvalorizações do real em relação ao dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo. Além disso, uma desvalorização significativa do real pode afetar nossa capacidade de arcar com os nossos custos e, conseqüentemente, causar um efeito material adverso nos nossos resultados operacionais.

Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente, podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive das nossas Ações.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive países da América Latina e países de economia emergente. Embora a conjuntura econômica desses países seja significativamente diferente da conjuntura econômica do Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras. Crises em outros países de economia emergente podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários da nossa emissão. Isso poderia prejudicar o preço de negociação das nossas Ações, além de dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das nossas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

RISCOS RELATIVOS AOS SETOR EDITORIAL, LIVREIRO E DE COMÉRCIO ELETRÔNICO

A natureza cíclica e a concentração de fornecedores na indústria de papel pode afetar os nossos custos de maneira relevante.

Tendo como sua atividade principal a edição de livros, o papel é a mais importante matéria prima da Editora. A indústria do papel apresenta natureza cíclica, sendo sensível às mudanças de demanda e oferta, que são afetadas pelas condições econômicas mundiais e brasileiras. O preço dos produtos fabricados pelos fornecedores de papel da Editora normalmente acompanha os preços do papel praticados no resto do mundo. Na hipótese do preço do papel em todo mundo sofrer um acréscimo relevante, os custos da Editora na produção de livros também aumentarão significativamente, fator este que pode vir a afetar negativamente a margem de lucros da Editora e/ou o valor total de suas vendas.

O mercado brasileiro pode vir a experimentar uma consolidação das empresas fornecedoras de papel, o que poderia resultar em práticas de formação de preços que aumentem nosso custo de produção de livros.

A descontinuidade dos programas governamentais de compra de livros pode causar impacto negativo nos nossos resultados.

Em 2005, cerca de 14,8% do faturamento consolidado corresponderam a receitas originárias da venda de Livros Didáticos ao Governo Federal e aos Governos do Estado de São Paulo e Minas Gerais no âmbito do PNLD e do PNLEM (para maiores informações sobre os programas governamentais de compra de livros didáticos, vide Seção *"XV. Visão Geral do Setor – Histórico e Funcionamento dos Ciclos de Compras Governamentais"*).

Em relação ao PNLD, sua eventual descontinuidade, ou a redução no volume de compras de livros do Governo Federal e do Governo do Estado de São Paulo, pode vir a causar um impacto negativo nos resultados da Editora. O PNLEM, por sua vez, foi instituído em 2004 e não há, até o presente momento, vinculação de verbas governamentais a esse programa. Dessa forma, com sua descontinuidade, os resultados futuros da Editora poderão ser adversamente afetados.

A sazonalidade dos nossos segmentos editoriais podem acarretar excessos de estoque e prejuízos.

A Editora atua em segmentos do mercado editorial brasileiro que apresentam sazonalidade (aproximadamente 82% das vendas da Editora estão concentradas no 1º e no 4º trimestre dos exercícios sociais, quando se dá a concentração de vendas de Livros Didáticos, Livros Paradidáticos e Livros Jurídicos). Para realizar volumes grandes de entregas de livros em épocas específicas do ano, a Editora antecipa a sua produção durante todo o ano, formando um estoque significativo e aumentando a necessidade de capital de giro. Na hipótese de ocorrência de evento que venha a impactar negativamente a capacidade de aquisição dos clientes da Editora, a mesma pode não conseguir realizar a venda programada da totalidade do seu estoque formado anteriormente, resultando na necessidade de maior provisionamento de perdas de estoques, o que poderia afetar adversamente os resultados de suas operações.

A disseminação dos sistemas de ensino pode influenciar negativamente a nossa performance.

Algumas escolas particulares têm adotado os chamados sistemas de ensino, isto é, sistemas nos quais se desenvolvem materiais didáticos específicos, de uso obrigatório pelos alunos e que, na prática, substituem em parte os livros didáticos em sala de aula (os "Sistemas de Ensino"). Estimativas de mercado apontam que os Sistemas de Ensino detêm atualmente uma participação de 30% do mercado de escolas particulares de ensino fundamental e médio. A disseminação de Sistemas de Ensino pode influenciar negativamente as operações do Grupo Saraiva, na medida em que pode substituir a aquisição de livros didáticos pelos alunos de escolas particulares.

Novas tecnologias podem influenciar negativamente nossas vendas.

A comercialização de música em meio digital já responde por cerca de 6% da receita total da indústria fonográfica, que enfrenta, há algum tempo, uma queda no faturamento de CDs. Essa mudança de paradigma está sendo impulsionada pelas vendas de tocadores digitais portáteis e pelo download de música por meio da Internet. A Internet, aliada aos *websites* de busca, permite o acesso gratuito a conteúdos que, muitas vezes, são disponibilizados na forma de livros. A disseminação dessas ferramentas pode afetar de forma crescente a venda de livros. A convergência digital e outras inovações tecnológicas podem também produzir mudanças significativas na forma de comercialização de livros e DVDs, com impactos nas suas cadeias produtivas.

Não podemos antecipar o impacto de tecnologias que permitam o acesso a conteúdo em aparelhos eletrônicos, nem fazer previsões seguras de como tal mudança para outras mídias afetará o mercado editorial e livreiro no Brasil e, conseqüentemente, os nossos resultados.

Mudanças na tributação da cadeia produtiva de livros podem aumentar os nossos custos significativamente.

O Governo Federal, por meio da Lei nº. 11.033, de 21 de dezembro de 2004, reduziu a zero as alíquotas de PIS e COFINS incidentes sobre o faturamento resultante da venda de livros no Brasil a partir de dezembro de 2004. Essa redução da carga tributária tem como objetivo estimular a cadeia de produção e comercialização de livros no Brasil. Contudo, não podemos garantir a manutenção dessa isenção, nem tão pouco prever mudanças na forma de tributação da cadeia produtiva de livros no futuro. Caso essa isenção seja revogada ou as alíquotas de PIS e COFINS sejam majoradas, os resultados do Grupo Saraiva poderão ser adversamente afetados.

Nossa eventual incapacidade de implementar ações relativas ao negócio de Internet pode afetar nossos resultados.

A performance das empresas atuantes na Internet ainda envolve riscos, despesas e incertezas inerentes a qualquer empresa em estágio inicial de seus negócios. O sucesso das empresas de Internet está vinculado, dentre outros fatores, à sua capacidade de (i) atrair e reter um grande número de usuários em seus *websites*, (ii) expandir o conteúdo e serviços em seus *websites*, (iii) aumentar o reconhecimento da sua marca e continuar a conquistar a lealdade dos usuários, (iv) manter e aumentar o número de assinantes (SaraivaJur), (v) aumentar seus negócios de comércio eletrônico, e (vi) reagir eficazmente às pressões da concorrência. Caso não tenhamos êxito em implementar qualquer dos fatores acima, nossos resultados poderão ser adversamente afetados.

A disseminação da violação de direitos autorais pode afetar negativamente a nossa performance.

O Grupo Saraiva está sujeito a práticas que desrespeitam os direitos autorais, tais como cópias reprográficas de livros não autorizadas, reprodução ilegal de CDs e DVDs, bem como a disseminação de bibliotecas digitais que comercializam ilegalmente o conteúdo proprietário da Editora. Um aumento no nível de disseminação de tais práticas pode afetar negativamente os nossos resultados.

O nível de educação da população é um fator limitador da demanda nos mercados editorial e livreiro.

A venda de parte dos nossos produtos está ligada ao nível de educação da população brasileira, que, por sua vez, depende de investimentos públicos e privados no setor educacional. A paralisação ou redução significativa desses investimentos pode afetar de maneira negativa os resultados do Grupo Saraiva.

RISCOS RELATIVOS À COMPANHIA

Nossos livros podem ser reprovados nos âmbitos do PNLD – Programa Nacional do Livro Didático e do PNLEM – Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio.

Para fornecimento de Livros Didáticos nos âmbitos do PNLD e do PNLEM, as editoras precisam submeter previamente o conteúdo de suas obras à avaliação pedagógica da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação e Cultura ("SEB"), conforme critérios pré-divulgados em editais. Os livros aprovados nesse processo de avaliação são inscritos no Guia dos Livros Didáticos e submetidos à escolha dos professores das escolas públicas participantes dos programas para adoção em sala de aula. A reprovação dos nossos Livros Didáticos pela SEB pode afetar adversamente os resultados da Editora.

Nossos processos de produção e atualização das obras podem atrasar.

O mercado editorial de Livros Didáticos e Livros Paradidáticos exige das editoras um planejamento antecipado. As obras precisam ficar prontas em tempo para inscrição no PNLD e PNLEM e antes do início do período de "volta às aulas". Da mesma forma, os Livros Jurídicos, principalmente aqueles cujos conteúdos rezam sobre legislação, devem ser produzidos e atualizados dentro de prazos razoáveis para que possam encontrar receptividade no momento do lançamento. A incapacidade ou atraso no cronograma de produção e atualização editorial das linhas nas quais a Editora atua pode, portanto, comprometer sua performance nesses mercados.

A irregularidade temporária da nossa situação cadastral perante o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores ("SICAF") pode impedir nossa participação em programas governamentais e a celebração de contratos com órgãos públicos, ou adiar o recebimento de valores a nós devidos no âmbito desses programas e contratos.

O SICAF é um sistema eletrônico que cadastra e centraliza as principais certidões negativas de tributos federais expedidas por determinados órgãos públicos (INSS, Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, dentre outros). A ausência de tais certidões implica irregularidade perante o SICAF e impossibilita a participação do respectivo interessado em programas governamentais e a celebração de contratos com órgãos públicos, podendo adiar ou impedir o recebimento de valores a ele devidos no âmbito desses programas e contratos.

Caso alguma das certidões da Editora tenha o seu prazo de validade expirado, sem que ela consiga obter novas certidões em tempo hábil, estará irregular perante o SICAF, não podendo, dessa forma, participar de programas governamentais, celebrar contratos com órgãos públicos ou receber valores a que faz jus no âmbito desses programas e contratos, o que poderá afetar adversamente os resultados da Editora.

A expansão da rede de Lojas Físicas da Livraria pode não ser bem sucedida.

A estratégia de crescimento da rede de Lojas Físicas baseia-se atualmente na implantação de *Mega Stores* e Lojas Tradicionais. O período compreendido entre os anos de 2005 e 2008 contempla a abertura, pela Livraria, de 13 novas unidades, duas das quais já foram inauguradas. Os resultados da Livraria podem ser adversamente afetados caso (i) suas iniciativas não atinjam a rentabilidade esperada; e (ii) ela não possa cumprir com o cronograma de abertura de lojas programado para o período compreendido entre os anos de 2005 e 2008.

Podemos não conseguir executar nossa estratégia de negócios.

A nossa capacidade de implementar a estratégia de negócios da Editora depende de uma série de fatores, incluindo nossa habilidade em (i) adquirir novas editoras e catálogos; (ii) otimizar a rede de distribuição; (iii) desenvolver novas mídias; (iv) fortalecer o relacionamento com os professores; e (v) aumentar a eficiência operacional.

A nossa capacidade de implementar a estratégia de negócios da Livraria depende de uma série de fatores, incluindo nossa habilidade em (i) expandir nossa rede de Lojas Físicas; (ii) incrementar as atividades da Saraiva.com; (iii) introduzir novas categorias de produtos; (iv) realizar aquisições estratégicas; (v) otimizar o capital de giro; e (vi) fortalecer a marca Saraiva.

Não podemos garantir que quaisquer desses objetivos serão integralmente atingidos. Um elemento crítico desta estratégia é a nossa capacidade em identificar estabelecimentos com significativo potencial de crescimento de vendas das Lojas Físicas e desenvolver as atividades de comércio eletrônico em um cenário competitivo. Com relação à Editora, nossa capacidade em identificar potenciais alvos de aquisição também se mostra como um fator determinante para o crescimento e consolidação de nossa posição de mercado. Caso não sejamos bem sucedidos em nossas propostas, podemos ser negativamente impactados em nosso crescimento.

Não podemos assegurar a manutenção de nossa posição de destaque dentre as empresas que atuam no segmento de comércio eletrônico.

A manutenção de nossa posição no comércio eletrônico demanda investimentos e adoção de estratégias específicas para ganhar mais espaço neste mercado. Não se pode garantir que a Livraria terá, sempre que necessário, condições de garantir a sua posição no mercado e continuar apresentando índices de crescimento na atividade de comércio eletrônico, o que pode afetar negativamente os resultados da Livraria.

Acirramento do ambiente competitivo.

Podemos estar sujeitos a um aumento de concorrência nos segmentos em que atuamos pelos seguintes fatores: (i) aumento do número de empresas; e (ii) aquisição de operações no Brasil por empresas capitalizadas, sejam nacionais ou estrangeiras. O aumento de concorrência poderá impactar adversamente os nossos resultados.

O negócio de ensino à distância pode não gerar os resultados esperados.

A Editora iniciou no ano de 2005 um projeto de comercialização de cursos telepresenciais de ensino à distância. Há incertezas quanto ao sucesso dessa iniciativa, em decorrência da potencial entrada de novos concorrentes, da eventual necessidade de investimentos maiores do que os inicialmente previstos e da possível baixa aceitação dos nossos produtos nesse mercado. O insucesso desse empreendimento poderá comprometer nosso crescimento esperado e afetar negativamente os resultados da Editora.

Podemos vir a ser obrigados a desocupar algumas das Lojas Físicas que locamos de terceiros, perdendo, dessa forma, alguns pontos comerciais.

Por força da legislação que disciplina locações urbanas (Lei nº 8.245/91), na hipótese de alienação do imóvel locado a terceiros, e não exercendo o locatário seu direito de preferência, fica a critério do terceiro adquirente, que possui prazo de manifestação de 90 dias a contar do registro do documento de aquisição junto ao Registro de Imóveis, manter a locação em vigor ou terminá-la, sem que o locatário tenha qualquer direito a indenização. O terceiro adquirente somente será obrigado a respeitar a locação caso o contrato possua (i) prazo determinado, (ii) cláusula que garanta sua vigência em caso de alienação e (iii) esteja devidamente registrado perante o Registro de Imóveis competente.

A maioria dos imóveis onde estão instaladas nossas Lojas Físicas é locada de terceiros e um número significativo dos respectivos contratos de locação não preenche os requisitos para manutenção de sua vigência em caso de alienação dos imóveis locados. Por conta disto, podemos ser obrigados a desocupar os imóveis locados.

Adicionalmente, alguns de nossos contratos de locação de Lojas Físicas cujo prazo, ou soma de prazos subseqüentes, não atinge 5 anos, não nos dão o direito de renovação compulsória, o que pode fazer com que ao final das respectivas locações nós não possamos renová-los e sejamos obrigados a desocupar as respectivas Lojas Físicas, sem qualquer indenização.

Para maiores informações sobre os imóveis acima referidos, vide Seção "*XVI. Nossas Atividades - Imóveis - Livraria*".

RISCOS RELATIVOS À OFERTA E ÀS NOSSAS AÇÕES PREFERENCIAIS

A relativa volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários, aliadas à reduzida negociabilidade de nossas ações no mercado, poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores nas Ações de vendê-las pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tais como o Brasil, envolve, com freqüência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais. Como exemplo, as dez maiores companhias listadas na BOVESPA representaram aproximadamente 53,0% da capitalização total de todas as companhias listadas na BOVESPA em 31 dezembro de 2005. As dez principais ações, em volume de negociação, respondem por aproximadamente 53,3%, 49,3% e 50,3% de todas as ações negociadas na BOVESPA em 2003, 2004 e 2005, respectivamente.

Adicionalmente, as ações de emissão da Editora em circulação no mercado são detidas por um pequeno número de investidores e apresentam um baixo nível de negociabilidade.

Desse modo, não podemos assegurar que, após a conclusão da Oferta Global, haverá aumento significativo da liquidez das nossas ações, o que poderá limitar consideravelmente a capacidade dos adquirentes de nossas ações de vendê-las pelo preço e na ocasião desejados.

Vendas substanciais de nossas ações preferenciais depois da Oferta Global podem causar uma redução no preço dessas ações.

A Companhia, seus administradores, seu Acionista Controlador e os Acionistas Vendedores comprometem-se a celebrar acordos de restrição à venda de ações preferenciais, por meio dos quais se obrigam a não emitir, oferecer, ou de qualquer forma alienar ou ceder qualquer ação preferencial de emissão da Companhia, qualquer valor mobiliário conversível ou permutável em, ou que represente um direito de receber ações preferenciais de emissão da Companhia (incluindo, mas sem limitação, *GDSs*), por um período de 180 dias contados da data do Prospecto Definitivo, exceto as Ações, incluindo as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar. Entretanto, os Fundos Geridos pela IP, titulares de 7.994.455 ações preferenciais, representando aproximadamente 50% do total de nossas ações dessa espécie, poderão, em determinadas condições, realizar a venda de ações preferenciais de emissão da Companhia no período em questão. Para maiores informações, vide Seção "*III. Informações sobre a Oferta Global – Restrições à Negociação de Ações (*Lock-up*)".* Além disso, depois que os acordos de restrição à venda de ações celebrados pela Companhia, seus

administradores, seu Acionista Controlador e os Acionistas Vendedores expirarem, um ou vários acionistas poderão vender livremente ações preferenciais de emissão da Companhia no mercado.

A ocorrência de vendas, ou uma percepção da possibilidade de ocorrência de vendas, de um número substancial de ações preferenciais poderia afetar adversamente o preço de mercado de nossas ações dessa espécie.

Continuaremos a ser controlados pelo nosso Acionista Controlador, cujos interesses podem diferir dos interesses dos demais acionistas.

Enquanto o nosso acionista Jorge Eduardo Saraiva controlar, direta ou indiretamente a Companhia, ele terá o direito de, sem que seja necessário o consentimento dos demais acionistas:

- eleger a maioria do nosso Conselho de Administração e destituir conselheiros;
- controlar nossa administração e nossas políticas;
- determinar o resultado de grande parte de nossas operações societárias ou de outras matérias submetidas à apreciação dos acionistas, inclusive fusões, consolidações e a venda da totalidade ou de parte substancial de nossos ativos; ou
- determinar políticas de distribuição de dividendos, respeitado o dividendo mínimo obrigatório previsto em lei.

O interesse do acionista Jorge Eduardo Saraiva pode diferir daquele dos demais acionistas da Companhia.

Podemos não pagar dividendos aos acionistas detentores de nossas Ações.

De acordo com nosso Estatuto Social, devemos pagar a nossos acionistas pelo menos 25% de nosso lucro líquido anual ajustado sob a forma de dividendos. Para maiores informações, ver Seções *"XX. Descrição do Capital Social"* e *"XXI. Dividendos e Política de Dividendos"*. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou então retido conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações e pode não ser disponibilizado para pagamento de dividendos. Podemos não pagar dividendos a nossos acionistas em qualquer exercício social, se nosso Conselho de Administração decidir que tal pagamento seria desaconselhável diante de nossa situação financeira.

Podemos precisar de recursos adicionais no futuro, que poderão ser obtidos através de aumento de nosso capital. A obtenção de recursos adicionais por esse meio poderá diluir sua participação no nosso capital social.

Podemos precisar obter recursos adicionais e, na hipótese de financiamentos públicos ou privados realizados através de dívida não estarem disponíveis ou caso assim decidam os acionistas, recursos adicionais poderão ser obtidos através de aumento de nosso capital social. Qualquer recurso adicional obtido através do aumento de nosso capital social poderá diluir a participação do investidor, dependendo do preço de emissão.

VII. DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES PROSPECTIVAS

Este Prospecto contém declarações prospectivas, as quais estão sujeitas a riscos e incertezas, pois foram baseadas em crenças e premissas da nossa administração e em informações disponíveis. Declarações prospectivas incluem afirmações a respeito das intenções, crenças ou expectativas atuais de nossa administração em relação a uma série de assuntos, entre os quais se destacam:

- conjuntura econômica, política e de negócios do Brasil e, em especial, nos mercados geográficos em que atuamos;
- continuidade das políticas de investimento na educação pelas autoridades governamentais brasileiras;
- interesses do nosso Acionista Controlador;
- nosso nível de endividamento e demais obrigações financeiras, e nossa capacidade de contratar financiamentos quando necessário e em termos razoáveis;
- nossa capacidade de implementar nossos planos de investimento;
- inflação e desvalorização do real bem como flutuações das taxas de juros;
- leis e regulamentos existentes e futuros;
- aumento de custos;
- mudanças de preços dos mercados editorial, livreiro e de comércio eletrônico, da demanda e preferências de clientes, da situação financeira de nossos clientes e das condições da concorrência;
- nossa capacidade de obter materiais e serviços de fornecedores sem interrupções, a preços razoáveis, e com economias de escala;
- a existência de oferta de crédito para nossos clientes;
- sucesso continuado dos nossos esforços de comercialização e venda e da nossa capacidade de implementar com sucesso a nossa estratégia de crescimento; e
- os fatores de risco discutidos na Seção *"VI. Fatores de Risco"*.

O investidor deve estar ciente de que os fatores mencionados acima, além de outros discutidos neste Prospecto, poderão afetar nossos resultados futuros e poderão levar a resultados diferentes daqueles expressos nas declarações prospectivas que fazemos neste Prospecto. Não assumimos a obrigação de atualizar tais declarações.

Declarações prospectivas também incluem informações sobre os resultados futuros possíveis ou presumidos das nossas operações. Essas informações são apresentadas em *"II. Sumário"*, *"VI. Fatores de Risco"*, *"XVI. Nossas Atividades"*, e *"XIV. Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais"*, e em outras seções deste Prospecto, bem como em declarações que incluam as palavras "acredita", "pode", "continua", "espera", "prevê", "pretende", "planeja", "estima", "antecipa", ou similares.

Declarações prospectivas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. A condição futura da nossa situação financeira e de nossos resultados operacionais, nossa participação de mercado e posição competitiva no mercado poderão apresentar diferença significativa se comparados àquela expressa ou sugerida nas referidas declarações prospectivas. Muitos dos fatores que determinarão esses resultados e valores estão além da nossa capacidade de controle ou previsão. O investidor é alertado para não depositar confiança indevida em declarações prospectivas.

VIII. APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E OUTRAS INFORMAÇÕES

A Companhia prepara suas demonstrações financeiras de acordo com as Práticas Contábeis Brasileiras. Estão incluídas neste Prospecto as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005. As demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2004 e 31 de dezembro de 2005 foram auditadas pela Deloitte. As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003 foram auditadas pela KPMG.

A substituição da Deloitte pela KPMG foi realizada em cumprimento da legislação brasileira, que determina a rotatividade de auditores independentes a cada 5 anos.

Informações Financeiras

A tabela abaixo apresenta um resumo dos nossos dados financeiros e operacionais, consolidados nos períodos indicados. As informações abaixo devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras consolidadas e respectivas notas explicativas auditadas pela Deloitte e KPMG, anexas a este Prospecto, no Anexo "D", bem como com as Seções "*VIII. Apresentação das Informações Financeiras e Outras Informações*", *"XIII. Informações Financeiras e Operacionais Selecionadas"* e *"XIV. Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais"* deste Prospecto.

As informações das demonstrações de resultados e dos balanços patrimoniais consolidados mencionadas abaixo para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2005, 2004 e 2003 são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas, elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Brasileiras, constantes deste Prospecto.

Alguns dos percentuais e outros valores incluídos neste Prospecto foram arredondados para facilitar a apresentação. Portanto, alguns dos totais constantes das tabelas aqui apresentadas podem não representar uma soma exata dos valores que os precedem.

Informações dos Balanços Patrimoniais Consolidados

Ativo	Exercício encerrado em 31 de dezembro de							
	2003	% do Total	2004	% do Total	2005	% do Total	Variação 2004/2003	Variação 2005/2004
	(em milhares de R$)							
Ativo circulante	**181.247**	**69,4**	**209.768**	**74,8**	**226.479**	**78,0**	**15,7%**	**8,0%**
Disponibilidades	8.306	3,2	45.016	16,1	20.194	7,0	442,0%	-55,1%
Créditos	58.286	22,3	63.042	22,5	102.965	35,4	8,2%	63,3%
Clientes	49.220	18,8	55.895	19,9	90.044	31,0	13,6%	61,1%
Impostos a recuperar	6.326	2,4	6.796	2,4	12.406	4,3	7,4%	82,5%
Outros	2.740	1,0	351	0,1	515	0,2	-87,2%	46,7%
Estoques	112.039	42,9	98.934	35,3	102.817	35,4	-11,7%	3,9%
Produtos acabados e mercadorias	84.973	32,5	72.582	25,9	73.622	25,3	-14,6%	1,4%
Produtos em elaboração	17.411	6,7	17.786	6,3	18.697	6,4	2,2%	5,1%
Matéria prima	8.821	3,4	7.724	2,8	9.814	3,4	-12,4%	27,1%
Materiais de embalagens e consumo	834	0,3	842	0,3	684	0,2	1,0%	-18,8%
Outros	2.616	1,0	2.776	1,0	503	0,2	6,1%	-81,9%
Ativo realizado a longo prazo	**17.440**	**6,7**	**19.923**	**7,1**	**17.843**	**6,1**	**14,2%**	**-10,4%**
Outros	17.440	6,7	19.923	7,1	17.843	6,1	14,2%	-10,4%
Depósitos judiciais	8.949	3,4	9.128	3,3	11.160	3,8	2,0%	22,3%
Imposto de renda e CSLL diferidos	7.910	3,0	8.553	3,1	6.683	2,3	8,1%	-21,9%
Impostos a recuperar	0	-	2.165	0,8	0	0,0	-	-
Outros	581	0,2	77	0,0	0	0,0	-86,7%	-
Ativo permanente	**62.459**	**23,9**	**50.592**	**18,1**	**46.184**	**15,9**	**-19,0%**	**-8,7%**
Investimentos	3.328	1,3	543	0,2	543	0,2	-83,7%	0,0%
Participações em controladas	2.785	1,1	0	0,0	0	0,0	-	-
Outros investimentos	543	0,2	543	0,2	543	0,2	0,0%	0,0%
Imobilizado	51.597	19,8	43.953	15,7	41.071	14,1	-14,8%	-6,6%
Terrenos	2.032	0,8	2.032	0,7	2.032	0,7	0,0%	0,0%
Edifícios e construções	6.685	2,6	6.287	2,2	5.703	2,0	-6,0%	-9,3%
Móveis, utensílios e instalações	19.474	7,5	15.878	5,6	16.050	5,5	-18,5%	1,1%
Veículos	1.308	0,5	1.590	0,6	1.899	0,7	21,6%	19,4%
Máquinas e equipamentos	4.548	1,7	3.587	1,3	2.910	1,0	-21,1%	-18,9%
Equipamentos de processamento de dados	16.315	6,2	12.961	4,6	10.693	3,7	-20,6%	-17,5%
Outras imobilizações	1.235	0,5	1.618	0,6	1.784	0,6	31,0%	10,3%
Diferido	7.534	2,9	6.096	2,2	4.570	1,6	-19,1%	-25,0%
Total	**261.146**	**100,0**	**280.283**	**100,0**	**290.506**	**100,0**	**7,3%**	**3,6%**

Passivo	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003	% do Total	2004	% do Total	2005	% do Total	Variação 2004/2003	Variação 2005/2004
	(em milhares de R$)							
Passivo Circulante	**127.899**	**49,0**	**144.166**	**51,4**	**125.501**	**43,2**	**12,7%**	**-12,9%**
Empréstimos e financiamentos	21.579	8,3	46.332	16,5	5.585	1,9	114,7%	-87,9%
Fornecedores	72.887	27,9	66.800	23,8	70.022	24,1	-8,4%	4,8%
Impostos, taxas e contribuições	4.953	1,9	3.788	1,4	15.398	5,3	-23,5%	306,5%
Provisões	5.909	2,3	6.329	2,3	8.866	3,1	7,1%	40,1%
Outros	22.571	8,6	20.917	7,5	25.630	8,8	-7,3%	22,5%
Direitos autorais	5.501	2,1	4.762	1,7	5.443	1,9	-13,4%	14,3%
Juros sobre o capital próprio / Dividendos	10.414	4,0	9.351	3,3	11.048	3,8	-10,2%	18,1%
Aquisições de empresa controlada	2.920	1,1	0	0,0	0	0,0	-100,0%	-
Perdas em operações com derivativos	888	0,3	3.515	1,3	0	0,0	295,8%	-
Aluguéis a pagar	1.769	0,7	1.959	0,7	2.119	0,7	10,7%	8,2%
Contas e despesas a pagar	1.079	0,4	1.330	0,5	7.020	2,4	23,3%	427,8%
Passivo exigível a longo prazo	**38.172**	**14,6**	**32.189**	**11,5**	**32.004**	**11,0**	**-15,7%**	**-0,6%**
Empréstimos e financiamentos	17.259	6,6	6.838	2,4	8.591	3,0	-60,4%	25,6%
Provisões	19.932	7,6	25.232	9,0	23.413	8,1	26,6%	-7,2%
Outros	981	0,4	119	0,0	0	0,0	-87,9%	-
Participações minoritárias	43	0,0	41	0,0	46	0,0	-4,7%	12,2%
Patrimônio líquido	**95.032**	**36,4**	**103.887**	**37,1**	**132.955**	**45,8**	**9,3%**	**28,0%**
Capital social realizado	39.721	15,2	41.977	15,0	46.405	16,0	5,7%	10,5%
Ações em tesouraria	(2.870)	-1,1	(2.870)	-1,0	(2.870)	-1,0	0,0%	0,0%
Reserva de capital	13.947	5,3	13.947	5,0	13.947	4,8	0,0%	0,0%
Reservas por incentivos fiscais	4.427	1,7	4.427	1,6	4.427	1,5	0,0%	0,0%
Reserva de ágio de subscritores	8.653	3,3	8.653	3,1	8.653	3,0	0,0%	0,0%
Reserva para manutenção de capital de giro próprio	724	0,3	724	0,3	724	0,2	0,0%	0,0%
Outras	143	0,1	143	0,1	143	0,0	0,0%	0,0%
Reserva de lucro	42.997	16,5	49.596	17,7	74.236	25,6	15,3%	49,7%
Lucros e prejuízos acumulados	1.237	0,5	1.237	0,4	1.237	0,4	0,0%	0,0%
Total	**261.146**	**100,0**	**280.283**	**100,0**	**290.506**	**100,0**	**7,3%**	**3,6%**

Informações das Demonstrações de Resultados Consolidados

Informações das Demonstrações de Resultados Consolidados	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003	% do Total	2004	% do Total	2005	% do Total	Variação 2004/2003	Variação 2005/2004
	(em milhares de R$)							
Receita bruta de vendas	**443.746**	**108,9**	**489.138**	**111,8**	**505.623**	**105,9**	**10,2%**	**3,4%**
Deduções da receita bruta	**(36.146)**	**(8,9)**	**(51.450)**	**(11,8)**	**(28.377)**	**(5,9)**	**42,3%**	**-44,8%**
Receita líquida de vendas	**407.600**	100,0	**437.688**	100,0	**477.246**	100,0	7,4%	9,0%
Custo de bens e/ou serviços vendidos	(191.362)	(46,9)	(208.055)	(47,5)	(216.839)	(45,4)	8,7%	4,2%
Resultado bruto	**216.238**	**53,1**	**229.633**	**52,5**	**260.407**	**54,6**	**6,2%**	**13,4%**
Despesas/receitas operacionais	(206.926)	(50,8)	(213.238)	(48,7)	(209.406)	(43,9)	3,1%	-1,8%
Com vendas	(123.623)	(30,3)	(125.500)	(28,7)	(130.705)	(27,4)	1,5%	4,1%
Gerais e administrativas	(50.837)	(12,5)	(53.792)	(12,3)	(52.946)	(11,1)	5,8%	-1,6%
Honorários dos administradores	(4.323)	(1,1)	(4.733)	(1,1)	(4.736)	(1,0)	9,5%	0,1%
Outras	(46.514)	(11,4)	(49.059)	(11,2)	(48.210)	(10,1)	5,5%	-1,7%
Financeiras	(19.667)	(4,8)	(19.954)	(4,6)	(14.476)	(3,0)	1,5%	-27,5%
Receitas financeiras	1.366	0,3	1.176	0,3	3.579	0,7	-13,9%	204,3%
Despesas financeiras	(21.033)	(5,2)	(21.130)	(4,8)	(18.055)	(3,8)	0,5%	-14,6%
Outras receitas operacionais	1.099	0,3	2.176	0,5	3.082	0,6	98,0%	41,6%
Outras despesas operacionais	(13.898)	(3,4)	(16.168)	(3,7)	(14.361)	(3,0)	16,3%	-11,2%
Depreciação	(13.711)	(3,4)	(14.028)	(3,2)	(10.856)	(2,3)	2,3%	-22,6%
Outras	(187)	(0,0)	(2.140)	(0,5)	(3.505)	(0,7)	1044,4%	63,8%
Resultado Operacional	**9.312**	**2,3**	**16.395**	**3,7**	**51.001**	**10,7**	**76,1%**	**211,1%**
Resultado não operacional	(116)	(0,0)	154	0,0	(170)	0,0	-232,8%	-210,4%
Resultado antes de tributação/participações	**9.196**	**2,3**	**16.549**	**3,8**	**50.831**	**10,7**	**80,0%**	**207,2%**
Provisão para IR e CSLL	(1.982)	(0,5)	(2.827)	(0,6)	(19.221)	(4,0)	42,6%	579,9%
IR diferido	(1.043)	(0,3)	(2.846)	(0,7)	2.348	0,5	172,9%	-182,5%
Participações/contribuições estatutárias	(1.659)	(0,4)	(2.023)	(0,5)	(4.057)	(0,9)	21,9%	100,5%
Reversão de juros sobre o capital próprio	10.414	2,6	9.351	2,1	10.129	2,1	-10,2%	8,3%
Participações minoritárias	2	0,0	2	0,0	(5)	0,0	0,0%	-350,0%
Lucro do exercício	**14.928**	**3,7**	**18.206**	**4,2**	**40.025**	**8,4**	**22,0%**	**119,8%**
Número de ações excluindo ações em tesouraria (mil)	22.937		22.937		22.937		0,0%	0,0%
Lucro por ação	**0,65085**		**0,79377**		**1,74500**		**22,0%**	**119,8%**

Resultados Financeiros e Operacionais[1]	Exercício encerrado em 31 de dezembro de				
	2003	2004	2005	Variação 2004/2003	Variação 2005/2004
Consolidado					
Valor Patrimonial da Ação (R$).....	4,08	4,46	5,71	9,3%	28,0%
Lucro por Ação (R$).....	0,65	0,79	1,74	21,5%	120,3%
Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido[2].....	16,4%	19,2%	38,5%	2,8 p.p.	19,3 p.p.
Endividamento Financeiro Líquido sobre o Patrimônio Líquido.....	32,1%	7,8%	3,0%	-24,3 p.p.	-4,8 p.p.
Margem Bruta.....	53,1%	52,5%	54,6%	-0,6 p.p.	2,1 p.p.
Margem EBITDA Ajustado[3].....	10,5%	11,5%	16,0%	1,0 p.p.	4,5 p.p.
Margem Líquida.....	3,7%	4,2%	8,4%	0,5 p.p.	4,2 p.p.
Dívida Bruta (em milhares de R$).....	38.838	53.170	14.176	36,9%	-73,3%
Dívida Líquida[4] (em milhares de R$).....	30.532	8.154	(6.018)	-73,3%	-173,8%
Pay-Out Ratio[5].....	69,8%	51,4%	25,3%	-18,4 p.p.	-26,1 p.p.
Dividendos (em milhares de R$).....	10.414	9.351	11.048	-10,2%	18,1%
Dividend Yield[6].....	4,6%	3,4%	2,6%	-1,2 p.p.	-0,8 p.p.
Livraria					
Número de *Mega Stores*.....	14	14	15	0,0%	7,1%
Número de Lojas Tradicionais.....	18	16	16	-11,1%	0,0%
***Same Store Sales*[7] (Receita Líquida)**					
Mega Stores.....	4,3%	-0,6%	9,3%	-4,9 p.p.	9,9 p.p.
Lojas Tradicionais.....	-0,5%	-11,4%	12,1%	-10,9 p.p.	23,5 p.p.
Lojas Físicas.....	3,1%	-3,1%	9,9%	-6,2 p.p.	13,0 p.p.
***Same Store Sales* (Receita Bruta)**					
Mega Stores.....	0,4%	3,7%	4,4%	3,3 p.p.	0,7 p.p.
Lojas Tradicionais.....	-0,7%	-5,7%	3,4%	-5,0 p.p.	9,1 p.p.
Lojas Físicas.....	0,2%	1,7%	4,2%	1,5 p.p.	2,5 p.p.
Área de Vendas Total Média (m²)					
Mega Stores.....	14.942	15.466	17.164	3,5%	11,0%
Lojas Tradicionais.....	3.994	4.120	4.018	3,2%	-2,5%
Área de Vendas Final de Período (m²)					
Mega Stores.....	15.688	15.688	16.242	0,0%	3,5%
Lojas Tradicionais.....	4.259	3.713	3.910	-12,8%	5,3%
Vendas por m² (R$) (Receita Líquida)					
Mega Stores.....	10.277	10.673	11.176	3,9%	4,7%
Lojas Tradicionais.....	11.062	11.036	11.875	-0,2%	7,6%
Tíquete Médio[8] (R$) (Receita Líquida)					
Mega Stores.....	40,51	40,66	45,15	0,4%	11,0%
Lojas Tradicionais.....	38,04	36,47	43,27	-4,1%	18,6%
Lojas Físicas.....	39,90	39,66	44,73	-0,6%	12,8%
Saraiva.com.....	61,01	62,51	74,32	2,5%	18,9%
Tíquete Médio (R$) (Receita Bruta)					
Mega Stores.....	45,99	48,16	51,11	4,7%	6,1%
Lojas Tradicionais.....	40,69	41,43	45,30	1,8%	9,3%
Lojas Físicas.....	44,76	46,66	49,89	4,2%	6,9%
Saraiva.com.....	68,60	73,42	81,03	7,0%	10,4%

[1] Os valores expressos em reais são nominais, não contemplando, portanto, a inflação do período.

(2) Lucro líquido do exercício sobre o patrimônio líquido inicial.
(3) EBITDA Ajustado é o lucro líquido (prejuízo) adicionado das despesas financeiras líquidas, da depreciação e da amortização, do resultado não operacional, do imposto de renda e CSLL, de participações/contribuições estatutárias e da reversão de juros sobre o capital próprio. O EBITDA Ajustado não é uma linha de demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Brasileiras e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional ou para o fluxo de caixa ou, ainda, como indicador de liquidez. O EBITDA Ajustado não tem uma definição única e a definição pode não ser comparável ao EBITDA Ajustado utilizado por outras companhias.
(4) Dívida Líquida é a soma da dívida de curto e longo prazo, subtraídas as disponibilidades.
(5) Corresponde à razão entre a remuneração paga aos acionistas, incluindo dividendos e juros sobre o capital próprio e o lucro líquido registrado no período.
(6) É calculado com base na remuneração aos acionistas paga por ações dividida pelo preço médio por ação.
(7) O crescimento *Same Store Sales* de um determinado período é calculado dividindo-se o total das vendas das lojas que estão abertas em tal período, pelo total das vendas das mesmas lojas que estavam abertas na mesma data do período anterior em análise. Esse número pode diferir daquele que decorreria da divisão do total das vendas das lojas que estão abertas em tal período, pelo total das vendas das lojas que estavam abertas na mesma data do período anterior em análise.
(8) Receita (bruta ou líquida) do período, dividida pelo número de notas fiscais emitidas no mesmo período.

Outras Informações (Demonstração do EBITDA Ajustado)

Cálculo do EBITDA Ajustado[1]	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003	2004	2005	Variação 2004/2003	Variação 2005/2004
	(em milhares de R$)				
Lucro líquido do exercício	14.928	18.206	40.025	22,0%	119,8%
Despesas financeiras, líquidas	19.667	19.954	14.476	1,5%	-27,5%
Depreciação e amortização	13.711	14.028	10.856	2,3%	-22,6%
Resultado não operacional	116	(154)	170	-232,8%	-210,4%
Imposto de renda e CSLL	3.025	5.673	16.873	87,5%	197,4%
Participações/contribuições estatutárias	1.659	2.023	4.057	21,9%	100,5%
Juros sobre o capital próprio	(10.414)	(9.351)	(10.129)	-10,2%	8,3%
EBITDA Ajustado	**42.692**	**50.379**	**76.328**	**18,0%**	**51,5%**

(1) EBITDA Ajustado é o lucro líquido (prejuízo) adicionado das despesas financeiras líquidas, da depreciação e da amortização, do resultado não operacional, do imposto de renda e CSLL, de participações/contribuições estatutárias e da reversão de juros sobre o capital próprio. O EBITDA Ajustado não é uma linha de demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Brasileiras e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional ou para o fluxo de caixa ou, ainda, como indicador de liquidez. O EBITDA Ajustado não tem uma definição única e a definição pode não ser comparável ao EBITDA Ajustado utilizado por outras companhias.

IX. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Estimamos receber recursos líquidos provenientes da distribuição primária no valor aproximado de R$ 63,2 milhões, após a dedução das comissões de distribuição e das despesas estimadas. Pretendemos utilizar os recursos líquidos da Oferta Global para:

(i) realização de estudos e eventuais aquisições de editoras ou catálogos editoriais que possuam afinidade com os segmentos de educação, formação e aperfeiçoamento profissional; bem como realização de estudos e eventuais aquisições de empresas atuantes no mercado varejista de livros ou em linhas de produtos correlatas ao mix de produtos da Livraria;

(ii) estudos e provável unificação das atividades corporativas do Grupo Saraiva num único espaço físico, visando a racionalização nos gastos de ocupação atuais e aumento de produtividade;

(iii) estudos para escolha e eventual aquisição – ou *upgrade* – do *software* integrado de gestão *Enterprise Resource Planning – ERP*, bem como de um *software* de *business intelligence*;

(iv) realização de investimentos em tecnologia de informação da Editora, visando o desenvolvimento de *software*s específicos não disponíveis no mercado;

(v) consolidação das operações da Editora na Internet e estudos visando a comercialização de seu conteúdo em diferentes mídias;

(vi) programa de expansão de Lojas Físicas da Livraria, nos formatos *Mega Store* e Tradicional, e programa de reforma de lojas a ser implementado pela Livraria em 2006 e 2007;

(vii) consolidação das operações de varejo da Livraria na Internet por meio da Saraiva.com;

(viii) contratação de consultoria e investimentos visando à racionalização das operações logísticas da Livraria; e

(ix) ampliação do catálogo da Editora com lançamento de novos títulos; e

(x) capital de giro.

Estimamos que aproximadamente 62,5% dos recursos líquidos da Oferta Global por nós recebidos serão aplicados nos itens (i), (ii), (v), (vii), (ix) e (x) acima e aproximadamente 37,5% nos itens (iii), (iv), (vi) e (viii). No tocante aos itens (iii), (iv), (vi) e (viii), estimamos que serão investidos, respectivamente, cerca de 1,3%, 16,8%, 16,7% e 2,7%.

Os recursos apurados com a Distribuição Secundária, no valor de aproximadamente R$ 137,8 milhões, não reverterão em benefício da Companhia, tendo em vista serem originados de uma venda de Ações Preferenciais de titularidade dos Acionistas Vendedores.

A Companhia não receberá, dessa forma, quaisquer receitas oriundas da venda das Ações ou das *GDSs* pelos Acionistas Vendedores.

X. CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta, a partir das demonstrações financeiras preparadas em conformidade com as Práticas Contábeis Brasileiras, nossa capitalização em 31 de dezembro de 2005, em bases efetivas e conforme ajustado de forma a refletir o recebimento de recursos líquidos estimados em aproximadamente R$ 63,2 milhões, provenientes da emissão das Ações e das Ações Adicionais no âmbito da Oferta Global.

	Em 31 de dezembro de 2005	
Capitalização Total	**Real**	**Ajustado[1]**
	(em milhares de R$)	
Endividamento no curto prazo	5.585	5.585
Endividamento no longo prazo	8.591	8.591
Endividamento total	14.175	14.176
Total do patrimônio líquido	132.955	198.955
Total de capitalização[2]	147.131	213.131

[1] Sem considerar as Ações do Lote Suplementar.
[2] Total de capitalização corresponde à soma do endividamento de curto e de longo prazo com o patrimônio líquido.

A tabela acima deve ser lida em conjunto com *"XIII. Informações Financeiras e Operacionais Selecionadas"*, *"XIV. Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais"*, bem como com as demonstrações contábeis e respectivas notas explicativas da Companhia incluídas neste Prospecto.

Desde 31 de dezembro de 2005, não houve nenhuma alteração relevante na capitalização da Companhia.

XI. DILUIÇÃO

Em 31 de dezembro de 2005, o valor do nosso patrimônio líquido era de R$ 133 milhões e o valor patrimonial por ação correspondia, na mesma data, a R$ 5,71 por ação. O referido valor patrimonial por ação representa o valor contábil total dos nossos ativos menos o valor contábil total do nosso passivo, dividido pelo número total de ações de nossa emissão em 31 de dezembro de 2005, ajustado para refletir a bonificação em ações preferenciais aprovada em 06 de janeiro de 2006.

Considerando-se a subscrição das 3.000.000 de Ações ofertadas por nós na presente Oferta Global ao preço de R$ 22,00 por Ação, após a dedução das comissões e despesas da Oferta Global a serem pagas por nós, o valor do nosso patrimônio líquido estimado em 31 de dezembro de 2005 seria de aproximadamente R$ 199,0 milhões, representando R$ 6,96 por ação, resultando, portanto, em um aumento imediato do valor patrimonial contábil por ação correspondente a R$ 1,25 por ação para os acionistas existentes, e uma diluição imediata do valor patrimonial contábil das ações em 31 de dezembro de 2005, de R$ 15,04 por Ação para os novos investidores, adquirentes de Ações no contexto da presente Oferta Global. Essa diluição representa a diferença entre o preço por Ação pago pelos investidores e o valor patrimonial contábil por Ação de nossa emissão imediatamente após a conclusão da Oferta Global.

A tabela a seguir ilustra tal diluição:

Preço da Oferta Global (por Ação)	R$ 22,00
Valor patrimonial por ação em 31 de dezembro de 2005	R$ 5,71
Aumento do valor patrimonial por ação atribuído aos acionistas existentes	R$ 1,25
Valor patrimonial por Ação após a Oferta Global	R$ 6,96
Diluição por Ação para os novos investidores	R$ 15,04
Percentual de Diluição por Ação para os novos investidores	68,4%

A Companhia não dispõe de quaisquer opções, dívida conversível ou outros títulos ou acordos que poderiam requerer que ela emitisse ações adicionais, nem foram exercidas quaisquer opções de aquisição de ações nos últimos 5 anos.

XII. INFORMAÇÕES SOBRE O MERCADO

Preço de Mercado das Nossas Ações

Nós mantemos registro de companhia aberta junto à CVM sob o nº 01047-2. O principal mercado de negociação de nossas ações é a BOVESPA. Nossas ações ordinárias e preferenciais encontram-se listadas para negociação na BOVESPA sob os códigos "SLED3" e "SLED4", respectivamente. Em setembro de 2000, foram admitidos à negociação no mercado de balcão norte-americano *ADRs* de Nível 1, cada um representando uma Ação.

Nossas Ações encontram-se listadas para negociação no Nível 2 de Governança Corporativa da BOVESPA desde 07 de abril de 2006. Não emitimos nenhum outro valor mobiliário que não os descritos acima.

A tabela abaixo apresenta, nos períodos indicados, os preços de venda máximos, médios e mínimos, em reais nominais das nossas ações preferenciais na BOVESPA ("SLED4"). Conforme explicado abaixo, os valores constantes da tabela refletem a bonificação de ações preferenciais ocorrida em 06 de janeiro de 2006. Nossas ações preferenciais não foram negociadas em todos os dias de pregão da BOVESPA.

	Valor por ação preferencial (R$)			Média do volume diário de negociação (R$/dia)
	Máximo	Médio	Mínimo	
2001	13,64	9,78	5,78	182.381
2002	8,82	7,24	5,86	98.920
2003	8,37	7,18	6,20	127.507
2004	11,42	9,38	7,47	256.734
2005	15,64	12,12	10,10	330.291

Fonte: Economática e BOVESPA.

	Valor por ação preferencial (R$)			Média do volume diário de negociação (R$/dia)
	Máximo	Médio	Mínimo	
2004				
Primeiro Trimestre	8,78	8,30	8,08	175.614
Segundo Trimestre	8,78	8,07	7,47	99.107
Terceiro Trimestre	10,80	9,83	8,59	486.626
Quarto Trimestre	11,42	10,82	10,39	241.596
2005				
Primeiro Trimestre	15,00	12,45	10,10	172.775
Segundo Trimestre	14,32	12,18	10,36	302.349
Terceiro Trimestre	11,36	10,81	10,27	318.472
Quarto Trimestre	15,64	12,70	10,64	494.606
2006				
Primeiro Trimestre	23,76	19,03	14,78	750.538

Fonte: Economática e BOVESPA.

	Valor por ação preferencial (R$)			Média do volume diário de negociação (R$/dia)
	Máximo	Médio	Mínimo	
Setembro de 2005	10,91	10,71	10,46	593.908
Outubro de 2005	11,59	11,09	10,64	852.041
Novembro de 2005	12,72	12,22	11,82	347.906
Dezembro de 2005	15,64	14,50	12,72	301.011
Janeiro de 2006(1)	17,20	16,50	15,09	231.278
Fevereiro de 2006(2)	20,79	18,07	15,66	1.244.177
Março de 2006	23,76	22,41	20,50	838.319

Fonte: Economática e BOVESPA.

(1) Em 06 de janeiro de 2006, foi aprovada na Assembléia Geral Especial dos Acionistas Titulares de Ações Preferenciais e na Assembléia Geral Extraordinária a elevação do capital social pela capitalização de reservas, com a atribuição de 2.326.920 ações preferenciais sem direito a voto, a título de bonificação, aos titulares de ações ordinárias e/ou preferenciais, na proporção de 0,10 ações preferenciais para cada

ação ordinária ou preferencial possuída no encerramento do pregão da BOVESPA da data de 06/01/2006. Esse aumento foi calculado com base no valor médio ponderado de negociação da ação preferencial da Companhia nos últimos 30 pregões anteriores, qual seja R$ 15,20 por ação preferencial, e decorrente da capitalização de R$ 35.369.184,00 sendo R$ 21.421.882,10 proveniente das reversas de lucros e R$ 13.947.301,90 proveniente das reversas de capital.

(2) Na Reunião do Conselho de Administração de 21 de fevereiro de 2006, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio no montante de R$10.128.965,36, correspondentes ao valor bruto de R$ 0,40145920 por ação.

Em 13 de março de 2006, existiam aproximadamente 436 titulares de ações preferenciais e, nessa data, o preço de fechamento das nossas ações preferenciais na BOVESPA foi de R$ 21,66.

Em 17 de março de 2006, o preço de venda de ações preferenciais de nossa emissão, no fechamento da BOVESPA, era de R$ 22,97 por ação.

Foram realizados 1.724 negócios com ações preferenciais de nossa emissão na BOVESPA durante o ano de 2005, com 4.956.844 títulos negociados, e volume de negociação de R$ 63.288.976,00 nesse período.

Em 2000 implementamos um programa de emissão de *ADR*s para negociação de nossas ações preferenciais no mercado de balcão norte-americano (*OTC – Over-the-Counter*), sob os códigos "SVLOY", para ações ordinárias, e "SVLSY", para ações preferenciais. Atualmente cada ADR representa uma ação preferencial de nossa emissão. Não há volume significativo de negociação de ADRs. Na data deste Prospecto, não há *ADRs* em circulação no mercado. O Programa de *Depositary Receipts* ("*DRs*"), foi registrado na CVM sob o nº CVM/SER/RDR/2000/013 em 18 de setembro de 2000.

Negociação na BOVESPA

Em 2000, a BOVESPA foi reorganizada por meio da assinatura de memorandos de entendimentos entre as bolsas de valores brasileiras. De acordo com estes memorandos, todos os valores mobiliários são negociados somente na BOVESPA, com exceção dos títulos de dívida pública negociados eletronicamente e de leilões de privatização, que são negociados na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

A BOVESPA é uma entidade sem fins lucrativos de propriedade de corretoras-membro. A negociação na BOVESPA só pode ser realizada pelas corretoras-membro e por um número limitado de não-membros autorizados. As negociações ocorrem das 10:00h às 17:00h, ou entre 11:00h e 18:00h durante o período de horário de verão no Brasil, em um sistema eletrônico de negociação chamado Megabolsa. A BOVESPA também permite negociações das 17:45h às 19:00h por um sistema online denominado *after market*, conectado a corretoras tradicionais e a corretoras que operam pela Internet. As negociações no *after market* estão sujeitas a limites regulatórios sobre volatilidade de preços e sobre o volume de ações negociadas pelas corretoras que operam pela Internet.

Em 31 de dezembro de 2005, a capitalização total de mercado de todas as sociedades listadas na BOVESPA foi equivalente a, aproximadamente, US$ 482,1 bilhões, enquanto as 10 maiores sociedades listadas na BOVESPA representaram, aproximadamente, 51,3% da capitalização total de mercado de todas as sociedades listadas.

A liquidação de operações de venda de Ações conduzidas na BOVESPA é efetuada três dias úteis após a data da negociação sem quaisquer reajustes inflacionários. A entrega das ações e o pagamento são feitos por intermédio da câmara de compensação da BOVESPA, a CBLC. Geralmente, cabe ao vendedor entregar as ações à BOVESPA no segundo dia útil após a data da negociação.

Regulamentação do Mercado de Capitais Brasileiro

O mercado de capitais brasileiro é regulado pela CVM, que possui autoridade geral sobre as bolsas de valores e o mercado de valores mobiliários e seus participantes, assim como pelo CMN e pelo Banco Central, que possui, entre outros poderes, a autoridade de licenciamento de corretoras, regulando também investimentos estrangeiros e operações de câmbio. O mercado de capitais brasileiro é regido pela Lei 6.385/76, pela Lei das Sociedades por Ações e instruções, deliberações e outros atos normativos expedidos pela CVM.

Segundo a Lei das Sociedades por Ações, as companhias podem ser abertas, como a Companhia, ou fechadas. A companhia é considerada aberta quando têm valores mobiliários de sua emissão admitidos à negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão. Todas as companhias abertas são registradas na CVM e devem apresentar informações e relatórios periódicos. Ver *"XX. Descrição do Capital Social - Divulgação de Informações"*. Uma companhia aberta pode ter seus valores mobiliários negociados nas bolsas de valores brasileiras ou no mercado de balcão brasileiro. As ações de companhia aberta, como as Ações, também podem ser negociadas privadamente, com determinadas limitações.

O mercado de balcão está dividido em duas categorias: (i) mercado de balcão organizado, no qual as atividades de negociação são supervisionadas por entidades auto-reguladoras autorizadas pela CVM; e (ii) mercado de balcão não-organizado, no qual as atividades de negociação não são supervisionadas por entidades auto-reguladoras autorizadas pela CVM. Em qualquer caso, a operação no mercado de balcão consiste em negociações diretas entre as pessoas, fora da bolsa de valores, com a intermediação de instituição financeira autorizada pela CVM. Nenhuma licença especial, além de registro na CVM (e, no caso de mercados de balcão organizados, no mercado de balcão pertinente), é necessária para que os valores mobiliários de companhia aberta possam ser comercializados no mercado de balcão.

A negociação de algum valor mobiliário poderá ser suspensa pela BOVESPA em determinadas hipóteses, incluindo algumas hipóteses de fato relevante. A negociação também poderá ser suspensa por iniciativa da BOVESPA ou da CVM, caso, entre outros motivos, se suspeite que alguma companhia forneceu informações inadequadas em relação a evento relevante ou que tenha fornecido respostas inadequadas a alguma solicitação feita pela CVM ou pela bolsa de valores.

A Lei do Mercado de Valores Mobiliários, a Lei das Sociedades por Ações e os regulamentos emitidos pela CVM prevêem, entre outras coisas, obrigações de divulgação de informações, restrições sobre negociações baseadas em informações privilegiadas e manipulação de preços, além de proteções para acionistas minoritários. Ver *"XX. Descrição do Capital Social - Direitos de Retirada e Reembolso; Restrição à Realização de Determinadas Operações pela Companhia, seus Acionistas Controladores, Conselheiros e Diretores; e Exigências de Divulgação"*.

As negociações nas bolsas de valores brasileiras por não-residentes estão sujeitas a determinadas restrições segundo a legislação brasileira de investimentos estrangeiros. Ver *"XX. Descrição do Capital Social - Restrições a Investimento Estrangeiro"*.

O Nível 2 de Governança Corporativa da BOVESPA

Em 20 de março de 2006, celebramos o Contrato de Adesão ao Nível 2, o qual entrou em vigor imediatamente após a realização de Assembléias Gerais de acionistas em 27 de março e 06 de abril de 2006, que tiveram como propósito, respectivamente, (i) adequar o Estatuto Social da Companhia às cláusulas mínimas exigidas pela BOVESPA para classificá-la como detentora de padrão de governança corporativa Nível 2; e (ii) eleger membros do Conselho de Administração, incluindo um Conselheiro Independente, também de modo a dar atendimento às exigências do Regulamento do Nível 2. Passamos a negociar nossas ações no Nível 2 um dia útil após a realização da Assembléria Geral de acionistas de 06 de abril de 2006 (ou seja, em 07 de abril de 2006), reforçando o nosso comprometimento com boas práticas de governança corporativa.

Para tornar-se uma companhia de Nível 2, além das obrigações impostas pela legislação brasileira vigente, uma companhia emissora deve, dentre outras obrigações:

(1) assegurar que ações representando no mínimo 25% do seu capital total estejam em circulação no mercado;

(2) adotar, sempre que fizer uma distribuição pública, procedimentos que favoreçam a dispersão acionária;

(3) cumprir padrões mínimos de divulgação trimestral de informações;

(4) seguir políticas mais rígidas de divulgação com relação às negociações realizadas por acionistas controladores, envolvendo valores mobiliários emitidos pela companhia;

(5) disponibilizar aos acionistas um calendário de eventos corporativos até o final de janeiro de cada ano;

(6) conceder o direito a todos os acionistas de participar da oferta pública de aquisição de ações em decorrência de uma alienação do controle da companhia, oferecendo para cada ação ordinária o mesmo preço pago por ação do bloco de controle e para cada ação preferencial ao menos 80% do preço pago por ação do bloco de controle;

(7) conceder direito de voto a detentores de ações preferenciais com relação, no mínimo, às seguintes matérias:

(i) transformação, incorporação, cisão e fusão da companhia;

(ii) aprovação de contratos entre a companhia e o acionista controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o acionista controlador tenha interesse, sempre que por força de disposição legal ou estatutária sejam deliberados em Assembléia Geral;

(iii) aprovação da avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da companhia;

(iv) nomeação de empresa especializada para avaliação do valor econômico das ações de sua emissão, no caso de realização de oferta pública de aquisição em decorrência do cancelamento do registro ou descontinuidade de registro no Nível 2 de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa; e

(v) qualquer alteração de dispositvos estatutários que alterem qualquer das exigências previstas no item 4.1 do Regulamento do Nível 2;

(8) limitar o mandato de todos os membros do Conselho de Administração a um mandato unificado de até 2 (dois) anos, devendo tal órgão ser composto de no mínimo 5 (cinco) membros, dos quais pelo menos 20% (vinte por cento) sejam conselheiros independentes;

(9) preparar demonstrações financeiras trimestrais e anuais, incluindo demonstrações de fluxo de caixa, em idioma inglês, de acordo com padrões internacionais de contabilidade, tais como US GAAP ou IFRS;

(10) se a companhia optar por retirar-se da listagem no Nível 2, seu acionista controlador deverá fazer uma oferta pública de aquisição de ações (sendo que o preço mínimo das ações a serem oferecidas será determinado por laudo de avaliação a ser produzido por empresa especializada);

(11) comprometer-se a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ao Regulamento do Nível 2, ao Contrato de Adesão ao Nível 2 e às suas relações com administradores e acionistas por meio de arbitragem, nos termos do Regulamento de Arbitragem;

(12) na hipótese de a companhia ter seu registro de companhia aberta cancelado, ela ou seu controlador deverá efetivar uma oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas (sendo que o preço mínimo das ações será seu respectivo valor econômico, a ser apurado conforme laudo de avaliação a ser elaborado por empresa especializada);

(13) envidar seus melhores esforços para assegurar que ocorra dispersão acionária por meio da adoção de procedimentos como a distribuição de, no mínimo, 10% da ações ofertadas a Investidores Não-Institucionais;

(14) a Companhia e os seus administradores deverão, pelo menos uma vez ao ano, realizar reunião pública com analistas e quaisquer outros interessados, para divulgar informações quanto à sua respectiva situação econômico-financeira, projetos e perspectivas; e

(15) o nosso Acionista Controlador fica obrigado a informar a BOVESPA acerca de quaisquer negociações relativas aos valores mobiliários de emissão da Companhia (incluindo derivativos) de que seja titular direta ou indiretamente

Voluntariamente, incluímos em nosso Estatuto Social uma disposição que determina que, na eventualidade de alienação de nosso controle, os acionistas detentores de Ações receberão 90% do preço pago por ação do bloco de controle.

Para maiores informações, vide Seção *"XX. Descrição do Capital Social"* e *Seção "XXII. Práticas de Governança Corporativa"*.

XIII. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E OPERACIONAIS SELECIONADAS

As informações financeiras em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005, abaixo apresentadas foram extraídas das nossas informações financeiras, elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Brasileiras, auditadas pela KPMG e pela Deloitte, constantes do Anexo "D" a este Prospecto.

Estas informações financeiras devem ser lidas e analisadas em conjunto com as nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas pela Deloitte e pela KPMG, e respectivas notas explicativas, bem como as informações contidas na Seção *"VIII. Apresentação das Informações Financeiras e Outras Informações"* deste Prospecto.

Informações Financeiras

A tabela abaixo apresenta um resumo dos nossos dados financeiros e operacionais, consolidados nos períodos indicados. As informações abaixo devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras consolidadas e respectivas notas explicativas auditadas pela Deloitte e KPMG, anexas a este Prospecto, no Anexo "D", bem como com as Seções "*VIII. Apresentação das Informações Financeiras e Outras Informações"*, *"XIII. Informações Financeiras e Operacionais Selecionadas"* e *"XIV. Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais"* deste Prospecto.

As informações das demonstrações de resultados e dos balanços patrimoniais consolidados mencionadas abaixo para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2005, 2004 e 2003 são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas, elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Brasileiras, constantes deste Prospecto.

Informações dos Balanços Patrimoniais Consolidados

Ativo	Exercício encerrado em 31 de dezembro de							
	2003	% do Total	2004	% do Total	2005	% do Total	Variação 2004/2003	Variação 2005/2004
	(em milhares de R$)							
Ativo circulante	**181.247**	**69,4**	**209.768**	**74,8**	**226.479**	**78,0**	**15,7%**	**8,0%**
Disponibilidades	8.306	3,2	45.016	16,1	20.194	7,0	442,0%	-55,1%
Créditos	58.286	22,3	63.042	22,5	102.965	35,4	8,2%	63,3%
Clientes	49.220	18,8	55.895	19,9	90.044	31,0	13,6%	61,1%
Impostos a recuperar	6.326	2,4	6.796	2,4	12.406	4,3	7,4%	82,5%
Outros	2.740	1,0	351	0,1	515	0,2	-87,2%	46,7%
Estoques	112.039	42,9	98.934	35,3	102.817	35,4	-11,7%	3,9%
Produtos acabados e mercadorias	84.973	32,5	72.582	25,9	73.622	25,3	-14,6%	1,4%
Produtos em elaboração	17.411	6,7	17.786	6,3	18.697	6,4	2,2%	5,1%
Matéria prima	8.821	3,4	7.724	2,8	9.814	3,4	-12,4%	27,1%
Materiais de embalagens e consumo	834	0,3	842	0,3	684	0,2	1,0%	-18,8%
Outros	2.616	1,0	2.776	1,0	503	0,2	6,1%	-81,9%
Ativo realizado a longo prazo	**17.440**	**6,7**	**19.923**	**7,1**	**17.843**	**6,1**	**14,2%**	**-10,4%**
Outros	17.440	6,7	19.923	7,1	17.843	6,1	14,2%	-10,4%
Depósitos judiciais	8.949	3,4	9.128	3,3	11.160	3,8	2,0%	22,3%
Imposto de renda e CSLL diferidos	7.910	3,0	8.553	3,1	6.683	2,3	8,1%	-21,9%
Impostos a recuperar	0	-	2.165	0,8	0	0,0	-	-
Outros	581	0,2	77	0,0	0	0,0	-86,7%	-
Ativo permanente	**62.459**	**23,9**	**50.592**	**18,1**	**46.184**	**15,9**	**-19,0%**	**-8,7%**
Investimentos	3.328	1,3	543	0,2	543	0,2	-83,7%	0,0%
Participações em controladas	2.785	1,1	0	0,0	0	0,0	-	-
Outros investimentos	543	0,2	543	0,2	543	0,2	0,0%	0,0%
Imobilizado	51.597	19,8	43.953	15,7	41.071	14,1	-14,8%	-6,6%
Terrenos	2.032	0,8	2.032	0,7	2.032	0,7	0,0%	0,0%
Edifícios e construções	6.685	2,6	6.287	2,2	5.703	2,0	-6,0%	-9,3%
Móveis, utensílios e instalações	19.474	7,5	15.878	5,6	16.050	5,5	-18,5%	1,1%
Veículos	1.308	0,5	1.590	0,6	1.899	0,7	21,6%	19,4%
Máquinas e equipamentos	4.548	1,7	3.587	1,3	2.910	1,0	-21,1%	-18,9%
Equipamentos de processamento de dados	16.315	6,2	12.961	4,6	10.693	3,7	-20,6%	-17,5%
Outras imobilizações	1.235	0,5	1.618	0,6	1.784	0,6	31,0%	10,3%
Diferido	7.534	2,9	6.096	2,2	4.570	1,6	-19,1%	-25,0%
Total	**261.146**	**100,0**	**280.283**	**100,0**	**290.506**	**100,0**	**7,3%**	**3,6%**

Passivo	2003	% do Total	2004	% do Total	2005	% do Total	Variação 2004/2003	Variação 2005/2004
	Exercício encerrado em 31 de dezembro de							
	(em milhares de R$)							
Passivo Circulante	**127.899**	**49,0**	**144.166**	**51,4**	**125.501**	**43,2**	**12,7%**	**-12,9%**
Empréstimos e financiamentos	21.579	8,3	46.332	16,5	5.585	1,9	114,7%	-87,9%
Fornecedores	72.887	27,9	66.800	23,8	70.022	24,1	-8,4%	4,8%
Impostos, taxas e contribuições	4.953	1,9	3.788	1,4	15.398	5,3	-23,5%	306,5%
Provisões	5.909	2,3	6.329	2,3	8.866	3,1	7,1%	40,1%
Outros	22.571	8,6	20.917	7,5	25.630	8,8	-7,3%	22,5%
Direitos autorais	5.501	2,1	4.762	1,7	5.443	1,9	-13,4%	14,3%
Juros sobre o capital próprio / Dividendos	10.414	4,0	9.351	3,3	11.048	3,8	-10,2%	18,1%
Aquisições de empresa controlada	2.920	1,1	0	0,0	0	0,0	-100,0%	-
Perdas em operações com derivativos	888	0,3	3.515	1,3	0	0,0	295,8%	-
Aluguéis a pagar	1.769	0,7	1.959	0,7	2.119	0,7	10,7%	8,2%
Contas e despesas a pagar	1.079	0,4	1.330	0,5	7.020	2,4	23,3%	427,8%
Passivo exigível a longo prazo	**38.172**	**14,6**	**32.189**	**11,5**	**32.004**	**11,0**	**-15,7%**	**-0,6%**
Empréstimos e financiamentos	17.259	6,6	6.838	2,4	8.591	3,0	-60,4%	25,6%
Provisões	19.932	7,6	25.232	9,0	23.413	8,1	26,6%	-7,2%
Outros	981	0,4	119	0,0	0	0,0	-87,9%	-
Participações minoritárias	43	0,0	41	0,0	46	0,0	-4,7%	12,2%
Patrimônio líquido	**95.032**	**36,4**	**103.887**	**37,1**	**132.955**	**45,8**	**9,3%**	**28,0%**
Capital social realizado	39.721	15,2	41.977	15,0	46.405	16,0	5,7%	10,5%
Ações em tesouraria	(2.870)	-1,1	(2.870)	-1,0	(2.870)	-1,0	0,0%	0,0%
Reserva de capital	13.947	5,3	13.947	5,0	13.947	4,8	0,0%	0,0%
Reservas por incentivos fiscais	4.427	1,7	4.427	1,6	4.427	1,5	0,0%	0,0%
Reserva de ágio de subscritores	8.653	3,3	8.653	3,1	8.653	3,0	0,0%	0,0%
Reserva para manutenção de capital de giro próprio	724	0,3	724	0,3	724	0,2	0,0%	0,0%
Outras	143	0,1	143	0,1	143	0,0	0,0%	0,0%
Reserva de lucro	42.997	16,5	49.596	17,7	74.236	25,6	15,3%	49,7%
Lucros e prejuízos acumulados	1.237	0,5	1.237	0,4	1.237	0,4	0,0%	0,0%
Total	**261.146**	**100,0**	**280.283**	**100,0**	**290.506**	**100,0**	**7,3%**	**3,6%**

Informações das Demonstrações de Resultados Consolidados

Informações das Demonstrações de Resultados Consolidados	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003	% do Total	2004	% do Total	2005	% do Total	Variação 2004/2003	Variação 2005/2004
				(em milhares de R$)				
Receita bruta de vendas	**443.746**	**108,9**	**489.138**	**111,8**	**505.623**	**105,9**	**10,2%**	**3,4%**
Deduções da receita bruta	**(36.146)**	**(8,9)**	**(51.450)**	**(11,8)**	**(28.377)**	**(5,9)**	**42,3%**	**-44,8%**
Receita líquida de vendas	**407.600**	**100,0**	**437.688**	**100,0**	**477.246**	**100,0**	**7,4%**	**9,0%**
Custo de bens e/ou serviços vendidos	(191.362)	(46,9)	(208.055)	(47,5)	(216.839)	(45,4)	8,7%	4,2%
Resultado bruto	**216.238**	**53,1**	**229.633**	**52,5**	**260.407**	**54,6**	**6,2%**	**13,4%**
Despesas/receitas operacionais	(206.926)	(50,8)	(213.238)	(48,7)	(209.406)	(43,9)	3,1%	-1,8%
Com vendas	(123.623)	(30,3)	(125.500)	(28,7)	(130.705)	(27,4)	1,5%	4,1%
Gerais e administrativas	(50.837)	(12,5)	(53.792)	(12,3)	(52.946)	(11,1)	5,8%	-1,6%
Honorários dos administradores	(4.323)	(1,1)	(4.733)	(1,1)	(4.736)	(1,0)	9,5%	0,1%
Outras	(46.514)	(11,4)	(49.059)	(11,2)	(48.210)	(10,1)	5,5%	-1,7%
Financeiras	(19.667)	(4,8)	(19.954)	(4,6)	(14.476)	(3,0)	1,5%	-27,5%
Receitas financeiras	1.366	0,3	1.176	0,3	3.579	0,7	-13,9%	204,3%
Despesas financeiras	(21.033)	(5,2)	(21.130)	(4,8)	(18.055)	(3,8)	0,5%	-14,6%
Outras receitas operacionais	1.099	0,3	2.176	0,5	3.082	0,6	98,0%	41,6%
Outras despesas operacionais	(13.898)	(3,4)	(16.168)	(3,7)	(14.361)	(3,0)	16,3%	-11,2%
Depreciação	(13.711)	(3,4)	(14.028)	(3,2)	(10.856)	(2,3)	2,3%	-22,6%
Outras	(187)	(0,0)	(2.140)	(0,5)	(3.505)	(0,7)	1044,4%	63,8%
Resultado Operacional	**9.312**	**2,3**	**16.395**	**3,7**	**51.001**	**10,7**	**76,1%**	**211,1%**
Resultado não operacional	(116)	(0,0)	154	0,0	(170)	0,0	-232,8%	-210,4%
Resultado antes de tributação/participações	**9.196**	**2,3**	**16.549**	**3,8**	**50.831**	**10,7**	**80,0%**	**207,2%**
Provisão para IR e CSLL	(1.982)	(0,5)	(2.827)	(0,6)	(19.221)	(4,0)	42,6%	579,9%
IR diferido	(1.043)	(0,3)	(2.846)	(0,7)	2.348	0,5	172,9%	-182,5%
Participações/contribuições estatutárias	(1.659)	(0,4)	(2.023)	(0,5)	(4.057)	(0,9)	21,9%	100,5%
Reversão de juros sobre o capital próprio	10.414	2,6	9.351	2,1	10.129	2,1	-10,2%	8,3%
Participações minoritárias	2	0,0	2	0,0	(5)	0,0	0,0%	-350,0%
Lucro do exercício	**14.928**	**3,7**	**18.206**	**4,2**	**40.025**	**8,4**	**22,0%**	**119,8%**
Número de ações excluindo ações em tesouraria (mil)	22.937		22.937		22.937		0,0%	0,0%
Lucro por ação	**0,65085**		**0,79377**		**1,74500**		**22,0%**	**119,8%**

Resultados Financeiros e Operacionais[1]	Exercício encerrado em 31 de dezembro de				
	2003	2004	2005	Variação 2004/2003	Variação 2005/2004
Consolidado					
Valor Patrimonial da Ação (R$).....	4,08	4,46	5,71	9,3%	28,0%
Lucro por Ação (R$).....	0,65	0,79	1,74	21,5%	120,3%
Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido[2].....	16,4%	19,2%	38,5%	2,8 p.p.	19,3 p.p.
Endividamento Financeiro Líquido sobre o Patrimônio Líquido.....	32,1%	7,8%	3,0%	-24,3 p.p.	-4,8 p.p.
Margem Bruta.....	53,1%	52,5%	54,6%	-0,6 p.p.	2,1 p.p.
Margem EBITDA Ajustado[3].....	10,5%	11,5%	16,0%	1,0 p.p.	4,5 p.p.
Margem Líquida.....	3,7%	4,2%	8,4%	0,5 p.p.	4,2 p.p.
Dívida Bruta (em milhares de R$).....	38.838	53.170	14.176	36,9%	-73,3%
Dívida Líquida[4] (em milhares de R$).....	30.532	8.154	(6.018)	-73,3%	-173,8%
Pay-Out Ratio[5] ……..…..…..…..……	69,8%	51,4%	25,3%	-18,4 p.p.	-26,1 p.p.
Dividendos (em milhares de R$).....	10.414	9.351	11.048	-10,2%	18,1%
Dividend Yield[6].....	4,6%	3,4%	2,6%	-1,2 p.p.	-0,8 p.p.
Livraria					
Número de *Mega Stores*.....	14	14	15	0,0%	7,1%
Número de Lojas Tradicionais.....	18	16	16	-11,1%	0,0%
***Same Store Sales*[7] (Receita Líquida)**					
Mega Stores.....	4,3%	-0,6%	9,3%	-4,9 p.p.	9,9 p.p.
Lojas Tradicionais.....	-0,5%	-11,4%	12,1%	-10,9 p.p.	23,5 p.p.
Lojas Físicas.....	3,1%	-3,1%	9,9%	-6,2 p.p.	13,0 p.p.
***Same Store Sales* (Receita Bruta)**					
Mega Stores.....	0,4%	3,7%	4,4%	3,3 p.p.	0,7 p.p.
Lojas Tradicionais.....	-0,7%	-5,7%	3,4%	-5,0 p.p.	9,1 p.p.
Lojas Físicas.....	0,2%	1,7%	4,2%	1,5 p.p.	2,5 p.p.
Área de Vendas Total Média (m²)					
Mega Stores.....	14.942	15.466	17.164	3,5%	11,0%
Lojas Tradicionais.....	3.994	4.120	4.018	3,2%	-2,5%
Área de Vendas Final de Período (m²)					
Mega Stores.....	15.688	15.688	16.242	0,0%	3,5%
Lojas Tradicionais.....	4.259	3.713	3.910	-12,8%	5,3%
Vendas por m² (R$) (Receita Líquida)					
Mega Stores.....	10.277	10.673	11.176	3,9%	4,7%
Lojas Tradicionais.....	11.062	11.036	11.875	-0,2%	7,6%
Tíquete Médio[8] (R$) (Receita Líquida)					
Mega Stores.....	40,51	40,66	45,15	0,4%	11,0%
Lojas Tradicionais.....	38,04	36,47	43,27	-4,1¨%	18,6%
Lojas Físicas.....	39,90	39,66	44,73	-0,6%	12,8%
Saraiva.com.....	61,01	62,51	74,32	2,5%	18,9%
Tíquete Médio (R$) (Receita Bruta)					
Mega Stores.....	45,99	48,16	51,11	4,7%	6,1%
Lojas Tradicionais.....	40,69	41,43	45,30	1,8%	9,3%
Lojas Físicas.....	44,76	46,66	49,89	4,2%	6,9%
Saraiva.com.....	68,60	73,42	81,03	7,0%	10,4%

(1) Os valores expressos em reais são nominais, não contemplando, portanto, a inflação do período.
(2) Lucro líquido do exercício sobre o patrimônio líquido inicial.

(3) EBITDA Ajustado é o lucro líquido (prejuízo) adicionado das despesas financeiras líquidas, da depreciação e da amortização, do resultado não operacional, do imposto de renda e CSLL, de participações/contribuições estatutárias e da reversão de juros sobre o capital próprio. O EBITDA Ajustado não é uma linha de demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Brasileiras e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional ou para o fluxo de caixa ou, ainda, como indicador de liquidez. O EBITDA Ajustado não tem uma definição única e a definição pode não ser comparável ao EBITDA Ajustado utilizado por outras companhias.
(4) Dívida Líquida é a soma da dívida de curto e longo prazo, subtraídas as disponibilidades.
(5) Corresponde à razão entre a remuneração paga aos acionistas, incluindo dividendos e juros sobre o capital próprio e o lucro líquido registrado no período.
(6) É calculado com base na remuneração aos acionistas paga por ações dividida pelo preço médio por ação.
(7) O crescimento *Same Store Sales* de um determinado período é calculado dividindo-se o total das vendas das lojas que estão abertas em tal período, pelo total das vendas das mesmas lojas que estavam abertas na mesma data do período anterior em análise. Esse número pode diferir daquele que decorreria da divisão do total das vendas das lojas que estão abertas em tal período, pelo total das vendas das lojas que estavam abertas na mesma data do período anterior em análise.
(8) Receita (bruta ou líquida) do período, dividida pelo número de notas fiscais emitidas no mesmo período.

Outras Informações (Demonstração do EBITDA Ajustado)

Cálculo do EBITDA Ajustado(1)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003	2004	2005	Variação 2004/2003	Variação 2005/2004
	(em milhares de R$)				
Lucro líquido do exercício	14.928	18.206	40.025	22,0%	119,8%
Despesas financeiras, líquidas	19.667	19.954	14.476	1,5%	-27,5%
Depreciação e amortização	13.711	14.028	10.856	2,3%	-22,6%
Resultado não operacional	116	(154)	170	-232,8%	-210,4%
Imposto de renda e CSLL	3.025	5.673	16.873	87,5%	197,4%
Participações/contribuições estatutárias	1.659	2.023	4.057	21,9%	100,5%
Juros sobre o capital próprio	(10.414)	(9.351)	(10.129)	-10,2%	8,3%
EBITDA Ajustado	**42.692**	**50.379**	**76.328**	**18,0%**	**51,5%**

(1) EBITDA Ajustado é o lucro líquido (prejuízo) adicionado das despesas financeiras líquidas, da depreciação e da amortização, do resultado não operacional, do imposto de renda e CSLL, de participações/contribuições estatutárias e da reversão de juros sobre o capital próprio. O EBITDA Ajustado não é uma linha de demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Brasileiras e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional ou para o fluxo de caixa ou, ainda, como indicador de liquidez. O EBITDA Ajustado não tem uma definição única e a definição pode não ser comparável ao EBITDA Ajustado utilizado por outras companhias.

XIV. ANÁLISE E DISCUSSÃO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E OS RESULTADOS OPERACIONAIS

A discussão a seguir toma por base, e deverá ser lida em conjunto com as nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas, e respectivas notas explicativas, incluídas no Anexo "D" a este Prospecto, com as Seções *"VIII. Apresentação das Informações Financeiras e Outras Informações"*, *"XIII. Informações Financeiras e Operacionais Selecionadas"* e as demais informações financeiras que constam de outras seções deste Prospecto. As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Brasileiras emanadas da legislação societária brasileira e auditadas pela Deloitte para o ano de 2004 e 2005 e auditadas pela KPMG para o ano de 2003.

Nossas demonstrações contábeis consolidadas compreendem a Editora e a Livraria. Na consolidação são eliminados os investimentos nas sociedades controladas, os saldos a receber e a pagar, as receitas, as despesas e os lucros não realizados decorrentes de transações entre tais sociedades.

Práticas e Estimativas Contábeis Críticas

Nossas demonstrações financeiras, individual e consolidada, foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas da CVM. As demonstrações financeiras incluem estimativas relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências, depreciação e amortização de bens do ativo imobilizado, amortização de gastos do ativo diferido, imposto de renda e CSLL diferidos, reconhecimento de receitas, custos anteriores à edição e direitos autorais.

As práticas e estimativas contábeis críticas são aquelas que têm relevância para retratar nossa condição financeira e nosso resultado operacional e cuja determinação por nossa administração é mais difícil, subjetiva e complexa, exigindo freqüentemente estimativas sobre assuntos que são inerentemente incertos. Por refletirem julgamentos subjetivos e incertezas, as práticas e estimativas contábeis críticas podem conduzir a resultados materialmente diferentes dependendo das premissas e condições adotadas. Para obter uma discussão dessas e outras práticas contábeis, vide a Nota 3 das demonstrações financeiras constantes do Anexo "D" deste Prospecto.

As práticas e estimativas contábeis citadas acima estão sujeitas a revisões periódicas.

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para devedores duvidosos é constituída em montante considerado suficiente para fazer face à eventuais perdas na realização de contas a receber de clientes. Os créditos considerados irrecuperáveis são levados diretamente aos resultados dos exercícios. O cálculo leva em consideração nosso histórico de perdas e um determinado grau de discricionariedade por parte de nossa administração devido a incertezas das premissas envolvidas, tais como a situação financeira dos devedores, assim como as tendências econômicas. Caso o valor de nossa provisão para créditos de liquidação duvidosa seja diferente dos valores baixados como perda, o aumento de provisão poderá ser necessário.

Provisão para Contingências

Uma contingência é reconhecida em nosso balanço quando possuímos uma obrigação legal ou como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar tal obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, conforme consulta obtida junto a nossos advogados e consultores externos e internos, que analisam os possíveis resultados, caso a caso. Apesar da nossa administração acreditar que a provisão para atuais contingências é adequada, a liquidação das ações judiciais envolvem montantes que poderão resultar em valores divergentes da provisão para contingências estabelecidas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Depreciação e Amortização de Bens do Ativo Imobilizado

Nosso ativo permanente imobilizado é registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e deduzido de depreciação e amortização, calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens e direitos. A vida útil dos ativos é revisada periodicamente, com base em fatos e circunstâncias existentes. A determinação da vida útil exige um julgamento

subjetivo, sendo inerentemente incerta devido a mudanças tecnológicas e à concorrência na indústra, que são fatores que podem causar a obsolescência precoce do ativo imobilizado.

Amortização de Gastos do Ativo Diferido

O ágio a amortizar é resultante da incorporação de investimentos realizados com fundamento econômico baseado na projeção da capacidade de geração de lucros futuros no prazo previsto para o retorno do investimento.

A amortização dos gastos com cessão comercial é efetuada no prazo conforme disposições contratuais de locação dos imóveis, a partir do início das operações comerciais das lojas da Livraria.

O ágio é amortizado linearmente em sessenta parcelas mensais.

Imposto de Renda e CSLL Diferidos

Os impostos sobre lucro ou prejuízo do exercício compreendem os valores corrente e diferido. O imposto de renda e a CSLL do exercício são calculados, respectivamente, à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, e à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O reconhecimento dos ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa de CSLL e diferenças temporárias é baseado no histórico de rentabilidade e na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração. A liquidação dessa transação envolve estimativas, que poderão resultar em valores divergentes de imposto de renda e CSLL diferidos, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

O imposto de renda e a CSLL diferidos estão apresentados no ativo circulante, ativo realizável, passivo circulante e passivo exigível a longo prazo. São registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis sobre diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil e sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL.

O ativo fiscal diferido é baseado na expectativa de realização do lucro tributável futuro, considerando as alíquotas de imposto vigentes na data de encerramento dos exercícios, sendo revisado anualmente e ajustado caso ocorra alteração substancial dos lucros esperados.

A Editora, baseada na opinião de seus advogados externos, considerou o incentivo fiscal instituído pela Lei nº 10.753/03, com redação alterada pela Lei nº 10.833/03, relacionado à dedutibilidade da provisão para perdas nos estoques, como uma diferença temporal entre a base fiscal e o respectivo valor contábil, reconhecendo o efeito fiscal nos termos da Instrução Normativa CVM nº 371/02. Para maiores informações, vide "Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004", contidas no Anexo "D" deste Prospecto.

A Editora e a Livraria, fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis e fluxos de caixa positivos futuros, trazidos a valor presente, conforme estabelecido na Instrução CVM nº 371/02, mantiveram em suas demonstrações financeiras o ativo fiscal diferido.

A liquidação desta transação envolve estimativas, que poderão resultar em valores divergentes do imposto de renda e CSLL diferido, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Reconhecimento de Receitas

Nossas receitas líquidas representam o total realizado das vendas de produtos e serviços, descontadas as devoluções, descontos e impostos incidentes sobre vendas. O reconhecimento da receita de livros se dá quando há evidências concretas da realização da venda, quando o preço foi acordado e a negociação é considerada provável e/ou quando o produto é efetivamente entregue. Receitas oriundas de contratos de longo prazo, como os firmados no âmbito do programas governamentais, são reconhecidas à medida que os livros são entregues

Custos Anteriores à Edição

Custos anteriores à edição de livros representam os custos diretos e parte dos indiretos incorridos no desenvolvimento de títulos antes de sua edição. Os custos são apropriados ao estoque de produtos em elaboração quando incorridos até

a etapa de impressão, quando, após o quê, são considerados acabados e transferidos para o estoque de produtos acabados e, posteriormente, levados ao resultado pela venda. Diante da descontinuidade do desenvolvimento de uma obra, seja por perda de sua razão econômica, ou por estratégia da administração, os custos são levados ao resultado do exercício em que foi decida a descontinuidade da obra.

Direitos Autorais

Os direitos autorais devidos aos autores com quem celebramos contratos são creditados no momento da realização das vendas e, em alguns casos, no momento da edição. No primeiro caso, os direitos são considerados como despesas de vendas e, no segundo, incluídos no custo da produção.

Visão Geral dos Resultados da Companhia

Nossa fonte de receita é proveniente da edição de livros e comercialização de conteúdo por meio da Editora, e da comercialização ao varejo de livros e outros artigos, por meio da Livraria. Geramos aproximadamente 44% da nossa receita bruta no ano de 2005 através da Editora e 56% através da Livraria.

Editora

A Editora é líder no segmento de Livros Jurídicos (27% da sua receita bruta no ano de 2005), tem uma participação significativa no segmento de Livros de Administração, Economia e Contabilidade (3% da receita bruta da Editora em 2005), e está entre os líderes no segmento de Livros Didáticos e Livros Paradidáticos (69% da receita bruta da Editora em 2005). A Editora também comercializa conteúdo jurídico informatizado na mídia CD-ROM e oferece o conteúdo de produtos jurídicos informatizados pela Internet, por meio do *website* Portal SaraivaJur, que também oferece outros serviços correlatos aos visitantes, tais como agenda de eventos da comunidade jurídica, informações jurídicas sobre concursos e atualizações de códigos.

No ano de 2005, cerca de 31,5% do nosso faturamento consolidado foi representado por receitas originadas do setor de livros didáticos. O nosso principal cliente neste setor é o Governo (14,8% do valor total de vendas consolidadas no ano de 2005), que por meio do PNLD, e recentemente o PNLEM, adquire para quase 165 mil escolas públicas em todo o país livros didáticos de Ensino Fundamental e Médio. Para maiores detalhes sobre o funcionamento dos ciclos de compras dos programas governamentais de ensino fundamental, ver Seção *"XV. Visão Geral do Setor – Histórico e Funcionamento dos Ciclos de Compras Governamentais"*.

Uma importante característica que envolve os negócios da Editora é a sazonalidade do mercado editorial em que a mesma atua. Cerca de 82% das vendas da Editora estão concentradas no primeiro trimestre e no último trimestre de cada ano, respectivamente, no período de "volta às aulas" e no período de venda de livros didáticos no âmbito do PNLD. A cronologia de venda de livros didáticos no âmbito do PNLD, no entanto, pode sofrer pequenas variações, concentrando-se mais no final do ano ou no início do ano seguinte. No PNLD/2006 (programa contratado no final de 2005 no qual foram adquiridos livros para o ano letivo de 2006), por exemplo, 77,5% das vendas da Editora para esse programa ocorreram no 4º trimestre de 2005 ficando os 22,5% restantes para serem realizados como receita do 1º trimestre de 2006. Essa sazonalidade do mercado em que a Editora atua impede uma análise comparativa de um trimestre para outro dentro do mesmo exercício social. A receita de vendas no âmbito dos programas é contabilizada à medida que a Editora entrega os livros contratados.

Livraria

Conforme descrito abaixo, o mercado varejista de livros é afetado por variações no cenário econômico, e apresentou, a partir da segunda metade de 2004, um início de recuperação na demanda por livros. Nossas vendas são também afetadas pelo numero de lojas que temos, assim como pelo *mix* de produtos oferecidos a nossos clientes.

A Livraria possui uma rede de 31 lojas distribuídas em 10 cidades brasileiras, incluindo algumas das principais capitais do país, tais como São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Recife, Porto Alegre e Curitiba. A rede de lojas possui uma área de vendas total de 20,1 mil m^2 e vendas por m^2 de aproximadamente R$ 11,4 mil / ano em 2005.

As vendas da Livraria são realizadas por meio de (a) Lojas Tradicionais, que possuem áreas de vendas de 110m^2 a 480m^2 e oferecem até 26 mil itens cadastrados, dentre os quais livros e artigos de papelaria, (b) *Mega Stores*, que

possuem áreas de vendas de 460m² a 1.800m², são informatizadas e oferecem até 53 mil itens cadastrados, nas categorias livros, CDs, DVDs, periódicos, *softwares* de multimídia, artigos de papelaria, eletrônicos e brinquedos educativos, e (c) comércio eletrônico, por meio do *website* Saraiva.com, que atualmente oferece aos internautas mais de 300 mil produtos em 10 diferentes categorias: livros, CDs, DVDs, papelaria, informática, eletro-eletrônicos, jogos eletrônicos, *software*, brinquedos e revistas.

Cenário Macro-Econômico Brasileiro

Desde a posse do atual governo, no início de 2003, a economia brasileira vem apresentando um maior grau de estabilidade comparado ao período pré-eleitoral, dando continuidade à política macroeconômica do governo anterior, priorizando a responsabilidade fiscal.

Em 2003, em conseqüência dessa estabilidade, a confiança dos investidores foi recuperada e o real valorizou-se em 18,2% em relação ao dólar, tendo fechado em R$ 2,8892 para US$ 1,00 em 31 de dezembro de 2003. A inflação anual em 2003, medida pelo IPCA, foi de 9,3%. Nesse ano, entretanto, o PIB cresceu apenas 0,5%. O BACEN reduziu a taxa de juros sete vezes ao longo do ano de 2003.

Em 2004, a economia brasileira mostrou importantes melhorias em seus principais indicadores. O PIB cresceu em 4,9%, a taxa média de desemprego caiu de 10,9% para 9,6% nas principais regiões metropolitanas do país, de acordo com as estimativas de desemprego publicadas pelo IBGE. O Brasil registrou um superávit primário nas contas públicas (antes do pagamento de suas dívidas) de 4,61%, o que foi acima da meta de 4,25% do PIB estabelecida pelo Fundo Monetário Internacional como parte de seu acordo de empréstimo então em vigor com o Brasil naquele período. Durante 2004, o Brasil teve um superávit comercial de US$ 34 bilhões. A inflação, conforme medida pelo IPCA, foi de 7,6% em 2004. Em 2004, o real valorizou-se em 8,1% em comparação ao dólar norte-americano. Entretanto, o aumento das atividades econômicas causou alguma preocupação com relação à inflação, o que resultou na manutenção em níveis elevados da taxa de juros pelo governo. Adicionalmente, a carga tributária aumentou de 35,06% para 35,67% do PIB brasileiro, de acordo com a estimativa da Associação Brasileira dos Secretários de Finanças das Capitais. O aumento da carga tributária e a elevação da taxa de juros são dois fatores que adversamente afetam os setores de varejo, dado que diminuem o poder aquisitivo da população.

O ano de 2005 foi marcado pelas denúncias de corrupção contra integrantes do governo e deputados federais da base de sustentação do atual presidente e pelo esforço do Banco Central em atingir a meta de inflação de 5,1% no ano, o que resultou na manutenção em níveis elevados da taxa de juros. Porém, com a queda das taxas de inflação e desaquecimento da economia, a partir de novembro o governo começou a reduzir a taxa básica de juros de modo a incentivar a retomada do crescimento econômico. Em 31 de dezembro de 2005, a taxa básica de juros definida pelo Banco Central era 18,00% ao ano. Em 2005, o real valorizou-se em 11,82% em comparação ao dólar norte-americano. Apesar dessa valorização, o Brasil teve um superávit comercial de US$ 44,8 bilhões, seu mais alto superávit comercial de todos os tempos. A taxa média de desemprego nas principais regiões metropolitanas do país caiu de 11,6% de janeiro a novembro de 2004 para 10,0% no mesmo período de 2005, de acordo com as estimativas de desemprego publicadas pelo IBGE. A inflação, conforme medida pelo IPCA, foi de 5,7% em 2005. A tabela a seguir fornece os dados do crescimento real do PIB, inflação, taxas de juros e taxa de câmbio do dólar norte-americano nos períodos indicados.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de				
	2001	2002	2003	2004	2005
Crescimento real do PIB	1,4%	1,9%	0,5%	4,9%	2,3%
Inflação (IGP-M)[1]	10,4%	25,3%	8,7%	12,4%	1,2%
Inflação (IPCA)[2]	7,7%	12,5%	9,3%	7,6%	5,7%
INCC	7,0%	10,9%	14,8%	12,4%	6,8%
CDI[3]	17,3%	19,1%	16,8%	17,5%	19%
LIBOR[4]	4,1%	4,0%	4,2%	4,9%	4,7%
Valorização do Real face ao Dólar	-18,7%	-52,3%	18,2%	8,1%	11,8%
Taxa de câmbio do fim do período US$ 1,00	R$ 2,321	R$ 3,533	R$ 2,889	R$ 2,654	R$ 2,341
Taxa de câmbio média — US$ 1,00[5]	R$ 2,352	R$ 2,934	R$ 3,071	R$ 2,926	R$ 2,434

Fontes: Fundação Getulio Vargas, BACEN e Bloomberg.

(1) A Inflação (IGP-M) é o índice geral de preço do mercado medido pela Fundação Getulio Vargas.

(2) A Inflação (IPCA) é um índice de preços ao consumidor medido pelo IBGE.

(3) A taxa CDI é a média das taxas dos depósitos interfinanceiros praticadas durante o dia no Brasil.

(4) Taxa LIBOR para depósito de 6 meses.

(5) Média das taxas de câmbio do último dia de cada mês durante o período.

Efeitos da Evolução dos Indicadores Macro-Econômicos sobre os Setores Editorial, Livreiro, de Comércio Eletrônico e sobre os Nossos Resultados

A demanda por livros no mercado editorial de livros educacionais, técnicos e científicos, linhas editoriais nas quais a Editora atua, é menos afetada por mudanças no cenário econômico de curto prazo do que aquela dos setores editoriais de literatura, por exemplo.

No segmento de livros destinados aos níveis de ensinos fundamental e médio, a demanda por livros pode ser segmentada em dois grandes grupos:

- mercado privado, que corresponde à demanda por livros na rede particular de ensino; e
- mercado público, que corresponde a venda de livros no âmbito dos programas oficiais de compras de livros de ensino fundamental (e recentemente de nível médio) para as escolas públicas brasileiras.

O número de estudantes matriculados nos níveis de ensino fundamental e médio é maior na rede pública, cuja demanda por livros é atendida de forma sistemática pelo Governo, o que a torna menos suscetível às volatilidades econômicas (variação de taxa de juros, inflação e câmbio);

O mercado privado de livros destinados aos ensinos fundamental e médio, bem como os mercados de livros jurídicos, de economia, administração e contabilidade podem ser afetados por aspectos ligados a renda. A Editora conseguiu, nos últimos anos, repassar aumentos de custos dos principais insumos, entre os quais aumentos nos preços de papel e de serviços gráficos. Para maiores detalhes sobre o impacto das flutuações nas taxas de câmbio ver *"– Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas"*.

O mercado livreiro é mais afetado por variações no cenário econômico. A Livraria observou, nos anos de 2002, 2003 e 2004, uma demanda reprimida por conta do aumento das incertezas de curto prazo relacionadas às eleições presidenciais de 2002 e a continuidade das políticas macro-econômicas, taxas de inflação elevadas e taxas de juros em níveis reais bastante altos. A partir da segunda metade de 2004 houve um início de recuperação na demanda por livros, o que tem refletido positivamente nos resultados da Livraria, tanto em suas operações "físicas" (rede de lojas), como em suas operações virtuais por meio do *website* Saraiva.com.

Resultados Operacionais

Sumário dos Dados Financeiros

A discussão a seguir dos nossos resultados operacionais é baseada em nossas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com o GAAP Brasileiro.

Para que a análise dos números consolidados da Companhia fique mais precisa é produtivo observar a evolução das receitas e despesas em cada uma das empresas do Grupo Saraiva, a Editora e a Livraria. Os números consolidados derivam da contribuição das receitas e despesas destas duas empresas; portanto, para que as receitas consolidadas

sejam compreendidas, é necessário entendimento das operações da Editora e da Livraria separadamente. Um exemplo claro do exposto pode ser comprovado na evolução da margem bruta consolidada, que pode apresentar redução no consolidado sem necessariamente refletir performances operacionais negativas na Editora e/ou na Livraria, apenas sendo reflexo da participação maior das operações de varejo na consolidação das operações. Além disso, é importante destacar que Formato Editorial, adquirida pela Editora em agosto de 2003, foi incorporada em fevereiro de 2004. Como conseqüência, recomenda-se que a análise de desempenho do Grupo levem em consideração os ajustes necessários.

Análise das Principais Contas Patrimoniais (2004 com relação a 2003)

Ativo

Circulante

Em 31 de dezembro de 2004, o ativo circulante era de R$ 209,8 milhões contra R$ 181,2 milhões em 31 de dezembro de 2003, o que representou um aumento de 15,7%.

Disponibilidades

As disponibilidades em 31 de dezembro de 2004 somavam R$ 45,0 milhões, contra R$ 8,3 milhões em 31 de dezembro de 2003, o que representou um aumento de 442,2%. O recebimento das vendas no âmbito dos programas governamentais em 2004 aconteceu no último dia do ano e os recursos ficaram em caixa no fim daquele exercício para utilização subseqüente em amortizações de dívidas de curto prazo da Editora.
Contas a Receber

O saldo das contas a receber em 31 de dezembro de 2004 somava R$ 55,9 milhões, contra R$ 49,2 milhões em 31 de dezembro de 2003, o que representou um aumento de 13,6%. Em 31 de dezembro de 2004, o saldo a receber dos programas oficiais de compra de livros didáticos na Editora era de R$ 10,3 milhões, contra R$ 7,5 milhões, em 31 de dezembro de 2003.

Estoques

O estoque consolidado, passou para R$ 98,9 milhões em 31 de dezembro de 2004, contra R$ 112,0 milhões em 31 de dezembro de 2003, representando uma redução de 11,7%. Essa redução deve-se fundamentalmente ao melhor gerenciamento dos estoques da Livraria por meio de aumento das operações de consignação junto a seus diversos fornecedores. Na Livraria, os estoques de produtos para revenda diminuíram de R$ 47,2 milhões em 2003 para R$ 32,8 milhões em 2004. Na Editora, os estoques de produtos acabados aumentaram em 4,5%, de R$ 38,1 milhões em 2003 para R$ 39,8 milhões em 2004. Os estoques de produtos em elaboração apresentaram um aumento de 2,3%, de R$ 17,4 milhões em 2003 para R$ 17,8 milhões em 2004. O estoque de matérias primas diminuiu em 12,5%, de R$ 8,8 milhões em 2003 para R$ 7,7 milhões em 2004. As variações dos estoques estão demonstradas na tabela abaixo:

(em milhões de R$)	**2003[1]**	**2004**	**Variação 2004/2003**
Mercadorias para Revenda (Livraria)	46,9	32,8	-30,1%
Produtos Acabados (Editora)	38,1	39,8	4,5%
Produtos em Elaboração (Editora)	17,4	17,8	2,3%
Matérias Primas (Papel / Outras)	8,8	7,7	-12,5%
Outros (Material de Consumo)	0,8	0,8	0,0%
Estoque Total Consolidado	**112,0**	**98,9**	**-11,7%**

[1] Inclui estoques da Formato Editorial, empresa adquirida em agosto de 2003 e incorporada pela Editora em janeiro de 2004.

Ativo Realizável a Longo Prazo

Em 31 de dezembro de 2004, o ativo realizável a longo prazo era de R$ 19,9 milhões, 14,2% superior ao de 31 de dezembro de 2003. A variação é justificada principalmente pelo aumento do saldo dos impostos de contribuições sociais diferidos na Livraria em função do prejuízo apresentado em 2004, e o aumento dos impostos a recuperar na Editora em

função da não regulamentação da utilização de créditos de PIS e COFINS na compra de insumos a partir da redução a zero das alíquotas desses tributos em dezembro de 2004.

Ativo Permanente

Em 31 de dezembro de 2004, o ativo permanente era de R$ 50,6 milhões, 19,0% inferior ao verificado em 31 de dezembro de 2003. Essa variação deve-se (i) à incorporação da Formato Editorial em fevereiro de 2004, cujas operações foram adquiridas pela Editora em agosto de 2003, (ii) à redução do saldos dos ativos imobilizados por conta de depreciação dos ativos em uso na Editora e Livraria e (iii) à redução do saldo do ativo diferido pela amortização, durante 2004, do ágio resultante da incorporação da Formato Editorial.

Participação em Controladas

O saldo da conta participações em controladas em 31 de dezembro de 2003 representava o ágio na aquisição da Formato Editorial. Em fevereiro de 2004, as operações da Formato Editorial foram incorporadas pela Editora, sendo o saldo da conta Participações em Controladas representativo do ágio nessa aquisição transferido para o ativo diferido.

Imobilizado

O saldo do imobilizado passou de R$ 51,6 milhões em 31 de dezembro de 2003 para R$ 44,0 milhões em 31 de dezembro de 2004, representando um diminuição de R$ 7,6 milhões. Essa redução deve-se, fundamentalmente, à redução do saldos dos ativos imobilizados por conta de depreciação dos ativos em uso na Editora e Livraria.

Diferido

O saldo do ativo diferido passou de R$ 7,5 milhões em 31 de dezembro de 2003 para R$ 6,1 milhões em 31 de dezembro de 2004, uma redução de R$ 1,4 milhões. A redução do saldo do ativo diferido deve-se em grande parte às amortizações, durante 2004, do ágio resultante das incorporações da Formato Editorial e da Editora Atual S A.

Passivo

Circulante

Em 31 de dezembro de 2004, o passivo circulante era de R$ 144,2 milhões, apresentando um aumento de 12,7% em relação a 31 de dezembro de 2003, cujo valor era de R$ 127,9 milhões.

Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos de curto prazo consolidados evoluíram de R$ 21,6 milhões em 31 de dezembro de 2003, para R$ 46,3 milhões em 31 de dezembro de 2004, um aumento de R$ 24,7 milhões ou 114,4%.

Os saldos dos empréstimos de curto prazo (BACEN, Resolução 2770 e Conta Garantida) evoluíram de R$ 10,6 milhões em 31 de dezembro de 2003 para 36,1 milhões em 31 de dezembro de 2004, o que significou um aumento de R$ 25,5 milhões. O recebimento das vendas no âmbito dos programas de governo na Editora aconteceu no dia 31 de dezembro de 2004, o que não permitiu à Editora quitar os saldos de financiamentos de capital de giro contraídos no segundo semestre daquele ano para atender a produção de livros destinados aos programas de governo.

Impostos, Taxas e Contribuições

O saldo da conta impostos, taxas e contribuições evoluiu de R$ 5,0 milhões em 31 de dezembro de 2003 para R$ 3,7 milhões em 31 de dezembro de 2004. Essa redução deve-se, fundamentalmente, a reduções dos valores a recolher a título de PIS e COFINS, que em 31 de dezembro de 2003 totalizavam R$ 2,0 milhões contra R$ 0,5 milhão em 31 de dezembro de 2004.

Perdas com Operações de Derivativos

O saldo das perdas com operações de derivativos evoluiu de R$ 888 mil em 31 de dezembro de 2003 para R$ 3,5 milhões em 31 de dezembro de 2004. O saldo dessa conta nos dois exercícios representava as perdas cambiais com operações de *hedge* da dívida de longo prazo da Companhia, bem como as perdas cambiais dos contratos de *swap* das dívidas de curto prazo contratadas para fazer frente às necessidades de capital de giro da Editora, especialmente operações no âmbito da Resolução 2770. O saldo das operações de curto prazo em 31 de dezembro de 2004 era de R$ 31,3 milhões, contra um saldo de R$ 10,6 milhões em 31 de dezembro de 2003.

Passivo Exigível a Longo Prazo

O exigível a longo prazo passou de R$ 38,2 milhões em 31 de dezembro de 2003 para R$ 32,2 milhões em 31 de dezembro de 2004, apresentando uma redução de 15,7%

Provisões

O saldo das provisões evoluiu de R$ 19,9 milhões em 31 de dezembro de 2003 para R$ 25,2 milhões em 31 de dezembro de 2004, registrando, portanto, um aumento de R$ 5,3 milhões. Esse aumento deve-se, fundamentalmente, a constituição de provisão de IR e CSLL diferidos (Perda de Estoques - Lei nº 10.753/03) no valor de R$ 4,5 milhões.

Empréstimos e Financiamento de Longo Prazo

A redução de R$ 10,4 milhões do saldo de empréstimos e financiamentos de longo prazo foi decorrente de (i) amortizações de empréstimos com o BNDES, cujo saldo era de R$ 7,3 milhões em 31 de dezembro de 2003 e passou para R$ 3,8 milhões em 31 de dezembro de 2004; (ii) amortizações de empréstimos tomados junto à *IFC,* cujo saldo era de R$ 10,0 milhões em 31 de dezembro de 2003 e passou para R$ 3,1 milhões em 31 de dezembro de 2004. Em 2004, não houve contratação de novos financiamentos de longo prazo.

Patrimônio Líquido

O nosso patrimônio líquido, de R$ 95,0 milhões em 31 de dezembro de 2003, passou para R$ 103,9 milhões em 31 de dezembro de 2004 em função da incorporação do lucro líquido, ou seja, um aumento de 9,4%. O capital social aumentou 5,7% em função da incorporação de reservas de lucros no valor de R$ 2,3 milhões. As reservas de lucro aumentaram 15,3% em decorrência da transferência líquida de R$ 6,7 milhões do saldo da conta de lucros acumulados.

Análise das Principais Contas Patrimoniais (2005 com relação a 2004)

Ativo

Circulante

Em 31 de dezembro de 2005 o Ativo Circulante Consolidado foi de R$ 226,5 milhões contra R$ 209,8 milhões em 2004, o que representou um aumento de 8,0%.

Disponibilidades de Recursos

As disponibilidades em 31 de dezembro de 2005 somavam R$ 20,2milhões, contra R$ 45,0 milhões em 31 de dezembro de 2004. O recebimento das vendas no âmbito dos programas governamentais em 2004 aconteceu no último dia do ano e os recursos ficaram em caixa no fim daquele exercício para utilização subseqüente em amortizações de dívidas de curto prazo da Editora.

Contas a Receber

O saldo das contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2005 somava R$ 90,0 milhões, contra R$ 55,9 milhões em 31 de dezembro de 2004, o que representou um aumento de 61,1%. Em 31 de dezembro de 2005 o saldo a receber dos programas oficiais de compra de livros didáticos na Editora era maior do que aquele de 31 de dezembro de 2004, respectivamente R$ 30,4 milhões e R$ 10,3 milhões.

Estoques

O estoque consolidado passou de R$ 98,9 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R$ 102,8 milhões em 31 de dezembro de 2005, o que representou um aumento de 3,9%. Esse aumento deve-se fundamentalmente ao aumento de estoques de produtos para revenda em R$ 7,3 milhões, a diminuição dos estoques de produtos acabados em R$ 6,3 milhões, ao aumento dos estoques de produtos em elaboração em R$ 0,9 milhão e ao aumento do estoque de matérias primas em R$ 2,1 milhões., conforme tabela abaixo:

(em milhões de R$)	**2004**	**2005**	**Variação 2005/2004**
Mercadorias para Revenda (Livraria)	32,8	40,1	22,3%
Produtos Acabados (Editora)	39,8	33,5	-15,8%
Produtos em Elaboração (Editora)	17,8	18,7	5,1%
Matérias Primas (Papel / Outras)	7,7	9,8	27,3%
Outros (Material de Consumo)	0,8	0,7	-12,5%
Estoque Total Consolidado	**98,9**	**102,8**	**-3,9%**

Ativo Realizável a Longo Prazo

Em 31 de dezembro de 2005 o ativo realizável a longo prazo era de R$ 17,8 milhões, 10,4% menor que em 31 de dezembro de 2004. A variação é justificada, principalmente pela redução de 21,9% no saldo dos impostos de contribuições sociais diferidos consolidados.

Ativo Permanente

Em 31 de dezembro de 2005 o ativo permanente era de R$ 46,2 milhões, 8,7% menor que em 31 de dezembro de 2004. Essa variação deve-se (i) à redução do saldos dos ativos imobilizados por conta de depreciação dos ativos em uso na Editora e Livraria e (iii) à redução do saldo do ativo diferido pela amortização, durante 2005, do ágio resultante da incorporação da Formato Editorial.

Passivo

Circulante

Em 31 de dezembro de 2005 o passivo circulante era de R$ 125,5 milhões, apresentando uma redução de 12,9% em relação a 31 de dezembro de 2004.

Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo

Os empréstimos e financiamentos de curto prazo que passaram de R$ 46,3 milhões em 2004 para R$ 5,6 milhões em 2005, o que representou uma redução de 87,9%. A diminuição do endividamento consolidado de curto prazo deve-se às amortizações, durante o ano de 2005, das obrigações relativas a empréstimos tomados pela Editora junto à *IFC* e BNDES, cujos saldos, em 31 de dezembro de 2005 eram de, respectivamente, R$ 2,7 milhões e R$ 0,6 milhões, bem como amortizações de empréstimos tomados pela Livraria junto ao BNDES, cujos saldos em 31 de dezembro de 2005 eram de R$ 2,3 milhões.

Impostos, Taxas e Contribuições

O saldo da conta impostos, taxas e contribuições evoluiu de R$ 3,7 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R$ 15,4 milhões em 31 de dezembro de 2005. Esse aumento deve-se, fundamentalmente, aos valores a pagar a título de IR e CSLL em 31 de dezembro de 2005, respectivamente de R$ 8,1 milhões e R$ 1,8 milhões. Em 31 de dezembro de 2004 não havia valores a pagar relativos a IR e CSLL.

Provisões

O saldo da conta provisões evoluiu de R$ 6,3 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R$ 8,9 milhões em 31 de dezembro de 2005. Esse aumento deve-se, fundamentalmente, aos valores maiores provisionados a título de participação dos administradores, cujo saldo em 31 de dezembro de 2004 era de R$ 2,0 milhões contra um saldo de R$ 4,0 milhões em 31 de dezembro de 2005.

Contas e Despesas a Pagar

O saldo da conta contas e despesas a pagar evoluiu de R$ 1,3 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R$ 7,0 milhões em 31 de dezembro de 2005. Esse aumento deve-se, fundamentalmente, ao saldo de R$ 4,8 milhões por conta do "faturamento antecipado" dos contratos de fornecimento de livros didáticos no âmbito dos programas oficiais PNLD e PNLEM. As receitas no âmbito dos programas oficiais de compra de livros didáticos são reconhecidas conforme a entrega efetiva dos livros, quando ocorre a baixa dos valores contabilizados a título de "faturamento antecipado" registrados no passivo da Editora.

Passivo Exigível a Longo Prazo

O exigível de longo prazo passou de R$ 32,2 milhões em 31 de dezembro de 2004 para R$ 32,0 milhões em 31 de dezembro de 2005, apresentando uma redução de 0,6%.

Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo

O saldo dos empréstimos e financiamentos de longo prazo consolidados em 31 de dezembro de 2005 era de R$ 8,6 milhões, contra R$ 6,8 milhões em 31 de dezembro de 2004. Durante o ano de 2005 a Editora Saraiva contraiu empréstimos junto ao BNDES no valor de R$ 7,5 milhões, o que contribuiu para o aumento de 25,6% verificado no saldo dessa conta. Não houve contratação de empréstimos de longo prazo pela Livraria Saraiva durante 2005. O saldo da conta empréstimos e financiamentos de longo prazo dessa empresa em 31 de dezembro de 2005 era de R$ 1,1 milhão, contra R$ 3,3 milhão em 31 de dezembro de 2004.

Patrimônio Líquido

O nosso patrimônio líquido, de R$ 103,9 milhões em 31 de dezembro de 2004, passou para R$ 133,0 milhões em 31 de dezembro de 2005 em função da incorporação do lucro líquido. O capital social aumentou 10,5% em função da incorporação de reservas de lucros no valor de R$ 4,4 milhões. As reservas de lucro aumentaram 49,7% em decorrência da transferência líquida de R$ 24,7 milhões da conta de lucros acumulados e transferências para aumento de capital.

Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de 2004 Comparado ao Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de 2003

A Editora adquiriu em agosto de 2003 a Formato Editoral, incorporada à companhia em fevereiro de 2004. As demonstrações financeiras da Editora publicada no ano de 2003 não consideram os resultados da Formato Editoral. Estamos apresentando a seguir a abertura pró forma das principais contas das demonstrações financeiras da Editora considerando o resultado da Formato Editoral nos 5 meses do ano de 2003:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003		
(em milhares de R$)	**Editora Saraiva**	**Formato Editorial**	**Pró Forma**[1]
Receita bruta de vendas	214.874	1.241	216.115
Receita líquida de vendas	204.878	1.168	206.046
Despesas com vendas	62.091	379	62.470
Resultado bruto	134.669	703	135.372
Despesas gerais e administrativas	37.926	119	38.045
Despesas de depreciação e amortização	7.211	82	7.293

[1] A combinação dos números da Editora e da Formato Editorial para fins de elaboração dos resultados pró-forma não foram auditados.

Receita Bruta de Vendas

(em milhares de R$)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003	2004	Variação 2004 /2003
Receita Bruta Consolidada	443.746	489.138	10,2%
Receita Bruta de Vendas da Editora	214.874	235.482	9,6%
Receita Bruta de Vendas da Livraria	237.543	261.890	10,2%
Venda entre empresas[1]	(9.912)	(8.234)	

[1] A Editora vende os livros de sua edição para a Livraria. Para publicação dos números consolidados é necessário, portanto, ajustar o valor das vendas consolidadas por conta das transações entre as duas empresas do Grupo Saraiva. Não inclui vendas da Formato Editorial para a Editora no valor de R$ 332 mil.

A nossa receita bruta consolidada alcançou em 2004 R$ 489,1 milhões, registrando crescimento de 10,2% em relação a 2003.

A receita bruta da Editora aumentou em 9,6%, de R$ 214,9 milhões em 2003 para R$ 235,5 milhões em 2004. Para uma melhor análise dessa performance é importante fazer distinção entre as vendas ao Governo e as vendas ao mercado privado:

As vendas ao Governo apresentaram crescimento de 39% em relação ao ano anterior. Os principais fatores que explicam essa performance foram a boa participação nas vendas no âmbito do PNLD/05 e a criação do programa de atendimento aos alunos da rede pública do ensino médio (PNLEM/05), além do fato de que uma parcela significativa das vendas para o PNLD/04 foi apropriada no exercício fiscal de 2004, conforme demonstrado a seguir:

(em milhões de reais)	Valor dos Contratos da Editora por Programa	Reconhecimento das Receitas dos Programas nos Anos Fiscais de 2003	2004
PNLD/03	41,4[1]	4,9	-
PNLD/04	85,5	57,4	28,1
PNLD/05[2]	83,3[3]	-	58,6
Total	**-**	**62,3**	**86,7**

[1] R$ 36,5 milhões foram apropriados em 2002.
[2] Inclui PNLEM/05 do Governo Federal e do Estado de Minas Gerais.
[3] R$ 24,8 milhões de vendas foram apropriadas no primeiro trimestre de 2005.

As vendas ao mercado privado apresentaram queda de 3% em 2004, acumulando R$ 148,8 milhões, por conta do efeito não recorrente das vendas de livros relacionados ao novo Código Civil Brasileiro, que entrou em vigor em janeiro de 2003 e resultou em vendas maiores de livros jurídicos naquele ano.

A receita bruta da Livraria alcançou R$ 261,9 milhões em 2004, representando crescimento de 10,2%. Esse desempenho superou o índice de crescimento da receita nominal de 8,2% do segmento "livros, jornais, revistas e papelaria", conforme Pesquisa Mensal de Comércio divulgada pelo IBGE.

O destaque do ano foi o desempenho da divisão de comércio eletrônico, que obteve expansão de 35% da receita em comparação a 2003, atingindo R$ 50,9 milhões.

Deduções

As deduções da nossa receita bruta consistem basicamente em impostos sobre vendas de mercadoria (Imposto sobre Operações Relativas à circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviço e Transporte Interestadual e

Intermunicipal e de Comunicação, "ICMS", e Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, "ISS") e contribuições sociais (Programa de Integração Social "PIS", e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social "COFINS") sendo sua base de cálculo o valor efetivamente recebido resultantes dos contratos vigentes. O Governo Federal, por meio da Lei no. 11.033, de 21 de dezembro de 2004, reduziu a zero as alíquotas de PIS e COFINS incidentes sobre o faturamento resultante da venda de livros no Brasil a partir de dezembro de 2004. O produto livro é imune constitucionalmente ao ICMS.

As deduções da receita bruta aumentaram 42,3% de R$ 36,1 milhões no ano de 2003 para R$ 51,5 milhões no mesmo período de 2004. Esse aumento é principalmente em função da majoração da alíquota da COFINS de 3,0% para 7,6% em fevereiro de 2004.

Receita Líquida de Vendas

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
(em milhares de R$)	**2003**	**2004**	**Variação 2004/2003**
Receita Líquida Consolidada	407.600	437.688	7,4%
Receita Líquida de Vendas da Editora	204.878	222.769	8,7%
Receita Líquida de Vendas da Livraria	211.466	223.153	5,5%
Venda entre empresas[1]	(9.912)	(8.234)	

[1] A Editora vende os livros de sua edição para a Livraria. Para publicação dos números consolidados é necessário, portanto, ajustar o valor das vendas consolidadas por conta das transações entre as duas empresas do Grupo Saraiva. Não inclui vendas da Formato Editorial para a Editora no valor de R$ 332 mil.

A nossa receita líquida consolidada aumentou 7,4%, de R$ 407,6 milhões em 2003, para R$ 437,7 milhões em 2004. Essa performance reflete principalmente o aumento nas vendas ao Governo pela Editora e a maior receita da divisão de varejo eletrônico.

A receita líquida da Editora registrou evolução de 8,7% em 2004, menor do que a elevação observada nas vendas brutas - 9,6% em 2004 em relação ao ano de 2003 - em função do aumento da alíquota da COFINS de 3,0% para 7,6% em fevereiro de 2004. A redução a zero das alíquotas de PIS e COFINS entrou em vigor somente em dezembro de 2004.

Na Livraria a receita líquida totalizou R$ 223,2 milhões, indicando elevação de 5,5% em relação a 2003. O percentual de crescimento foi inferior ao registrado na receita bruta devido à elevação da alíquota da COFINS de 3,0% para 7,6% em fevereiro de 2004. Contudo, em dezembro de 2004, ocorreu a redução para zero das alíquotas de PIS e COFINS sobre a venda de livros.

Custos dos Produtos Vendidos

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
(em milhares de R$)	**2003**	**2004**	**Variação 2004/2003**
Custo dos Produtos Vendidos Consolidado	191.362	208.055	8,7%
Custo dos Produtos Vendidos da Editora	70.209	75.535	7,6%
Custo dos Produtos Vendidos da Livraria	130.560	140.732	7,8%
Venda entre empresas[1]	(9.872)	(8.212)	

[1] A Editora vende os livros de sua edição para a Livraria. Para publicação dos números consolidados é necessário, portanto, ajustar o valor das vendas consolidadas por conta das transações entre as duas empresas do Grupo Saraiva. Não inclui vendas da Formato Editorial para a Editora no valor de R$ 332 mil.

O custo do nosso produto vendido consiste essencialmente no custo das mercadorias vendidas, o qual está diretamente relacionado ao nosso volume de vendas. O custo do produto vendido consolidado aumentou em 8,7%, de R$ 191,4 milhões em 2003 para R$ 208,0 milhões em 2004. Essa performance reflete principalmente o aumento nas vendas ao

Governo pela Editora e a maior receita da divisão de varejo eletrônico. O custo dos produtos vendidos na Editora e Livraria aumentaram em 7,6% e 7,8%, respectivamente.

Resultado Bruto

(em milhares de R$)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003	2004	Variação 2004/2003
Resultado bruto consolidado	216.238	229.633	6,2%
Resultado Bruto da Editora.....	134.669	147.234	9,3%
Resultado Bruto da Livraria	80.906	82.421	1,9%
Venda entre empresas[1]	39	(22)	

(% da receita líquida)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003	2004	Variação 2004/2003
Margem Bruta Consolidada.....	53,1%	52,5%	-0,6 p.p.
Margem Bruta da Editora	65,7%	66,1%	0,4 p.p.
Margem Bruta da Livraria	38,3%	36,9%	-1,4 p.p.

[1] A Editora vende os livros de sua edição para a Livraria. Para publicação dos números consolidados é necessário, portanto, ajustar o valor das vendas consolidadas por conta das transações entre as duas empresas do Grupo Saraiva.

O nosso resultado bruto consolidado, em 2004, atingiu R$ 229,6 milhões, 6,2% superior ao de 2003. A margem bruta apresentou pequena redução, passando de 53,1% em 2003 para 52,5% em 2004, refletindo portanto a menor margem bruta verificada na Livraria.

O resultado bruto da Editora passou de R$ 134,7 milhões em 2003 para R$ 147,2 milhões em 2004. A margem bruta registrou aumento, de 65,7% em 2003 para 66,1% em 2004. O efeito da maior participação das vendas ao Governo em 2004, cujas margens são inferiores às praticadas nas vendas ao mercado privado, o que poderia ter influenciado negativamente as margens brutas da Editora em 2004, foi compensado pela desoneração das alíquotas de PIS e COFINS sobre as vendas em dezembro de 2004, o que contribuiu positivamente na apuração da margem bruta da Editora.

O resultado bruto da Livraria atingiu R$ 82,4 milhões em 2004, contra R$ 80,9 milhões em 2003. Entretanto, a margem bruta apresentou redução, de 38,3% para 36,9% em 2004. Esse desempenho foi decorrente das alterações no *mix* de produtos vendidos.

Despesas Operacionais

O ano de 2004 iniciou com forte pressão sobre as despesas com pessoal, em razão dos elevados dissídios coletivos concedidos no final de 2003 (17,5% na Editora entre setembro de 2003 e junho de 2004 e 12,5% na Livraria em dezembro de 2003).Importante destacar que o resultado de 2004 foi influenciado pela contabilização de R$ 3,2 milhões de despesas não recorrentes com rescisões e indenizações. Dessa forma, foi fundamental o trabalho de racionalização de gastos implantado pelo Grupo Saraiva durante 2004.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas na Editora constituem gastos com pessoal dos departamentos comercial e de marketing, incluindo suas 13 filiais, direitos autorais, propaganda, fretes, embalagens e aluguéis. Na Livraria as despesas com vendas constituem gastos com pessoal e aluguéis da rede de lojas, fretes, propaganda e de manutenção – energia elétrica, serviços de segurança, entre outros. O gasto de logística das operações por meio do *website* saraiva.com. também é classificado em despesas com vendas.

(em milhares de R$)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003	2004	Variação 2004/2003
Despesas com Vendas Consolidadas	123.623	125.500	1,5%
Despesas com Vendas da Editora	62.091	60.309	-2,9%
Despesas com Vendas da Livraria	61.191	65.213	6,6%

(% da receita líquida)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003	2004	Variação 2004/2003
Despesas com Vendas / Receitas Líquidas (consolidado)	30,3%	28,7%	-1,6 p.p.
Despesas com Vendas / Receitas Líquidas da Editora	30,3%	27,1%	-3,2 p.p.
Despesas com Vendas / Receitas Líquidas da Livraria	28,9%	29,2%	0,3 p.p.

As nossas despesas consolidadas de vendas de 2004 aumentaram em 1,5%, enquanto a receita bruta superou em 10,2% aquela de 2003. A relação despesas com vendas sobre vendas líquidas consolidadas registrou melhora de 1,6 ponto percentual em 2004 com relação ao ano de 2003, 28,7% contra 30,3%, respectivamente.

Na Editora, as despesas com vendas atingiram R$ 60,3 milhões em 2004 contra R$ 62,1 milhões em 2003, uma redução de 2,9%. A relação despesas com vendas sobre vendas líquidas da Editora apresentou uma melhora de 3,2 pontos percentuais, 27,1% em 2004 contra 30,3% em 2003. A redução de despesas com vendas deve-se fundamentalmente à redução de gastos com propaganda, fretes, e demais despesas de manutenção.

Na Livraria, as despesas com vendas atingiram R$ 65,2 milhões em 2004 contra R$ 61,1 milhões em 2003, um aumento de 6,6%. Com relação às vendas líquidas as despesas com vendas em 2004 permaneceram praticamente constantes em comparação ao ano de 2003, 29,2% em 2004 contra 28,9% em 2003, um aumento de apenas 0,3 ponto percentual. As despesas com vendas foram influenciadas por (i) gastos variáveis em função da receita líquida, com destaque para as despesas de cobrança (comissão das administradoras de cartões de crédito), embalagens e fretes e (ii) gastos extraordinários com rescisões e indenizações relacionados à reestruturação dos negócios da Livraria.

Despesas Gerais e Administrativas

As nossas Despesas Gerais e Administrativas constituem essencialmente de salários e respectivos encargos em folha de pagamento dos nossos departamentos editoriais, financeiro, de recursos humanos e back office de sistemas na editora, e da estrutura de logística da rede de lojas – excluindo aquela das atividades do *website* Saraiva.com que é classificada como despesa com vendas. Fazem parte dos gastos administrativos, ainda, os honorários dos administradores, despesas com aluguéis dos imóveis que abrigam os departamentos de apoio e editoriais, e gastos com serviços de informática.

(em milhares de R$)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003	2004	Variação 2004/2003
Despesas Gerais e Administrativas Consolidadas	49.925	53.756	7,7%
Despesas Gerais e Administrativas da Editora	37.926	41.697	9,9%
Despesas Gerais e Administrativas da Livraria	11.880	12.059	1,5%

(% da receita líquida)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003	2004	Variação 2004/2003
Despesas G&A / Receitas Líquidas (consolidado)	12,2%	12,3%	0,1 p.p.
Despesas G&A / Receitas Líquidas da Editora.....	18,5%	18,7%	0,2 p.p.
Despesas G&A / Receitas Líquidas da Livraria.....	5,6%	5,4%	-0,2 p.p.

As nossas Despesas Gerais e Administrativas aumentaram em 7,7% no ano de 2004 em relação ao mesmo período de 2003. Com relação às vendas líquidas consolidadas as Despesas Gerais e Administrativas permaneceram constantes, 12,3% em 2004 contra 12,2% em 2003.

Na Editora, as Despesas Gerais e Administrativas atingiram R$ 41,7 milhões em 2004 contra R$ 37,9 milhões em 2003, um aumento de 9,9%. Com relação às vendas líquidas houve uma piora de 0,2 ponto percentual, 18,7% em 2004 contra 18,5% em 2003.

Na Livraria, as Despesas Gerais e Administrativas atingiram R$ 12,0 milhões em 2004 contra R$ 11,9 milhões em 2003, um aumento de 1,5%. Com relação às vendas líquidas as Despesas Gerais e Administrativas em 2004 permaneceram praticamente constantes em comparação ao ano de 2003, 5,4% em 2004 contra 5,6% em 2003, uma melhora de 0,2 ponto percentual.

Depreciação e Amortização

A depreciação e amortização são computadas utilizando-se o método de depreciação linear com taxas baseadas no prazo de vida útil estimado dos bens em questão.

(em milhares reais)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003	2004	Variação 2004/2003
Despesas Depreciação e Amortização Consolidadas..	13.711	14.028	2,3%
Despesas Depreciação e Amortização da Editora.....	7.211	7.921	9,8%
Despesas Depreciação e Amortização da Livraria.....	6.419	6.107	-4,9%

As despesas de depreciação e amortização aumentaram em 2,3% no consolidado do Grupo Saraiva em 2004, de R$ 13,7 milhões em 2003 para R$ 14,0 milhões em 2004. Na Editora as despesas de depreciação e amortização registraram aumento de 9,8% em função da amortização do ágio resultante da incorporação da Formato Editorial em fevereiro daquele ano. Em valores nominais as despesas de depreciação e amortização da Editora aumentaram de R$ 7,2 milhões em 2003 para R$ 7,9 milhões em 2004. As despesas de depreciação e amortização da Livraria registram queda de 4,9%, de R$ 6,4 milhões em 2003 para R$ 6,1 milhões em 2004.

EBITDA Ajustado

O aumento registrado na nossa receita superou o incremento dos custos e despesas operacionais, conforme discutidos acima, resultando em um aumento do EBITDA Ajustado consolidado de 18,0% ou R$ 7,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004, em comparação a 2003. Em 2004 o EBITDA Ajustado totalizou R$ 50,4 milhões, contra R$ 42,7 milhões em 2003. A margem EBITDA Ajustado ficou em 11,5% em 2004, em comparação a 10,5% no ano anterior.

Cálculo do EBITDA Ajustado Editora	Exercício encerrado em 31 dedezembro de 2003	2004	Variação 2004/2003
		(em milhares de R$)	
Lucro líquido do exercício	14.928	18.206	22,0%
Imposto de renda e CSLL	3.789	7.016	85,2%
Participações/contribuições estatutárias	1.659	2.023	21,9%
Despesas financeiras, líquidas	16.215	16.818	3,7%
Juros sobre o capital próprio	(10.414)	(9.351)	-10,2%
Depreciação e amortização	7.211	7.920	9,8%
Resultado não operacional	(72)	(259)	259,7%
Equivalência patrimonial	1.336	2.855	113,7%
EBITDA Ajustado	**34.652**	**45.228**	**30,5%**

Cálculo do EBITDA Ajustado Livraria	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003	2004	Variação 2004/2003
		(em milhares de R$)	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(1.550)	(2.858)	-84,4%
Imposto de renda e CSLL	(764)	(1.344)	75,9%
Despesas financeiras, líquidas	3.543	3.137	-11,5%
Depreciação e amortização	6.419	6.107	-4,9%
Resultado não operacional	188	107	-43,1%
EBITDA Ajustado	**7.836**	**5.149**	**-34,3%**

Receita (Despesa) Financeira Líquida

A nossa despesa financeira líquida consiste essencialmente em despesas com juros relativas ao saldo de nossa dívida, CPMF, a qual é cobrada à alíquota de 0,38% sobre todos os débitos em conta e tarifas bancárias,juros recebidos por conta de aplicações de disponibilidades de caixa no mercado financeiro, juros recebidos de clientes, entre outros.

A despesa financeira líquida, já excluindo as despesas com Juros sobre o Capital Próprio, foi de R$ 10,6 milhões em 2004 apresentando um acréscimo de 14,6% em relação à despesa financeira líquida em 2003, que foi de R$ 9,3 milhões. Este acréscimo deveu-se, principalmente, devido a:

- valorização do real frente ao dólar, em 2003 foi de 18,2% enquanto em 2004 a valorização foi substancialmente menor, representando 8,1%, o que causou uma diminuição de R$ 4,5 milhões no resultado financeiro por conta da dívida em moeda estrangeira contraída junto à *IFC*. Esse resultado positivo foi contra-balanceado por:

- despesa financeira resultante de operações de *hedge-swap* de câmbio e juros passou de R$ 2,5 milhões em 31 de dezembro de 2003 para R$ 1,1 milhão em 31 de dezembro de 2004. Contratos de *hedge* cambial (*swap*) sem caixa foram celebrados em setembro de 2003, janeiro de 2004 e agosto de 2004, com vencimentos em junho de 2004, dezembro de 2004 e junho de 2005, respectivamente. O ativo envolvido foi da ordem de US$ 3,6 milhões em 2004 e a perda financeira líquida apropriada no exercício foi de R$ 1,0 milhão (R$ 2,2 milhões em 2003), sendo R$ 1,1 milhão (R$ 2,5 milhões em 2003) registrados em despesas financeiras e R$ 0,1 milhão (R$ 0,3 milhão em 2003) registrados em receitas financeiras.

- despesa financeira de juros da dívida de longo prazo (*IFC* e BNDES) reduziu de 28,5%, passando de R$ 1,3 milhões em 31 de dezembro de 2003 para R$ 0,9 milhão em 31 de dezembro de 2004, em função do menor nível de endividamento do Grupo.

Juros sobre o Capital Próprio

Os juros sobre o capital próprio foram registrados para fins fiscais em despesas financeiras e, posteriormente, eliminados da demonstração do resultado e apresentados no patrimônio líquido, de acordo com a deliberação CVM nº 207/96.

Os juros sobre o capital próprio somaram R$ 9,4 milhões em 2004 apresentando um decréscimo de 10,2% em relação ao juros sobre o capital próprio em 2003, que foi de R$ 10,4 milhões. Os juros sobre o capital próprio são calculados aplicando-se variação da TJLP, sobre o patrimônio líquido inicial de cada ano. Em 2004, a TJLP média foi de 9,8%, contra 11,5% em 2003; o patrimônio líquido utilizado para o cálculo dos juros sobre o capital próprio foi de R$ 95,0 milhões em 2004 e R$ 90,9 milhões em 2003

Imposto de Renda, CSLL e Imposto de Renda Diferido

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
(em milhares de R$)	**2003**	**2004**	**Variação 2004/2003**
Imposto de Renda e CSLL Consolidadas	(3.025)	(5.673)	87,5%
Editora	(3.789)	(7.016)	85,2%
Livraria	764	1.344	75,9%

As despesas com imposto de renda e CSLL aumentaram 87,5%, passando de R$ 3,0 milhões em 31 de dezembro de 2003 para R$ 5,7 milhões em 31 de dezembro de 2004

O nosso imposto de renda e CSLL são calculados a uma alíquota de 25% e 9%, respectivamente, sobre o lucro antes dos impostos, que aumentou de R$ 9,2 milhões em 2003 para R$ 16,5 milhões em 2004. A legislação brasileira permite que os prejuízos fiscais sejam diferidos para serem compensados com impostos futuros. Essa compensação anual é limitada a 30% do lucro real ajustado para o ano. Em 31 de dezembro de 2004, a Livraria tinha, aproximadamente, R$ 8,2 milhões em prejuízos fiscais acumulados.

Participação Estatutária dos Administradores

A participação dos administradores é igual aos honorários anuais dos mesmos, porém é limitada a 10% do lucro líquido do exercício. Em 2004, o valor da participação dos administradores foi de R$ 2,0 milhões, contra R$ 1,7 milhões em 2003.

Lucro Líquido do Exercício

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
(em milhares de R$)	**2003**	**2004**	**Variação 2004/2003**
Lucro Líquido Consolidado	14.928	18.206	22,0%
Lucro Líquido da Editora.....	14.928	18.206	22,0%
Lucro Líquido da Livraria	(1.550)	(2.858)	84,4%

Nosso resultado no exercício social encerrado em 2004 foi um lucro líquido R$ 18,2 milhões registrando novo recorde, 22,0% superior aos R$ 14,9 milhões registrados no ano anterior. A margem sobre a receita líquida de vendas foi de 4,2% em 2004, contra 3,7% em 2003.Contribuíram para esse crescimento os ganhos verificados no resultado da Editora e a expressiva melhora nas operações de varejo eletrônico. O retorno consolidado sobre o patrimônio líquido inicial alcançou 19%.

O nosso lucro por ação no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003 e 2004 foi de R$ 0,65085 e R$ 0,79377 respectivamente.

Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de 2005 Comparado ao Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de 2004

Receita Bruta de Vendas

(em milhares de R$)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004	2005	Variação 2005/2004
Receita Bruta Consolidada.....	489.138	505.623	3,4%
Receita Bruta de Vendas da Editora.....	235.482	233.516	-0,8%
Receita Bruta de Vendas da Livraria.....	261.890	281.306	7,4%
Venda entre empresas(1).....	(8.234)	(9.199)	

(1) A Editora vende os livros de sua edição para a Livraria. Para publicação dos números consolidados é necessário, portanto, ajustar o valor das vendas consolidadas por conta das transações entre as duas empresas do Grupo Saraiva.

A nossa receita bruta consolidada alcançou, em 2005, R$ 505,6 milhões, registrando crescimento de 3,4% em relação a 2004.

A receita bruta da Editora somou R$ 233,5 milhões, praticamente estável em relação àquela do ano 2004, que foi de R$ 235,5 milhões, representando uma diminuição de 0,8%. Para uma melhor análise dessa performance é importante fazer distinção entre as vendas ao Governo e as vendas ao mercado privado:

Em linhas gerais, o desempenho de vendas da Editora em 2005 refletiu o ano fraco do ciclo de vendas de Livros Didáticos para o ensino fundamental, dentro dos programas de aquisições do governo (vide Seção "*XV. Visão Geral do Setor – Histórico e Funcionamento dos Ciclos de Compras Governamentais*"). Em contrapartida, houve crescimento nas vendas de livros didáticos e paraditádicos ao mercado privado, que compensou quase integralmente a menor apropriação de vendas do governo.

Conforme demonstrado no quadro a seguir, o volume total de livros adquiridos pelo Governo é sempre menor no terceiro ano de cada ciclo, pois prevê somente a compra de livros para reposição, em quantidade suficiente para atender ao aumento no número de matrículas e à troca de exemplares danificados. O PNLD/06, contratado no segundo semestre de 2005, se enquadra no terceiro ano do ciclo, apresentando dessa forma um volume de vendas inferior aos dos dois programas anteriores.

(em milhões de reais)	Valor dos Contratos da Editora por Programa	Reconhecimento das Receitas dos Programas nos Anos Fiscais de 2004	2005
PNLD/04(1)	85,5(1)	28,1	-
PNLD/05(2)	83,3	58,6	24,7
PNLD/06(2)	64,9(3)	-	50,3
Total	**-**	**86,7**	**75,0**

(1) R$ 57,4 milhões das vendas foram apropriados em 2003.
(2) Inclui PNLEM/05 do Governo Federal e do Estado de Minas Gerais.
(3) Inclui PNLEM/06. R$ 14,6 milhões das vendas foram apropriados em 2006

A receita bruta da Livraria alcançou R$ 281,3 milhões em 2005, representando crescimento de 7,4%. No critério "mesmas lojas", as vendas tiveram incremento de 8,4%

O destaque do ano foi o desempenho da divisão de comércio eletrônico, que obteve expansão de 25,4% da receita bruta em comparação a 2004, atingindo R$ 63,8 milhões.

Deduções

As deduções da nossa receita bruta consistem basicamente em impostos sobre vendas de mercadoria (Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviço e Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, "ICMS", e Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, "ISS") e contribuições sociais (Programa de Integração Social "PIS" e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social "COFINS") sendo sua base de cálculo o valor efetivamente recebido resultantes dos contratos vigentes. O Governo Federal, por meio da Lei nº. 11.033, de 21 de dezembro de 2004, reduziu a zero as alíquotas de PIS e COFINS incidentes sobre o faturamento resultante da venda de livros no Brasil a partir de dezembro de 2004. O produto livro é imune constitucionalmente ao ICMS.

As deduções da receita bruta diminuíram 44,8%, de R$ 51,5 milhões no ano de 2004 para R$ 28,4 milhões no mesmo período de 2005. Essa diminuição deu-se principalmente em função redução a zero das alíquotas de PIS e COFINS sobre as vendas de livros.

Receita Líquida de Vendas

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
(em milhares de R$)	**2004**	**2005**	**Variação 2005/2004**
Receita Líquida Consolidada	437.688	477.246	9,0%
Receita Líquida de Vendas da Editora	222.769	233.330	4,7%
Receita Líquida de Vendas da Livraria	223.153	253.115	13,4%
Venda entre empresas(1)	(8.234)	(9.199)	

(1) A Editora vende os livros de sua edição para a Livraria. Para publicação dos números consolidados é necessário, portanto, ajustar o valor das vendas consolidadas por conta das transações entre as duas empresas do Grupo Saraiva.

A nossa receita líquida consolidada aumentou 9,0%, de R$ 437,7 milhões em 2004, para R$ 477,2 milhões em 2005. Esse desempenho reflete basicamente a redução a zero das alíquotas de PIS e COFINS.

A receita líquida da Editora registrou evolução de 4,7% em 2005 em comparação ao mesmo período de 2004, e deve-se à redução a zero das alíquotas de PIS e COFINS a partir de dezembro de 2004.

Na Livraria a receita líquida totalizou R$ 253,1 milhões, indicando elevação de 13,4% em relação a 2004. O percentual de crescimento foi maior ao registrado na receita bruta devido à redução para zero das alíquotas de PIS e COFINS sobre a venda de livros.

Custos dos Produtos Vendidos

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
(em milhares de R$)	**2004**	**2005**	**Variação 2005/2004**
Custo dos Produtos Vendidos Consolidado	208.055	216.839	4,2%
Custo dos Produtos Vendidos da Editora	75.535	71.736	-5,0%
Custo dos Produtos Vendidos da Livraria	140.732	154.277	9,6%
Venda entre empresas(1)	(8.212)	(9.174)	

(1) A Editora vende os livros de sua edição para a Livraria. Para publicação dos números consolidados é necessário, portanto, ajustar o valor das vendas consolidadas por conta das transações entre as duas empresas do Grupo Saraiva.

O valor do nosso custo do produto vendido está diretamente relacionado ao volume de nossas vendas. O custo do produto vendido consolidado aumentou em 4,2%, de R$ 208,1milhões em 2004 para R$ 216,8 milhões em 2005. Essa performance reflete o aumento de nosso volume de vendas nas operações de varejo e menores gastos com oferta de livros aos professores nas operações editoriais. Nos anos nos quais o Governo apenas compra livros para reposição não há oferta de livros aos professores das escolas públicas de ensino fundamental. Na Editora, os gastos com tais ofertas são contabilizados na rubrica custos dos produtos vendidos.

Resultado Bruto

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
(em milhares de R$)	**2004**	**2005**	**Variação 2005/2004**
Resultado Bruto Consolidado	229.633	260.407	13,4%
Resultado Bruto da Editora	147.234	161.594	9,8%
Resultado Bruto da Livraria	82.421	98.838	19,9%
Venda entre empresas[1]	(22)	(25)	

[1] A Editora vende os livros de sua edição para a Livraria. Para publicação dos números consolidados é necessário, portanto, ajustar o valor das vendas consolidadas por conta das transações entre as duas empresas do Grupo Saraiva.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
(% da receita líquida)	**2004**	**2005**	**Variação 2005/2004**
Margem Bruta Consolidada	52,5%	54,6%	2,1 p.p.
Margem Bruta da Editora	66,1%	69,3%	3,2 p.p.
Margem Bruta da Livraria	36,9%	39,0%	2,1 p.p.

O nosso resultado bruto consolidado atingiu no ano de 2005, R$ 260,4 milhões, 13,4% superior ao de 2004. A margem bruta apresentou um aumento de 2,1 pontos percentuais, passando de 52,5% em 2004 para 54,6% em 2005, refletindo - a maior margem bruta verificada na Livraria e na Editora.

O resultado bruto da Editora passou de R$ 147,2 milhões em 2004 para R$ 161,6 milhões em 2005. A margem bruta registrou melhora, de 66,1% em 2004 para 69,3% em 2005. O efeito da maior participação das vendas ao mercado privado cujas margens são superior às praticadas nas vendas ao Governo e a desoneração das alíquotas de PIS e COFINS sobre as vendas de livros no ano de 2005, contribuíram positivamente na apuração da margem bruta da Editora.

O resultado bruto da Livraria atingiu R$ 98,8 milhões em 2004, contra R$ 82,4 milhões em 2004. A margem bruta apresentou melhora significativa, passando de 36,9% em 2004 para 39,0% em 2005. Esse desempenho foi decorrente das alterações no *mix* de produtos vendidos e a desoneração das alíquotas de PIS e COFINS sobre as vendas de livros no ano de 2005.

Despesas Operacionais

Como resultado das ações de racionalização implementadas a partir dos programas de gestão de caixa desenvolvidos em 2004/2005, a relação "despesas operacionais sobre receita líquida" apresentou queda de 3,1 pontos percentuais em 2005, evoluindo de 49,1% para 46,0%. Em valores absolutos, as medidas adotadas em 2004 e 2005 resultaram em economias anuais estimadas em R$ 6,1 milhões.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas na Editora constituem gastos com pessoal dos departamentos comercial e de marketing, incluindo suas 13 filiais, direitos autorais, propaganda, fretes, embalagens e aluguéis. Na Livraria as despesas com vendas constituem gastos com pessoal e aluguéis da rede de lojas, fretes, propaganda e de manutenção – energia

elétrica, serviços de segurança, entre outros. O gasto de logística das operações por meio do *website* saraiva.com. também é classificado em despesas com vendas.

(em milhares de R$)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004	2005	Variação 2005/2004
Despesas com Vendas Consolidadas	125.500	130.705	4,1%
Despesas com Vendas da Editora[1]	60.309	62.286	3,3%
Despesas com Vendas da Livraria	65.213	68.444	5,0%

(% da receita líquida)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004	2005	Variação 2005/2004
Despesas com Vendas / Receitas Líquidas (Consolidado)	28,7%	27,4%	-1,3 p.p.
Despesas com Vendas / Receitas Líquidas da Editora	27,1%	26,7%	-0,4 p.p.
Despesas com Vendas / Receitas Líquidas da Livraria	29,2%	27,0%	-2,2 p.p.

As nossas despesas consolidadas de vendas no ano de 2005 aumentaram em 4,1%, enquanto a receita líquida superou em 13,4% aquela de 2004. A relação despesas com vendas sobre vendas líquidas consolidadas registrou melhora de 1,3 ponto percentual em 2005 com relação ao ano de 2004, 27,4% contra 28,7%, respectivamente.

Na Editora, as despesas com vendas atingiram R$ 62,3 milhões em 2005 contra R$ 60,3 milhões em 2004, um aumento de 3,3%. A relação despesas com vendas sobre vendas líquidas da Editora apresentou uma melhora de 0,4 pontos percentuais, 26,7% em 2005 contra 27,1% em 2004. A aumento das despesas com vendas deve-se fundamentalmente -ao aumento das despesas com pessoal em função do dissídio da categoria, das despesas com direitos autorais e livros truncados (estoques obsoletos).

Na Livraria, as despesas com vendas atingiram R$ 68,4 milhões em 2005 contra R$ 65,2 milhões em 2004, um aumento de 5,0%. Com relação às vendas líquidas, as despesas com vendas em 2005 apresentaram melhora de 2,2 pontos percentuais em relação ao ano de 2004, 27,0% em 2005 contra 29,2% em 2004. As despesas com vendas foram influenciadas por (i) gastos variáveis em função da receita líquida, com destaque para as despesas de cobrança (comissão das administradoras de cartões de crédito), embalagens e fretes; e (ii) gastos pré-operacionais em função da abertura das lojas no Recife (PE) e em Osasco (SP), bem como aumento nas despesas com propaganda.

Despesas Gerais e Administrativas

As nossas Despesas Gerais e Administrativas constituem essencialmente de salários e respectivos encargos em folha de pagamento dos nossos departamentos editoriais, financeiro, de recursos humanos e *back office* de sistemas na Editora, e da estrutura de logística da rede de lojas – excluindo aquela das atividades do *website* Saraiva.com que é classificada como despesa com vendas. Fazem parte dos gastos administrativos, ainda, os honorários dos administradores, despesas com aluguéis dos imóveis que abrigam os departamentos de apoio e editoriais, e gastos com serviços de informática.

(em milhares de R$)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004	2005	Variação 2005/2004
Despesas Gerais e Administrativas Consolidadas	53.756	53.369	-0,7%
Despesas Gerais e Administrativas da Editora	41.697	38.958	-6,6%
Despesas Gerais e Administrativas da Livraria	12.059	14.411	19,5%

(% da receita líquida)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004	2005	Variação 2005/2004
Despesas G&A / Receitas Líquidas (consolidado)	12,3%	11,2%	-1,1 p.p.
Despesas G&A / Receitas Líquidas da Editora	18,7%	16,7%	-2,0 p.p.
Despesas G&A / Receitas Líquidas da Livraria.....	5,4%	5,7%	0,3 p.p.

As nossas Despesas Gerais e Administrativas consolidadas diminuíram em 0,7% no ano de 2005 em relação a 2004. Com relação às vendas líquidas consolidadas as Despesas Gerais e Administrativas apresentaram uma melhora de 1,1 ponto percentual, 11,2% em 2005 contra 12,3% em 2004. Esse resultado reflete o efeito integral das medidas de racionalização de despesas conduzidas em 2004, bem como a redução a zero das alíquotas de PIS e COFINS para o produto "livro", o que aumentou a receita de venda líquida e influenciou positivamente os resultados apresentados em 2005.

Na Editora, as Despesas Gerais e Administrativas atingiram R$ 39,0 milhões em 2005 contra R$ 41,7 milhões em 2004, uma redução de 6,6%. Com relação às vendas líquidas houve uma melhora de 2,0 pontos percentuais, 16,7% em 2005 contra 18,7% em 2004. Esse resultado também foi influenciado pelo efeito integral das medidas de racionalização de despesas conduzidas em 2004, bem como a redução a zero das alíquotas de PIS e COFINS para o produto "livro".

Na Livraria, as Despesas Gerais e Administrativas atingiram R$ 14,4 milhões em 2005 contra R$ 12,1 milhões em 2004, um aumento de 19,5%. Com relação às vendas líquidas as Despesas Gerais e Administrativas em 2004 permaneceram praticamente constantes em comparação ao ano de 2004, 5,7% em 2005 contra 5,4% em 2004, uma piora de 0,3 ponto percentual.

Depreciação e Amortização

A depreciação e amortização são computadas utilizando-se o método de depreciação linear com taxas baseadas no prazo de vida útil estimado dos bens em questão.

(em milhares reais)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004	2005	Variação 2005/2004
Despesas Depreciação e Amortização Consolidadas	14.028	10.856	-22,6%
Despesas Depreciação e Amortização da Editora	7.920	5.991	-24,4%
Despesas Depreciação e Amortização da Livraria.....	6.107	4.865	-20,3%

As despesas de depreciação e amortização diminuíram em 22,6% no consolidado do Grupo Saraiva em 2005, de R$ 14,0 milhões em 2004 para R$ 10,9 milhões em 2005. Na Editora as despesas de depreciação e amortização registraram uma redução de 24,4% em função de menores investimentos em ativos fixos no biênio 2004 / 2005 e a exaustão dos saldos contábeis dos ativos em uso Em valores nominais as despesas de depreciação e amortização da Editora diminuíram em R$ 1,9 milhões em 2005 em comparação ao ano de 2004. As despesas de depreciação e amortização da Livraria registram queda de 20,3%, de R$ 6,1 milhões em 2004 para R$ 4,9 milhões em 2005.

EBITDA Ajustado

O aumento registrado na nossa receita superou o incremento dos custos e despesas operacionais, conforme discutidos acima, resultando em um aumento do EBITDA Ajustado consolidado de 51,5% ou R$ 26,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005, em comparação a 2004. Em 2005, o EBITDA Ajustado totalizou R$ 76,3 milhões, contra R$ 50,4 milhões em 2004. A margem EBITDA Ajustado ficou em 16,0% em 2005, em comparação a 11,5% no ano anterior.

Cálculo do EBITDA Ajustado Editora	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004	2005	Variação 2005/2004
		(em milhares de R$)	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	18.206	40.025	119,8%
Imposto de renda e CSLL	7.016	13.574	93,5%
Participações/contribuições estatutárias	2.023	3.383	67,2%
Despesas financeiras, líquidas	16.818	13.597	-19,2%
Juros sobre o capital próprio	(9.351)	(10.129)	-8,3%
Depreciação e amortização	7.920	5.991	-24,4%
Resultado não operacional	(259)	(25)	-90,4%
Equivalência patrimonial	2.855	(6.066)	-312,5%
EBITDA Ajustado	**45.228**	**60.350**	**33,4%**

Cálculo do EBITDA Ajustado Livraria	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004	2005	Variação 2005/2004
		(em milhares de R$)	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(2.858)	6.072	-312,5%
Imposto de renda e CSLL	(1.344)	3.299	-345,5%
Despesas financeiras, líquidas	3.137	879	-72,0%
Depreciação e amortização	6.107	4.865	-20,3%
Resultado não operacional	107	194	81,3%
Participações/contribuições estatutárias	-	674	-
EBITDA Ajustado	**5.149**	**15.983**	**210,4%**

Receita (Despesa) Financeira Líquida

A nossa despesa financeira líquida consiste essencialmente em despesas com juros relativas ao saldo de nossa dívida, CPMF, a qual é cobrada à alíquota de 0,38% sobre todos os débitos em conta e tarifas bancárias, juros recebidos por conta de aplicações de disponibilidades de caixa no mercado financeiro, juros recebidos de clientes, entre outros.

A despesa financeira líquida, já excluindo as despesas com Juros sobre o Capital Próprio, foi de R$ 4,3 milhões em 2005 apresentando um decréscimo de 59,4% em relação à despesa financeira líquida em 2004, que foi de R$ 10,6 milhões. Este decréscimo deveu-se, principalmente, devido á valorização do real frente ao dólar, em 2005 foi de 11,8% enquanto em 2004 a valorização foi substancialmente menor, representando 8,1%, o que causou uma diminuição de R$ 6,3 milhões no resultado financeiro por conta da dívida em moeda estrangeira contraída junto à *IFC* e em decorrência da melhor posição de caixa ao longo do ano.

Juros sobre o Capital Próprio

Os juros sobre o capital próprio foram registrados para fins fiscais em despesas financeiras e, posteriormente, eliminados da demonstração do resultado e apresentados no patrimônio líquido, de acordo com a deliberação CVM nº 207/96.

Os juros sobre o capital próprio somaram R$ 10,1 milhões em 2005 apresentando um acréscimo de 8,3 % em relação ao juros sobre o capital próprio em 2004, que foi de R$ 9,4 milhões. Os juros sobre o capital próprio são calculados aplicando-se variação da TJLP, sobre o patrimônio líquido inicial de cada ano. Em 2005, a TJLP média foi de 9,75%, contra 9,84% em 2004; o patrimônio líquido utilizado para o cálculo dos juros sobre o capital próprio foi de R$ 95,0 milhões em 2004 e R$ 103,9 milhões em 2005.

Imposto de Renda, CSLL e Imposto de Renda Diferido

(em milhares de R$)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004	2005	Variação 2005/2004
Imposto de Renda e CSLL Consolidadas	(5.673)	(16.873)	197,4%
Editora	(7.016)	(13.574)	93,5%
Livraria	1.344	(3.299)	-345,5%

As despesas com imposto de renda, CSLL e imposto de renda diferido aumentaram 197,4%, passando de R$ 5,7milhões em 31 de dezembro de 2004 para R$ 16,9 milhões em 31 de dezembro de 2005

O nosso imposto de renda e CSLL sobre o lucro são calculados a uma alíquota de 25% e 9%, respectivamente, sobre o lucro antes dos impostos, que aumentou de R$ 16,5 milhões em 2004 para R$ 50,8 milhões em 2005.

Participação Estatutária dos Administradores

A participação dos administradores é igual a 10% do lucro líquido do exercício, porém limitada aos honorários anuais dos administradores. Em 2005, o valor da participação dos administradores foi de R$ 4,1 milhões, contra R$ 2,0 milhões em 2004.

Lucro Líquido do Exercício

(em milhares de R$)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004	2005	Variação 2005/2004
Lucro Líquido Consolidado	18.206	40.025	119,8%
Lucro Líquido da Editora.....	18.206	40.025	119,8%
Lucro Líquido da Livraria	(2.858)	6.072	-312,5%

Nosso resultado no exercício social encerrado em 2005 foi um lucro líquido R$ 40,0 milhões, 119,8% superior aos R$ 18,2 milhões registrados no ano anterior. A margem sobre a receita líquida de vendas foi de 8,4% em 2005, contra 4,2% em 2004. Contribuíram para esse crescimento os ganhos verificados no resultado da Livraria e da Editora e a melhora nas operações de varejo eletrônico.

O nosso lucro por ação no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005 e 2004 foi de R$ 1,74500 e R$ 0,79377 respectivamente.

Liquidez e Recursos de Capital

As nossas principais necessidades de liquidez e recursos financeiros são:

- capital de giro para financiar a sazonalidade típica das operações editoriais e livreiras;
- obrigações de serviços de dívida referentes ao seu endividamento;
- investimentos para aquisições estratégicas tanto na Editora como na Livraria e expansão da rede de lojas físicas;
- pagamentos de dividendos e demais distribuições aos acionistas; e

- investimentos em ativos fixos para manutenção das operações do Grupo Saraiva.

As nossas principais fontes de liquidez e recursos financeiros são:

- recursos gerados pelas nossas operações;
- receita financeira advinda da aplicação de seu caixa e disponibilidades; e
- dívidas de longo prazo junto contraídas junto ao BNDES e *IFC*.

A nossa principal fonte de financiamento sempre foram os recursos gerados nas nossas operações. Em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005, nós tínhamos um capital circulante líquido (ativo circulante menos passivo circulante) de R$ 53,3 milhões, R$ 65,6 milhões e R$ 101,0 milhões, respectivamente. Devido à natureza sazonal do nosso negócio na Editora, caixa e disponibilidades, estoques e contas a pagar geralmente aumentam substancialmente no quatro trimestre do ano e no primeiro do ano seguinte.

O caixa gerado das atividades operacionais foi de R$ 35,8 milhões, R$ 40,6 milhões e R$ 58,8 milhões em 2003, 2004 e 2005, respectivamente. Em 2005 a melhora do fluxo de caixa operacional é resultado dos esforços do Grupo Saraiva no controle de despesas e capital de giro e a desoneração da carga tributária com a redução a zero das alíquotas de PIS e COFINS para a cadeia de produção e comercialização de livros no Brasil.

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos foi de R$ 20,3 milhões, R$ 5,9 milhões e R$ 9,6 milhões em 2003, 2004 e 2005, respectivamente, e foi principalmente relacionado a investimentos em sistemas de informação, abertura de lojas, aquisição de empresas (como é o caso da aquisição da Formato Editorial em agosto de 2003), e demais investimentos fixos para reposição de ativos necessários às operações do Grupo.

O caixa líquido aplicado nas atividades financeiras foi o equivalente ao pagamento de empréstimos de R$ 26,3 milhões em 2003, à captação R$ 15,6 milhões em 2004 e ao pagamento de R$ 48,4 milhões em 2005. Esses valores estão relacionados às amortizações e empréstimos junto à *IFC* e ao BNDES, bem como captações de curto prazo.

Acreditamos dispor de fontes e recursos de liquidez e de recursos financeiros suficientes para atender as provisões de suas necessidades de serviço da dívida, de dispêndio de capital e demais necessidades nos próximos anos, embora não seja possível oferecer garantias a esse respeito.

Atividades de Investimentos de Capital

Principais Investimentos

Os nossos principais investimentos vem sendo realizados basicamente da seguinte forma nos exercícios sociais indicados:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de			**Variação**	**Variação**
Investimentos Fixos	**2003**	**2004**	**2005**	**2004/2003**	**2005/2004**
		(em milhares de R$)			
Sistemas de informação	6.649	2.747	2.617	-58,7%	-4,7%
Abertura de Lojas	2.801	-	3.291	-100,0%	-
Reposição de Ativos Diversos.....	6.682	2.674	2.460	-60,0%	-8,0%
Total	**16.132**	**5.421**	**8.368**	**-66,4%**	**54,4%**

Os principais investimentos da Editora nos anos de 2003, 2004 e 2005 foram em sistemas de informação no montante de R$ 3.9 milhões, R$ 1,9 milhões e R$ 1,7 milhão, respectivamente.

Os principais investimentos da Livraria nos anos de 2003, 2004 e 2005 foram em sistemas de informação e abertura de lojas no montante de R$ 5,4 milhões, R$ 0,9 milhões e R$ 4,2 milhões, respectivamente.

Endividamento

Em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005, o total de nossos empréstimos e financiamentos era de R$ 38,8 milhões (dos quais R$ 17,3 milhões foram classificados como dívida de longo prazo), R$ 53,2 milhões (dos quais R$ 8,6 milhões foram classificados como dívida de longo prazo) e R$ 14,2 milhões (dos quais R$ 6,8 milhões foram classificados como dívida de longo prazo), respectivamente. Do total da dívida bruta em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005,respectivamente, 43,0%, 17,3% e 19,1% estão vinculados a compromissos em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005, respectivamente, 40,9%, 34,8% e 100% da dívida em moeda estrangeira estava protegida contra variações cambiais através de transações de *hedge* financeiro. As variações de taxa de cambial resultantes da variação entre o real e o dólar tiveram um efeito positivo significante nos resultados para os anos encerrado em 31 de dezembro de 2004 e 2005.

Endividamento Consolidado	**Exercício encerrado em 31 de dezembro de**			**Variação**	**Variação**
	2003	**2004**	**2005**	**2004/2003**	**2005/2004**
	(em milhares de R$)				
Dívida Bruta	38.838	53.170	14.176	36,9%	-73,3%
Dívida Líquida[1]	30.532	8.154	(6.018)	-73,3%	-173,8%

[1] Dívida Líquida é a soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, subtraídas as disponibilidades.

A tabela a seguir resume o nosso endividamento por tipo/linha de financiamento nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005:

	Taxa de Juros em 31 de dezembro de 2005	**Exercício encerrado em 31 de dezembro de**			**Variação**	**Variação**
		2003	**2004**	**2005**	**2004/2003**	**2005/2004**
		(em milhares de R$)				
Por linha de crédito						
Endividamento em Moeda Estrangeira						
IFC (Editora)	LIBOR+3%	16.700	9.212	2.710	-44,8%	-70,6%
Endividamento em Moeda Nacional						
BNDES (Editora)	TJLP+3,5% a 4,0%	2.404	1.498	8.061	-37,7%	438,2%
BNDES (Livraria)	TJLP+3,5%	9.183	6.385	3.405	-30,5%	-46,7%
Outros – Resolução BACEN nº 2.770 e Conta Garantia (Editora)		10.551	36.075	-	241,9%	-100,0%
Endividamento Bruto		**38.838**	**53.170**	**14.176**	**36,9%**	**-73,3%**
Disponibilidades e Aplicações						
Moeda Nacional		8.306	45.016	20.194	442,0%	-55,1%
Endividamento Líquido		**30.532**	**8.154**	**(6.018)**	**-73,3%**	**-173,8%**

Contratos de Financiamento

Abaixo segue descrição, de forma resumida, dos contratos de financiamento mais relevante em que figuramos como parte:

Editora

A Editora firmou em 13 de abril de 1998 um contrato de empréstimo com a *IFC* no valor de US$ 15 milhões, indexados a LIBOR mais 3% a.a., a serem amortizados semestralmente durante o período de junho de 2000 a junho de 2006. O

empréstimo, que admite pagamento antecipado, foi efetuado com o objetivo de financiar um programa de investimentos de três anos abrangendo a construção de oito *Mega Stores* e a atualização dos sistemas de tecnologia de informação em diversas das atuais Lojas Tradicionais da Livraria. Em 31 de dezembro de 2005, o saldo devedor era de US$ 1,2 milhão, que devem ser liquidados até junho de 2006. O contrato prevê compromissos financeiros (*covenants*) relativos a liquidez corrente, endividamento e índice de cobertura de juros que têm sido sistematicamente atendidos pela Editora. O empréstimo é garantido por um Contrato de Retenção de Ações firmado em 27 de março de 1998 entre a Editora, a Livraria, o Acionista Controlador e parte dos demais acionistas pessoas físicas detentores de ações ordinárias, por meio do qual eles se comprometeram a manter mais da metade do capital social votante da Editora.

Em 19 de setembro de 2000, a Editora firmou um contrato de financiamento com o BNDES no valor total de R$ 4,189 milhões indexados à TJLP mais 3,5% a.a., que foram diponibilizados em parcelas e destinados à aquisição e implantação de um *software* de sistemas integrados de gestão nas áreas operacionais da Editora e à construção do depósito central de Guarulhos. Em 31 de dezembro de 2005, o saldo devedor era de R$ 0,6 milhão, que devem ser liquidados até julho de 2006. O contrato, que prevê pagamento antecipado, está garantido integralmente por hipoteca sobre imóveis de propriedade da Editora. Para informações adicionais, vide Seção *"XVI. Nossas Atividades – Imóveis"*.

Em 1º de novembro de 2005, a Editora firmou outro contrato de financiamento com o BNDES, dessa vez no valor total de R$ 32,5 milhões, indexados à TJLP mais 4% a.a., com vencimento em novembro de 2010. Os recursos vêm sendo diponibilizados em parcelas e destinados a investimentos nas atividades editoriais entre os anos de 2005 e 2007 e em sistemas de informação para melhorar os controles internos, otimizar os esforços de vendas e a gestão. Em 31 de dezembro de 2005, o saldo devedor era de R$ 7,5 milhões, que devem ser liquidados até novembro de 2010. O financiamento, que será amortizado em parcelas e cujo pagamento pode ser antecipado, está garantido integralmente por hipoteca sobre imóveis de propriedade da Editora e fiança prestada pelo Banco ABN AMRO Real S.A. válida até 15 de maio de 2011, com responsabilidade limitada a R$ 20,45 milhões. Para informações adicionais, vide Seção *"XVI. Nossas Atividades – Imóveis"*.

Em 1º de outubro de 2004, a Editora e a Livraria celebraram um contrato de mútuo, que previa a concessão de crédito pela Livraria à Editora no montante de até R$ 20 milhões, indexados à variação de 100% da taxa do CDI, para fins de atendimento a necessidades de capital de giro da Editora. Em 31 de dezembro de 2005, o saldo devedor era de R$ 11,4 milhões, que devem ser liquidados até fevereiro de 2006. Para maiores informações, vide *"- Eventos Subseqüentes"*.

Livraria

Em 31 de março de 2000, a Livraria firmou um contrato de financiamento com o BNDES no valor total de R$ 22,831 milhões indexados à TJLP mais 3,5% a.a., que foram disponibilizados pela instituição em parcelas destinadas à implantação de *Mega Stores*. Em 31 de dezembro de 2005, o saldo devedor era de R$ 3,4 milhões, que devem ser liquidados até abril de 2008. O financiamento, que deve ser amortizado em parcelas e cujo pagamento pode ser antecipado, beneficia a Livraria e tem a Editora como fiadora. O contrato prevê compromissos financeiros (*covenants*) relativos a liquidez e nível de capitalização que têm sido sistematicamente atendidos pela Editora.

A liberação dos recursos no âmbito dos financiamentos obtidos junto ao BNDES e a não aceleração dessas dívidas estão condicionadas ao atendimento pela Editora e Livraria às "Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES", da Resolução nº 665, de 10 de dezembro de 1987, e alterações posteriores, assim como a demais cláusulas contratuais.

Obrigações Contratuais

A tabela abaixo apresenta o cronograma de desembolsos relativos às nossas obrigações contratuais em 31 de dezembro de 2005:

Consolidado	**Pagamentos Devidos Por Período**				
	Total	**Inferior a 1 ano**	**De 1 a 3 anos**	**De 3 a 5 anos**	**Superior a 5 anos**
Obrigação Contratual	(em milhares de R$)				
Obrigações de dívida de curto prazo.....	5,585	5,585	-	-	-
Obrigações de dívida de longo prazo.....	8,591		6.296	2.295	-
Fornecedores.....	70,022	70.022	-	-	-
Outros (inclui juros sobre o capital próprio/dividendos)	28,125	28,125	-	-	-
Total.....	**112,323**	**103.732**	**6.296**	**2.295**	**-**

Operações Não Registradas nas Demonstrações Financeiras

Nós não temos qualquer ajuste ou operação que não esteja refletido no balanço patrimonial.

Avaliação Quantitativa e Qualitativa dos Riscos do Mercado

Nós estamos expostos a riscos de mercado advindos do curso normal de nossa atividade. Estes riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de que mudanças nas taxas de juros e na taxa de câmbio Real/Dólar passar a afetar o valor de nosso passivo financeiro.

Juros: Nossa rentabilidade é afetada por alterações nas taxas de juros devido ao impacto que tais alterações provocam nas despesas com juros de nossos instrumentos de dívida com taxa de juros flutuantes. Em 31 de dezembro de 2005, todos os nossos instrumentos de dívida tinham taxas de juros flutuantes.

Moedas estrangeiras: Em 31 de dezembro de 2005, um saldo de aproximadamente R$ 2,7 milhões de nossas dívidas eram denominadas em dólares. Para gerenciar o risco de taxa de câmbio, realizamos operações de proteção contra riscos financeiros (*hedging* para nos proteger contra uma possível depreciação ou desvalorização do real em relação ao dólar. Em 31 de dezembro de 2005, toda a nossa dívida denominada em Dólar estava integralmente protegida.

Eventos Subseqüentes

Bonificação de Ações

Em 6 de janeiro de 2006, a Assembléia Geral Extraordinária da Companhia aprovou proposta de bonificação mediante a capitalização de reservas, com a atribuição de 2.326.920 ações preferenciais aos titulares de ações ordinárias e/ou preferenciais, na proporção de 0,10 ações preferenciais para cada ação ordinária ou preferencial detida no encerramento do pregão da BOVESPA naquela data.

Mútuo entre Empresas

O contrato de mútuo celebrado entre Editora e a Livraria, que previa a concessão de crédito pela Livraria à Editora no montante de até R$ 20 milhões, indexados à variação de 100% da taxa do CDI, para fins de atendimento a necessidades de capital de giro da Editora e cujo saldo em 31 de dezembro de 2005 era de R$ 11,4 milhões, foi totalmente liquidado em fevereiro de 2006.

Empréstimo com a IFC

Em 15 de junho de 2006 a Editora pagará a última parcela do empréstimo contraído junto à *IFC* em 1998. Essa parcela, cujo valor de principal soma US$ 1,2 milhão, está protegida contra variações cambiais por uma operação de *swap* com vencimento em 14 de junho de 2006, contratada junto ao Banco Bradesco S.A. Para maiores informações, vide Seção "*XIV. Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais – Contratos de Financiamento"*.

Carta Consulta em Análise no BNDES para Concessão de Empréstimo à Livraria

Dando continuidade ao parecer favorável do BNDES acerca de uma carta consulta elaborada em 2005, a Livraria encaminhou àquela instituição, em fevereiro de 2006, um projeto detalhado de investimentos que pode resultar em financiamento de longo prazo no montante de até R$ 17,4 milhões. Os termos e condições desse financiamento ainda serão definidos durante o processo de análise desse projeto pelo BNDES.

XV. VISÃO GERAL DO SETOR

Mercado Brasileiro

O Brasil é o quinto maior país em população do mundo e o maior da América Latina e tem aproximadamente 184 milhões de habitantes. O PIB brasileiro foi de R$ 1,7 trilhão em 2004. Em 2005, o PIB real brasileiro apresentou crescimento de 2,3%, o real valorizou-se frente ao dólar e o saldo na balança comercial apresentou superávit recorde. Apesar de a economia brasileira ser historicamente caracterizada pela volatilidade, no passado recente, em geral o desempenho econômico tem sido positivo:

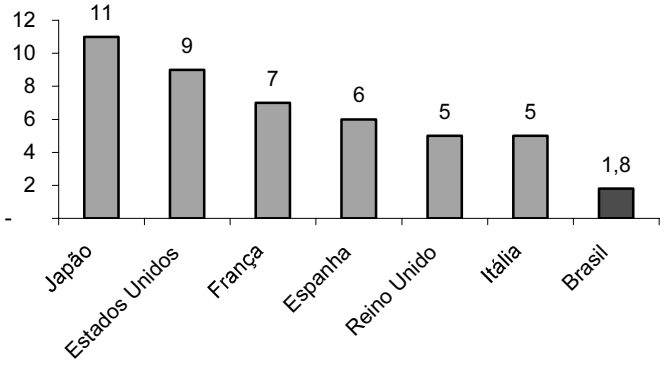
- o IPCA caiu de 7,6% em 2004 para 5,7% em 2005;
- o crescimento real do PIB foi de 2,3% em 2005;
- a balança comercial apresentou saldo positivo recorde de US$ 44,8 bilhões em 2005; e
- o real valorizou 11,82% frente ao dólar em 2005.

Para 2006, o BACEN projeta a continuidade do crescimento econômico em razão, principalmente, do aumento do consumo doméstico e do investimento de capital.

O Mercado Editorial no Brasil

Apesar de relevante no âmbito regional – o Brasil é o maior mercado editorial da América do Sul - o consumo per capita de livros no Brasil ainda é extremamente baixo se comparado ao consumo per capita verificado nos países desenvolvidos, como Estados Unidos e alguns países europeus. O consumo médio per capita no País foi, em 2004, apenas 1,8 livro por ano (incluindo livros didáticos), comparado a 9 livros por ano per capita nos Estados Unidos e 11 livros por ano per capita no Japão. O gráfico a seguir demonstra essa relação:

Consumo *Per Capita* de Livros



Fonte: "A Economia da Cadeia Produtiva do Livro" (BNDES).

Esse nível de consumo pode ser atribuído, dentre outros fatores, ao baixo nível de escolaridade da população brasileira, à baixa renda per capita, ao hábito de leitura pouco desenvolvido e à atuação tímida das bibliotecas que, no Brasil, são cerca de 4 mil, contra 10 e 15 mil na Espanha e Itália, respectivamente. Contudo, o Governo brasileiro tem investido de forma consistente em educação. Atualmente, cerca de 97% das crianças entre 7 e 14 anos de idade já estão matriculadas nas escolas de ensino fundamental. A taxa de escolarização dos jovens entre 15 e 17 anos de idade era de 33% em 2000 e alcançou 81% em 2005, segundo dados do Censo Escolar conduzido pelo INEP em parceria com o MEC.

A melhora do padrão educacional brasileiro também pode ser observada pelos anos da vida escolar média do indivíduo. Em 1993, o brasileiro possuía uma vida escolar média de 4,5 anos, bastante inferior à média de países vizinhos, como o Chile, que apresentava uma média de 7,5 anos e Argentina, que apresentava média de 8,7 anos na mesma época. Com maiores investimentos do Governo Federal em educação e em programas como o PNLD, a vida escolar foi elevada para uma média de 6,5 anos em 2003.

Além do aumento dos anos de estudo por estudante, as matrículas nas escolas brasileiras também têm demonstrado a melhora do nível educacional. O quadro a seguir mostra o crescimento do número de matrículas de 1994 a 2004, nos níveis educacionais básico, médio e superior:

	Número de Matrículas (mil estudantes)		
Ano	**Ensino Fundamental**	**Ensino Médio**	**Ensino Superior**
1994.....	32.008	4.936	1.661
2004.....	34.012	9.166	4.163
CAGR (%) 1994 a 2004.....	0,6%	6,5%	10,5%

Fonte: MEC, INEP e SEEC

A melhora do padrão educacional brasileiro será também reforçada pelas iniciativas do Governo Federal visando adquirir livros didáticos destinados aos estudantes das escolas públicas de ensino médio. No Brasil há cerca de 9,2 milhões de jovens matriculados nesse nível de ensino, dos quais 8 milhões nas escolas públicas. Estima-se que 1 milhão efetivamente adquirem, por conta própria, os livros solicitados pelos professores em sala de aula. Para maiores informações sobre os programas governamentais de compra de livros didáticos, vide Seção *"XV. Visão Geral do Setor – Histórico e Funcionamento dos Ciclos de Compras Governamentais".*

O Governo Federal, por meio da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, reduziu a zero as alíquotas de PIS e COFINS sobre a venda de livros no Brasil a partir de dezembro de 2004. Essa redução da carga tributária visa estimular a cadeia de produção e comercialização de livros no Brasil.

Futuramente as editoras e livrarias contribuirão para um fundo a ser gerido pelas entidades de classe e o Governo Federal, cuja finalidade é promover a leitura no Brasil através de várias iniciativas. Essa contribuição corresponderá a 1% da venda de livros e está em fase de regulamentação.

Segmentos do Mercado Editorial no Brasil

O mercado editorial no Brasil pode ser dividido em 4 grandes segmentos: o de livros didáticos e paradidáticos, destinados à educação de crianças em fase pré-escolar, ensinos fundamental e médio; o de livros de interesse geral; o de livros religiosos; e o de livros científicos, técnicos e profissionais.

A tabela a seguir descreve o desempenho de cada um desses segmentos em 2003 e 2004, de acordo com faturamento e quantidade de exemplares produzidos e vendidos no Brasil.

Segmento Editorial	**Faturamento (R$)**		**Variação**	**Exemplares Produzidos (mil)**		**Variação**	**Exemplares Vendidos (mil)**		**Variação**
	2003	**2004**	**2004/2003**	**2003**	**2004**	**2004/2003**	**2003**	**2004**	**2004/2003**
Didáticos.....	1.285.580	1.351.598	5,1%	187.300	185.669	-0,9%	159.830	191.650	19,9%
Obras Gerais.....	493.000	540.874	9,7%	58.100	87.556	50%	50.000	51.500	3%
Religiosos.....	192.000	238.077	23,9%	34.300	29.830	-13%	26.000	28.650	10%
Científicos, técnicos e profissionais.....	393.000	346.483	11,8%	19.700	17.037	-13%	20.000	16.875	-15%
**Total(1).....	**2.363.580**	**2.476.731**	**4.8%**	**299.400**	**320.094**	**6.9%**	**255.830**	**288.675**	**12%**

Fonte: CBL

(1) Os valores apresentados neste quadro são aproximados, uma vez que a grande maioria das sociedades que atuam no mercado editorial brasileiro são sociedades de capital fechado e não disponibilizam dados/informações para o mercado.

O segmento do mercado editorial no Brasil mais significativo em termos de faturamento e números de exemplares vendidos é o de livros didáticos. Em 2004, segundo dados da CBL e do SNEL – Sindicato Nacional dos Editores de Livros, as vendas de livros didáticos alcançaram R$ 1,351 bilhão (ou 54,6% do faturamento total do mercado editorial), equivalentes à venda de 197,6 milhões de exemplares.

No segmento de edição de livros didáticos, deve-se considerar a importante participação do PNLD e, recentemente, do PNLEM, por meio dos quais o Ministério da Educação, sob a coordenação do FNDE, adquire livros didáticos destinados aos alunos dos ensinos fundamental e médio para cerca de 165 mil escolas públicas de todo o País. Por meio desses programas, o Governo Federal e o Governo do Estado de São Paulo adquiriram em 2004 um total de 135,1 milhões de exemplares. Os programas de governo representaram um faturamento de R$ 529,1 milhões de reais em 2004, equivalentes a 39,1% do total do segmento de livros didáticos. Para maiores informações sobre os programas governamentais de compra de livros didáticos, vide *"– Histórico e Funcionamento dos Programas de Compras Governamentais".*

O segmento de edição de livros científicos, técnicos e profissionais é o terceiro maior do mercado editorial brasileiro. Em 2004, as vendas desses livros alcançaram R$ 346,5 milhões (ou 14,0% do faturamento total do mercado editorial), equivalentes à venda de 16,9 milhões de exemplares. É nesse segmento que estão classificados os livros jurídicos, de administração, economia e contabilidade. Em 2005, os estudantes de direito somavam 612,6 mil em todo o País e os advogados cadastrados junto à OAB aproximadamente 474,7 mil e, segundo dados relativos a 2004 do censo de educação superior no Brasil, realizado pelo INEP, o curso com maior número de estudantes matriculados era o de Administração, com 620,7 mil alunos.

As vendas do segmento de edição de livros de interesse geral, em 2004, alcançaram R$ 540,5 milhões (ou 21,8% do faturamento total do mercado editorial), equivalentes à venda de 51,5 milhões exemplares. Finalmente, as obras religiosas são responsáveis por 9,6% do mercado editorial brasileiro.

Histórico e Funcionamento dos Programas de Compras Governamentais

Desde 1929, quando o Governo brasileiro criou um órgão específico para legislar sobre a política do Livro Didático, o Instituto Nacional do Livro (INL), a atuação federal nessa área vem se aperfeiçoando, com a finalidade de prover as escolas das redes federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal com obras didáticas e paradidáticas e dicionários de qualidade. Atualmente, essa política está consubstanciada principalmente no PNLD e no PNLEM.

PNLD

O PNLD distribui gratuitamente obras didáticas para todos os alunos de 1ª a 8ª séries da rede pública de ensino fundamental. A partir de 2003, as escolas públicas de educação especial e as instituições privadas definidas pelo censo escolar como comunitárias e filantrópicas foram incluídas no programa.

Por meio do PNLD, o Governo Federal adquire livros para alunos de 1ª a 8ª séries do ensino fundamental de aproximadamente 143 mil escolas públicas participantes do programa. O PNLD possui um ciclo de três anos, sendo que no primeiro ano, são adquiridos livros novos para alunos da 1ª a 4ª séries do ensino fundamental, no segundo ano são adquiridos livros novos para os alunos da 5ª a 8ª séries e para os alunos da 1ª série (os únicos aos quais é permitido escrever nos livros, inutilizando-os para reaproveitamento futuro), e no terceiro ano, são adquiridos somente livros para reposição dos exemplares comprados nos anos anteriores e que estiverem inutilizados. Em razão da característica cíclica do PNLD, o faturamento das editoras brasileiras que trabalham com Livros Didáticos acompanha essa sazonalidade. No ano de reposição dos livros, as vendas no âmbito do PNLD são naturalmente menores.

O PNLD é mantido pelo FNDE com recursos financeiros do Orçamento Geral da União e da arrecadação do salário-educação. Em toda a história do PNLD, nunca houve problemas de inadimplência por parte do Governo Federal.

O PNLD admite duas formas de execução: centralizada (as ações estão, integralmente, a cargo do FNDE) e descentralizada (ações desenvolvidas pelas unidades da Federação, mediante repasse de recursos do Governo Federal, por meio de convênio com o FNDE).

São Paulo é o único Estado que atualmente opta pela descentralização. Por esse motivo, o FNDE repassa recursos financeiros à Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, que se responsabiliza por toda a execução do programa.

A seguir, as principais ações da execução do PNLD.

O edital que estabelece as regras para a inscrição do Livro Didático é publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado no *website* do FNDE na Internet (www.fnde.gov.br). O edital também determina o prazo para a apresentação das obras pelas empresas detentoras de direitos autorais. Para analisar se as obras apresentadas se enquadram nas exigências técnicas e físicas do edital, é realizada uma triagem pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT). Os livros selecionados são encaminhados à SEB, responsável pela avaliação pedagógica.

A SEB escolhe os especialistas para analisar as obras, conforme critérios divulgados no edital. Os especialistas definem quais os livros que estão em conformidade com o edital e elaboram as resenhas dos livros aprovados, que passam a compor o guia de livros didáticos. O FNDE disponibiliza tal guia em seu *website* na Internet e envia o mesmo material impresso às escolas cadastradas no censo escolar. Os livros didáticos passam por um processo democrático de escolha, com base no guia do livro didático. Os diretores e professores de cada escola analisam e escolhem as obras que serão utilizadas em suas salas de aula.

O FNDE, então, inicia o processo de negociação com as editoras, após informá-las dos livros escolhidos pelos professores e das respectivas quantidades. A aquisição é realizada por inexigibilidade de licitação, prevista na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, tendo em vista que as escolhas dos livros são efetivadas pelos professores. Concluída a negociação, o FNDE firma o contrato com as editoras, que dão início à produção dos livros, com supervisão dos técnicos do FNDE.

PNLEM

O PNLEM é uma iniciativa inédita do Governo Federal que teve como ponto de partida um projeto piloto no ano de 2004, quando foram adquiridos livros de português e matemática para uso nas escolas públicas de ensino médio das regiões Norte e Nordeste no ano letivo de 2005. O Governo do Estado de Minas Gerais, nesse mesmo ano, também adquiriu livros de português e matemática para os alunos de ensino médio de suas escolas públicas para uso durante o ano letivo de 2005. No âmbito do projeto piloto, o Governo Federal e o Governo do Estado de Minas Gerais adquiriram um total de 4,4 milhões de livros de todas as editoras inscritas no programa.

Em 2005 o Governo Federal incrementou a compra de livros de português e matemática para o ensino médio para todas as escolas públicas do Brasil, exceto aquelas que já tinham sido beneficiadas pelo projeto piloto no ano anterior.

O PNLEM para o ano letivo de 2007 ainda depende de aprovação de verba complementar pelo Congresso Nacional. A proposta orçamentária em tramitação no Congresso sinaliza uma compra de 19 milhões de livros, provavelmente nas disciplinas de física, química e biologia. Ainda não está definida a sistemática de funcionamento das compras e reposições no âmbito do PNLEM para os próximos anos.

No PNLD e no PNLEM, a definição da quantidade de exemplares a ser adquirida é feita pelas próprias escolas, em parceria com as secretarias estaduais e municipais de educação. Os dados disponibilizados pelo censo escolar feito pelo INEP servem de parâmetro para todas as ações do FNDE, inclusive para os Livros Didáticos.

Os resultados do processo de escolha são publicados no Diário Oficial da União, para conhecimento dos Estados e municípios. Em caso de desconformidade, os Estados e municípios podem solicitar alterações, desde que devidamente comprovada a ocorrência de erro.

Outros Programas

Além de adquirir livros para o Ensino Fundamental em bases regulares e para o Ensino Médio de forma pioneira em 2004 e 2005, o Governo Federal realiza outros programas não recorrentes de compras de livros para as escolas e bibliotecas públicas. Os mais importantes são o PNLD Dicionários, por meio do qual o Governo Federal adquire dicionários para utilização nas escolas públicas de ensino fundamental e médio, e o PNBE, por meio do qual o Governo

Federal adquire coleções de obras de literatura para alunos do ensino fundamental e de literatura e informação para alunos da educação de jovens e adultos.

FUNDEB

A Câmara dos Deputados aprovou, em 24 de janeiro de 2006, Proposta de Emenda à Constituição que cria o FUNDEB, destinado a financiar o ensino básico (creches, pré-escola, ensinos fundamental e médio). O novo fundo vai vigorar por 14 anos e terá implantação gradual.

Pelo texto, a União repassará ao FUNDEB R$ 2 bilhões no primeiro ano, R$ 2,9 bilhões no segundo ano, R$ 3,7 bilhões no terceiro e R$ 4,5 bilhões a partir do quarto ano de vigência do fundo.

O FUNDEB substituirá o FUNDEF e atenderá aos alunos da educação infantil, do ensino fundamental e médio e da educação de jovens e adultos. O FUNDEF vincula aplicação de recursos apenas ao ensino fundamental e termina em setembro de 2006, quando se completam dez anos de sua criação.

O FUNDEB será formado por 20% dos recursos de impostos estaduais e federais, distribuídos entre cada Estado e seus municípios, proporcionalmente ao número de alunos das diversas etapas e modalidades da educação básica, matriculados nas respectivas redes públicas de ensino. O gasto mínimo por aluno no FUNDEB não poderá ser inferior ao já estabelecido pelo FUNDEF.

O FUNDEB representa um grande avanço em relação ao FUNDEF, pois amplia de maneira significativa os recursos para a educação e a oferta de vagas na rede pública para alunos de todos os níveis de ensino.

Outros Setores de Atuação

O mercado de aprendizagem à distância, no qual a Editora está investindo por meio do ViaSaraiva, principalmente o *e-learning*, é o setor educacional que mais cresce no mundo. No Brasil, segundo dados da Folha on-line, há mais de 1,1 milhão de alunos no ensino a distância, uma grande maioria em cursos de graduação e pós-graduação.

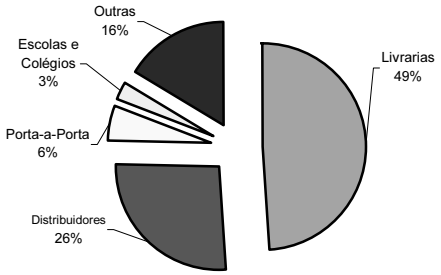
O Mercado de Varejo de Livros

O mercado de varejo de livros no Brasil é bastante fragmentado, caracterizando-se pela coexistência de pequenas livrarias e grandes redes de lojas. Atualmente existem aproximadamente 1.500 livrarias em todo o Brasil, sendo que mais de 70% delas estão localizadas nas regiões Sul e Sudeste do País. Os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro representam cerca de 65% do varejo de livros no Brasil em vendas. Enquanto o consumo médio per capita no País é de apenas 1,8 livro por ano (incluindo livros didáticos), os Estados Unidos apresenta um consumo de 9 livros por ano e o Japão um consumo de 11 livros por ano.

A distribuição das livrarias pelo território nacional é extremamente desigual, sendo que dos 5.700 municípios brasileiros, apenas 10,5%, ou seja, 600 deles, possuem livrarias regularmente instaladas. Além de possuir uma distribuição muito desigual pelo território nacional, o número de livrarias no Brasil é muito inferior em comparação a outros países, mesmo aqueles em desenvolvimento.

Além da utilização de livrarias, o mercado de varejo de livros desenvolve-se em outros veículos de distribuição e vendas, como, por exemplo, nas papelarias, bazares e escolas, que vêm se transformando, de forma crescente, em pontos de venda nos períodos escolares. As bancas de jornal também têm se mostrado um veículo de venda e divulgação de livros de baixo custo. No entanto, um dos veículos de venda que mais tem chamado a atenção dos profissionais do mercado de varejo de livros é a Internet. O comércio eletrônico tem se desenvolvido em todo o mundo, em todos os setores da economia, em virtude da comodidade, agilidade e facilidade de compra de mercadorias sem a necessidade de ida às lojas. Essa tendência também se verifica no mercado brasileiro, entre as grandes livrarias.

Participação Relativa dos Canais de Comercialização no Total de Vendas em 2004
(Não inclui comercialização de livros no âmbito dos Programas PNLD e PNLEM)



Fonte: FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

O Mercado de Varejo dos Outros Produtos Comercializados pela Livraria

O mercado de varejo de música no Brasil – incluindo a linha CDs e shows em DVD – foi de R$ 591,9 milhões em 2005, segundo dados da Associação dos Produtores de Discos – ABPD.

A União Brasileira de Vídeo – UBV estima que o mercado de filmes em DVD tenha faturado em torno de R$ 320 milhões em 2005, correspondentes a vendas de aproximadamente 15,8 milhões de unidades.

Já segundo a Associação Nacional dos Editores de Revistas, o mercado de periódicos fatura anualmente aproximadamente R$ 2,2 bilhões, sendo que cerca de 10% desse valor são atualmente distribuídos por livrarias.

O Comércio Varejista Eletrônico

O comércio eletrônico no Brasil, segundo dados da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico, é de aproximadamente R$ 9,9 bilhões de reais. Desse total, cerca de R$ 2,9 bilhões correspondem ao comércio eletrônico de bens de consumo.

Segundo o o E-Bit, havia, em 2005, 4,8, milhões de e-consumidores no Brasil. Esse número tende a crescer de forma significativa, seja pela inclusão digital, seja pelo aumento do número de usuários banda larga, que em 2004 atingiu cerca de 1,6 milhões de usuários no Brasil (dados da IDC Brasil).

XVI. NOSSAS ATIVIDADES

Visão Geral

Atuamos nos negócios de edição de livros e comercialização de conteúdo, por meio da Editora, e de comercialização ao varejo de livros e outros artigos, por meio da Livraria, que conta com uma rede de 31 Lojas Físicas e o *website* Saraiva.com. Nossos negócios são sinérgicos e suplementares. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005, 48,0% da receita líquida foram originados das atividades da Editora e 52,0% das atividades da Livraria. No tocante ao EBITDA Ajustado, 79,1% foram originados das atividades da Editora, apresentando margem de 25,9%, e 20,9% foram originados das atividades da Livraria, apresentando margem de 6,3%.

(em milhares de R$, exceto margem EBITDA Ajustado[5])	Exercício encerrado em 31 de dezembro de						Variação	Variação
	2003[3] e [4]		2004[4]		2005[4]		2004/2003	2005/2004
Receita Líquida Total[1] e [2]	**407.600**		**437.688**		**477.246**		**7,4%**	**9,0%**
Editora	206.046	49,4%	222.769	50,0%	233.330	48,0%	8,1%	4,7%
Livraria	211.466	50,6%	223.153	50,0%	253.115	52,0%	5,5%	13,4%
EBITDA Ajustado Total	**42.692**		**50.379**		**76.328**		**18,0%**	**51,5%**
Editora	34.856	81,7%	45.228	89,8%	60.350	79,1%	29,8%	33,4%
Livraria	7.836	18,3%	5.149	10,2%	15.983	20,9%	-34,3%	210,4%
Margem EBITDA Ajustado Total	**10,5%**		**11,5%**		**16,0%**		**1,0 p.p.**	**4,5 p.p.**
Editora	16,9%		20,3%		25,9%		3,4 p.p.	5,6 p.p.
Livraria	3,7%		2,3%		6,3%		-1,4 p.p.	4,0 p.p.

(1) Estão excluídas do total de vendas consolidadas as vendas da Editora para a Livraria.
(2) Os valores expressos em reais são nominais, não contemplando, portanto, a inflação do período.
(3) Inclui as vendas da Formato Editorial (empresa adquirida em agosto de 2003 e incorporada em fevereiro de 2004). A combinação dos números da Editora e da Formato Editorial para fins de elaboração dos resultados pró-forma não foram auditados.
(4) As porcentagens são calculadas levando-se em conta a receita líquida total, incluindo vendas da Editora para a Livraria.
(5) EBITDA Ajustado é o lucro líquido (prejuízo) adicionado das despesas financeiras líquidas, da depreciação e da amortização, do resultado não operacional, do imposto de renda e CSLL, de participações/contribuições estatutárias e da reversão de juros sobre o capital próprio. O EBITDA Ajustado não é uma linha de demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Brasileiras e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional ou para o fluxo de caixa ou, ainda, como indicador de liquidez. O EBITDA Ajustado não tem uma definição única e a definição pode não ser comparável ao EBITDA Ajustado utilizado por outras companhias.

Editora. A Editora é uma das principais editoras de livros do Brasil, em termos de faturamento, sendo líder no segmento de Livros Jurídicos (26,7% da nossa receita líquida no exercício de 2005), com participação de destaque no segmento de livros-texto de administração, economia e contabilidade (2,6% da nossa receita líquida no exercício de 2005) e estando entre os líderes nos segmentos de Livros Didáticos (65,2% da nossa receita líquida no exercício de 2005) e Livros Paradidáticos (3,9% da nossa receita líquida no exercício de 2005). A Editora também comercializa conteúdo jurídico informatizado na mídia CD-ROM e oferece o conteúdo de produtos jurídicos informatizados pela Internet, por meio do *website* Portal SaraivaJur, que também oferece outros serviços correlatos aos visitantes, tais como agenda de eventos da comunidade jurídica, informações sobre concursos e atualização de códigos de legislação. Recentemente, a Editora iniciou suas atividades no mercado de ensino à distância por meio da marca ViaSaraiva.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de			Variação	Variação
	2003[1]	2004	2005	2004/2003	2005/2004
Receita Líquida Editora					
Livros Didáticos	59,1%	67,6%	65,2%	8,5 p.p.	-2,4 p.p.
Livros Paradidáticos	2,6%	3,1%	3,9%	0,6 p.p.	0,7 p.p.
Livros Jurídicos	34,2%	25,6%	26,7%	-8,6 p.p.	1,1 p.p.
Livros de Administração, Economia e Contabilidade	2,3%	1,8%	2,6%	-0,5 p.p.	0,8 p.p.
Outros/Saraiva Data	1,8%	1,9%	1,6%	0,1 p.p.	-0,3 p.p.

(1) Inclui a participação da Formato Editorial (empresa adquirida em agosto de 2003 e incorporada em fevereiro de 2004).

A tabela abaixo apresenta os resultados da Editora para os anos de 2003 a 2005.

(em milhares de R$, exceto margem bruta e margem EBITDA Ajustado[3])	Exercício encerrado em 31 de dezembro de			Variação	Variação
	2003[2]	2004	2005	2004/2003	2005/2004
Receita Líquida[1]	206.046	222.769	233.330	8,1%	4,7%
Lucro Bruto	135.372	147.234	161.594	8,8%	9,8%
Margem Bruta	65,7%	66,1%	69,3%	0,4 p.p.	3,2 p.p.
EBITDA Ajustado	34.857	45.228	60.350	29,8%	33,4%
Margem EBITDA Ajustado	16,9%	20,3%	25,9%	3,4 p.p.	5,6 p.p.

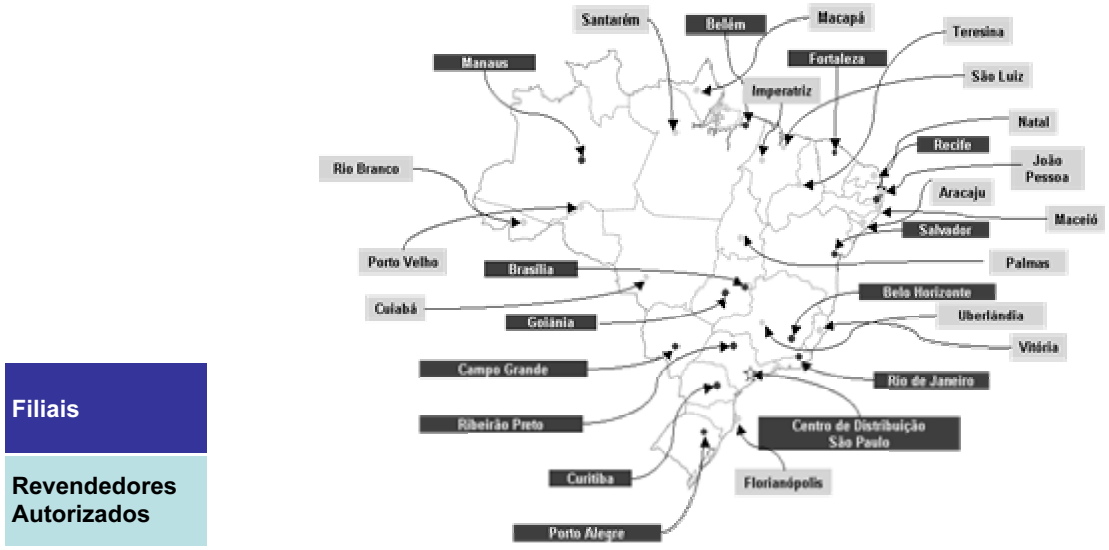
(1) Os valores expressos em reais são nominais, não contemplando, portanto, a inflação do período.

(2) Inclui a participação da Formato Editorial (empresa adquirida em agosto de 2003 e incorporada em fevereiro de 2004).

(3) EBITDA Ajustado é o lucro líquido (prejuízo) adicionado das despesas financeiras líquidas, da depreciação e da amortização, do resultado não operacional, do imposto de renda e CSLL, de participações/contribuições estatutárias e da reversão de juros sobre o capital próprio. O EBITDA Ajustado não é uma linha de demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Brasileiras e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional ou para o fluxo de caixa ou, ainda, como indicador de liquidez. O EBITDA Ajustado não tem uma definição única e a definição pode não ser comparável ao EBITDA Ajustado utilizado por outras companhias.

A Editora possui uma rede de 13 filiais, localizadas em importantes cidades dos estados do País, e 15 revendedores autorizados.

O mapa abaixo mostra a distribuição das filiais e dos revendedores no Brasil.



Livraria. A Livraria é a maior rede de livrarias do País em termos de faturamento. Referência no comércio de livros, a Livraria introduziu no Brasil o conceito de *Mega Store* e foi uma das pioneiras em comércio eletrônico no Brasil. Com uma rede de 31 lojas distribuídas em 10 importantes cidades brasileiras, sendo 15 *Mega Stores* e 16 Lojas Tradicionais, a Livraria conta com uma área total de vendas de 20,1 mil m^2. Em 2005, as vendas anuais foram de aproximadamente R$ 11,3 mil por m^2, com um crescimento de 5,6% em relação a 2004. O Tíquete Médio em relação à receita bruta em 2005 foi de R$ 54,66, com crescimento de 8,8% em relação a 2004.

As vendas da Livraria são realizadas por meio de (a) *Mega Stores*, que possuem áreas de vendas de 460m^2 a 1.800m^2 e oferecem até 54 mil itens cadastrados, nas categorias livros, CDs, DVDs, periódicos, *softwares* de multimídia, artigos de papelaria, eletrônicos e brinquedos educativos, (b) Lojas Tradicionais, que possuem áreas de vendas de 110m^2 a 480m^2 e oferecem até 26 mil itens cadastrados, dentre os quais livros e artigos de papelaria, e (c) comércio eletrônico, por meio

do *website* Saraiva.com, que tem mais de 300 mil produtos cadastrados em 10 diferentes categorias: livros, CDs, DVDs, papelaria, informática, eletro-eletrônicos, jogos eletrônicos, *software*, brinquedos e revistas.

(em milhares de R$, exceto *Same Store Sales*[1] e Tíquete Médio[2] e [3])	Exercício encerrado em 31 de dezembro de			Variação	Variação
	2003	2004	2005	2004/2003	2005/2004
Receita Líquida					
Mega Stores	135.274	139.382	152.239	3,0%	9,2%
Lojas Tradicionais	42.653	40.431	42.335	-5,2%	4,7%
Lojas Físicas	177.927	179.813	194.574	1,1%	8,2%
Saraiva.com	33.540	43.339	58.542	29,2%	35,1%
EBITDA Ajustado[4]	**7.835**	**5.149**	**15.983**	**-34,3%**	**210,4%**
Lojas Físicas	7.757	2.471	7.448	-68,1%	201,4%
Saraiva.com	78	2.678	8.535	3.333,3%	218,7%
Margem EBITDA Ajustado					
Lojas Físicas	4,4%	1,4%	3,8%	-3,0 p.p.	2,4 p.p.
Saraiva.com	0,2%	6,2%	14,6%	6,0 p.p.	8,4 p.p.
***Same Store Sales* (Receita Líquida)**					
Mega Stores	4,3%	-0,6%	9,3%	-4,9 p.p.	9,9 p.p.
Lojas Tradicionais	-0,5%	-11,4%	12,1%	-10,9 p.p.	23,5 p.p.
Lojas Físicas	3,1%	-3,1%	9,9%	-6,2 p.p.	13,0 p.p.
***Same Store Sales* (Receita Bruta)**					
Mega Stores	0,4%	3,7%	4,4%	3,3 p.p.	0,7 p.p.
Lojas Tradicionais	-0,7%	-5,7%	3,4%	-5,0 p.p.	9,1 p.p.
Lojas Físicas	0,2%	1,7%	4,2%	1,5 p.p.	2,5 p.p.
Tíquete Médio (R$) (Receita Líquida)					
Mega Stores	40,51	40,66	45,15	0,4%	11,0%
Lojas Tradicionais	38,04	36,47	43,27	-4,1%	18,6%
Lojas Físicas	39,90	39,66	44,73	-0,6%	12,8%
Saraiva.com	61,01	62,51	74,32	2,5%	18,9%
Tíquete Médio (R$) (Receita Bruta)					
Mega Stores	45,99	48,16	51,11	4,7%	6,1%
Lojas Tradicionais	40,69	41,43	45,30	1,8%	9,3%
Lojas Físicas	44,76	46,66	49,89	4,2%	6,9%
Saraiva.com	68,60	73,42	81,03	7,0%	10,4%

(1) O crescimento *Same Store Sales* de um determinado período é calculado dividindo-se o total das vendas das lojas que estão abertas em tal período, pelo total das vendas das mesmas lojas que estavam abertas na mesma data do período anterior em análise. Esse número pode diferir daquele que decorreria da divisão do total das vendas das lojas que estão abertas em tal período, pelo total das vendas das lojas que estavam abertas na mesma data do período anterior em análise.

(2) Receita (bruta ou líquida) do período, dividida pelo número de notas fiscais emitidas no mesmo período.

(3) Os valores expressos em reais são nominais, não contemplando, portanto, a inflação do período.

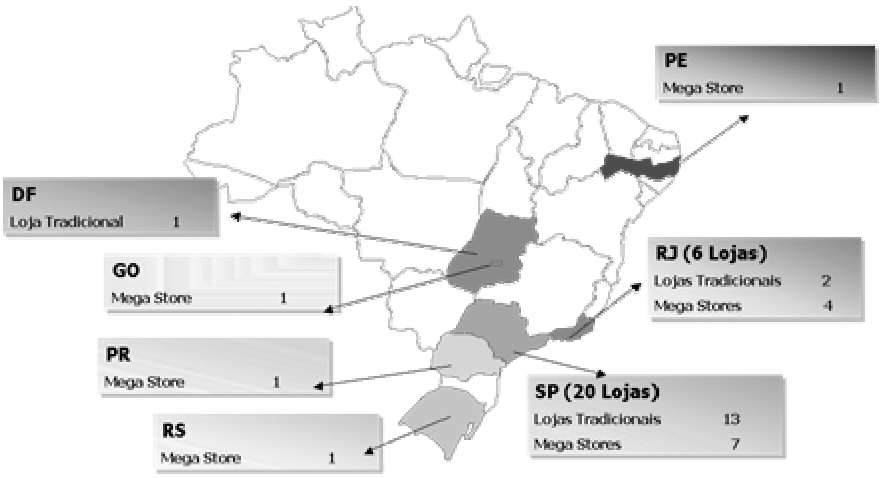
(4) EBITDA Ajustado é o lucro líquido (prejuízo) adicionado das despesas financeiras líquidas, da depreciação e da amortização, do resultado não operacional, do imposto de renda e CSLL, de participações/contribuições estatutárias e da reversão de juros sobre o capital próprio. O EBITDA Ajustado não é uma linha de demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Brasileiras e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional ou para o fluxo de caixa ou, ainda, como indicador de liquidez. O EBITDA Ajustado não tem uma definição única e a definição pode não ser comparável ao EBITDA Ajustado utilizado por outras companhias.

A tabela abaixo apresenta dados operacionais selecionados do *website* Saraiva.com para os exercícios de 2003 a 2005.

Dados Operacionais Selecionados da Saraiva.com	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003	2004	2005	Variação 2004/2003	Variação 2005/2004
Número de visitas (ano)	16.797.597	22.049.431	24.199.932	31,3%	9,8%
Acessos à página (ano)	633.372.912	1.020.967.274	1.171.040.436	61,2%	14,7%
Número de pedidos de compra (ano)	663.846	813.381	924.972	22,5%	13,7%
Tíquete médio(R$) (Receita Líquida)(1)	62,51	61,01	74,32	2,5%	18,9%
Taxa de conversão	4,1%	3,7%	3,9%	-0,4 p.p.	0,2 p.p.

(1) Receita líquida do período, dividida pelo número de notas fiscais emitidas no mesmo período.

O mapa abaixo mostra a distribuição das Lojas Físicas no Brasil:



Nossos Pontos Fortes

Acreditamos que os pontos fortes do Grupo Saraiva sejam os seguintes:

- *Liderança*. Em 2005, fomos líderes no mercado interno de venda de livros no varejo, em número de livros vendidos e em faturamento líquido. Em 2004, tivemos faturamento líquido 35% superior ao do vice-líder. Somos referência na edição e comercialização de livros jurídicos no Brasil. Nossos livros estão presentes na vida da maioria dos operadores do direito desde seu ingresso na universidade, acompanhando-os ao longo de toda a sua carreira. Nossa liderança deriva da credibilidade conquistada por meio do oferecimento de produtos de selecionada qualidade somado à constante atualização do nosso catálogo. Conquistamos, em 2005, o 2º e o 3º lugares nos programas governamentais de aquisição de Livros Didáticos para o ensino médio e fundamental, respectivamente, consolidando nosso posicionamento nesse segmento editorial.

- *Tradição associada ao pioneirismo.* Somos uma empresa atuante há mais de 90 anos no Brasil, com forte presença no mercado editorial e no mercado varejista de livros. Construímos ao longo desse período uma marca forte e de reconhecida qualidade no País. Acreditamos que a força e o reconhecimento de nossa marca, aliados à nossa flexibilidade em responder às tendências do mercado e às exigências dos nossos clientes, são uma vantagem competitiva propulsora dos nossos negócios e responsáveis pela manutenção de uma base sólida de consumidores. Somos pioneiros em muitas das áreas em que atuamos. Nas atividades editoriais, fomos os primeiros na comercialização de conteúdo jurídico na mídia CD-ROM e um dos primeiros na comercialização de conteúdo de livros jurídicos por meio da Internet. Em 2005, ingressamos no negócio de ensino à distância e iniciamos a comercialização de edições de livros customizadas em parceiras com

instituições de ensino. Atualmente, estudamos a possibilidade de vender livros por capítulo em mídia eletrônica. Nas atividades varejistas, introduzimos no Brasil o conceito de *Mega Store* e, no comércio eletrônico, soubemos aproveitar a demanda por venda de produtos na Internet, expandindo nosso *mix* de produtos. Em relação a governança corporativa, fomos a primeira companhia aberta brasileira a garantir direito de *tag-along* aos acionistas detentores de ações preferenciais e uma das primeiras a contemplar, em nosso Estatuto Social, uma política diferenciada de distribuição de dividendos. Para maiores informações, vide Seção *"XXI. Dividendos e Política de Dividendos"*.

- *Presença nacional.* Temos uma rede de atendimento presente em grande parte do Brasil. Nas atividades editoriais, contamos com 13 filiais espalhadas pelo Brasil e temos o apoio de 15 revendedores autorizados. Essa estrutura de distribuição e logística nos permite ter estoques suficientes para atender à demanda local por livros de nosso catálogo e apoiar nosso esforço de divulgação junto aos professores. Nossas livrarias estão estrategicamente localizadas. Possuímos 31 lojas localizadas em algumas das principais cidades brasileiras, tais como São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Recife, Porto Alegre e Curitiba. Das nossas 15 *Mega Stores*, 14 estão localizadas em importantes *shopping centers* do País, e nossas 16 Lojas Tradicionais ficam em alguns dos principais pontos comerciais de tais localidades. Nosso *website* Saraiva.com permite o acesso e entrega de nossos produtos a consumidores do mundo inteiro.

- *Catálogo exclusivo e diferenciado*. Oferecemos um catálogo de livros jurídicos exclusivo e possuímos uma biblioteca digital jurídica. Nosso catálogo no segmento editorial didático e paradidático é completo e atende a todas as séries dos níveis de ensino fundamental e médio. Desde 1998, editamos Livros de Economia, Administração e Contabilidade, e nosso catálogo já possui uma posição de destaque nesse mercado. A credibilidade de nossas publicações se deve à busca por qualidade editorial e à constante atualização das obras publicadas. Autores brasileiros nacional e internacionalmente reconhecidos nos procuram para publicar suas obras sob o selo Saraiva.

- *Complementaridade do nosso modelo de negócios.* A Editora e a Livraria atuam conjuntamente na identificação de tendências e necessidades do setor editorial, conferindo-nos uma vantagem competitiva frente a nossos concorrentes. Além disso, os serviços das nossas áreas administrativas (financeira, de recursos humanos e jurídica, dentre outras) são compartilhados, atendendo a todo o Grupo Saraiva. A integração das operações da Livraria com as do *website* Saraiva.com otimiza, por um lado, o nosso investimento em estoques e possibilita, por outro, pronto atendimento e conforto aos nossos clientes.

- *Valorização da experiência de compra.* Buscamos oferecer a nossos clientes uma experiência de compra única nas Lojas Físicas e na Saraiva.com. Trabalhamos para garantir sua satisfação, fornecendo treinamento técnico aos nossos colaboradores, buscando mantê-los a todo o tempo motivados para desenvolver alto grau de empatia com nossos clientes. Com espaços físicos agradáveis e bem dimensionados, nossas lojas são altamente informatizadas, possuindo terminais de leitura ótica espalhadas pelo ambiente, que possibilitam ao consumidor localizar produtos e consultar preços de maneira rápida e eficiente. Na Saraiva.com, disponibilizamos uma grande variedade de produtos e proporcionamos um processo de compra ágil, com entrega rápida para nossos clientes.

- *Alinhamento de interesses entre administradores e acionistas.* Temos uma administração experiente e profissionalizada, preocupada com a geração de valor. Possuímos um sistema objetivo de gestão e avaliação de pessoas (GVA®) que busca alinhar a conduta dos administradores aos interesses dos acionistas.

Estratégia

Editora

- *Crescimento e consolidação da nossa posição de mercado.* Pretendemos ampliar a nossa participação nos mercados de Livros Didáticos e Livros Paradidáticos, de Livros Jurídicos e de Livros de Administração, Economia e Contabilidade. Nosso crescimento será baseado principalmente nas seguintes iniciativas:

    - Aquisição de outras editoras e catálogos editoriais, preferencialmente nos segmentos em que já atuamos, na medida em que surjam oportunidades, quando poderemos utilizar nossa experiência de integração acumulada com a aquisição da Editora Atual, em 1998, do acervo editorial da Editora

Renascer, em 2000, e da Formato Editorial, em 2003. Tal estratégia nos permitirá ampliar o catálogo oferecido aos nossos clientes maximizar o uso da estrutura já existente.

- Exploração da nossa rede de distribuição, com investimentos em novos lançamentos; a identificação de novos autores e o fortalecimento do relacionamento com nossos autores atuais.

- Utilização de novas mídias e soluções criativas para exceder às expectativas de nossos clientes, como, por exemplo, a linha de negócios de ensino à distância e a comercialização de edições de livros customizadas em parceiras com instituições de ensino. Entendemos que essas iniciativas nos ajudarão a combater a reprodução não autorizada do conteúdo dos livros de nossa edição e a aumentar o acesso ao catálogo da Editora. Estamos desenvolvendo tecnologia para venda de conteúdo fracionado de nossas obras e atualmente estudamos a melhor maneira de realizá-la.

- *Fortalecimento do relacionamento com os professores.* Os professores são os principais responsáveis pela escolha dos livros a serem adotados em escolas e universidades. Portanto, planejamos fortalecer nosso relacionamento com os professores em todos os níveis de ensino nos mercados em que atuamos, investindo na qualificação da nossa força de divulgação por meio de ações de treinamento.

- *Aumento da eficiência operacional.* Pretendemos investir em projetos de tecnologia da informação, com o objetivo de racionalizar processos administrativos e comerciais, proporcionando, desse modo, maior produtividade e agilidade nas operações. Planejamos unificar nossas atividades corporativas – hoje realizadas em diferentes instalações – num único espaço físico, viabilizando, dessa forma, redução de custos, melhor comunicação entre as áreas e maior rapidez no processo decisório.

Livraria

- *Crescimento e consolidação da nossa posição no mercado.* A nossa estratégia de crescimento dar-se-á por meio das seguintes iniciativas:

  - *Expansão das operações da Saraiva.com.* Planejamos ampliar nossas vendas realizadas por meio do comércio eletrônico. O mercado varejista eletrônico no Brasil tem crescido a taxas superiores às do mercado varejista tradicional. Nesse sentido, pretendemos consolidar nosso posicionamento nas categorias de produtos que já comercializamos e diversificar ainda mais nosso *mix* de produtos.

  - *Expansão da rede de Lojas Físicas.* Pretendemos inaugurar novas lojas nos modelos *Mega Store* e Loja Tradicional. Programamos a abertura de novas lojas no período compreendido entre os anos de 2005 e 2008, sendo que 2 já foram inauguradas no segundo semestre de 2005, uma no Shopping Center Recife (Recife – PE) e outra no Shopping Super Osasco (Osasco –SP).

  - *Aquisições estratégicas.* Há espaço para a consolidação do mercado de varejo de livros no Brasil. Continuaremos a estudar com regularidade oportunidades de aquisições que possam agregar valor ao nosso negócio.

- *Novas categorias de produtos e lojas.* Atentos à dinâmica dos mercados onde atuamos, visualizamos a oportunidade de explorar novas categorias de produtos que sejam associadas à imagem de cultura, lazer e entretenimento que possuímos. Nesse sentido, pretendemos ampliar nossas vendas de eletro-eletrônicos e ocupar uma posição mais ativa no mercado de livros importados, que apresenta margens brutas atraentes. Temos, ainda, a intenção de dar continuidade à introdução de novas categorias de produtos em nossas Lojas Tradicionais, tais como CDs, DVDs e artigos de multimídia selecionados, aproveitando a complementaridade desses produtos à área de livros. Confiamos no sucesso dessa estratégia com base nas bem sucedidas iniciativas nas unidades localizadas no Brascan Century Plaza, no Shopping Interlagos e Shopping Super Osasco, todos na Grande São Paulo.

- *Eficiência na administração do capital de giro.* Pretendemos manter nossas estratégias de desenvolver parcerias com fornecedores, excluir do *mix* de produtos os itens de menor rentabilidade e aumentar o Tíquete Médio pela ampliação da variedade dos itens ofertados e por meio da adoção de políticas de vendas mais agressivas.

- *Fortalecimento da nossa marca.* Pretendemos conquistar um posicionamento diferenciado junto a nossos clientes, associando cada vez mais a marca Saraiva aos conceitos de lazer, cultura e entretenimento. Com esse objetivo, nossas campanhas publicitárias procurarão a diferenciação de atributos como preço, variedade de produtos e experiência de compra. Outra de nossas iniciativas é o cartão de fidelização de clientes chamado SaraivaPlus. Entendemos que o SaraivaPlus se tornará uma importante ferramenta de relacionamento com os clientes das nossas Lojas Físicas e da Saraiva.com, o que possibilitará identificar os hábitos de compra e preferências de cada um dos usuários do programa, agregar maior valor à experiência de compra de nossos clientes, antecipar o atendimento às suas necessidades e, assim, alavancar nossas vendas.

Histórico e Desenvolvimento

Nosso histórico demonstra nossa tradição, pioneirismo e flexibilidade na atuação nos mercados editorial e varejista de livros no Brasil.

Nossa história teve o seu início em 1914, quando o Sr. Joaquim Ignácio da Fonseca Saraiva, um imigrante português, fundou no Largo do Ouvidor, em São Paulo, uma pequena livraria destinada ao comércio de livros usados. Em virtude da localização da livraria, muito próxima à Faculdade de Direito do Largo São Francisco, do interesse pessoal e conhecimento da literatura jurídica que o Sr. Joaquim Saraiva possuía, a então denominada "Livraria Acadêmica" tornou-se conhecida dos professores e estudantes de direito freqüentadores da região e especializou-se no comércio de livros jurídicos, que representa, até os dias de hoje, um segmento importante nos nossos negócios.

Com o passar dos anos, o Sr. Joaquim Saraiva passou a comercializar livros novos, artigos de papelaria e, a partir de 1917, a editar Livros Jurídicos.

Em 1947, a Editora converteu-se numa sociedade anônima. A partir de 1970, passamos a editar Livros Didáticos e Livros Paradidáticos e, em 1972, a Editora transformou-se numa companhia aberta.

Nos anos 80, iniciou-se o processo de expansão da rede de estabelecimentos da Livraria, com a abertura de diversas lojas em outros estados brasileiros e em *shopping centers*.

Em 1993, tiveram início as atividades da Saraiva Data Ltda., sociedade constituída pela Editora com o objetivo de comercializar produtos editoriais informatizados na área jurídica.

Em 1996, ocorreu a inauguração da primeira *Mega Store* da Livraria e, nesse mesmo ano, a Editora incorporou a Saraiva Data Ltda., com o propósito de ganhos de racionalização e otimização de recursos.

Em 1998, foi criado o *website* Saraiva.com e a Editora adquiriu a Editora Atual, especializada no segmento de Livros Didáticos, que foi incorporada pela Editora em 1999.

Em 2000, a Editora foi a primeira companhia aberta brasileira a garantir o direito de *tag-along* aos acionistas titulares de ações preferenciais, antecipando-se às disposições da legislação societária promulgada em 2001. Nesse mesmo ano, a Editora lançou seu programa de *ADRs* de Nível 1 no mercado de balcão norte-americano. Ainda em 2000, a Editora construiu, em Guarulhos, um novo centro para a distribuição de livros e adquiriu o acervo editorial da Editora Renascer; e a Livraria inaugurou, em São Paulo, um centro de distribuição exclusivo para produtos adquiridos via Internet.

Em 2001, ocorreu o lançamento do Portal SaraivaJur.

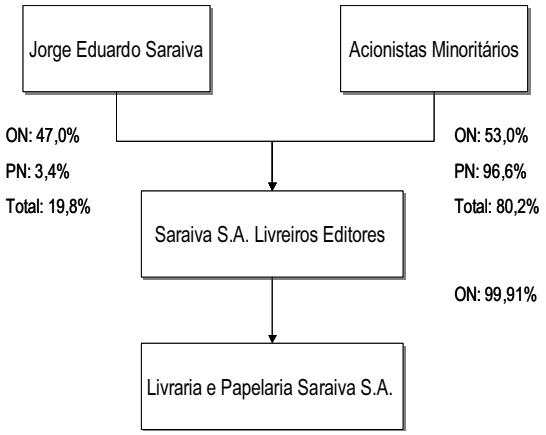
Em 2003, a Editora adquiriu a Editora Formato, especializada no segmento de Livros Didáticos e Livros Paradidáticos, que foi incorporada em 2004.

Em 20 de março de 2006, celebramos o Contrato de Adesão ao Nível 2, o qual se tornou eficaz após a realização de Assembléias Gerais de acionistas em 27 de março e 06 de abril de 2006, que tiveram como propósito, respectivamente, (i) adequar o Estatuto Social da Companhia às cláusulas mínimas exigidas pela BOVESPA para classificá-la como detentora de padrão de governança corporativa Nível 2; e (ii) eleger os membros do Conselho de Administração, incluindo um Conselheiro Independente, também de modo a dar atendimento às exigências do Regulamento do Nível 2. Passamos a negociar nossas ações no Nível 2 um dia útil após a Assembléia Geral de acionistas que realizada em 06

de abril de 2006 (ou seja, em 07 de abril de 2006), reforçando o nosso comprometimento com boas práticas de governança corporativa.

Estrutura Societária

O organograma abaixo apresenta a nossa estrutura societária na data deste Prospecto Definitivo. Ver Seção *"XVI. Nossas Atividades"* para informações sobre a Livraria. Os percentuais representam a participação no capital votante e total das sociedades indicadas nos quadros.



Nossa sede encontra-se localizada na Av. Marquês de São Vicente, n° 1.697, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, e nosso telefone geral é +55 11 3613-3000. O telefone do nosso Departamento de Acionistas é +55 11 3613-3263.

Áreas de Negócio

Negócios da Editora

Produtos

A Editora desenvolve atualmente as seguintes linhas editoriais: Livros Didáticos, Livros Paradidáticos, Livros Jurídicos, Livros de Economia, Administração e Contabilidade e Livros de Interesse Geral. A Editora comercializa, ainda, publicações jurídicas eletrônicas em CD-ROM e por meio do Portal SaraivaJur, e está desenvolvendo um segmento de ensino à distância, identificado pela marca ViaSaraiva.

A edição de Livros Didáticos e Livros Paradidáticos para estudantes dos níveis de ensino fundamental e médio consiste num dos negócios mais importantes da Editora. A linha editorial de Livros Didáticos e Livros Paradidáticos foi responsável por 31,5% do faturamento total consolidado do Grupo Saraiva em 2005.

Os projetos de cunho didático – e paradidático – dos selos Saraiva, Atual e Formato compreendem o lançamento de obras de conteúdo abrangente e em linha com as várias orientações pedagógicas, inclusive as diretrizes do MEC. Praticamente todas as matérias do currículo escolar são atendidas pelo catálogo da Editora: biologia, física, química, matemática, geografia, história, português, filosofia, artes, inglês, espanhol, além de obras de referência, como atlas geográficos e dicionários.

A Editora é a mais tradicional editora de conteúdo jurídico do País, acreditando liderar esse setor com aproximadamente 40% do mercado, sendo que o restante do mercado está dividido entre diversos concorrentes. Em 2005, o segmento de livros jurídicos representou 11,0% do faturamento total consolidado do Grupo Saraiva.

A linha editorial de livros jurídicos da Editora pode ser subdividida em 3 segmentos distintos: o segmento voltado ao público universitário (estudantes de direito), o segmento para profissionais de direito (advogados atuantes, procuradores

de justiça, magistrados e outros) e legislação e códigos jurídicos. Dentre os três, o mercado universitário é o que mais cresce.

A Editora edita Livros de Administração, Economia e Contabilidade desde 1997 e ocupa participação de destaque nesse segmento, com uma participação de mercado estimada de 16% em 2005.

A Editora busca também editar livros em áreas correlatas às de administração, economia e contabilidade. Por áreas correlatas entendem-se disciplinas complementares e/ou acessórias em cursos de administração, economia e contabilidade, como, por exemplo, turismo e hotelaria.

Além da venda de livros, a Editora também edita e comercializa informações jurídicas em mídia eletrônica em redes varejistas ou por assinatura. Essa linha editorial, que leva a marca Saraiva Data é composta por diversos produtos em formato CD-ROM: o LIS (Legislação Informatizada Saraiva), o JUIS (Jurisprudência Informatizada Saraiva), a Linha Concursos e os chamados Modelos Jurídicos.

O LIS contém toda a legislação federal de grau superior em vigor e algumas normas de grau inferior, e é comercializado em edições avulsas, ou por meio de assinaturas semestrais ou anuais, com atualização bimestral. O JUIS consiste na compilação de ementas jurisprudenciais obtidas com base em acordos firmados com inúmeros tribunais do País. A comercialização é similar àquela do LIS e a atualização é trimestral. A Linha Concursos visa à preparação para as carreiras públicas e os Modelos Jurídicos são modelos de petição que têm como objetivo auxiliar o profissional do direito nas áreas trabalhista, penal e cível. Em 2005, LIS e JUIS somados contavam com 1,4 mil assinantes, havendo cerca de 14 mil usuários.

A Editora também é pioneira na comercialização de conteúdo jurídico em meio eletrônico na Internet. O Portal SaraivaJur oferece a seus clientes, além dos produtos jurídicos informatizados comercializados em CD-ROM – LIS e JUIS, com a vantagem de atualização diária –, obras de autores da Editora, jurisprudência trabalhista e uma série de serviços aos operadores do direito, tais como agenda de eventos da comunidade jurídica, informações de concursos, artigos de doutrina, classificados, atualização de códigos, clipping, ementas de publicações selecionadas do Diário Oficial da União e informações do catálogo de livros jurídicos da Editora. O foco do Portal SaraivaJur é o profissional do direito e contava, em dezembro de 2005, com cerca de 2 mil assinaturas e 70 mil usuários estimados.

Fornecedores

A principal matéria-prima utilizada pela Editora é o papel. A indústria do papel apresenta natureza cíclica, sendo sensível às mudanças de demanda e oferta, as quais são afetadas pelas condições econômicas mundiais e brasileiras. O preço do papel fabricado pelos fornecedores da Editora normalmente acompanha os preços do papel praticados no resto do mundo. Por essas razões, a Editora não celebra contratos de médio a longo prazo com seus fornecedores de papel. Durante o ano de 2005, o papel foi responsável por aproximadamente 47% dos custos da Editora.

Atualmente, a cadeia de suprimentos da Editora é formada por três principais fornecedores nacionais de papel, que são a Votorantim Celulose e Papel S.A. (VCP), a Ripasa S.A. Celulose e Papel (Ripasa) e a Suzano Bahia Sul Papel e Celulose S.A. (Suzano). Vale notar que, em 2005, a VCP, em conjunto com a Suzano, adquiriu o controle da Ripasa. A conclusão da operação ainda está pendente de aprovação pelos órgãos públicos competentes. Para maiores informações, veja a Seção *"VI. Fatores de Risco"*.

Além de papel, a Editora contrata serviços gráficos no mercado. A Editora tem uma unidade gráfica própria que atende aproximadamente 40% de sua demanda durante o ano. A gráfica da Editora opera com custos reduzidos e competitivos em relação ao mercado. Em 2005 os custos dos serviços da gráfica ficaram cerca de 15% mais baixos do que os similares no mercado. Em determinadas épocas do ano, a gráfica opera em até 3 turnos, gerando uma significativa vantagem competitiva frente aos concorrentes, que não contam com gráficas próprias e terceirizam os seus serviços.

Tendo em vista a razoável oferta de serviços gráficos no mercado, a Editora não depende significativamente de qualquer fornecedor de serviços gráficos. Em 2005 os principais fornecedores de serviços gráficos da Editora eram os seguintes: Editora Parma Ltda., Prol Editora Gráfica Ltda., Artes Gráficas e Editora SESIL Ltda., Oceano Indústria Gráfica e Editora Ltda. e Yangraf Gráfica e Editora Ltda.

Processo Editorial

A atividade editorial consiste, principalmente, na organização e formatação de conteúdo proprietário para publicação.

Autores de livros destinados aos níveis de ensino fundamental, médio e superior, regularmente encaminham seus originais aos nossos departamentos editoriais competentes, com o objetivo de publicá-los.

Paralelamente, buscamos constantemente novos talentos que possam suprir eventuais lacunas em nosso catálogo, além de autores de obras cujo conteúdo possa ser aproveitado na edição de livros de segmentos correlatos ao de economia, administração e contabilidade, tais como turismo e hotelaria, relações internacionais, comunicação social e negócios. Esse processo tem garantido, nos últimos anos, a permanente atualização do nosso catálogo.

Após um primeiro contato com os autores, o esforço editorial inicia-se com a definição do conteúdo e de uma proposta de trabalho. Os projetos editoriais são primeiramente analisados do ponto de vista de suas metodologias e propostas de ensino, assim como no que diz respeito às suas potencialidades mercadológicas. Há um grande esforço editorial visando à viabilização de tais projetos, num processo que demanda interação constante entre editores e autores.

Após avaliação de seu conteúdo, o texto aprovado para edição ainda precisa receber tratamento especial dos setores de produção e artes. A formatação de uma obra editorial envolve também o trabalho de pessoal especializado em atividades de *copy desk*, composição, diagramação, revisões de provas, ilustração e fotolitos. Uma vez finalizada a fase de editoração eletrônica, são confeccionados os fotolitos ou disponibilizados os arquivos digitais das obras, que são a base para a impressão dos exemplares dos livros.

Nosso relacionamento com os autores é formalizado mediante a celebração de contratos de direitos autorais. Para mais informações, vide "*– Nossas Atividades – Contratos Relevantes – Contratos de Edição*".

Distribuição de Livros Impressos e Logística

- Compras Governamentais

A Editora participa ativamente dos programas oficiais de compra de livros. Os mais importantes são o PNLD, PNLEM e PNBE. Nos contratos de fornecimento de livros no âmbito desses programas são fixados prazos para despacho pelos Correios, o que obriga um planejamento logístico antecipado, cujos processos são amplamente dominados pela Editora. Para a produção e entrega dos livros relacionados a essas compras, a Editora contrata temporários que auxiliam nas tarefas de mixagem e despacho dos livros.

O processo de mixagem consiste na preparação dos pacotes de livros nos padrões exigidos pelos Correios, de forma que cada escola receba, devidamente embalada, a quantidade exata de livros previamente solicitados. Estes livros são despachados diretamente das instalações da Editora para as escolas por meio dos Correios, que eventualmente instala postos especiais de atendimento no centro de distribuição da Editora nas épocas de maior demanda.

Para mais informações sobre o PNLD, PNLEM e PNBE, vide Seção *"XV. Visão Geral do Setor – Histórico e Funcionamento dos Ciclos de Compras Governamentais"*.

- Mercado Privado

Para as vendas ao mercado privado, o canal tradicional de distribuição de livros para varejistas é a rede de filiais da Editora e seus representantes autorizados. Esses últimos trabalham apenas com os Livros Didáticos e Livros Paradidáticos, em virtude principalmente das características sazonais desse segmento editorial.

A Editora foi uma das primeiras editoras do País a optar pela distribuição de seus livros por meio da utilização de filiais, em lugar dos tradicionais representantes ou distribuidores comerciais. A estratégia de substituição dos representantes por filiais, que contam com profissionais treinados e capacitados no atendimento dos clientes em todo o País, permitiu que a Editora ganhasse maior participação do mercado, especialmente em relação aos livros da linha editorial de livros jurídicos.

As filiais da Editora são dotadas de instalações próprias para as operações de vendas aos varejistas e aos distribuidores locais, bem como para promover os títulos junto aos professores dos ensinos fundamental, médio e superior. Cada filial possui um show room dos produtos das linhas editoriais da Editora, profissionais especializados em vendas e divulgação do catálogo da companhia e instalações para receber professores das áreas universitárias e dos níveis de ensino médio e fundamental. Os divulgadores, que são profissionais de vendas que atuam junto aos professores e escolas, trabalham com carros fornecidos pela Editora nas suas visitas às escolas e universidades de quase todo o território nacional.

A política de distribuição da Editora é dirigida para abastecer e reabastecer com rapidez seus clientes, espalhados por todo o Brasil.

Para essa finalidade, a Editora conta com um centro de distribuição localizado em Guarulhos, responsável pela recepção, armazenagem, manuseio e expedição de todos os títulos do seu catálogo para suas 13 filiais.

As filiais da Editora estão estrategicamente localizadas pelo País e possuem depósitos com capacidade para estocar e atender às vendas de suas respectivas regiões. Algumas dessas filiais contam ainda com o apoio de 15 revendedores autorizados. Esses revendedores comercializam exclusivamente Livros Didáticos e Livros Paradidáticos, segmento mais sazonal e cuja demanda se concentra em determinada época do ano.

O sistema de entrega de produtos da Editora é bastante simples, funcional e econômico. Os livros são transferidos para as filiais por transportadoras terceirizadas selecionadas dentro de padrões de exigência que unem preço, prazos de entrega, qualidade e segurança. Dessa maneira a Editora tem total flexibilidade em relação aos volumes transportados sem imobilização de capital.

Normalmente os pedidos são preparados e despachados num intervalo de 4 e 24 horas. No período de "volta às aulas", este prazo é ampliado para 24 e 48 horas, valendo para qualquer produto disponível.

Para distribuição de Livros Jurídicos e Livros de Economia, Administração e Contabilidade, a Editora conta, em cada filial, com uma equipe de profissionais especializados que auxilia na divulgação dos conteúdos junto aos estabelecimentos de ensino e professores. As filiais permitem um atendimento diferenciado a cada região do País, respeitando as peculiaridades e necessidades de cada uma delas.

- Distribuição de Conteúdo em Mídia Eletrônica

O conteúdo em CD-ROM (LIS, JUIS, Modelos Jurídicos e Linha Concursos) e suas atualizações são disponibilizados aos assinantes mediante envio pelos Correios e também vendidos no varejo. O conteúdo disponibilizado na Internet (LIS e JUIS) é comercializado mediante venda de assinaturas.

Vendas

Em 2005, a Editora foi responsável por 44,4% do faturamento bruto do Grupo Saraiva.

A tabela abaixo demonstra a participação das linhas editoriais comercializadas pela Editora nos últimos 5 anos:

Linha Editorial (em milhares de R$)	**2003**	**2004**	**2005**	**Variação 2004/2003**	**Variação 2005/2004**
Didáticos/Paradidáticos	133.869	165.031	161.093	23,3%	-2,4%
Jurídicos	73.398[1]	62.301	62.235	-15,1%	-0,1%
Economia, Administração e Contabilidade	4.863	4,390	6.000	-9,7%	36,7%
Outros/Saraiva Data	3.985	3.760	4.188	-5,6%	11,4%
Total	**216.115[2]**	**235.482**	**233.516**	9,0%	-0,8%

[1] A entrada em vigor do novo Código Civil em janeiro de 2003 proporcionou uma venda extraordinária de Livros Jurídicos naquele ano.
[2] Inclui as operações da Formato Editorial, empresa adquirida em agosto de 2003 e incorporada pela Editora em fevereiro de 2004.

As vendas da Editora são destinadas exclusivamente ao mercado interno e totalizaram R$ 233,5 milhões em 2005, apresentando uma queda de 0,8% em relação a 2004.

A tabela a seguir, por sua vez, apresenta a participação de cada região do Brasil nas vendas da Editora em 2005:

Região	Participação nas Vendas em 2005[1]
Norte/Nordeste……	18%
Centro-Oeste……	12%
Sudeste……..……..	59%
Sul……..	11%

[1] Faturamento por região dividido pelo faturamento total.

Em 2005, cerca de 82,3% das vendas da Editora ficaram concentradas entre o último e o primeiro trimestre do ano seguinte, como decorrência da sazonalidade que caracteriza o mercado editorial em que a Editora atua. Essa concentração, recorrente nas operações da Editora, é motivada por dois fatores principais: (i) o período "volta às aulas" no 1º trimestre de cada ano, e (ii) a venda de Livros Didáticos no âmbito do PNLD e PNLEM, que geralmente ocorre entre o 4º trimestre de um ano e o 1º trimestre do ano seguinte.

O faturamento no âmbito dos programas de compras de Livros Didáticos e Livros Paradidáticos também pode oscilar de um ano fiscal para outro, concentrando-se mais no 4º trimestre ou no 1º trimestre do ano seguinte. No PNLD/2005, cujo contrato foi firmado em 2004 para fornecimento de livros a serem utilizados no ano letivo de 2005, aproximadamente 71% das vendas da Editora ocorreram no 4º trimestre de 2004, ficando os 29% restantes para reconhecimento no 1º trimestre de 2005. Já no PNLD/2006, programa cujo contrato foi firmado em 2005 para fornecimento de Livros Didáticos para o ano letivo de 2006, 77% das vendas da Editora no âmbito do PNLD ocorreram no 4º trimestre de 2005, ficando os 23% restantes para serem realizados como receita do 1º trimestre de 2006. Para mais informações sobre o PNLD, vide Seção *"XV. Visão Geral do Setor – Histórico e Funcionamento dos Ciclos de Compras Governamentais"*.

As vendas da Editora no restante do ano distribuem-se quase que uniformemente, embora o 3º trimestre possa apresentar valores maiores por conta do início das aulas em faculdades de direito, administração, economia e contabilidade, cujo período escolar é na maioria das vezes semestral.

Clientes

Os principais clientes da Editora nos segmentos de Livros Didáticos e Livros Paradidáticos são o Governo Federal e o Governo do Estado de São Paulo, que contribuíram, em 2005, com 32,2% da receita bruta total da Editora e com 46,6% da receita bruta oriunda de vendas de Livros Didáticos e Livros Paradidáticos. Outro importante cliente da Editora neste segmento é a própria Livraria, que em 2005 foi responsável por 3,5% das vendas da Editora, sendo que deste total, 1,0% eram produtos da linha editorial de Livros Didáticos e Livros Paradidáticos. Realizamos, também, vendas de Livros Didáticos e Paradidáticos para nossos revendedores autorizados (para maiores informações, ver *"- Contratos Relevantes – Contratos de Distribuição"*.

Os Livros Jurídicos, Livros de Administração, Economia e Contabilidade e Livros de Interesse Geral são vendidos basicamente para livrarias, por meio de nossas filiais.

Já o público-alvo do conteúdo de mídia eletrônica são os escritórios de advocacia, empresas, advogados, juízes, procuradores, dentre outros.

Marketing

Nossa política de marketing com relação às nossas linhas editoriais baseia-se principalmente na divulgação de nossas publicações junto aos professores de ensino fundamental e médio, tanto de escolas públicas como particulares, bem como aos professores universitários com interesse nas nossas linhas editoriais. No Brasil, a adoção de livros nos níveis de ensino fundamental e médio é decidida pelos professores, razão pela qual é importante a presença de uma rede de filiais e representantes bem dimensionada e de abrangência nacional.

Para tanto, contamos com um cadastro de aproximadamente 129,8 mil nomes de professores de ensino fundamental e médio, que recebem malas diretas com informações sobre os nossos lançamentos e novidades da Editora. A política de marketing inclui ainda ações em mídia impressa especializada, telemarketing e material promocional em nossos pontos

de venda. Além disso, oferecemos gratuitamente exemplares de Livros Didáticos e Livros Paradidáticos, para que os professores tomem conhecimento do conteúdo de cada obra.

As ações no mercado universitário são dirigidas aos professores desse nível de ensino. O nosso cadastro conta com aproximadamente 30,1 mil profissionais nas áreas de administração, economia e contabilidade e 21,3 mil nomes de professores de direito. Esses professores recebem gratuitamente algumas de nossas publicações em suas respectivas áreas. Além disso, possuímos um cadastro de 131 mil operadores e profissionais do direito que recebem periodicamente o BIS – Boletim Informativo Saraiva. Este boletim fornece informações sobre nosso catálogo de livros. Além do trabalho de divulgação dos títulos das nossas linhas editoriais aos professores, oferecemos assistência aos mesmos disponibilizando atualizações periódicas de livros e apresentações estruturadas sobre temas acadêmicos relevantes, que podem ser acessados nos *websites* SaraivaJur e SaraivaUni.

O Portal SaraivaUni tem como público alvo os professores universitários das áreas de administração, economia e contabilidade. Esse endereço eletrônico, conta com 39 mil professores cadastrados e oferece material de apoio ao conteúdo dos nossos livros editados, e serviços de alto valor agregado, como o "Banco de Testes", um sistema automatizado personalizado com grande quantidade de questões extras para formatação de avaliações a serem aplicadas em sala de aula, dentre outros.

Para realizar a divulgação de nossas linhas editoriais junto aos clientes de todo o País, contamos com uma equipe de aproximadamente 77 divulgadores, distribuidores e nossa rede de 13 filiais espalhadas por todo o País.

Política de Crédito

Nossa área financeira estabelece um limite de crédito para nossos clientes por meio de critérios objetivos, tais como capacidade econômico-financeira, capitalização, endividamento, faturamento, índice de liquidez, margens e patrimônio líquido. Adota também uma política de crédito que envolve avaliação do histórico de pedidos, desempenho passado e classificação de risco dos clientes.

Em 2005, cerca de 13% das nossas vendas foram realizadas à vista. Como regra geral, nossas vendas são realizadas a prazo, e concedemos crédito de aproximadamente 35 dias para as linhas editoriais de Livros Didáticos e Livros Paradidáticos e de 45 a 60 dias para as demais linhas editoriais.

Em 2005, o nível médio de inadimplência de nossos clientes foi de 0,46% da receita líquida. No mesmo período, as perdas com inadimplência chegaram a R$ 1,1 milhão. Vale ressaltar que as compras de Livros Didáticos realizadas no âmbito do PNLD nunca apresentaram índices de inadimplência.

Quando da ocorrência de inadimplência, primeiramente bloqueamos o limite de vendas do cliente e, em seguida, encaminhamos uma carta de cobrança ou solicitamos uma posição do cliente por telefone. Após 60 dias, encaminhamos o processo a escritórios especializados em cobrança. Em última instância, os casos são avaliados do ponto de vista jurídico para o encaminhamento do pedido de execução ou falência.

Concorrentes

Atualmente, os principais segmentos do mercado editorial em que atuamos são os seguintes: Livros Didáticos e Livros Paradidáticos, nos quais detemos, com base em nossas estimativas para 2005, uma participação de cerca de 17%, Livros Jurídicos, no qual detemos uma participação de cerca de 40%, e Livros de Administração, Economia e Contabilidade, no qual detemos uma participação estimada de 16% do mercado de livros-texto.

- Livros Didáticos e Livros Paradidáticos

A linha editorial de Livros Didáticos e Livros Paradidáticos da Editora é a terceira maior do País em termos de faturamento, ficando atrás somente dos grupos editoriais Ática & Scipione e da FTD. Em 4º lugar, em termos de faturamento, encontra-se a Editora Moderna e, em 5º lugar, a Editora do Brasil.

- Livros Jurídicos

A Editora é a mais tradicional editora de conteúdo jurídico do País, liderando esse setor com aproximadamente 40% do

mercado, sendo que o restante do mercado está dividido entre diversos concorrentes.

Os principais concorrentes da Editora neste segmento são a Editora Revista dos Tribunais (RT), a Editora Atlas, a Editora Forense, a Editora Malheiros e a Editora LTR.

- Livros de Administração, Economia e Contabilidade

No segmento de Economia, Administração e Contabilidade, os principais concorrentes da Editora são a Editora Atlas, Editora Campus (Reed Elsevier), Editora Pearson, dentre outras.

- SaraivaJur

Os concorrentes do Portal SaraivaJur se agrupam em 3 grupos distintos: (a) editoras tradicionais de conteúdo jurídico (tais como Revista dos Tribunais e Forense), (b) *websites* públicos (tais como os *websites* www.planalto.gov.br, www.stf.gov.br e www.stj.gov.br) e (c) *websites* de prestação de serviços e automação de escritórios (tais como www.jusnavigandi.com.br e www.direito.com.br), que podem ser concorrentes diretos ou indiretos.

Negócios da Livraria

Produtos

Comercializamos, na Livraria, por meio das nossas Lojas Tradicionais, *Mega Stores* e o *website* Saraiva.com: livros, CDs, DVDs, periódicos, *softwares* de multimídia, artigos de papelaria, brinquedos, artigos para informática, eletro-eletrônicos, jogos eletrônicos, *software* e revistas.

Fornecedores

Os principais fornecedores de livros, artigos de papelaria e produtos de áudio e vídeo para revenda são a Editora, Editora Ática S.A., Editora FTD S.A., Editora Moderna S.A., Editora Scipione Ltda., Cia. das Letras, Sony Music do Brasil Ltda., BMG do Brasil Ltda., Polygram do Brasil Ltda., Disal S.A., Editora Atlas S.A., Editora Record S.A., Rocco e Warner. Nenhum dos fornecedores responde por mais de 10% de nossas compras totais. Cerca de 6% do volume de compras da Livraria são efetuados junto à Editora.

Nossas Lojas

- Lojas Tradicionais

As nossas Lojas Tradicionais possuem áreas de vendas que oscilam entre 110m^2 e 480m^2 e operam com uma média de 13 funcionários. O número de itens oferecidos em uma Loja Tradicional é menor do que aquele de uma *Mega Store* e concentra-se basicamente em artigos de papelaria e livros. Em média uma Loja Tradicional possui 26 mil itens cadastrados.

A tabela abaixo mostra a evolução no número de lojas, área de vendas, vendas por m^2 e Tíquete Médio (Receita Líquida) das Lojas Tradicionais nos últimos três anos:

	2003	**2004**	**2005**
Número de Lojas	18	16	16
Área de Vendas (m^2)	4.259	3.713	3.910
Vendas por m^2 (R$)	11.062	11.036	11.875
Tíquete Médio (R$) (Receita Líquida)	38,04	36,47	45,30

O modelo das Lojas Tradicionais está em evolução com a introdução de novas categorias de produtos, como ocorrido em nossas filiais localizadas no Brascan Century Plaza, no Super Shopping Osasco e no Shopping Interlagos, todos na Grande São Paulo. A reformulação das Lojas Tradicionais tem como objetivo valorizar a experiência de compra de nossos clientes e alavancar nossas vendas. A exemplo do que já ocorre nas *Mega Stores*, o *mix* de produtos nas Lojas Tradicionais pode ser ampliado de maneira a aproveitar a complementaridade de outras categorias à área de livros,

como CDs, DVDs e artigos de multimídia selecionados. A tabela abaixo demonstra os indicadores de vendas por m² nas Lojas Tradicionais e nas lojas já reformuladas:

Vendas (R$/m²)	**2003**	**2004**	**2005**
Média Geral das Lojas Tradicionais	11.062	11.036	11.875
Média das Lojas Tradicionais no novo conceito(1).....	12.045	14.729	15.194

(1) Inclui a média de vendas por m² das lojas localizadas no Brascan Century Plaza, no Shopping Super Osasco e no Shopping Interlagos, todos na Grande São Paulo.

Acreditamos que há espaço para adequação de algumas Lojas Tradicionais atualmente em operação ao do conceito das Lojas Tradicionais testado com sucesso localizadas no Brascan Century Plaza, no Shopping Interlagos e no Shopping Super Osasco, todos na Grande São Paulo.

- *Mega Stores*

Em 1996, introduzimos no País as *Mega Stores*, que trazem um novo conceito de livraria. Das nossas 15 *Mega Stores*, 14 estão localizadas em *shopping centers* e possuem áreas que variam entre 460m² e 1.800m². Essas lojas operam em média com 52 funcionários. Todas as lojas são informatizadas possuindo terminais de leitura ótica espalhados pelo ambiente que possibilitam ao consumidor localizar produtos e consultar preços. As *Mega Stores* oferecem aos nossos consumidores um *mix* de produtos mais completo do que aquele das Lojas Tradicionais. Além de livros e artigos de papelaria, as *Mega Stores* oferecem CDs, DVDs, periódicos, *softwares*, artigos de multimídia, brinquedos e artigos eletrônicos. O número de itens cadastrados oferecidos em uma de nossas *Mega Stores* chega a 54 mil.

O conceito de *Mega Store* procura fidelizar o cliente por meio de um espaço físico agradável e bem dimensionado. Para tanto, nossas *Mega Stores* oferecem áreas com iluminação agradável, sinalização adequada, atendimento diferenciado e "CyberCafés", nos quais nossos clientes podem, inclusive, acessar a Internet. Os "CyberCafés" são operados por empresas especializadas que alugam os espaços das lojas. A intenção das *Mega Stores* é valorizar a experiência de compra de nossos clientes, mantendo-os por mais tempo nas lojas e incentivando a compra por impulso.

Abaixo segue um quadro com a evolução do número de lojas, área de vendas, vendas por m² e Tíquete Médio (Receita Líquida) das *Mega Stores* no últimos 3 anos.

	2003	**2004**	**2005**
Número de Lojas.....	14	14	15
Área de Vendas (m²).....	15.688	15.688	16.242
Vendas por m² (R$).....	10.277	10.673	11.176
Tíquete Médio (R$) (Receita Líquida).....	40,51	40,66	51,11

- Saraiva.com

Fomos uma das primeiras empresas brasileiras a entrar no comércio eletrônico de livros, CDs e DVDs por meio do nosso *website* Saraiva.com. Atualmente, nosso *website* oferece aos internautas mais de 300 mil produtos em 10 diferentes categorias: livros, CDS, DVDS, papelaria, informática, eletro-eletrônicos, jogos eletrônicos, software, brinquedos e revistas.

Apesar de contar com categorias de produtos ainda limitadas, a Saraiva.com está entre as três maiores operadoras de comércio eletrônico no Brasil em número de pedidos na categoria bens de consumo, com uma participação em torno de 3,4% nessa categoria.

As vendas da nossa unidade de negócios na Internet representaram 22,7% das vendas da Livraria em 2005, ou R$ 63,8 milhões.

Em 31 de dezembro de 2005, a Saraiva.com tinha um cadastro de 2,4 milhões de clientes, e uma participação de mercado em número de usuários que acreditamos não estar, ainda, refletida no faturamento de nossas operações on-line. Acreditamos que o faturamento desse canal de vendas pode ser maior com a ampliação das categorias de produtos que ofertamos atualmente.

Abaixo segue um quadro com a evolução do número de visitantes, acessos à página, pedidos de compra e Tíquete Médio (ReceitaLíquida) da Saraiva.com no últimos 3 anos.

	2003	2004	2005
Número de Visitantes (ano).....	16.797.595	22.049.431	24.199.932
Acessos à Página (ano).....	633.372.912	1.020.967.274	1.171.040.436
Pedidos de Compra (ano).....	663.846	813.381	924.972
Tíquete Médio (R$) (Receita Líquida).....	61,01	62,51	74,32

Distribuição de Produtos e Logística

Existe uma grande sinergia entre as operações de nossas Lojas Físicas e nossas operações on-line. Em mais de 90 anos de história, somos uma marca reconhecida pelos consumidores brasileiros, o que facilita a captação de clientes sem a necessidade de grandes investimentos em marketing. Além disso, a escala de operações em nossas Lojas Físicas permite negociações privilegiadas junto a fornecedores, não só no tocante a preços, mas também na facilidade de atendimento por conta do relacionamento que construímos junto ao mercado editorial.

O mercado editorial é muito pulverizado no Brasil e não existe um grande atacadista de livros, o que demanda dos varejistas um esforço de relacionamento adicional com mais de 1.000 editoras brasileiras. Esse processo é amplamente dominado pela Livraria, que o reconhece como uma de suas vantagens competitivas.

Por outro lado, os investimentos em estoques na Saraiva.com são minimizados pela utilização do estoque disponível em Lojas Físicas. As mercadorias não disponíveis nos depósitos da Saraiva.com são automaticamente solicitadas às lojas, que as separam e as encaminham para o depósito das operações *on-line*, local onde são preparadas para envio aos clientes. Por essa razão, a Saraiva.com minimiza o capital investido em estoques. Os produtos que por alguma razão não estejam disponíveis nos estoques das lojas são encomendados diretamente aos nossos fornecedores.

As Lojas Físicas, por outro lado, beneficiam-se pela abrangência geográfica do *website* Saraiva.com, que pode ser acessado de qualquer parte do mundo. O comércio eletrônico também é um instrumento importante de captação de vendas nas Lojas Físicas. Se um produto não estiver disponível em uma loja, o cliente poderá encomendá-lo pelo Saraiva.com na própria loja e recebê-lo na comodidade de sua casa ou endereço que lhe convier. Acreditamos que esse processo excede as expectativas de nossos clientes, que têm sua experiência de compra valorizada ao máximo.

Operamos basicamente com dois depósitos: o *cross-docking*, reponsável pelo abastecimento das Lojas Físicas, que não armazena estoques relevantes (apenas separando os pedidos de compras para distribuição entre as lojas da rede), e o depósito central da Saraiva.com, que armazena apenas os itens mais vendidos e de giro rápido. Os pedidos da Saraiva.com que não estão disponíveis em seu depósito são solicitados às lojas de forma automática pelos sistemas da Livraria.

Os pedidos de reabastecimento nas lojas são todos feitos automaticamente pelos sistemas da Livraria e gerenciados pela administração central. A centralização do fornecimento às lojas possibilita compras em escala, reduzindo os custos e tornando mais racional o gerenciamento dos itens disponíveis.

O transporte do centro de distribuição da Livraria a cada uma de suas lojas é realizado por serviços de frete terceirizados.

O sistema de distribuição da Saraiva.com inclui um centro de distribuição exclusivo e utiliza-se da estrutura das outras unidades de negócios da Livraria. Sempre que um pedido é processado, o sistema realiza uma busca do item solicitado nos centros de distribuição e nas lojas da rede, despachando o pedido ao cliente por via postal no menor tempo possível.

Clientes

Nossa base de clientes é composta por um público amplo e diversificado, que busca em nossas lojas e em nosso *website* lazer, cultura e entretenimento.

Recebemos aproximadamente 20 milhões de visitas por ano em nossas 31 Lojas Físicas, que geram cerca de 5 milhões de transações comerciais.

Marketing

O objetivo estratégico de nossos esforços de marketing é fixar nossa marca junto a nossos clientes. Com esse objetivo, nossas campanhas publicitárias procuram a diferenciação de atributos como preço, variedade de produtos e experiência de compra. Por conta do setor em que atuamos, realizamos todos os anos, entre os meses de janeiro e março, uma campanha especial de "volta às aulas", período em que nossas lojas observam um significativo acréscimo de vendas. Em 2005, aproximadamente 1,4% do valor total de nossa receita líquida de vendas foi destinado à despesas de propaganda e marketing. Nossa intenção é continuar investindo de maneira consistente em campanhas de marketing.

A Internet é também uma ferramenta importante de marketing e de inteligência de negócio, na medida que os nossos gestores podem acessar de maneira organizada o perfil do cliente Saraiva, antecipando suas necessidades de acordo com o cruzamento de informações de consumo.

Uma de nossas importantes iniciativas foi a introdução de um cartão de fidelização de clientes chamado SaraivaPlus. A lógica desse cartão consiste no acúmulo de pontos que podem ser convertidos em descontos em futuras compras. Porém, mais do que um simples programa de descontos e fidelização, o SaraivaPlus pode se tornar, com o tempo, uma importante ferramenta de relacionamento com nossos clientes das Lojas Físicas e Internet. Temos condições de identificar hábitos de compra e preferências de cada um dos usuários do SaraivaPlus, maximizando o investimento em marketing e agregando, dessa maneira, maior valor à experiência de compra de nossos clientes. O programa foi lançado em 2005 e contava, em 31 de dezembro daquele ano, com 592,3 mil usuários cadastrados, 403,8 mil nas Lojas Físicas e 188,5 mil na Internet.

Evolução no Número de Usuários do SaraivaPlus:

	Ago/05	Set/05	Out/05	Nov/05	Dez/05
Total de Usuários.....	108.306	181.789	270.833	363.755	510.684
Lojas Físicas.....	96.225	158.612	219.656	284.626	394.498
Saraiva.com.....	12.081	23.177	51.177	79.129	116.186

Obtemos os dados de nossos clientes por meio do cadastramento no SaraivaPlus, bem como no momento da compra nas Lojas Físicas e na Internet. Utilizamos esses dados para envio de mala direta, contendo informativos sobre novidades e promoções, com a prévia concordância dos clientes.

Outra importante ação de marketing por nós implementada é a realização de eventos nas Lojas Físicas, tais como noites de autógrafos, exposições e sessões de leitura. Em 2005 foram realizados cerca de 980 eventos em nossas 31 Lojas Físicas.

Política de Crédito

Em 2005, 44,0% das nossas vendas foram realizadas à vista, 53,0% por meio de cartão de crédito e 3,0% a prazo. Com relação às vendas da Saraiva.com, 78,0% foram realizadas por meio de cartão de crédito. O índice de inadimplência de nossos clientes foi de 0,1% da receita líquida anual de vendas em 2005. As perdas com inadimplência chegaram a R$ 317 mil nesse mesmo ano.

Concorrentes

Acreditamos ser a maior rede de livrarias do País, tanto em área como em faturamento. Nossos principais concorrentes das Lojas Físicas são os seguintes: Livraria Cultura, Livraria Siciliano, Livraria Sodiler, Livraria Nobel, Livraria Laselva, FNAC, dentre outras.

Por meio de nossa unidade de negócios Saraiva.com, somos uma das líderes no mercado de comércio eletrônico de livros. Nas operações virtuais, nossos principais concorrentes são a Livraria Siciliano, a FNAC, a Livraria Cultura, a Submarino e as Lojas Americanas.

O mercado virtual é extremamente competitivo, porém tem apresentado taxas de crescimento importantes nos últimos anos. Pretendemos diversificar nossa atual linha de produtos na Internet, que atualmente tem o livro como carro chefe, aproveitando as potencialidades que o mercado on-line brasileiro ainda oferece em termos de crescimento nos próximos anos. Em fins de 2004 e durante o ano de 2005 a Saraiva.com testou a categoria "eletrônicos portáteis" e, pontualmente, a linha de eletrodomésticos, essa última em parceria com fornecedores. Em 31 de dezembro de 2005, a categoria de eletrônicos e eletrodomésticos respondia por 1,9% do faturamento anual da Livraria. Em dezembro desse mesmo ano o faturamento de eletrônicos correspondeu a 3,0% do total das vendas brutas do mês.

Imóveis

Editora

A Editora está sediada no bairro da Barra Funda, na Cidade de São Paulo, em um imóvel de sua propriedade, que possui 6.813m^2 de área total. É ainda proprietária de 2 outros imóveis, cujo total de área construída soma 18.498m^2, ambos na cidade de Guarulhos, onde estão localizadas, respectivamente, suas operações gráficas e seu centro de distribuição. As 13 filiais da Editora estão localizadas em imóveis alugados a preços de mercado.

Cada um dos imóveis em Guarulhos está onerado com duas hipotecas, ambas em favor do BNDES, conforme melhor descrito na tabela abaixo.

Imóvel	Grau da Hipoteca	Valor
Avenida Amâncio Gaiolli, 1146 – Guarulhos, SP	Primeiro	R$ 6.539.000,00
	Segundo	Terreno - R$ 1.395.000,00 Edificações - R$ 7.755.000,00
Água Chata, Vila Maria de Lourdes, Guarulhos, SP	Primeiro	R$ 444.000,00
	Segundo	R$ 1.803.000,00

Além de nossos imóveis próprios, ocupamos 17 imóveis de terceiros a título de locação, dentre os quais sublocamos 2 para a Livraria (Av. Marquês de São Vicente, 1589 e 1697, São Paulo-SP), gerando um custo mensal histórico aproximado de R$ 100 mil para a Editora a título de aluguel.

Para maiores informações sobre os contratos firmados com o BNDES, vide Seção *"XIV. Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais - Contratos de Financiamento"*.

Livraria

Os imóveis nos quais as lojas da Livraria estão localizadas são, em sua maioria, alugados. Somente a loja do Shopping Ibirapuera, na cidade de São Paulo, está localizada em imóvel próprio. Figuramos como locatarios em 33 contratos de locação, dos quais um sublocamos para a Editora (Rua Edgar Teotônio Santana, 206, São Paulo-SP). Os contratos de locação relativos aos imóveis nos quais as lojas da Livraria operam têm, como regra geral, prazos de duração de 5 a 10 anos. O valor do aluguel é calculado como um percentual do faturamento para as lojas localizadas em shopping centers, e fixo nos casos das lojas de ruas.

Dentre os contratos de locação celebrados pela Livraria como locatária referentes aos imóveis onde se localizam nossas lojas físicas, temos que em 31 de dezembro de 2005, 2 contratos estão com processo judicial de renovação compulsória

em andamento, 2 contratos estão em vigor por prazo indeterminado, por não terem sido expressamente renovados ao final do prazo contratual, sujeitando-nos à denúncia imotivada mediante comunicação prévia de 30 dias e 2 contratos não possuem o prazo mínimo de 5 anos (ou a soma de prazos subsequentes no total mínimo de 5 anos), fazendo com que nestes contratos não tenhamos o direito a renovação compulsória.

Com exceção ao contrato de locação referente à loja localizada no shopping Crystal Plaza, situado na Rua Comendador Araújo, 731, Curitiba-PR, que possui cláusula de manutenção da vigência em caso de alienação, nos garantindo indenização por infração contratual do locador caso sejamos obrigados a desocupar o imóvel em caso de alienação a terceiros, nenhum outro contrato possui dita cláusula fazendo com que fiquemos sujeitos ao término dos contratos, sem direito a indenização, caso o adquirente opte por terminá-lo. No entanto, como a maioria de nossas Lojas Físicas se localiza no interior de shopping centers, e muita dentre elas são lojas âncoras - isto é, lojas que, pelo seu porte e visibilidade no mercado, são pontos de referência em shopping centers -, não acreditamos que essa eventual obrigação de desocupação possa facilmente concretizar-se, tendo em vista o número reduzido de empresas varejistas capazes de manter lojas âncoras e pelo fato de shopping center ter de manter atividades.

Propriedade Intelectual

A Editora e a Livraria são titulares de diversas marcas e nomes de domínio, os quais se encontram regularmente registrados junto ao INPI e à FAPESP, respectivamente. Alguns nomes de domínio da Editora e da Livraria também são objeto de registro no exterior.

Os quadros abaixo apresentam as principais marcas e nomes de domínio da Editora e da Livraria:

Marcas

Descrição da Marca ou seu Elemento Nominativo	Tipo	Titular
Editora Saraiva	Mista	Editora
Atual	Mista	Editora
Saraiva	Nominativa	Livraria
Saraiva	Figurativa	Livraria
Saraiva Virtual	Mista	Editora
JUIS	Nominativa	Editora
JUIS – Jurisprudência Informatizada Saraiva	Nominativa	Editora
LIS	Nominativa	Editora
LIS – Legislação Informatizada Saraiva	Nominativa	Editora
Saraiva Data	Mista	Editora
Livraria Saraiva	Mista	Livraria
Saraiva *Mega Store*	Nominativa	Livraria
Saraiva *Mega Site*	Nominativa	Livraria

Nomes de Domínio

Nome de Domínio	Órgão de Registro	Titular
juis-br.com.br	FAPESP	Livraria
livrariasaraiva.com.br	FAPESP	Livraria
megasite.com.br	FAPESP	Livraria
musichall.com.br	FAPESP	Livraria
saraivamegastore.com.br	FAPESP	Livraria
atualeditora.com.br	FAPESP	Editora
editorasaraiva.com.br	FAPESP	Editora
formatoeditorial.com.br	FAPESP	Editora
lisonline.com.br	FAPESP	Editora
longlifelearning.com.br	FAPESP	Editora
nobrescolegas.com.br	FAPESP	Editora
paginadaeducacao.com.br	FAPESP	Editora
saraiva.com.br	FAPESP	Editora
saraivadata.com.br	FAPESP	Editora
saraivaeduca.com.br	FAPESP	Editora
saraivajur.com.br	FAPESP	Editora
saraivari.com.br	FAPESP	Editora
saraivauni.com.br	FAPESP	Editora
vivereaprender.com.br	FAPESP	Editora
saraivajur.net	FAPESP	Editora
saraivauni.net	FAPESP	Editora
editorasaraiva.com	Network Solutions	Editora
formatoeditorial.com	Network Solutions	Editora
saraivadata.com	Network Solutions	Editora
saraivajur.com	Network Solutions	Editora
saraivauni.com	Network Solutions	Editora
viasaraiva.com	Network Solutions	Editora
saraiva.com	Network Solutions	Livraria

Pessoal

Em 31 de dezembro de 2005, o quadro de empregados do Grupo Saraiva era composto por 2.311 pessoas, sendo deste total: (i) 999 empregados da Editora, incluindo a sede na Cidade de São Paulo (460 empregados), as 13 filiais (174 empregados), a unidade gráfica (255 empregados) e o depósito na Cidade de Guarulhos (110 empregados); e (ii) 1.312 empregados da Livraria, incluindo a sede na Cidade de São Paulo (188 empregados), as *Mega Stores* (772 empregados), as Lojas Tradicionais (226 empregados) e a Saraiva.com (126 empregados). A tabela abaixo contém todas essas informações, bem como as aplicáveis nos anos de 2003 e 2004.

	2003	2004	2005	Variação 2004/2003	Variação 2005/2004
Editora	**1.162**	**1.103**	**999**	**-5,1%**	**-9,4%**
Sede	509	488	460	-4,1%	-5,7%
Filiais	197	188	174	-4,6%	-7,4%
Unidade Gráfica	265	249	255	-6,0%	2,4%
Depósito	191	178	110	-6,8%	-38,2%
Livraria.....	**1.372**	**1.308**	**1.312**	**-4,7%**	**0,3%**
Sede	193	180	188	-6,7%	4,4%
Mega Stores.....	755	742	772	-1,7%	4,0%
Lojas Tradicionais	279	255	226	-8,6%	-11,4%
Saraiva.com	145	131	126	-9,7%	-3,8%
Grupo Saraiva.....	**2.534**	**2.411**	**2.311**	**-4,9%**	**-4,1%**

O número de empregados da Editora varia de forma significativa em determinadas épocas do ano, em virtude da sazonalidade do mercado editorial. No período de produção de Livros Didáticos para atendimento aos programas governamentais, por exemplo, que ocorre geralmente no último e no primeiro trimestres de cada ano, faz-se necessária a contratação de funcionários temporários. Na Livraria, o acréscimo no quadro de funcionários temporários acontece no Natal e no início de cada ano por conta da demanda resultante do período de "volta às aulas".

A média salarial praticada para os empregados do Grupo Saraiva acompanha a dos concorrentes. Como regra geral, os empregados da Editora recebem, além do salário fixo, participação nos lucros da Companhia. Seus divulgadores têm parte de sua remuneração vinculada a metas de vendas. Já a Livraria mantém um programa de premiação baseado num plano de metas estabelecido para cada uma das suas lojas. Além desse programa, a Livraria conta com campanhas cujo objetivo principal é desenvolver o conhecimento de produtos, com premiação para os funcionários vencedores.

São benefícios dos empregados do Grupo Saraiva a assistência médica e odontológica, vale refeição e alimentação, vale-transporte e reembolso creche.

Os funcionários da Editora estão vinculados a 8 entidades sindicais distintas, a saber: o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Editoras de Livros, Publicações Culturais e Categorias Afins do Estado de São Paulo; a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Educação e Cultura; a Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Difusão Cultural e Artística nos Estados de Minas Gerais e Bahia; a Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Difusão Cultural e Artística nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina; a Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Difusão Cultural e Artística nos Estados de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte; e a Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Difusão Cultural e Artística no Estado do Paraná. Todas essas entidades representam tal categoria de empregados perante o SNEL – Sindicato Nacional dos Editores de Livros.

Já os funcionários da unidade gráfica da Editora estão vinculados ao Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Gráficas de Guarulhos e Região, entidade que os representa perante o Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de São Paulo.

Os empregados da Livraria são representados, por sua vez, pelo Sindicato dos Empregados no Comércio de São Paulo perante o Sindicato dos Comerciários Varejistas de Livros de São Paulo.

O Grupo Saraiva acredita manter um bom relacionamento com as entidade acima referidas, não havendo na sua história qualquer episódio relevante de desentendimento entre as referidas partes. Nunca houve paralisação das atividades da Editora ou da Livraria em virtude de greve de funcionários.

O Grupo Saraiva oferece gratuita e periodicamente aos seus empregados treinamentos, cursos de desenvolvimento técnico e de atendimento a clientes. Na Livraria, por exemplo, foram realizadas, durante o ano de 2005, 648 atividades que somaram 19 mil horas de treinamento e envolveram 9.864 participações.

Contratos Relevantes

Contratos de Edição

Os contratos de edição celebrados com os nossos autores estão de acordo com a legislação em vigor.

Em 2005, a Editora tinha aproximadamente 2.500 contratos vigentes com os autores de suas diversas linhas editoriais. A maioria desses contratos apresenta as seguintes condições:

- exclusividade da Editora sobre a obra, ou seja, o mesmo autor não pode editar a mesma obra por outra editora enquanto vigorar o contrato;

- na hipótese de denúncia do contrato por parte do autor, ele deve conceder à Editora prazo de carência de 3 anos para ela editar a respectiva obra e, se for o caso, contratar um novo autor para substituí-lo; e

- prazo de vigência indeterminado.

Desde 2000, os contratos da Editora com seus autores prevêem a disponibilização do conteúdo das obras em meio eletrônico, inclusive na Internet. Os contratos celebrados anteriormente a essa data estão sendo oportunamente regularizados.

Não há na história da Editora quaisquer litígios relevantes relacionados a direitos autorais.

Contratos de Distribuição

A Editora celebra contratos-padrão com distribuidores regionais para a revenda de Livros Didáticos e Paradidáticos. As principais características desses contratos são:

- exclusividade territorial do distribuidor, por cidade ou Estado, para a venda de produtos Saraiva;

- envio de materiais de divulgação (livros e folhetos) para atendimento da região;

- obrigações do distribuidor de pagar o frete dos livros adquiridos, realizar serviços de divulgação, enviar cadastro de escolas e professores para a Editora, prestar serviço de atendimento aos clientes da Editora, manter estoque suficiente para atendimento do mercado atacadista, vender a livreiros, escolas e professores em condições de mercado e adotar como referencial o preço de capa sugerido em tabela pela Editora;

- prazo indeterminado, podendo ser rescindidos por qualquer das partes, mediante manifestação por escrito com 60 dias de antecedência; e

- prazo médio de recebimento de 65 dias.

Contratos Financeiros

Os principais contratos financeiros do Grupo Saraiva foram firmados com a *IFC* e o BNDES. Para mais informações, vide Seção *"XIV. Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais – Endividamento"*.

Contratos de Compras Governamentais

A Seção *"XV. Visão Geral do Setor – Histórico e Funcionamento dos Ciclos de Compras Governamentais"* descreve os programas governamentais de compras de livros dos quais a Editora participa.

Segue tabela listando nossos contratos mais relevantes de venda de livros para entidades governamentais, em vigor em 31 de dezembro de 2005.

Contratos com o Governo Federal	Valor do Contrato	Valor a Receber	Valor Recebido
		(em milhares de R$)	
PNLEM 2006	30.427	16.132	46,98%
PNLD 2006	24.494	14.138	42,28%
PNLD-SP[1] 2006	4.822	4.822	0%

[1] Programa governamental federal descentralizado.

Aspectos Ambientais

As atividades do Grupo não apresentam impactos ambientais representativos, uma vez que se baseiam na edição de livros e no comércio de livros e outros produtos.

Essas atividades, com exceção daquelas realizadas pela gráfica da Editora, não demandam licenças ou autorizações das autoridades responsáveis pelo meio ambiente. Com relação à gráfica, todas as licenças e autorizações necessárias ao seu funcionamento foram obtidas e estão devidamente regularizadas.

Ação Social

O Grupo Saraiva tem desenvolvido ações que visam a colaborar de maneira concreta com o crescimento da qualidade de vida de seus colaboradores e das comunidades que se relacionam com a Editora e a Livraria. Os projetos de maior destaque na esfera social em 2005 foram:

- desenvolvimento de atividades sociais do Instituto Jorge Saraiva, com foco na inserção social de crianças carentes;
- continuação do projeto Telecurso 2000, em parceria com o SENAI e a Fundação Roberto Marinho, propiciando aos colaboradores a oportunidade de conclusão do ensino médio e fundamental;
- prosseguimento do programa "Empresa que Educa", mantido pelo SENAC, apoiando o preparo de jovens para o mercado de trabalho; e
- realização de campanhas de ação comunitária e solidariedade.

Seguros

O Grupo Saraiva possui apólices de seguros contra incêndio e riscos diversos para todos os bens da Editora e da Livraria, incluindo ativo imobilizado e estoques, cujos valores são considerados como suficientes para cobrir quaisquer perdas em caso de ocorrência de sinistro.

Contingências Judiciais

Somos partes em diversos processos, judiciais e administrativos, seja na esfera cível, tributária ou trabalhista, no curso normal de nossos negócios. Em 31 de dezembro de 2005, o valor envolvido nas questões cíveis representava cerca de R$ 1,5 milhão, nas questões trabalhistas representava cerca de R$ 500 mil e nas questões fiscais representava cerca de R$ 15 milhões, totalizando o valor aproximado de R$ 17,1 milhões. Não acreditamos que qualquer ação judicial ou processo administrativo, se decidido de maneira desfavorável, causaria efeito adverso relevante sobre nossa situação financeira ou resultados operacionais. Não acreditamos que qualquer decisão contrária afetaria de maneira relevante nossas atividades e imagem corporativa.

Questões Cíveis

A Livraria e a Editora são rés em aproximadamente 60 ações judiciais cíveis, envolvendo uma grande variedade de questões, versando, principalmente, sobre pedidos de indenização por dano moral. A maioria dessas ações está em curso perante os JECs. De acordo com nossos advogados, o valor com base no risco das demandas seria de, aproximadamente, R$ 1,6 milhão.

Dentre as ações judiciais existentes, merece destaque, em virtude do montante envolvido, a ação de indenização por rescisão de contrato ajuizada em face da Editora por Tropical Editora Livraria e Papelaria, visando a obter indenização por rescisão imotivada de contrato de representação comercial. A autora pede, em decorrência da alegada rescisão, danos emergentes, lucros cessantes e danos morais perfazendo um montante total de aproximadamente R$ 4,7 milhões. Com base na opinião de nossos advogados, acreditamos que o risco de perda nessa ação é possível.

Questões Fiscais

A Editora e a Livraria têm um passivo fiscal global estimado em 31 de dezembro de 2005 de R$ 15 milhões.

De acordo com o balanço patrimonial relativo à data base de 31 de dezembro de 2005, o valor consolidado das provisões para fazer face às perdas relativas à matéria fiscal corresponde a R$ 13,2 milhões, dos quais R$ 9,6 são relativos à discussão sobre o alargamento de base de cálculo de PIS e COFINS, e R$3,7 milhões são relativos à demanda sobre o expurgo inflacionário do Plano Real (Lei nº 8.880/94). A Editora e a Livraria têm depositado em juízo o montante de R$ 13,2 milhões. Os principais processos judiciais e administrativos envolvendo a Editora e a Livraria encontram-se sucintamente descritos abaixo.

- PIS e COFINS

Os passivos registrados para as contribuições ao PIS e a COFINS representam a discussão judicial sobre a constitucionalidade do alargamento da base de cálculo desses tributos e a majoração da alíquota da COFINS de 2% para 3%, instituídos pela Lei nº 9.718/98 e reiterados pelas Leis nº 10.637/02 e nº 10.833/03. Em ambos os casos, o crédito tributário está garantido por meio de depósitos judiciais da ordem de R$ 9,6 milhões. As ações relativas a esta discussão foram impetradas em junho de 1999 e os depósitos judiciais iniciados a partir daquele mês.

Em julgamento de recurso extraordinário em setembro de 2003, o STF reconheceu a constitucionalidade da majoração da alíquota da COFINS e, por orientação dos advogados responsáveis pela condução do processo judicial, nós suspendemos os depósitos judiciais a partir de outubro daquele ano. Ainda em relação à questão da majoração da alíquota da COFINS, amparados em parecer dos advogados, revertemos, em dezembro de 2003, o passivo constituído contra os respectivos depósitos judiciais, reconhecendo os efeitos tributários cabíveis em relação ao IR e à CSLL.

Em novembro de 2005, também em recurso extraordinário sem efeito *erga omnes*, o STF julgou inconstitucional a ampliação da base de cálculo das contribuições ao PIS e à COFINS previstas no artigo 3º da Lei nº 9.718/98. Esse julgamento, embora não produza efeitos imediatos, deve assegurar a decisão favorável no julgamento das ações judiciais impetradas. A decisão não abriga as ações ajuizadas para as Leis nº 10.637/02 e nº 10.833/03, que discutem as mesmas inconstitucionalidades. Dessa forma, até o trânsito em julgado e a posterior execução da sentença, nós continuaremos a efetuar os depósitos judiciais e a registrar os respectivos passivos contingentes.

- Plano Real

Propusemos medida judicial visando a obter o reconhecimento dos expurgos relativos aos meses de junho e julho de 1994 ocasionados pela Lei nº 8880/94 (diferença entre UFIR e IGP-M, da Fundação Getulio Vargas). A decisão em primeira instância julgou improcedente o feito. Propusemos recurso de apelação. O valor envolvido atualizado até 31 de dezembro de 2005 é de R$ 351 mil, os quais se encontram integralmente provisionados.

- Juros Sobre o Capital Próprio

Discutimos judicialmente o reconhecimento de nosso direito de deduzir da base de cálculo da CSLL os valores pagos a título de juros sobre o capital próprio relativos ao ano-base de 1996. Por havermos efetuado esta dedução, fomos autuados em valor que, atualizado até 31 de dezembro de 2005, perfaz o montante de R$ 2,4 milhões. Destacamos que esta autuação se encontra pendente de julgamento no Conselho de Contribuintes. Ainda com relação aos juros sobre o capital próprio, foi lavrado auto de infração com base no argumento de que deveríamos ter considerado como integrante do patrimônio líquido para fins de cálculo de juros sobre o capital próprio o lucro relativo ao próprio período base. Aguardamos decisão administrativa final do Conselho de Contribuintes com relação a tal lavratura. Em 28 de fevereiro de 2002, o valor referente a esta discussão era de R$ 861 mil. O valor envolvido atualizado até 31 de dezembro de 2005 é de R$ 1,5 milhão.

- Execução Fiscal

A compensação efetuada com o IRPJ devido no ano base de 1996 foi objeto de processo administrativo e posterior cobrança e execução de dívida, esta em processo de embargo à execução fiscal amparado em depósito judicial. O valor envolvido atualizado até 31 de dezembro de 2005 é de R$ 881 mil, dos quais R$ 861 mil encontram-se devidamente depositados.

Questões Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2005, a Editora era ré em 19 processos trabalhistas. Desse número total de processos trabalhistas, 1 foi movido por empregado de prestadora de serviços terceirizados contratada por nós, e 18 são ações trabalhistas movidas por ex-empregados nossos.

Em 31 de dezembro de 2005, a Livraria era ré em 14 processos trabalhistas. Desse número total de processos trabalhistas, 5 foram movidos por empregados de prestadoras de serviços terceirizados contratadas por nós, e 9 são ações trabalhistas movidas por ex-empregados nossos.

Nos termos da legislação trabalhista brasileira, somos subsidiariamente responsáveis pelo cumprimento das obrigações trabalhistas dos empregados das sociedades prestadoras de serviços, desde que elas também prestem tais serviços a terceiros.

Em 31 de dezembro de 2005, o valor total reclamado nos processos movidos em face da Editora era de R$ 1,1 milhão. De acordo com nossos advogados, o valor com base no risco das demandas seria de, aproximadamente, R$ 208 mil.

Em 31 de dezembro de 2005, o valor total reclamado nos processos movidos em face da Livraria era de R$ 1,2 milhão. De acordo com nossos advogados, o valor com base no risco das demandas seria de, aproximadamente, R$ 206 mil.

XVII. ADMINISTRAÇÃO

Editora

Em 20 de março de 2006, celebramos o Contrato de Adesão ao Nível 2, que se tornou eficaz após a realização da Assembléia Geral de acionistas, realizada em 06 de abril de 2006, com base na qual a composição do nosso Conselho de Administração se adequou às exigências estabelecidas pelo Regulamento do Nível 2.

Conselho de Administração

Foi aprovada proposta para alteração do nosso Estatuto Social pela Assembléia Geral de 27 de março de 2006, compatibilizando-o com as regras do Nível 2. Tal Estatuto Social dispõe que nosso Conselho de Administração pode ser composto por cinco a sete membros, sendo que 20% deles devem ser Conselheiros Independentes, conforme previsto no Regulamento do Nível 2. Para maiores informações, vide "*Seção XXII. Práticas de Governança Corporativa – Conselho de Administração".* Os membros do Conselho de Administração são eleitos pela Assembléia Geral de acionistas, com mandato de um ano, permitidas reeleições sucessivas. Os membros do Conselho de Administração devem ser necessariamente acionistas da Companhia, residentes ou não no País. As obrigações do Conselho de Administração incluem a fixação da orientação geral dos negócios da Companhia, a eleição e destituição dos diretores, a fiscalização da gestão dos diretores, a convocação de Assembléias Gerais, a autorização para a alienação de bens do ativo permanente da Companhia, em determinados casos, a autorização para a aquisição, alienação, cancelamento ou permanência em tesouraria de ações emitidas pela Companhia e a escolha e destituição de auditores independentes. O Conselho de Administração é formado atualmente por membros efetivos eleitos em 06 de abril de 2006, com mandato até a Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em abril de 2007. A tabela a seguir indica o nome, idade e cargo dos atuais membros do nosso Conselho de Administração, sendo acompanhado de uma breve descrição da experiência profissional de cada um:

Nome	Idade	Cargo
Jorge Eduardo Saraiva	66	Presidente
Alberto Ribeiro Güth	46	Conselheiro
Ruy Mendes Gonçalves	69	Conselheiro
Jorge Saraiva Neto	22	Conselheiro
Maria Cecília Saraiva Mendes Gonçalves	37	Conselheira

Jorge Eduardo Saraiva. É Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia. Bacharel em Ciências Econômicas, formado pela Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo, da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado. Desde 1963 ocupa cargos na alta administração da Companhia, tendo sido também Diretor da Câmara Brasileira do Livro em 1965.

Alberto Ribeiro Güth. É membro do Conselho de Administração da Companhia. Engenheiro formado pelo Instituto Militar de Engenharia (IME-RJ) e com Mestrado em Administração pela *Wharton Business School* (EUA). Foi sócio-diretor da Investidor Profissional Gestão de Recursos de 1993 até 2003. Trabalhou na Esso Brasileira de Petróleo entre 1984 e 1993. Atualmente é sócio-diretor da Angra Partners Consultoria. Conforme exigido pelo Regulamento do Nível 2, Alberto Ribeiro Güth foi eleito para atuar como Conselheiro Independente da Companhia.

Ruy Mendes Gonçalves. É membro do Conselho de Administração da Companhia e também exerce a função de Diretor Presidente na Livraria. Tem relação de parentesco com o Acionista Controlador, pois sua falecida esposa era prima em primeiro grau do Sr. Jorge Eduardo Saraiva. Economista, com pós-graduação em Administração de Empresas na Fundação Getulio Vargas. Funcionário do Banco do Brasil de 1960 a 1969, foi assessor financeiro da Companhia de 1969 a 1970, diretor gerente de 1970 a 1973, diretor financeiro de 1973 a 1977 e diretor superintendente de 1978 a 1999.

Jorge Saraiva Neto. É membro do Conselho de Administração da Companhia. É graduando em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Ingressou na Companhia em 2005 como *trainee* no setor editorial universitário.

Maria Cecília Saraiva Mendes Gonçalves. É membro do Conselho de Administração da Companhia. Administradora de empresas formada em 1991 pela Fundação Armando Álvares Penteado e com Especialização em Finanças pela American Graduate School of International Management (EUA). Foi sócia gerente da *Building Associates*, de 1991 a 1996, e da Designers Artes Ltda., de 1996 até 1998. Trabalhou na *IFC* entre 1999 e 2001.

Diretoria

Os diretores são responsáveis pela gestão, representação e administração da Companhia, competindo especificamente a eles, dentre outras funções, deliberar sobre a abertura, manutenção, transferência e extinção de filiais e deliberar sobre matérias administrativas, observadas, se houver, as determinações da Assembléia Geral e do Conselho de Administração da Companhia. A Diretoria é composta atualmente por seis diretores eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de um ano, permitida a reeleição, acionistas ou não. Segundo previsto no nosso Estatuto Social, um dos diretores, conforme designado pelo Conselho de Administração, deverá exercer cumulativamente o cargo de Diretor de Relações com Investidores. Os membros atuais da Diretoria foram eleitos em abril de 2006, com mandato até abril de 2007.

O quadro a seguir indica os diretores atuais da Companhia, sendo acompanhado de uma breve descrição da experiência profissional de cada um:

Nome	Idade	Cargo
Jorge Eduardo Saraiva	66	Diretor Presidente
José Luiz Machado Alvim de Próspero	52	Diretor Superintendente
João Luís Ramos Hopp	42	Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores
Henrique José Branco Brazão Farinha	42	Diretor de Publicações Eletrônicas
Antonio Luiz de Toledo Pinto	69	Diretor Editorial Jurídico
Sônia Regina Alves dos Santos	44	Diretora de Recursos Humanos

Jorge Eduardo Saraiva. É Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia. Vide qualificação acima.

José Luiz Machado Alvim de Próspero. É Diretor Superintendente da Companhia. Administrador de empresas formado em 1976 pela Fundação Getulio Vargas, com curso de pós-graduação pela Fundação Getulio Vargas (CEAG) em São Paulo. Atua desde 1976 na Companhia, tendo iniciado sua carreira como assistente de planejamento.

João Luís Ramos Hopp. É Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores da Companhia. Engenheiro civil formado pelo Instituto Mackenzie em 1986, com curso de pós-graduação pela Fundação Getulio Vargas (CEAG) em São Paulo, e Mestre em Administração de Empresas (MBA) pela Fundação Getulio Vargas. Ingressou na Companhia em 1990 como gerente de produção.

Henrique José Branco Brazão Farinha. É Diretor de Publicações Eletrônicas da Companhia. Economista formado pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP), com curso de pós-graduação em Administração Geral e Marketing pela Fundação Getulio Vargas. Ingressou na Companhia em 1996 como diretor editorial universitário.

Antonio Luiz de Toledo Pinto. É o Diretor Editorial Jurídico da Companhia. Advogado, formado pelas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU). Ingressou na Companhia em dezembro de 1979, como diretor de vendas diretas.

Sônia Regina Alves dos Santos. É a Diretora de Recursos Humanos da Companhia. Psicóloga, formada pelas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), pós-graduada em Recursos Humanos e com cursos de especialização pela Fundação Getulio Vargas. Ingressou na Companhia em 1982, tendo sempre atuado na área de recursos humanos.

Conselho Fiscal

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Conselho Fiscal é um órgão societário independente da administração e dos auditores externos da Companhia. O Conselho Fiscal pode funcionar tanto de forma permanente quanto de forma não permanente, caso em que atuará durante um exercício social específico quando instalado a pedido

dos acionistas que representem, no mínimo, 10% das ações com direito a voto, ou 5% das ações sem direito a voto, e cada período de seu funcionamento terminará na primeira Assembléia Geral Ordinária após a sua instalação. As principais responsabilidades do Conselho Fiscal consistem em fiscalizar as atividades da administração, rever as demonstrações financeiras da sociedade e reportar suas conclusões aos acionistas. A Lei das Sociedades por Ações exige que os membros do Conselho Fiscal recebam remuneração de, no mínimo, 10% do valor médio pago anualmente aos diretores da Companhia. A Lei das Sociedades por Ações também exige que o Conselho Fiscal seja composto por, no mínimo, três e, no máximo, cinco membros e seus respectivos suplentes.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nosso Conselho Fiscal não poderá conter membros que (i) sejam membros do nosso Conselho de Administração; (ii) sejam membros da nossa Diretoria; (iii) sejam empregados da nossa Companhia, de sociedade controlada ou sob controle comum da nossa Companhia; ou (iv) sejam cônjuges ou parentes até o terceiro grau de qualquer membro da nossa Administração. Nosso Estatuto Social prevê um Conselho Fiscal de caráter não permanente, eleito unicamente a pedido dos nossos acionistas em Assembléia Geral. O Conselho Fiscal, quando eleito, será composto, de no mínimo três e, no máximo cinco membros efetivos, com igual número de suplentes.

O nosso Conselho Fiscal não se encontra instalado para o presente exercício social, tendo, entretanto, previsão de instalação nos termos do artigo 20 do nosso Estatuto Social.

Remuneração

De acordo com o nosso Estatuto Social, a remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria deve ser fixada pela Assembléia Geral dos acionistas, que pode fixar apenas o limite global ou individualizá-la para um ou mais administradores. Caso a Assembléia Geral estabeleça a remuneração dos administradores de forma global, competirá ao Conselho de Administração definir a parcela correspondente à Diretoria e a correspondente ao Conselho de Administração, bem como individualizá-la em relação aos mebros deste último. Nesse caso, uma vez definida a parcela cabível ao Conselho de Administração, incumbirá à Diretoria individualizar a remuneração dos Diretores. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, por sua vez, será de responsabilidade da Assembléia Geral que deliberar sobre a sua instalação.

Nosso Estatuto Social prevê, ainda, desde que observadas as disposições estatutárias e as da Lei das Sociedades por Ações, o pagamento aos administradores de participação de até 10% dos lucros do exercício, ou o valor da remuneração anual dos administradores, prevalecendo o que for menor.

Na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária da Editora realizada em 26 de abril de 2005, foram fixadas, a partir de 1º de maio de 2005, a remuneração global mensal dos membros do Conselho de Administração, em até R$ 150 mil, e a remuneração global mensal da Diretoria, em até R$ 300 mil. Na mesma Assembléia foi aprovada a participação dos administradores no lucro do exercício, na importância de aproximadamente R$ 2,02 milhões, para ser distribuída de acordo com decisões a serem adotadas em reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria. As remunerações globais efetivamente percebidas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria no exercício social de 2005 corresponderam, respectivamente, a R$ 773.600,00 e R$ 2.446.868,00. No exercício social de 2004, a remuneração global mensal do Conselho de Administração foi fixada em até R$ 120 mil e a da Diretoria, em até R$ 300 mil. Na mesma ocasião, foi aprovada a participação dos administradores no lucro do exercício, no montante de aproximadamente R$ 1,66 milhão. Os administradores recebem remuneração independente para cada função exercida na Editora e/ou na Livraria.

Plano de Opção de Compra de Ações

Nosso Estatuto Social dispõe que poderemos, dentro do limite do capital autorizado, outorgar opção de compra de ações a nossos administradores ou empregados, ou pessoas naturais que prestem serviços a nós ou a sociedade controlada, de acordo com plano aprovado pela Assembléia Geral dos acionistas.

A Assembléia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 30 de abril de 1998 aprovou as condições e parâmetros de um Plano de Opção de Compra de Ações. Dois programas foram iniciados no âmbito desse plano e ambos já foram devidamente encerrados.

No presente momento, estamos estudando a viabilidade de estabelecer um novo programa no âmbito de nosso Plano de Opção de Compra de Ações, que, se for aprovado, somente será implementado após o término da Oferta Global.

Livraria

A Livraria é uma sociedade por ações de capital fechado. O quadro a seguir indica os diretores atuais da Livraria, sendo acompanhado de uma breve descrição da experiência profissional de cada um:

Nome	Idade	Cargo
Ruy Mendes Gonçalves	69	Diretor Presidente
Marcílio D'Amico Pousada	42	Diretor Superintendente
João Luís Ramos Hopp	42	Diretor Financeiro
Carlos Alberto Barbosa de Sousa	43	Diretor de Novos Negócios
Frederico Soares Indiani	35	Diretor de Compras
Sônia Regina Alves dos Santos	44	Diretora de Recursos Humanos

Ruy Mendes Gonçalves. É Diretor Presidente da Livraria e membro do Conselho de Administração da Editora. Vide qualificação acima.

Marcílio D'Amico Pousada. É Diretor Superintendente da Livraria. Administrador de Empresas formado pela Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP) em 1986. Ingressou na Livraria em julho de 2005, atuando anteriormente em empresas de varejo brasileiro, dentre as quais Wal Mart Brasil (como diretor comercial, de 1994 a 1999), Submarino (como diretor comercial, de 1999 a 2000), Officenet do Brasil (como fundador e Diretor Presidente, de 2000 a 2005, e participando ativamente da venda da Officenet para a Staples, Inc. em 2005).

João Luís Ramos Hopp. É Diretor Financeiro da Livraria e também exerce tal função na Editora, cumulada com a de Diretor de Relações com Investidores. Vide qualificação acima.

Carlos Alberto Barbosa de Sousa. É Diretor de Novos Negócios da Livraria. Engenheiro Civil formado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo em 1986, com cursos de especialização pela Fundação Getulio Vargas. Trabalhou em empresa multi-nacional de gerenciamento e projeto de obras comerciais e industriais. Ingressou na Livraria em junho de 1990 como gerente de patrimônio.

Frederico Soares Indiani. É Diretor de Compras da Livraria. Ingressou na Livraria em julho de 2005 e atua há cerca de 15 anos no mercado livreiro, tendo trabalhado em empresas como, Livraria Martins Fontes, de 1992 a 1996, Atica Shopping Cultural, de 1997 a 1998, e Livraria Cultura, de 1998 a 2005.

Sônia Regina Alves dos Santos. É Diretora de Recursos Humanos da Livraria e também exerce tal função na Editora. Vide qualificação acima.

Exceto pela relação familiar existente entre o Sr. Jorge Eduardo Saraiva, o Sr. Ruy Mendes Gonçalves; o Sr. Jorge Saraiva Neto e a Sra. Maria Cecília Saraiva Mendes Gonçalves, não há nenhum vínculo dessa espécie entre os administradores ou entre estes e o Acionista Controlador.

XVIII. PRINCIPAIS ACIONISTAS E ACIONISTAS VENDEDORES

Principais Acionistas

As tabelas abaixo contêm informações sobre a quantidade de ações ordinárias, preferenciais e do total de ações de nossa emissão, de titularidade de acionistas detentores de, no mínimo, 5% do capital social, por participação total e por espécie, e dos Acionistas Vendedores, na data deste Prospecto e após a conclusão da Oferta Global.

Ações Detidas na Data deste Prospecto

	Composição Atual do Capital Social					
	Ações Ordinárias		**Ações Preferenciais**		**Total**	
Acionistas	**Quantidade**	**Percentual**	**Quantidade**	**Percentual**	**Quantidade**	**Percentual**
Jorge Eduardo Saraiva	4.520.326	47,0%	546.350	3,4%	5.066.676	19,8%
Olga Maria Barbosa Saraiva	1.131.364	11,8%	216.453	1,4%	1.347.817	5,3%
Maria Eugênia Saraiva Mendes Gonçalves	493.557	5,1%	49.355	0,3%	542.912	2,1%
Maria Henriqueta Saraiva Mendes Gonçalves	493.557	5,1%	54.739	0,3%	544.296	2,1%
Maria Cecília Saraiva Mendes Gonçalves	493.556	5,1%	50.500	0,3%	544.056	2,1%
Maria Sylvia Saraiva Mendes Gonçalves	493.556	5,1%	49.357	0,3%	542.913	2,1%
Maria Helena Saraiva	342.000	3,6%	39.548	0,2%	381.548	1,5%
Ruy Mendes Gonçalves	155.937	1,6%	101.673	0,6%	257.610	1,0%
Hatteras LLC	1.059	0,0%	2.706.037	16,9%	2.707.096	10,6%
IP Participações Fundo de Investimento em Ações	3.490	0,0%	1.823.324	11,4%	1.826.814	7,1%
IP Seleção Fundo de Investimento em Ações	0	0,0%	1.656.447	10,4%	1.656.447	6,5%
IP-Green Fundo de Investimento em Ações Previdenciário	0	0,0%	713.198	4,5%	713.198	2,8%
IP Participações Institucional Fundo de Investimento em Ações	86	0,0%	509.496	3,2%	509.582	2,0%
Samambaia V Fundo de Investimento em Ações	0	0,0%	352.444	2,2%	352.444	1,4%
Banesprev Mais Valor Ações Fundo de Investimento	0	0,0%	233.509	1,5%	233.509	0,9%
IFC	0	0,0%	619.270	3,9%	619.270	2,4%
IRB Brasil Resseguros S.A	0	0,0%	979.880	6,1%	979.880	3,8%
Ações em tesouraria	31.790	0,3%	365.750	2,3%	397.540	1,6%
Outros acionistas	1.462.035	15,2%	4.906.480	30,7%	6.368.515	24,9%
Total	**9.622.313**	**100,0%**	**15.973.810**	**100,0%**	**25.596.123**	**100,0%**

Ações Detidas Após a Oferta Global

	Composição do Capital Social após a Oferta Global[1]					
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
Acionistas	**Quantidade**	**Percentual**	**Quantidade**	**Percentual**	**Quantidade**	**Percentual**
Jorge Eduardo Saraiva	4.520.326	47,0%	0	0,0%	4.520.326	15,8%
Olga Maria Barbosa Saraiva	1.131.364	11,8%	0	0,0%	1.131.364	4,0%
Maria Eugênia Saraiva Mendes Gonçalves	493.557	5,1%	0	0,0%	493.557	1,7%
Maria Henriqueta Saraiva Mendes Gonçalves	493.557	5,1%	54.739	0,3%	548.296	1,9%
Maria Cecília Saraiva Mendes Gonçalves	493.556	5,1%	50.500	0,3%	544.056	1,9%
Maria Sylvia Saraiva Mendes Gonçalves	493.556	5,1%	0	0,0%	493.556	1,7%
Maria Helena Saraiva	342.000	3,6%	0	0,0%	342.000	1,2%
Ruy Mendes Gonçalves	155.937	1,6%	0	0,0%	155.937	0,5%
Hatteras LLC	1.059	0,0%	946.833	5,0%	947.892	3,3%
IP Participações Fundo de Investimento em Ações	3.490	0,0%	637.975	3,4%	641.465	2,2%
IP Seleção Fundo de Investimento em Ações	0	0,0%	579.585	3,1%	579.585	2,0%
IP-Green Fundo de Investimento em Ações Previdenciário	0	0,0%	249.546	1,3%	249.546	0,9%
IP Participações Institucional Fundo de Investimento em Ações	86	0,0%	178.271	0,9%	178.357	0,6%
Samambaia V Fundo de Investimento em Ações	0	0,0%	123.319	0,6%	123.319	0,4%
Banesprev Mais Valor Ações Fundo de Investimento	0	0,0%	81.703	0,4%	81.703	0,3%
IFC	0	0,0%	319.270	1,7%	319.270	1,1%
IRB Brasil Resseguros S.A	0	0,0%	979.880	5,2%	979.880	3,4%
Ações em tesouraria	31.790	0,3%	365.750	1,9%	397.540	1,4%
Outros acionistas	1.462.035	15,2%	14.406.439	75,9%	15.868.474	55,5%
Total	**9.622.313**	**100,0%**	**18.973.810**	**100,0%**	**28.596.123**	**100,0%**

[1] Considerando as Ações Adicionais e o exercício da Opção de Lote Suplementar.

Acionistas Vendedores

Os Acionistas Vendedores são Jorge Eduardo Saraiva, Maria Eugênia Saraiva Mendes Gonçalves, Maria Sylvia Saraiva Mendes Gonçalves, Maria Helena Saraiva, Olga Maria Barbosa Saraiva, Ruy Mendes Gonçalves, IP Participações Fundo de Investimento em Ações, IP Participações Institucional Fundo de Investimento em Ações, Banesprev Mais Valor Ações Fundo de Investimento, Hatteras LLC, IP-Green Fundo de Investimento em Ações Previdenciário, IP Seleção Fundo de Investimento em Ações, Samambaia V Fundo de Investimento em Ações e *IFC*, que detêm conjuntamente 9.616.461 ações preferenciais, representando aproximadamente 60,2% da totalidade de nossas ações preferenciais. Os Acionistas Vendedores estão ofertando conjuntamente 5.299.965 Ações, no âmbito da distribuição secundária.

Ações adquiridas pelo nosso Acionista Controlador

Nos últimos 5 anos, nosso Acionista Controlador realizou as seguintes operações com ações ordinárias de nosso capital social.

Data	Transação	Quantidade de Ações	Custo Unitário (R$)	Total da Aquisição (R$)
24/04/2001	Herança[1] de Leopoldina Saraiva	738.561	0	0
31/07/2003	Doação[1] de Henriqueta Fonseca Saraiva	883.691	0	0
06/01/2006	Bonificação de Ações da Editora	460.607	0	0
		1.344.298	**0**	**0**

[1] Herança e doação ocorridas com reserva de usufruto, sendo que a propriedade integral dessas ações passou ao Acionista Controlador em 20 de julho de 2005.

XIX. OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Editora controla 99,91% da Livraria. As transações relevantes entre as partes relacionadas compreendem operações comerciais de compra, venda e empréstimo de mútuo A Editora vende livros para a Livraria, que, em 2005, foi responsável por aproximadamente 3,9% das vendas da Editora. Não há nenhum contrato de fornecimento formalmente firmado entre a Editora e a Livraria, mas os negócios realizados entre as mesmas observam condições normais de mercado. A Editora e a Livraria celebraram um contrato de mútuo em 2004, cujo saldo remanescente foi liquidado no exercício de 2006 conforme disposição contratual.

Para maiores informações sobre operações entre partes relacionadas realizadas em 31 de dezembro de 2005 e 2004, vide Seção *"XVI. Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais – Contratos de Financiamento"* e Nota 12 às nossas demonstrações financeiras consolidadas anexas ao presente Prospecto no Anexo "D".

XX. DESCRIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Geral

Nossa denominação social é Saraiva S.A. Livreiros Editores e nossa sede social está localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. Estamos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 3530002530-0 e perante a CVM como companhia aberta sob o nº 01047-2.

Após o término da Oferta Global, o nosso capital social será constituído de 9.622.313 ações ordinárias e 18.973.810 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2005, o nosso capital social era de R$ 46.405.000,00, totalmente integralizado, dividido em 9.622.313 ações ordinárias e 15.973.810 preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. De acordo com o nosso Estatuto Social, por deliberação do Conselho de Administração, nosso capital social poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, em até mais 4.000.000 de ações. Os nossos acionistas deverão aprovar em Assembléia Geral qualquer aumento de capital que exceda o limite do capital autorizado acima mencionado.

Histórico do Capital Social

Em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005 o nosso capital social era, respectivamente, de R$ 39.721.000,00, R$ 41.977.000,00 e R$ 46.405.000,00.

Em 06 de janeiro de 2006, a Assembléia Geral Extraordinária da Companhia aprovou proposta de bonificação mediante a capitalização de reservas, com a atribuição de 2.326.920 ações preferenciais aos titulares de ações ordinárias e/ou preferenciais, na proporção de 0,10 ação preferencial para cada ação ordinária ou preferencial detida no encerramento do pregão da BOVESPA naquela data. A bonificação decorreu da capitalização de R$ 35.369.184,00, sendo R$ 21.421.882,10 provenientes da reserva de lucros e R$ 13.947.301,90 provenientes da reserva de capital.

Em 20 de março de 2006, celebramos um contrato com a BOVESPA regulando o nosso ingresso no Nível 2 de Governança Corporativa, que entrou em vigor na data da Assembléia Geral Ordinária de 06 de abril de 2006, a qual, por sua vez, elegeu os membros do nosso Conselho de Administração, incluindo um Conselheiro Independente, de modo a dar atendimento às exigências do Regulamento do Nível 2. O início da negociação das nossas ações no Nível 2 de Governança Corporativa ocorreu no dia útil seguinte a essa Assembléia Geral de acionistas, ou seja, em 07 de abril de 2006.

Ações em Tesouraria

Nós temos 365.750 Ações em tesouraria, adquiridas com base no programa de recompra de nossas Ações lançado em 2002. Tal programa, que possibilitava a aquisição de até 500 mil Ações e tinha vigência de 3 meses, foi aprovado pelo Conselho de Administração em 21 de agosto de 2002, tendo em vista a conjuntura econômica nacional e mundial, e fatos relacionados a movimentações de todas as bolsas de valores, bem como a cotação da própria ação da Editora à época. As Ações foram adquiridas mediante aplicação de recursos disponíveis em caixa.

Em 22 de setembro de 2005, nosso Conselho autorizou a Diretoria a proceder, a seu critério, a aquisição de até 500 mil Ações, até 23 de setembro de 2006, representando até 3,66% das ações em circulação. Até a presente data, nenhuma Ação foi adquirida no âmbito desse programa.

Objeto Social

Nosso objeto social, definido no artigo 3º do nosso Estatuto Social, consiste na edição, indústria e comércio de livros e publicações em geral; a compra e venda de artigos de papelaria, utensílios e materiais de escritório, artigos escolares, brinquedos e produtos afins, CD-ROMs, gravações de áudio e vídeo, equipamentos eletrônicos, computadores e seus programas, artigos e equipamentos de fotografia, bem como serviço de processamento de material fotográfico, além de serviços de lanchonete; a organização, sistematização, recepção e transmissão, e arquivamento de dados, informações e textos, e sua comercialização, no País e no exterior, sobretudo mediante transmissão por meios elétricos, eletrônicos,

óticos e magnéticos, bem como o comércio de equipamentos, acessórios e componentes necessários à utilização desses produtos, além da criação de outros programas correlatos; a importação e exportação dos produtos e serviços abrangidos no objeto social; e a participação em outras sociedades na qualidade de sócia, acionista ou quotista.

Direitos das Ações

Cada ação ordinária confere ao respectivo titular direito a um voto nas nossas Assembléias Gerais Ordinárias e Assembléias Gerais Extraordinárias.

Nossas ações preferenciais não têm direito a voto nas deliberações da Assembléia Geral, exceto conforme disposto na Lei da Sociedade por Ações, no nosso Estatuto Social e quanto às seguintes matérias, enquanto estivermos listados no Nível 2 da BOVESPA:

- a transformação, incorporação, cisão e fusão envolvendo diretamente a Companhia;
- aprovação de contratos entre a Companhia e seu Acionista Controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em nossa Assembléia Geral de acionistas;
- avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia;
- nomeação de empresa especializada para avaliação do valor econômico de ações de emissão da Companhia, para fins de oferta pública de aquisição de ações a ser realizada para o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, para a descontinuidade pela Companhia das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Nível 2 da BOVESPA, ou para a reorganização societária da qual a companhia resultante não seja classificada como detentora do padrão de governança corporativa Nível 2; e
- alteração ou modificação de dispositivos no nosso Estatuto Social que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do Regulamento do Nível 2, ressalvado que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Adesão ao Nível 2.

Para maiores informações, vide Seção *"III. Informações sobre a Oferta Global – Direitos, Vantagens e Restrições das Ações"*.

Constituem, ainda, direitos ou vantagens assegurados aos acionistas titulares de ações preferenciais, dentre outros: (i) direito de serem incluídas em oferta pública em decorrência de alienação de nosso controle, de modo a assegurar a seus titulares preço igual a pelo menos 90% do valor pago por ação integrante do bloco de controle; (ii) direito a dividendos iguais aos atribuídos às ações ordinárias, ou seja, dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e o saldo do lucro líquido do exercício que remanescer após as destinações estabelecidas na referida lei e no nosso Estatuto Social; e (iii) a participação na distribuição de ações bonificadas provenientes de capitalização de reservas, lucros acumulados e de quaisquer outros fundos, em igualdade de condições com titulares de ações ordinárias.

Exceto em situações específicas, previstas na Lei das Sociedades por Ações e em *"- Direito de Preferência"* abaixo, os titulares das Ações têm o direito de participar dos aumentos do nosso capital social, na proporção das ações detidas por cada um.

Opções

Até a data do presente Prospecto, não foi concedida qualquer opção de compra de ações.

Outros Valores Mobiliários

Com exceção das ações do nosso capital social, não emitimos outros valores mobiliários. No Estatuto Social a ser aprovado em 27 de março de 2006, o nosso capital autorizado será de 4.000.000 de Ações.

Acordos de Acionistas

Até a data do presente Prospecto não havia qualquer acordo firmado entre os acionistas da Companhia.

Assembléias Gerais

Nas Assembléias Gerais regularmente convocadas e instaladas, nossos acionistas estão autorizados a decidir sobre todos os negócios relativos ao nosso objeto e a tomar todas as deliberações que julgarem convenientes aos nossos interesses. Compete exclusivamente aos nossos acionistas aprovar, em Assembléia Geral Ordinária, as nossas demonstrações financeiras, e deliberar sobre a destinação do nosso lucro líquido e o pagamento de dividendos relativos ao exercício social imediatamente anterior.

Nossos conselheiros são, em regra, eleitos em Assembléias Gerais Ordinárias, ainda que de acordo com a Lei das Sociedades por Ações eles possam ser eleitos em Assembléia Geral Extraordinária. Os membros do Conselho Fiscal, na hipótese em que a sua instalação tenha sido solicitada por número suficiente de acionistas, podem ser eleitos em qualquer Assembléia Geral.

Uma Assembléia Geral Extraordinária pode ser realizada ao mesmo tempo que a Assembléia Geral Ordinária. Compete aos nossos acionistas decidir em Assembléia Geral, exclusivamente, sobre as matérias abaixo, sem prejuízo de outras matérias de sua competência:

(i) reforma do nosso Estatuto Social;
(ii) eleição e destituição dos membros do nosso Conselho de Administração;
(iii) fixação dos honorários globais dos membros do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria, assim como da remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado;
(iv) aprovação da participação global dos administradores nos lucros do exercício;
(v) atribuição de bonificações em ações;
(vi) desdobramentos de ações de nossa emissão;
(vii) aprovação de planos de opção de compra de ações;
(viii) tomada das contas dos administradores e deliberação sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
(ix) destinação do lucro líquido do exercício e pagamento de dividendos, de acordo com proposta apresentada pela nossa administração;
(x) eleição do liquidante, bem como dos membros do Conselho Fiscal, o qual deverá funcionar no período de liquidação;
(xi) aprovação da descontinuidade do Nível 2 de Governança Corporativa;
(xii) emissão de debêntures conversíveis e/ou com garantia real de nossa emissão;
(xiii) suspensão do exercício dos direitos de acionista que deixou de cumprir obrigação prevista em lei ou em nosso Estatuto Social;
(xiv) avaliação de bens através dos quais um acionista pretende subscrever ações do nosso capital social;
(xv) nossa transformação em uma sociedade limitada ou qualquer outra forma prevista na legislação societária; (xvi) nossa fusão, incorporação em outra sociedade ou cisão;
(xvi) nossa dissolução e liquidação, eleição e destituição dos liquidantes, bem como aprovação das contas por estes apresentadas; e
(xvii) autorização para que nossos administradores confessem nossa falência ou requeiram nossa recuperação judicial ou extrajudicial.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o nosso Estatuto Social e as deliberações aprovadas em assembléia geral não podem privar os nossos acionistas dos seguintes direitos:

(i) direito de votar nas assembléias gerais;
(ii) direito de participar na distribuição dos lucros;
(iii) direito de participar, na proporção da sua participação no nosso capital social, na distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese da nossa liquidação;
(iv) direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações descritas em *"- Direito de Preferência"*; e
(v) direito de retirar-se da nossa Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações, conforme descrito em *"- Direito de Retirada e Resgate"*.

Quorum

Como regra geral, a Lei das Sociedades por Ações prevê que a assembléia geral será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas que detenham, pelo menos, 25% do capital social com direito a voto e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas titulares de ações com direito a voto. Caso os acionistas tenham sido convocados para deliberar sobre a reforma do nosso Estatuto Social, o quorum de instalação em primeira convocação será de pelo menos dois terços das Ações e, em segunda convocação, de qualquer número de acionistas.

De modo geral, a aprovação de acionistas que comparecerem pessoalmente ou por meio de procurador a uma assembléia geral, e que representem no mínimo a maioria das ações ordinárias, é necessária para a aprovação de qualquer matéria, sendo que as abstenções não são levadas em conta para efeito deste cálculo. A aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, das ações ordinárias é necessária para a aprovação das seguintes matérias:

(i) redução do dividendo mínimo obrigatório a ser distribuído aos nossos acionistas;
(ii) mudança do nosso objeto social;
(iii) nossa fusão ou incorporação em outra sociedade;
(iv) nossa cisão;
(v) nossa participação em um grupo de sociedades (conforme definido da Lei das Sociedades por Ações);
(vi) cessação do nosso estado de liquidação;
(vii) nossa dissolução; e
(viii) incorporação de todas as nossas ações por outra sociedade brasileira, de modo a nos tornarmos uma subsidiária integral da mesma.

Convocação

A Lei das Sociedades por Ações exige que todas as nossas assembléias gerais sejam convocadas mediante três publicações no Diário Oficial do Estado de São Paulo, veículo oficial do Governo do Estado de São Paulo, bem como em outro jornal de grande circulação (atualmente utilizamos o jornal Gazeta Mercantil – Região de São Paulo). A primeira convocação deve ser feita, no mínimo, 15 dias antes da realização da assembléia geral, e a segunda convocação deve ser feita com oito dias de antecedência. A CVM poderá, todavia, a pedido de qualquer acionista e ouvida a nossa Companhia, em determinadas circunstâncias, prorrogar a data da Assembléias Geral para que seja feita em até 30 dias antes da data de convocação.

Local da Realização de Assembléia Geral

Nossas Assembléias Gerais são realizadas no edifício da Diretoria, localizado na Rua Edgar Theotônio Santana, 206, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo. A Lei das Sociedades por Ações permite que nossas Assembléias Gerais sejam realizadas fora de nossa sede, nas hipóteses de força maior, desde que elas sejam realizadas na Cidade de São Paulo e a respectiva convocação contenha uma indicação expressa e inequívoca do local em que a Assembléia Geral deverá ocorrer.

Competência para Convocar Assembléias Gerais

Compete, ordinariamente, ao nosso Conselho de Administração convocar as Assembléias Gerais, ainda que as mesmas possam ser convocadas pelas seguintes pessoas ou órgãos:

(i) qualquer acionista, quando nossos administradores retardarem a convocação por mais de 60 dias da data em que deveriam tê-la realizado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações;
(ii) acionistas que representem 5%, no mínimo, do nosso capital social, caso nossos administradores deixem de convocar, no prazo de oito dias, uma assembléia solicitada por tais acionistas, através de pedido que apresente as matérias a serem tratadas e esteja devidamente fundamentado;
(iii) acionistas que representem 5%, no mínimo, do nosso capital social quando nossos administradores não atenderem, no prazo de oito dias, um pedido de convocação de assembléia que tenha como finalidade a instalação do Conselho Fiscal; e

(iv) Conselho Fiscal, quando instalado, caso os órgãos da administração retardarem a convocação da Assembléia Geral Ordinária por mais de um mês da data prevista para a sua realização; o Conselho Fiscal, quando instalado, poderá, ainda, convocar Assembléia Geral Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes a serem tratados.

Legitimação e Representação

Os acionistas presentes à Assembléia Geral deverão provar a sua qualidade de acionista e sua titularidade das ações com relação às quais pretendem exercer o direito de voto.

Nossos acionistas podem ser representados na Assembléia Geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja nosso acionista, nosso administrador ou advogado, ou ainda por uma instituição financeira. Fundos de investimento devem ser representados pelo seu administrador.

Conselho de Administração

Eleição

De acordo com o Estatuto Social objeto da deliberação de 27 de março de 2006, nosso Conselho de Administração será composto de, no mínimo 5 e, no máximo, 7 membros, sendo um deles denominado Presidente, um Vice-Presidente e os demais denominados simplesmente Conselheiros. O número dos membros do Conselho de Administração será definido nas Assembléias Gerais pelo voto majoritário dos titulares das nossas Ações. A Lei das Sociedades por Ações permite a adoção do processo de voto múltiplo, mediante requerimento por acionistas representando, no mínimo, 5% do nosso capital votante.

Segundo o Regulamento do Nível 2, que entrou em vigor em 06 de abril de 2006, no mínimo, 20% dos membros do nosso Conselho de Administração devem ser Conselheiros Independentes. Para maiores informações vide a Seção *"XXII. Práticas de Governança Corporativa – Conselho de Administração".*

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, cada conselheiro deve ser titular de, pelo menos, uma ação de nossa emissão. Nossos conselheiros não estão sujeitos a aposentadoria obrigatória por idade.

Operações nas Quais os Conselheiros tenham Interesse

A Lei das Sociedades por Ações proíbe o membro do Conselho de Administração de:

(i) realizar qualquer ato de liberdade às custas da companhia, bem como tomar por empréstimo recursos ou bens da companhia ou usar, em proveito próprio, de sociedade em que tenha interesse ou de terceiros, os seus bens, serviços ou crédito, sem prévia autorização da Assembléia Geral ou do Conselho de Administração;
(ii) receber, em razão do exercício de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização estatutária ou concedida através de Assembléia Geral; e
(iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais administradores da companhia.

Direito de Retirada e Resgate

Direito de Retirada

Qualquer um de nossos acionistas dissidente de certas deliberações tomadas em Assembléia Geral poderá retirar-se da nossa Companhia, mediante o reembolso do valor de suas ações, com base no valor patrimonial.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o direito de retirada poderá ser exercido, dentre outras, nas seguintes circunstâncias:

(i) nossa cisão (em situações específicas, conforme descritas no parágrafo abaixo);
(ii) redução do dividendo mínimo obrigatório a ser distribuído aos nossos acionistas;

(iii) mudança do nosso objeto social;
(iv) nossa fusão ou incorporação em outra sociedade (em situações específicas, conforme descritas no parágrafo abaixo);
(v) nossa participação em um grupo de sociedades (conforme definido na Lei das Sociedades por Ações, e em situações específicas, conforme descritas abaixo);
(vi) nossa transformação societária;
(vii) incorporação de todas as nossas ações por outra sociedade brasileira, de modo a nos tornar uma subsidiária integral da mesma; e
(viii) aquisição do controle de outra sociedade por um preço que exceda determinados limites previstos em lei.

A Lei das Sociedades por Ações estabelece que a nossa cisão somente ensejará direito de retirada nos casos em que ela ocasionar:

(i) a mudança do nosso objeto, salvo quando o patrimônio cindido for vertido para sociedade cuja atividade preponderante coincida com a decorrente do nosso objeto social;
(ii) a redução do dividendo mínimo obrigatório a ser distribuído aos nossos acionistas; ou
(iii) a nossa participação em um grupo de sociedades (conforme definido na Lei das Sociedades por Ações).

Caso ocorra a (i) nossa fusão ou incorporação em outra companhia; ou (ii) nossa participação em um grupo de sociedades (conforme definido na Lei das Sociedades por Ações), nossos acionistas não terão direito de retirada caso as ações (por espécie) tenham as seguintes características: (a) liquidez, ou seja, integrem o índice geral da BOVESPA ou o índice de qualquer outra bolsa, conforme definido pela CVM; e (b) dispersão no mercado, de forma que o nosso Acionista Controlador, a sociedade controladora ou outras sociedades sob seu controle detenham menos da metade das nossas ações (por espécie).

O direito de retirada deverá ser exercido no prazo de 30 dias, contados da publicação da ata da Assembléia Geral que tiver aprovado o ato que deu origem ao recesso. Adicionalmente, os acionistas em assembléia têm o direito de reconsiderar (por maioria dos presentes) qualquer deliberação que tenha ensejado direito de retirada após convocação de nosso Conselho de Administração no prazo de até dez dias subseqüentes ao término do prazo de exercício desse direito, se entenderem que o pagamento do preço do reembolso das ações aos acionistas dissidentes colocaria em risco nossa estabilidade financeira.

No caso de exercício do direito de retirada, os nossos acionistas terão o direito de receber o valor patrimonial de suas ações, com base no nosso último balanço aprovado pela assembléia geral. Se, todavia, a deliberação que ensejou o direito de retirada tiver ocorrido mais de 60 dias depois da data do último balanço aprovado, o acionista poderá solicitar, juntamente com o reembolso, o levantamento de balanço especial em data que atenda tal prazo, para avaliação do valor patrimonial de suas ações.

Neste caso, devemos pagar imediatamente 80,0% do valor de reembolso calculado com base no último balanço aprovado por nossos acionistas, e o saldo no prazo de 120 dias a contar da data da deliberação da Assembléia Geral.

Resgate

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nossas ações podem ser resgatadas mediante determinação dos nossos acionistas em Assembléia Geral Extraordinária. O resgate deve ser feito por sorteio se não atingir a totalidade da respectiva classe.

Registro de Nossas Ações

Nossas Ações são mantidas sob a forma escritural no Banco Itaú S.A. A transferência de nossas ações é realizada por meio de um lançamento pelo Banco Itaú S.A. em seus sistemas de registro a débito da conta das ações do alienante e a crédito da conta das ações do adquirente, mediante ordem por escrito do alienante ou mediante ordem ou autorização judicial.

Direito de Preferência

Exceto conforme descrito no parágrafo abaixo, nossos acionistas possuem direito de preferência na subscrição de ações em qualquer aumento de capital, na proporção de sua participação acionária, à época do referido aumento de capital. Nossos acionistas também possuem direitos de preferência na subscrição de debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição. Concede-se prazo não inferior a 30 dias contados da publicação do aviso aos acionistas referente ao aumento de capital, para o exercício do direito de preferência, sendo que este direito pode ser alienado pelo acionista.

Contudo, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o nosso Estatuto Social, o nosso Conselho de Administração poderá excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo do exercício do direito de preferência dos nossos acionistas, nos aumentos de capital mediante emissões de ações, dentro do limite do capital autorizado e, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública ou através de permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle.

Negociação de Valores Mobiliários de Nossa Emissão pelo nosso Acionista Controlador, nossos Conselheiros e Diretores e pela nossa Companhia

Estamos sujeitos às regras estabelecidas na Instrução CVM 358, quanto à negociação de valores mobiliários de nossa emissão. Sendo assim, a nossa Companhia, nosso Acionista Controlador, membros do nosso Conselho de Administração, nossos diretores e membros do nosso Conselho Fiscal, quando instalado, membros dos nossos comitês e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária (considerados "*insiders*" para efeito da Lei do Mercado de Valores Mobiliários) são vedados de negociar valores mobiliários de nossa emissão, incluindo operações com derivativos que envolvam valores mobiliários de emissão da nossa Companhia, nas seguintes condições:

(i) antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante ocorrido nos nossos negócios;
(ii) que se afastarem de cargos na nossa administração anteriormente à divulgação de informações relevantes relativas à nossa Companhia, originadas durante o seu período de gestão, estendendo-se a proibição de negociação (i) por um período de seis meses a contar da data em que tais pessoas se afastaram de seus cargos, ou (ii) até a divulgação do fato relevante ao mercado, salvo se a negociação puder interferir nas condições dos referidos negócios, em prejuízo da nossa Companhia ou dos nossos acionistas;
(iii) sempre que estiver em curso processo de aquisição ou venda de ações de nossa emissão, nossas controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim, bem como se existir a intenção de promover a nossa incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária;
(iv) durante o período de 15 dias anteriores à divulgação de nossas informações trimestrais (ITR) e anuais (IAN e DFP) exigidas pela CVM; e
(v) relativamente ao nosso Acionista Controlador, membros do nosso Conselho de Administração e diretores, sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de nossa emissão pela própria Companhia, ou por qualquer uma das nossas controladas, coligadas ou outra companhia sob controle comum ao nosso.

Além do disposto acima, nós, nossos administradores e os Acionistas Vendedores celebraremos acordos de restrição à venda de Ações, por meio dos quais concordaremos, sujeitos a algumas exceções, em não emitir, oferecer, vender, contratar a venda ou das em garantia ou de outra forma alienar, direta ou indiretamente, dentro de até 180 dias contados da data do Prospecto Definitivo, qualquer Ação, qualquer valor mobiliário conversível em, ou que represente um direito de receber Ações (incluindo, mas sem limitação, *GDSs*).

Operações de Compra de Ações de Nossa Própria Emissão

Nosso Estatuto Social autoriza o nosso Conselho de Administração a aprovar a compra, pela nossa Companhia, de ações de nossa própria emissão. A decisão de comprar ações de nossa própria emissão para manutenção em tesouraria ou para cancelamento não pode, dentre outras coisas:

(i) resultar na redução do nosso capital social;
(ii) requerer a utilização de recursos superiores ao saldo de lucros ou reservas disponíveis, exceto a reserva legal (conforme definidos na regulamentação aplicável), constantes do último balanço;

(iii) criar por ação ou omissão, direta ou indiretamente, condições artificiais de demanda, oferta ou preço das ações ou envolver práticas não eqüitativas;
(iv) ter por objeto ações não integralizadas ou pertencentes ao nosso Acionista Controlador; ou
(v) ocorrer, enquanto estiver em curso oferta pública de aquisição das nossas ações.

Não podemos manter em tesouraria mais do que 10% da totalidade das ações de nossa emissão (por espécie), excluídas as ações de titularidade do nosso Acionista Controlador, incluindo as ações detidas por nossas subsidiárias e coligadas.

Qualquer compra de ações de nossa emissão pela Companhia deve ser realizada em bolsa, não podendo tal compra ser feita por meio de operações privadas ou por preço igual ou inferior ao valor de mercado, exceto se previamente aprovada pela CVM. Podemos também comprar ações de nossa emissão na hipótese de deixarmos de ser uma companhia aberta. Adicionalmente, podemos comprar ou emitir opções de compra ou de venda das ações de nossa emissão. Em 22 de setembro de 2005, nosso Conselho autorizou a Diretoria a proceder, ao seu critério, a aquisição de até 500.000 Ações, até 23 de setembro de 2006, representando até 3,66% das ações em circulação.

Divulgação de Informações

Como somos uma companhia aberta, devemos atender às exigências relativas à divulgação, previstas na Lei das Sociedades por Ações e nos normativos expedidos pela CVM. Ainda, em função da listagem das nossas ações no Nível 2 de Governança Corporativa da BOVESPA, devemos seguir, também, as exigências relativas à divulgação contidas no Regulamento do Nível 2.

Divulgação de Informações Eventuais e Periódicas

A Lei do Mercado de Valores Mobiliários e a Instrução CVM 358 estabelecem que uma companhia aberta deve fornecer à CVM e à BOVESPA determinadas informações periódicas, que incluem as informações anuais, as informações trimestrais e os relatórios trimestrais da administração e dos auditores independentes. Essa lei prevê também a obrigação de arquivarmos na CVM acordos de acionistas e avisos de convocação de Assembléias Gerais, bem como as atas dessas assembléias.

Além dos requisitos de divulgação da legislação societária e da CVM, devemos, conforme previsto no Regulamento do Nível 2, no máximo seis meses após a obtenção de autorização para negociar no Nível 2 de Governança Corporativa, apresentar demonstrações financeiras consolidadas após o término de cada trimestre (excetuado o último) e de cada exercício social, incluindo a demonstração de fluxo de caixa que deverá indicar, no mínimo, as alterações ocorridas no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregados em fluxos operacionais, financiamentos e investimentos.

O Regulamento do Nível 2 prevê também que, no máximo 4 meses após o encerramento de cada exercício social, deveremos, adicionalmente ao previsto na legislação vigente, (i) elaborar demonstrações financeiras ou demonstrações consolidadas, conforme previsto nos padrões internacionais IFRS ou US GAAP, em reais ou dólares americanos, que deverão ser divulgadas na íntegra, em inglês, acompanhadas do relatório da administração, de notas explicativas, que informem inclusive o lucro líquido e o patrimônio líquido apurados ao final do exercício segundo os princípios contábeis brasileiros e a proposta de destinação do resultado, e do parecer dos auditores independentes; ou (ii) divulgar, em inglês, a íntegra das demonstrações financeiras, relatório da administração e notas explicativas, elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, acompanhadas de nota explicativa adicional que demonstre a conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido apurados segundo os critérios contábeis brasileiros e segundo os padrões IFRS ou US GAAP, conforme o caso, evidenciando as principais diferenças entre os critérios contábeis aplicados, e do parecer dos auditores independentes. Os auditores independentes por nós contratados, além de serem registrados na CVM, deverão possuir experiência comprovada no exame das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com os padrões internacionais IFRS ou US GAAP, conforme o caso, sendo que nós devemos responder pelo atendimento dessa formalidade.

Ainda segundo o Regulamento do Nível 2, a Companhia deve enviar à BOVESPA e divulgar informações de todo qualquer contrato celebrado entre a Companhia e suas controladas, coligadas, seus administradores, seu Acionista Controlador, e, ainda, entre a Companhia e sociedades controladas e coligadas dos administradores e do Acionista Controlador, assim como com outras sociedades que com qualquer dessas pessoas integre um mesmo grupo de fato ou direito, sempre que for atingido, num único contrato ou em contratos sucessivos, com ou sem o mesmo fim, em qualquer

período de um ano, valor igual ou superior a R$ 200 mil, ou valor igual ou superior a 1% sobre o patrimônio líquido da Companhia, considerando o maior.

Divulgação de Informações Trimestrais

Em suas Informações Trimestrais – ITR, além das informações exigidas pela legislação aplicável, uma companhia listada no Nível 2 de Governança Corporativa, como nós, deverá: (i) apresentar o balanço patrimonial consolidado, demonstração de resultado consolidado, e comentário de desempenho consolidado, caso a companhia esteja obrigada a apresentar demonstrações consolidadas ao fim do exercício social; (ii) informar a posição acionária de todo aquele que detiver mais de 5% das ações de cada espécie e classe do capital social da companhia, de forma direta ou indireta, até o nível da pessoa física; (iii) informar de forma consolidada a quantidade e características dos valores mobiliários de emissão da companhia de que sejam titulares, direta ou indiretamente, o acionista controlador, os administradores e os membros do Conselho Fiscal, se instalado; (iv) informar a evolução da participação do acionista controlador, dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se instalado, em relação aos respectivos valores mobiliários, nos 12 meses imediatamente anteriores; (v) incluir em notas explicativas a demonstração de fluxo de caixa; (vi) informar a quantidade de ações em circulação e sua porcentagem em relação ao total de ações emitidas; e (vii) informar sobre a cláusula compromissória de arbitragem.

As informações previstas no segundo, terceiro, quarto, sexto e sétimo itens acima deverão ser incluídas na Seção *"Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes"* das Informações Trimestrais – ITR, bem como as informações previstas no terceiro, quarto e sétimo itens acima deverão ser incluídas nas Informações Anuais – IAN da Companhia, na Seção *"Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes"*.

As Informações Trimestrais – ITR deverão ser sempre acompanhadas de relatório de revisão especial emitido por auditor independente devidamente registrado na CVM, observando a metodologia especificada nas normas editadas pela última.

A Companhia deverá apresentar a íntegra das Informações Trimestrais – ITR traduzidas para o idioma inglês ou, então, apresentar demonstrações financeiras ou demonstrações consolidadas conforme previsto nos padrões internacionais IFRS ou US GAAP, em no máximo 15 dias após o prazo estabelecido pela legislação para a divulgação das Informações Trimestrais – ITR. As demonstrações financeiras referidas neste parágrafo deverão ser acompanhadas de parecer ou de relatório de revisão especial dos auditores independentes.

Divulgação de Negociação por Acionista Controlador, Membro do Conselho de Administração, Diretor ou Membro do Conselho Fiscal

Nossos administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, ou de qualquer outro órgão técnico ou consultivo devem informar a nós, à CVM e à BOVESPA o número, tipo e a forma de aquisição dos valores mobiliários de emissão da Companhia, das sociedades controladas por nós e das sociedades que detêm nosso controle, que são detidos por eles ou por pessoas próximas a eles, bem como quaisquer alterações nas suas respectivas participações. As informações relativas à aquisição de tais valores mobiliários (como, por exemplo, nome do adquirente, quantidade e característica dos valores mobiliários, preço e data de compra) devem ser fornecidas a nós dentro do prazo de dez dias a contar do final do mês em que tais movimentações ocorreram.

Além disso, as regras do Nível 2 de Governança Corporativa obrigam o nosso Acionista Controlador a divulgar as informações acima à BOVESPA, incluindo informação relativa a derivativos.

De acordo com a Instrução CVM 358, sempre que restar elevada ou reduzida em pelo menos 5% a participação em qualquer espécie de ação de nosso capital social, direta ou indiretamente, por qualquer acionista ou grupo de acionistas, tal acionista ou grupo de acionistas deverá comunicar à BOVESPA e à CVM as seguintes informações: (i) nome e qualificação do adquirente das ações; (ii) objetivo da participação e quantidade visada; (iii) número de ações, bônus de subscrição, bem como de direitos de subscrição de ações e de opções de compra de ações, por espécie e classe, debêntures conversíveis em ações já detidas, direta ou indiretamente, pelo adquirente ou por pessoa a ele ligada; e (iv) indicação de qualquer acordo ou contrato regulando o exercício do direito de voto ou a compra e venda de valores mobiliários de emissão da Companhia.

Divulgação de Ato ou Fato Relevante

A Instrução CVM 358 dispõe sobre a divulgação e uso de informações sobre ato ou fato relevante relativo às companhias abertas, regulando o seguinte: (i) estabelece o conceito de fato relevante, estando incluído nesta definição qualquer decisão de acionista controlador, deliberação de Assembléia Geral ou dos órgãos da administração de companhia aberta, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da companhia, que possa influir de modo ponderável na (a) cotação dos valores mobiliários; (b) decisão de investidores em comprar, vender ou manter tais valores mobiliários; e (c) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerente à condição de titulares de valores mobiliários emitidos pela companhia; (ii) dá exemplos de ato ou fato potencialmente relevante que incluem, entre outros, a assinatura de acordo ou contrato de transferência do controle acionário da companhia, ingresso ou saída de sócio que mantenha com a companhia contrato ou colaboração operacional, financeira, tecnológica ou administrativa, incorporação, fusão ou cisão envolvendo a companhia ou sociedades ligadas; (iii) obriga o diretor de relações com investidores, os acionistas controladores, diretores, membros do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas a comunicar qualquer fato relevante à CVM; (iv) requer a divulgação simultânea de fato relevante em todos os mercados onde a companhia tenha as suas ações listadas para negociação; (v) obriga o adquirente do controle acionário de companhia aberta a divulgar fato relevante, incluindo a sua intenção de cancelar o registro de companhia aberta no prazo de um ano da aquisição; (vi) estabelece regras relativas à divulgação de aquisição ou alienação de participação relevante em companhia aberta; e (vii) restringe o uso de informação privilegiada.

Nos termos da Instrução CVM 358, em circunstâncias excepcionais, podemos submeter à CVM um pedido de tratamento confidencial com relação a um ato ou fato relevante, quando nosso Acionista Controlador ou nossos administradores entenderem que a divulgação colocaria em risco interesse legítimo da nossa Companhia.

Cancelamento do Registro de Companhia Aberta

O cancelamento do registro de companhia aberta só pode ocorrer caso o nosso Acionista Controlador ou a própria companhia realize uma oferta pública de aquisição de todas as ações de sua emissão em circulação, sendo observados os seguintes requisitos: (i) que o preço ofertado seja justo, na forma estabelecida na Lei das Sociedades por Ações e na Instrução CVM 361; e (ii) que os acionistas titulares de mais de dois terços das ações em circulação (conforme definido na Instrução nº 361 da CVM) e que tenham se manifestado sobre o cancelamento, tenham concordado expressamente com o cancelamento do registro ou aceitado a oferta pública.

A Lei das Sociedades por Ações define preço justo como sendo aquele apurado com base nos critérios, adotados de forma isolada ou combinada, de patrimônio líquido contábil, de patrimônio líquido avaliado a preço de mercado, de fluxo de caixa descontado, de comparação por múltiplos, de cotação das nossas ações no mercado ou com base em outro critério aceito pela CVM.

O Regulamento do Nível 2 também estabelece regras aplicáveis ao cancelamento do registro de companhia aberta. Para maiores informações vide Seção "XXII. *Práticas de Governança Corporativa – Cancelamento de Registro da Companhia*".

Alienação de Controle

Conforme estipulado no Regulamento do Nível 2 e em nosso Estatuto Social, a alienação do nosso poder de controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente, no Regulamento do Nível 2 e no nosso Estatuto Social, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário ao acionista controlador alienante.

Não obstante o acima exposto, nosso Estatuto Social ressalva expressamente que:

(i) a negociação de ações de controle entre o nosso Acionista Controlador e seus herdeiros necessários e, ainda, entre esses herdeiros, desde que eles exerçam o poder de controle sobre a Companhia, mesmo que implique a consolidação do poder de controle em apenas um acionista, não constitui alienação do poder de controle, não dando causa, portanto, a obrigação de realizar oferta pública;

(ji) no caso de alienações pertencentes a um ou mais acionistas que exerçam o poder de controle a terceiro(s), a oferta pública somente será exigida a partir da alienação do número de ações necessário ao exercício do poder de controle; e

(iii) não caracterizam alienação do poder de controle: (a) a integralização, com ações da Companhia, de capital social de sociedade que em função dessa integralização torne-se controladora da Companhia e seja controlada pelo Acionista Controlador; (b) redução do capital social da referida sociedade controladora, com devolução das ações, ou dissolução dessa sociedade, ou, ainda, no caso de cisão dessa sociedade, desde que as sociedades resultantes, às quais tenha sido atribuída a titularidade das ações ordinárias da Companhia, sejam integradas apenas pelo Acionista Controlador.

A oferta pública aos detentores das ações ordinárias deverá ser realizada por um valor de 100% do valor pago pelas ações de controle e a oferta pública aos detentores das ações preferenciais deverá ser realizada por um valor mínimo de 90% do valor pago pelas ações de controle. A modificação deste dispositivo, no que se refere à oferta pública a ser realizada aos detentores de ações preferenciais, somente poderá ser deliberada pela Assembléia Geral com aprovação prévia de acionistas titulares de mais da metade das ações preferenciais, reunidos em assembléia especial.

A Companhia não registrará qualquer transferência de ações para o comprador do poder de controle ou para o(s) acionista(s) que vier(em) a deter o poder de controle, enquanto esse(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores, conforme previsto no Regulamento do Nível 2.

Para informações adicionais sobre alienação de controle, vide Seção *"XXII. Práticas de Governança Corporativa – Alienação de Controle"* e, na mesma seção *"Aquisição de Controle por Meio de Aquisições Sucessivas"*.

Saída do Nível 2 de Governança Corporativa

Vide Seção *"XXII. Práticas de Governança Corporativa – Saída do Nível 2"*.

XXI. DIVIDENDOS E POLÍTICA DE DIVIDENDOS

Valores Disponíveis para Distribuição

Em cada Assembléia Geral Ordinária, o nosso Conselho de Administração deverá fazer uma recomendação sobre a destinação do lucro líquido do exercício social anterior, que será objeto de deliberação por nossos acionistas. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido é definido como o resultado do exercício deduzidos os prejuízos acumulados de exercícios sociais anteriores, a provisão para o imposto sobre a renda, a provisão para CSLL e quaisquer valores destinados ao pagamento de participações estatutárias de empregados e administradores.

Em linha com a Lei das Sociedades por Ações, nosso Estatuto Social prevê que os valores disponíveis para distribuição de dividendos aos nossos acionistas deverão corresponder ao resultado que obtivermos em cada exercício social, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, mediante as seguintes alocações:

(i) dedução de prejuízos acumulados e da provisão para imposto de renda e CSLL;
(ii) 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, para dividendo obrigatório;
(iii) pagamento de participações aos administradores, observado o disposto na Lei das Sociedades por Ações;
(iv) 5% para a nossa reserva legal, enquanto não alcançado o limite de 20% do capital social, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações;
(v) reserva para futuro aumento de capital, destinada a garantir a capitalização da Companhia, a qual não excederá, em nenhum exercício, o capital social realizado;
(vi) reserva para contingências, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;
(vii) reserva de retenção de lucros, de acordo com orçamento aprovado em Assembléia Geral, que não poderá exceder, em nenhum exercício, o capital social realizado;
(viii) reserva de lucros a realizar, nos termos do artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações;
(ix) o remanescente será distribuído como dividendo adicional aos nossos acionistas.

Nossos cálculos relativos ao lucro líquido e alocações para reservas referentes a qualquer exercício social, bem como aos valores disponíveis para distribuição, são determinados com base em nossas demonstrações financeiras não consolidadas preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Reservas

De acordo com a legislação brasileira, as companhias geralmente apresentam duas principais contas de reservas: as reservas de lucros e as reservas de capital.

Reservas de Lucros

Nossas reservas de lucros compreendem a reserva legal, a reserva de lucros a realizar, a reserva para contingências, a reserva de retenção de lucros e a reserva estatutária.

Reserva legal. Estamos obrigados a manter reserva legal, à qual devemos destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social até que o valor da reserva seja igual a 20,0% do nosso capital integralizado. Não obstante, não somos obrigados a fazer qualquer destinação à reserva legal com relação a qualquer exercício social em que a reserva legal, quando acrescida à outras reservas de capital constituídas, exceder 30,0% do nosso capital social. Eventuais prejuízos líquidos poderão ser levados a débito da reserva legal. Os valores a serem alocados à reserva legal devem ser aprovados em assembléia geral e só podem ser utilizados para compensar prejuízos ou aumentar o nosso capital social. Dessa forma, os recursos da reserva legal não são disponíveis para pagamento de dividendos. Em 31 de dezembro de 2005, o saldo da nossa reserva legal era de aproximadamente R$ 9,9 milhões.

Reserva de lucros a realizar. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, no exercício social em que o valor do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido, o excesso poderá ser destinado à constituição de reserva de lucros a realizar. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, considera-se realizada a parcela do lucro líquido do exercício que exceder a soma dos seguintes valores (i) o resultado líquido positivo (se houver) da equivalência patrimonial; e (ii) o lucro, ganho ou rendimento em operações cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte. Os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados e se não tiverem

sido absorvidos por prejuízos em exercícios subseqüentes, deverão ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a sua realização. Em 31 de dezembro de 2005, não havia reservas de lucros a realizar..

Reserva para contingências. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, parte do lucro líquido poderá ser destinada à reserva para contingências com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado. Qualquer valor destinado à reserva para contingências deverá ser revertido no exercício social em que a perda que tenha sido antecipada não venha, de fato, a ocorrer, ou deverá ser baixado na hipótese de a perda antecipada efetivamente ocorrer. A alocação de recursos destinados à reserva para contingências está sujeita à aprovação dos acionistas em assembléia geral. Em 31 de dezembro de 2005, não havia reserva para contingências..

Reserva de retenção de lucros. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a Assembléia Geral poderá deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado. A destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 está sujeita à apreciação da Assembléia Geral Ordinária a realizar-se em abril de 2006. Em 31 de dezembro de 2005, não havia reserva para retenção de lucros.

Reserva estatutária. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nosso Estatuto Social poderá criar reservas para onde poderemos alocar parte do nosso lucro líquido, devendo indicar a finalidade, critério de cálculo e limite máximo da reserva. A alocação dos recursos para reservas estatutárias não poderá ocorrer caso tal alocação afete o pagamento do dividendo mínimo obrigatório. A destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 está sujeita à apreciação da Assembléia Geral Ordinária a realizar-se em abril de 2006. Em 31 de dezembro de 2005, a reserva estutária era de R$ 64,3 milhões..

O saldo das contas de reservas de lucros, com exceção da reserva para contingências e reserva de lucros a realizar, não pode exceder o nosso capital social. Caso isso ocorra, a Assembléia Geral Ordinária deverá decidir se o excedente será utilizado no pagamento de capital subscrito e não integralizado, no aumento e subscrição de capital social ou no pagamento de dividendos. Em 31 de dezembro de 2005, o saldo em questão apresentava um excesso de aproximadamente R$ 29,1 milhões. Será encaminhada à apreciação da Assembléia Geral Ordinária a proposta de aumento de capital, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Reservas de Capital. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, as reservas de capital somente poderão ser utilizadas, dentre outras coisas, para (i) absorção de prejuízos que excedam os lucros acumulados e as reservas de lucros; (ii) resgate, reembolso, ou compra das nossas próprias ações; e (iii) incorporação ao nosso capital social. As parcelas eventualmente destinadas à nossa reserva de capital não são consideradas no cálculo do dividendo mínimo obrigatório. Em 31 de dezembro de 2005, a reserva de capital era de R$ 13,9 milhões.

Pagamento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

A Lei das Sociedades por Ações determina que o estatuto social de uma sociedade anônima brasileira especifique um percentual mínimo do lucro disponível para pagamento aos acionistas, a título de dividendos, em cada exercício social, ainda que ele possa ser pago sob a forma de juros sobre o capital próprio, denominado dividendo mínimo obrigatório.

O dividendo mínimo obrigatório tem como base um percentual do lucro líquido ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, ao invés de um valor monetário fixo por ações. De acordo com o nosso Estatuto Social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, devemos destinar, no mínimo, 25% do nosso lucro líquido ajustado, conforme explicado acima em *"- Valores Disponíveis para Distribuição"*, ao pagamento de dividendos aos nossos acionistas.

De acordo com o nosso Estatuto Social, a Assembléia Geral Ordinária pode determinar o pagamento aos administradores, a título de participação nos lucros, de até 10,0% do resultado do exercício, depois de deduzidos do resultado do exercício os prejuízos acumulados, a provisão para o imposto sobre a renda e a provisão para a CSLL, e de acordo com o critério determinado pelo nosso Conselho de Administração. O pagamento de participação nos lucros aos administradores da Companhia somente poderá ocorrer após o pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos nossos acionistas.

A Lei das Sociedades por Ações permite, entretanto, que uma companhia aberta suspenda a distribuição obrigatória de dividendos, caso o Conselho de Administração informe à Assembléia Geral Ordinária que a distribuição seria

incompatível com a situação financeira da companhia e aos acionistas deliberem não distribuí-los. O Conselho Fiscal, se em funcionamento, deve dar parecer sobre a informação do Conselho de Administração. Nessa hipótese, a nossa Administração deverá encaminhar exposição justificativa para a suspensão à CVM. Os lucros não distribuídos em razão da suspensão na forma acima mencionada serão registrados como reserva especial e, caso não sejam absorvidos por prejuízos em exercícios subseqüentes, deverão ser pagos, a título de dividendos, tão logo a condição financeira da companhia assim o permita. Segundo a Lei das Sociedades por Ações, a assembléia geral de uma Companhia de capital aberto, tal como nós, pode deliberar, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente, pelo pagamento de dividendos em um montante inferior ao dividendo mínimo obrigatório, ou decidir reter o total do lucro líquido, exclusivamente para o pagamento de créditos representados por debêntures vencíveis e que não sejam conversíveis em ações.

O dividendo obrigatório pode ser pago também a título de juros sobre o capital próprio, tratado como despesa dedutível para fins de IRPJ e CSLL.

Dividendos

Somos obrigados pela Lei das Sociedades por Ações e por nosso Estatuto Social a realizar Assembléia Geral Ordinária até 30 de abril de cada exercício social, para deliberar dentre outras coisas, sobre o pagamento de dividendos, que toma por base as demonstrações financeiras auditadas não consolidadas, referentes ao exercício social imediatamente anterior.

Os titulares de ações na data em que o dividendo for declarado farão jus ao recebimento dos dividendos. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o dividendo anual deve ser pago no prazo de 60 dias a contar de sua declaração, a menos que a deliberação de acionistas estabeleça outra data de pagamento. Em qualquer hipótese, o pagamento de dividendos deverá ocorrer antes do encerramento do exercício social em que tenham sido declarados.

Os acionistas têm prazo de três anos, contados da data de pagamento de dividendos, para reclamar dividendos, ou pagamentos de juros sobre o capital próprio, referentes às suas ações, após o qual o valor dos dividendos não reclamados reverterá em nosso favor.

Juros sobre o Capital Próprio

Desde 1º de janeiro de 1996, as sociedades brasileiras estão autorizadas a pagar juros sobre o capital próprio dos seus acionistas e considerar tais pagamentos dedutíveis do lucro para fins de cálculo do IRPJ e, a partir de 1997, também para fins de cálculo da CSLL. A dedução fica, de modo geral, limitada em relação a um determinado exercício, ao que for maior entre (i) 50,0% do nosso lucro líquido (após as deduções de provisões para a CSLL, mas antes de se considerar a provisão para o IRPJ e juros sobre o capital próprio) do período com relação ao qual o pagamento seja efetuado; e (ii) 50,0% de nossos lucros acumulados e reservas de lucros no início do exercício social em relação ao qual o pagamento seja efetuado. Os juros sobre o capital próprio ficam limitados à variação *pro rata die* da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). O valor pago a título de juros sobre o capital próprio, líquido de IRRF, poderá ser imputado como parte do valor do dividendo mínimo obrigatório. De acordo com a legislação aplicável, somos obrigados a pagar aos acionistas valor suficiente para assegurar que a quantia líquida recebida por eles a título de juros sobre o capital próprio, descontado o pagamento do IRRF, acrescida do valor dos dividendos declarados, seja equivalente ao menos ao montante do dividendo mínimo obrigatório.

Qualquer pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas, sejam eles residentes ou não no Brasil, está sujeito ao IRRF à alíquota de 15%, ou seja, sendo que esse percentual será de 25% caso o acionista que receba os juros seja residente em um paraíso fiscal (i.e., um país onde não exista imposto de renda ou que tenha imposto de renda com percentual máximo fixado abaixo de 20,0% ou onde a legislação local imponha restrições à divulgação da composição dos acionistas ou do proprietário do investimento).

De acordo com o artigo 32 da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, as pessoas jurídicas brasileiras que estiverem em débito não garantido para com a União e suas autarquias de previdência e assistência social, por falta de recolhimento de tributos, não poderão distribuir quaisquer bonificações a seus acionistas ou dar ou atribuir participação de lucros a seus sócios ou quotistas, bem como a seus diretores e demais membros de órgãos dirigentes, fiscais ou consultivos.

A multa aplicável à pessoa jurídica que deixar de observar tal determinação é 50,0% sobre o valor distribuído ou pago aos beneficiários, tendo sido recentemente limitada pela Lei nº 11.051, de 29 de dezembro de 2004, ao percentual de 50% do valor do débito de tributo. Devido ao fato de que essa lei foi editada recentemente, não havendo, até o momento, manifestação em âmbito judicial sobre a sua aplicação, não é possível prever se uma eventual interpretação de que tal dispositivo seja aplicável para o pagamento de dividendos prevalecerá nos tribunais do País.

Política de Dividendos

Nós pretendemos declarar e pagar dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, em cada exercício social, no montante de no mínimo de 25% do nosso lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e o nosso Estatuto Social.

A declaração anual de dividendos, incluindo o pagamento de dividendos além do dividendo mínimo obrigatório, exige aprovação em Assembléia Geral Ordinária por maioria de votos de acionistas titulares de nossas ações ordinárias e irá depender de diversos fatores. Dentre estes fatores estão nossos resultados operacionais, condição financeira, necessidades de caixa, perspectivas futuras e outros fatores que nosso Conselho de Administração e acionistas julguem relevantes. Historicamente, temos pago aos nossos acionistas dividendos superiores a 25% do nosso lucro líquido ajustado, sob a forma juros sobre o capital próprio.

A tabela abaixo demonstra as datas e os valores pagos a título de distribuição de dividendos nos anos de 2001 a 2005.

Data da Aprovação pelo Conselho de Administração	Valor em milhares de R$	Valor por Ação (R$)	Data do Crédito
26/01/2005	9.351	0,4076921	31/05/2005
10/03/2004	10.414	0,4540386	31/05/2004
11/12/2002	8.616	0,37488121	30/05/2003
13/03/2002	7.864	0,33797014	25/06/2002
22/02/2001	8.432	0,35972295	25/06/2001

O nosso Estatuto Social, em conformidade com a legislação vigente, fixa o valor mínimo para dividendos em 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Considerando o resultado obtido no exercício, o valor do dividendo mínimo obrigatório foi de R$ 9,5 milhões. Foi proposto o pagamento de dividendos adicionais no montante de R$ 0,9 milhão para aprovação na Assembléia Geral de 2006. Os adquirentes das Ações no âmbito da Oferta Global não farão jus ao pagamento de dividendos adicionais proposto para aprovação na Assembléia Geral de 2006.

O valor bruto total da remuneração aos acionistas soma R$ 11.048.053,86 (R$ 0,43788706/ação, sendo R$ 0,40145920 na forma de juros sobre o capital próprio e R$ 0,03642786 na forma de dividendos), equivale a 27,6% do resultado do exercício e representa um *dividend yield* de 2,8%. Levando-se em conta os últimos 5 anos, a remuneração total distribuída aos acionistas equivale a 47,1% do lucro líquido no período.

O nosso Estatuto Social prevê, ainda, que a Companhia não poderá, salvo se autorizada pela maioria de votos em assembléia especial dos acionistas titulares de ações preferenciais, reter, por mais de quatro trimestres sucessivos, disponibilidade financeira – entendida como a soma dos valores contabilizados sob as rubricas "caixa e bancos" e "aplicações financeiras", subtraída a soma dos valores contabilizados sob as rubricas "empréstimos e financiamentos" do passivo circulante e "empréstimos e financiamentos" do exigível a longo prazo – em quantia superior a 25% do seu ativo total, desde que assim o permita sua situação econômica e financeira. Para fins de aplicação desse dispositivo, serão considerados os valores correspondentes ao último dia de cada trimestre, conforme balanço levantado nas respectivas datas. Dos valores que, em cada trimestre, ultrapassarem o percentual de retenção de disponibilidade financeira, será distribuído como dividendo, ou pago a título de juros sobre o capital, o correspondente ao trimestre de menor excesso de retenção, deduzindo-se desse excesso os dividendos ou juros já declarados e ainda não pagos. Verificada essa hipótese, a regra em tela só voltará a ser aplicada a partir dos quatro trimestres seguintes ao último dos trimestres envolvidos na apuração do excesso de retenção. A distribuição dos dividendos ou o pagamento de juros será feito no exercício social seguinte ao último dos trimestres utilizados para cálculo.

Nosso Estatuto Social determina, outrossim, que a Companhia não poderá, salvo se autorizada por mais da metade dos acionistas titulares de ações preferenciais, constituir subsidiária com o objeto exclusivo de administrar seus próprios recursos.

As regras estatutárias descritas nos dois parágrafos anteriores somente poderão ser modificadas mediante deliberação de nossa Assembléia Geral, com aprovação prévia de acionistas titulares de mais da metade das ações preferenciais, reunidos em assembléia especial.

XXII. PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Essa seção contém informações sobre as práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia, e deve ser analisada conjuntamente com as Seções *"XX. Descrição do Capital Social"*, *"XVII. Administração"* e *"XII. Informações sobre o Mercado"*.

Segundo o IBGC, governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) transparência; (ii) eqüidade; (iii) prestação de contas (*accountability*); e (iv) responsabilidade corporativa.

Pelo princípio da transparência, entende-se que a administração deve cultivar o desejo de informar não só o desempenho econômico-financeiro da companhia, mas também todos os demais fatores (ainda que intangíveis) que norteiam a ação empresarial. Por eqüidade entende-se o tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, colaboradores, clientes, fornecedores ou credores. A *accountability*, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a quem os elegeu, com responsabilidade integral daqueles por todos os atos que praticarem. Por fim, responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com a incorporação de considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em seu Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, nós adotamos, dentre outras, as seguintes:

(i) as ações preferenciais conferem direito de voto aos seus detentores nos seguintes casos: (a) a transformação, incorporação, cisão e fusão envolvendo diretamente a Companhia; (b) aprovação de contratos entre a Companhia e seu Acionista Controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em nossa Assembléia Geral de acionistas; (c) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; (d) nomeação de empresa especializada para avaliação do valor econômico de ações de emissão da Companhia, para fins de oferta pública de aquisição de ações a ser realizada para o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, para a descontinuidade pela Companhia das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Nível 2 da BOVESPA, ou para a reorganização societária da qual a companhia resultante não seja classificada como detentora do padrão de governança corporativa Nível 2; e (e) alteração ou modificação de dispositivos no nosso Estatuto Social que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do Regulamento do Nível 2, ressalvado que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Adesão ao Nível 2;

(ii) manutenção e divulgação de registro contendo a quantidade de ações que cada sócio possui, identificando-os nominalmente;

(iii) contratação de empresa de auditoria independente para análise de seus balanços e demonstrativos financeiros;

(iv) obrigatoriedade na oferta de compra de ações que resulte em transferência do controle societário a todos os sócios e não apenas aos detentores do bloco de controle. Todos os acionistas devem ter a opção de vender suas ações nas mesmas condições. A transferência do controle deve ser feita a preço transparente. No caso de alienação da totalidade do bloco de controle, o adquirente deve dirigir oferta pública a todos os acionistas nas mesmas condições do controlador (t*ag-along*);

(v) previsão estatutária para instalação do Conselho Fiscal;

(vi) clara definição no Estatuto Social da forma de eleição, destituição e tempo de mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria;

(vii) não eleição de conselheiros suplentes;

(viii) transparência na divulgação pública do relatório anual da administração;

(ix) livre acesso às informações e instalações da companhia pelos membros do Conselho de Administração; e

(x) resolução de conflitos que possam surgir entre a Companhia, seus acionistas, seus administradores e membros do Conselho Fiscal, por meio de arbitragem.

A BOVESPA possui três níveis diferentes de práticas de governança corporativa, Nível 1, Nível 2, e Novo Mercado. Eles diferenciam-se pelo grau das exigências destas práticas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo o máximo de práticas de governança corporativa a serem adotadas pela sociedade. Em 06 de fevereiro de 2006, entraram em vigor mudanças realizadas pela BOVESPA nesses três segmentos.

Em 20 de março de 2006, celebramos Contrato de Adesão ao Nível 2 com a BOVESPA, visando a cumprir os requisitos necessários para nos tornarmos uma companhia listada no Nível 2, sendo que esse contrato passou a ter eficácia após a eleição de nossos membros do Conselho de Administração, que teve lugar em 06 de abril de 2006.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração de companhias autorizadas a terem suas ações negociadas no Nível 2 deve ser composto por no mínimo 5 membros, eleitos pela Assembléia Geral de acionistas, com mandato unificado de, no máximo, 2 anos, sendo permitida a reeleição. Segundo o Regulamento do Nível 2, que entrou em vigor em 06 de fevereiro de 2006, no mínimo, 20% dos membros do nosso Conselho de Administração deverão ser conselheiros independentes, sendo considerado como independente aquele que:

(i) não tiver qualquer vínculo conosco, exceto participação no capital,

(ii) não é acionista controlador (conforme definido no Regulamento do Nível 2), cônjuge ou parente até o 2º grau daquele, ou não é ou não foi, nos últimos 3 anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição),

(iii) não foi, nos últimos 3 anos, nosso empregado ou diretor, ou empregado ou diretor dos acionistas controladores ou de sociedade que controlamos,

(iv) não é fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de nossos serviços e/ou produtos, em magnitude que implique perda de independência,

(v) não é funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando nossos serviços e/ou produtos,

(vi) não é cônjuge ou parente até o segundo grau de algum de nossos administradores, ou

(vii) não recebe outra remuneração de nós, além da de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição).

De acordo com o nosso Estatuto Social, nosso Conselho de Administração deverá ter de 5 a 7 membros. Os conselheiros são eleitos em Assembléia Geral de acionistas para um mandato unificado de 1 ano, podendo ser reeleitos e destituídos a qualquer momento por nossos acionistas reunidos em Assembléia Geral de acionistas. Para maiores informações, vide Seção "*XX. Descrição do Capital Social - Conselho de Administração*".

Todos os membros do Conselho de Administração e da Diretoria devem subscrever um Termo de Anuência dos Administradores, condicionando a posse nos respectivos cargos à assinatura desse documento, cuja cópia deve ser remetida imediatamente à BOVESPA. Por meio do Termo de Anuência dos Administradores, nossos administradores responsabilizam-se pessoalmente a agir em conformidade com o Contrato de Adesão ao Nível 2, com o Regulamento de Arbitragem e com o Regulamento do Nível 2.

Conselho Fiscal

Nosso Conselho Fiscal é um órgão independente da nossa administração e da nossa auditoria externa. Do mesmo modo que o Conselho de Administração, os membros do Conselho Fiscal, por meio do Termo de Anuência dos Membros do

Conselho Fiscal, responsabilizam-se pessoalmente a agir em conformidade com o Contrato de Adesão ao Nível 2, com o Regulamento de Arbitragem e com o Regulamento do Nível 2, condicionando a posse nos respectivos cargos à assinatura desse documento, cuja cópia deve ser imediatamente remetida à BOVESPA.

Nosso Conselho Fiscal é de funcionamento não permanente, mas pode ser instalado em qualquer exercício social caso haja requisição por parte de acionistas, nos termos da legislação vigente. Atualmente, nosso Conselho Fiscal não está instalado. Ver Seção *"XVII. Administração - Conselho Fiscal"*.

Percentual Mínimo de Ações em Circulação após Aumento de Capital

O Regulamento do Nível 2 determina que, na ocorrência de um aumento de capital que não tenha sido integralmente subscrito por quem tinha direito de preferência ou que não tenha contado com número suficiente de interessados na respectiva distribuição pública, a subscrição total ou parcial de tal aumento de capital pelo Acionista Controlador obrigá-lo-á a tomar as medidas necessárias para recompor o percentual mínimo de ações em circulação, dentro dos 6 meses subseqüentes à homologação da subscrição.

Alienação do Controle

Estipula o Regulamento do Nível 2 que a alienação do nosso controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente obrigue-se a efetivar oferta pública de aquisição das ações detidas por nossos outros acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Nível 2, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante, devendo ser entregue à BOVESPA declaração contendo o preço e demais condições da operação de alienação do nosso controle.

Essa oferta ainda será exigida (i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha resultar na alienação do nosso controle, e (ii) em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o poder de controle sobre nós, sendo que, nesse caso, o acionista controlador alienante ficará obrigado a declarar à BOVESPA o valor que tiver sido atribuído a nós nessa alienação e anexar documentação que comprove tal valor.

Nos termos do nosso Estatuto Social, o acionista controlador alienante não transferirá a propriedade de suas ações enquanto o comprador não subscrever o Termo de Anuência dos Controladores, que deverá ser submetido imediatamente à BOVESPA.

Aquisição de Controle por meio de Aquisições Sucessivas

Segundo o Regulamento do Nível 2, aquele que já detiver ações de uma companhia e que venha a adquirir o seu controle acionário, em razão de contrato particular de compra e venda de ações celebrado com os acionistas controladores, envolvendo qualquer quantidade de ações, deverá efetivar oferta pública no modelo acima referido, e ressarcir os acionistas de quem tenha comprado ações em bolsa nos 6 meses anteriores à data da alienação de controle, a quem deverá pagar a diferença entre o preço pago ao acionista controlador alienante e o valor pago em bolsa, por ações de nossa emissão nesse período, devidamente atualizado.

Negociações de Valores Mobiliários e seus Derivativos por Acionistas Controladores, Administradores e Membros do Conselho Fiscal

Nosso Acionista Controlador, nossos administradores e membros do nosso Conselho Fiscal devem comunicar à BOVESPA, logo após a aquisição do nosso controle ou a investidura no cargo, conforme o caso, a quantidade e as características dos valores mobiliários de nossa emissão de que sejam titulares, direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos.

Ainda segundo as regras do Regulamento do Nível 2, nosso Acionista Controlador está obrigado a divulgar à BOVESPA: (i) a quantidade e as características dos valores mobiliários de nossa emissão de que seja titular, direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos, e (ii) quaisquer negociações que vierem a ser efetuadas, relativas aos valores mobiliários e seus derivativos, em detalhe, informando-se, inclusive, o preço, no prazo de 10 dias após o término do mês em que se verificar a negociação.

Cancelamento de Registro da Companhia

Conforme as regras do Regulamento do Nível 2 e o nosso Estatuto Social, o cancelamento do registro de companhia aberta exigirá a elaboração de laudo de avaliação de suas ações pelo valor econômico, o qual deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada e satisfazendo os requisitos da lei.

Essa empresa especializada será escolhida em Assembléia Geral de acionistas, pela maioria dos votos dos acionistas representantes das ações em circulação presentes naquela assembléia, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% do total de ações em circulação, ou, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das ações em circulação, sendo que os custos serão suportados pelo ofertante.

O valor econômico das ações, apontados no laudo de avaliação, será o preço mínimo a ser ofertado pelo acionista controlador ou por nós na oferta pública de aquisição de ações para o cancelamento do nosso registro de companhia aberta.

Quando for informada ao mercado a decisão de se proceder ao cancelamento de registro de companhia aberta, o ofertante deverá divulgar o valor máximo por ação ou lote de mil ações pelo qual formulará a oferta pública. A oferta pública ficará condicionada a que o valor apurado no laudo de avaliação não seja superior ao valor divulgado pelo ofertante.

Se o valor econômico das ações for superior ao valor informado pelo ofertante, a decisão de se proceder ao cancelamento do registro de companhia aberta ficará revogada, exceto se o ofertante concordar expressamente em formular a oferta pública pelo valor econômico

No demais, o procedimento para o cancelamento do registro de companhia aberta deve seguir os procedimentos e demais exigências estabelecidas pela legislação vigente, pelas normas editadas pela CVM e pelo Regulamento do Nível 2.

Saída do Nível 2

É permitido a nós descontinuar o exercício das práticas de governança corporativa Nível 2, desde que a saída seja aprovada em Assembléia Geral de acionistas e comunicada à BOVESPA por escrito com antecedência de 30 dias. A saída do Nível 2 não implica a perda da condição de companhia aberta registrada na BOVESPA.

Oferta pelo Acionista Controlador

Quando a saída da Companhia do Nível 2 ocorrer para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Nível 2, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos nossos demais acionistas, no mínimo, pelo respectivo valor econômico, a ser apurado na forma prevista na Seção X do Regulamento do Nível 2, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis. A notícia da realização da oferta pública deverá ser comunicada à BOVESPA e divulgada ao mercado imediatamente após a realização da nossa Assembléia Geral de acionistas que houver aprovado a referida saída.

Reorganização Societária

Caso a descontinuidade do Nível 2 venha a ocorrer em virtude de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não seja admitida para negociação no Nível 2, (i) nós, juntamente com nossos administradores e o nosso Acionista Controlador, deveremos observar as formalidades previstas na Seção XI do Regulamento do Nível 2; (ii) o nosso Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos nossos demais acionistas, no mínimo, pelo respectivo valor econômico das ações, a ser apurada na forma prevista na Seção X do Regulamento do Nível 2, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis. A notícia da realização da oferta pública deve ser comunicada à BOVESPA e divulgada ao mercado imediatamente após a realização da Assembléia Geral de acionistas que houver aprovado a referida reorganização.

Obrigações na Saída

A descontinudade do Nível 2 não nos eximirá, nossos administradores e nosso Acionista Controlador de cumprir as obrigações e atender as exigências decorrentes do Contrato de Adesão ao Nível 2, da cláusula compromissória contida em nosso Estatuto Social, do Regulamento de Arbitragem e do Regulamento do Nível 2 que tenham origem em fatos anteriores à saída.

Alienação de Controle da Companhia após a Saída

A Alienação do nosso controle que ocorrer nos 12 meses subseqüentes à saída do Nível 2 obrigará nossos Acionistas Controladores alienantes e o comprador, conjunta e solidariamente, a oferecer aos demais acionistas a aquisição de suas ações pelo preço e nas condições obtidas pelos Acionistas Controladores alienantes na alienação de suas próprias ações, devidamente atualizado, observando-se as mesmas regras aplicáveis às alienações de controle previstas no Regulamento do Nível 2.

Vedação ao Retorno

Após a descontinuidade do Nível 2, os valores mobiliários da Companhia não poderão retornar a ser negociados no Nível 2 por um período mínimo de 2 anos contados da data em que tiver sido formalizado o desligamento, salvo se tivermos o nosso controle acionário alienado após a formalização de sua saída do Nível 2.

Política de Divulgação de Informações ao Mercado

Possuímos ainda, conforme a Instrução nº 358 da CVM, uma Política de Divulgação de Informações, que consiste na divulgação de informações relevantes e na manutenção de sigilo acerca destas informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público.

Informação relevante consiste em qualquer decisão de acionista controlador, deliberação de Assembléia Geral de acionistas ou dos órgãos de nossa administração, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos nossso negócios, que possa influir de modo ponderável (i) na cotação dos valores mobiliários; (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os valores mobiliários; ou (iii) na determinação de os investidores exercerem quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários.

É de responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores divulgar e comunicar à CVM e às bolsas de valores qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos nossos negócios que seja considerado informação relevante, bem como zelar pela ampla e imediata disseminação da informação relevante nas bolsas de valores e ao público em geral (através de anúncio publicado no jornal, etc.). Para maiores informações, vide Seção *"XX. Descrição do Capital Social – Divulgação de Informações"*.

Arbitragem

Pelo Regulamento do Nível 2, nós, nosso Acionista Controlador, nossos administradores e os membros do nosso Conselho Fiscal devemos resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre nós, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, em nosso Estado Social, nas normas editadas pelo CMN, pelo BACEN e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, Regulamento de Arbitragem e da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Adesão ao Nível 2.

Informações Periódicas

Demonstrações de Fluxos de Caixa

Estipula o Regulamento do Nível 2 que as demonstrações financeiras da Companhia e as demonstrações consolidadas a serem elaboradas ao término de cada trimestre e de cada exercício social, devem incluir as alterações ocorridas no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregadas em fluxos das operações, dos financiamentos e dos investimentos.

Segundo o Regulamento do Nível 2, devemos apresentar as demonstrações de Fluxos de caixa após 6 meses após a assinatura do Contrato de Adesão ao Nível 2. Para maiores informações, vide Seção *"XX. Descrição do Capital Social – Divulgação de Informações – Divulgação de Informações Eventuais e Periódicas"*.

Demonstrações Financeiras Elaboradas de Acordo com Padrões Internacionais

Dispõe o Regulamento do Nível 2 que após o encerramento de cada exercício social a Companhia deverá elaborar (i) demonstrações financeiras ou demonstrações consolidadas de acordo com os padrões internacionais US GAAP ou IFRS, as quais deverão ser divulgadas na íntegra, no idioma inglês. Devem ainda ser acompanhadas do relatório de administração, de notas explicativas, que informem inclusive o lucro líquido e o patrimônio líquido apurados ao final do exercício segundo os princípios contábeis brasileiros e a proposta de destinação do resultado, e do parecer dos auditores independentes; ou (ii) divulgar, no idioma inglês, a íntegra das demonstrações financeiras, relatório da administração e notas explicativas que demonstra a conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido apurados segundo os critérios contábeis brasileiros e segundo os padrões internacionais US GAAP ou IFRS, evidenciando as principais diferenças entre os critérios contábeis, e do parecer dos auditores independentes (registrados na CVM e com experiência comprovada no exame de demonstrações financeiras elaboradas de acordo com os padrões internacionais US GAAP ou IFRS. Para maiores informações, vide Seção *"XX. Descrição do Capital Social – Informações Trimestrais"*.

De acordo com o Regulamento do Nível 2, a adoção destes critérios deve ocorrer a partir da divulgação das demonstrações financeiras referentes ao segundo exercício após a assinatura do Contrato de Adesão ao Nível 2.

Informações Trimestrais – ITR em Inglês ou Elaborada de Acordo com os Padrões Internacionais

Conforme essa regra, deveremos apresentar a íntegra das Informações Trimestrais – ITR traduzida para o idioma inglês ou, então, apresentar demonstrações financeiras ou demonstrações consolidadas de acordo com os padrões internacionais US GAAP ou IFRS. Para maiores informações, ver Seção *"XX. Descrição do Capital Social – Informações Trimestrais"*.

Essa apresentação de Informações, a qual deverá ser acompanhada de parecer ou de relatório de revisão especial dos auditores independentes, deve ocorrer a partir da divulgação da primeira demonstração financeira elaborada de acordo com padrões internacionais.

Requisitos Adicionais para as Informações Trimestrais – ITR

O Regulamento do Nível 2 estipula algumas informações complementares que deverão conter no ITR. São elas: (i) apresentar o balanço patrimonial consolidado, a demonstração do resultado consolidado e o comentário de desempenho consolidado, se estiver obrigada a apresentar demonstrações consolidadas ao final do exercício social; (ii) informar a posição acionária de todo aquele que detiver mais de 5% de cada espécie e classe de ações do nosso capital social, direta ou indiretamente, até o nível da pessoa física; (iii) informar de forma consolidada a quantidade e as características dos valores mobiliários de nossa emissão de que sejam titulares, direta ou indiretamente, os grupos de acionista controlador, administradores e membros do nosso Conselho Fiscal; (iv) informar a evolução da participação das pessoas mencionadas no item iii, em relação aos respectivos valores mobiliários, nos doze meses anteriores; (v) informar a quantidade de ações em circulação e sua porcentagem em relação ao total de ações emitidas; (vi) informar a existência e a vinculação à Cláusula Compromissória de arbitragem.

Requisitos adicionais para as Informações Anuais - IAN

São também requisitos do Nível 2 a inclusão dos itens (iii), (iv) e (vi) do tópico "Requisitos Adicionais para as Informações Trimestrais" nas nossas Informações Anuais no Quadro "Outras Informações que a Companhia entenda Relevantes".

Reunião Pública com Analistas

O Regulamento do Nível 2 estipula que, pelo menos uma vez ao ano, deveremos realizar reunião pública com analistas e quaisquer outros interessados, para divulgar informações quanto à sua respectiva situação econômico-financeira, projetos e perspectivas.

Calendário Anual

Fica estipulado pelo Regulamento do Nível 2 que as companhias e os administradores deverão enviar à BOVESPA e divulgar, até o fim de janeiro de cada ano, um calendário anual, informando sobre eventos corporativos programados, contendo informações sobre nós, o evento, data e hora de sua realização, a publicação e o envio do documento tratado no evento à BOVESPA.

Contratos com o mesmo grupo

Segundo o Regulamento do Nível 2, deveremos enviar à BOVESPA e divulgar informações de todo qualquer contrato celebrado entre nós, nossos controladores, administradores, e sociedades controladas e coligadas dos administradores e do nosso acionista controlador, assim como com outras sociedades que com qualquer dessas pessoas integre um mesmo grupo de fato ou direito, sempre que for atingido, num único contrato ou em contratos sucessivos, com ou sem o mesmo fim, em qualquer período de um ano, valor igual ou superior a R$ 200 mil, ou valor igual ou superior a 1% sobre o nosso patrimônio líquido, considerando o maior.

Essas informações divulgadas deverão discriminar o objeto do contrato, o prazo, o valor, as condições de rescisão ou de término e a eventual influência do contrato sobre a administração ou a condução dos nossos negócios.

GVA®

Temos uma administração experiente e profissionalizada, preocupada com a geração de valor. Possuímos um sistema objetivo de gestão e avaliação de pessoas (GVA®) que busca alinhar a conduta dos administradores aos interesses dos acionistas.

[Página intencionalmente deixada em branco]

ANEXOS

ANEXO A

Estatuto Social.

JUCESP PROTOCOLO
264403/06-0

SARAIVA S/A LIVREIROS EDITORES
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 60.500.139/0001-26
NIRC 35300025300

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2006.

1. DATA, HORA E LOCAL: 27 de março de 2006, às 16:00 horas, no edifício da Diretoria, na Rua Dr. Edgar Theotônio Santana, 206, 3º andar, Barra Funda, São Paulo/SP.

2. CONVOCAÇÃO, QUORUM DE INSTALAÇÃO E PRESENÇAS: Editais publicados nos dias 22, 23 e 24 de março de 2006 no Diário Oficial do Estado de São Paulo e na Gazeta Mercantil. Presentes acionistas representando mais de dois terços do capital social votante, bem como os conselheiros Jorge Eduardo Saraiva e Ruy Mendes Gonçalves.

3. COMPOSIÇÃO DA MESA: - Presidente - Jorge Eduardo Saraiva
- Secretário - Ruy Mendes Gonçalves

4. ORDEM DO DIA: discussão acerca de proposta de reforma e nova redação do Estatuto Social para, dentre outras finalidades, adequá-lo às Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da BOVESPA, conforme segue: (i) modificação dos direitos e vantagens conferidos aos acionistas titulares de ações preferenciais, com a conseqüente alteração dos artigos 5º, § 1º, e 6º, exclusão do artigo 8º e renumeração dos demais dispositivos estatutários; (ii) adequação do artigo 8º de modo a refletir o atual limite de autorização para aumento de capital; (iii) alteração dos números mínimo e máximo de membros do Conselho de Administração, passando de 3 (três) e 5 (cinco) para 5 (cinco) e 7 (sete); (iv) introdução, no artigo 13, de (a) dispositivo prevendo que pelo menos 20% dos membros do Conselho de Administração sejam independentes da Companhia, do acionista controlador e dos demais membros da administração, e (b) regras referentes à investidura e permanência dos membros do Conselho de Administração em seus cargos; (v) alteração dos quoruns de instalação e deliberação das reuniões do Conselho de Administração, em decorrência da modificação do número de membros desse órgão; (vi) modificação, no artigo 17, de determinadas competências da Diretoria; (vii) introdução de regras referentes à investidura e permanência dos membros do Conselho Fiscal em seus cargos; (viii) alteração do Capítulo VI do Estatuto Social, de modo a modificar as regras relativas à alienação do controle da Companhia e a incluir regras aplicáveis às hipóteses de cancelamento do registro de companhia aberta e de descontinuidade das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da BOVESPA a serem adotadas pela Companhia; (ix) exclusão do artigo 38, com a conseqüente remuneração dos demais; (x) alteração, no artigo 38, do conceito de disponibilidade financeira; (xi) inclusão do Capítulo VIII no Estatuto Social, referente à escolha do juízo arbitral como mecanismo de solução de controvérsias entre a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal; e (xii) outros assuntos de interesse social.

5. DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: Após os esclarecimentos e debates, os itens da Ordem do Dia foram colocados em votação e aprovados, passando em decorrência disto o Estatuto Social da Companhia a vigorar com a seguinte redação:

ESTATUTO SOCIAL

SARAIVA S/A LIVREIROS EDITORES
CNPJ/MF 60.500.139/0001-26

CAPÍTULO I - Denominação, Sede, Objeto Social e Duração.

Art. 1º) Saraiva S.A. Livreiros Editores é uma companhia aberta, regida pelo presente Estatuto e pela legislação em vigor no país.

§ único) A Companhia, que originariamente adotava a firma "Saraiva & Cia.", foi constituída por contrato arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob nº 41.411, em sessão de 24/01/1933, tendo se transformado em sociedade anônima, em 15/10/1947, por escritura pública arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob nº 34.497, em sessão de 21/10/1947.

Art. 2º) A Companhia tem sede e foro na Av. Marquês de São Vicente, nº 1697, Barra Funda, CEP 01139-904, na Cidade de São Paulo - SP, República Federativa do Brasil.

§ único) A juízo da Diretoria, a Companhia poderá abrir, manter, transferir e extinguir filiais, em qualquer parte do território nacional e no exterior.

Art. 3º) A Companhia tem por objeto:
I) a edição, indústria e comércio de livros e publicações em geral;
II) a compra e venda de artigos de papelaria, utensílios e materiais de escritório, artigos escolares, brinquedos e produtos afins, CD-ROMs, gravações de áudio e vídeo, equipamentos eletrônicos, computadores e seus programas, artigos e equipamentos de fotografia, bem como serviço de processamento de material fotográfico, além de serviços de lanchonete;
III) a organização, sistematização, recepção e transmissão, e arquivamento de dados, informações e textos, e sua comercialização, no país e no Exterior, sobretudo mediante transmissão por meios elétricos, eletrônicos, óticos e magnéticos, bem como o comércio de equipamentos, acessórios e componentes necessários à utilização desses produtos, além da criação de outros programas correlatos;

IV) a importação e exportação dos produtos e serviços abrangidos no objeto social, registrando-se, para esse fim, nas repartições competentes, Banco Central do Brasil e outras entidades controladoras do Comércio Exterior;
V) a participação em outras sociedades na qualidade de sócia, acionista, ou quotista.

Art. 4º) A Companhia tem prazo de duração por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II - Capital Social e Ações.

Art. 5º) O capital social é de R$ 81.774.184,00 (oitenta e um milhões, setecentos e setenta e quatro mil, cento e oitenta e quatro reais), totalmente integralizado e dividido em 25.596.123 (vinte e cinco milhões, quinhentas e noventa e seis mil, cento e vinte e três) ações, sem valor nominal, das quais 9.622.313 (nove milhões, seiscentos e vinte e duas mil e trezentas e treze) são ordinárias e 15.973.810 (quinze milhões, novecentas e setenta e três, oitocentas e dez) preferenciais.

§ 1º) Constituem direitos ou vantagens assegurados aos acionistas titulares de ações preferenciais da Companhia:
a) direito de voto restrito, na forma descrita no artigo 6º abaixo;
b) direito de alienar as ações preferenciais na hipótese de Alienação do Poder de Controle da Companhia, nos termos do Capítulo VI deste Estatuto;
c) dividendos iguais aos atribuídos às ações ordinárias;
d) participação na distribuição de ações bonificadas provenientes de capitalização de reservas, lucros acumulados e de quaisquer outros fundos, em igualdade de condições com os acionistas titulares de ações ordinárias.

§ 2º) Não é permitida a conversão de ações ordinárias em preferenciais, e destas naquelas.

Art. 6º) As ações preferenciais da Companhia, cujo número poderá corresponder, nos termos do artigo 8º, § 1º, III, da Lei nº 10.303/01, a até 2/3 (dois terços) do total das ações emitidas, conferem aos seus detentores o direito de voto em relação às seguintes matérias:
I) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia;
II) aprovação de contratos entre a Companhia e o Acionista Controlador (conforme definido no parágrafo primeiro do artigo 22 deste Estatuto), diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em Assembléia Geral;
III) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia;

IV) escolha de instituição ou empresa especializada para determinação do Valor Econômico da Companhia, nas hipóteses estabelecidas nos artigos 28 e 29 deste Estatuto;

V) alteração ou modificação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das seguintes disposições:
   a) o atendimento ao disposto no Capítulo VI deste Estatuto;
   b) a observância, na eleição do Conselho de Administração, do mandato unificado de, no máximo, 2 (dois) anos, e das demais disposições referentes ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal contidas no Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2;
   c) o atendimento ao disposto no Capítulo VIII deste Estatuto;
   d) qualquer dos direitos estabelecidos no artigo 5º, §1º, e no artigo 6º, I a IV, deste Estatuto.

§ único) O direito de voto previsto no inciso V deste artigo prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2.

Art. 7º) É autorizado aumento do capital social que implique aumento no número de ações preferenciais em desproporção com as espécies e classes de ações então existentes.

Art. 8º) A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante a emissão de novas ações para subscrição, por deliberação do Conselho de Administração, e independentemente de reforma estatutária, em até 4.000.000 (quatro milhões de ações), mesmo que não observada a proporção existente entre as várias espécies ou classes de ação, podendo desse total serem destinadas até 500.000 (quinhentas mil) ações para a outorga de opções de compra, nos termos do § 3º abaixo.

§ 1º) O Conselho de Administração fixará as condições de emissão e subscrição, inclusive preço e prazo para integralização e prazo e forma para o exercício do direito de preferência dos acionistas.

§ 2º) A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, emitir, dentro do limite do capital autorizado, ações para colocação mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública, ou mediante permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos dos artigos 257 a 263 da Lei nº 6404/76, sem atribuir o direito de preferência para os antigos acionistas ou fixando prazo para o exercício deste direito inferior ao referido no artigo 171, § 4º, da Lei nº 6.404/76.

§ 3º) A Companhia poderá, dentro do limite do capital autorizado, outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou pessoas naturais que prestem serviços a ela ou a sociedade controlada, de acordo com plano aprovado pela Assembléia Geral.

§ 4º) As deliberações do Conselho de Administração de que trata este artigo observarão o quorum previsto na parte final do § 3º do artigo 14 abaixo.

Art. 9º) As ações da Companhia adotam a forma escritural e permanecerão em contas de depósito, em nome de seus titulares, em instituição financeira escolhida pelo Conselho de Administração.

§ 1º) A instituição financeira depositária das ações poderá cobrar dos acionistas, nos termos do § 3º do artigo 35 da Lei nº 6404/76, o custo dos serviços de transferência da propriedade das ações escriturais.

§ 2º) A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e mediante comunicação às bolsas de valores em que suas ações forem negociadas, suspender, por períodos que não ultrapassem, cada um, quinze dias, nem o total de noventa dias durante o ano, os serviços de transferência de ações.

Art. 10º) Ressalvadas as hipóteses do artigo 8º, §§ 2º e 3º deste Estatuto, os acionistas terão preferência para subscrever ações emitidas em decorrência de aumento do capital social, em proporção ao número de ações que então possuírem.

§ único) O prazo para o exercício do direito de preferência é sempre decadencial e será de 30 (trinta) dias, salvo: **a)** se for fixado pela Assembléia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso, um prazo maior; ou **b)** na hipótese do artigo 8º, § 2º, *in fine*, deste Estatuto.

Art. 11) A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações das Assembléias Gerais.

CAPÍTULO III - Administração.

Art. 12) A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

§ 1º) A remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria será fixada pela Assembléia Geral, que poderá fixar apenas o limite global ou individualizá-la para um ou mais administradores.

§ 2º) É atribuída aos administradores, obedecidas as disposições estatutárias e o artigo 152 da Lei nº 6.404/76, participação de até 10% (dez por cento) dos lucros do exercício.

§ 3º) O valor global da participação em cada exercício será o aprovado pela Assembléia Geral Ordinária na votação da destinação do resultado, observando-

se, na distribuição entre os órgãos de administração e individualização por administrador, o disposto nos artigos 15, VIII, e 18, I, deste Estatuto.

Art. 13) O Conselho de Administração é órgão de deliberação colegiada e será composto por no mínimo 5 (cinco) e no máximo 7 (sete) membros, designados Conselheiros, todos acionistas, residentes no País, eleitos em Assembléia Geral, com mandato de 1 (um) ano, permitidas reeleições sucessivas.

§ 1º) A partir da Assembléia Geral Ordinária de 2006, no mínimo 20% (vinte por cento) dos Conselheiros deverão ser independentes, ou seja, cada um deles deverá observar o seguinte: (i) não ter qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação no capital; (ii) não ser Acionista Controlador (conforme definido no artigo 22, abaixo), cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não ser ou não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia; (vi) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; (vii) não receber outra remuneração da Companhia além da de Conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição).

§ 2º) Quando em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo acima resultar número fracionário de membros do Conselho de Administração, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro (i) imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos); ou (ii) imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos).

§ 3º) Os membros do Conselho de Administração serão investidos nos seus cargos mediante a assinatura de termo lavrado em livro próprio. Os membros do Conselho de Administração deverão permanecer em seus cargos e no exercício de suas funções até que sejam eleitos seus substitutos, exceto se de outra forma for deliberado pela Assembléia Geral. A posse será condicionada à assinatura do Termo de Anuência dos Administradores, nos termos do disposto no Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2.

Art. 14) O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão escolhidos pela Assembléia Geral.

§ 1º) Compete ao Presidente do Conselho de Administração convocar e presidir as reuniões deste órgão, e ao Vice-Presidente, substituí-lo nos seus impedimentos ou ausências eventuais.

§ 2°) No caso de vacância do cargo ou impedimento temporário de Conselheiro, o substituto será indicado pelos Conselheiros remanescentes até a primeira Assembléia Geral, que decidirá a respeito.

§ 3°) O Conselho de Administração se reunirá quantas vezes se fizerem necessárias, com a presença de pelo menos 3 (três) de seus membros, deliberando por maioria de votos, salvo quando se tratar das matérias contempladas no artigo 8° deste Estatuto, quando o Conselho somente deliberará com o voto favorável de pelo menos 4 (quatro) Conselheiros, dentre eles o Presidente do Conselho de Administração.

§ 4°) Em caso de empate nas deliberações do Conselho de Administração, prevalece o voto do Presidente ou do Vice-Presidente que o estiver substituindo, ressalvado o disposto no parágrafo anterior.

§ 5°) Das reuniões realizadas serão redigidas, por um dos membros do Conselho indicado pelo Presidente, as respectivas atas, as quais serão lavradas nos livros próprios e assinadas pelos presentes, sendo publicadas nos casos exigidos por lei.

Art. 15) Compete ao Conselho de Administração:

I) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;

II) eleger e destituir os diretores da Companhia, podendo fixar-lhes atribuições, respeitadas as normas estabelecidas no artigo 17 deste Estatuto Social;

III) fiscalizar a gestão dos diretores, examinando, periodicamente, livros e papéis da Companhia, solicitando informações sobre contratos e demais atos relativos aos negócios sociais;

IV) convocar as Assembléias Gerais, obedecidas as normas legais e estatutárias;

V) autorizar a Diretoria a alienar bens do ativo permanente, constituir ônus reais sobre os bens sociais e prestar garantias a obrigações de terceiros, sendo desnecessária tal autorização nas hipóteses previstas no artigo 17, § 1°, "f", § 2°, "b", e § 3°, "e" e "f", do presente Estatuto;

VI) autorizar a aquisição, alienação, cancelamento ou permanência em tesouraria de ações emitidas pela Companhia;

VII) escolher e destituir os auditores independentes;

VIII) definir, quando a Assembléia Geral fixar globalmente a remuneração dos administradores, a parcela correspondente à Diretoria e a correspondente ao Conselho de Administração, bem como individualizá-la em relação aos membros deste último.

Art. 16) Competem à Diretoria os mais amplos poderes de gestão, representação e administração da Companhia, necessários a que se realize integralmente o objeto social, obedecidas, na ordem, as regras do artigo 17 e as atribuições conferidas pelo Conselho de Administração nos termos do artigo 15 deste Estatuto.

§ 1°) A Diretoria será composta por 6 (seis) membros, acionistas ou não, residentes no país, sendo designados por: Diretor-Presidente, Diretor-

Superintendente, Diretor Financeiro, Diretor de Publicações Eletrônicas, Diretor Editorial Jurídico e Diretor de Recursos Humanos, todos eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano, permitidas reeleições sucessivas. A posse dos Diretores será condicionada à assinatura do Termo de Anuência dos Administradores, nos termos do disposto no Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2.

§ 2º) Nas ausências ou impedimentos temporários de diretores, poderá o Conselho de Administração distribuir as funções do diretor ausente ou impedido entre os demais diretores, mantendo-se, contudo, o atendimento às determinações do artigo 17.

§ 3º) Em caso de vaga ou impedimento definitivo de qualquer diretor, o Conselho de Administração decidirá a respeito, indicando o substituto para completar o período de mandato do substituído ou mantendo o cargo vago, distribuindo, neste caso, as funções do diretor impedido ou afastado entre os demais diretores, obedecidas as determinações do artigo 17.

§ 4º) O Conselho de Administração designará um dos diretores para exercer cumulativamente o cargo de Diretor de Relações com Investidores.

Art. 17) A Diretoria estará, no exercício de seus poderes de gestão, representação e administração, sempre sujeita às condições estipuladas nos parágrafos a seguir.

§ 1º) Individualmente, qualquer dos diretores em exercício poderá: a) sacar, endossar para cobrança bancária e quitar duplicatas; b) endossar cheques e ordens de pagamento, desde que para depósito em contas correntes bancárias da Companhia; c) assinar relações de títulos para desconto, caução e cobrança; d) firmar correspondência, guias para recolhimento de impostos e contribuições, requerimentos e petições dirigidas a Repartições e Autarquias Públicas Federais, Estaduais e Municipais, bancos e instituições, em expedientes para recolhimento de impostos, taxas e contribuições sociais ou procedimentos administrativos de qualquer natureza; e) admitir e demitir funcionários, vendedores, representantes e agentes comerciais; f) adquirir, alienar ou onerar bens do ativo permanente, inclusive imóveis, desde que o seu valor individual não supere 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia, constante das últimas Demonstrações Financeiras de exercício social publicadas; g) receber citação ou intimação em processos judiciais ou procedimentos administrativos.

§ 2º) Conjuntamente, quaisquer 2 (dois) diretores em exercício poderão: a) emitir cheques, autorizar débitos em contas bancárias, firmar contratos de financiamento com entidades bancárias e de arrendamento mercantil com sociedades constituídas para tal finalidade; b) emitir, aceitar, onerar ou alienar notas promissórias e letras de câmbio, desde que para desconto bancário ou para garantia de obrigações assumidas em contratos de financiamento e de arrendamento mercantil, bem como constituir procuradores especificamente para tais fins; c) endossar quaisquer títulos de crédito, entre eles duplicatas, notas promissórias, letras de câmbio e certificados de custódia, com exceção de cheques; d) custodiar e retirar de custódia títulos e demais

bens móveis; e) constituir procuradores, conferindo-lhes os poderes da cláusula *ad-judicia* e a *extra*, bem como os de receber citação, confessar, transigir, desistir, receber e dar quitação; f) firmar contratos, inclusive os de edição, de venda ou parceria com órgãos governamentais e privados, e os de locação de bens móveis e imóveis, ou de serviços; g) prestar fianças a empresas controladas direta ou indiretamente e aval a títulos de responsabilidade dessas empresas; h) adquirir, subscrever, alienar e resgatar títulos de renda fixa e variável, dentre eles ações e debêntures, desde que não sejam de emissão da Companhia ou de qualquer sociedade por ela controlada direta ou indiretamente, respeitado ainda o disposto no § 4º, inciso "e".

§ 3º) Conjuntamente com o Diretor-Presidente ou com o Diretor-Superintendente, qualquer dos diretores em exercício poderá: a) aceitar duplicatas; b) endossar cheques; c) constituir procurador, outorgando-lhe poderes de que se encontrem investidos; d) representar a Companhia junto a empresas controladas; e) adquirir, alienar ou onerar bens do ativo permanente, inclusive imóveis, desde que o seu valor individual não supere 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido da Companhia, constante das últimas Demonstrações Financeiras de exercício social publicadas; f) firmar contratos que importem onerar bens sociais, em valor que não supere 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido da Companhia, constante das últimas Demonstrações Financeiras de exercício social publicadas; g) prestar fiança a pessoa física quando se destinar a garantir a locação de imóvel residencial destinado a viabilizar a instalação de gerente da Companhia, ou de sociedade por ela controlada, em município, distinto do de domicílio deste, no qual se situe o estabelecimento para cuja gerência tenha sido designado.

§ 4º) Conjuntamente com o Diretor-Presidente ou com o Diretor-Superintendente, e com prévia e expressa autorização do Conselho de Administração, qualquer dos diretores em exercício poderá: a) adquirir, alienar ou onerar ações e quotas de empresas controladas direta ou indiretamente; b) adquirir, alienar ou onerar bens do ativo permanente, inclusive imóveis, quando o seu valor individual superar 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido da Companhia, constante das últimas Demonstrações Financeiras de exercício social publicadas; c) firmar contratos que importem onerar bens sociais, em valor superior a 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido da Companhia, constante das últimas Demonstrações Financeiras de exercício social publicadas, sem prejuízo das demais disposições do presente artigo; d) prestar fiança a pessoa física, excetuados os casos previstos no inciso "g" do § 3º deste artigo, ou a pessoa jurídica, que não as empresas controladas direta ou indiretamente, e aval a títulos de responsabilidade dessas pessoas, desde que haja interesse da Companhia em tais atos; e) promover a participação da Companhia, com o intuito de controle isolado ou compartilhado, em qualquer outra sociedade, mediante aquisição ou subscrição de quotas ou ações, assim como proceder à retirada da Companhia de tais sociedades; f) constituir procurador, outorgando-lhe poderes de que se encontrem investidos; g) emitir e aceitar os demais títulos de crédito, entre eles notas promissórias e letras de câmbio, observadas as exceções contidas nas alíneas "b" e "a", respectivamente, dos parágrafo 2º e 3º acima.

Art. 18) Compete à Diretoria:

I) Individualizar a remuneração dos Diretores, sempre que a Assembléia Geral fixar globalmente a dos administradores e após o Conselho de Administração exercer a competência mencionada no artigo 15, VIII, deste Estatuto;
II) deliberar a abertura, manutenção, transferência e extinção de filiais;
III) deliberar sobre matérias administrativas, observadas, se houver, as determinações da Assembléia Geral e do Conselho de Administração.

Art. 19) A Diretoria reunir-se-á sempre com a presença de pelo menos 3 (três) diretores e desde que convocada pelo Diretor-Presidente, ao qual caberá fixar a pauta, dirigir os trabalhos e designar o Secretário.

§ 1º) Da reunião será lavrada ata, em livro próprio.

§ 2º) As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos Diretores presentes, prevalecendo, em caso de empate, o voto do Diretor-Presidente.

CAPÍTULO IV - Conselho Fiscal.

Art. 20) O Conselho Fiscal da Companhia, composto por no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, e respectivos suplentes, funcionará nos exercícios em que for instalado por deliberação da Assembléia Geral, nos casos previstos em lei.

§ 1º) A Assembléia Geral que deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal fixará o número de seus membros, os elegerá e fixará a remuneração destes.

§ 2º) Os membros do Conselho Fiscal tomarão posse mediante a assinatura de termo lavrado em livro próprio. A posse será condicionada à assinatura do Termo de Anuência dos membros do Conselho Fiscal, nos termos do disposto no Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2.

§ 3º) O Regimento Interno do Conselho Fiscal será aprovado pela Assembléia Geral.

CAPÍTULO V - Assembléia Geral.

Art. 21) A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, no primeiro quadrimestre após o término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, mediante convocação na forma da lei.

§ 1º) A Assembléia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, pelo Vice-Presidente que estiver exercendo a Presidência do Conselho de Administração ou, na ausência destes, pelo acionista por ela indicado. O

Presidente da Assembléia Geral escolherá um dos presentes para secretariá-la e constituir a Mesa.

§ 2º) As pessoas presentes à Assembléia deverão provar sua qualidade de acionista, cabendo aos titulares de ações escriturais ou em custódia nos termos do artigo 41 da Lei nº 6404/76 depositar, na Companhia, para tal fim, comprovante expedido pela instituição financeira depositária, nos termos fixados na convocação, salvo se a Presidência da Assembléia considerar suficiente outro meio de verificação.

CAPÍTULO VI - Alienação do Controle Acionário, Cancelamento do Registro de Companhia Aberta e Descontinuidade das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2.

Art. 22) A Alienação do Poder de Controle da Companhia tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 e a correção monetária prevista no § 5º abaixo, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário ao Acionista Controlador Alienante, observadas as disposições contidas no artigo 24.

§ primeiro) Para os fins deste Estatuto, os seguintes termos iniciados em letras maiúsculas terão os seguintes significados:

"Acionista Controlador" significa (i) o acionista que exerça o Poder de Controle da Companhia; (ii) os acionistas não vinculados por acordo de acionistas que exerçam o Poder de Controle da Companhia; ou (iii) o grupo de acionistas vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum que exerça o Poder de Controle da Companhia.

"Acionista Controlador Alienante" significa o Acionista Controlador quando este promove a Alienação do Poder de Controle da Companhia.

"Ações de Controle" significa o bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es), o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle da Companhia.

"Ações em Circulação" significa todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas vinculadas, por administradores da Companhia e aquelas em tesouraria.

"Alienação de Controle da Companhia" significa a transferência a terceiro, a título oneroso, das Ações de Controle.

"Poder de Controle" significa o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito. Há presunção relativa de titularidade do controle em relação à(s) pessoa(s) ou ao grupo de pessoas vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum (grupo de controle) que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas três últimas Assembléias Gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.

"Valor Econômico" significa o valor da Companhia e de suas ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

§ segundo) A negociação de Ações de Controle entre o Acionista Controlador identificado no Contrato de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa – Nível 2 e seus herdeiros necessários e, ainda, entre esses herdeiros, desde que os mesmos exerçam o Poder de Controle da Companhia, mesmo que implique a consolidação do Poder de Controle em apenas um acionista, não constitui Alienação do Poder de Controle, não dando causa, portanto, à obrigação de realizar oferta pública nos termos do caput deste artigo e do caput do artigo 24 abaixo.

§ terceiro) No caso de alienação de ações pertencentes a um ou mais acionistas que exerçam o Poder de Controle a terceiro(s), a oferta pública prevista no caput deste artigo e no caput do artigo 24 abaixo somente será exigida a partir da alienação do número de ações necessário ao exercício do Poder de Controle por esse(s) terceiro(s).

§ quarto) Não caracterizam Alienação do Poder de Controle as seguintes situações: a) a integralização, com ações da Companhia, de capital social de sociedade que em função dessa integralização torne-se controladora da Companhia e seja controlada pelo Acionista Controlador; e b) redução do capital social da referida sociedade controladora, com devolução das ações, ou dissolução dessa sociedade, ou ainda no caso de cisão dessa sociedade, desde que as sociedades resultantes, às quais tenha sido atribuída a titularidade de ações ordinárias da Companhia, sejam integradas apenas pelo Acionista Controlador.

§ quinto) Para os fins deste Capítulo, a correção monetária será feita de acordo com as seguintes regras: a) o índice a ser utilizado será o IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado), apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), ou o que o substituir; b) desconhecido o IGP-M do mês em curso, será utilizado o último divulgado; c) aplica-se o índice de correção pro rata dia; d) a correção monetária terá por data inicial a do pagamento, ou pagamentos, feitos ao Acionista Controlador Alienante para a aquisição das Ações de Controle, e, por data final, a do pagamento, ou pagamentos, feitos em favor dos demais acionistas detentores de ações ordinárias e/ou preferenciais; e) sempre que devida a correção monetária, serão

devidos também os juros pagos pela Caderneta de Poupança, nesses não incluída a Taxa Referencial – TR, ou o índice que a substituir.

Art. 23) A oferta pública referida no artigo anterior também deverá ser realizada:
I) nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação de Controle da Companhia; e
II) em caso de alienação do controle do Acionista Controlador da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA ("BOVESPA") o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

Art. 24) A oferta pública aos detentores das ações ordinárias deverá ser realizada por um valor de 100% (cem por cento) do valor pago pelas Ações de Controle e a oferta pública aos detentores das ações preferenciais deverá ser realizada por um valor mínimo de 90% (noventa por cento) do valor pago pelas Ações de Controle.

§ único) A modificação desta cláusula estatutária, no que se refere à oferta pública a ser realizada aos detentores de ações preferenciais, somente poderá ser deliberada pela Assembléia Geral com a aprovação prévia de acionistas titulares de mais da metade das ações preferenciais, reunidos em assembléia especial.

Art. 25) Aquele que já detiver ações da Companhia e venha a adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:
I) efetivar a oferta pública referida no artigo 22 deste Estatuto; e
II) ressarcir os acionistas dos quais tenha comprado ações em bolsa de valores nos 6 (seis) meses anteriores à data de Alienação de Controle da Companhia, devendo pagar a estes a eventual diferença entre o preço pago ao Acionista Controlador Alienante e o valor pago em bolsa de valores por ações da Companhia nesse mesmo período, devendo ambos os valores serem atualizados de acordo com o § 5º do artigo 22 acima.

Art. 26) A Companhia não registrará qualquer transferência de ações para o comprador do Poder de Controle ou para o(s) acionista(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto esse(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores nos termos do disposto no Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2, que será imediatamente enviado à BOVESPA.

Art. 27) Nenhum acordo de acionistas que disponha sobre o exercício de Poder de Controle poderá ser registrado na sede da Companhia, sem que os seus signatários tenham subscrito o Termo de Anuência dos Controladores, que será imediatamente enviado a BOVESPA.

Art. 28) Na oferta pública de aquisição de ações a ser realizada para o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado em laudo de avaliação.

Art. 29) Caso os acionistas reunidos em Assembléia Geral Extraordinária deliberem: (i) a descontinuidade das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 para que as ações da Companhia passem a ter registro para negociação fora do Nível 2 ou (ii) a reorganização societária da qual a companhia resultante não seja classificada como detentora de padrão de Governança Corporativa do Nível 2, o acionista ou grupo de acionistas que detiver o Poder de Controle da Companhia deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, cujo preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado em laudo de avaliação respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Art. 30) O laudo de avaliação previsto nos artigos 28 e 29 deste Estatuto deverá ser elaborado por empresa especializada, com experiência comprovada e independente da Companhia, seus administradores e controladores, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei nº 6.404/76 e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo artigo da lei.

§ 1º) A escolha da empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia é de competência da Assembléia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, e cabendo a cada ação, independentemente da espécie ou classe e respeitado o disposto no artigo 6º, IV, o direito a um voto, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes na Assembléia Geral, que se instalada em primeira convocação deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação, ou que se instalada em segunda convocação poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

§ 2º) Os custos de elaboração do laudo de avaliação exigido deverão ser assumidos integralmente pelo ofertante.

CAPÍTULO VII - Exercício Social, Lucros, Reservas e Dividendos.

Art. 31) O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, data em que serão elaboradas as demonstrações financeiras exigidas em lei ou regulamento.

Art. 32) Do resultado do exercício serão deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e contribuição social, e, do valor resultante, até 10% (dez por cento) será destinado à participação dos administradores, desde que atribuído,

naquele exercício, aos acionistas pelo menos o dividendo obrigatório referido no artigo 34, "a", deste Estatuto.

Art. 33) Do lucro líquido do exercício, correspondente ao resultado após as deduções e participações previstas no artigo 32 deste Estatuto, 5% (cinco por cento) será destinado à reserva legal, enquanto não alcançado o limite legal.

Art. 34) Exceto na hipótese do artigo 202, § 4º, da Lei nº 6.404/76, é assegurado aos acionistas o dividendo obrigatório correspondente a:
a) 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01; mais
b) o saldo do lucro líquido do exercício, se houver, que remanescer após as destinações mencionadas nos artigos. 193 a 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01, observados os artigos 33 e 35 deste Estatuto.

Art. 35) Depois de assegurado aos acionistas o dividendo obrigatório mencionado no artigo 34, "a", deste Estatuto, o saldo do lucro líquido do exercício, se houver, poderá ser destinado pela Assembléia Geral às seguintes reservas:
a) reserva para futuro aumento de capital, destinada a garantir a capitalização da Companhia, a qual não excederá, em nenhum exercício, o capital social realizado;
b) reserva para contingências, nos termos do artigo 195 da Lei nº 6.404/76;
c) reserva de retenção de lucros, de acordo com orçamento aprovado em Assembléia Geral, que não poderá exceder, em nenhum exercício, o capital social realizado;
d) reserva de lucros a realizar, nos termos do artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01.

Art. 36) A critério do Conselho de Administração, a Companhia poderá pagar ou creditar aos acionistas, no todo ou em parte, o valor equivalente aos juros sobre o capital próprio, calculado segundo a legislação em vigor, até o valor que resultaria da aplicação da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP pro rata dia, para o período correspondente.

§ único) Os juros sobre o capital próprio, quando pagos ou creditados aos acionistas, serão imputados, pelo valor líquido do imposto de renda, aos dividendos obrigatórios.

Art. 37) Os dividendos e os juros sobre o capital próprio serão pagos mediante depósito em conta bancária em nome do acionista e por este indicada, salvo se ele, com 10 (dez) dias úteis de antecedência, houver solicitado por escrito que lhe sejam pagos na tesouraria da Companhia, por cheque nominativo.

Art. 38) A Companhia não poderá, salvo se autorizada pela maioria de votos em Assembléia especial dos acionistas titulares de ações preferenciais, reter, por mais de quatro trimestres sucessivos, disponibilidade financeira em quantia superior a 25% (vinte e cinco por cento) do seu ativo total, desde que assim o permita sua situação econômica e financeira.

§ 1º) Para os fins de aplicação deste dispositivo: a) serão considerados os valores correspondentes ao último dia de cada trimestre, conforme o balanço levantado nas respectivas datas; e b) a disponibilidade financeira corresponderá à soma dos valores contabilizados sob as rubricas "caixa e bancos" e "aplicações financeiras" subtraída a soma dos valores contabilizados sob as rubricas "empréstimos e financiamentos" do passivo circulante e "empréstimos e financiamentos" do exigível a longo prazo.

§ 2º) Dos valores que, em cada trimestre, ultrapassarem o percentual de retenção de disponibilidade financeira previsto neste artigo, será distribuído como dividendo, ou pago a título de juros sobre o capital, o correspondente ao trimestre de menor excesso de retenção, deduzindo-se desse excesso os dividendos ou juros sobre o capital já declarados e ainda não pagos.

§ 3º) Verificada a hipótese prevista no parágrafo anterior, a cláusula estatutária expressa neste artigo só voltará a ser aplicada a partir dos quatro trimestres seguintes ao último dos trimestres envolvidos na apuração do excesso de retenção.

§ 4º) A distribuição dos dividendos, ou o pagamento de juros sobre o capital, será feita dentro do exercício social seguinte ao último dos trimestres envolvidos na apuração do excesso de retenção.

§ 5º) A Companhia não poderá, salvo se autorizada por mais da metade dos acionistas titulares de ações preferenciais, constituir subsidiária com o objeto exclusivo de administrar seus próprios recursos.

§ 6º) A modificação desta cláusula estatutária somente poderá ser deliberada pela Assembléia Geral com a aprovação prévia de acionistas titulares de mais da metade das ações preferenciais, reunidos em assembléia especial.

CAPÍTULO VIII – Juízo Arbitral.

Art. 39) A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, nos termos do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado ("Regulamento de Arbitragem") da BOVESPA, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos das disposições contidas na Lei n.º 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de

capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2, do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 e do Regulamento de Arbitragem.

§ único) A lei brasileira será a única aplicável ao mérito de toda e qualquer controvérsia, bem como à execução, interpretação e validade da presente cláusula compromissória. O procedimento arbitral terá lugar na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral. A arbitragem deverá ser administrada pela própria Câmara de Arbitragem do Mercado, sendo conduzida e julgada de acordo com as disposições pertinentes do Regulamento de Arbitragem.

CAPÍTULO IX - Disposições Gerais.

Art. 40) A Companhia poderá ser dissolvida e liquidada nos casos e pela forma prevista em lei.

Art. 41) Os casos omissos neste Estatuto serão regulados pelas disposições legais em vigor, aplicáveis à espécie.

<><><><><><><>

6. VOTAÇÃO : Todas as deliberações foram tomadas por unanimidade de votos dos acionistas presentes titulares de direito de voto na correspondente votação.

7. PROPOSTAS E DOCUMENTOS: As propostas para as deliberações tomadas nesta Assembléia constam do livro de atas do Conselho de Administração. Não houve declaração de voto, dissidência ou protesto de acionistas.

8. APROVAÇÃO DA ATA: A ata, redigida na forma prevista pelo art. 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76, foi lida, aprovada e transcrita no livro próprio, sendo assinada pelos acionistas presentes, que autorizam sua publicação com omissão de suas assinaturas. **São Paulo, 27 de março de 2006.** aa) Jorge Eduardo Saraiva – Presidente; Ruy Mendes Gonçalves – Secretário; Maria Cecília Saraiva Mendes Gonçalves; Maria Eugênia Saraiva Mendes Gonçalves (p.p. Ruy Mendes Gonçalves); Maria Henriqueta Saraiva Mendes Gonçalves (p.p. Ruy Mendes Gonçalves); Maria Sylvia Saraiva Mendes Gonçalves (p.p. Ruy Mendes Gonçalves); Maria Helena Saraiva; José Luiz Machado Alvim de Próspero; Antônio Luiz de Toledo Pinto; Sônia Regina Alves dos Santos; Henrique José Branco Brazão Farinha.

Certifico que a presente confere com a ata original, lançada no Livro de Atas de Assembléias Gerais.

São Paulo, 27 de março de 2006.

Ruy Mendes Gonçalves - Secretário

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DEFESA DA CIDADANIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO 90.847/06-4
CRISTIANE DA SILVA F. CORREA
SECRETÁRIA GERAL
JUCESP

JUCESP PROTOCOLO
267273/06-0

SARAIVA S/A LIVREIROS EDITORES
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 60.500.139/0001-26
NIRC 35300025300

ATA DA ASSEMBLÉIA ESPECIAL DE ACIONISTAS TITULARES DE AÇÕES PREFERENCIAIS REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2006.

Aos 27 dias de março de 2006, às 15:00 horas, reuniram-se, **NO EDIFÍCIO DA DIRETORIA, NA RUA DR. EDGAR THEOTÔNIO SANTANA, 206, 3º ANDAR, BARRA FUNDA (CEP: 01140-030), SÃO PAULO-SP**, em atenção à convocação feita pelo Conselho de Administração de Saraiva S.A. Livreiros Editores, deliberada na reunião realizada em 09 de março de 2006, às 14 horas, os acionistas titulares de ações preferenciais que assinam a presente ata, todos regularmente representados de acordo com instrumentos arquivados na Companhia, para deliberarem, para os fins do art. 136, § 1º, da Lei n.º 6.404/76, e do art. 8º, do Estatuto Social, sobre os itens da Ordem do Dia constantes do Edital de Convocação publicado nos dias 22, 23 e 24 de março de 2006, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e na Gazeta Mercantil, quais sejam: (i) modificação dos direitos e vantagens conferidos aos acionistas titulares de ações preferenciais, com a conseqüente alteração dos artigos 5º, § 1º, e 6º, exclusão do artigo 8º e renumeração dos demais dispositivos estatutários; (ii) alteração do Capítulo VI do Estatuto Social, de modo a modificar as regras relativas à alienação do controle da Companhia e a incluir regras aplicáveis às hipóteses de cancelamento do registro de companhia aberta e de descontinuidade das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da BOVESPA a serem adotadas pela Companhia; (iii) alteração, no artigo 38, do conceito de disponibilidade financeira; e (iv) inclusão do Capítulo VIII no Estatuto Social, referente à escolha do juízo arbitral como mecanismo de solução de controvérsias entre a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal. A Assembléia foi presidida pelo Sr. Jorge Eduardo Saraiva, Presidente do Conselho de Administração, e secretariada pelo Sr. Ruy Mendes Gonçalves. Após os esclarecimentos e debates, foram aprovados, por unanimidade de votos, tendo abstido-se de votar os Srs. Jorge Eduardo Saraiva e Ruy Mendes Gonçalves, os itens da Ordem do Dia constantes do Edital de Convocação publicada nos dias 22, 23 e 24 de março de 2006, os quais serão objeto de deliberação em Assembléia Geral Extraordinária, conforme segue: I – NO ARTIGO 5º, § 1º: inclusão de nova alínea "a" prevendo direito de voto restrito aos acionistas titulares de ações preferenciais, renumeração das demais alíneas e alteração da redação da alínea "b", passando o referido artigo 5º, § 1º, a ter a seguinte redação: "**Art. 5º)** ..... **§ 1º)** Constituem direitos ou vantagens assegurados aos acionistas titulares de ações preferenciais da Companhia: **a)** direito de voto restrito, na forma descrita no artigo 6º abaixo; **b)** direito de alienar as ações preferenciais na hipótese de Alienação do Poder de Controle da Companhia, nos termos do Capítulo VI deste Estatuto; **c)** dividendos iguais aos atribuídos às ações ordinárias; **d)** participação na distribuição de ações bonificadas provenientes de capitalização de reservas, lucros acumulados e de quaisquer outros fundos, em igualdade de condições com os acionistas titulares de ações ordinárias." II – NO ARTIGO 6º: especificação das matérias em que os acionistas titulares de ações preferenciais terão direito de voto e inclusão do § único, passando o referido artigo 6º a ter a seguinte redação: "**Art. 6º)** As ações preferenciais da Companhia, cujo número poderá corresponder, nos termos do artigo 8º, § 1º, III, da Lei nº 10.303/01, a até 2/3 (dois terços) do total das ações emitidas, conferem aos seus detentores o direito de voto em relação às seguintes matérias: **I)** transformação, incorporação, fusão ou cisão

da Companhia; **II)** aprovação de contratos entre a Companhia e o Acionista Controlador (conforme definido no parágrafo primeiro do artigo 22 deste Estatuto), diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em Assembléia Geral; **III)** avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; **IV)** escolha de instituição ou empresa especializada para determinação do Valor Econômico da Companhia, nas hipóteses estabelecidas nos artigos 28 e 29 deste Estatuto; **V)** alteração ou modificação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das seguintes disposições: **a)** o atendimento ao disposto no Capítulo VI deste Estatuto; **b)** a observância, na eleição do Conselho de Administração, do mandato unificado de, no máximo, 2 (dois) anos, e das demais disposições referentes ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal contidas no Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2; **c)** o atendimento ao disposto no Capítulo VIII deste Estatuto; **d)** qualquer dos direitos estabelecidos no artigo 5º, §1º, e no artigo 6º, I a IV, deste Estatuto. **§ único)** O direito de voto previsto no inciso V deste artigo prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2." III – NO ARTIGO 8º: exclusão desse artigo, com a renumeração dos demais dispositivos estatutários. IV – NO CAPÍTULO VI: alteração das regras relativas à alienação do controle da Companhia e a inclusão de regras aplicáveis às hipóteses de cancelamento do registro de companhia aberta e de descontinuidade das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da BOVESPA a serem adotadas pela Companhia, passando o Capítulo VI a ter a seguinte redação: "**CAPÍTULO VI - Alienação do Controle Acionário, Cancelamento do Registro de Companhia Aberta e Descontinuidade das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2. Art. 22)** A Alienação do Poder de Controle da Companhia tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 e a correção monetária prevista no § 5º abaixo, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário ao Acionista Controlador Alienante, observadas as disposições contidas no artigo 24. **§ primeiro)** Para os fins deste Estatuto, os seguintes termos iniciados em letras maiúsculas terão os seguintes significados: "Acionista Controlador" significa (i) o acionista que exerça o Poder de Controle da Companhia; (ii) os acionistas não vinculados por acordo de acionistas que exerçam o Poder de Controle da Companhia; ou (iii) o grupo de acionistas vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum que exerça o Poder de Controle da Companhia. "Acionista Controlador Alienante" significa o Acionista Controlador quando este promove a Alienação do Poder de Controle da Companhia. "Ações de Controle" significa o bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es), o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle da Companhia. "Ações em Circulação" significa todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas vinculadas, por administradores da Companhia e aquelas em tesouraria. "Alienação de Controle da Companhia" significa a transferência a terceiro, a título oneroso, das Ações de Controle. "Poder de Controle" significa o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito. Há presunção relativa de titularidade do controle em relação à(s) pessoa(s) ou ao grupo de pessoas vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum (grupo de controle) que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas três últimas Assembléias Gerais da Companhia, ainda que não seja

titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante. "Valor Econômico" significa o valor da Companhia e de suas ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). **§ segundo)** A negociação de Ações de Controle entre o Acionista Controlador identificado no Contrato de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa – Nível 2 e seus herdeiros necessários e, ainda, entre esses herdeiros, desde que os mesmos exerçam o Poder de Controle da Companhia, mesmo que implique a consolidação do Poder de Controle em apenas um acionista, não constitui Alienação do Poder de Controle, não dando causa, portanto, à obrigação de realizar oferta pública nos termos do caput deste artigo e do caput do artigo 24 abaixo. **§ terceiro)** No caso de alienação de ações pertencentes a um ou mais acionistas que exerçam o Poder de Controle a terceiro(s), a oferta pública prevista no caput deste artigo e no caput do artigo 24 abaixo somente será exigida a partir da alienação do número de ações necessário ao exercício do Poder de Controle por esse(s) terceiro(s). **§ quarto)** Não caracterizam Alienação do Poder de Controle as seguintes situações: a) a integralização, com ações da Companhia, de capital social de sociedade que em função dessa integralização torne-se controladora da Companhia e seja controlada pelo Acionista Controlador; e b) redução do capital social da referida sociedade controladora, com devolução das ações, ou dissolução dessa sociedade, ou ainda no caso de cisão dessa sociedade, desde que as sociedades resultantes, às quais tenha sido atribuída a titularidade de ações ordinárias da Companhia, sejam integradas apenas pelo Acionista Controlador. **§ quinto)** Para os fins deste Capítulo, a correção monetária será feita de acordo com as seguintes regras: a) o índice a ser utilizado será o IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado), apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), ou o que o substituir; b) desconhecido o IGP-M do mês em curso, será utilizado o último divulgado; c) aplica-se o índice de correção pro rata dia; d) a correção monetária terá por data inicial a do pagamento, ou pagamentos, feitos ao Acionista Controlador Alienante para a aquisição das Ações de Controle, e, por data final, a do pagamento, ou pagamentos, feitos em favor dos demais acionistas detentores de ações ordinárias e/ou preferenciais; e) sempre que devida a correção monetária, serão devidos também os juros pagos pela Caderneta de Poupança, nesses não incluída a Taxa Referencial – TR, ou o índice que a substituir. **Art. 23)** A oferta pública referida no artigo anterior também deverá ser realizada: **I)** nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação de Controle da Companhia; e **II)** em caso de alienação do controle do Acionista Controlador da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA ("BOVESPA") o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que o comprove. **Art. 24)** A oferta pública aos detentores das ações ordinárias deverá ser realizada por um valor de 100% (cem por cento) do valor pago pelas Ações de Controle e a oferta pública aos detentores das ações preferenciais deverá ser realizada por um valor mínimo de 90% (noventa por cento) do valor pago pelas Ações de Controle. **§ único)** A modificação desta cláusula estatutária, no que se refere à oferta pública a ser realizada aos detentores de ações preferenciais, somente poderá ser deliberada pela Assembléia Geral com a aprovação prévia de acionistas titulares de mais da metade das ações preferenciais, reunidos em assembléia especial. **Art. 25)** Aquele que já detiver ações da Companhia e venha a adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a: **I)** efetivar a oferta pública referida no artigo 22 deste Estatuto; e **II)** ressarcir os acionistas dos quais tenha comprado ações em bolsa de valores nos 6 (seis) meses anteriores à data de Alienação de Controle da Companhia, devendo pagar a estes a eventual

diferença entre o preço pago ao Acionista Controlador Alienante e o valor pago em bolsa de valores por ações da Companhia nesse mesmo período, devendo ambos os valores serem atualizados de acordo com o § 5º do artigo 22 acima. **Art. 26)** A Companhia não registrará qualquer transferência de ações para o comprador do Poder de Controle ou para o(s) acionista(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto esse(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores nos termos do disposto no Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2, que será imediatamente enviado à BOVESPA. **Art. 27)** Nenhum acordo de acionistas que disponha sobre o exercício de Poder de Controle poderá ser registrado na sede da Companhia, sem que os seus signatários tenham subscrito o Termo de Anuência dos Controladores, que será imediatamente enviado a BOVESPA. **Art. 28)** Na oferta pública de aquisição de ações a ser realizada para o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado em laudo de avaliação. **Art. 29)** Caso os acionistas reunidos em Assembléia Geral Extraordinária deliberem: (i) a descontinuidade das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 para que as ações da Companhia passem a ter registro para negociação fora do Nível 2 ou (ii) a reorganização societária da qual a companhia resultante não seja classificada como detentora de padrão de Governança Corporativa do Nível 2, o acionista ou grupo de acionistas que detiver o Poder de Controle da Companhia deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, cujo preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado em laudo de avaliação respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis. **Art. 30)** O laudo de avaliação previsto nos artigos 28 e 29 deste Estatuto deverá ser elaborado por empresa especializada, com experiência comprovada e independente da Companhia, seus administradores e controladores, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei nº 6.404/76 e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo artigo da lei. **§ 1º)** A escolha da empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia é de competência da Assembléia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, e cabendo a cada ação, independentemente da espécie ou classe e respeitado o disposto no artigo 6º, IV, o direito a um voto, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes na Assembléia Geral, que se instalada em primeira convocação deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação, ou que se instalada em segunda convocação poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação. **§ 2º)** Os custos de elaboração do laudo de avaliação exigido deverão ser assumidos integralmente pelo ofertante." V – NO ARTIGO 38, § 1º, alínea "b": alteração do conceito de disponibilidade financeira, que deixa de ser a soma dos valores contabilizados sob as rubricas "caixa e bancos" e "aplicações financeiras" e passa a ser a soma dos valores contabilizados sob as rubricas "caixa e bancos" e "aplicações financeiras" subtraída a soma dos valores contabilizados sob as rubricas "empréstimos e financiamentos" do passivo circulante e "empréstimos e financiamentos" do exigível a longo prazo, passando o artigo 38, § 1º, alínea "b", a ter a seguinte redação: **Art. 38)** .....**§ 1º)** Para os fins de aplicação deste dispositivo: **a)** ...; e **b)** a disponibilidade financeira corresponderá à soma dos valores contabilizados sob as rubricas "caixa e bancos" e "aplicações financeiras" subtraída a soma dos valores contabilizados sob as rubricas "empréstimos e financiamentos" do passivo circulante e "empréstimos e financiamentos" do exigível a longo prazo." VI – CAPÍTULO VIII: inclusão desse novo Capítulo no Estatuto Social, referente à escolha do juízo arbitral como mecanismo de solução de controvérsias entre a Companhia, seus acionistas, administradores e

membros do Conselho Fiscal, passando o Capítulo VIII a ter a seguinte redação: **"CAPÍTULO VIII - Juízo Arbitral. Art. 39)** A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, nos termos do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado ("Regulamento de Arbitragem") da BOVESPA, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos das disposições contidas na Lei n.º 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2, do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 e do Regulamento de Arbitragem. **§ único)** A lei brasileira será a única aplicável ao mérito de toda e qualquer controvérsia, bem como à execução, interpretação e validade da presente cláusula compromissória. O procedimento arbitral terá lugar na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral. A arbitragem deverá ser administrada pela própria Câmara de Arbitragem do Mercado, sendo conduzida e julgada de acordo com as disposições pertinentes do Regulamento de Arbitragem." Em seguida, todos os acionistas presentes manifestaram expressamente sua renúncia ao exercício do direito de retirada fundado nessas alterações estatutárias, previsto no art. 137 e § 1º, e demais dispositivos da Lei nº 6.404/76, em relação às ações preferenciais que titularizam ou vierem a titularizar, obrigando-se por si e por seus sucessores. Concluídos os trabalhos, o Sr. Presidente encerrou a Assembléia e determinou que se lavrasse a presente ata, que é assinada por todos os acionistas presentes, os quais autorizam a sua publicação com omissão de suas assinaturas. **São Paulo, 27 de março de 2006.** aa) Jorge Eduardo Saraiva – Presidente; Ruy Mendes Gonçalves – Secretário; Dynamo Puma II Fundo de Investimentos em Participações (p.p. Antônio Alberto Gouvêa Vieira Filho); Puma Invest L.L.C. (p.p. Antônio Alberto Gouvêa Vieira Filho); IP Seleção Fundo de Investimento em Ações (p.p. Pedro Hermes da Fonseca Rudge); IP-Participações Fundo de Investimento em Ações (p.p. Pedro Hermes da Fonseca Rudge); IP-Participações Institucional Fundo de Investimento em Ações (p.p. Pedro Hermes da Fonseca Rudge); IP-Green Fundo de Investimento em Ações Previdenciário (p.p. Pedro Hermes da Fonseca Rudge); Hatteras L.L.C. (p.p. Pedro Hermes da Fonseca Rudge), Banesprev Mais Valor Ações Fundo de Investimento (p.p. Pedro Hermes da Fonseca Rudge); Samambaia V Fundo de Investimento em Ações (p.p. Pedro Hermes da Fonseca Rudge).

Certifico que a presente confere com a ata original, lançada no Livro de Atas de Assembléias Gerais.

São Paulo, 27 de março de 2006.

Ruy Mendes Gonçalves - Secretário

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DEFESA DA CIDADANIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO 90.848/06-8
CRISTIANE DA SILVA F. CORRÊA
SECRETÁRIA GERAL
JUCESP

ANEXO B

Declara ı es da Companhia, do Acionista Controlador, dos Acionistas Vendedores e do Coordenador L der, de que trata o artigo 56 da Instru ª o CVM 400.

São Paulo, 07 de abril de 2006

SUPERINTENDÊNCIA DE REGISTRO – SRE
Comissão de Valores Mobiliários – CVM
Rua Sete de Setembro, n.º 111 – 33º andar
Rio de Janeiro – RJ

At.: SR. CARLOS ALBERTO REBELLO SOBRINHO

Ref.: PEDIDO DE REGISTRO DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DE AÇÕES PREFERENCIAIS DE EMISSÃO DA SARAIVA S.A. LIVREIROS EDITORES

Prezados Senhores,

A SARAIVA S.A. LIVREIROS EDITORES, sociedade por ações com sede na Av. Marquês de São Vicente nº 1691, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.500.139/0001-26, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Companhia"), , no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações preferenciais, nominativas, escrituras de emissão da Companhia e de titularidade de Jorge Eduardo Saraiva ("Acionista Controlador"), IP Participações Fundo de Investimento em Ações, IP Participações Institucional Fundo de Investimento em Ações, Banesprev Mais Valor Ações Fundo de Investimento, Hatteras LLC, IP-Green Fundo de Investimento em Ações Previdenciário, IP Seleção Fundo de Investimento em Ações, Samambaia V Fundo de Investimento em Ações, Maria Eugênia Saraiva Mendes Gonçalves, Maria Sylvia Saraiva Mendes Gonçalves, Maria Helena Saraiva, Olga Maria Barbosa Saraiva, Ruy Mendes Gonçalves e International Finance Corporation, este último se exercida a opção de lote adicional de até 20% do total das Ações, conforme dispõe o artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400 ("Acionistas Não-Controladores" e conjuntamente com o Acionista Controlador, "Acionistas Vendedores") ("Oferta Pública"), vem, pela presente, apresentar a declaração de que trata o artigo 56, parágrafo 5º, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM 400").

Para tal fim e efeito, segue abaixo a referida declaração.

DECLARAÇÃO

Considerando que:

a. a Companhia, os Acionistas Vendedores e o Banco Santander Brasil S.A. ("Coordenador Líder") constituíram seus respectivos consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta Pública;

b. foi efetuada *due diligence* na Companhia, que teve início em 18 de janeiro de 2006 e prosseguirá até a data da divulgação do prospecto definitivo da Oferta Pública ("Prospecto Definitivo");

c. foram disponibilizados pela Companhia e pelo Acionista Controlador os documentos que a Companhia e o Acionista Controlador consideraram materialmente relevantes para a Oferta Pública;

d. além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia e ao Acionista Controlador, os quais a Companhia e o Acionista Controlador confirmam terem disponibilizado; e

e. a Companhia e o Acionista Controlador confirmam terem disponibilizado todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do Coordenador Líder e de seus consultores legais, com o fim de permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta Pública;

a Companhia declara que:

(i) as informações prestadas pela Companhia, bem como as fornecidas ao mercado durante a distribuição das ações a serem ofertadas integraram o prospecto preliminar da Oferta Pública ("Prospecto Preliminar") e integrarão o prospecto definitivo da Oferta Pública ("Prospecto Definitivo"), são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Pública;

(ii) o Prospecto Preliminar contivesse, e o Prospecto Definitivo conterá as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta Pública, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes;

(iii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400;

Adicionalmente, a Companhia declara que as informações a serem prestadas, por ocasião do arquivamento do Prospecto Definitivo, serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes.

Sendo o que cumpria para o momento, renovam os votos de estima e consideração e subscrevem-se,

***

[Página de assinatura da declaração de que trata o artigo 56, parágrafo 5º, da Instrução CVM nº 400 no âmbito do Pedido de Registro da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Preferenciais de Emissão da Saraiva S.A. Livreiros Editores.]

Companhia

SARAIVA S.A. LIVREIROS EDITORES

Nome: JORGE EDUARDO SARAIVA
Cargo: DIRETOR PRESIDENTE

Nome: JOÃO LUÍS RAMOS HOPP
Cargo: DIRETOR FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

São Paulo, 07 de abril de 2006

SUPERINTENDÊNCIA DE REGISTRO – SRE
Comissão de Valores Mobiliários – CVM
Rua Sete de Setembro, n.º 111 – 33º andar
Rio de Janeiro – RJ

At.: SR. CARLOS ALBERTO REBELLO SOBRINHO

Ref.: PEDIDO DE REGISTRO DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DE AÇÕES PREFERENCIAIS DE EMISSÃO DA SARAIVA S.A. LIVREIROS EDITORES

Prezados Senhores,

JORGE EDUARDO SARAIVA ("Acionista Controlador"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações preferenciais de emissão da SARAIVA S.A. LIVREIROS EDITORES, sociedade por ações com sede na Av. Marquês de São Vicente, nº 1691, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.500.139/0001-26 ("Companhia") e de titularidade do Acionista Controlador, IP Participações Fundo de Investimento em Ações, IP Participações Institucional Fundo de Investimento em Ações, Banesprev Mais Valor Ações Fundo de Investimento, Hatteras LLC, IP-Green Fundo de Investimento em Ações Previdenciário, IP Seleção Fundo de Investimento em Ações, Samambaia V Fundo de Investimento em Ações, Maria Eugênia S. M. Gonçalves, Maria Sylvia S. M. Gonçalves, Maria Helena Saraiva, Olga Maria Barbosa Saraiva, Ruy Mendes Gonçalves e International Finance Corporation, este último se exercida a opção de lote adicional de até 20% do total das Ações, conforme dispõe o artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400 ("Acionistas Não-Controladores" e conjuntamente com o Acionista Controlador, "Acionistas Vendedores") ("Oferta Pública"), vêm, pela presente, apresentar a declaração de que trata o artigo 56, parágrafo 5º, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM 400").

Para tal fim e efeito, segue abaixo a referida declaração.

DECLARAÇÃO

Considerando que:

a. a Companhia, os Acionistas Vendedores e o Banco Santander Brasil S.A. ("Coordenador Líder") constituíram seus respectivos consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta Pública;

b. foi efetuada *due diligence* na Companhia, que teve início em 18 de janeiro de 2006 e prosseguirá até a data da divulgação do prospecto definitivo da Oferta Pública ("Prospecto Definitivo");

c. foram disponibilizados pela Companhia e pelo Acionista Controlador os documentos que a Companhia e o Acionista Controlador consideraram materialmente relevantes para a Oferta Pública;

d. além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia e ao Acionista Controlador, os quais a Companhia e o Acionista Controlador confirmam terem disponibilizado; e

e. a Companhia e o Acionista Controlador confirmam terem disponibilizado todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do Coordenador Líder e de seus consultores legais, com o fim de permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta Pública;

o Acionista Controlador declara que:

(i) as informações prestadas pelo Acionista Controlador, bem como as fornecidas ao mercado durante a distribuição das ações a serem ofertadas que integraram o prospecto preliminar da Oferta Pública ("Prospecto Preliminar") e integrarão o prospecto definitivo da Oferta Pública ("Prospecto Definitivo"), são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Pública;

(ii) o Prospecto Preliminar contivesse, e o Prospecto Definitivo conterá as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta Pública, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes;

(iii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400;

Adicionalmente, o Acionista Controlador declara que as informações a serem prestadas, por ocasião do arquivamento do Prospecto Definitivo, serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes.

Sendo o que cumpria para o momento, renovam os votos de estima e consideração e subscrevem-se,

***

[Página de assinatura da declaração de que trata o artigo 56, parágrafo 5º, da Instrução CVM nº 400 no âmbito do Pedido de Registro da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Preferenciais de Emissão da Saraiva S.A. Livreiros Editores.]

JORGE EDUARDO SARAIVA

RG: 2517633 - SP

São Paulo, 07 de abril de 2006

SUPERINTENDÊNCIA DE REGISTRO – SRE
Comissão de Valores Mobiliários – CVM
Rua Sete de Setembro, n.º 111 – 33º andar
Rio de Janeiro – RJ

At.: SR. CARLOS ALBERTO REBELLO SOBRINHO

Ref.: PEDIDO DE REGISTRO DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DE AÇÕES PREFERENCIAIS DE EMISSÃO DA SARAIVA S.A. LIVREIROS EDITORES

Prezados Senhores,

IP PARTICIPAÇÕES FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, IP PARTICIPAÇÕES INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, BANESPREV MAIS VALOR AÇÕES FUNDO DE INVESTIMENTO, HATTERAS LLC, IP-GREEN FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES PREVIDENCIÁRIO, IP SELEÇÃO FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, SAMAMBAIA V FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, MARIA EUGÊNIA S. M. GONÇALVES, MARIA SYLVIA S. M. GONÇALVES, MARIA HELENA SARAIVA, OLGA MARIA BARBOSA SARAIVA E RUY MENDES GONÇALVES ("Acionistas Não-Controladores"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações preferenciais da SARAIVA S.A. LIVREIROS EDITORES, sociedade por ações com sede na Av. Marquês de São Vicente, nº 1691, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.500.139/0001-26 ("Companhia") ("Oferta Pública"), vem, pela presente, apresentar a declaração de que trata o artigo 56, parágrafo 5º, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM 400").

Para tal fim e efeito, segue abaixo a referida declaração.

DECLARAÇÃO

Considerando que:

a. os Acionistas Não-Controladores constituíram seus respectivos consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta Pública;

b. foi efetuada *due diligence* na Companhia, que teve início em 18 de janeiro de 2006 e prosseguirá até a data da divulgação do prospecto definitivo da Oferta Pública ("Prospecto Definitivo");

c. foram disponibilizados pela Companhia e pelo acionista controlador Jorge Eduardo Saraiva ("Acionista Controlador") os documentos que a Companhia e o Acionista Controlador consideraram materialmente relevantes para a Oferta Pública;

d. além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelos Acionistas Não-Controladores documentos e informações adicionais relativos à Companhia e ao Acionista Controlador, os quais a Companhia e o Acionista Controlador confirmaram terem disponibilizado; e

e. a Companhia e o Acionista Controlador confirmaram terem disponibilizado todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise dos Acionistas Não-Controladores e de seus consultores legais, com o fim de permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta Pública;

os Acionistas Não-Controladores declaram que tomaram, e tomarão, todas as cautelas e agiram, com elevados padrões de diligência para assegurar que:

(i) as informações prestadas pela Companhia e pelo Acionista Controlador, bem como as fornecidas ao mercado durante a distribuição das ações a serem ofertadas que integraram o prospecto preliminar da Oferta Pública ("Prospecto Preliminar") e integrarão o prospecto definitivo da Oferta Pública ("Prospecto Definitivo"), sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Pública;

(ii) o Prospecto Preliminar contivesse, e o Prospecto Definitivo conterá as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta Pública, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes;

(iii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400;

Em conformidade com o artigo 56 e seus parágrafos 1° e 3°, da Instrução CVM 400, a declaração prestada pelos Acionistas Não-Controladores e a extensão da responsabilidade por eles assumida por conta desta declaração, está limitada pelos pressupostos acima.

Sendo o que cumpria para o momento, renovam os votos de estima e consideração e subscrevem-se,

[Página de assinatura da declaração de que trata o artigo 56, da Instrução CVM nº 400 no âmbito do Pedido de Registro de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Preferenciais de Emissão da Saraiva S.A. Livreiros Editores]

IP PARTICIPAÇÕES FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES

GESTOR: INVESTIDOR PROFISSIONAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA.

Nome: ISABELLA SADOYA
Cargo: SÓCIA - DIRETORA

Nome: PEDRO HENRIQUE CHERMONT DE MIRANDA
Cargo: SOCIO - DIRETOR

[Página de assinatura da declaração de que trata o artigo 56, da Instrução CVM nº 400 no âmbito do Pedido de Registro de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Preferenciais de Emissão da Saraiva S.A. Livreiros Editores]

IP PARTICIPAÇÕES INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES

GESTOR: INVESTIDOR PROFISSIONAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA.

Nome: ISABELLA SARAIVA
Cargo: SÓCIA-DIRETORA

Nome: PEDRO HENRIQUE CHERMONT DE MIRANDA
Cargo: SÓCIO - DIRETOR

[Página de assinatura da declaração de que trata o artigo 56. da Instrução CVM nº 400 no âmbito do Pedido de Registro de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Preferenciais de Emissão da Saraiva S.A. Livreiros Editores]

BANESPREV MAIS VALOR AÇÕES FUNDO DE INVESTIMENTO

GESTOR: INVESTIDOR PROFISSIONAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA.

Nome: ISABELLA SARDIX
Cargo: SÓCIA - DIRETORA

Nome: PEDRO HENRIQUE CHERMONT DE MIRANDA
Cargo: SÓCIO - DIRETOR

[Página de assinatura da declaração de que trata o artigo 56, da Instrução CVM nº 400 no âmbito do Pedido de Registro de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Preferenciais de Emissão da Saraiva S.A. Livreiros Editores]

HATTERAS LLC

GESTOR: INVESTIDOR PROFISSIONAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA.

Nome: ISABELLA SABOYA
Cargo: SÓCIA-DIRETORA

Nome: PEDRO HENRIQUE CHERMONT DE MIRANDA
Cargo: SÓCIO - DIRETOR

[Página de assinatura da declaração de que trata o artigo 56, da Instrução CVM nº 400 no âmbito do Pedido de Registro de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Preferenciais de Emissão da Saraiva S.A. Livreiros Editores]

IP-GREEN FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES PREVIDENCIÁRIO

GESTOR: INVESTIDOR PROFISSIONAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA.

Nome: ISABELLA SIMONA
Cargo: SÓCIA - DIRETORA

Nome: PEDRO HENRIQUE CHERMONT DE MIRANDA
Cargo: SÓCIO - DIRETOR

[Página de assinatura da declaração de que trata o artigo 56, da Instrução CVM nº 400 no âmbito do Pedido de Registro de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Preferenciais de Emissão da Saraiva S.A. Livreiros Editores]

IP SELEÇÃO FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES

GESTOR: INVESTIDOR PROFISSIONAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA.

Nome: ISABELLA SABOSTA
Cargo: SÓCIA - DIRETORA

Nome: PEDRO HENRIQUE CHERMONT DE MIRANDA
Cargo: SOCIO - DIRETOR

[Página de assinatura da declaração de que trata o artigo 56, da Instrução CVM nº 400 no âmbito do Pedido de Registro de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Preferenciais de Emissão da Saraiva S.A. Livreiros Editores]

SAMAMBAIA V FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES

GESTOR: INVESTIDOR PROFISSIONAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA.

Nome: ISABELLA SACOTA
Cargo: SÓCIA - DIRETORA

Nome: PEDRO HENRIQUE CHERMONT DE MIRANDA
Cargo: SOCIO - DIRETOR

[Página de assinatura da declaração de que trata o artigo 56, da Instrução CVM nº 400 no âmbito do Pedido de Registro de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Preferenciais de Emissão da Saraiva S.A. Livreiros Editores]

MARIA EUGÊNIA S. M. GONÇALVES

RG: 1220 8815-3

[Página de assinatura da declaração de que trata o artigo 56, da Instrução CVM nº 400 no âmbito do Pedido de Registro de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Preferenciais de Emissão da Saraiva S.A. Livreiros Editores]

MARIA SYLVIA S. M. GONÇALVES

Maria Sylvia SMG

RG: 1220 8814.

[Página de assinatura da declaração de que trata o artigo 56, da Instrução CVM nº 400 no âmbito do Pedido de Registro de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Preferenciais de Emissão da Saraiva S.A. Livreiros Editores]

MARIA HELENA SARAIVA

RG: 2025831

[Página de assinatura da declaração de que trata o artigo 56, da Instrução CVM nº 400 no âmbito do Pedido de Registro de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Preferenciais de Emissão da Saraiva S.A. Livreiros Editores]

OLGA MARIA BARBOSA SARAIVA

Olga Maria Barbosa Saraiva

RG: 5869021-9

[Página de assinatura da declaração de que trata o artigo 56, da Instrução CVM nº 400 no âmbito do Pedido de Registro de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Preferenciais de Emissão da Saraiva S.A. Livreiros Editores]

RUY MENDES GONÇALVES

RG:

Text_SP_1135206v8_1086/25
~~Text_SP_1135206v8_1086/25~~

São Paulo, 07 de abril de 2006

SUPERINTENDÊNCIA DE REGISTRO – SRE
Comissão de Valores Mobiliários – CVM
Rua Sete de Setembro, n.º 111 – 33º andar
Rio de Janeiro – RJ

At.: SR. CARLOS ALBERTO REBELLO SOBRINHO

Ref.: PEDIDO DE REGISTRO DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DE AÇÕES PREFERENCIAIS DE EMISSÃO DA SARAIVA S.A. LIVREIROS EDITORES

Prezados Senhores,

INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION ("IFC"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações preferenciais da SARAIVA S.A. LIVREIROS EDITORES, sociedade por ações com sede na Av. Marquês de São Vicente, nº 1691, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.500.139/0001-26 ("Companhia") ("Oferta Pública"), vem, pela presente, apresentar a declaração de que trata o artigo 56, parágrafo 5º, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM 400").

Para tal fim e efeito, segue abaixo a referida declaração.

DECLARAÇÃO

Considerando que:

a. o IFC alienará 300.000 Ações de sua titularidade no âmbito da Oferta Pública, conforme dispõe o artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400 ("Ações Adicionais");

b. o IFC constituiu seus respectivos consultores legais para auxiliá-lo na implementação da Oferta Pública;

c. foi efetuada *due diligence* na Companhia, que teve início em 18 de janeiro de 2006 e prosseguirá até a data da divulgação do prospecto definitivo da Oferta Pública ("Prospecto Definitivo");

d. foram disponibilizados pela Companhia e pelo acionista controlador Jorge Eduardo Saraiva ("Acionista Controlador") os documentos que a Companhia e o Acionista Controlador consideraram materialmente relevantes para a Oferta Pública;

e. além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelo IFC documentos e informações adicionais relativos à Companhia e ao Acionista Controlador, os quais a Companhia e o Acionista Controlador confirmaram terem disponibilizado; e

f. a Companhia e o Acionista Controlador confirmaram terem disponibilizado todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do IFC e de seus consultores legais, com o fim de permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta Pública;

o IFC declara que tomou, e tomará, todas as cautelas e agiram, com elevados padrões de diligência para assegurar que:

(i) as informações prestadas pela Companhia e pelo Acionista Controlador, bem como as fornecidas ao mercado durante a distribuição das ações a serem ofertadas que integraram o prospecto preliminar da Oferta Pública ("Prospecto Preliminar") e integrarão o prospecto definitivo da Oferta Pública ("Prospecto Definitivo"), sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Pública;

(ii) o Prospecto Preliminar contivesse, e o Prospecto Definitivo conterá as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta Pública, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes;

(iii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400;

Em conformidade com o artigo 56 e seus parágrafos 1° e 3°, da Instrução CVM 400, a declaração prestada pelo IFC e a extensão da responsabilidade por ele assumida por conta desta declaração, está limitada pelos pressupostos acima.

Sendo o que cumpria para o momento, renovam os votos de estima e consideração e subscrevem-se.

[Página de assinatura da declaração de que trata o artigo 56, da Instrução CVM nº 400 no âmbito do Pedido de Registro de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Preferenciais de Emissão da Saraiva S.A. Livreiros Editores]

INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION

Nome: Saran Kebet-Koulibaly
Cargo: Diretora Associada
América Latina e Caribe

Text_SP 1150162v3 1086/25

São Paulo, 07 de abril de 2006

SUPERINTENDÊNCIA DE REGISTRO – SRE
Comissão de Valores Mobiliários – CVM
Rua Sete de Setembro, n.º 111 – 33º andar
Rio de Janeiro – RJ

At.: SR. CARLOS ALBERTO REBELLO SOBRINHO

Ref.: PEDIDO DE REGISTRO DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DE AÇÕES PREFERENCIAIS DE EMISSÃO DA SARAIVA S.A. LIVREIROS EDITORES

Prezados Senhores,

BANCO SANTANDER BRASIL S.A., instituição financeira, com sede na Rua Amador Bueno, nº 474, Bloco C – 3º andar, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.472.676/0001-72, neste ato representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de coordenador líder ("Coordenador Líder") da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações preferenciais que compreende a emissão de 3.000.000 novas ações preferenciais da SARAIVA S.A. LIVREIROS EDITORES, sociedade por ações com sede na Av. Marquês de São Vicente, nº 1691, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.500.139/0001-26, ("Companhia"), e a distribuição de 4.999.965 ações preferenciais de titularidade de Jorge Eduardo Saraiva ("Acionista Controlador"), IP Participações Fundo de Investimento em Ações, IP Participações Institucional Fundo de Investimento em Ações, Banesprev Mais Valor Ações Fundo de Investimento, Hatteras LLC, IP-Green Fundo de Investimento em Ações Previdenciário, IP Seleção Fundo de Investimento em Ações, Samambaia V Fundo de Investimento em Ações, Maria Eugênia Saraiva Mendes Gonçalves, Maria Sylvia Saraiva Mendes Gonçalves, Maria Helena Saraiva, Olga Maria Barbosa Saraiva Ruy Mendes Gonçalves e International Finance Corporation, este último se exercida a opção de lote adicional de até 20% do total das Ações, conforme dispõe o artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400 ("Acionistas Não-Controladores" e conjuntamente com o Acionista Controlador, "Acionistas Vendedores") ("Oferta Pública"), vem, pela presente, apresentar a declaração de que trata o artigo 56, parágrafo 5º, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM 400").

Para tal fim e efeito, segue abaixo a referida declaração.

DECLARAÇÃO

Considerando que:

a. a Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder constituíram seus respectivos consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta Pública;

b. foi efetuada *due diligence* na Companhia, que teve início em 18 de janeiro de 2006 e prosseguirá até a data da divulgação do prospecto definitivo da Oferta Pública ("Prospecto Definitivo");

c. foram disponibilizados pela Companhia e pelo Acionista Controlador os documentos que a Companhia e o Acionista Controlador consideraram materialmente relevantes para a Oferta Pública;

d. além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia e ao Acionista Controlador, os quais a Companhia e o Acionista Controlador confirmaram terem disponibilizado; e

e. a Companhia e o Acionista Controlador confirmaram terem disponibilizado todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do Coordenador Líder e de seus consultores legais, com o fim de permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta Pública;

o Coordenador Líder declara que tomou, e tomará, todas as cautelas e agiu, com elevados padrões de diligência para assegurar que:

(i) as informações prestadas pela Companhia e pelo Acionista Controlador, bem como as fornecidas ao mercado durante a distribuição das ações a serem ofertadas que integraram o prospecto preliminar da Oferta Pública ("Prospecto Preliminar") e integrarão o prospecto definitivo da Oferta Pública ("Prospecto Definitivo"), sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Pública;

(ii) o Prospecto Preliminar contivesse, e o Prospecto Definitivo conterá as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta Pública, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes;

(iii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400;

Em conformidade com o artigo 56 e seus parágrafos 1° e 3°, da Instrução CVM 400, a declaração prestada pelo Coordenador Líder e a extensão da responsabilidade por ele assumida por conta desta declaração, está limitada pelos pressupostos acima.

Sendo o que cumpria para o momento, renovam os votos de estima e consideração e subscrevem-se,

***

[Página de assinatura da declaração de que trata o artigo 56, parágrafo 5º, da Instrução CVM nº 400 no âmbito do Pedido de Registro da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Preferenciais de Emissão da Saraiva S.A. Livreiros Editores]

Coordenador Líder

BANCO SANTANDER BRASIL S.A.

Nome: Gustavo Adolfo Funcia Murgel	Nome: Luiz Carlos da Silva Cantídio Júnior
Cargo: Diretor-Executivo	Cargo: Diretor-Executivo

HCCN
Santander Banespa
Jurídico Atacado

ANEXO C

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 09 de Março de 2006, aprovando a Oferta e Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 11 de abril de 2006, aprovando o Preço de Distribuição e aumento de capital.

JUCESP PROTOCOLO
241502/06-8

SARAIVA S.A. LIVREIROS EDITORES
Companhia Aberta
CNPJ/MF Nº 60.500.139/0001-26
NIRC 35300025300

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA NO DIA 09 DE MARÇO DE 2006.

1. Local, Hora e Data: Aos nove dias do mês de março de 2006, às 11:00 horas, no edifício da Diretoria, na Rua Dr. Edgar Theotônio Santana, 206 - São Paulo, SP.

2. Presenças: Reuniram-se todos os membros do Conselho de Administração de SARAIVA S.A. LIVREIROS EDITORES.

3. Mesa: Presidente: Sr. Jorge Eduardo Saraiva. Secretário: Sr. Ruy Mendes Gonçalves.

4. Deliberações: A totalidade dos membros do Conselho de Administração decidiu, por unanimidade dos votos, o seguinte:

4.1 Aprovar a realização de aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, mediante a emissão de novas ações preferenciais, escriturais, sem valor nominal ("Ações"), com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, para fins de distribuição primária (a "Distribuição Primária"), a ser realizada, publicamente, no Brasil, em mercado de balcão não organizado, com esforços de venda no exterior, por meio dos mecanismos de investimento regulado pelo Conselho Monetário Nacional, Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários, em conformidade com o disposto nas isenções de registro previstas na Regra 144A e no Regulamento S, ambas do Securities Act de 1933, dos Estados Unidos da América ("Securities Act"), editado pela Securities and Exchange Comission ("Oferta Brasileira").

4.2 Aprovar a possibilidade de realização de coleta de intenções de investimento.

4.3 Aprovar a exclusão do direito de preferência para subscrição das Ações pelos acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172 da Lei n° 6.404/76 e do Estatuto Social da Companhia;

4.4 Aprovar a possibilidade de a Distribuição Primária contemplar o recebimento de pedidos de reserva, na oferta ao varejo, por acionistas da Companhia, pessoas físicas e investidores não institucionais;

4.5 Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos e quaisquer atos e celebrar todos e quaisquer documentos necessários à execução das deliberações ora aprovadas, incluindo a contratação de Coordenador Líder e outras instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para proceder à Distribuição Primária, após a concessão do competente registro pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM; e,

4.6 Autorizar a lavratura da ata a que se refere a esta reunião de Conselho da Companhia, em forma de sumário, bem como sua publicação com omissão das assinaturas dos Conselheiros presentes, nos termos da legislação vigente.

5. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, de conformidade com o § 5º do art. 15 do Estatuto Social da companhia.

São Paulo, 09 de março de 2006. **Aa)** Jorge Eduardo Saraiva – Presidente; Ruy Mendes Gonçalves – Secretário; Alberto Ribeiro Güth – Conselheiro.

Certifico que a presente confere com a ata original, lançada no Livro de Atas de Assembléias Gerais.

São Paulo, 09 de março de 2006.

Ruy Mendes Gonçalves - Secretário

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DEFESA DA CIDADANIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO 75.798/06-2
CRISTIANE DA SILVA F. CORRÊA
SECRETÁRIA GERAL
JUCESP

SARAIVA S.A. LIVREIROS EDITORES
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 60.500.139/0001-26
NIRC 35300025300

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA NO DIA 11 DE ABRIL DE 2006.

1. Local, Hora e Data: Aos onze dias do mês de abril de 2006, às 19 horas, no edifício da Diretoria, na Rua Dr. Edgar Theotônio Santana, 206 - São Paulo, SP.

2. Presenças: Presentes os seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia: Sr. Jorge Eduardo Saraiva; Sr. Ruy Mendes Gonçalves; Sr. Jorge Saraiva Neto; e Srta. Maria Cecília Saraiva Mendes Gonçalves.

3. Mesa: Presidente: Sr. Jorge Eduardo Saraiva. Secretário: Sr. Ruy Mendes Gonçalves.

4. Deliberações: A totalidade dos membros presentes do Conselho de Administração decidiu, por unanimidade dos votos, o seguinte:

   4.1. Aprovar o aumento do capital social da Companhia em R$ 66.000.000,00 (sessenta milhões de reais), mediante a subscrição de 3.000.000 (três milhões) de ações preferenciais, escriturais, sem valor nominal ("Ações"), dentro do limite do capital autorizado, previsto no Estatuto Social da Companhia, sendo que as Ações a serem emitidas terão características idênticas àquelas das ações preferenciais já existentes, fazendo jus aos mesmos direitos a eles conferidos.

   4.2. Fixar o preço de emissão em R$ 22,00 (vinte e dois reais) por ação, em consonância com o disposto no artigo 170, da Lei nº 6.404/76.

   4.3. Ratificar a exclusão do direito de preferência para subscrição das Ações pelos acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172 da Lei n° 6.404/76 e do Estatuto Social da Companhia.

   4.4. Autorizar a lavratura da ata a que se refere a esta reunião de Conselho da Companhia, em forma de sumário, bem como sua publicação com omissão das assinaturas dos Conselheiros presentes, nos termos da legislação vigente.

5. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, de conformidade com o § 5º do art. 15 do Estatuto Social da companhia. São Paulo, 11 de abril de 2006. aa) Jorge Eduardo Saraiva – Presidente, Ruy Mendes Gonçalves - Secretário. Jorge Saraiva Neto – Conselheiro; Maria Cecília Saraiva Mendes Gonçalves – Conselheira.

Certifico que a presente confere com a Ata original, lançada no livro de Atas de Reunião do Conselho de Administração. **São Paulo, 11 de abril de 2006.**

JORGE EDUARDO SARAIVA - Presidente

ANEXO D

Demonstra ı es Financeiras Trianuais Referentes aos Exerc cios Findos em 31 de Dezembro de 2005, de 2004 e de 2003 e Parecer dos Auditores Independentes.

Saraiva S.A. Livreiros Editores

Demonstrações Financeiras
Referentes aos Exercícios Findos em
31 de Dezembro de 2005, de 2004 e de 2003 e
Parecer dos Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Conselho de Administração da
Saraiva S.A. Livreiros Editores
São Paulo - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais, individual e consolidado, da Saraiva S.A. Livreiros Editores e controlada, levantados em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Sociedade e controlada; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Sociedade e controlada, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Saraiva S.A. Livreiros Editores e controlada em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (controladora) e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 2 de março de 2006

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Maurício Pires de Andrade Resende
Contador
CRC nº 1 MG 049699/O-2 “T” SP

Parecer dos auditores independentes

Aos
Diretores e Acionistas da
Saraiva S.A. Livreiros Editores
São Paulo - SP

Examinamos o balanço patrimonial da Saraiva S.A. Livreiros Editores e o balanço patrimonial consolidado dessa Companhia e suas controladas levantados em 31 de dezembro de 2003 e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Editora e suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Editora e suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Saraiva S.A. Livreiros Editores e a posição patrimonial e financeira consolidada dessa Editora e suas controladas em 31 de dezembro de 2003, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

11 de março de 2004

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Adelino Dias Pinho
Contador CRC 1SP097869/O-6

SARAIVA S.A. LIVREIROS EDITORES

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005, DE 2004 E DE 2003
(Em milhares de reais)

	Editora			Consolidado		
ATIVO	2005	2004	2003	2005	2004	2003
CIRCULANTE						
Disponibilidades	8.641	43.170	1.964	10.132	45.016	8.306
Aplicações financeiras	-	-	-	10.062	-	-
Contas a receber de clientes	59.213	34.140	34.030	90.044	55.895	49.220
Estoques	62.439	65.902	61.437	102.817	98.934	112.039
Impostos a recuperar	7.440	5.136	5.048	7.553	5.387	5.845
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	210	-	4.853	1.409	481
Outras contas a receber	387	147	1.075	515	351	2.740
Despesas do exercício seguinte	420	2.690	2.535	503	2.776	2.616
	138.540	151.395	106.089	226.479	209.768	181.247
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO						
Empresa controladora e controlada	-	-	4.144	-	-	-
Depósitos judiciais	1.660	228	155	11.160	9.128	8.949
Imposto de renda e contribuição social diferidos	651	495	477	6.683	8.553	7.910
Impostos a recuperar	-	2.165	-	-	2.165	-
Outros valores realizáveis	-	75	580	-	77	581
	2.311	2.963	5.356	17.843	19.923	17.440
PERMANENTE						
Investimentos	53.052	46.986	55.151	543	543	3.328
Imobilizado	22.649	25.976	29.346	41.071	43.953	51.597
Diferido	2.142	2.937	1.847	4.570	6.096	7.534
	77.843	75.899	86.344	46.184	50.592	62.459
TOTAL DO ATIVO	218.694	230.257	197.789	290.506	280.283	261.146

	Editora			Consolidado		
PASSIVO	2005	2004	2003	2005	2004	2003
CIRCULANTE						
Empréstimos e financiamentos	3.261	43.220	18.215	5.585	46.332	21.579
Fornecedores	20.860	37.029	44.349	70.022	66.800	72.887
Impostos e contribuições sociais	1.262	1.244	1.806	5.459	3.788	4.953
Provisão para imposto de renda e contribuição social	6.804	-	-	9.939	-	-
Provisão de férias e encargos	2.969	2.495	2.443	4.809	4.306	4.250
Direitos autorais a pagar	5.443	4.762	5.405	5.443	4.762	5.501
Contas e despesas a pagar	5.278	3.974	4.124	9.139	6.804	6.656
Empréstimos de controlada	11.446	11.736	-	-	-	-
Participação dos administradores	3.383	2.023	1.659	4.057	2.023	1.659
Dividendos e juros sobre o capital próprio	11.048	9.351	10.414	11.048	9.351	10.414
	71.754	115.834	88.415	125.501	144.166	127.899
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO						
Empréstimos e financiamentos	7.510	3.565	11.440	8.591	6.838	17.259
Impostos e contribuições sociais	-	-	-	6.413	-	-
Provisão para contingências	2.660	2.200	2.015	13.185	20.461	19.578
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.815	4.771	354	3.815	4.771	354
Outros	-	-	533	-	119	981
	13.985	10.536	14.342	32.004	32.189	38.172
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA	-	-	-	46	41	43
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	46.405	41.977	39.721	46.405	41.977	39.721
Ações em tesouraria	(2.870)	(2.870)	(2.870)	(2.870)	(2.870)	(2.870)
Reservas de capital	13.947	13.947	13.947	13.947	13.947	13.947
Reservas de lucros	74.236	49.596	42.997	74.236	49.596	42.997
Lucros acumulados	1.237	1.237	1.237	1.237	1.237	1.237
	132.955	103.887	95.032	132.955	103.887	95.032
TOTAL DO PASSIVO	218.694	230.257	197.789	290.506	280.283	261.146

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SARAIVA S.A. LIVREIROS EDITORES

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005, DE 2004 E DE 2003
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido do exercício por ação)

	Editora			Consolidado		
	2005	2004	2003	2005	2004	2003
RECEITA BRUTA DE VENDAS	233.516	235.482	214.874	505.623	489.138	443.746
DEDUÇÕES (PIS, COFINS E ICMS)	(186)	(12.713)	(9.996)	(28.377)	(51.450)	(36.146)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	233.330	222.769	204.878	477.246	437.688	407.600
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	(71.736)	(75.535)	(70.209)	(216.839)	(208.055)	(191.362)
LUCRO BRUTO	161.594	147.234	134.669	260.407	229.633	216.238
DESPESAS OPERACIONAIS						
Vendas	62.286	60.309	62.091	130.705	125.500	123.623
Administrativas	35.626	37.433	35.311	48.210	49.059	46.514
Honorários dos administradores	3.383	3.632	2.848	4.736	4.733	4.323
Despesas financeiras:						
Juros sobre o capital próprio	10.129	9.351	10.414	10.129	9.351	10.414
Outras despesas financeiras	5.502	8.462	6.900	7.926	11.779	10.619
Receitas financeiras	(2.034)	(995)	(1.099)	(3.579)	(1.176)	(1.366)
Depreciações e amortizações	5.991	7.920	7.211	10.856	14.028	13.711
Resultado da equivalência patrimonial	(6.066)	2.855	1.336	-	-	-
Outras despesas (receitas)	(51)	632	(233)	423	(36)	(912)
	114.766	129.599	124.779	209.406	213.238	206.926
LUCRO OPERACIONAL	46.828	17.635	9.890	51.001	16.395	9.312
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	25	259	72	(170)	154	(116)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	46.853	17.894	9.962	50.831	16.549	9.196
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(13.574)	(7.016)	(3.789)	(16.873)	(5.673)	(3.025)
LUCRO DO EXERCÍCIO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES	33.279	10.878	6.173	33.958	10.876	6.171
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIA DOS ADMINISTRADORES	(3.383)	(2.023)	(1.659)	(4.057)	(2.023)	(1.659)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ANTES DA PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA	29.896	8.855	4.514	29.901	8.853	4.512
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA	-	-	-	(5)	2	2
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ANTES DA REVERSÃO DOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	29.896	8.855	4.514	29.896	8.855	4.514
REVERSÃO DOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	10.129	9.351	10.414	10.129	9.351	10.414
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	40.025	18.206	14.928	40.025	18.206	14.928
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO (EM R$)	1,74	0,79	0,65			
NÚMERO DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO (EM MILHARES)	22.937	22.937	22.937			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SARAIVA S.A. LIVREIROS EDITORES

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005, DE 2004 E DE 2003
(Em milhares de reais)

			Reservas de capital				
	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de ágio de subscritores	Outras reservas	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002	36.880	(2.467)	8.653	5.294	41.324	1.237	90.921
Deliberação AGO/AGE de 24 de abril de 2003:							
Aumento de capital com reservas	2.841	-	-	-	(2.841)	-	-
Aquisição de ações próprias com reserva de lucros	-	(403)	-	-	-	-	(403)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	14.928	14.928
Proposta de destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	-	-	-	-	747	(747)	-
Transferência para reservas de lucros	-	-	-	-	3.767	(3.767)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(10.414)	(10.414)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003	39.721	(2.870)	8.653	5.294	42.997	1.237	95.032
Deliberação AGO/AGE de 29 de abril de 2004-							
Aumento de capital com reservas	2.256	-	-	-	(2.256)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	18.206	18.206
Proposta de destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	-	-	-	-	910	(910)	-
Transferência para reservas de lucros	-	-	-	-	7.945	(7.945)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(9.351)	(9.351)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004	41.977	(2.870)	8.653	5.294	49.596	1.237	103.887
Deliberação AGO/AGE de 26 de abril de 2005-							
Aumento de capital com reservas	4.428	-	-	-	(4.428)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	40.025	40.025
Dividendos prescritos - reversão de juros sobre o capital próprio não reclamados	-	-	-	-	-	91	91
Proposta de destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	-	-	-	-	2.001	(2.001)	-
Transferência para reservas de lucros	-	-	-	-	27.067	(27.067)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(10.129)	(10.129)
Dividendos	-	-	-	-	-	(919)	(919)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	46.405	(2.870)	8.653	5.294	74.236	1.237	132.955

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SARAIVA S.A. LIVREIROS EDITORES

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005, DE 2004 E DE 2003
(Em milhares de reais)

	Editora			Consolidado		
	2005	2004	2003	2005	2004	2003
ORIGENS DE RECURSOS						
Das operações:						
Lucro líquido do exercício	40.025	18.206	14.928	40.025	18.206	14.928
Itens que não afetam o capital circulante:						
Depreciações e amortizações (incluindo valor apropriado ao custo)	7.013	9.352	8.687	12.175	16.271	16.323
Equivalência patrimonial	(6.066)	2.855	1.336	-	-	-
Baixas de bens do ativo permanente	165	901	478	603	1.017	666
Despesas (receitas) financeiras do exigível a longo prazo	(206)	(647)	(3.440)	612	198	(2.191)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.112)	4.490	2.000	914	3.865	1.234
Participação minoritária na empresa controlada	-	-	-	5	(2)	(2)
	39.819	35.157	23.989	54.334	39.555	30.958
De terceiros:						
Financiamentos obtidos	7.500	-	-	7.500	382	2.308
Dividendos prescritos - juros sobre o capital próprio não reclamados	91	-	-	91	-	-
Aumento do exigível a longo prazo	332	73	-	439	177	-
Redução no realizável a longo prazo	2.164	4.576	5.393	2.164	431	3.533
	10.087	4.649	5.393	10.194	990	5.841
Incorporação de acervo líquido - controlada-						
No capital circulante líquido	-	2.525	-	-	-	-
Total das origens	49.906	42.331	29.382	64.528	40.545	36.799
APLICAÇÕES DE RECURSOS						
Aquisição de bens do imobilizado e adições ao diferido	3.056	5.188	8.698	8.370	5.421	16.132
Investimentos	-	-	5.098	-	-	2.785
Empréstimos à controlada	-	-	4.144	-	-	-
Aquisições de ações próprias	-	-	403	-	-	403
Transferências para o passivo circulante	3.221	7.740	10.633	7.780	11.248	14.437
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	11.048	9.351	10.414	11.048	9.351	10.414
Aumento no realizável a longo prazo	1.356	2.165	-	1.954	2.271	-
Redução no exigível a longo prazo	-	-	2.720	-	-	1.133
Total das aplicações	18.681	24.444	42.110	29.152	28.291	45.304
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	31.225	17.887	(12.728)	35.376	12.254	(8.505)
VARIAÇÕES NO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO						
Ativo circulante	(12.855)	45.306	19.104	16.711	28.521	28.266
Passivo circulante	(44.080)	27.419	31.832	(18.665)	16.267	36.771
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	31.225	17.887	(12.728)	35.376	12.254	(8.505)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SARAIVA S.A. LIVREIROS EDITORES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005, DE 2004 E DE 2003
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Saraiva S.A. Livreiros Editores ("Editora") tem como atividade principal a edição de livros para o Ensino Fundamental e Médio, paradidáticos, jurídicos e de economia/administração.

As operações da Editora são bastante sazonais, concentrando 80% das vendas no primeiro e último trimestres do ano. Essa concentração do faturamento é determinada por dois fatores: (a) período de "volta às aulas" no primeiro trimestre; e (b) venda de livros didáticos para o governo no quarto e primeiro trimestres.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras, individual e consolidada, foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração faz uso de estimativas contábeis na elaboração das demonstrações financeiras relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, provisões e contingências passivas, considerando as melhores evidências disponíveis e baseada em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Princípios gerais

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios. As receitas de vendas e os correspondentes custos são registrados na transferência dos riscos e dos benefícios.

b) Ativos circulante e realizável a longo prazo

- Aplicações financeiras

  Registradas ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos até as datas dos balanços.

- Provisão para devedores duvidosos

  Constituída em montante considerado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização de contas a receber de clientes. Os créditos considerados irrecuperáveis são levados diretamente aos resultados dos exercícios.

- Estoques

  Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, deduzido de provisão para ajustá-lo ao valor de mercado, quando este for inferior.

- Demais ativos circulante e realizável a longo prazo

  São apresentados pelo valor líquido de realização.

c) Permanente

- Investimentos

  O investimento em empresas controladas é avaliado pelo método de equivalência patrimonial e os demais investimentos são avaliados pelo custo, deduzido de provisão para desvalorização.

- Imobilizado

  Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e deduzido de depreciação e amortização, calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens e direitos.

- Diferido

  Registrado pelo valor do capital aplicado, deduzido de amortização. Inclui ágio a amortizar, gastos pré-operacionais com cessão comercial e despesas incorridas antes do início das operações das novas lojas.

  A amortização dos gastos pré-operacionais é efetuada no prazo de cinco anos ou conforme disposições contratuais de locação dos bens imóveis, a partir do início das operações comerciais das lojas.

  O ágio é resultante da incorporação de investimentos realizados, com fundamento econômico baseado na projeção da capacidade de geração de lucros futuros no prazo previsto para o retorno do investimento e amortizado linearmente em 60 parcelas mensais.

d) Passivos circulante e exigível a longo prazo

- Direitos autorais

  São creditados no momento da realização das vendas e, em alguns casos, no momento da aquisição dos direitos de edição. No primeiro caso, os direitos são considerados como despesas de vendas e, no segundo, incluídos no custo da produção.

- Demais passivos circulante e exigível a longo prazo

  São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até as datas dos balanços.

e) Imposto de renda e contribuição social

Os impostos sobre lucro ou prejuízo do exercício compreendem os valores corrente e diferido.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados, respectivamente, à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, e à alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão apresentados no ativo circulante, ativo realizável a longo prazo, passivo circulante e passivo exigível a longo prazo, conforme nota explicativa nº 13. São registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis sobre diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil e sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social.

O ativo fiscal diferido é baseado na expectativa de realização do lucro tributável futuro, considerando as alíquotas de imposto vigentes na data de encerramento dos exercícios, sendo revisado anualmente e ajustado caso ocorra alteração substancial dos lucros esperados.

f) Lucro por ação

Calculado com base na quantidade de ações em circulação nas datas de encerramento dos exercícios.

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas correspondem às demonstrações financeiras da Editora e de suas empresas controladas, como segue:

	Percentual de participação - %		
	2005	2004	2003
Livraria e Papelaria Saraiva S.A.	99,91	99,91	99,91
Formato Editorial Ltda.	-	-	100,00

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e instruções normativas emitidas pela CVM, que compreendem:

- A eliminação dos direitos e das obrigações, bem como das receitas, dos custos e das despesas decorrentes de negócios realizados entre as empresas incluídas na consolidação.
- A eliminação do investimento na controladora contra o patrimônio líquido das controladas.
- A participação dos acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado líquido do exercício das empresas controladas, que é apresentada em destaque nos balanços patrimoniais e nas demonstrações do resultado, respectivamente.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Editora			Consolidado		
	2005	2004	2003	2005	2004	2003
Duplicatas a receber	57.295	32.151	31.308	56.484	32.325	27.722
Cartões de crédito	50	35	111	31.151	20.771	17.816
Cheques a receber	3.356	3.623	4.387	4.288	4.958	5.915
Provisão para devedores duvidosos	(1.488)	(1.669)	(1.776)	(1.879)	(2.159)	(2.233)
	59.213	34.140	34.030	90.044	55.895	49.220

6. ESTOQUES

	Editora			Consolidado		
	2005	2004	2003	2005	2004	2003
Produtos acabados	33.514	39.774	35.071	33.514	39.774	38.109
Mercadorias para revenda	28	6	15	40.108	32.808	46.864
Produtos em elaboração	18.697	17.786	17.030	18.697	17.786	17.411
Matérias-primas	9.814	7.724	8.819	9.814	7.724	8.821
Materiais de embalagens e consumo	386	612	502	684	842	834
	62.439	65.902	61.437	102.817	98.934	112.039

7. INVESTIMENTOS

	Editora			Consolidado		
	2005	2004	2003	2005	2004	2003
Participação em empresas controladas	52.644	46.578	51.958	-	-	-
Ágio sobre aquisição de investimento	-	-	2.785	-	-	2.785
Outros investimentos	1.810	1.810	1.810	2.480	2.480	2.480
Provisão para desvalorização	(1.402)	(1.402)	(1.402)	(1.937)	(1.937)	(1.937)
	53.052	46.986	55.151	543	543	3.328

A participação em empresas controladas está representada pelos investimentos na Livraria e Papelaria Saraiva S.A. e na Formato Editorial Ltda., incorporada em 3 de fevereiro de 2004, sendo as principais informações como segue:

	2005	2004	2003		
	Livraria e Papelaria Saraiva S.A.	Livraria e Papelaria Saraiva S.A.	Livraria e Papelaria Saraiva S.A.	Formato Editorial Ltda.	Total
Quantidade de ações do capital social - milhares	57.540	57.540	57.540	2.200	
Quantidade de ações possuídas - milhares	57.490	57.490	57.490	2.200	
Participação no capital social	99,91%	99,91%	99,91%	100,00%	
Capital social atualizado	51.210	51.210	51.210	2.200	
Patrimônio líquido	52.690	46.618	49.476	2.525	
Valor do investimento	52.644	46.578	49.433	2.525	51.958
Lucro (prejuízo) líquido do exercício - base de cálculo do valor de equivalência patrimonial	6.072	(2.858)	(1.550)	213	(1.337)
Resultado de equivalência patrimonial	6.066	(2.855)	(1.549)	213	(1.336)

As demonstrações do resultado da controlada Livraria e Papelaria Saraiva S.A. para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005, de 2004 e de 2003 estão apresentadas a seguir:

	2005	2004	2003
Receita bruta de vendas	281.306	261.890	237.543
Deduções (ICMS, PIS e Cofins)	(28.191)	(38.737)	(26.077)
Receita operacional líquida	253.115	223.153	211.466
Custo das vendas	(154.277)	(140.732)	(130.560)
Lucro bruto	98.838	82.421	80.906
Despesas operacionais:			
Vendas	68.444	65.213	61.191
Administrativas	12.584	11.625	11.096
Honorários dos administradores	1.353	1.101	1.475
Despesas financeiras	3.053	3.318	3.735
Receitas financeiras	(2.174)	(181)	(192)
Depreciações e amortizações	4.865	6.107	6.419
Outras despesas (receitas)	474	(667)	(691)
	88.599	86.516	83.033
Lucro (prejuízo) operacional	10.239	(4.095)	(2.127)
Resultado não operacional	(194)	(107)	(187)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	10.045	(4.202)	(2.314)
Imposto de renda e contribuição social	(3.299)	1.344	764
Lucro (prejuízo) do exercício antes da participação dos administradores	6.746	(2.858)	(1.550)
Participação estatutária dos administradores	(674)	-	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	6.072	(2.858)	(1.550)

8. IMOBILIZADO

	Editora					
		2005			2004	2003
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos	-	2.029	-	2.029	2.029	2.029
Edifícios e construções	4	8.172	(3.338)	4.834	5.127	5.448
Máquinas e equipamentos	10	14.764	(11.903)	2.861	3.512	4.446
Móveis, utensílios e instalações	10	21.503	(18.218)	3.285	3.919	4.385
Veículos	20	3.649	(1.789)	1.860	1.527	1.216
Software e equipamentos de informática	20	22.436	(15.598)	6.838	8.969	11.119
Adiantamento a fornecedores	-	336	-	336	293	103
Outras imobilizações	-	606	-	606	600	600
		73.495	(50.846)	22.649	25.976	29.346

	Consolidado					
		2005			2004	2003
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos	-	2.032	-	2.032	2.032	2.032
Edifícios e construções	4	9.613	(3.910)	5.703	6.287	6.685
Máquinas e equipamentos	10	15.051	(12.141)	2.910	3.587	4.548
Móveis, utensílios e instalações	10	69.367	(53.317)	16.050	15.878	18.937
Veículos	20	3.807	(1.908)	1.899	1.590	1.308
Software e equipamentos de informática	20	33.862	(23.169)	10.693	12.961	16.315
Adiantamento a fornecedores	-	565	-	565	394	537
Outras imobilizações	-	1.219	-	1.219	1.224	1.235
		135.516	(94.445)	41.071	43.953	51.597

9. DIFERIDO

	Editora			Consolidado		
	2005	2004	2003	2005	2004	2003
Gastos pré-operacionais e outros valores diferidos	2.691	2.691	1.445	25.404	25.404	25.585
Ágio a amortizar	10.066	10.066	7.931	10.066	10.066	7.931
Amortização acumulada	(10.615)	(9.820)	(7.529)	(30.900)	(29.374)	(25.982)
	2.142	2.937	1.847	4.570	6.096	7.534

Em 2 de agosto de 1999 e 3 de fevereiro de 2004, pela incorporação das controladas Editora Atual S.A. e Formato Editorial Ltda., respectivamente, foram transferidos para o ativo diferido os valores de R$7.931 e R$2.135, respectivamente. A amortização do ágio é linear em 60 parcelas mensais e teve início após as referidas datas de incorporação.

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Editora			Consolidado		
	2005	2004	2003	2005	2004	2003
Circulante:						
Empréstimos:						
Conta garantida	-	4.807	-	-	4.807	-
Resolução BACEN nº 2.770	-	31.268	10.551	-	31.268	10.551
	-	36.075	10.551	-	36.075	10.551
Financiamentos:						
Moeda nacional - BNDES - FINEM	551	996	965	2.875	4.108	4.329
Moeda estrangeira - IFC	2.710	6.149	6.699	2.710	6.149	6.699
	3.261	43.220	18.215	5.585	46.332	21.579
Longo prazo-						
Financiamentos:						
Moeda nacional - BNDES - FINEM	7.510	502	1.439	8.591	3.775	7.258
Moeda estrangeira - IFC	-	3.063	10.001	-	3.063	10.001
	7.510	3.565	11.440	8.591	6.838	17.259

A composição do longo prazo por ano de vencimento em 2005 é a seguinte:

	2007	2008	2009	2010	Total
Editora	209	2.503	2.503	2.295	7.510
Consolidado	1.048	2.745	2.503	2.295	8.591

Sobre os empréstimos representados por "conta garantida", integralmente liquidados em 2005, incidiam juros calculados com base na variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

Os empréstimos obtidos na forma da Resolução BACEN nº 2.770 representam repasse de recursos captados no exterior e foram liquidados em janeiro de 2005. O valor do principal foi acrescido de juros anuais e atualizado pela variação cambial do dólar norte-americano até a data de liquidação. Os empréstimos foram vinculados a operações de "swap" de taxa de juros, equivalentes à variação do CDI (vide nota explicativa nº 16) e eram garantidos por notas promissórias.

Sobre o financiamento obtido pela Editora com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - FINEM incidem juros anuais de 3,5%, acrescidos da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, e foram destinados à aquisição e à implantação de um Sistema Integrado de Gestão Empresarial - ERP e à construção de um Centro de Distribuição. Como garantia foram dados em hipoteca bens do imobilizado.

Sobre o financiamento obtido pela controlada Livraria e Papelaria Saraiva S.A., também com o BNDES - FINEM e totalmente avalizados pela Editora, incidem juros anuais entre 3% e 3,5%, acrescidos da TJLP, e foram destinados ao projeto de investimento em lojas do tipo "Mega Store" e à modernização das lojas convencionais da controlada.

Sobre o financiamento obtido com a International Finance Corporation - IFC, sujeito à variação cambial pelo dólar norte-americano, incidem juros anuais de 3% acima da LIBOR. O contrato está livre de quaisquer garantias reais, observado que até sua total liquidação, prevista para junho de 2006, a Editora manterá sua atual posição acionária na Livraria e Papelaria Saraiva S.A. e os acionistas controladores manterão, em conjunto, pelo menos 50% das ações ordinárias com direito a voto na Editora. O contrato prevê ainda, o cumprimento de indicadores de performance relacionados a: (a) liquidez corrente; (b) grau de endividamento; e (c) índice de cobertura de juros. A Editora apresentou no período indicadores de performance em conformidade com as obrigações específicas previstas em contrato. Esse financiamento destinou-se ao projeto de investimento em lojas do tipo "Mega Store" e à modernização das lojas convencionais da controlada.

Em 1º de novembro de 2005, a Editora firmou contrato de abertura de crédito com o BNDES para captação de recursos no valor de R$32.500, destinados a investimentos no Plano Editorial para o período 2005 a 2007 e em sistemas de informação para melhoria de controles internos, otimização de esforços de venda e melhorias em ferramentas de gestão. A primeira liberação ocorreu em 16 de dezembro de 2005, no valor de R$7.500. Sobre o financiamento, garantido por hipoteca de terrenos, edificações e equipamentos, cujo valor líquido contábil em 31 de dezembro de 2005 monta a R$6.237, e fiança bancária, incidem juros anuais de 4% acrescidos da TJLP, devidos trimestralmente no período de novembro de 2005 a novembro de 2007 e, mensalmente, a partir de dezembro de 2007, com as parcelas de amortização do principal.

11. PROGRAMA DE FIDELIDADE - SARAIVA PLUS

A controlada Livraria e Papelaria Saraiva S.A. possui programa de fidelidade de clientes ("Saraiva Plus") pelo qual as compras de produtos efetuadas pelos clientes nas lojas e "site" são transformadas em pontos para abatimento em compras futuras. Os pontos acumulados, líquidos de resgates, são provisionados considerando as estimativas de resgate. Em 31 de dezembro de 2005, a controlada possuía provisão para o programa de fidelidade no montante de R$1.108, registrados sob a rubrica "Outras contas a pagar".

12. PARTES RELACIONADAS

As transações entre as partes relacionadas compreendem operações comerciais de compra, venda e empréstimo de mútuo. Os empréstimos a pagar à controlada Livraria e Papelaria Saraiva S.A. serão liquidados no exercício de 2006 conforme disposição contratual. Os principais saldos e transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	2005	2004	2003	
	Livraria e Papelaria Saraiva S.A.	Livraria e Papelaria Saraiva S.A.	Livraria e Papelaria Saraiva S.A.	Formato Editorial Ltda.
Saldos:				
Ativo circulante:				
Contas a receber	1.041	16	3.762	-
Empréstimos	-	-	-	4.144
Passivo circulante:				
Contas a pagar	-	-	3	332
Empréstimos	11.446	11.736	-	-
Transações:				
Vendas de produtos	9.174	8.212	9.874	-
Compras de mercadorias	25	22	39	332
Despesas financeiras	629	-	-	-

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Editora			Consolidado		
	2005	2004	2003	2005	2004	2003
Ativo circulante	-	210	-	4.853	1.409	481
Passivo circulante (registrado na rubrica "Impostos e contribuições sociais")	18	-	-	18	-	-
Realizável a longo prazo:						
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	-	-	1.023	3.182	2.794
Provisão para contingências	651	495	477	5.660	5.371	5.116
	651	495	477	6.683	8.553	7.910
Exigível a longo prazo:						
Provisão para perda com estoque de livros - Lei nº 10.753/03	3.802	4.508	-	3.802	4.508	-
Diferimento da depreciação acelerada incentivada	13	98	189	13	98	189
Ágio a amortizar - artigo 7º da Lei nº 9.532/97	-	165	165	-	165	165
	3.815	4.771	354	3.815	4.771	354

A Editora, baseada na opinião de seus advogados externos, considerou o incentivo fiscal instituído pela Lei nº 10.753/03, com redação alterada pela Lei nº 10.833/03, relacionado à dedutibilidade da provisão para perdas nos estoques, como uma diferença temporal entre a base fiscal e o respectivo valor contábil, reconhecendo o efeito fiscal nos termos da Instrução Normativa CVM nº 371/02.

A Editora e sua controlada Livraria e Papelaria Saraiva S.A., fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis e fluxos de caixa positivos futuros, trazidos a valor presente, conforme estabelecido na Instrução CVM nº 371/02, mantiveram em suas demonstrações financeiras o ativo fiscal diferido.

A Administração considera o valor contábil dos ativos fiscais diferidos constituídos na Editora, referentes às diferenças temporárias, realizáveis na proporção da solução final das ações judiciais impetradas.

Em relação à controlada, em caso de decisão definitiva para as ações judiciais impetradas, a estimativa de realização do ativo fiscal diferido é a seguinte:

	Realização do ativo fiscal diferido	Saldo do ativo fiscal diferido
Saldo do ativo diferido em 31 de dezembro de 2005	-	10.885
31 de dezembro de 2006	3.472	7.413
31 de dezembro de 2007	6.529	884
31 de dezembro de 2008	884	-

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Editora			Consolidado		
	2005	2004	2003	2005	2004	2003
Lucro contábil ajustado antes do imposto de renda e da contribuição social	46.853	17.894	9.962	50.831	16.549	9.196
Reversão dos juros sobre o capital próprio	10.129	9.351	10.414	10.129	9.351	10.414
	56.982	27.245	20.376	60.960	25.900	19.610
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(19.375)	(9.264)	(6.929)	(20.727)	(8.806)	(6.669)
Adições permanentes:						
Despesas não dedutíveis	(145)	(202)	(201)	(202)	(286)	(341)
Equivalência patrimonial	-	(971)	(454)	-	-	-
Exclusões permanentes:						
Juros sobre o capital próprio	3.383	3.124	3.478	3.383	3.124	3.478
Outras exclusões	304	182	149	365	182	149
Equivalência patrimonial	2.063	-	-	-	-	-
Outros itens	196	115	168	308	113	358
	(13.574)	(7.016)	(3.789)	(16.873)	(5.673)	(3.025)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício:						
Correntes	(14.294)	(2.827)	(1.880)	(19.221)	(2.827)	(1.982)
Diferidos	720	(4.189)	(1.909)	2.348	(2.846)	(1.043)
	(13.574)	(7.016)	(3.789)	(16.873)	(5.673)	(3.025)
Alíquota efetiva sobre o lucro líquido ajustado	23,8%	25,8%	18,6%	27,7%	21,9%	15,4%

14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Editora e sua controlada Livraria e Papelaria Saraiva S.A. discutem judicialmente a legalidade dos tributos de natureza federal relativos ao Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, Imposto de Renda - IR e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL. Para os processos de PIS/Cofins foram efetuados depósitos judiciais classificados na rubrica específica do ativo realizável a longo prazo.

A composição do passivo contingente residual é a seguinte:

	Editora			Consolidado		
	2005	2004	2003	2005	2004	2003
PIS/Cofins - aumento da base e majoração de alíquota	512	180	108	9.504	9.065	8.888
IR/CSLL - Plano Real - Lei nº 8.880/94	2.148	2.020	1.907	3.681	11.396	10.690
	2.660	2.200	2.015	13.185	20.461	19.578

Em virtude de uma decisão do Supremo Tribunal Federal, que reconheceu a constitucionalidade da majoração da alíquota da COFINS instituída pela Lei nº 9.718/98, a Editora, amparada na opinião de seus assessores jurídicos, reverteu em 31 de dezembro de 2003 parte do passivo constituído contra os respectivos depósitos judiciais. O processo de COFINS relacionado à controlada continua em aberto, mantendo-se a respectiva provisão para contingência.

Em outubro de 2005 a controlada transferiu para a rubrica "Impostos e contribuições sociais" parte da provisão relacionada às ações judiciais que discutem o IR/CSLL - Plano Real, no valor de R$8.381 (R$1.968 e R$6.413, respectivamente, no passivo circulante e exigível a longo prazo), por conta de petição para parcelamento dos valores devidos, instruída na Procuradoria da Fazenda Nacional, aguardando o deferimento do pedido de parcelamento da parte da dívida em questão.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 26 de abril de 2005 foi aprovada a elevação do capital social para R$46.405 pela incorporação de reserva de lucros no montante de R$4.428, sem alteração do número de ações.

O capital social totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2005, no valor de R$46.405, está representado por 23.269.203 ações, sendo 9.622.313 ações ordinárias e 13.646.890 ações preferenciais sem valor nominal. A Editora está autorizada a aumentar o capital social, mediante a emissão de novas ações para subscrição e independentemente de reforma estatutária, em até 10.000.000 de ações.

As ações preferenciais não podem ultrapassar 2/3 do total de ações emitidas; não têm direito a voto, salvo nas hipóteses previstas em lei ou no estatuto; não são conversíveis em ações ordinárias, e atribuem as seguintes vantagens ao acionista: (a) tratamento diferenciado na hipótese de alienação do controle da Editora, nos termos do estatuto; (b) dividendos iguais aos atribuídos às ações ordinárias; e (c) participação na distribuição de ações bonificadas provenientes de capitalização de reservas, lucros acumulados e de quaisquer outros fundos, em igualdade de condições com os acionistas titulares de ações ordinárias.

Qualquer alteração nas preferências, nos direitos e nas vantagens conferidos às ações preferenciais depende de prévia aprovação, ou da ratificação no prazo improrrogável de um ano, dos titulares de mais da metade dessas ações, reunidos em Assembléia Especial.

Todas as ações têm direito a dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício.

O saldo remanescente de lucros acumulados é anterior à vigência da Lei nº 6.404/76.

b) Ações em tesouraria - Instruções CVM nº 10/80 e nº 298/97

Em reunião do Conselho de Administração em 22 de setembro de 2005, nos termos do Estatuto Social, foi deliberada autorização para a aquisição de 500.000 ações preferenciais escriturais de emissão da Editora para permanência em tesouraria.

A Editora mantém 332.500 ações preferenciais em tesouraria adquiridas pelo valor de R$2.870 com valor de mercado equivalente a R$5.719 (R$17,20 por ação - cotação em 29 de dezembro de 2005). No exercício findo em 31 de dezembro de 2005 não foram efetuadas novas operações de aquisição de ações.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme disposição estatutária, os juros sobre o capital próprio imputados ao dividendo obrigatório são líquidos do imposto de renda.

Em reunião do Conselho de Administração em 21 de fevereiro de 2006 foi aprovado o pagamento aos acionistas de juros sobre o capital próprio no valor de R$10.129 (incluindo imposto de renda de R$1.519), sendo imputado ao dividendo obrigatório o montante de R$8.610.

Adicionalmente à remuneração do capital próprio, a Administração propõe à Assembléia Geral Ordinária a distribuição de dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005 no montante de R$919, totalizando uma remuneração de R$11.048 (R$0,43788706 por ação).

O dividendo obrigatório foi calculado como segue:

Lucro líquido do exercício	40.025
Reserva legal	(2.001)
Dividendos prescritos - reversão de juros sobre o capital próprio não reclamados	91
	38.115
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	9.529

Os juros sobre o capital próprio foram registrados para fins fiscais em despesas financeiras e, posteriormente, eliminados da demonstração do resultado e apresentados no patrimônio líquido, de acordo com a Deliberação CVM nº 207/96.

O respectivo efeito sobre o cálculo das provisões de imposto de renda e contribuição social no exercício foi uma redução de R$3.383 (R$3.124 em 2004 e R$3.478 em 2003).

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Operações com derivativos

A Editora realiza operações registradas em contas patrimoniais que têm como objetivo o atendimento às suas necessidades operacionais e a redução da exposição a riscos de flutuação de moeda e taxas de juros. As operações são realizadas com instituições financeiras de reconhecida solidez e administradas pela área financeira com determinação de limites de posições e exposição e monitoramento dos riscos envolvidos.

As operações com derivativos realizadas pela Editora com reflexos financeiros no exercício foram as seguintes:

- Contratos de "hedge" cambial - "swap" sem caixa para oferecer cobertura às três últimas parcelas de amortização do financiamento com a IFC. As operações, no valor de US$2.430.000, contratadas em agosto de 2004 e abril de 2005, liquidadas, respectivamente, em junho e dezembro de 2005, resultaram em perda de R$1.280, apresentada em despesas financeiras, e a operação, no valor de US$1.160.000, contratada em setembro de 2005, com vencimento para junho de 2006, registrou ganho de R$51 em 31 de dezembro de 2005, apresentado em receitas financeiras em contrapartida à rubrica "Outras contas a receber".

  O valor correspondente à última parcela do contrato com a IFC, com vencimento em junho de 2006, monta a US$1.153.846, equivalente a R$2.701.

- Contratos de "swap" de taxa de juros atrelados aos empréstimos obtidos na forma da Resolução BACEN nº 2.770 celebrados em 2003 e 2004 e liquidados em janeiro de 2005. As despesas financeiras registradas no exercício foram de R$70 (R$2.354 em 2004 e R$2.772 em 2003), equivalentes à variação do CDI.

  Os valores de mercado sobre as operações de "swap" em 31 de dezembro de 2005 aproximam-se dos valores contábeis.

b) Demais instrumentos financeiros

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2005 estão identificados a seguir:

Descrição	Saldo contábil	Valor de mercado
Disponibilidades	20.194	20.194
Empréstimos e financiamentos:		
Em moeda nacional	11.466	11.176
Em moeda estrangeira	2.710	2.775

Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado:

- Disponibilidades

  As disponibilidades são representadas por depósitos bancários livres para movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata.

- Empréstimos e financiamentos

  Os saldos contábeis de empréstimos e financiamentos correspondem aos recursos obtidos com o BNDES e com a IFC. Os valores de mercado para esses financiamentos não apresentam variações significativas em relação aos respectivos saldos contábeis em 31 de dezembro de 2005.

- Limitações

  Os valores de mercado foram estimados em um momento específico, com base em "informações relevantes de mercado". As mudanças nas premissas podem afetar as estimativas apresentadas.

c) Fatores de risco de mercado

- Risco de crédito - para minimizar as possíveis perdas com inadimplência de seus clientes, a Editora e sua controlada Livraria e Papelaria Saraiva S.A. adotam políticas de gestão rigorosa na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas do perfil dos clientes, bem como monitoramento tempestivo dos saldos a receber.

- Risco de obsolescência dos estoques - descontinuidade de produtos e novas tecnologias podem ocasionar excesso e obsolescência dos estoques. Para minimizar tais condições, a Editora e sua controlada Livraria e Papelaria Saraiva S.A. monitoram periodicamente os níveis de estoques e tomam as ações necessárias para sua realização.

17. RESULTADO FINANCEIRO

A composição das rubricas "Outras despesas financeiras" e "Receitas financeiras" é a seguinte:

	Editora			Consolidado		
	2005	2004	2003	2005	2004	2003
Despesas financeiras - operações da Resolução BACEN nº 2.770	70	2.354	2.772	70	2.354	2.772
Perdas sobre aplicações financeiras - "hedge"	1.280	1.105	2.489	1.280	1.105	2.489
Juros e variações monetárias e cambiais sobre financiamentos	(483)	269	(3.870)	141	1.234	(2.559)
Outros juros e variações monetárias passivas	3.056	3.371	4.064	3.168	4.155	5.076
CPMF/IOC	1.081	953	961	2.259	1.992	1.893
Outras despesas financeiras	498	410	484	1.008	939	948
	5.502	8.462	6.900	7.926	11.779	10.619
Receitas sobre aplicações financeiras	1.379	39	254	2.756	39	254
Ganhos sobre aplicações financeiras - "hedge"	51	100	-	51	100	-
Juros recebidos de clientes	449	495	613	476	514	642
Outras receitas financeiras	155	361	232	296	523	470
	2.034	995	1.099	3.579	1.176	1.366

18. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2005, a Editora e sua controlada Livraria e Papelaria Saraiva S.A. possuíam cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para os estoques, em valores considerados suficientes para cobrir eventuais perdas.

19. EVENTOS SUBSQÜENTES

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 6 de janeiro de 2006, foi aprovada a elevação do capital social em R$35.369 pela capitalização de reservas de capital e lucro, com atribuição de 2.326.920 ações preferenciais a título de bonificação aos titulares de ações ordinárias e/ou preferenciais, na proporção de 0,10 ações preferenciais para cada ação ordinária ou preferencial possuída até o encerramento do pregão da BOVESPA do dia 6 de janeiro de 2006. O capital social em 6 de janeiro de 2006 está representado por 25.596.123 ações, sendo 25.230.373 ações em circulação e 365.750 ações em tesouraria.

Em Fato Relevante publicado em 10 de fevereiro de 2006 a Editora informou sobre a intenção de requerer à CVM o registro de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações.

ANEXO E

Informações Anuais – IAN 2005.

Reapresentação Espontânea

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA , SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
010472	SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES	60500139000126

4 - DENOMINAÇÃO COMERCIAL
EDITORA SARAIVA
5 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ANTERIOR
6 - NIRE
35300025300
7 - SITE
http:/www.editorasaraiva.com.br

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO	2 - BAIRRO OU DISTRITO
Av. Marquês de São Vicente, 1697	Barra Funda

3 - CEP	4 - MUNICÍPIO	5 - UF
01139-904	São Paulo	SP

6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEX
011	3613-3344	-	-	

11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX	
011	3611-3308	-	-	

15 - E-MAIL
saraiva@saraiva.com.br

01.03 - DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS

ATENDIMENTO NA EMPRESA

1 - NOME
João Luis Ramos Hopp
2 - CARGO
Diretor Fin. e de Rel. com Investidores

3 - ENDEREÇO COMPLETO	4 - BAIRRO OU DISTRITO
Rua Edgar Theotônio Santana, 206	Barra Funda

5 - CEP	6 - MUNICÍPIO	7 - UF
01140-030	São Paulo	SP

8 - DDD	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEFONE	12 - TELEX
11	3613-3263	-	-	

13 - DDD	14 - FAX	15 - FAX	16 - FAX	
11	3619-3062	-	-	

17 - E-MAIL
jlhopp@editorasaraiva.com.br

AGENTE EMISSOR / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEPOSITÁRIA

18 - NOME
Banco Itau S/A
19 - CONTATO
Cláudio Vieira Ribeiro

20 - ENDEREÇO COMPLETO	21 - BAIRRO OU DISTRITO
Av. Eng. Luiz Armando de Arruda Pereira, 707 9o. andar	Centro

22 - CEP	23 - MUNICÍPIO	24 - UF
04344-902	São Paulo	SP

25 - DDD	26 - TELEFONE	27 - TELEFONE	28 - TELEFONE	29 - TELEX
11	5029-1919	-	-	

30 - DDD	31 - FAX	32 - FAX	33 - FAX	
	-	-	-	

34 - E-MAIL

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01047-2	SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES	60.500.139/0001-26

OUTROS LOCAIS DE ATENDIMENTO A ACIONISTAS

35 - ITEM	36 - MUNICÍPIO	37- UF	38 - DDD	39 - TELEFONE	40 - TELEFONE
01	Belo Horizonte	MG	31	3249-3534	-
02	Brasília	DF	61	322-2075	-
03	Curitiba	PR	41	320-4128	-
04	Porto Alegre	RS	51	3210-9150	-

01.04 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME				
João Luis Ramos Hopp				
2 - ENDEREÇO COMPLETO			3 - BAIRRO OU DISTRITO	
Rua Dr. Edgar Teotônio Santana, 206			Barra Funda	
4 - CEP	5 - MUNICÍPIO			6 - UF
01140-030	São Paulo			SP
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX
011	3613-3263	-	-	
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX	
011	3619-3062	-	-	
16 - E-MAIL				
jlhopp@editorasaraiva.com.br				
17 - DIRETOR BRASILEIRO	18 - CPF	18 - PASSAPORTE		
SIM	082.070.288-90	CO845738		

01.05 - REFERÊNCIA / AUDITOR

1 - DATA DE INÍCIO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL
01/01/2005	31/12/2005

3 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	4 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO
01/01/2006	31/12/2006

5 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR	6 - CÓDIGO CVM
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES	00385-9
7 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO	**8 - CPF DO RESP. TÉCNICO**
Maurício Pires de Andrade Rezende	603.835.426-34

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - BOLSA DE VALORES ONDE POSSUI REGISTRO

[ ] BVBAAL	[ ] BVMESB	[ ] BVPR	[ ] BVRJ	[ ] BVST
[ ] BVES	[ ] BVPP	[ ] BVRG	[X] BOVESPA	

2 - MERCADO DE NEGOCIAÇÃO	
Bolsa	
3 - TIPO DE SITUAÇÃO	
Operacional	
4 - CÓDIGO DE ATIVIDADE	
1100 - Gráficas e Editoras	
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL	6 - AÇÕES PREF. COM CLASSES
EDITORIAL	NÃO

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01047-2	SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES	60.500.139/0001-26

01.07 - CONTROLE ACIONÁRIO / VALORES MOBILIÁRIOS

1 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO
Privada Nacional

2 - VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELA CIA.

X	Ações		Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)
	Debêntures Conversíveis em Ações		Notas Promissórias (NP)
	Ações Resgatáveis		BDR
	Partes Beneficiárias		Outros
	Debêntures Simples		DESCRIÇÃO
	Bônus de Subscrição		
	Certificado de Investimento Coletivo (CIC)		

01.08 - PUBLICAÇÕES DE DOCUMENTOS

1 - AVISO AOS ACIONISTAS SOBRE DISPONIBILIDADE DAS DFs.	2 - ATA DA AGO QUE APROVOU AS DFs.
	26/04/2005
3 - CONVOCAÇÃO DA AGO PARA APROVAÇÃO DAS DFs.	**4 - PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
11/04/2005	04/03/2006

01.09 - JORNAIS ONDE A CIA. DIVULGA INFORMAÇÕES

1 - ITEM	2 - TÍTULO DO JORNAL	3 - UF
01	Diário Oficial do Estado de SP	SP
02	Gazeta Mercantil - Região SP	SP

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
07/04/2006	

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01047-2	SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES	60.500.139/0001-26

02.01.01 - COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

1 - ITEM	2 - NOME DO ADMINISTRADOR	3 - CPF	4 - DATA DA ELEIÇÃO	5 - PRAZO DO MANDATO	6 - CÓDIGO TIPO DO ADMINISTRADOR *	7 - ELEITO P/ CONTROLADOR	8 - CARGO /FUNÇÃO	7 - FUNÇÃO
01	JORGE EDUARDO SARAIVA	516.543.778-72	26/04/2005	AGO/2006	3	SIM	30	Presidente do C.A. e Diretor Presidente
02	RUY MENDES GONÇALVES	069.082.418-15	26/04/2005	AGO/2006	2	SIM	22	Conselho de Administração (Efetivo)
03	ALBERTO RIBEIRO GÜTH	759.014.807-59	26/04/2005	AGO/2006	2	SIM	22	Conselho de Administração (Efetivo)
04	JOÃO LUIS RAMOS HOPP	082.070.288-90	26/04/2005	AGO/2006	1		19	Diretor Fin. e de Rel. com Investidores
05	JOSÉ LUIZ MACHADO ALVIM DE PRÓSPERO	756.712.398-34	26/04/2005	AGO/2006	1		19	Diretor Superintendente
06	HENRIQUE JOSÉ BRANCO BRAZÃO FARINHA	091.844.288-56	26/04/2005	AGO/2006	1		19	Diretor de Publicações Eletrônicas
07	ANTONIO LUIZ DE TOLEDO PINTO	272.712.008-78	26/04/2005	AGO/2006	1		19	Diretor Editorial Jurídico
08	SÔNIA REGINA ALVES DOS SANTOS	013.934.748-88	26/04/2005	AGO/2006	1		19	Diretora de Recursos Humanos

247

* CÓDIGO: 1 - PERTENCE APENAS À DIRETORIA;
2 - PERTENCE APENAS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO;
3 - PERTENCE À DIRETORIA E AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

Resumimos abaixo as ocupações principais e currículos de nossos conselheiros e diretores:

Conselho de Administração

Nome	Idade	Cargo
Jorge Eduardo Saraiva	66	Presidente
Alberto Ribeiro Güth	46	Conselheiro
Ruy Mendes Gonçalves	69	Conselheiro
Jorge Saraiva Neto	25	Conselheiro
Maria Cecília Saraiva Mendes Gonçalves	38	Conselheira

Jorge Eduardo Saraiva. É Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia. Bacharel em Ciências Econômicas, formado pela Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo, da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado. Desde 1963 ocupa cargos na alta administração da Companhia, tendo sido também Diretor da Câmara Brasileira do Livro em 1965.

Alberto Ribeiro Güth. É membro do Conselho de Administração da Companhia. Engenheiro formado pelo Instituto Militar de Engenharia (IME-RJ) e com Mestrado em Administração pela *Wharton Business School* (EUA). Foi sócio-diretor da Investidor Profissional Gestão de Recursos de 1993 até 2003. Trabalhou na Esso Brasileira de Petróleo entre 1984 e 1993. Atualmente é sócio-diretor da Angra Partners Consultoria. Conforme exigido pelo Regulamento do Nível 2, o Sr. Güth foi eleito para atuar como Conselheiro Independente da Companhia.

Ruy Mendes Gonçalves. É membro do Conselho de Administração da Companhia e também exerce a função de Diretor Presidente na Livraria. Tem relação de parentesco com o Acionista Controlador, pois sua falecida esposa era prima em primeiro grau do Sr. Jorge Eduardo Saraiva. Economista, com pós-graduação em Administração de Empresas na Fundação Getulio Vargas. Funcionário do Banco do Brasil de 1960 a 1969, foi assessor financeiro da Companhia de 1969 a 1970, diretor gerente de 1970 a 1973, diretor financeiro de 1973 a 1977 e diretor superintendente de 1978 a 1999.

Jorge Saraiva Neto. É membro do Conselho de Administração da Companhia. É graduando em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Ingressou na Companhia em 2005 como *trainee* no setor editorial universitário.

Maria Cecília Saraiva Mendes Gonçalves. É membro do Conselho de Administração da Companhia. Administradora de empresas formada em 1991 pela Fundação Armando Álvares Penteado e com Especialização em Finanças pela American Graduate School of International Management (EUA). Foi sócia gerente da *Building Associates*, de 1991 a 1996, e da Designers Artes Ltda., de 1996 até 1998. Trabalhou na *IFC* entre 1999 e 2001.

Diretoria

Os diretores são responsáveis pela gestão, representação e administração da Companhia, competindo especificamente a eles, dentre outras funções, deliberar sobre a abertura, manutenção, transferência e extinção de filiais e deliberar sobre matérias administrativas, observadas, se houver, as determinações da Assembléia Geral e do Conselho de Administração

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

da Companhia. A Diretoria é composta atualmente por seis diretores eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de um ano, permitida a reeleição, acionistas ou não. Segundo previsto no nosso Estatuto Social, um dos diretores, conforme designado pelo Conselho de Administração, deverá exercer cumulativamente o cargo de Diretor de Relações com Investidores. Os membros atuais da Diretoria foram eleitos em abril de 2006, com mandato até abril de 2007.

O quadro a seguir indica os diretores atuais da Companhia, sendo acompanhado de uma breve descrição da experiência profissional de cada um:

Nome	Idade	Cargo
Jorge Eduardo Saraiva.....	66	Diretor Presidente
José Luiz Machado Alvim de Próspero	52	Diretor Superintendente
João Luís Ramos Hopp	42	Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores
Henrique José Branco Brazão Farinha.....	42	Diretor de Publicações Eletrônicas
Antonio Luiz de Toledo Pinto.....	69	Diretor Editorial Jurídico
Sônia Regina Alves dos Santos	44	Diretora de Recursos Humanos

Jorge Eduardo Saraiva. É Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia. Vide qualificação acima.

José Luiz Machado Alvim de Próspero. É Diretor Superintendente da Companhia. Administrador de empresas formado em 1976 pela Fundação Getulio Vargas, com curso de pós-graduação pela Fundação Getulio Vargas (CEAG) em São Paulo. Atua desde 1976 na Companhia, tendo iniciado sua carreira como assistente de planejamento.

João Luís Ramos Hopp. É Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores da Companhia. Engenheiro civil formado pelo Instituto Mackenzie em 1986, com curso de pós-graduação pela Fundação Getulio Vargas (CEAG) em São Paulo, e Mestre em Administração de Empresas (MBA) pela Fundação Getulio Vargas. Ingressou na Companhia em 1990 como gerente de produção.

Henrique José Branco Brazão Farinha. É Diretor de Publicações Eletrônicas da Companhia. Economista formado pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP), com curso de pós-graduação em Administração Geral e Marketing pela Fundação Getulio Vargas. Ingressou na Companhia em 1996 como diretor editorial universitário.

Antonio Luiz de Toledo Pinto. É o Diretor Editorial Jurídico da Companhia. Advogado, formado pelas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU). Ingressou na Companhia em dezembro de 1979, como diretor de vendas diretas.

Sônia Regina Alves dos Santos. É a Diretora de Recursos Humanos da Companhia. Psicóloga, formada pelas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), pós-graduada em Recursos Humanos e com cursos de especialização pela Fundação Getulio Vargas. Ingressou na Companhia em 1982, tendo sempre atuado na área de recursos humanos.

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01047-2	SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES	60.500.139/0001-26

03.01 - EVENTOS RELATIVOS À DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL

1 - EVENTO BASE	2 - DATA DO EVENTO	3 - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS	4 - INVESTIDORES INSTITUCIONAIS	5 - ACORDO DE ACIONISTAS	6 - AÇÕES PREFER. COM DIREITO A VOTO
AGE	06/01/2006	375	67	NÃO	NÃO

7 - AÇÕES PREFERENCIAIS COM DIREITO A VOTO	8 - DATA DO ÚLTIMO ACORDO DE ACIONISTAS

AÇÕES EM CIRCULAÇÃO NO MERCADO

9 - EXISTE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		TOTAL	
	10 - QUANTIDADE (Unidade)	11 - PERCENTUAL	12 - QUANTIDADE (Unidade)	13 - PERCENTUAL	14 - QUANTIDADE (Unidade)	15 - PERCENTUAL
SIM	4.452.393	46,27	14.822.720	92,79	19.275.113	75,30

16 - AÇÕES PREFERENCIAIS EM CIRCULAÇÃO NO MERCADO

1 - CLASSE	2 - QUANTIDADE (Unidade)	3 - PERCENTUAL

250

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01047-2	SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES	60.500.139/0001-26

03.02 - POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DE AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
001	JORGE EDUARDO SARAIVA	516.543.778-72	BRASILEIRA	SP
002	OLGA MARIA BARBOSA SARAIVA	531.003.108-10	BRASILEIRA	SP
003	MARIA EUGÊNIA SARAIVA M. GONÇALVES	151.632.208-88	BRASILEIRA	SP
004	MARIA HENRIQUETA SARAIVA M. GONÇALVES	272.538.888-04	BRASILEIRA	SP
005	MARIA CECÍLIA SARAIVA M. GONÇALVES	173.319.848-29	BRASILEIRA	SP
006	MARIA SYLVIA SARAIVA M GONÇALVES	261.264.658-22	BRASILEIRA	SP
997	AÇÕES EM TESOURARIA			
998	OUTROS			
999	TOTAL			

1 - ITEM	6 - AÇÕES ORDINÁRIAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - TOTAL DE AÇÕES (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.	13 - PART. NO ACORDO DE ACIONISTAS	14 - CONTROLADOR
001	4.520.326	46,98	546.350	3,42	5.066.676	19,79			SIM
002	1.131.364	11,76	216.453	1,35	1.347.817	5,27			NÃO
003	493.557	5,13	49.355	0,31	542.912	2,12			NÃO
004	493.557	5,13	55.739	0,35	549.296	2,15			NÃO
005	493.556	5,13	50.500	0,32	544.056	2,12			NÃO
006	493.556	5,13	49.357	0,31	542.913	2,12			NÃO
997	0	0,00	365.750	2,29	365.750	1,43			
998	1.996.397	20,74	14.640.306	91,65	16.636.703	65,00			
999	9.622.313	100,00	15.973.810	100,00	25.596.123	100,00			

1 - ITEM	15/1 - CLASSE	15/2 - QTD. AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	15/3 - % PREFERENCIAIS

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01047-2	SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES	60.500.139/0001-26

04.01 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

1 - Data da Última Alteração: 06/01/2006

2- ITEM	3 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	4 - NOMINATIVA OU ESCRITURAL	5 - VALOR NOMINAL (Reais)	6 - QTD. DE AÇÕES (Unidades)	7 - SUBSCRITO (Reais Mil)	8 - INTEGRALIZADO (Reais Mil)
01	ORDINÁRIAS	ESCRITURAL		9.622.313	30.741	30.741
02	PREFERENCIAIS	ESCRITURAL		15.973.810	51.033	51.033
03	PREFERENCIAIS CLASSE A			0	0	0
04	PREFERENCIAIS CLASSE B			0	0	0
05	PREFERENCIAIS CLASSE C			0	0	0
06	PREFERENCIAIS CLASSE D			0	0	0
07	PREFERENCIAIS CLASSE E			0	0	0
08	PREFERENCIAIS CLASSE F			0	0	0
09	PREFERENCIAIS CLASSE G			0	0	0
10	PREFERENCIAIS CLASSE H			0	0	0
11	PREFER. OUTRAS CLASSES			0	0	0
99	TOTAIS			25.596.123	81.774	81.774

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01047-2	SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES	60.500.139/0001-26

04.02 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Unidades)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
01	24/04/2004	41.977	2.256	Reserva de Lucro	0	0,0000000000
02	26/04/2005	46.405	4.428	Reserva de Lucro	0	0,0000000000
03	06/01/2006	81.774	21.422	Reserva de Lucro	1.409.334	15,2000000000
04	06/01/2006	81.774	13.947	Reserva de Capital	917.586	15,2000000000

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01047-2	SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES	60.500.139/0001-26

04.03 - BONIFICAÇÃO / DESDOBRAMENTO OU GRUPAMENTO DE AÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1- ITEM	2 - DATA APROVAÇÃO	3 - VALOR NOMINAL POR AÇÃO ANTES DA APROVAÇÃO (Reais)	4 - VALOR NOMINAL POR AÇÃO DEPOIS DA APROVAÇÃO (Reais)	5 - QUANTIDADE DE AÇÕES ANTES DA APROVAÇÃO (Unidades)	6 - QUANTIDADE DE AÇÕES DEPOIS DA APROVAÇÃO (Unidades)
01	06/01/2006			23.269.203	25.596.123

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01047-2	SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES	60.500.139/0001-26

04.04 - CAPITAL SOCIAL AUTORIZADO

1 - QUANTIDADE (Unidades)	2 - VALOR (Reais Mil)	3 - DATA DA AUTORIZAÇÃO
10.000.000	0	26/04/2005

04.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL AUTORIZADO

1- ITEM	2 - ESPÉCIE	3 - CLASSE	4 - QUANTIDADE DE AÇÕES AUTORIZADAS À EMISSÃO (Unidades)
01	PREFERENCIAIS		10.000.000

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01047-2	SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES	60.500.139/0001-26

05.01 - AÇÕES EM TESOURARIA

1 - ITEM	2 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	3 - CLASSE	4 - REUNIÃO	5 - PRAZO PARA AQUISIÇÃO	6 - QUANTIDADE A SER ADQUIRIDA (Unidades)	7 - MONTANTE A SER DESEMBOLSADO (Reais Mil)	8 - QUANTIDADE JÁ ADQUIRIDA (Unidades)	9 - MONTANTE JÁ DESEMBOLSADO (Reais Mil)
01	PREFERENCIAIS		09/01/2003	3 Meses	500.000	0	365.750	2.869
02	PREFERENCIAIS		22/09/2005	1 Ano	500.000	0	0	0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01047-2	SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES	60.500.139/0001-26

06.01 - PROVENTOS DISTRIBUÍDOS NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - ITEM	2 - PROVENTO	3 - APROVAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO EVENTO	4 - DATA DA APROVAÇÃO DISTRIBUIÇÃO	5 - TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL	6 - LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO NO PERÍODO (Reais Mil)	7 - VALOR DO PROVENTO POR AÇÃO	8 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	9 - CLASSE DAS AÇÕES	10 - MONTANTE DO PROVENTO (Reais Mil)	11 - DATA DE INÍCIO DE PAGAMENTO
01	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	AGO	29/04/2004	31/12/2003	14.928	0,4540385700	ORDINÁRIA		4.369	31/05/2004
02	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	AGO	29/04/2004	31/12/2003	14.928	0,4540385700	PREFERENCIAL		6.045	31/05/2004
03	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	AGO	26/04/2005	31/12/2004	18.206	0,4076920600	ORDINÁRIA		3.923	31/05/2005
04	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	AGO	26/04/2005	31/12/2004	18.206	0,4076920600	PREFERENCIAL		5.428	31/05/2005
05	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	AGO		31/12/2005	40.025	0,4014592000	ORDINÁRIA		3.863	
06	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	AGO		31/12/2005	40.025	0,4014592000	PREFERENCIAL		6.266	
07	DIVIDENDO	AGO		31/12/2005	40.025	0,0364278600	ORDINÁRIA		350	
08	DIVIDENDO	AGO		31/12/2005	40.025	0,0364278600	PREFERENCIAL		569	

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01047-2	SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES	60.500.139/0001-26

06.03 - DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS DO CAPITAL SOCIAL

1 - ITEM	2 - ESPÉCIE DA AÇÃO	3 - CLASSE DA AÇÃO	4 - % DO CAPITAL SOCIAL	5 - CONVERSÍVEL	6 - CONVERTE EM	7 - DIREITO A VOTO	8 - TAG ALONG %	9 - PRIORIDADE NO REEMBOLSO DE CAPITAL	17 - OBSERVAÇÃO
10 - PRÊMIO	11 - TIPO DE DIVIDENDO	12 - % DIVIDENDO	13 - R$/AÇÃO	14 - CUMULA-TIVO	15 - PRIORITÁ-RIO	16 - CALCULADO SOBRE			
01	PREFERENCIAL		62,41	NÃO		NÃO	90,00	NÃO	
NÃO	MÍNIMO	25,00	0,00000	NÃO	NÃO	LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO			
02	ORDINÁRIA		37,59	NÃO		PLENO	0,00		
		0,00	0,00000						

06.04 - MODIFICAÇÃO ESTATUTÁRIA/DIVIDENDO OBRIGATÓRIO

1 - DATA DA ÚLTIMA MODIFICAÇÃO DO ESTATUTO	2 - DIVIDENDO OBRIGATÓRIO (% DO LUCRO)
26/04/2005	25,00

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01047-2	SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES	60.500.139/0001-26

07.01 - REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO

1 - PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO	2 - VALOR DA REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES (Reais Mil)	3 - PERIODICIDADE
SIM	450	MENSAL

07.02 - PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - DATA FINAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2005

2 - DATA FINAL DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2004

3 - DATA FINAL DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2003

4- ITEM	5 - DESCRIÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	6 - VALOR DO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	7 - VALOR DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	8 - VALOR DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)
01	PARTICIPAÇÕES-DEBENTURISTAS	0	0	0
02	PARTICIPAÇÕES-EMPREGADOS	0	0	0
03	PARTICIPAÇÕES-ADMINISTRADORES	3.383	2.023	1.659
04	PARTIC.-PARTES BENEFICIÁRIAS	0	0	0
05	CONTRIBUIÇÕES FDO. ASSISTÊNCIA	0	0	0
06	CONTRIBUIÇÕES FDO. PREVIDÊNCIA	0	0	0
07	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	0	0	0
08	LUCRO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	40.025	18.206	14.928
09	PREJUÍZO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	0	0	0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01047-2	SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES	60.500.139/0001-26

07.03 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
01	LIVRARIA E PAPELARIA SARAIVA S/A	61.254.454/0001-83	FECHADA CONTROLADA	99,91	39,32

7 - TIPO DE EMPRESA	8 - INÍCIO ÚLTIMO EXERC. SOCIAL	9 - FINAL ÚLTIMO EXERC. SOCIAL	10 - QTD. AÇÕES ÚLTIMO EXERC. SOCIAL (Unidades)
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	01/01/2005	31/12/2005	57.539.843

11 - INÍCIO PENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL	12 - FINAL PENÚLTIMO EXERC. SOCIAL	13 - QTD. AÇÕES PENÚLTIMO EXERC. SOCIAL (Unidades)	14 - INÍCIO ANTEPENÚLT. EXERC. SOCIAL	15 - FINAL DO ANTEPENÚLT. EXERC. SOCIAL	16 - QTD. AÇÕES ANTEPENÚLTIMO EXERC. SOCIAL (Unidades)
01/01/2004	31/12/2004	57.539.843	01/01/2003	31/12/2003	57.539.843

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

Atuamos nos negócios de edição de livros e comercialização de conteúdo, por meio da Editora, e de comercialização ao varejo de livros e outros artigos, por meio da Livraria, que conta com uma rede de 31 Lojas Físicas e o *website* Saraiva.com. Nossos negócios são sinérgicos e suplementares. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005, 48% da receita líquida foram originados das atividades da Editora e 52% das atividades da Livraria. No tocante ao EBITDA Ajustado, 79,1% foram originados das atividades da Editora, apresentando margem de 25,9%, e 20,9% foram originados das atividades da Livraria, apresentando margem de 6,3%.

Editora. A Editora é uma das principais editoras de livros do Brasil, em termos de faturamento, sendo líder no segmento de Livros Jurídicos (26,7% da nossa receita líquida no exercício de 2005), com participação de destaque no segmento de livros-texto de administração, economia e contabilidade (2,6% da nossa receita líquida no exercício de 2005) e estando entre os líderes nos segmentos de Livros Didáticos (65,2% da nossa receita líquida no exercício de 2005) e Livros Paradidáticos (3,9% da nossa receita líquida no exercício de 2005). A Editora também comercializa conteúdo jurídico informatizado na mídia CD-ROM e oferece o conteúdo de produtos jurídicos informatizados pela Internet, por meio do *website* Portal SaraivaJur, que também oferece outros serviços correlatos aos visitantes, tais como agenda de eventos da comunidade jurídica, informações sobre concursos e atualização de códigos de legislação. Recentemente, a Editora iniciou suas atividades no mercado de ensino à distância por meio da marca ViaSaraiva.

A Editora possui uma rede de 13 filiais, localizadas em importantes cidades dos estados do País, e 15 revendedores autorizados.

Livraria. A Livraria é a maior rede de livrarias do País em termos de faturamento. Referência no comércio de livros, a Livraria introduziu no Brasil o conceito de *Mega Store* e foi uma das pioneiras em comércio eletrônico no Brasil. Com uma rede de 31 lojas distribuídas em 10 importantes cidades brasileiras, sendo 15 *Mega Stores* e 16 Lojas Tradicionais, a Livraria conta com uma área total de vendas de 20,1 mil m^2. Em 2005, as vendas anuais foram de aproximadamente R$ 11,3 mil por m^2, com um crescimento de 5,6% em relação a 2004. O Tíquete Médio em relação à receita bruta em 2005 foi de R$ 54,66, com crescimento de 8,8% em relação a 2004.

As vendas da Livraria são realizadas por meio de (a) *Mega Stores*, que possuem áreas de vendas de 460m^2 a 1.800m^2 e oferecem até 54 mil itens cadastrados, nas categorias livros, CDs, DVDs, periódicos, *softwares* de multimídia, artigos de papelaria, eletrônicos e brinquedos educativos, (b) Lojas Tradicionais, que possuem áreas de vendas de 110m^2 a 480m^2 e oferecem até 26 mil itens cadastrados, dentre os quais livros e artigos de papelaria, e (c) comércio eletrônico, por meio do *website* Saraiva.com, que tem mais de 300 mil produtos cadastrados em 10 diferentes categorias: livros, CDs, DVDs, papelaria, informática, eletro-eletrônicos, jogos eletrônicos, *software*, brinquedos e revistas.

Histórico e Desenvolvimento

Nosso histórico demonstra nossa tradição, pioneirismo e flexibilidade na atuação nos mercados editorial e varejista de livros no Brasil.

Nossa história teve o seu início em 1914, quando o Sr. Joaquim Ignácio da Fonseca Saraiva, um imigrante português, fundou no Largo do Ouvidor, em São Paulo, uma pequena livraria destinada ao comércio de livros usados. Em virtude da localização da livraria, muito próxima à Faculdade de Direito do Largo São Francisco, do interesse pessoal e conhecimento da literatura jurídica que o Sr. Joaquim Saraiva possuía, a então denominada “Livraria Acadêmica” tornou-se conhecida dos

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

professores e estudantes de direito freqüentadores da região e especializou-se no comércio de livros jurídicos, que representa, até os dias de hoje, um segmento importante nos nossos negócios.

Com o passar dos anos, o Sr. Joaquim Saraiva passou a comercializar livros novos, artigos de papelaria e, a partir de 1917, a editar Livros Jurídicos.

Em 1947, a Editora converteu-se numa sociedade anônima. A partir de 1970, passamos a editar Livros Didáticos e Livros Paradidáticos e, em 1972, a Editora transformou-se numa companhia aberta.

Nos anos 80, iniciou-se o processo de expansão da rede de estabelecimentos da Livraria, com a a abertura de diversas lojas em outros estados brasileiros e em *shopping centers*.

Em 1993, tiveram início as atividades da Saraiva Data Ltda., sociedade constituída pela Editora com o objetivo de comercializar produtos editoriais informatizados na área jurídica.

Em 1996, ocorreu a inauguração da primeira *Mega Store* da Livraria e, nesse mesmo ano, a Editora incorporou a Saraiva Data Ltda., com o propósito de ganhos de racionalização e otimização de recursos.

Em 1998, foi criado o *website* Saraiva.com e a Editora adquiriu a Editora Atual, especializada no segmento de Livros Didáticos, que foi incorporada pela Editora em 1999.

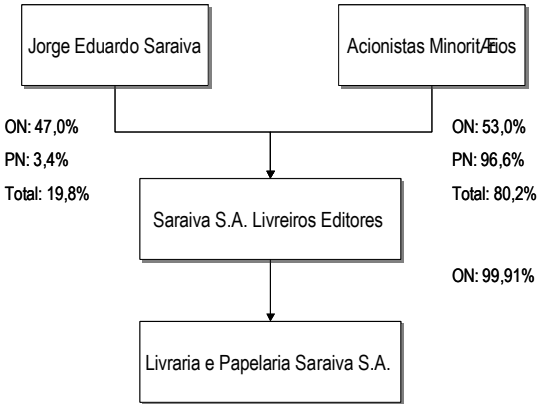
Em 2000, a Editora foi a primeira companhia aberta brasileira a garantir o direito de *tag-along* aos acionistas titulares de ações preferenciais, antecipando-se às disposições da legislação societária promulgada em 2001. Nesse mesmo ano, a Editora lançou seu programa de *ADRs* de Nível 1 no mercado de balcão norte-americano. Ainda em 2000, a Editora construiu, em Guarulhos, um novo centro para a distribuição de livros e adquiriu o acervo editorial da Editora Renascer; e a Livraria inaugurou, em São Paulo, um centro de distribuição exclusivo para produtos adquiridos via Internet.

Em 2001, ocorreu o lançamento do Portal SaraivaJur.

Em 2003, a Editora adquiriu a Editora Formato, especializada no segmento de Livros Didáticos e Livros Paradidáticos, que foi incorporada em 2004.

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

Estrutura Societária



09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Mercado Brasileiro

O Brasil é o quinto maior país em população do mundo e o maior da América Latina e tem aproximadamente 184 milhões de habitantes. O PIB brasileiro foi de R$ 1,7 trilhão em 2004. Em 2005, o PIB real brasileiro apresentou crescimento de 2,3%, o real valorizou-se frente ao dólar e o saldo na balança comercial apresentou superávit recorde. Apesar de a economia brasileira ser historicamente caracterizada pela volatilidade, no passado recente, em geral o desempenho econômico tem sido positivo:

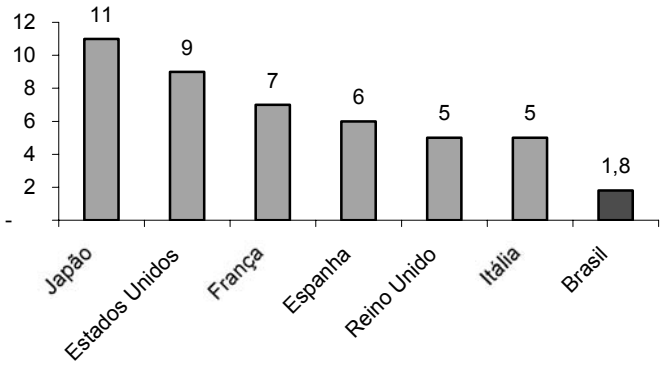
- o IPCA caiu de 7,6% em 2004 para 5,7% em 2005;
- o crescimento real do PIB foi de 2,3% em 2005;
- a balança comercial apresentou saldo positivo recorde de US$ 44,8 bilhões em 2005; e
- o real valorizou 11,82% frente ao dólar em 2005.

Para 2006, o BACEN projeta a continuidade do crescimento econômico em razão, principalmente, do aumento do consumo doméstico e do investimento de capital.

O Mercado Editorial no Brasil

Apesar de relevante no âmbito regional – o Brasil é o maior mercado editorial da América do Sul - o consumo per capita de livros no Brasil ainda é extremamente baixo se comparado ao consumo per capita verificado nos países desenvolvidos, como Estados Unidos e alguns países europeus. O consumo médio per capita no País foi, em 2004, apenas 1,8 livro por ano (incluindo livros didáticos), comparado a 9 livros por ano per capita nos Estados Unidos e 11 livros por ano per capita no Japão. O gráfico a seguir demonstra essa relação:

Consumo *Per Capita* de Livros



Fonte: "A Economia da Cadeia Produtiva do Livro" (BNDES).

Esse nível de consumo pode ser atribuído, dentre outros fatores, ao baixo nível de escolaridade da população brasileira, à baixa renda per capita, ao hábito de leitura pouco desenvolvido e à atuação

tímida das bibliotecas que, no Brasil, são cerca de 4 mil, contra 10 e 15 mil na Espanha e Itália, respectivamente. Contudo, o Governo brasileiro tem investido de forma consistente em educação. Atualmente, cerca de 97% das crianças entre 7 e 14 anos de idade já estão matriculadas nas escolas de ensino fundamental. A taxa de escolarização dos jovens entre 15 e 17 anos de idade era de 33% em 2000 e alcançou 81% em 2005, segundo dados do Censo Escolar conduzido pelo INEP em parceria com o MEC.

A melhora do padrão educacional brasileiro também pode ser observada pelos anos da vida escolar média do indivíduo. Em 1993, o brasileiro possuía uma vida escolar média de 4,5 anos, bastante inferior à média de países vizinhos, como o Chile, que apresentava uma média de 7,5 anos e Argentina, que apresentava média de 8,7 anos na mesma época. Com maiores investimentos do Governo Federal em educação e em programas como o PNLD, a vida escolar foi elevada para uma média de 6,5 anos em 2003.

Além do aumento dos anos de estudo por estudante, as matrículas nas escolas brasileiras também têm demonstrado a melhora do nível educacional. O quadro a seguir mostra o crescimento do número de matrículas de 1994 a 2004, nos níveis educacionais básico, médio e superior:

	Número de Matrículas (mil estudantes)		
Ano	**Ensino Fundamental**	**Ensino Médio**	**Ensino Superior**
1994.....	32.008	4.936	1.661
2004.....	34.012	9.166	4.163
CAGR (%) 1994 a 2004.....	0,6%	6,5%	10,5%

Fonte: MEC, INEP e SEEC

A melhora do padrão educacional brasileiro será também reforçada pelas iniciativas do Governo Federal visando adquirir livros didáticos destinados aos estudantes das escolas públicas de ensino médio. No Brasil há cerca de 9,2 milhões de jovens matriculados nesse nível de ensino, dos quais 8 milhões nas escolas públicas. Estima-se que 1 milhão efetivamente adquirem, por conta própria, os livros solicitados pelos professores em sala de aula. Para maiores informações sobre os programas governamentais de compra de livros didáticos.

O Governo Federal, por meio da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, reduziu a zero as alíquotas de PIS e COFINS sobre a venda de livros no Brasil a partir de dezembro de 2004. Essa redução da carga tributária visa estimular a cadeia de produção e comercialização de livros no Brasil.

Futuramente as editoras e livrarias contribuirão para um fundo a ser gerido pelas entidades de classe e o Governo Federal, cuja finalidade é promover a leitura no Brasil através de várias iniciativas. Essa contribuição corresponderá a 1% da venda de livros e está em fase de regulamentação.

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Segmentos do Mercado Editorial no Brasil

O mercado editorial no Brasil pode ser dividido em 4 grandes segmentos: o de livros didáticos e paradidáticos, destinados à educação de crianças em fase pré-escolar, ensinos fundamental e médio; o de livros de interesse geral; o de livros religiosos; e o de livros científicos, técnicos e profissionais.

A tabela a seguir descreve o desempenho de cada um desses segmentos em 2003 e 2004, de acordo com faturamento e quantidade de exemplares produzidos e vendidos no Brasil.

Segmento Editorial	Faturamento (R$)		Variação	Exemplares Produzidos (mil)		Variação	Exemplares Vendidos (mil)		Variação
	2003	2004	2004/2003	2003	2004	2004/2003	2003	2004	2004/2003
Didáticos.....	1.285.580	1.351.598	5,1%	187.300	185.669	-0,9%	159.830	191.650	72%
Obras Gerais.....	493.000	540.874	9,7%	58.100	87.556	50%	50.000	51.500	3%
Religiosos.....	192.000	238.077	23,9%	34.300	29.830	-13%	26.000	28.650	10%
Científicos, técnicos e profissionais.....	393.000	346.483	11,8%	19.700	17.037	-13%	20.000	16.875	-15%
**Total[1].....	**2.363.580**	**2.476.731**	**4.8%**	**299.400**	**320.094**	**6.9%**	**255.830**	**288.675**	**12%**

Fonte: CBL
(1) Os valores apresentados neste quadro são aproximados, uma vez que a grande maioria das sociedades que atuam no mercado editorial brasileiro são sociedades de capital fechado e não disponibilizam dados/informações para o mercado.

O segmento do mercado editorial no Brasil mais significativo em termos de faturamento e números de exemplares vendidos é o de livros didáticos. Em 2004, segundo dados da CBL e do SNEL – Sindicato Nacional dos Editores de Livros, as vendas de livros didáticos alcançaram R$ 1,351 bilhão (ou 54,6% do faturamento total do mercado editorial), equivalentes à venda de 197,6 milhões de exemplares.

No segmento de edição de livros didáticos, deve-se considerar a importante participação do PNLD e, recentemente, do PNLEM, por meio dos quais o Ministério da Educação, sob a coordenação do FNDE, adquire livros didáticos destinados aos alunos dos ensinos fundamental e médio para cerca de 165 mil escolas públicas de todo o País. Por meio desses programas, o Governo Federal e o Governo do Estado de São Paulo adquiriram em 2004 um total de 135,1 milhões de exemplares. Os programas de governo representaram um faturamento de R$ 529,1 milhões de reais em 2004, equivalentes a 39,1% do total do segmento de livros didáticos. Para maiores informações sobre os programas governamentais de compra de livros didáticos.

O segmento de edição de livros científicos, técnicos e profissionais é o terceiro maior do mercado editorial brasileiro. Em 2004, as vendas desses livros alcançaram R$ 346,5 milhões (ou 14,0% do faturamento total do mercado editorial), equivalentes à venda de 16,9 milhões de exemplares. É nesse segmento que estão classificados os livros jurídicos, de administração, economia e contabilidade. Em 2005, os estudantes de direito somavam 612,6 mil em todo o País e os advogados cadastrados junto à OAB aproximadamente 474,7 mil e, segundo dados relativos a 2004 do censo de educação superior no Brasil, realizado pelo INEP, o curso com maior número de estudantes matriculados era o de Administração, com 620,7 mil alunos.

As vendas do segmento de edição de livros de interesse geral, em 2004, alcançaram R$ 540,5 milhões (ou 21,8% do faturamento total do mercado editorial), equivalentes à venda de 51,5 milhões exemplares. Finalmente, as obras religiosas são responsáveis por 9,6% do mercado editorial brasileiro.

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Histórico e Funcionamento dos Programas de Compras Governamentais

Desde 1929, quando o Governo brasileiro criou um órgão específico para legislar sobre a política do Livro Didático, o Instituto Nacional do Livro (INL), a atuação federal nessa área vem se aperfeiçoando, com a finalidade de prover as escolas das redes federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal com obras didáticas e paradidáticas e dicionários de qualidade. Atualmente, essa política está consubstanciada principalmente no PNLD e no PNLEM.

PNLD

O PNLD distribui gratuitamente obras didáticas para todos os alunos de 1ª a 8ª séries da rede pública de ensino fundamental. A partir de 2003, as escolas públicas de educação especial e as instituições privadas definidas pelo censo escolar como comunitárias e filantrópicas foram incluídas no programa.

Por meio do PNLD, o Governo Federal adquire livros para alunos de 1ª a 8ª séries do ensino fundamental de aproximadamente 143 mil escolas públicas participantes do programa. O PNLD possui um ciclo de três anos, sendo que no primeiro ano, são adquiridos livros novos para alunos da 1ª a 4ª séries do ensino fundamental, no segundo ano são adquiridos livros novos para os alunos da 5ª a 8ª séries e para os alunos da 1ª série (os únicos aos quais é permitido escrever nos livros, inutilizando-os para reaproveitamento futuro), e no terceiro ano, são adquiridos somente livros para reposição dos exemplares comprados nos anos anteriores e que estiverem inutilizados. Em razão da característica cíclica do PNLD, o faturamento das editoras brasileiras que trabalham com Livros Didáticos acompanha essa sazonalidade. No ano de reposição dos livros, as vendas no âmbito do PNLD são naturalmente menores.

O PNLD é mantido pelo FNDE com recursos financeiros do Orçamento Geral da União e da arrecadação do salário-educação. Em toda a história do PNLD, nunca houve problemas de inadimplência por parte do Governo Federal.

O PNLD admite duas formas de execução: centralizada (as ações estão, integralmente, a cargo do FNDE) e descentralizada (ações desenvolvidas pelas unidades da Federação, mediante repasse de recursos do Governo Federal, por meio de convênio com o FNDE).

São Paulo é o único Estado que atualmente opta pela descentralização. Por esse motivo, o FNDE repassa recursos financeiros à Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, que se responsabiliza por toda a execução do programa.

A seguir, as principais ações da execução do PNLD.

O edital que estabelece as regras para a inscrição do Livro Didático é publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado no *website* do FNDE na Internet (www.fnde.gov.br). O edital também determina o prazo para a apresentação das obras pelas empresas detentoras de direitos autorais. Para analisar se as obras apresentadas se enquadram nas exigências técnicas e físicas do edital, é realizada uma triagem pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT). Os livros selecionados são encaminhados à SEB, responsável pela avaliação pedagógica.

A SEB escolhe os especialistas para analisar as obras, conforme critérios divulgados no edital. Os especialistas definem quais os livros que estão em conformidade com o edital e elaboram as resenhas dos livros aprovados, que passam a compor o guia de livros didáticos. O FNDE

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

disponibiliza tal guia em seu *website* na Internet e envia o mesmo material impresso às escolas cadastradas no censo escolar. Os livros didáticos passam por um processo democrático de escolha, com base no guia do livro didático. Os diretores e professores de cada escola analisam e escolhem as obras que serão utilizadas em suas salas de aula.

O FNDE, então, inicia o processo de negociação com as editoras, após informá-las dos livros escolhidos pelos professores e das respectivas quantidades. A aquisição é realizada por inexigibilidade de licitação, prevista na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, tendo em vista que as escolhas dos livros são efetivadas pelos professores. Concluída a negociação, o FNDE firma o contrato com as editoras, que dão início à produção dos livros, com supervisão dos técnicos do FNDE.

PNLEM

O PNLEM é uma iniciativa inédita do Governo Federal que teve como ponto de partida um projeto piloto no ano de 2004, quando foram adquiridos livros de português e matemática para uso nas escolas públicas de ensino médio das regiões Norte e Nordeste no ano letivo de 2005. O Governo do Estado de Minas Gerais, nesse mesmo ano, também adquiriu livros de português e matemática para os alunos de ensino médio de suas escolas públicas para uso durante o ano letivo de 2005. No âmbito do projeto piloto, o Governo Federal e o Governo do Estado de Minas Gerais adquiriram um total de 4,4 milhões de livros de todas as editoras inscritas no programa.

Em 2005 o Governo Federal incrementou a compra de livros de português e matemática para o ensino médio para todas as escolas públicas do Brasil, exceto aquelas que já tinham sido beneficiadas pelo projeto piloto no ano anterior.

O PNLEM para o ano letivo de 2007 ainda depende de aprovação de verba complementar pelo Congresso Nacional. A proposta orçamentária em tramitação no Congresso sinaliza uma compra de 19 milhões de livros, provavelmente nas disciplinas de física, química e biologia. Ainda não está definida a sistemática de funcionamento das compras e reposições no âmbito do PNLEM para os próximos anos.

No PNLD e no PNLEM, a definição da quantidade de exemplares a ser adquirida é feita pelas próprias escolas, em parceria com as secretarias estaduais e municipais de educação. Os dados disponibilizados pelo censo escolar feito pelo INEP servem de parâmetro para todas as ações do FNDE, inclusive para os Livros Didáticos.

Os resultados do processo de escolha são publicados no Diário Oficial da União, para conhecimento dos Estados e municípios. Em caso de desconformidade, os Estados e municípios podem solicitar alterações, desde que devidamente comprovada a ocorrência de erro.

Outros Programas

Além de adquirir livros para o Ensino Fundamental em bases regulares e para o Ensino Médio de forma pioneira em 2004 e 2005, o Governo Federal realiza outros programas não recorrentes de compras de livros para as escolas e bibliotecas públicas. Os mais importantes são o PNLD Dicionários, por meio do qual o Governo Federal adquire dicionários para utilização nas escolas públicas de ensino fundamental e médio, e o PNBE, por meio do qual o Governo Federal adquire

coleções de obras de literatura para alunos do ensino fundamental e de literatura e informação para alunos da educação de jovens e adultos.

FUNDEB

A Câmara dos Deputados aprovou, em 24 de janeiro de 2006, Proposta de Emenda à Constituição que cria o FUNDEB, destinado a financiar o ensino básico (creches, pré-escola, ensinos fundamental e médio). O novo fundo vai vigorar por 14 anos e terá implantação gradual.

Pelo texto, a União repassará ao FUNDEB R$ 2 bilhões no primeiro ano, R$ 2,9 bilhões no segundo ano, R$ 3,7 bilhões no terceiro e R$ 4,5 bilhões a partir do quarto ano de vigência do fundo.

O FUNDEB substituirá o FUNDEF e atenderá aos alunos da educação infantil, do ensino fundamental e médio e da educação de jovens e adultos. O FUNDEF vincula aplicação de recursos apenas ao ensino fundamental e termina em setembro de 2006, quando se completam dez anos de sua criação.

O FUNDEB será formado por 20% dos recursos de impostos estaduais e federais, distribuídos entre cada Estado e seus municípios, proporcionalmente ao número de alunos das diversas etapas e modalidades da educação básica, matriculados nas respectivas redes públicas de ensino. O gasto mínimo por aluno no FUNDEB não poderá ser inferior ao já estabelecido pelo FUNDEF.

O FUNDEB representa um grande avanço em relação ao FUNDEF, pois amplia de maneira significativa os recursos para a educação e a oferta de vagas na rede pública para alunos de todos os níveis de ensino.

Outros Setores de Atuação

O mercado de aprendizagem à distância, no qual a Editora está investindo por meio do ViaSaraiva, principalmente o *e-learning*, é o setor educacional que mais cresce no mundo. No Brasil, segundo dados da Folha on-line, há mais de 1,1 milhão de alunos no ensino a distância, uma grande maioria em cursos de graduação e pós-graduação.

O Mercado de Varejo de Livros

O mercado de varejo de livros no Brasil é bastante fragmentado, caracterizando-se pela coexistência de pequenas livrarias e grandes redes de lojas. Atualmente existem aproximadamente 1.500 livrarias em todo o Brasil, sendo que mais de 70% delas estão localizadas nas regiões Sul e Sudeste do País. Os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro representam cerca de 65% do varejo de livros no Brasil em vendas. Enquanto o consumo médio per capita no País é de apenas 1,8 livro por ano (incluindo livros didáticos), os Estados Unidos apresenta um consumo de 9 livros por ano e o Japão um consumo de 11 livros por ano.

A distribuição das livrarias pelo território nacional é extremamente desigual, sendo que dos 5.700 municípios brasileiros, apenas 10,5%, ou seja, 600 deles, possuem livrarias regularmente instaladas. Além de possuir uma distribuição muito desigual pelo território nacional, o número de

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

livrarias no Brasil é muito inferior em comparação a outros países, mesmo aqueles em desenvolvimento.

Além da utilização de livrarias, o mercado de varejo de livros desenvolve-se em outros veículos de distribuição e vendas, como, por exemplo, nas papelarias, bazares e escolas, que vêm se transformando, de forma crescente, em pontos de venda nos períodos escolares. As bancas de jornal também têm se mostrado um veículo de venda e divulgação de livros de baixo custo. No entanto, um dos veículos de venda que mais tem chamado a atenção dos profissionais do mercado de varejo de livros é a Internet. O comércio eletrônico tem se desenvolvido em todo o mundo, em todos os setores da economia, em virtude da comodidade, agilidade e facilidade de compra de mercadorias sem a necessidade de ida às lojas. Essa tendência também se verifica no mercado brasileiro, entre as grandes livrarias.

O Mercado de Varejo dos Outros Produtos Comercializados pela Livraria

O mercado de varejo de música no Brasil – incluindo a linha CDs e shows em DVD – foi de R$ 591,9 milhões em 2005, segundo dados da Associação dos Produtores de Discos – ABPD.

A União Brasileira de Vídeo – UBV estima que o mercado de filmes em DVD tenha faturado em torno de R$ 320 milhões em 2005, correspondentes a vendas de aproximadamente 15,8 milhões de unidades.

O mercado de periódicos, por sua vez, fatura anualmente cerca de R$ 2,2 bilhões, sendo que cerca de 10% desse valor são atualmente distribuídos por livrarias.

O Comércio Varejista Eletrônico

O comércio eletrônico no Brasil, segundo dados da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico, é de aproximadamente R$ 9,9 bilhões de reais. Desse total, cerca de R$ 2,9 bilhões correspondem ao comércio eletrônico de bens de consumo.

Segundo o o E-Bit, havia, em 2005, 4,8, milhões de e-consumidores no Brasil. Esse número tende a crescer de forma significativa, seja pela inclusão digital, seja pelo aumento do número de usuários banda larga, que em 2004 atingiu cerca de 1,6 milhões de usuários no Brasil (dados da IDC Brasil).

09.03 - PERÍODOS DE SAZONALIDADE NOS NEGÓCIOS

Uma importante característica que envolve os negócios da Editora é a sazonalidade do mercado editorial em que a mesma atua.

Em 2005, cerca de 82% das vendas da Editora estão concentradas no primeiro trimestre e no último trimestre de cada ano, respectivamente, no período de "volta às aulas" e no período de venda de livros didáticos no âmbito do PNLD e PNLEM. A cronologia de venda de livros didáticos no âmbito do PNLD, no entanto, pode sofrer pequenas variações, concentrando-se mais no final do ano ou no início do ano seguinte.

No PNLD/2006 (programa contratado no final de 2005 no qual foram adquiridos livros para o ano letivo de 2006), por exemplo, 77,5% das vendas da Editora para esse programa ocorreram no 4º trimestre de 2005 ficando os 22,5% restantes para serem realizados como receita do 1º trimestre de 2006. Essa sazonalidade do mercado em que a Editora atua impede uma análise comparativa de um trimestre para outro dentro do mesmo exercício social. A receita de vendas no âmbito dos programas é contabilizada à medida que a Editora entrega os livros contratados.

As vendas da Editora no restante do ano distribuem-se quase que uniformemente, embora o 3º trimestre possa apresentar valores maiores por conta do início das aulas em faculdade de direito, administração, economia e contabilidade, cujo período escolar é na maioria das vezes semestral.

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01047-2	SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES	60.500.139/0001-26

10.01 - PRODUTOS E SERVIÇOS OFERECIDOS

1- ITEM	2 - PRINCIPAIS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS	3 - % RECEITA LÍQUIDA
01	Livros Didáticos e Paradidáticos	69,08
02	Livros Jurídicos	26,66
03	Produtos Jurídicos Informatizados	0,75
04	Livros de Interesse Geral	0,94
05	Livros de Economia e Administração	2,57

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01047-2	SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES	60.500.139/0001-26

10.02 - MATÉRIAS PRIMAS E FORNECEDORES

1- ITEM	2 - MATÉRIA PRIMA	3 - IMPORTAÇÃO	4 - VALOR DA IMPORTAÇÃO (Reais Mil)	5 - DISPONÍVEL MERCADO LOCAL	6 - DISPONÍVEL MERCADO EXTERNO
7 - NOME DO FORNECEDOR	8 - TIPO DE FORNECEDOR				9 - % DE FORNECIMENTO SOBRE O TOTAL DAS COMPRAS DA CIA.
01	PAPEL	NÃO	0	SIM	SIM
VCP - VOTORANTIN CELULOSE E PAPEL	NÃO LIGADO				79,00
02	PAPEL	NÃO	0	SIM	SIM
RIPASA S/A CELULOSE E PAPEL	NÃO LIGADO				18,40
03	PAPEL	NÃO	0	SIM	SIM
SUZANO BAHIA SUL PAPEL E CELULOSE S/A	NÃO LIGADO				2,60

273

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01047-2	SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES	60.500.139/0001-26

10.03 - CLIENTES PRINCIPAIS POR PRODUTOS E/OU SERVIÇOS

1- ITEM	2- ITEM	3 - NOME DO PRODUTO/ NOME DO CLIENTE	4 - % DE PARTICIPAÇÃO DO CLIENTE NA RECEITA LÍQUIDA
001		LIVROS DIDÁTICOS	
001	001	FNDE (FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO)	32,14
002		LIVROS DIDÁTICOS, UNIVERSIT., ECON./ ADM., CD ROM, IN. GERAL	
002	002	OUTROS (NENHUM CORRESPONDENDO A MAIS DE 10%)	67,86

274

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

A atividade editorial consiste, principalmente, na organização e formatação de conteúdo proprietário para publicação.

Autores de livros destinados aos níveis de ensino fundamental, médio e superior, regularmente encaminham seus originais aos nossos departamentos editoriais competentes, com o objetivo de publicá-los.

Paralelamente, buscamos constantemente novos talentos que possam suprir eventuais lacunas em nosso catálogo, além de autores de obras cujo conteúdo possa ser aproveitado na edição de livros de segmentos correlatos ao de economia, administração e contabilidade, tais como turismo e hotelaria, relações internacionais, comunicação social e negócios. Esse processo tem garantido, nos últimos anos, a permanente atualização do nosso catálogo.

Após um primeiro contato com os autores, o esforço editorial inicia-se com a definição do conteúdo e de uma proposta de trabalho. Os projetos editoriais são primeiramente analisados do ponto de vista de suas metodologias e propostas de ensino, assim como no que diz respeito às suas potencialidades mercadológicas. Há um grande esforço editorial visando à viabilização de tais projetos, num processo que demanda interação constante entre editores e autores.

Após avaliação de seu conteúdo, o texto aprovado para edição ainda precisa receber tratamento especial dos setores de produção e artes. A formatação de uma obra editorial envolve também o trabalho de pessoal especializado em atividades de *copy desk*, composição, diagramação, revisões de provas, ilustração e fotolitos. Uma vez finalizada a fase de editoração eletrônica, são confeccionados os fotolitos ou disponibilizados os arquivos digitais das obras, que são a base para a impressão dos exemplares dos livros.

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

Áreas de Negócio

Negócios da Editora

Produtos

A Editora desenvolve atualmente as seguintes linhas editoriais: Livros Didáticos, Livros Paradidáticos, Livros Jurídicos, Livros de Economia, Administração e Contabilidade e Livros de Interesse Geral. A Editora comercializa, ainda, publicações jurídicas eletrônicas em CD-ROM e por meio do Portal SaraivaJur, e está desenvolvendo um segmento de ensino à distância, identificado pela marca ViaSaraiva.

A edição de Livros Didáticos e Livros Paradidáticos para estudantes dos níveis de ensino fundamental e médio consiste num dos negócios mais importantes da Editora. A linha editorial de Livros Didáticos e Livros Paradidáticos foi responsável por 31,5% do faturamento total consolidado do Grupo Saraiva em 2005.

Os projetos de cunho didático – e paradidático – dos selos Saraiva, Atual e Formato compreendem o lançamento de obras de conteúdo abrangente e em linha com as várias orientações pedagógicas, inclusive as diretrizes do MEC. Praticamente todas as matérias do currículo escolar são atendidas pelo catálogo da Editora: biologia, física, química, matemática, geografia, história, português, filosofia, artes, inglês, espanhol, além de obras de referência, como atlas geográficos e dicionários.

A Editora é a mais tradicional editora de conteúdo jurídico do País, acreditando liderar esse setor com aproximadamente 40% do mercado, sendo que o restante do mercado está dividido entre diversos concorrentes. Em 2005, o segmento de livros jurídicos representou 11,0% do faturamento total consolidado do Grupo Saraiva.

A linha editorial de livros jurídicos da Editora pode ser subdividida em 3 segmentos distintos: o segmento voltado ao público universitário (estudantes de direito), o segmento para profissionais de direito (advogados atuantes, procuradores de justiça, magistrados e outros) e legislação e códigos jurídicos. Dentre os três, o mercado universitário é o que mais cresce.

A Editora edita Livros de Administração, Economia e Contabilidade desde 1997 e ocupa participação de destaque nesse segmento, com uma participação de mercado estimada de 16% em 2005.

A Editora busca também editar livros em áreas correlatas às de administração, economia e contabilidade. Por áreas correlatas entendem-se disciplinas complementares e/ou acessórias em cursos de administração, economia e contabilidade, como, por exemplo, turismo e hotelaria.

Além da venda de livros, a Editora também edita e comercializa informações jurídicas em mídia eletrônica em redes varejistas ou por assinatura. Essa linha editorial, que leva a marca Saraiva Data é composta por diversos produtos em formato CD-ROM: o LIS (Legislação Informatizada Saraiva), o JUIS (Jurisprudência Informatizada Saraiva), a Linha Concursos e os chamados Modelos Jurídicos.

O LIS contém toda a legislação federal de nível superior em vigor e normas de grau inferior, e é comercializado em edições avulsas, ou por meio de assinaturas semestrais ou anuais, com

atualização bimestral. O JUIS consiste na compilação de ementas jurisprudenciais obtidas com base em acordos firmados com inúmeros tribunais do País. A comercialização é similar àquela do LIS e a atualização é trimestral. A Linha Concursos visa à preparação para as carreiras públicas e os Modelos Jurídicos são modelos de petição que têm como objetivo auxiliar o profissional do direito nas áreas trabalhista, penal e cível. Em 2005, LIS e JUIS somados contavam com 1,4 mil assinantes, havendo cerca de 14 mil usuários.

A Editora também é pioneira na comercialização de conteúdo jurídico em meio eletrônico na Internet. O Portal SaraivaJur oferece a seus clientes, além dos produtos jurídicos informatizados comercializados em CD-ROM – LIS e JUIS, com a vantagem de atualização diária –, obras de autores da Editora, jurisprudência trabalhista e uma série de serviços aos operadores do direito, tais como agenda de eventos da comunidade jurídica, informações de concursos, artigos de doutrina, classificados, atualização de códigos, clipping, ementas de publicações selecionadas do Diário Oficial da União e informações do catálogo de livros jurídicos da Editora. O foco do Portal SaraivaJur é o profissional do direito e contava, em dezembro de 2005, com cerca de 2 mil assinaturas e 70 mil usuários estimados.

Fornecedores

A principal matéria-prima utilizada pela Editora é o papel. A indústria do papel apresenta natureza cíclica, sendo sensível às mudanças de demanda e oferta, as quais são afetadas pelas condições econômicas mundiais e brasileiras. O preço do papel fabricado pelos fornecedores da Editora acompanha os preços do papel praticados no resto do mundo. Por essas razões, a Editora não celebra contratos de médio a longo prazo com seus fornecedores de papel. Durante o ano de 2005, o papel foi responsável por aproximadamente 47% dos custos da Editora.

Atualmente, a cadeia de suprimentos da Editora é formada por três principais fornecedores nacionais de papel, que são a Votorantim Celulose e Papel S.A. (VCP), a Ripasa S.A. Celulose e Papel (Ripasa) e a Suzano Bahia Sul Papel e Celulose S.A. (Suzano). Vale notar que, em 2005, a VCP, em conjunto com a Suzano, adquiriu o controle da Ripasa. A conclusão da operação ainda está pendente de aprovação pelos órgãos públicos competentes.

Além de papel, a Editora contrata serviços gráficos no mercado. A Editora tem uma unidade gráfica própria que atende aproximadamente 40% de sua demanda durante o ano. A gráfica da Editora opera com custos reduzidos e competitivos em relação ao mercado. Em 2005 os custos dos serviços da gráfica ficaram cerca de 15% mais baixos do que os similares no mercado. Em determinadas épocas do ano, a gráfica opera em até 3 turnos, gerando uma significativa vantagem competitiva frente aos concorrentes, que não contam com gráficas próprias e terceirizam os seus serviços.

Tendo em vista a razoável oferta de serviços gráficos no mercado, a Editora não depende significativamente de qualquer fornecedor de serviços gráficos. Em 2005 os principais fornecedores de serviços gráficos da Editora eram os seguintes: Editora Parma Ltda., Prol Editora Gráfica Ltda., Artes Gráficas e Editora SESIL Ltda., Oceano Indústria Gráfica e Editora Ltda. e Yangraf Gráfica e Editora Ltda.

Processo Editorial

A atividade editorial consiste, principalmente, na organização e formatação de conteúdo proprietário para publicação.

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

Autores de livros destinados aos níveis de ensino fundamental, médio e superior, regularmente encaminham seus originais aos nossos departamentos editoriais competentes, com o objetivo de publicá-los.

Paralelamente, buscamos constantemente novos talentos que possam suprir eventuais lacunas em nosso catálogo, além de autores de obras cujo conteúdo possa ser aproveitado na edição de livros de segmentos correlatos ao de economia, administração e contabilidade, tais como turismo e hotelaria, relações internacionais, comunicação social e negócios. Esse processo tem garantido, nos últimos anos, a permanente atualização do nosso catálogo.

Após um primeiro contato com os autores, o esforço editorial inicia-se com a definição do conteúdo e de uma proposta de trabalho. Os projetos editoriais são primeiramente analisados do ponto de vista de suas metodologias e propostas de ensino, assim como no que diz respeito às suas potencialidades mercadológicas. Há um grande esforço editorial visando à viabilização de tais projetos, num processo que demanda interação constante entre editores e autores.

Após avaliação de seu conteúdo, o texto aprovado para edição ainda precisa receber tratamento especial dos setores de produção e artes. A formatação de uma obra editorial envolve também o trabalho de pessoal especializado em atividades de *copy desk*, composição, diagramação, revisões de provas, ilustração e fotolitos. Uma vez finalizada a fase de editoração eletrônica, são confeccionados os fotolitos ou disponibilizados os arquivos digitais das obras, que são a base para a impressão dos exemplares dos livros.

Nosso relacionamento com os autores é formalizado mediante a celebração de contratos de direitos autorais

Distribuição de Livros Impressos e Logística

· Compras Governamentais

A Editora participa ativamente dos programas oficiais de compra de livros. Os mais importantes são o PNLD, PNLEM e PNBE. Nos contratos de fornecimento de livros no âmbito desses programas são fixados prazos para despacho pelos Correios, o que obriga um planejamento logístico antecipado, cujos processos são amplamente dominados pela Editora. Para a produção e entrega dos livros relacionados a essas compras, a Editora contrata temporários que auxiliam nas tarefas de mixagem e despacho dos livros.

O processo de mixagem consiste na preparação dos pacotes de livros nos padrões exigidos pelos Correios, de forma que cada escola receba, devidamente embalada, a quantidade exata de livros previamente solicitados. Estes livros são despachados diretamente das instalações da Editora para as escolas por meio dos Correios, que eventualmente instala postos especiais de atendimento no centro de distribuição da Editora nas épocas de maior demanda.

· Mercado Privado

Para as vendas ao mercado privado, o canal tradicional de distribuição de livros para varejistas é a rede de filiais da Editora e seus representantes autorizados. Esses últimos trabalham apenas com os Livros Didáticos e Livros Paradidáticos, em virtude principalmente das características sazonais desse segmento editorial.

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

A Editora foi uma das primeiras editoras do País a optar pela distribuição de seus livros por meio da utilização de filiais, em lugar dos tradicionais representantes ou distribuidores comerciais. A estratégia de substituição dos representantes por filiais, que contam com profissionais treinados e capacitados no atendimento dos clientes em todo o País, permitiu que a Editora ganhasse maior participação do mercado, especialmente em relação aos livros da linha editorial de livros jurídicos.

As filiais da Editora são dotadas de instalações próprias para as operações de vendas aos varejistas e aos distribuidores locais, bem como para promover os títulos junto aos professores dos ensinos fundamental, médio e superior. Cada filial possui um show room dos produtos das linhas editoriais da Editora, profissionais especializados em vendas e divulgação do catálogo da companhia e instalações para receber professores das áreas universitárias e dos níveis de ensino médio e fundamental. Os divulgadores, que são profissionais de vendas que atuam junto aos professores e escolas, trabalham com carros fornecidos pela Editora nas suas visitas às escolas e universidades de quase todo o território nacional.

A política de distribuição da Editora é dirigida para abastecer e reabastecer com rapidez seus clientes, espalhados por todo o Brasil.

Para essa finalidade, a Editora conta com um centro de distribuição localizado em Guarulhos, responsável pela recepção, armazenagem, manuseio e expedição de todos os títulos do seu catálogo para suas 13 filiais.

As filiais da Editora estão estrategicamente localizadas pelo País e possuem depósitos com capacidade para estocar e atender às vendas de suas respectivas regiões. Algumas dessas filiais contam ainda com o apoio de 15 revendedores autorizados. Esses revendedores comercializam exclusivamente Livros Didáticos e Livros Paradidáticos, segmento mais sazonal e cuja demanda se concentra em determinada época do ano.

O sistema de entrega de produtos da Editora é bastante simples, funcional e econômico. Os livros são transferidos para as filiais por transportadoras terceirizadas selecionadas dentro de padrões de exigência que unem preço, prazos de entrega, qualidade e segurança. Dessa maneira a Editora tem total flexibilidade em relação aos volumes transportados sem imobilização de capital.

Normalmente os pedidos são preparados e despachados num intervalo de 4 e 24 horas. No período de “volta às aulas”, este prazo é ampliado para 24 e 48 horas, valendo para qualquer produto disponível.

Para distribuição de Livros Jurídicos e Livros de Economia, Administração e Contabilidade, a Editora conta, em cada filial, com uma equipe de profissionais especializados que auxilia na divulgação dos conteúdos junto aos estabelecimentos de ensino e professores. As filiais permitem um atendimento diferenciado a cada região do País, respeitando as peculiaridades e necessidades de cada uma delas.

· Distribuição de Conteúdo em Mídia Eletrônica

O conteúdo em CD-ROM (LIS, JUIS, Modelos Jurídicos e Linha Concursos) e suas atualizações são disponibilizados aos assinantes mediante envio pelos Correios e também vendidos no varejo. O conteúdo disponibilizado na Internet (LIS e JUIS) é comercializado mediante venda de assinaturas.

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

Vendas

Em 2005, a Editora foi responsável por 44,4% do faturamento bruto do Grupo Saraiva.

A tabela abaixo demonstra a participação das linhas editoriais comercializadas pela Editora nos últimos 5 anos:

Linha Editorial (em milhares de R$)	**2003**	**2004**	**2005**	**Variação 2004/2003**	**Variação 2005/2004**
Didáticos/Paradidáticos.....	133.869	165.031	161.093	23,3%	-2,4%
Jurídicos.....	73.398[1]	62.301	62.235	-15,1%	-0,1%
Economia, Administração e Contabilidade	4.863	4,390	6.000	-9,7%	36,7%
Outros/Saraiva Data.....	3.985	3.760	4.188	-5,6%	11,4%
Total.....	**216.115[2]**	**235.482**	**233.516**	9,0%	-0,8%

[1] A entrada em vigor do novo Código Civil em janeiro de 2003 proporcionou uma venda extraordinária de Livros Jurídicos naquele ano.
[2] Inclui as operações da Formato Editorial, empresa adquirida em agosto de 2003 e incorporada pela Editora em fevereiro de 2004.

As vendas da Editora são destinadas exclusivamente ao mercado interno e totalizaram R$ 233,5 milhões em 2005, apresentando uma queda de 0,8% em relação a 2004.

A tabela abaixo, por sua vez, apresenta a participação de cada região do Brasil nas vendas da Editora em 2005:

Região	Participação nas Vendas em 2005 **(faturamento por região dividido por faturamento total)**
Norte/Nordeste…….	18%
Centro-Oeste…….	12%
Sudeste....……..	59%
Sul……...	11%

Em 2005, cerca de 82,3% das vendas da Editora ficaram concentradas entre o último e o primeiro trimestre do ano seguinte, como decorrência da sazonalidade que caracteriza o mercado editorial em que a Editora atua. Essa concentração, recorrente nas operações da Editora, é motivada por dois fatores principais: (i) o período "volta às aulas" no 1º trimestre de cada ano, e (ii) a venda de Livros Didáticos no âmbito do PNLD e PNLEM, que geralmente ocorre entre o 4º trimestre de um ano e o 1º trimestre do ano seguinte.

O faturamento no âmbito dos programas de compras de Livros Didáticos e Livros Paradidáticos também pode oscilar de um ano fiscal para outro, concentrando-se mais no 4º trimestre ou no 1º trimestre do ano seguinte. No PNLD/2005, cujo contrato foi firmado em 2004 para fornecimento de livros a serem utilizados no ano letivo de 2005, aproximadamente 71% das vendas da Editora ocorreram no 4º trimestre de 2004, ficando os 29% restantes para reconhecimento no 1º trimestre de 2005. Já no PNLD/2006, programa cujo contrato foi firmado em 2005 para fornecimento de Livros Didáticos para o ano letivo de 2006, 77% das vendas da Editora no âmbito do PNLD

ocorreram no 4º trimestre de 2005, ficando os 23% restantes para serem realizados como receita do 1º trimestre de 2006. Para mais informações sobre o PNLD.

As vendas da Editora no restante do ano distribuem-se quase que uniformemente, embora o 3º trimestre possa apresentar valores maiores por conta do início das aulas em faculdades de direito, administração, economia e contabilidade, cujo período escolar é na maioria das vezes semestral.

Clientes

Os principais clientes da Editora nos segmentos de Livros Didáticos e Livros Paradidáticos são o Governo Federal e o Governo do Estado de São Paulo, que contribuíram, em 2005, com 32,2% da receita bruta total da Editora e com 46,6% da receita bruta oriunda de vendas de Livros Didáticos e Livros Paradidáticos. Outro importante cliente da Editora neste segmento é a própria Livraria, que em 2005 foi responsável por 3,5% das vendas da Editora, sendo que deste total, 1,0% eram produtos da linha editorial de Livros Didáticos e Livros Paradidáticos. Realizamos, também, vendas de Livros Didáticos e Paradidáticos para nossos revendedores autorizados.

Os Livros Jurídicos, Livros de Administração, Economia e Contabilidade e Livros de Interesse Geral são vendidos basicamente para livrarias, por meio de nossas filiais.

Já o público-alvo do conteúdo de mídia eletrônica são os escritórios de advocacia, empresas, advogados, juízes, procuradores, dentre outros.

Marketing

Nossa política de marketing com relação às nossas linhas editoriais baseia-se principalmente na divulgação de nossas publicações junto aos professores de ensino fundamental e médio, tanto de escolas públicas como particulares, bem como aos professores universitários com interesse nas nossas linhas editoriais. No Brasil, a adoção de livros nos níveis de ensino fundamental e médio é decidida pelos professores, razão pela qual é importante a presença de uma rede de filiais e representantes bem dimensionada e de abrangência nacional.

Para tanto, contamos com um cadastro de aproximadamente 129,8 mil nomes de professores de ensino fundamental e médio, que recebem malas diretas com informações sobre os nossos lançamentos e novidades da Editora. A política de marketing inclui ainda ações em mídia impressa especializada, telemarketing e material promocional em nossos pontos de venda. Além disso, oferecemos gratuitamente exemplares de Livros Didáticos e Livros Paradidáticos, para que os professores tomem conhecimento do conteúdo de cada obra.

As ações no mercado universitário são dirigidas aos professores desse nível de ensino. O nosso cadastro conta com aproximadamente 30,1 mil profissionais nas áreas de administração, economia e contabilidade e 21,3 mil nomes de professores de direito. Esses professores recebem gratuitamente algumas de nossas publicações em suas respectivas áreas. Além disso, possuímos um cadastro de 131 mil operadores e profissionais do direito que recebem periodicamente o BIS – Boletim Informativo Saraiva. Este boletim fornece informações sobre nosso catálogo de livros. Além do trabalho de divulgação dos títulos das nossas linhas editoriais aos professores, oferecemos assistência aos mesmos disponibilizando atualizações periódicas de livros e apresentações estruturadas sobre temas acadêmicos relevantes, que podem ser acessados nos *websites* SaraivaJur e SaraivaUni.

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

O Portal SaraivaUni tem como público alvo os professores universitários das áreas de administração, economia e contabilidade. Esse endereço eletrônico, conta com 39 mil professores cadastrados e oferece material de apoio ao conteúdo dos nossos livros editados, e serviços de alto valor agregado, como o "Banco de Testes", um sistema automatizado personalizado com grande quantidade de questões extras para formatação de avaliações a serem aplicadas em sala de aula, dentre outros.

Para realizar a divulgação de nossas linhas editoriais junto aos clientes de todo o País, contamos com uma equipe de aproximadamente 77 divulgadores, distribuidores e nossa rede de 13 filiais espalhadas por todo o País.

Política de Crédito

Nossa área financeira estabelece um limite de crédito para nossos clientes por meio de critérios objetivos, tais como capacidade econômico-financeira, capitalização, endividamento, faturamento, índice de liquidez, margens e patrimônio líquido. Adota também uma política de crédito que envolve avaliação do histórico de pedidos, desempenho passado e classificação de risco dos clientes.

Em 2005, cerca de 13% das nossas vendas foram realizadas à vista. Como regra geral, nossas vendas são realizadas a prazo, e concedemos crédito de aproximadamente 35 dias para as linhas editoriais de Livros Didáticos e Livros Paradidáticos e de 45 a 60 dias para as demais linhas editoriais.

Em 2005, o nível médio de inadimplência de nossos clientes foi de 0,46% da receita líquida. No mesmo período, as perdas com inadimplência chegaram a R$ 1,1 milhão. Vale ressaltar que as compras de Livros Didáticos realizadas no âmbito do PNLD nunca apresentaram índices de inadimplência.

Quando da ocorrência de inadimplência, primeiramente bloqueamos o limite de vendas do cliente e, em seguida, encaminhamos uma carta de cobrança ou solicitamos uma posição do cliente por telefone. Após 60 dias, encaminhamos o processo a escritórios especializados em cobrança. Em última instância, os casos são avaliados do ponto de vista jurídico para o encaminhamento do pedido de execução ou falência.

Concorrentes

Atualmente, os principais segmentos do mercado editorial em que atuamos são os seguintes: Livros Didáticos e Livros Paradidáticos, nos quais detemos, com base em nossas estimativas para 2005, uma participação de cerca de 17%, Livros Jurídicos, no qual detemos uma participação de cerca de 40%, e Livros de Administração, Economia e Contabilidade, no qual detemos uma participação estimada de 16% do mercado de livros-texto.

· Livros Didáticos e Livros Paradidáticos

A linha editorial de Livros Didáticos e Livros Paradidáticos da Editora é a terceira maior do País em termos de faturamento, ficando atrás somente dos grupos editoriais Ática-Scipione e da FTD. Em 4º lugar, em termos de faturamento, encontra-se a Editora Moderna e, em 5º lugar, a Editora do Brasil.

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

· Livros Jurídicos

A Editora é a mais tradicional editora de conteúdo jurídico do País, liderando esse setor com aproximadamente 40% do mercado, sendo que o restante do mercado está dividido entre diversos concorrentes.

Os principais concorrentes da Editora neste segmento são a Editora Revista dos Tribunais (RT), a Editora Atlas, a Editora Forense, a Editora Malheiros e a Editora LTR.

· Livros de Administração, Economia e Contabilidade

No segmento de Economia, Administração e Contabilidade, os principais concorrentes da Editora são a Editora Atlas, Editora Campus (Reed Elsevier), Editora Pearson, dentre outras.

· SaraivaJur

Os concorrentes do Portal SaraivaJur se agrupam em 3 grupos distintos: (a) editoras tradicionais de conteúdo jurídico (tais como Revista dos Tribunais e Forense), (b) *websites* públicos (tais como os *websites* www.planalto.gov.br, www.stf.gov.br e www.stj.gov.br) e (c) *websites* de prestação de serviços e automação de escritórios (tais como www.jusnavigandi.com.br e www.direito.com.br), que podem ser concorrentes diretos ou indiretos.

Negócios da Livraria

Produtos

Comercializamos, na Livraria, por meio das nossas Lojas Tradicionais, *Mega Stores* e o *website* Saraiva.com: livros, CDs, DVDs, periódicos, *softwares* de multimídia, artigos de papelaria, brinquedos, artigos para informática, eletro-eletrônicos, jogos eletrônicos, *software* e revistas.

Fornecedores

Os principais fornecedores de livros, artigos de papelaria e produtos de áudio e vídeo para revenda são a Editora, Editora Ática S.A., Editora FTD S.A., Editora Moderna S.A., Editora Scipione Ltda., Cia. das Letras, Sony Music do Brasil Ltda., BMG do Brasil Ltda., Polygram do Brasil Ltda., Disal S.A., Editora Atlas S.A., Editora Record S.A., Rocco e Warner. Nenhum dos fornecedores responde por mais de 10% de nossas compras totais. Cerca de 6% do volume de compras da Livraria são efetuados junto à Editora.

Nossas Lojas

· Lojas Tradicionais

As nossas Lojas Tradicionais possuem áreas de vendas que oscilam entre 110m^2 e 480m^2 e operam com uma média de 13 funcionários. O número de itens oferecidos em uma Loja Tradicional é menor do que aquele de uma *Mega Store* e concentra-se basicamente em artigos de papelaria e livros. Em média uma Loja Tradicional possui 26 mil itens cadastrados.

A tabela abaixo mostra a evolução no número de lojas, área de vendas, vendas por m^2 e Tíquete Médio (Receita Líquida) das Lojas Tradicionais nos últimos três anos:

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

	2003	2004	2005
Número de Lojas.....	18	16	16
Área de Vendas (m^2).....	4.259	3.713	3.910
Vendas por m^2 (R$).....	11.062	11.036	11.875
Tíquete Médio (R$) (Receita Líquida).....	38,04	36,47	45,30

O modelo das Lojas Tradicionais está em evolução com a introdução de novas categorias de produtos, como ocorrido em nossas filiais localizadas no Brascan Century Plaza, no Super Shopping Osasco e no Shopping Interlagos, todos na Grande São Paulo. A reformulação das Lojas Tradicionais tem como objetivo valorizar a experiência de compra de nossos clientes e alavancar nossas vendas. A exemplo do que já ocorre nas *Mega Stores*, o *mix* de produtos nas Lojas Tradicionais pode ser ampliado de maneira a aproveitar a complementaridade de outras categorias à área de livros, como CDs, DVDs e artigos de multimídia selecionados. A tabela abaixo demonstra os indicadores de vendas por m^2 nas Lojas Tradicionais e nas lojas já reformuladas:

Vendas (R$/$m^2$)	2003	2004	2005
Média Geral das Lojas Tradicionais.....	11.062	11.036	11.875
Média das Lojas Tradicionais no novo conceito[1]	12.045	14.729	15.194

[1] Inclui a média de vendas por m^2 das lojas localizadas no Brascan Century Plaza, no Shopping Super Osasco e no Shopping Interlagos, todos na Grande São Paulo.

Acreditamos que há espaço para adequação de algumas Lojas Tradicionais atualmente em operação ao do conceito das Lojas Tradicionais testado com sucesso localizadas no Brascan Century Plaza, no Shopping Interlagos e no Shopping Super Osasco, todos na Grande São Paulo.

· *Mega Stores*

Em 1996, introduzimos no País as *Mega Stores*, que trazem um novo conceito de livraria. Das nossas 15 *Mega Stores*, 14 estão localizadas em *shopping centers* e possuem áreas que variam entre 460m^2 e 1.800m^2. Essas lojas operam em média com 52 funcionários. Todas as lojas são informatizadas possuindo terminais de leitura ótica espalhados pelo ambiente que possibilitam ao consumidor localizar produtos e consultar preços. As *Mega Stores* oferecem aos nossos consumidores um *mix* de produtos mais completo do que aquele das Lojas Tradicionais. Além de livros e artigos de papelaria, as *Mega Stores* oferecem CDs, DVDs, periódicos, *softwares*, artigos de multimídia, brinquedos e artigos eletrônicos. O número de itens cadastrados oferecidos em uma de nossas *Mega Stores* chega a 54 mil.

O conceito de *Mega Store* procura fidelizar o cliente por meio de um espaço físico agradável e bem dimensionado. Para tanto, nossas *Mega Stores* oferecem áreas com iluminação agradável, sinalização adequada, atendimento diferenciado e "CyberCafés", nos quais nossos clientes podem, inclusive, acessar a Internet. Os "CyberCafés" são operados por empresas especializadas que alugam os espaços das lojas. A intenção das *Mega Stores* é valorizar a experiência de compra de nossos clientes, mantendo-os por mais tempo nas lojas e incentivando a compra por impulso.

Abaixo segue um quadro com a evolução do número de lojas, área de vendas, vendas por m^2 e Tíquete Médio (Receita Líquida) das *Mega Stores* no últimos 3 anos.

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

	2003	2004	2005
Númerode Lojas.....	14	14	15
Área de Vendas (m^2).....	15.688	15.688	16.242
Vendas por m^2 (R$).....	10.277	10.673	11.176
Tíquete Médio (R$) (Receita Líquida).....	40,51	40,66	51,11

· Saraiva.com

Fomos uma das primeiras empresas brasileiras a entrar no comércio eletrônico de livros, CDs e DVDs por meio do nosso *website* Saraiva.com. Atualmente, nosso *website* oferece aos internautas mais de 300 mil produtos em 10 diferentes categorias: livros, CDS, DVDS, papelaria, informática, eletro-eletrônicos, jogos eletrônicos, software, brinquedos e revistas.

Apesar de contar com categorias de produtos ainda limitadas, a Saraiva.com está entre as três maiores operadoras de comércio eletrônico no Brasil em números de pedidos, na categoria de bens de consumo, com uma participação em torno de 3,4%.

As vendas da nossa unidade de negócios na Internet representaram 22,7% das vendas da Livraria em 2005, ou R$ 63,8 milhões.

Em 31 de dezembro de 2005, a Saraiva.com tinha um cadastro de 2,4 milhões de clientes, e uma participação de mercado em número de usuários que acreditamos não estar, ainda, refletida no faturamento de nossas operações on-line. Acreditamos que o faturamento desse canal de vendas pode ser maior com a ampliação das categorias de produtos que ofertamos atualmente.

Abaixo segue um quadro com a evolução do número de visitantes, acessos à página, pedidos de compra e Tíquete Médio (Receita Líquida) da Saraiva.com no últimos 3 anos.

	2003	2004	2005
Número de Visitantes (ano).....	16.797.595	22.049.431	24.199.932
Acessos à Página (ano).....	633.372.912	1.020.967.274	1.171.040.436
Pedidos de Compra (ano).....	663.846	813.381	924.972
Tíquete Médio (R$) (Receita Líquida).....	61,01	62,51	74,32

Distribuição de Produtos e Logística

Existe uma grande sinergia entre as operações de nossas Lojas Físicas e nossas operações on-line. Em mais de 90 anos de história, somos uma marca reconhecida pelos consumidores brasileiros, o que facilita a captação de clientes sem a necessidade de grandes investimentos em marketing. Além disso, a escala de operações em nossas Lojas Físicas permite negociações privilegiadas junto a fornecedores, não só no tocante a preços, mas também na facilidade de atendimento por conta do relacionamento que construímos junto ao mercado editorial.

O mercado editorial é muito pulverizado no Brasil e não existe um grande atacadista de livros, o que demanda dos varejistas um esforço de relacionamento adicional com mais de 1.000 editoras brasileiras. Esse processo é amplamente dominado pela Livraria, que o reconhece como uma de suas vantagens competitivas.

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

Por outro lado, os investimentos em estoques na Saraiva.com são minimizados pela utilização do estoque disponível em Lojas Físicas. As mercadorias não disponíveis nos depósitos da Saraiva.com são automaticamente solicitadas às lojas, que as separam e as encaminham para o depósito das operações *on-line*, local onde são preparadas para envio aos clientes. Por essa razão, a Saraiva.com minimiza o capital investido em estoques. Os produtos que por alguma razão não estejam disponíveis nos estoques das lojas são encomendados diretamente aos nossos fornecedores.

As Lojas Físicas, por outro lado, beneficiam-se pela abrangência geográfica do *website* Saraiva.com, que pode ser acessado de qualquer parte do mundo. O comércio eletrônico também é um instrumento importante de captação de vendas nas Lojas Físicas. Se um produto não estiver disponível em uma loja, o cliente poderá encomendá-lo pelo Saraiva.com na própria loja e recebê-lo na comodidade de sua casa ou endereço que lhe convier. Acreditamos que esse processo excede as expectativas de nossos clientes, que têm sua experiência de compra valorizada ao máximo.

Operamos basicamente com dois depósitos: o *cross-docking*, reponsável pelo abastecimento das Lojas Físicas, que não armazena estoques relevantes (apenas separando os pedidos de compras para distribuição entre as lojas da rede), e o depósito central da Saraiva.com, que armazena apenas os itens mais vendidos e de giro rápido. Os pedidos da Saraiva.com que não estão disponíveis em seu depósito são solicitados às lojas de forma automática pelos sistemas da Livraria.

Os pedidos de reabastecimento nas lojas são todos feitos automaticamente pelos sistemas da Livraria e gerenciados pela administração central. A centralização do fornecimento às lojas possibilita compras em escala, reduzindo os custos e tornando mais racional o gerenciamento dos itens disponíveis.

O transporte do centro de distribuição da Livraria a cada uma de suas lojas é realizado por serviços de frete terceirizados.

O sistema de distribuição da Saraiva.com inclui um centro de distribuição exclusivo e utiliza-se da estrutura das outras unidades de negócios da Livraria. Sempre que um pedido é processado, o sistema realiza uma busca do item solicitado nos centros de distribuição e nas lojas da rede, despachando o pedido ao cliente por via postal no menor tempo possível.

Clientes

Nossa base de clientes é composta por um público amplo e diversificado, que busca em nossas lojas e em nosso *website* lazer, cultura e entretenimento.

Recebemos aproximadamente 20 milhões de visitas por ano em nossas 31 Lojas Físicas, que geram cerca de 5 milhões de transações comerciais.

Marketing

O objetivo estratégico de nossos esforços de marketing é fixar nossa marca junto a nossos clientes. Com esse objetivo, nossas campanhas publicitárias procuram a diferenciação de atributos como preço, variedade de produtos e experiência de compra. Por conta do setor em que atuamos, realizamos todos os anos, entre os meses de janeiro e março, uma campanha especial de “volta às

aulas", período em que nossas lojas observam um significativo acréscimo de vendas. Em 2005, aproximadamente 1,4% do valor total de nossa receita líquida de vendas foi destinado à despesas de propaganda e marketing. Nossa intenção é continuar investindo de maneira consistente em campanhas de marketing.

A Internet é também uma ferramenta importante de marketing e de inteligência de negócio, na medida que os nossos gestores podem acessar de maneira organizada o perfil do cliente Saraiva, antecipando suas necessidades de acordo com o cruzamento de informações de consumo.

Uma de nossas importantes iniciativas foi a introdução de um cartão de fidelização de clientes chamado SaraivaPlus. A lógica desse cartão consiste no acúmulo de pontos que podem ser convertidos em descontos em futuras compras. Porém, mais do que um simples programa de descontos e fidelização, o SaraivaPlus pode se tornar, com o tempo, uma importante ferramenta de relacionamento com nossos clientes das Lojas Físicas e Internet. Temos condições de identificar hábitos de compra e preferências de cada um dos usuários do SaraivaPlus, maximizando o investimento em marketing e agregando, dessa maneira, maior valor à experiência de compra de nossos clientes. O programa foi lançado em 2005 e contava, em 31 de dezembro daquele ano, com 592,3 mil usuários cadastrados, 403,8 mil nas Lojas Físicas e 188,5 mil na Internet.

Evolução no Número de Usuários do SaraivaPlus:

	Ago/05	Set/05	Out/05	Nov/05	Dez/05
Total de Usuários	108.306	181.789	270.833	363.755	510.684
Lojas Físicas	96.225	158.612	219.656	284.626	394.498
Saraiva.com	12.081	23.177	51.177	79.129	116.186

Obtemos os dados de nossos clientes por meio do cadastramento no SaraivaPlus, bem como no momento da compra nas Lojas Físicas e na Internet. Utilizamos esses dados para envio de mala direta, contendo informativos sobre novidades e promoções, com a prévia concordância dos clientes.

Outra importante ação de marketing por nós implementada é a realização de eventos nas Lojas Físicas, tais como noites de autógrafos, exposições e sessões de leitura. Em 2005 foram realizados cerca de 980 eventos em nossas 31 Lojas Físicas.

Política de Crédito

Em 2005, 44,0% das nossas vendas foram realizadas à vista, 53,0% por meio de cartão de crédito e 3,0% a prazo. Com relação às vendas da Saraiva.com, 78,0% foram realizadas por meio de cartão de crédito. O índice de inadimplência de nossos clientes foi de 0,1% da receita líquida anual de vendas em 2005. As perdas com inadimplência chegaram a R$ 317 mil nesse mesmo ano.

Concorrentes

Acreditamos ser a maior rede de livrarias do País, tanto em área como em faturamento. Nossos principais concorrentes das Lojas Físicas são os seguintes: Livraria Cultura, Livraria Siciliano, Livraria Sodiler, Livraria Nobel, Livraria Laselva, FNAC, dentre outras.

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

Por meio de nossa unidade de negócios Saraiva.com, somos uma das líderes no mercado de comércio eletrônico de livros. Nas operações virtuais, nossos principais concorrentes são a Livraria Siciliano, a FNAC, a Livraria Cultura, a Submarino e as Lojas Americanas.

O mercado virtual é extremamente competitivo, porém tem apresentado taxas de crescimento importantes nos últimos anos. Pretendemos diversificar nossa atual linha de produtos na Internet, que atualmente tem o livro como carro chefe, aproveitando as potencialidades que o mercado on-line brasileiro ainda oferece em termos de crescimento nos próximos anos. Em fins de 2004 e durante o ano de 2005 a Saraiva.com testou a categoria “eletrônicos portáteis” e, pontualmente, a linha de eletrodomésticos, essa última em parceria com fornecedores. Em 31 de dezembro de 2005, a categoria de eletrônicos e eletrodomésticos respondia por 1,9% do faturamento anual da Livraria. Em dezembro desse mesmo ano o faturamento de eletrônicos correspondeu a 3,0% do total das vendas brutas do mês.

Exportação

Não se aplica à Companhia.

11.03 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

Visão Geral

Atuamos nos negócios de edição de livros e comercialização de conteúdo, por meio da Editora, e de comercialização ao varejo de livros e outros artigos, por meio da Livraria, que conta com uma rede de 31 Lojas Físicas e o *website* Saraiva.com. Nossos negócios são sinérgicos e suplementares. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005, 48% da receita líquida foram originados das atividades da Editora e 52% das atividades da Livraria. No tocante ao EBITDA Ajustado, 79,1% foram originados das atividades da Editora, apresentando margem de 25,9%, e 20,9% foram originados das atividades da Livraria, apresentando margem de 6,3%.

(em milhares de R$, exceto margem EBITDA Ajustado)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de						Variação 2004/2003	Variação 2005/2004
	2003[3][4]		2004[4]		2005[4]			
Receita Líquida Total[1][2]	**407.600**		**437.688**		**477.246**		**7,4%**	**9,0%**
Editora	206.046	49,4%	222.769	50,0%	233.330	48,0%	8,1%	4,7%
Livraria	211.466	50,6%	223.153	50,0%	253.115	52,0%	5,5%	13,4%
EBITDA Ajustado Total	**42.692**		**50.379**		**76.333**		**18,0%**	**51,6%**
Editora	34.856	81,7%	45.228	89,8%	60.350	79,1%	29,8%	33,4%
Livraria	7.836	18,3%	5.151	10,2%	15.983	20,9%	-34,3%	210,4%
Margem EBITDA Ajustado Total	**10,5%**		**11,5%**		**16,0%**		**1,0 p.p.**	**4,5 p.p.**
Editora	16,9%		20,3%		25,9%		3,4 p.p.	5,6 p.p.
Livraria	3,7%		2,3%		6,3%		-1,4 p.p.	4,0 p.p.

(1) Estão excluídas do total de vendas consolidadas as vendas da Editora para a Livraria.
(2) Os valores expressos em reais são nominais, não contemplando, portanto, a inflação do período.
(3) Inclui a participação da Formato Editorial (empresa adquirida em agosto de 2003 e incorporada em fevereiro de 2004).
(4) As porcentagens são calculadas levando-se em conta a receita líquida total, incluindo vendas da Editora para a Livraria.

Editora. A Editora é uma das principais editoras de livros do Brasil, em termos de faturamento, sendo líder no segmento de Livros Jurídicos (26,7% da nossa receita líquida no exercício de 2005), com participação de destaque no segmento de livros-texto de administração, economia e contabilidade (2,6% da nossa receita líquida no exercício de 2005) e estando entre os líderes nos segmentos de Livros Didáticos (65,2% da nossa receita líquida no exercício de 2005) e Livros Paradidáticos (3,9% da nossa receita líquida no exercício de 2005). A Editora também comercializa conteúdo jurídico informatizado na mídia CD-ROM e oferece o conteúdo de produtos jurídicos informatizados pela Internet, por meio do *website* Portal SaraivaJur, que também oferece outros serviços correlatos aos visitantes, tais como agenda de eventos da comunidade jurídica, informações sobre concursos e atualização de códigos de legislação. Recentemente, a Editora iniciou suas atividades no mercado de ensino à distância por meio da marca ViaSaraiva.

11.03 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de			Variação	Variação
	2003[1]	2004	2005	2004/2003	2005/2004
Receita Líquida Editora					
Livros Didáticos	59,1%	67,6%	65,2%	8,5 p.p.	-2,4 p.p.
Livros Paradidáticos	2,6%	3,1%	3,9%	0,5 p.p.	0,8 p.p.
Livros Jurídicos	34,2%	25,6%	26,7%	-8,6 p.p.	1,1 p.p.
Livros de Administração, Economia e Contabilidade	2,3%	1,8%	2,6%	-0,5 p.p.	0,8 p.p.
Outros/Saraiva Data	1,8%	1,9%	1,6%	0,1 p.p.	-0,3 p.p.

[1] Inclui a participação da Formato Editorial (empresa adquirida em agosto de 2003 e incorporada em fevereiro de 2004).

A tabela abaixo apresenta os resultados da Editora para os anos de 2003 a 2005.

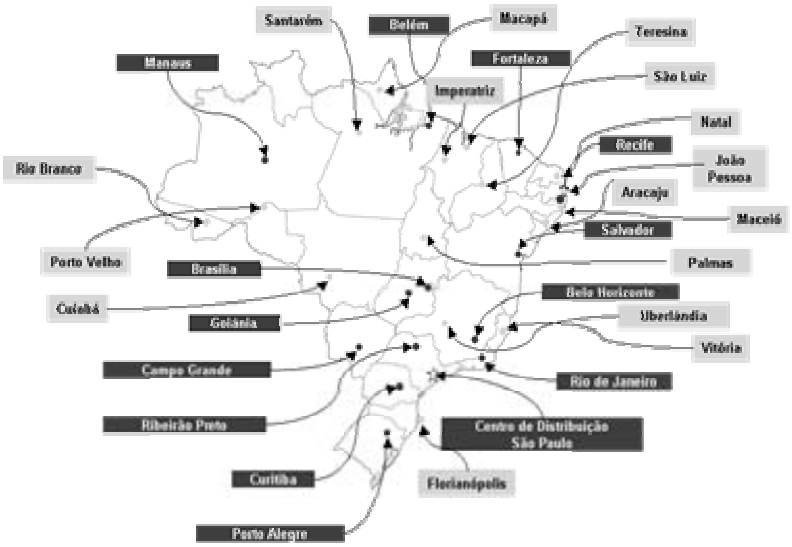
(em milhares de R$, exceto margem bruta e margem EBITDA Ajustado)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de			Variação	Variação
	2003[2]	2004	2005	2004/2003	2005/2004
Receita Líquida[1]	206.046	222.769	233.330	8,1%	4,7%
Lucro Bruto	135.372	147.234	161.594	8,7%	9,8%
Margem Bruta	65,7%	66,1%	69,3%	0,4%	3,2%
EBITDA Ajustado	34.857	45.228	60.350	29,8%	33,4%
Margem EBITDA Ajustado	16,9%	20,3%	25,9%	3,4 p.p.	5,6 p.p.

[1] Os valores expressos em reais são nominais, não contemplando, portanto, a inflação do período.
[2] Inclui a participação da Formato Editorial (empresa adquirida em agosto de 2003 e incorporada em fevereiro de 2004).

A Editora possui uma rede de 13 filiais, localizadas em importantes cidades dos estados do País, e 15 revendedores autorizados.

11.03 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

O mapa abaixo mostra a distribuição das filiais e dos revendedores no Brasil.



Filiais

Revendedores Autorizados

Livraria. A Livraria é a maior rede de livrarias do País em termos de faturamento. Referência no comércio de livros, a Livraria introduziu no Brasil o conceito de *Mega Store* e foi uma das pioneiras em comércio eletrônico no Brasil. Com uma rede de 31 lojas distribuídas em 10 importantes cidades brasileiras, sendo 15 *Mega Stores* e 16 Lojas Tradicionais, a Livraria conta com uma área total de vendas de 20,1 mil m^2. Em 2005, as vendas anuais foram de aproximadamente R$ 11,3 mil por m^2, com um crescimento de 5,6% em relação a 2004. O Tíquete Médio em relação à receita bruta em 2005 foi de R$ 54,66, com crescimento de 8,8% em relação a 2004.

As vendas da Livraria são realizadas por meio de (a) *Mega Stores*, que possuem áreas de vendas de 460m^2 a 1.800m^2 e oferecem até 54 mil itens cadastrados, nas categorias livros, CDs, DVDs, periódicos, *softwares* de multimídia, artigos de papelaria, eletrônicos e brinquedos educativos, (b) Lojas Tradicionais, que possuem áreas de vendas de 110m^2 a 480m^2 e oferecem até 26 mil itens cadastrados, dentre os quais livros e artigos de papelaria, e (c) comércio eletrônico, por meio do *website* Saraiva.com, que tem mais de 300 mil produtos cadastrados em 10 diferentes categorias: livros, CDs, DVDs, papelaria, informática, eletro-eletrônicos, jogos eletrônicos, *software*, brinquedos e revistas.

11.03 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

(em milhares de R$, exceto *Same Store Sales*[1] e Tíquete Médio[2] [3]	Exercício encerrado em 31 de dezembro de			Variação 2004/2003	Variação 2005/2004
	2003	2004	2005		
Receita Líquida					
Mega Stores	135.274	139.382	152.239	3,0%	9,2%
Lojas Tradicionais.....	42.653	40.431	42.335	-5,2%	4,7%
Lojas Físicas.....	177.927	179.813	194.574	1,1%	8,2%
Saraiva.com.....	33.540	43.339	58.542	29,2%	35,1%
EBITDA Ajustado	**7.835**	**5.149**	**15.983**	**-34,3%**	**210,4%**
Lojas Físicas.....	7.757	2.471	7.448	-68,1%	201,4%
Saraiva.com.....	78	2.678	8.535	3.333,3%	218,7%
Margem EBITDA Ajustado					
Lojas Físicas.....	4,4%	1,4%	3,8%	-3,0 p.p.	2,4 p.p.
Saraiva.com.....	0,2%	6,2%	14,6%	6,0 p.p.	8,4 p.p.
Same Store Sales					
(Receita Líquida)					
Mega Stores	4,3%	-0,6%	9,3%	-4,9 p.p.	9,9 p.p.
Lojas Tradicionais.....	-0,5%	-11,4%	12,1%	-10,9 p.p.	23,5 p.p.
Lojas Físicas.....	3,1%	-3,1%	9,9%	-6,2 p.p.	13,0 p.p.
Same Store Sales					
(Receita Bruta)					
Mega Stores	0,4%	3,7%	4,4%	3,3 p.p.	0,7 p.p.
Lojas Tradicionais.....	-0,7%	-5,7%	3,4%	-5,0 p.p.	9,1 p.p.
Lojas Físicas.....	0,2%	1,7%	4,2%	1,5 p.p.	2,5 p.p.
Tíquete Médio (R$) (Receita Líquida)					
Mega Stores	40,51	40,66	45,15	0,4%	11,0%
Lojas Tradicionais.....	38,04	36,47	43,27	-4,1¨%	18,6%
Lojas Físicas.....	39,90	39,66	44,73	-0,6%	12,8%
Saraiva.com.....	61,01	62,51	74,32	2,5%	18,9%
Tíquete Médio (R$) (Receita Bruta)					
Mega Stores	45,99	48,16	51,11	4,7%	6,1%
Lojas Tradicionais.....	40,69	41,43	45,30	1,8%	9,3%
Lojas Físicas.....	44,76	46,66	49,89	4,2%	6,9%
Saraiva.com	68,60	73,42	81,03	7,0%	10,4%

[1] O crescimento *Same Store Sales* de um determinado período é calculado dividindo-se o total das vendas das lojas que estão abertas em tal período, pelo total das vendas das mesmas lojas que estavam abertas na mesma data do período anterior em análise. Esse número pode diferir daquele que decorreria da divisão do total das vendas das lojas que estão abertas em tal período, pelo total das vendas das lojas que estavam abertas na mesma data do período anterior em análise.
[2] Receita (bruta ou líquida) do período, dividida pelo número de notas fiscais emitidas no mesmo período.
[3] Os valores expressos em reais são nominais, não contemplando, portanto, a inflação do período.

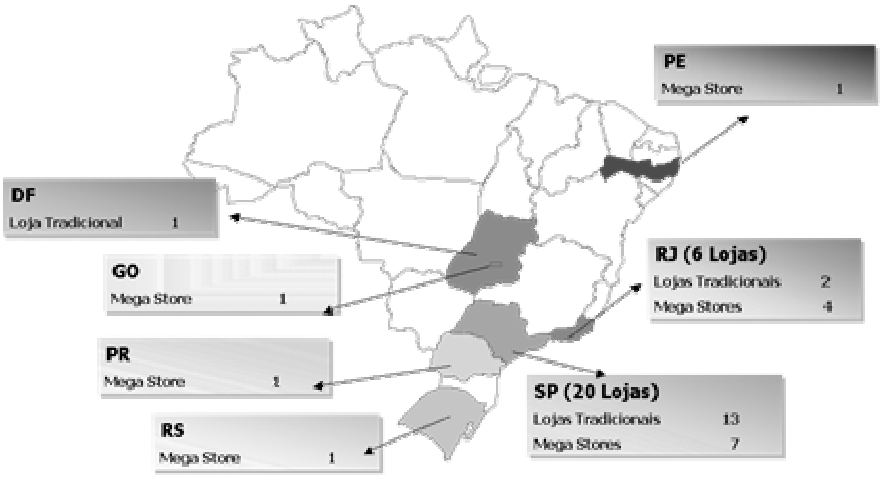
11.03 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

A tabela abaixo apresenta dados operacionais selecionados do *website* Saraiva.com para os exercícios de 2003 a 2005.

Dados Operacionais Selecionados da Saraiva.com	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003	2004	2005	Variação 2004/2003	Variação 2005/2004
Número de visitas (ano)	16.797.597	22.049.431	24.199.932	31,3%	9,8%
Acessos à página (ano)	633.372.912	1.020.967.274	1.171.040.436	61,2%	14,7%
Número de pedidos de compra (ano)	663.846	813.381	924.972	22,5%	13,7%
Tíquete médio[1] (R$) (Receita Líquida)	62,51	61,01	74,32	2,5%	18,9%
Taxa de conversão	4,1%	3,7%	3,9%	-0,4 p.p.	0,2 p.p.

[1] Receita (bruta ou líquida) do período, dividida pelo número de notas fiscais emitidas no mesmo período.

O mapa abaixo mostra a distribuição das Lojas Físicas no Brasil:



Nossos Pontos Fortes

Acreditamos que os pontos fortes do Grupo Saraiva sejam os seguintes:

- *Liderança*. Em 2005, fomos líderes no mercado interno de venda de livros no varejo, em número de livros vendidos e em faturamento líquido. Em 2004, tivemos faturamento líquido 35% superior ao do vice-líder. Somos referência na edição e comercialização de livros jurídicos no Brasil. Nossos livros estão presentes na vida da maioria dos operadores do direito desde seu ingresso na universidade, acompanhando-os ao longo de toda a sua carreira. Nossa liderança deriva da credibilidade conquistada por meio do oferecimento de produtos de selecionada qualidade somado à constante atualização do nosso catálogo. Conquistamos, em 2005, o 2º e o 3º lugares nos programas governamentais de aquisição de Livros Didáticos para o ensino médio e fundamental, respectivamente, consolidando nosso posicionamento nesse segmento editorial.

11.03 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

- *Tradição associada ao pioneirismo.* Somos uma empresa atuante há mais de 90 anos no Brasil, com forte presença no mercado editorial e no mercado varejista de livros. Construímos ao longo desse período uma marca forte e de reconhecida qualidade no País. Acreditamos que a força e o reconhecimento de nossa marca, aliados à nossa flexibilidade em responder às tendências do mercado e às exigências dos nossos clientes, são uma vantagem competitiva propulsora dos nossos negócios e responsáveis pela manutenção de uma base sólida de consumidores. Somos pioneiros em muitas das áreas em que atuamos. Nas atividades editoriais, fomos os primeiros na comercialização de conteúdo jurídico na mídia CD-ROM e um dos primeiros por meio da Internet. Em 2005, ingressamos no negócio de ensino à distância e iniciamos a comercialização de edições de livros customizadas em parceiras com instituições de ensino. Atualmente, estudamos a possibilidade de vender livros por capítulo em mídia eletrônica. Nas atividades varejistas, introduzimos no Brasil o conceito de *Mega Store* e, no comércio eletrônico, soubemos aproveitar a demanda por venda de produtos na Internet, expandindo nosso *mix* de produtos. Em relação a governança corporativa, fomos a primeira companhia aberta brasileira a garantir direito de *tag-along* aos acionistas detentores de ações preferenciais e uma das primeiras a contemplar, em nosso Estatuto Social, uma política diferenciada de distribuição de dividendos

- *Presença nacional.* Temos uma rede de atendimento presente em grande parte do Brasil. Nas atividades editoriais, contamos com 13 filiais espalhadas pelo Brasil e temos o apoio de 15 revendedores autorizados. Essa estrutura de distribuição e logística nos permite ter estoques suficientes para atender à demanda local por livros de nosso catálogo e apoiar nosso esforço de divulgação junto aos professores. Nossas livrarias estão estrategicamente localizadas. Possuímos 31 lojas localizadas em algumas das principais cidades brasileiras, tais como São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Recife, Porto Alegre e Curitiba. Das nossas 15 *Mega Stores*, 14 estão localizadas em importantes *shopping centers* do País, e nossas 16 Lojas Tradicionais ficam em alguns dos principais pontos comerciais de tais localidades. Nosso *website* Saraiva.com permite o acesso e entrega de nossos produtos a consumidores do mundo inteiro.

- *Catálogo exclusivo e diferenciado*. Oferecemos um catálogo de livros jurídicos exclusivo e possuímos uma biblioteca digital jurídica. Nosso catálogo no segmento editorial didático e paradidático é completo e atende a todas as séries dos níveis de ensino fundamental e médio. Desde 1998, editamos Livros de Economia, Administração e Contabilidade, e nosso catálogo já possui uma posição de destaque nesse mercado. A credibilidade de nossas publicações se deve à busca por qualidade editorial e à constante atualização das obras publicadas. Autores brasileiros nacional e internacionalmente reconhecidos nos procuram para publicar suas obras sob o selo Saraiva.

- *Complementaridade do nosso modelo de negócios.* A Editora e a Livraria atuam conjuntamente na identificação de tendências e necessidades do setor editorial, conferindo-nos uma vantagem competitiva frente a nossos concorrentes. Além disso, os serviços das nossas áreas administrativas (financeira, de recursos humanos e jurídica, dentre outras) são compartilhados, atendendo a todo o Grupo Saraiva. A integração das operações da Livraria com as do *website* Saraiva.com otimiza, por um lado, o nosso investimento em estoques e possibilita, por outro, pronto atendimento e conforto aos nossos clientes.

11.03 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

- *Valorização da experiência de compra.* Buscamos oferecer a nossos clientes uma experiência de compra única nas Lojas Físicas e na Saraiva.com. Trabalhamos para garantir sua satisfação, fornecendo treinamento técnico aos nossos colaboradores, buscando mantê-los a todo o tempo motivados para desenvolver alto grau de empatia com nossos clientes. Com espaços físicos agradáveis e bem dimensionados, nossas lojas são altamente informatizadas, possuindo terminais de leitura ótica espalhadas pelo ambiente, que possibilitam ao consumidor localizar produtos e consultar preços de maneira rápida e eficiente. Na Saraiva.com, disponibilizamos uma grande variedade de produtos e proporcionamos um processo de compra ágil, com entrega rápida para nossos clientes.

- *Alinhamento de interesses entre administradores e acionistas.* Temos uma administração experiente e profissionalizada, preocupada com a geração de valor. Possuímos um sistema objetivo de gestão e avaliação de pessoas (GVA^{a}) que busca alinhar a conduta dos administradores aos interesses dos acionistas.

Estratégia

Editora

- *Crescimento e consolidação da nossa posição de mercado.* Pretendemos ampliar a nossa participação nos mercados de Livros Didáticos e Livros Paradidáticos, de Livros Jurídicos e de Livros de Administração, Economia e Contabilidade. Nosso crescimento será baseado principalmente nas seguintes iniciativas:

    - Aquisição de outras editoras e catálogos editoriais, preferencialmente nos segmentos em que já atuamos, na medida em que surjam oportunidades, quando poderemos utilizar nossa experiência de integração acumulada com a aquisição da Editora Atual, em 1998, do acervo editorial da Editora Renascer, em 2000, e da Formato Editorial, em 2003. Tal estratégia nos permitirá ampliar o catálogo oferecido aos nossos clientes e maximizar o uso da estrutura já existente.

    - Exploração da nossa rede de distribuição, com investimentos em novos lançamentos; a identificação de novos autores, e o fortalecimento do relacionamento com nossos autores atuais.

    - Utilização de novas mídias e soluções criativas para exceder às expectativas de nossos clientes, como, por exemplo, a linha de negócios de ensino à distância e a comercialização de edições de livros customizadas em parceiras com instituições de ensino. Entendemos que essas iniciativas nos ajudarão a combater a reprodução não autorizada do conteúdo dos livros de nossa edição e a aumentar o acesso ao catálogo da Editora. Estamos desenvolvendo tecnologia para venda de conteúdo fracionado de nossas obras e atualmente estudamos a melhor maneira de realizá-la.

- *Fortalecimento do relacionamento com os professores.* Os professores são os principais responsáveis pela escolha dos livros a serem adotados em escolas e universidades. Portanto, planejamos fortalecer nosso relacionamento com os professores em todos os níveis de ensino nos mercados em que atuamos, investindo na qualificação da nossa força de divulgação por meio de ações de treinamento.

11.03 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

- *Aumento da eficiência operacional.* Pretendemos investir em projetos de tecnologia da informação, com o objetivo de racionalizar processos administrativos e comerciais, proporcionando, desse modo, maior produtividade e agilidade nas operações. Planejamos unificar nossas atividades corporativas – hoje realizadas em diferentes instalações – num único espaço físico, viabilizando, dessa forma, redução de custos, melhor comunicação entre as áreas e maior rapidez no processo decisório.

Livraria

- *Crescimento e consolidação da nossa posição no mercado.* A nossa estratégia de crescimento dar-se-á por meio das seguintes iniciativas:

    - *Expansão das operações da Saraiva.com*. Planejamos ampliar nossas vendas realizadas por meio do comércio eletrônico. O mercado varejista eletrônico no Brasil tem crescido a taxas superiores às do mercado varejista tradicional. Nesse sentido, pretendemos consolidar nosso posicionamento nas categorias de produtos que já comercializamos e diversificar ainda mais nosso *mix* de produtos.

    - *Expansão da rede de Lojas Físicas.* Pretendemos inaugurar novas lojas nos modelos *Mega Store* e Loja Tradicional. Programamos a abertura de novas lojas no período compreendido entre os anos de 2005 e 2008, sendo que 2 já foram inauguradas no segundo semestre de 2005, uma no Shopping Center Recife (Recife – PE) e outra no Shopping Super Osasco (Osasco –SP).

    - *Aquisições estratégicas*. Há espaço para a consolidação do mercado de varejo de livros no Brasil. Continuaremos a estudar com regularidade oportunidades de aquisições que possam agregar valor ao nosso negócio.

- *Novas categorias de produtos e lojas.* Atentos à dinâmica dos mercados onde atuamos, visualizamos a oportunidade de explorar novas categorias de produtos que sejam associadas à imagem de cultura, lazer e entretenimento que possuimos. Nesse sentido, pretendemos ampliar nossas vendas de eletro-eletrônicos e ocupar uma posição mais ativa no mercado de livros importados, que apresenta margens brutas atraentes. Temos, ainda, a intenção de dar continuidade à introdução de novas categorias de produtos em nossas Lojas Tradicionais, tais como CDs, DVDs e artigos de multimídia selecionados, aproveitando a complementaridade desses produtos à área de livros. Confiamos no sucesso dessa estratégia com base nas bem sucedidas iniciativas nas unidades localizadas no Brascan Century Plaza, no Shopping Interlagos e Shopping Super Osasco, todos na Grande São Paulo.

- *Eficiência na administração do capital de giro.* Pretendemos manter nossas estratégias de desenvolver parcerias com fornecedores, excluir do *mix* de produtos os itens de menor rentabilidade e aumentar o Tíquete Médio pela ampliação da variedade dos itens ofertados e por meio da adoção de políticas de vendas mais agressivas.

- *Fortalecimento da nossa marca.* Pretendemos conquistar um posicionamento diferenciado junto a nossos clientes, associando cada vez mais a marca Saraiva aos conceitos de lazer, cultura e entretenimento. Com esse objetivo, nossas campanhas publicitárias procurarão a diferenciação de atributos como preço, variedade de produtos e experiência de compra. Outra de nossas iniciativas é o cartão de fidelização de clientes chamado SaraivaPlus.

11.03 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

Entendemos que o SaraivaPlus se tornará uma importante ferramenta de relacionamento com os clientes das nossas Lojas Físicas e da Saraiva.com, o que possibilitará identificar os hábitos de compra e preferências de cada um dos usuários do programa, agregar maior valor à experiência de compra de nossos clientes, antecipar o atendimento às suas necessidades e, assim, alavancar nossas vendas.

Concorrentes da Linha Editorial de Livros Didáticos e Paradidáticos

A linha editorial de Livros Didáticos e Livros Paradidáticos da Editora é a terceira maior do País em termos de faturamento, ficando atrás somente dos grupos editoriais Ática-Scipione e da FTD. Em 4º lugar, em termos de faturamento, encontra-se a Editora Moderna e, em 5º lugar, a Editora do Brasil.

Concorrentes da Linha Editorial Jurídicos

A Editora é a mais tradicional editora de conteúdo jurídico do País, liderando esse setor com aproximadamente 40% do mercado, sendo que o restante do mercado está dividido entre diversos concorrentes.

Os principais concorrentes da Editora neste segmento são a Editora Revista dos Tribunais (RT), a Editora Atlas, a Editora Forense, a Editora Malheiros e a Editora LTR.

Concorrentes da Linha Editorial de Livros de Administração, Economia e Contabilidade

No segmento de Economia, Administração e Contabilidade, os principais concorrentes da Editora são a Editora Atlas, Editora Campus (Reed Elsevier), Editora Pearson, dentre outras.

Concorrentes do Portal SaraivaJur

Os concorrentes do Portal SaraivaJur se agrupam em 3 grupos distintos: (a) editoras tradicionais de conteúdo jurídico (tais como Revista dos Tribunais e Forense), (b) *websites* públicos (tais como os *websites* www.planalto.gov.br, www.stf.gov.br e www.stj.gov.br) e (c) *websites* de prestação de serviços e automação de escritórios (tais como www.jusnavigandi.com.br e www.direito.com.br), que podem ser concorrentes diretos ou indiretos.

12.01 - PRINCIPAIS PATENTES, MARCAS COMERCIAIS E FRANQUIAS

A Editora e a Livraria são titulares de diversas marcas e nomes de domínio, os quais se encontram regularmente registrados junto ao INPI e à FAPESP, respectivamente. Alguns nomes de domínio da Editora e da Livraria também são objeto de registro no exterior.

Os quadros abaixo apresentam as principais marcas e nomes de domínio da Editora e da Livraria:

Marcas

Descrição da Marca ou seu Elemento Nominativo	Tipo	Titular
Editora Saraiva	Mista	Editora
Atual	Mista	Editora
Saraiva	Nominativa	Livraria
Saraiva	Figurativa	Livraria
Saraiva Virtual	Mista	Editora
JUIS	Nominativa	Editora
JUIS – Jurisprudência Informatizada Saraiva	Nominativa	Editora
LIS	Nominativa	Editora
LIS – Legislação Informatizada Saraiva	Nominativa	Editora
Saraiva Data	Mista	Editora
Livraria Saraiva	Mista	Livraria
Saraiva *Mega Store*	Nominativa	Livraria
Saraiva *Mega Site*	Nominativa	Livraria

12.01 - PRINCIPAIS PATENTES, MARCAS COMERCIAIS E FRANQUIAS

Nomes de Domínio

Nome de Domínio	Órgão de Registro	Titular
juis-br.com.br	FAPESP	Livraria
livrariasaraiva.com.br	FAPESP	Livraria
megasite.com.br	FAPESP	Livraria
musichall.com.br	FAPESP	Livraria
saraivamegastore.com.br	FAPESP	Livraria
atualeditora.com.br	FAPESP	Editora
editorasaraiva.com.br	FAPESP	Editora
formatoeditorial.com.br	FAPESP	Editora
lisonline.com.br	FAPESP	Editora
longlifelearning.com.br	FAPESP	Editora
nobrescolegas.com.br	FAPESP	Editora
paginadaeducacao.com.br	FAPESP	Editora
saraiva.com.br	FAPESP	Editora
saraivadata.com.br	FAPESP	Editora
saraivaeduca.com.br	FAPESP	Editora
saraivajur.com.br	FAPESP	Editora
saraivari.com.br	FAPESP	Editora
saraivauni.com.br	FAPESP	Editora
vivereaprender.com.br	FAPESP	Editora
saraivajur.net	FAPESP	Editora
saraivauni.net	FAPESP	Editora
editorasaraiva.com	Network Solutions	Editora
formatoeditorial.com	Network Solutions	Editora
saraivadata.com	Network Solutions	Editora
saraivajur.com	Network Solutions	Editora
saraivauni.com	Network Solutions	Editora
viasaraiva.com	Network Solutions	Editora
saraiva.com	Network Solutions	Livraria

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01047-2	SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES	60.500.139/0001-26

13.01 - PROPRIEDADES RELEVANTES

1- ITEM	2 - TIPO DE PROPRIEDADE	3 - ENDEREÇO								
4 - MUNICÍPIO	5 - UF	6 - ÁREA TOTAL (MIL M²)	7 - ÁREA CONSTRUÍDA (MIL M²)	8 - IDADE (ANOS)	9 - SEGURO	10 - HIPOTECA	11 - ALUGADA DE TERCEIROS	12 - DATA DO CONTRATO	13 - TÉRMINO LOCAÇÃO	
14 - OBSERVAÇÃO										
01	PRÉDIO	AV. MARQUÊS DE SÃO VICENTE 1697								
SÃO PAULO	SP	6.384,000	6.812,000	29	SIM	NÃO	NÃO			
02	GALPÃO	RUA AMÂNCIO GAIOLLI, 1146								
GUARULHOS	SP	28.621,000	17.529,000	13	SIM	NÃO	NÃO			
03	TERRENO	ESTRADA MUNICIPAL S/N								
GUARULHOS	SP	37.000,000	0,000	0	NÃO	NÃO	NÃO			

300

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

O investimento nas nossas Ações envolve alto grau de risco. Os investidores devem considerar cuidadosamente os riscos descritos abaixo antes de tomar uma decisão de investimento. Nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais podem ser afetados de maneira adversa por quaisquer desses riscos. O preço de mercado das nossas Ações pode diminuir devido a quaisquer desses riscos ou outros fatores, e os investidores podem vir a perder parte substancial ou todo o seu investimento. Os riscos descritos abaixo são aqueles que atualmente acreditamos que poderão nos afetar de maneira adversa, podendo riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidos por nós, ou que atualmente consideramos irrelevantes, também prejudicar nossas atividades de maneira significativa.

RISCOS RELATIVOS AO BRASIL

O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, poderia causar um efeito adverso relevante nas nossas atividades e no preço de mercado das nossas Ações.

O Governo Federal freqüentemente intervém na economia do País e ocasionalmente realiza modificações significativas em suas políticas e normas. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, freqüentemente implicaram aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. Nossas atividades, situação financeira e nossos resultados operacionais poderão ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como:

- taxas de juros;
- flutuações cambiais;
- inflação;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- política fiscal; e
- outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras. Além disso, nos últimos meses, membros do Poder Executivo e Legislativo, bem como outras pessoas aos mesmos relacionadas, estão sendo investigados em razão de alegações de conduta ilícita ou antiética. É impossível prever os possíveis resultados das investigações e se tais resultados poderão gerar uma desestabilização na economia brasileira. Sendo assim, tais incertezas, alegações de conduta ilícita ou antiética e outros acontecimentos futuros na economia brasileira poderão prejudicar as nossas atividades e os nossos resultados operacionais, podendo inclusive afetar adversamente o preço de negociação das nossas Ações.

A inflação e os esforços no Governo Federal de combate à inflação, incluindo o aumento das taxas de juros oficiais, poderão contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil, podendo prejudicar nossas atividades e o valor de mercado das nossas Ações.

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

No passado, o Brasil registrou índices de inflação extremamente altos. A inflação e algumas medidas tomadas pelo Governo Federal no intuito de controlá-la, combinada com a especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas, tiveram efeito negativo significativo sobre a economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. Mais recentemente, a taxa anual de inflação medida pelo IGP-M caiu de 20,10% em 1999 para 1,21% em 2005. As medidas do Governo Federal para controle da inflação freqüentemente têm incluído a manutenção de política monetária restritiva com altas taxas de juros, restringindo assim a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. Como conseqüência, as taxas de juros têm flutuado de maneira significativa. Por exemplo, as taxas de juros oficiais no Brasil no final de 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005 foram de 19,00%, 25,00%, 16,50%, 17,75%, e 18,00%, respectivamente, conforme estabelecido pelo COPOM.

Futuras medidas do Governo Federal, inclusive redução das taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do real poderão desencadear aumento de inflação. Se o Brasil experimentar inflação elevada no futuro, talvez não sejamos capazes de reajustar os preços que cobramos de nossos clientes para compensar os efeitos da inflação sobre a nossa estrutura de custos.

Na hipótese de aumento de inflação, o Governo Federal poderá optar por elevar as taxas de juros oficiais. A alta das taxas de juros impacta diretamente o nosso custo de captação de recursos, bem como o custo de financiamento de nossos clientes, podendo inclusive afetar a capacidade de pagamento destes e provocar aumento da inadimplência. Na hipótese de se concretizar uma elevação nas taxas de juros, conforme o descrito acima, os nossos negócios poderão ser adversamente afetados.

A instabilidade cambial pode prejudicar a nossa situação financeira e os nossos resultados operacionais, bem como o preço de mercado das nossas Ações.

Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira sofreu desvalorizações em relação ao dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, mini-desvalorizações periódicas durante as quais a freqüência dos ajustes variou de diária a mensal, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o real e o dólar e outras moedas. Por exemplo, o real desvalorizou 9,56% em 2000, 18,39% em 2001 e 52,27% em 2002 frente ao dólar. Embora o real tenha valorizado 18,23%, 8,13% e 11,82% em relação ao dólar em 2003, 2004 e 2005, respectivamente, não se pode garantir que o real não sofrerá depreciação ou não será desvalorizado em relação ao dólar novamente. Em 31 de janeiro de 2006, a taxa de câmbio entre o real e o dólar era de R$ 2,341 por US$ 1,00.

As desvalorizações do real em relação ao dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo. Além disso, uma desvalorização significativa do real pode afetar nossa capacidade de arcar com os nossos custos e, conseqüentemente, causar um efeito material adverso nos nossos resultados operacionais.

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente, podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive das nossas Ações.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive países da América Latina e países de economia emergente. Embora a conjuntura econômica desses países seja significativamente diferente da conjuntura econômica do Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras. Crises em outros países de economia emergente podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários da nossa emissão. Isso poderia prejudicar o preço de negociação das nossas Ações, além de dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das nossas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

RISCOS RELATIVOS AOS SETOR EDITORIAL, LIVREIRO E DE COMÉRCIO ELETRÔNICO

A natureza cíclica e a concentração de fornecedores na indústria de papel pode afetar os nossos custos de maneira relevante.

Tendo como sua atividade principal a edição de livros, o papel é a mais importante matéria prima da Editora. A indústria do papel apresenta natureza cíclica, sendo sensível às mudanças de demanda e oferta, que são afetadas pelas condições econômicas mundiais e brasileiras. O preço dos produtos fabricados pelos fornecedores de papel da Editora normalmente acompanham os preços do papel praticados no resto do mundo. Na hipótese do preço do papel em todo mundo sofrer um acréscimo relevante, os custos da Editora na produção de livros também aumentarão significativamente, fator este que pode vir a afetar negativamente a margem de lucros da Editora e/ou o valor total de suas vendas.

O mercado brasileiro pode vir a experimentar uma consolidação das empresas fornecedoras de papel, o que poderia resultar em práticas de formação de preços que aumentem nosso custo de produção de livros.

A descontinuidade dos programas governamentais de compra de livros pode causar impacto negativo nos nossos resultados.

Em 2005, cerca de 14,8% do faturamento consolidado corresponderam a receitas originárias da venda de Livros Didáticos ao Governo Federal e aos Governos do Estado de São Paulo e Minas Gerais no âmbito do PNLD e do PNLEM .

Em relação ao PNLD, sua eventual descontinuidade, ou a redução no volume de compras de livros do Governo Federal e do Governo do Estado de São Paulo, pode vir a causar um impacto negativo nos resultados da Editora. O PNLEM, por sua vez, foi instituído em 2004 e não há, até o presente momento, vinculação de verbas governamentais a esse programa. Dessa forma, com sua descontinuidade, os resultados futuros da Editora poderão ser adversamente afetados.

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

A sazonalidade dos nossos segmentos editoriais podem acarretar excessos de estoque e prejuízos.

A Editora atua em segmentos do mercado editorial brasileiro que apresentam sazonalidade (aproximadamente 82% das vendas da Editora estão concentradas no 1º e no 4º trimestre dos exercícios sociais, quando se dá a concentração de vendas de Livros Didáticos, Livros Paradidáticos e Livros Jurídicos). Para realizar volumes grandes de entregas de livros em épocas específicas do ano, a Editora antecipa a sua produção durante todo o ano, formando um estoque significativo e aumentando a necessidade de capital de giro. Na hipótese de ocorrência de evento que venha a impactar negativamente a capacidade de aquisição dos clientes da Editora, a mesma pode não conseguir realizar a venda programada da totalidade do seu estoque formado anteriormente, resultando na necessidade de maior provisionamento de perdas de estoques, o que poderia afetar adversamente os resultados de suas operações.

A disseminação dos sistemas de ensino pode influenciar negativamente a nossa performance.

Algumas escolas particulares têm adotado os chamados sistemas de ensino, isto é, sistemas nos quais se desenvolvem materiais didáticos específicos, de uso obrigatório pelos alunos e que, na prática, substituem em parte os livros didáticos em sala de aula (os "Sistemas de Ensino"). Estimativas de mercado apontam que os Sistemas de Ensino detêm atualmente uma participação de 30% do mercado de escolas particulares de ensino fundamental e médio. A disseminação de Sistemas de Ensino pode influenciar negativamente as operações do Grupo Saraiva, na medida em que pode substituir a aquisição de livros didáticos pelos alunos de escolas particulares.

Novas tecnologias podem influenciar negativamente nossas vendas.

A comercialização de música em meio digital já responde por cerca de 6% da receita total da indústria fonográfica, que enfrenta, há algum tempo, uma queda no faturamento de CDs. Essa mudança de paradigma está sendo impulsionada pelas vendas de tocadores digitais portáteis e pelo download de música por meio da Internet. A Internet, aliada aos *websites* de busca, permite o acesso gratuito a conteúdos que, muitas vezes, são disponibilizados na forma de livros. A disseminação dessas ferramentas pode afetar de forma crescente a venda de livros. A convergência digital e outras inovações tecnológicas podem também produzir mudanças significativas na forma de comercialização de livros e DVDs, com impactos nas suas cadeias produtivas.

Não podemos antecipar o impacto de tecnologias que permitam o acesso a conteúdo em aparelhos eletrônicos, nem fazer previsões seguras de como tal mudança para outras mídias afetará o mercado editorial e livreiro no Brasil e, conseqüentemente, os nossos resultados.

Mudanças na tributação da cadeia produtiva de livros podem aumentar os nossos custos significativamente.

O Governo Federal, por meio da Lei nº. 11.033, de 21 de dezembro de 2004, reduziu a zero as alíquotas de PIS e COFINS incidentes sobre o faturamento resultante da venda de livros no Brasil a partir de dezembro de 2004. Essa redução da carga tributária tem como objetivo estimular a cadeia de produção e comercialização de livros no Brasil. Contudo, não podemos garantir a manutenção dessa isenção, nem tão pouco prever mudanças na forma de tributação da cadeia

produtiva de livros no futuro. Caso essa isenção seja revogada ou as alíquotas de PIS e COFINS sejam majoradas, os resultados do Grupo Saraiva poderão ser adversamente afetados.

Nossa eventual incapacidade de implementar ações relativas ao negócio de Internet pode afetar nossos resultados.

A performance das empresas atuantes na Internet ainda envolve riscos, despesas e incertezas inerentes a qualquer empresa em estágio inicial de seus negócios. O sucesso das empresas de Internet está vinculado, dentre outros fatores, à sua capacidade de (i) atrair e reter um grande número de usuários em seus *websites*, (ii) expandir o conteúdo e serviços em seus *websites*, (iii) aumentar o reconhecimento da sua marca e continuar a conquistar a lealdade dos usuários, (iv) manter e aumentar o número de assinantes (SaraivaJur), (v) aumentar seus negócios de comércio eletrônico, e (vi) reagir eficazmente às pressões da concorrência. Caso não tenhamos êxito em implementar qualquer dos fatores acima, nossos resultados poderão ser adversamente afetados.

A disseminação da violação de direitos autorais pode afetar negativamente a nossa performance.

O Grupo Saraiva está sujeito a práticas que desrespeitam os direitos autorais, tais como cópias reprográficas de livros não autorizadas, reprodução ilegal de CDs e DVDs, bem como a disseminação de bibliotecas digitais que comercializam ilegalmente o conteúdo proprietário da Editora. Um aumento no nível de disseminação de tais práticas pode afetar negativamente os nossos resultados.

O nível de educação da população é um fator limitador da demanda nos mercados editorial e livreiro.

A venda de parte dos nossos produtos está ligada ao nível de educação da população brasileira, que, por sua vez, depende de investimentos públicos e privados no setor educacional. A paralisação ou redução significativa desses investimentos pode afetar de maneira negativa os resultados do Grupo Saraiva.

RISCOS RELATIVOS À COMPANHIA

Nossos livros podem ser reprovados nos âmbitos do PNLD – Programa Nacional do Livro Didático e do PNLEM – Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio.

Para fornecimento de Livros Didáticos nos âmbitos do PNLD e do PNLEM, as editoras precisam submeter previamente o conteúdo de suas obras à avaliação pedagógica da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação e Cultura ("SEB"), conforme critérios pré-divulgados em editais. Os livros aprovados nesse processo de avaliação são inscritos no Guia dos Livros Didáticos e submetidos à escolha dos professores das escolas públicas participantes dos programas para adoção em sala de aula. A reprovação dos nossos Livros Didáticos pela SEB pode afetar adversamente os resultados da Editora.

Nossos processos de produção e atualização das obras podem atrasar.

O mercado editorial de Livros Didáticos e Livros Paradidáticos exige das editoras um planejamento

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

antecipado. As obras precisam ficar prontas em tempo para inscrição no PNLD e PNLEM e antes do início do período de "volta às aulas". Da mesma forma, os Livros Jurídicos, principalmente aqueles cujos conteúdos rezam sobre legislação, devem ser produzidos e atualizados dentro de prazos razoáveis para que possam encontrar receptividade no momento do lançamento. A incapacidade ou atraso no cronograma de produção e atualização editorial das linhas nas quais a Editora atua pode, portanto, comprometer sua performance nesses mercados.

A irregularidade temporária da nossa situação cadastral perante o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores ("SICAF") pode impedir nossa participação em programas governamentais e a celebração de contratos com órgãos públicos, ou adiar o recebimento de valores a nós devidos no âmbito desses programas e contratos.

O SICAF é um sistema eletrônico que cadastra e centraliza as principais certidões negativas de tributos federais expedidas por determinados órgãos públicos (INSS, Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, dentre outros). A ausência de tais certidões implica irregularidade perante o SICAF e impossibilita a participação do respectivo interessado em programas governamentais e a celebração de contratos com órgãos públicos, podendo adiar ou impedir o recebimento de valores a ele devidos no âmbito desses programas e contratos.

Caso alguma das certidões da Editora tenha o seu prazo de validade expirado, sem que ela consiga obter novas certidões em tempo hábil, estará irregular perante o SICAF, não podendo, dessa forma, participar de programas governamentais, celebrar contratos com órgãos públicos ou receber valores a que faz jus no âmbito desses programas e contratos, o que poderá afetar adversamente os resultados da Editora.

A expansão da rede de Lojas Físicas da Livraria pode não ser bem sucedida.

A estratégia de crescimento da rede de Lojas Físicas baseia-se atualmente na implantação de *Mega Stores* e Lojas Tradicionais. O período compreendido entre os anos de 2005 e 2008 contempla a abertura, pela Livraria, de 13 novas unidades, duas das quais já foram inauguradas. Os resultados da Livraria podem ser adversamente afetados caso (i) suas iniciativas não atinjam a rentabilidade esperada; e (ii) ela não possa cumprir com o cronograma de abertura de lojas programado para o período compreendido entre os anos de 2005 e 2008.

Podemos não conseguir executar nossa estratégia de negócios.

A nossa capacidade de implementar a estratégia de negócios da Editora depende de uma série de fatores, incluindo nossa habilidade em (i) adquirir novas editoras e catálogos; (ii) otimizar a rede de distribuição; (iii) desenvolver novas mídias; (iv) fortalecer o relacionamento com os professores; e (v) aumentar a eficiência operacional.

A nossa capacidade de implementar a estratégia de negócios da Livraria depende de uma série de fatores, incluindo nossa habilidade em (i) expandir nossa rede de Lojas Físicas; (ii) incrementar as atividades da Saraiva.com; (iii) introduzir novas categorias de produtos; (iv) realizar aquisições estratégicas; (v) otimizar o capital de giro; e (vi) fortalecer a marca Saraiva.

Não podemos garantir que quaisquer desses objetivos serão integralmente atingidos. Um elemento crítico desta estratégia é a nossa capacidade em identificar estabelecimentos com significativo potencial de crescimento de vendas das Lojas Físicas e desenvolver as atividades de comércio

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

eletrônico em um cenário competitivo. Com relação à Editora, nossa capacidade em identificar potenciais alvos de aquisição também se mostra como um fator determinante para o crescimento e consolidação de nossa posição de mercado. Caso não sejamos bem sucedidos em nossas propostas, podemos ser negativamente impactados em nosso crescimento.

Não podemos assegurar a manutenção de nossa posição de destaque dentre as empresas que atuam no segmento de comércio eletrônico.

A manutenção de nossa posição no comércio eletrônico demanda investimentos e adoção de estratégias específicas para ganhar mais espaço neste mercado. Não se pode garantir que a Livraria terá, sempre que necessário, condições de garantir a sua posição no mercado e continuar apresentando índices de crescimento na atividade de comércio eletrônico, o que pode afetar negativamente os resultados da Livraria.

Acirramento do ambiente competitivo.

Podemos estar sujeitos a um aumento de concorrência nos segmentos em que atuamos pelos seguintes fatores: (i) aumento do número de empresas; e (ii) aquisição de operações no Brasil por empresas capitalizadas, sejam nacionais ou estrangeiras. O aumento de concorrência poderá impactar adversamente os nossos resultados.

O negócio de ensino à distância pode não gerar os resultados esperados.

A Editora iniciou no ano de 2005 um projeto de comercialização de cursos telepresenciais de ensino à distância. Há incertezas quanto ao sucesso dessa iniciativa, em decorrência da potencial entrada de novos concorrentes, da eventual necessidade de investimentos maiores do que os inicialmente previstos e da possível baixa aceitação dos nossos produtos nesse mercado. O insucesso desse empreendimento poderá comprometer nosso crescimento esperado e afetar negativamente os resultados da Editora.

Podemos vir a ser obrigados a desocupar algumas das Lojas Físicas que locamos de terceiros, perdendo, dessa forma, alguns pontos comerciais.

Por força da legislação que disciplina locações urbanas (Lei nº 8.245/91), na hipótese de alienação do imóvel locado a terceiros, e não exercendo o locatário seu direito de preferência, fica a critério do terceiro adquirente, que possui prazo de manifestação de 90 dias a contar do registro do documento de aquisição junto ao Registro de Imóveis, manter a locação em vigor ou terminá-la, sem que o locatário tenha qualquer direito a indenização. O terceiro adquirente somente será obrigado a respeitar a locação caso o contrato possua (i) prazo determinado, (ii) cláusula que garanta sua vigência em caso de alienação e (iii) esteja devidamente registrado perante o Registro de Imóveis competente.

A maioria dos imóveis onde estão instaladas nossas Lojas Físicas é locada de terceiros e um número significativo dos respectivos contratos de locação não preenche os requisitos para manutenção de sua vigência em caso de alienação dos imóveis locados. Por conta disto, podemos ser obrigados a desocupar os imóveis locados.

Adicionalmente, alguns de nossos contratos de locação de Lojas Físicas cujo prazo, ou soma de prazos subseqüentes, não atinge 5 anos, não nos dão o direito de renovação compulsória, o que

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

pode fazer com que ao final das respectivas locações nós não possamos renová-los e sejamos obrigados a desocupar as respectivas Lojas Físicas, sem qualquer indenização.

RISCOS RELATIVOS À OFERTA E ÀS NOSSAS AÇÕES PREFERENCIAIS

A relativa volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários, aliadas à reduzida negociabilidade de nossas ações no mercado, poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores nas Ações de vendê-las pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tais como o Brasil, envolve, com freqüência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais. Como exemplo, as dez maiores companhias listadas na BOVESPA representaram aproximadamente 53,0% da capitalização total de todas as companhias listadas na BOVESPA em 31 dezembro de 2005. As dez principais ações, em volume de negociação, respondem por aproximadamente 53,3%, 49,3% e 50,3% de todas as ações negociadas na BOVESPA em 2003, 2004 e 2005, respectivamente.

Adicionalmente, as ações de emissão da Editora em circulação no mercado são detidas por um pequeno número de investidores e apresentam um baixo nível de negociabilidade.

Desse modo, não podemos assegurar que, após a conclusão da Oferta Global, haverá aumento significativo da liquidez das nossas ações, o que poderá limitar consideravelmente a capacidade dos adquirentes de nossas ações de vendê-las pelo preço e na ocasião desejados.

Vendas substanciais de nossas ações preferenciais depois da Oferta Global podem causar uma redução no preço dessas ações.

A Companhia, seus administradores, seu Acionista Controlador e os Acionistas Vendedores comprometer-se-ão a celebrar acordos de restrição à venda de ações preferenciais, por meio dos quais se obrigarão a não emitir, oferecer, ou de qualquer forma alienar ou ceder qualquer ação preferencial de emissão da Companhia, qualquer valor mobiliário conversível ou permutável em, ou que represente um direito de receber ações preferenciais de emissão da Companhia (incluindo, mas sem limitação, *GDSs*), por um período de 180 dias contados da data do Prospecto Definitivo, exceto as Ações, incluindo as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar. Entretanto, os Fundos Geridos pela IP, titulares de 7.994.455 ações preferenciais, representando aproximadamente 50% do total de nossas ações dessa espécie, poderão, em determinadas condições, realizar a venda de ações preferenciais de emissão da Companhia no período em questão. Além disso, depois que os acordos de restrição à venda de ações celebrados pela Companhia, seus administradores, seu Acionista Controlador e os Acionistas Vendedores expirarem, um ou vários acionistas poderão vender livremente ações preferenciais de emissão da Companhia no mercado.

A ocorrência de vendas, ou uma percepção da possibilidade de ocorrência de vendas, de um número substancial de ações preferenciais poderia afetar adversamente o preço de mercado de nossas ações dessa espécie.

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Continuaremos a ser controlados pelo nosso Acionista Controlador, cujos interesses podem diferir dos interesses dos demais acionistas.

Enquanto o nosso acionista Jorge Eduardo Saraiva controlar, direta ou indiretamente a Companhia, ele terá o direito de, sem que seja necessário o consentimento dos demais acionistas:

· eleger a maioria do nosso Conselho de Administração e destituir conselheiros;

· controlar nossa administração e nossas políticas;

· determinar o resultado de grande parte de nossas operações societárias ou de outras matérias submetidas à apreciação dos acionistas, inclusive fusões, consolidações e a venda da totalidade ou de parte substancial de nossos ativos; ou

· determinar políticas de distribuição de dividendos, respeitado o dividendo mínimo obrigatório previsto em lei.

O interesse do acionista Jorge Eduardo Saraiva pode diferir daquele dos demais acionistas da Companhia.

Podemos não pagar dividendos aos acionistas detentores de nossas Ações.

De acordo com nosso Estatuto Social, devemos pagar a nossos acionistas pelo menos 25% de nosso lucro líquido anual ajustado sob a forma de dividendos. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou então retido conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações e pode não ser disponibilizado para pagamento de dividendos. Podemos não pagar dividendos a nossos acionistas em qualquer exercício social, se nosso Conselho de Administração decidir que tal pagamento seria desaconselhável diante de nossa situação financeira.

Podemos precisar de recursos adicionais no futuro, que poderão ser obtidos através de aumento de nosso capital. A obtenção de recursos adicionais por esse meio poderá diluir sua participação no nosso capital social.

Podemos precisar obter recursos adicionais e, na hipótese de financiamentos públicos ou privados realizados através de dívida não estarem disponíveis ou caso assim decidam os acionistas, recursos adicionais poderão ser obtidos através de aumento de nosso capital social. Qualquer recurso adicional obtido através do aumento de nosso capital social poderá diluir a participação do investidor, dependendo do preço de emissão.

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Segue abaixo o resumo da movimentação das ações da Saraiva nos dois últimos exercícios:

Indicadores	2005	2004	Var.
Número de Negócios (1)	1.724	585	194,7%
Participação nos Pregões - %	76,7	56,6	35,5%
Quantidade Negociada - mil (1)	4.957	3.299	50,3%
Volume Negociado - R$ mil (1)	63.289	36.278	74,5%
Preço da Ação - R$ (1) (2)	17,20	12,00	43,3%
Total de Ações em Circulação -	22.937	22.937	0,0%
Valor de Mercado - R$ milhões	**394,5**	**275,2**	**43,3%**

Fonte: Bovespa

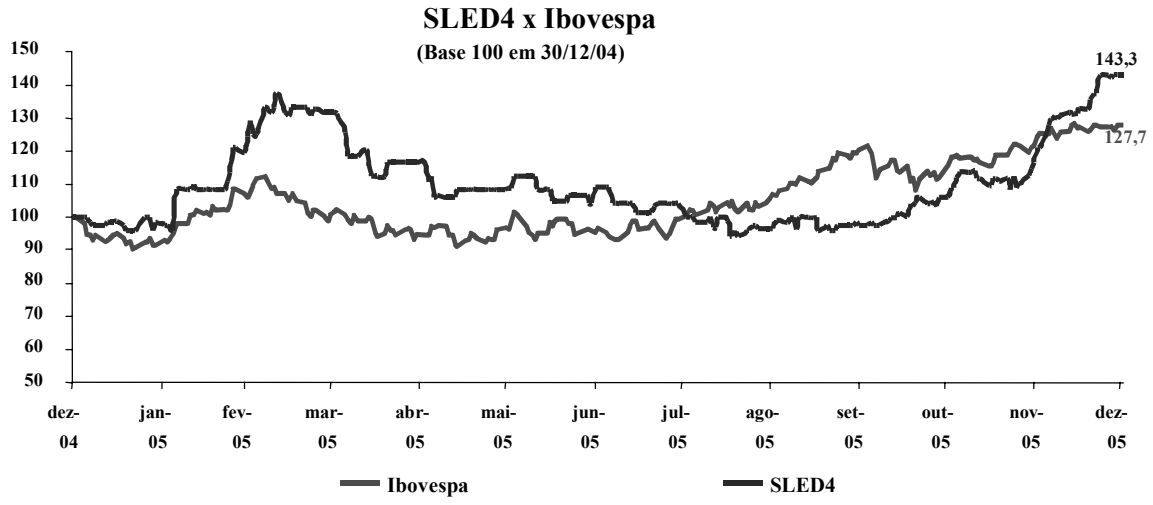
(1) Referente Ação PN (SLED4)

(2) No final do período

Durante o ano de 2005, os indicadores de liquidez apresentaram um robusto crescimento:

- O número de negócios subiu 195%;
- A quantidade negociada cresceu 50,3%;
- O volume negociado teve acréscimo de 74,5%; e
- As ações preferenciais foram transacionadas em 76,7% dos pregões realizados pela Bovespa.

A valorização das ações preferenciais da Saraiva atingiu 43,3%, superior ao desempenho do Ibovespa, de 27,7%.



14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Em linha com a filosofia da Companhia de adotar as melhores práticas de governança corporativa, diversas ações foram executadas em 2005:

- Continuidade das reuniões anuais na APIMEC e das teleconferências trimestrais com investidores e analistas;

Realização do evento *Bovespa Vai Até Você*, na Mega Store do Shopping Morumbi em São Paulo, com o objetivo de popularizar os conceitos do mercado acionário. Essa iniciativa foi alvo do prêmio **Destaques 2005**, oferecido pela Bovespa para as instituições que mais contribuíram para o fortalecimento e divulgação do mercado de ações.

Propriedade Intelectual

A Editora e a Livraria são titulares de diversas marcas e nomes de domínio, os quais se encontram regularmente registrados junto ao INPI e à FAPESP, respectivamente. Alguns nomes de domínio da Editora e da Livraria também são objeto de registro no exterior.

Os quadros abaixo apresentam as principais marcas e nomes de domínio da Editora e da Livraria:

Marcas

Descrição da Marca ou seu Elemento Nominativo	Tipo	Titular
Editora Saraiva	Mista	Editora
Atual	Mista	Editora
Saraiva	Nominativa	Livraria
Saraiva	Figurativa	Livraria
Saraiva Virtual	Mista	Editora
JUIS	Nominativa	Editora
JUIS – Jurisprudência Informatizada Saraiva	Nominativa	Editora
LIS	Nominativa	Editora
LIS – Legislação Informatizada Saraiva	Nominativa	Editora
Saraiva Data	Mista	Editora
Livraria Saraiva	Mista	Livraria
Saraiva Mega Store	Nominativa	Livraria
Saraiva Mega Site	Nominativa	Livraria

Nomes de Domínio

Nome de Domínio	Órgão de Registro	Titular
juis-br.com.br	FAPESP	Livraria
livrariasaraiva.com.br	FAPESP	Livraria
megasite.com.br	FAPESP	Livraria
musichall.com.br	FAPESP	Livraria
saraivamegastore.com.br	FAPESP	Livraria

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

atualeditora.com.br	FAPESP	Editora
editorasaraiva.com.br	FAPESP	Editora
formatoeditorial.com.br	FAPESP	Editora
lisonline.com.br	FAPESP	Editora
longlifelearning.com.br	FAPESP	Editora
nobrescolegas.com.br	FAPESP	Editora
paginadaeducacao.com.br	FAPESP	Editora
saraiva.com.br	FAPESP	Editora
saraivadata.com.br	FAPESP	Editora
saraivaeduca.com.br	FAPESP	Editora
saraivajur.com.br	FAPESP	Editora
saraivari.com.br	FAPESP	Editora
saraivauni.com.br	FAPESP	Editora
vivereaprender.com.br	FAPESP	Editora
saraivajur.net	FAPESP	Editora
saraivauni.net	FAPESP	Editora
editorasaraiva.com	Network Solutions	Editora
formatoeditorial.com	Network Solutions	Editora
saraivadata.com	Network Solutions	Editora
saraivajur.com	Network Solutions	Editora
saraivauni.com	Network Solutions	Editora
viasaraiva.com	Network Solutions	Editora
saraiva.com	Network Solutions	Livraria

Pessoal

Em 31 de dezembro de 2005, o quadro de empregados do Grupo Saraiva era composto por 2.311pessoas, sendo deste total: (i) 999 empregados da Editora, incluindo a sede na Cidade de São Paulo (460 empregados), as 13 filiais (174 empregados), a unidade gráfica (255 empregados) e o depósito na Cidade de Guarulhos (110 empregados); e (ii) 1.312 empregados da Livraria, incluindo a sede na Cidade de São Paulo (188 empregados), as *Mega Stores* (772 empregados), as Lojas Tradicionais (226 empregados) e a Saraiva.com (126 empregados). A tabela abaixo contém todas essas informações, bem como as aplicáveis nos anos de 2003 e 2004.

	2003	2004	2005	Variação 2004/2003	Variação 2005/2004
Editora	**1.162**	**1.103**	**999**	**10,4%**	**-9,4%**
Sede	509	488	460	6,1%	-5,7%
Filiais.....	197	188	174	8,0%	-7,4%
Unidade Gráfica	265	249	255	-2,4%	2,4%
Depósito.....	191	178	110	61,8%	-38,2%
Livraria.....	**1.372**	**1.308**	**1.312**	**-0,3%**	**0,3%**
Sede	193	180	188	-4,3%	4,4%
Mega Stores	755	742	772	-3,9%	4,0%
Lojas Tradicionais	279	255	226	12,8%	-11,4%
Saraiva.com.....	145	131	126	4,0%	-3,8%
Grupo Saraiva	**2.534**	**2.411**	**2.311**	**4,3%**	**-4,1%**

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

O número de empregados da Editora varia de forma significativa em determinadas épocas do ano, em virtude da sazonalidade do mercado editorial. No período de produção de Livros Didáticos para atendimento aos programas governamentais, por exemplo, que ocorre geralmente no último e no primeiro trimestres de cada ano, faz-se necessária a contratação de funcionários temporários. Na Livraria, o acréscimo no quadro de funcionários temporários acontece no Natal e no início de cada ano por conta da demanda resultante do período de "volta às aulas".

A média salarial praticada para os empregados do Grupo Saraiva acompanha a dos concorrentes. Como regra geral, os empregados da Editora recebem, além do salário fixo, participação nos lucros da Companhia. Seus divulgadores têm parte de sua remuneração vinculada a metas de vendas. Já a Livraria mantém um programa de premiação baseado num plano de metas estabelecido para cada uma das suas lojas. Além desse programa, a Livraria conta com campanhas cujo objetivo principal é desenvolver o conhecimento de produtos, com premiação para os funcionários vencedores.

São benefícios dos empregados do Grupo Saraiva a assistência médica e odontológica, vale refeição e alimentação, vale-transporte e reembolso creche.

Os funcionários da Editora estão vinculados a 8 entidades sindicais distintas, a saber: o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Editoras de Livros, Publicações Culturais e Categorias Afins do Estado de São Paulo; a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Educação e Cultura; a Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Difusão Cultural e Artística nos Estados de Minas Gerais e Bahia; a Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Difusão Cultural e Artística nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina; a Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Difusão Cultural e Artística nos Estados de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte; e a Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Difusão Cultural e Artística no Estado do Paraná. Todas essas entidades representam tal categoria de empregados perante o SNEL – Sindicato Nacional dos Editores de Livros.

Já os funcionários da unidade gráfica da Editora estão vinculados ao Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Gráficas de Guarulhos e Região, entidade que os representa perante o Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de São Paulo.

Os empregados da Livraria são representados, por sua vez, pelo Sindicato dos Empregados no Comércio de São Paulo perante o Sindicato dos Comerciários Varejistas de Livros de São Paulo.

O Grupo Saraiva acredita manter um bom relacionamento com as entidades acima referidas, não havendo na sua história qualquer episódio relevante de desentendimento entre as referidas partes. Nunca houve paralisação das atividades da Editora ou da Livraria em virtude de greve de funcionários.

O Grupo Saraiva oferece gratuita e periodicamente aos seus empregados treinamentos, cursos de desenvolvimento técnico e de atendimento a clientes. Na Livraria, por exemplo, foram realizadas, durante o ano de 2005, 648 atividades que somaram 19 mil horas de treinamento e envolveram 9.864 participações.

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Contratos Relevantes

Contratos de Edição

Os contratos de edição celebrados com os nossos autores estão de acordo com a legislação em vigor.

Em 2005, a Editora tinha aproximadamente 2.500 contratos vigentes com os autores de suas diversas linhas editoriais. A maioria desses contratos apresenta as seguintes condições:

· exclusividade da Editora sobre a obra, ou seja, o mesmo autor não pode editar a mesma obra por outra editora enquanto vigorar o contrato;

· na hipótese de denúncia do contrato por parte do autor, ele deve conceder à Editora prazo de carência de 3 anos para ela editar a respectiva obra e, se for o caso, contratar um novo autor para substituí-lo; e

· prazo de vigência indeterminado.

Desde 2000, os contratos da Editora com seus autores prevêem a disponibilização do conteúdo das obras em meio eletrônico, inclusive na Internet. Os contratos celebrados anteriormente a essa data estão sendo oportunamente regularizados.

Não há na história da Editora quaisquer litígios relevantes relacionados a direitos autorais.

Contratos de Distribuição

A Editora celebra contratos-padrão com distribuidores regionais para a revenda de Livros Didáticos e Paradidáticos. As principais características desses contratos são:

· exclusividade territorial do distribuidor, por cidade ou Estado, para a venda de produtos Saraiva;

· envio de materiais de divulgação (livros e folhetos) para atendimento da região;

· obrigações do distribuidor de pagar o frete dos livros adquiridos, realizar serviços de divulgação, enviar cadastro de escolas e professores para a Editora, prestar serviço de atendimento aos clientes da Editora, manter estoque suficiente para atendimento do mercado atacadista, vender a livreiros, escolas e professores em condições de mercado e adotar como referencial o preço de capa sugerido em tabela pela Editora;

· prazo indeterminado, podendo ser rescindidos por qualquer das partes, mediante manifestação por escrito com 60 dias de antecedência; e

· prazo médio de recebimento de 65 dias.

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Contratos Financeiros

Os principais contratos financeiros do Grupo Saraiva foram firmados com a *IFC* e o BNDES.

Contratos de Compras Governamentais

Segue tabela listando nossos contratos mais relevantes de venda de livros para entidades governamentais, em vigor em 31 de dezembro de 2005.

Contratos com o Governo Federal (em milhares de R$)	Valor do Contrato	Valor a Receber	Valor Recebido
PNLEM 2006	30.427	16.132	46,98%
PNLD 2006.....	24.494	14.138	42,28%
PNLD-SP[1] 2006.....	4.822	4.822	0%

[1] Programa governamental federal descentralizado.

Seguros

O Grupo Saraiva possui apólices de seguros contra incêndio e riscos diversos para todos os bens da Editora e da Livraria, incluindo ativo imobilizado e estoques, cujos valores são considerados como suficientes para cobrir quaisquer perdas em caso de ocorrência de sinistro.

Marketing

Nossa política de marketing com relação às nossas linhas editoriais baseia-se principalmente na divulgação de nossas publicações junto aos professores de ensino fundamental e médio, tanto de escolas públicas como particulares, bem como aos professores universitários com interesse nas nossas linhas editoriais. No Brasil, a adoção de livros nos níveis de ensino fundamental e médio é decidida pelos professores, razão pela qual é importante a presença de uma rede de filiais e representantes bem dimensionada e de abrangência nacional.

Para tanto, contamos com um cadastro de aproximadamente 129,8 mil nomes de professores de ensino fundamental e médio, que recebem malas diretas com informações sobre os nossos lançamentos e novidades da Editora. A política de marketing inclui ainda ações em mídia impressa especializada, telemarketing e material promocional em nossos pontos de venda. Além disso, oferecemos gratuitamente exemplares de Livros Didáticos e Livros Paradidáticos, para que os professores tomem conhecimento do conteúdo de cada obra.

As ações no mercado universitário são dirigidas aos professores desse nível de ensino. O nosso cadastro conta com aproximadamente 29,6 mil profissionais nas áreas de administração, economia e contabilidade e 21,3 mil nomes de professores de direito. Esses professores recebem gratuitamente algumas de nossas publicações em suas respectivas áreas. Além disso, possuímos um cadastro de 131 mil operadores e profissionais do direito que recebem periodicamente o BIS –

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Boletim Informativo Saraiva. Este boletim fornece informações sobre nosso catálogo de livros. Além do trabalho de divulgação dos títulos das nossas linhas editoriais aos professores, oferecemos assistência aos mesmos disponibilizando atualizações periódicas de livros e apresentações estruturadas sobre temas acadêmicos relevantes, que podem ser acessados nos *websites* SaraivaJur e SaraivaUni.

O Portal SaraivaUni tem como público alvo os professores universitários das áreas de administração, economia e contabilidade. Esse endereço eletrônico, conta com 40 mil professores cadastrados e oferece material de apoio ao conteúdo dos nossos livros editados, e serviços de alto valor agregado, como o "Banco de Testes", um sistema automatizado personalizado com grande quantidade de questões extras para formatação de avaliações a serem aplicadas em sala de aula, dentre outros.

Para realizar a divulgação de nossas linhas editoriais junto aos clientes de todo o País, contamos com uma equipe de aproximadamente 77 divulgadores, distribuidores e nossa rede de 13 filiais espalhadas por todo o País.

Contingências Judiciais

Somos partes em diversos processos, judiciais e administrativos, seja na esfera cível, tributária ou trabalhista, no curso normal de nossos negócios. Em 31 de dezembro de 2005, o valor envolvido nas questões cíveis representava cerca de R$ 1,5 milhão, nas questões trabalhistas representava cerca de R$ 500 mil e nas questões fiscais representava cerca de R$ 15 milhões, totalizando o valor aproximado de R$ 17,1 milhões. Não acreditamos que qualquer ação judicial ou processo administrativo, se decidido de maneira desfavorável, causaria efeito adverso relevante sobre nossa situação financeira ou resultados operacionais. Não acreditamos que qualquer decisão contrária afetaria de maneira relevante nossas atividades e imagem corporativa.

Questões Cíveis

A Livraria e a Editora são rés em aproximadamente 60 ações judiciais cíveis, envolvendo uma grande variedade de questões, versando, principalmente, sobre pedidos de indenização por dano moral. A maioria dessas ações está em curso perante os JECs. De acordo com nossos advogados, o valor com base no risco das demandas seria de, aproximadamente, R$ 1,6 milhão.

Dentre as ações judiciais existentes, merece destaque, em virtude do montante envolvido, a ação de indenização por rescisão de contrato ajuizada em face da Editora por Tropical Editora Livraria e Papelaria, visando a obter indenização por rescisão imotivada de contrato de representação comercial. A autora pede, em decorrência da alegada rescisão, danos emergentes, lucros cessantes e danos morais perfazendo um montante total de aproximadamente R$ 4,7 milhões. Com base na opinião de nossos advogados, acreditamos que o risco de perda nessa ação é possível.

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Questões Fiscais

A Editora e a Livraria têm um passivo fiscal global estimado em 31 de dezembro de 2005 de R$ 15 milhões.

De acordo com o balanço patrimonial relativo à data base de 31 de dezembro de 2005, o valor consolidado das provisões para fazer face às perdas relativas à matéria fiscal corresponde a R$ 13,2 milhões, dos quais R$ 9,6 são relativos à discussão sobre o alargamento de base de cálculo de PIS e COFINS, e R$3,7 milhões são relativos à demanda sobre o expurgo inflacionário do Plano Real (Lei nº 8.880/94). A Editora e a Livraria têm depositado em juízo o montante de R$ 13,2 milhões. Os principais processos judiciais e administrativos envolvendo a Editora e a Livraria encontram-se sucintamente descritos abaixo.

· PIS e COFINS

Os passivos registrados para as contribuições ao PIS e a COFINS representam a discussão judicial sobre a constitucionalidade do alargamento da base de cálculo desses tributos e a majoração da alíquota da COFINS de 2% para 3%, instituídos pela Lei nº 9.718/98 e reiterados pelas Leis nº 10.637/02 e nº 10.833/03. Em ambos os casos, o crédito tributário está garantido por meio de depósitos judiciais da ordem de R$ 9,6 milhões. As ações relativas a esta discussão foram impetradas em junho de 1999 e os depósitos judiciais iniciados a partir daquele mês.

Em julgamento de recurso extraordinário em setembro de 2003, o STF reconheceu a constitucionalidade da majoração da alíquota da COFINS e, por orientação dos advogados responsáveis pela condução do processo judicial, nós suspendemos os depósitos judiciais a partir de outubro daquele ano. Ainda em relação à questão da majoração da alíquota da COFINS, amparados em parecer dos advogados, revertemos, em dezembro de 2003, o passivo constituído contra os respectivos depósitos judiciais, reconhecendo os efeitos tributários cabíveis em relação ao IR e à CSLL.

Em novembro de 2005, também em recurso extraordinário sem efeito *erga omnes*, o STF julgou inconstitucional a ampliação da base de cálculo das contribuições ao PIS e à COFINS previstas no artigo 3º da Lei nº 9.718/98. Esse julgamento, embora não produza efeitos imediatos, deve assegurar a decisão favorável no julgamento das ações judiciais impetradas. A decisão não abriga as ações ajuizadas para as Leis nº 10.637/02 e nº 10.833/03, que discutem as mesmas inconstitucionalidades. Dessa forma, até o trânsito em julgado e a posterior execução da sentença, nós continuaremos a efetuar os depósitos judiciais e a registrar os respectivos passivos contingentes.

· Plano Real

Propusemos medida judicial visando a obter o reconhecimento dos expurgos relativos aos meses de junho e julho de 1994 ocasionados pela Lei nº 8880/94 (diferença entre UFIR e IGP-M, da Fundação Getulio Vargas). A decisão em primeira instância julgou improcedente o feito. Propusemos recurso de apelação. O valor envolvido atualizado até 31 de dezembro de 2005 é de R$ 351 mil, os quais se encontram integralmente provisionados.

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

· Juros Sobre o Capital Próprio

Discutimos judicialmente o reconhecimento de nosso direito de deduzir da base de cálculo da CSLL os valores pagos a título de juros sobre o capital próprio relativos ao ano-base de 1996. Por havermos efetuado esta dedução, fomos autuados em valor que, atualizado até 31 de dezembro de 2005, perfaz o montante de R$ 2,4 milhões. Destacamos que esta autuação se encontra pendente de julgamento no Conselho de Contribuintes. Ainda com relação aos juros sobre o capital próprio, foi lavrado auto de infração com base no argumento de que deveríamos ter considerado como integrante do patrimônio líquido para fins de cálculo de juros sobre o capital próprio o lucro relativo ao próprio período base. Aguardamos decisão administrativa final do Conselho de Contribuintes com relação a tal lavratura. Em 28 de fevereiro de 2002, o valor referente a esta discussão era de R$ 861 mil. O valor envolvido atualizado até 31 de dezembro de 2005 é de R$ 1,5 milhão.

· Execução Fiscal

A compensação efetuada com o IRPJ devido no ano base de 1996 foi objeto de processo administrativo e posterior cobrança e execução de dívida, esta em processo de embargo à execução fiscal amparado em depósito judicial. O valor envolvido atualizado até 31 de dezembro de 2005 é de R$ 881 mil, dos quais R$ 861 mil encontram-se devidamente depositados.

Questões Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2005, a Editora era ré em 19 processos trabalhistas. Desse número total de processos trabalhistas, 1 foi movido por empregado de prestadora de serviços terceirizados contratada por nós, e 18 são ações trabalhistas movidas por ex-empregados nossos.

Em 31 de dezembro de 2005, a Livraria era ré em 14 processos trabalhistas. Desse número total de processos trabalhistas, 5 foram movidos por empregados de prestadoras de serviços terceirizados contratadas por nós, e 9 são ações trabalhistas movidas por ex-empregados nossos.

Nos termos da legislação trabalhista brasileira, somos subsidiariamente responsáveis pelo cumprimento das obrigações trabalhistas dos empregados das sociedades prestadoras de serviços, desde que elas também prestem tais serviços a terceiros.

Em 31 de dezembro de 2005, o valor total reclamado nos processos movidos em face da Editora era de R$ 1,1 milhão. De acordo com nossos advogados, o valor com base no risco das demandas seria de, aproximadamente, R$ 208 mil.

Em 31 de dezembro de 2005, o valor total reclamado nos processos movidos em face da Livraria era de R$ 1,2 milhão. De acordo com nossos advogados, o valor com base no risco das demandas seria de, aproximadamente, R$ 206 mil.

01.08 – Publicações de Documentos

4 – Publicações Das Demonstrações Financeiras

06/03/2006 – Gazeta Mercantil – Região SP

14.05 - PROJETOS DE INVESTIMENTO

Atividades de Investimentos de Capital

Principais Investimentos

Os nossos principais investimentos vem sendo realizados basicamente da seguinte forma nos exercícios sociais indicados:

Investimentos Fixos (em milhares de R$)	**Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003**	**2004**	**2005**	**Variação 2004/2003**	**Variação 2005/2004**
Sistemas de informação	6.649	2.747	2.617	-58,7%	-4,7%
Abertura de Lojas	2.801	-	3.291	-100,0%	-
Reposição de Ativos Diversos	6.682	2.674	2.460	-60,0%	-8,0%
Total	**16.132**	**5.421**	**8.368**	**-66,4%**	**54,4%**

Os principais investimentos da Editora nos anos de 2003, 2004 e 2005 foram em sistemas de informação no montante de R$ 3.9 milhões, R$ 1,9 milhões e R$ 1,7 milhão, respectivamente.

Os principais investimentos da Livraria nos anos de 2003, 2004 e 2005 foram em sistemas de informação e abertura de lojas no montante de R$ 5,4 milhões, R$ 0,9 milhões e R$ 4,2 milhões, respectivamente.

15.01 - PROBLEMAS AMBIENTAIS

As atividades do Grupo não apresentam impactos ambientais representativos, uma vez que se baseiam na edição de livros e no comércio de livros e outros produtos.

Essas atividades, com exceção daquelas realizadas pela gráfica da Editora, não demandam licenças ou autorizações das autoridades responsáveis pelo meio ambiente. Com relação à gráfica, todas as licenças e autorizações necessárias ao seu funcionamento foram obtidas e estão devidamente regularizadas.

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01047-2	SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES	60.500.139/0001-26

16.01 - AÇÕES JUDICIAIS COM VALOR SUPERIOR A 5% DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO OU DO LUCRO LÍQUIDO

1 - ITEM	2 - DESCRIÇÃO	3 - % PATRIM. LÍQUIDO	4 - % LUCRO LÍQUIDO	5 - PROVISÃO	6 - VL.PROVISIONADO (Reais Mil)	7 - VL. TOTAL AÇÕES (Reais Mil)
8 - OBSERVAÇÃO						
01	TRABALHISTA	0,38	1,25	NÃO	0	500
02	FISCAL/TRIBUTÁRIA	11,28	37,48	SIM	13.185	15.000
03	OUTRAS	1,17	3,88	NÃO	0	1.553

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

A Editora controla 99,91% da Livraria. As transações relevantes entre as partes relacionadas compreendem operações comercias de compra, venda e empréstimos de mútuo. A Editora vende livros para a Livraria, que, em 2005, foi responsável por aproximadamente 3,9% das vendas da Editora. Não há nenhum contrato de fornecimento formalmente firmado entre a Editora e a Livraria, mas os negócios realizados entre as mesmas observam condições normais de mercado. A Editora e Livraria celebraram um contrato de mútuo, em 2004, cujo saldo remanescente foi liquidado no exercício de 2006, conforme disposição contratual.

ESTATUTO SOCIAL

SARAIVA S/A LIVREIROS EDITORES
CNPJ/MF 60.500.139/0001-26

CAPÍTULO I - Denominação, Sede, Objeto Social e Duração.

Art. 1º) Saraiva S.A. Livreiros Editores é uma companhia aberta, regida pelo presente Estatuto e pela legislação em vigor no país.

§ único) A Companhia, que originariamente adotava a firma "Saraiva & Cia.", foi constituída por contrato arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob nº 41.411, em sessão de 24/01/1933, tendo se transformado em sociedade anônima, em 15/10/1947, por escritura pública arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob nº 34.497, em sessão de 21/10/1947.

Art. 2º) A Companhia tem sede e foro na Av. Marquês de São Vicente, nº 1697, Barra Funda, CEP 01139-904, na Cidade de São Paulo - SP, República Federativa do Brasil.

§ único) A juízo da Diretoria, a Companhia poderá abrir, manter, transferir e extinguir filiais, em qualquer parte do território nacional e no exterior.

Art. 3º) A Companhia tem por objeto:
I) a edição, indústria e comércio de livros e publicações em geral;
II) a compra e venda de artigos de papelaria, utensílios e materiais de escritório, artigos escolares, brinquedos e produtos afins, CD-ROMs, gravações de áudio e vídeo, equipamentos eletrônicos, computadores e seus programas, artigos e equipamentos de fotografia, bem como serviço de processamento de material fotográfico, além de serviços de lanchonete;
III) a organização, sistematização, recepção e transmissão, e arquivamento de dados, informações e textos, e sua comercialização, no país e no Exterior, sobretudo mediante transmissão por meios elétricos, eletrônicos, óticos e magnéticos, bem como o comércio de equipamentos, acessórios e componentes necessários à utilização desses produtos, além da criação de outros programas correlatos;

IV) a importação e exportação dos produtos e serviços abrangidos no objeto social, registrando-se, para esse fim, nas repartições competentes, Banco Central do Brasil e outras entidades controladoras do Comércio Exterior;
V) a participação em outras sociedades na qualidade de sócia, acionista, ou quotista.

Art. 4º) A Companhia tem prazo de duração por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II - Capital Social e Ações.

Art. 5º) O capital social é de R$ 81.774.184,00 (oitenta e um milhões, setecentos e setenta e quatro mil, cento e oitenta e quatro reais), totalmente integralizado e dividido em 25.596.123 (vinte e cinco milhões, quinhentas e noventa e seis mil, cento e vinte e três) ações, sem valor nominal, das quais 9.622.313 (nove milhões, seiscentos e vinte e duas mil e trezentas e treze) são ordinárias e 15.973.810 (quinze milhões, novecentas e setenta e três, oitocentas e dez) preferenciais.

§ 1º) Constituem direitos ou vantagens assegurados aos acionistas titulares de ações preferenciais da Companhia:
a) direito de voto restrito, na forma descrita no artigo 6º abaixo;
b) direito de alienar as ações preferenciais na hipótese de Alienação do Poder de Controle da Companhia, nos termos do Capítulo VI deste Estatuto;
c) dividendos iguais aos atribuídos às ações ordinárias;
d) participação na distribuição de ações bonificadas provenientes de capitalização de reservas, lucros acumulados e de quaisquer outros fundos, em igualdade de condições com os acionistas titulares de ações ordinárias.

§ 2º) Não é permitida a conversão de ações ordinárias em preferenciais, e destas naquelas.

Art. 6º) As ações preferenciais da Companhia, cujo número poderá corresponder, nos termos do artigo 8º, § 1º, III, da Lei nº 10.303/01, a até 2/3 (dois terços) do total das ações emitidas, conferem aos seus detentores o direito de voto em relação às seguintes matérias:
I) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia;
II) aprovação de contratos entre a Companhia e o Acionista Controlador (conforme definido no parágrafo primeiro do artigo 22 deste Estatuto), diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades

nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em Assembléia Geral;

III) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia;

IV) escolha de instituição ou empresa especializada para determinação do Valor Econômico da Companhia, nas hipóteses estabelecidas nos artigos 28 e 29 deste Estatuto;

V) alteração ou modificação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das seguintes disposições:

a) o atendimento ao disposto no Capítulo VI deste Estatuto;
b) a observância, na eleição do Conselho de Administração, do mandato unificado de, no máximo, 2 (dois) anos, e das demais disposições referentes ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal contidas no Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2;
c) o atendimento ao disposto no Capítulo VIII deste Estatuto;
d) qualquer dos direitos estabelecidos no artigo 5º, §1º, e no artigo 6º, I a IV, deste Estatuto.

§ único) O direito de voto previsto no inciso V deste artigo prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2.

Art. 7º) É autorizado aumento do capital social que implique aumento no número de ações preferenciais em desproporção com as espécies e classes de ações então existentes.

Art. 8º) A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante a emissão de novas ações para subscrição, por deliberação do Conselho de Administração, e independentemente de reforma estatutária, em até 4.000.000 (quatro milhões de ações), mesmo que não observada a proporção existente entre as várias espécies ou classes de ação, podendo desse total serem destinadas até 500.000 (quinhentas mil) ações para a outorga de opções de compra, nos termos do § 3º abaixo.

§ 1º) O Conselho de Administração fixará as condições de emissão e subscrição, inclusive preço e prazo para integralização e prazo e forma para o exercício do direito de preferência dos acionistas.

§ 2º) A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, emitir, dentro do limite do capital autorizado, ações para colocação mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública, ou mediante permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos dos artigos 257 a 263 da Lei nº 6404/76, sem atribuir o direito de preferência para os antigos acionistas ou fixando prazo para o exercício deste direito inferior ao referido no artigo 171, § 4º, da Lei nº 6.404/76.

§ 3º) A Companhia poderá, dentro do limite do capital autorizado, outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou pessoas naturais que prestem serviços a ela ou a sociedade controlada, de acordo com plano aprovado pela Assembléia Geral.

§ 4º) As deliberações do Conselho de Administração de que trata este artigo observarão o quorum previsto na parte final do § 3º do artigo 14 abaixo.

Art. 9º) As ações da Companhia adotam a forma escritural e permanecerão em contas de depósito, em nome de seus titulares, em instituição financeira escolhida pelo Conselho de Administração.

§ 1º) A instituição financeira depositária das ações poderá cobrar dos acionistas, nos termos do § 3º do artigo 35 da Lei nº 6404/76, o custo dos serviços de transferência da propriedade das ações escriturais.

§ 2º) A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e mediante comunicação às bolsas de valores em que suas ações forem negociadas, suspender, por períodos que não ultrapassem, cada um, quinze dias, nem o total de noventa dias durante o ano, os serviços de transferência de ações.

Art. 10º) Ressalvadas as hipóteses do artigo 8º, §§ 2º e 3º deste Estatuto, os acionistas terão preferência para subscrever ações emitidas em decorrência de aumento do capital social, em proporção ao número de ações que então possuírem.

§ único) O prazo para o exercício do direito de preferência é sempre decadencial e será de 30 (trinta) dias, salvo: **a)** se for fixado pela Assembléia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso, um prazo maior; ou **b)** na hipótese do artigo 8º, § 2º, *in fine*, deste Estatuto.

Art. 11) A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações das Assembléias Gerais.

CAPÍTULO III - Administração.

Art. 12) A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

§ 1º) A remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria será fixada pela Assembléia Geral, que poderá fixar apenas o limite global ou individualizá-la para um ou mais administradores.

§ 2º) É atribuída aos administradores, obedecidas as disposições estatutárias e o artigo 152 da Lei nº 6.404/76, participação de até 10% (dez por cento) dos lucros do exercício.

§ 3º) O valor global da participação em cada exercício será o aprovado pela Assembléia Geral Ordinária na votação da destinação do resultado, observando-se, na distribuição entre os órgãos de administração e individualização por administrador, o disposto nos artigos 15, VIII, e 18, I, deste Estatuto.

Art. 13) O Conselho de Administração é órgão de deliberação colegiada e será composto por no mínimo 5 (cinco) e no máximo 7 (sete) membros, designados Conselheiros, todos acionistas, residentes no País, eleitos em Assembléia Geral, com mandato de 1 (um) ano, permitidas reeleições sucessivas.

§ 1º) A partir da Assembléia Geral Ordinária de 2006, no mínimo 20% (vinte por cento) dos Conselheiros deverão ser independentes, ou seja, cada um deles deverá observar o seguinte: (i) não ter qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação no capital; (ii) não ser Acionista Controlador (conforme definido no artigo 22, abaixo), cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não ser ou não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da

Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia; (vi) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; (vii) não receber outra remuneração da Companhia além da de Conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição).

§ 2º) Quando em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo acima resultar número fracionário de membros do Conselho de Administração, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro (i) imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos); ou (ii) imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos).

§ 3º) Os membros do Conselho de Administração serão investidos nos seus cargos mediante a assinatura de termo lavrado em livro próprio. Os membros do Conselho de Administração deverão permanecer em seus cargos e no exercício de suas funções até que sejam eleitos seus substitutos, exceto se de outra forma for deliberado pela Assembléia Geral. A posse será condicionada à assinatura do Termo de Anuência dos Administradores, nos termos do disposto no Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2.

Art. 14) O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão escolhidos pela Assembléia Geral.

§ 1º) Compete ao Presidente do Conselho de Administração convocar e presidir as reuniões deste órgão, e ao Vice-Presidente, substituí-lo nos seus impedimentos ou ausências eventuais.

§ 2º) No caso de vacância do cargo ou impedimento temporário de Conselheiro, o substituto será indicado pelos Conselheiros remanescentes até a primeira Assembléia Geral, que decidirá a respeito.

§ 3º) O Conselho de Administração se reunirá quantas vezes se fizerem necessárias, com a presença de pelo menos 3 (três) de seus membros, deliberando por maioria de votos, salvo quando se tratar das matérias contempladas no artigo 8º deste Estatuto, quando o Conselho somente deliberará com o voto favorável de pelo menos 4 (quatro) Conselheiros, dentre eles o Presidente do Conselho de Administração.

§ 4º) Em caso de empate nas deliberações do Conselho de Administração, prevalece o voto do Presidente ou do Vice-Presidente que o estiver substituindo, ressalvado o disposto no parágrafo anterior.

§ 5º) Das reuniões realizadas serão redigidas, por um dos membros do Conselho indicado pelo Presidente, as respectivas atas, as quais serão lavradas nos livros próprios e assinadas pelos presentes, sendo publicadas nos casos exigidos por lei.

Art. 15) Compete ao Conselho de Administração:

I) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;

II) eleger e destituir os diretores da Companhia, podendo fixar-lhes atribuições, respeitadas as normas estabelecidas no artigo 17 deste Estatuto Social;

III) fiscalizar a gestão dos diretores, examinando, periodicamente, livros e papéis da Companhia, solicitando informações sobre contratos e demais atos relativos aos negócios sociais;

IV) convocar as Assembléias Gerais, obedecidas as normas legais e estatutárias;

V) autorizar a Diretoria a alienar bens do ativo permanente, constituir ônus reais sobre os bens sociais e prestar garantias a obrigações de terceiros, sendo desnecessária tal autorização nas hipóteses previstas no artigo 17, § 1º, “f”, § 2º, “b”, e § 3º, "e" e "f", do presente Estatuto;

VI) autorizar a aquisição, alienação, cancelamento ou permanência em tesouraria de ações emitidas pela Companhia;

VII) escolher e destituir os auditores independentes;

VIII) definir, quando a Assembléia Geral fixar globalmente a remuneração dos administradores, a parcela correspondente à Diretoria e a correspondente ao Conselho de Administração, bem como individualizá-la em relação aos membros deste último.

Art. 16) Competem à Diretoria os mais amplos poderes de gestão, representação e administração da Companhia, necessários a que se realize integralmente o objeto social, obedecidas, na ordem, as regras do artigo 17 e as atribuições conferidas pelo Conselho de Administração nos termos do artigo 15 deste Estatuto.

§ 1º) A Diretoria será composta por 6 (seis) membros, acionistas ou não, residentes no país, sendo designados por: Diretor-Presidente, Diretor-Superintendente, Diretor Financeiro, Diretor de Publicações Eletrônicas, Diretor

Editorial Jurídico e Diretor de Recursos Humanos, todos eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano, permitidas reeleições sucessivas. A posse dos Diretores será condicionada à assinatura do Termo de Anuência dos Administradores, nos termos do disposto no Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2.

§ 2º) Nas ausências ou impedimentos temporários de diretores, poderá o Conselho de Administração distribuir as funções do diretor ausente ou impedido entre os demais diretores, mantendo-se, contudo, o atendimento às determinações do artigo 17.

§ 3º) Em caso de vaga ou impedimento definitivo de qualquer diretor, o Conselho de Administração decidirá a respeito, indicando o substituto para completar o período de mandato do substituído ou mantendo o cargo vago, distribuindo, neste caso, as funções do diretor impedido ou afastado entre os demais diretores, obedecidas as determinações do artigo 17.

§ 4º) O Conselho de Administração designará um dos diretores para exercer cumulativamente o cargo de Diretor de Relações com Investidores.

Art. 17) A Diretoria estará, no exercício de seus poderes de gestão, representação e administração, sempre sujeita às condições estipuladas nos parágrafos a seguir.

§ 1º) Individualmente, qualquer dos diretores em exercício poderá: a) sacar, endossar para cobrança bancária e quitar duplicatas; b) endossar cheques e ordens de pagamento, desde que para depósito em contas correntes bancárias da Companhia; c) assinar relações de títulos para desconto, caução e cobrança; d) firmar correspondência, guias para recolhimento de impostos e contribuições, requerimentos e petições dirigidas a Repartições e Autarquias Públicas Federais, Estaduais e Municipais, bancos e instituições, em expedientes para recolhimento de impostos, taxas e contribuições sociais ou procedimentos administrativos de qualquer natureza; e) admitir e demitir funcionários, vendedores, representantes e agentes comerciais; f) adquirir, alienar ou onerar bens do ativo permanente, inclusive imóveis, desde que o seu valor individual não supere 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia, constante das últimas Demonstrações Financeiras de exercício social publicadas; g) receber citação ou intimação em processos judiciais ou procedimentos administrativos.

§ 2º) Conjuntamente, quaisquer 2 (dois) diretores em exercício poderão: a) emitir cheques, autorizar débitos em contas bancárias, firmar

contratos de financiamento com entidades bancárias e de arrendamento mercantil com sociedades constituídas para tal finalidade; b) emitir, aceitar, onerar ou alienar notas promissórias e letras de câmbio, desde que para desconto bancário ou para garantia de obrigações assumidas em contratos de financiamento e de arrendamento mercantil, bem como constituir procuradores especificamente para tais fins; c) endossar quaisquer títulos de crédito, entre eles duplicatas, notas promissórias, letras de câmbio e certificados de custódia, com exceção de cheques; d) custodiar e retirar de custódia títulos e demais bens móveis; e) constituir procuradores, conferindo-lhes os poderes da cláusula *ad-judicia* e a *extra*, bem como os de receber citação, confessar, transigir, desistir, receber e dar quitação; f) firmar contratos, inclusive os de edição, de venda ou parceria com órgãos governamentais e privados, e os de locação de bens móveis e imóveis, ou de serviços; g) prestar fianças a empresas controladas direta ou indiretamente e aval a títulos de responsabilidade dessas empresas; h) adquirir, subscrever, alienar e resgatar títulos de renda fixa e variável, dentre eles ações e debêntures, desde que não sejam de emissão da Companhia ou de qualquer sociedade por ela controlada direta ou indiretamente, respeitado ainda o disposto no § 4º, inciso "e".

§ 3º) Conjuntamente com o Diretor-Presidente ou com o Diretor-Superintendente, qualquer dos diretores em exercício poderá: a) aceitar duplicatas; b) endossar cheques; c) constituir procurador, outorgando-lhe poderes de que se encontrem investidos; d) representar a Companhia junto a empresas controladas; e) adquirir, alienar ou onerar bens do ativo permanente, inclusive imóveis, desde que o seu valor individual não supere 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido da Companhia, constante das últimas Demonstrações Financeiras de exercício social publicadas; f) firmar contratos que importem onerar bens sociais, em valor que não supere 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido da Companhia, constante das últimas Demonstrações Financeiras de exercício social publicadas; g) prestar fiança a pessoa física quando se destinar a garantir a locação de imóvel residencial destinado a viabilizar a instalação de gerente da Companhia, ou de sociedade por ela controlada, em município, distinto do de domicílio deste, no qual se situe o estabelecimento para cuja gerência tenha sido designado.

§ 4º) Conjuntamente com o Diretor-Presidente ou com o Diretor-Superintendente, e com prévia e expressa autorização do Conselho de Administração, qualquer dos diretores em exercício poderá: a) adquirir, alienar ou onerar ações e quotas de empresas controladas direta ou indiretamente; b) adquirir, alienar ou onerar bens do ativo permanente, inclusive imóveis, quando o seu valor individual superar 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido da Companhia, constante das últimas Demonstrações Financeiras de exercício social

publicadas; c) firmar contratos que importem onerar bens sociais, em valor superior a 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido da Companhia, constante das últimas Demonstrações Financeiras de exercício social publicadas, sem prejuízo das demais disposições do presente artigo; d) prestar fiança a pessoa física, excetuados os casos previstos no inciso "g" do § 3º deste artigo, ou a pessoa jurídica, que não as empresas controladas direta ou indiretamente, e aval a títulos de responsabilidade dessas pessoas, desde que haja interesse da Companhia em tais atos; e) promover a participação da Companhia, com o intuito de controle isolado ou compartilhado, em qualquer outra sociedade, mediante aquisição ou subscrição de quotas ou ações, assim como proceder à retirada da Companhia de tais sociedades; f) constituir procurador, outorgando-lhe poderes de que se encontrem investidos; g) emitir e aceitar os demais títulos de crédito, entre eles notas promissórias e letras de câmbio, observadas as exceções contidas nas alíneas "b" e "a", respectivamente, dos parágrafo 2º e 3º acima.

Art. 18) Compete à Diretoria:
I) Individualizar a remuneração dos Diretores, sempre que a Assembléia Geral fixar globalmente a dos administradores e após o Conselho de Administração exercer a competência mencionada no artigo 15, VIII, deste Estatuto;
II) deliberar a abertura, manutenção, transferência e extinção de filiais;
III) deliberar sobre matérias administrativas, observadas, se houver, as determinações da Assembléia Geral e do Conselho de Administração.

Art. 19) A Diretoria reunir-se-á sempre com a presença de pelo menos 3 (três) diretores e desde que convocada pelo Diretor-Presidente, ao qual caberá fixar a pauta, dirigir os trabalhos e designar o Secretário.

§ 1º) Da reunião será lavrada ata, em livro próprio.

§ 2º) As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos Diretores presentes, prevalecendo, em caso de empate, o voto do Diretor-Presidente.

CAPÍTULO IV - Conselho Fiscal.

Art. 20) O Conselho Fiscal da Companhia, composto por no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, e respectivos suplentes, funcionará nos exercícios

em que for instalado por deliberação da Assembléia Geral, nos casos previstos em lei.

§ 1º) A Assembléia Geral que deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal fixará o número de seus membros, os elegerá e fixará a remuneração destes.

§ 2º) Os membros do Conselho Fiscal tomarão posse mediante a assinatura de termo lavrado em livro próprio. A posse será condicionada à assinatura do Termo de Anuência dos membros do Conselho Fiscal, nos termos do disposto no Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2.

§ 3º) O Regimento Interno do Conselho Fiscal será aprovado pela Assembléia Geral.

CAPÍTULO V - Assembléia Geral.

Art. 21) A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, no primeiro quadrimestre após o término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, mediante convocação na forma da lei.

§ 1º) A Assembléia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, pelo Vice-Presidente que estiver exercendo a Presidência do Conselho de Administração ou, na ausência destes, pelo acionista por ela indicado. O Presidente da Assembléia Geral escolherá um dos presentes para secretariá-la e constituir a Mesa.

§ 2º) As pessoas presentes à Assembléia deverão provar sua qualidade de acionista, cabendo aos titulares de ações escriturais ou em custódia nos termos do artigo 41 da Lei nº 6404/76 depositar, na Companhia, para tal fim, comprovante expedido pela instituição financeira depositária, nos termos fixados na convocação, salvo se a Presidência da Assembléia considerar suficiente outro meio de verificação.

CAPÍTULO VI - Alienação do Controle Acionário, Cancelamento do Registro de Companhia Aberta e Descontinuidade das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2.

Art. 22) A Alienação do Poder de Controle da Companhia tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 e a correção monetária prevista no § 5º abaixo, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário ao Acionista Controlador Alienante, observadas as disposições contidas no artigo 24.

§ 1º) Para os fins deste Estatuto, os seguintes termos iniciados em letras maiúsculas terão os seguintes significados:

"Acionista Controlador" significa (i) o acionista que exerça o Poder de Controle da Companhia; (ii) os acionistas não vinculados por acordo de acionistas que exerçam o Poder de Controle da Companhia; ou (iii) o grupo de acionistas vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum que exerça o Poder de Controle da Companhia.

"Acionista Controlador Alienante" significa o Acionista Controlador quando este promove a Alienação do Poder de Controle da Companhia.

"Ações de Controle" significa o bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es), o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle da Companhia.

"Ações em Circulação" significa todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas vinculadas, por administradores da Companhia e aquelas em tesouraria.

"Alienação de Controle da Companhia" significa a transferência a terceiro, a título oneroso, das Ações de Controle.

"Poder de Controle" significa o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito. Há presunção relativa de titularidade do controle em relação à(s)

pessoa(s) ou ao grupo de pessoas vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum (grupo de controle) que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas três últimas Assembléias Gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.

"Valor Econômico" significa o valor da Companhia e de suas ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

§ 2º) A negociação de Ações de Controle entre o Acionista Controlador identificado no Contrato de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa – Nível 2 e seus herdeiros necessários e, ainda, entre esses herdeiros, desde que os mesmos exerçam o Poder de Controle da Companhia, mesmo que implique a consolidação do Poder de Controle em apenas um acionista, não constitui Alienação do Poder de Controle, não dando causa, portanto, à obrigação de realizar oferta pública nos termos do caput deste artigo e do caput do artigo 24 abaixo.

§ 3º) No caso de alienação de ações pertencentes a um ou mais acionistas que exerçam o Poder de Controle a terceiro(s), a oferta pública prevista no caput deste artigo e no caput do artigo 24 abaixo somente será exigida a partir da alienação do número de ações necessário ao exercício do Poder de Controle por esse(s) terceiro(s).

§ 4º) Não caracterizam Alienação do Poder de Controle as seguintes situações: a) a integralização, com ações da Companhia, de capital social de sociedade que em função dessa integralização torne-se controladora da Companhia e seja controlada pelo Acionista Controlador; e b) redução do capital social da referida sociedade controladora, com devolução das ações, ou dissolução dessa sociedade, ou ainda no caso de cisão dessa sociedade, desde que as sociedades resultantes, às quais tenha sido atribuída a titularidade de ações ordinárias da Companhia, sejam integradas apenas pelo Acionista Controlador.

§ 5º) Para os fins deste Capítulo, a correção monetária será feita de acordo com as seguintes regras: a) o índice a ser utilizado será o IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado), apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), ou o que o substituir; b) desconhecido o IGP-M do mês em curso, será

utilizado o último divulgado; c) aplica-se o índice de correção pro rata dia; d) a correção monetária terá por data inicial a do pagamento, ou pagamentos, feitos ao Acionista Controlador Alienante para a aquisição das Ações de Controle, e, por data final, a do pagamento, ou pagamentos, feitos em favor dos demais acionistas detentores de ações ordinárias e/ou preferenciais; e) sempre que devida a correção monetária, serão devidos também os juros pagos pela Caderneta de Poupança, nesses não incluída a Taxa Referencial – TR, ou o índice que a substituir.

Art. 23) A oferta pública referida no artigo anterior também deverá ser realizada:

I) nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação de Controle da Companhia; e

II) em caso de alienação do controle do Acionista Controlador da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA ("BOVESPA") o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

Art. 24) A oferta pública aos detentores das ações ordinárias deverá ser realizada por um valor de 100% (cem por cento) do valor pago pelas Ações de Controle e a oferta pública aos detentores das ações preferenciais deverá ser realizada por um valor mínimo de 90% (noventa por cento) do valor pago pelas Ações de Controle.

§ único) A modificação desta cláusula estatutária, no que se refere à oferta pública a ser realizada aos detentores de ações preferenciais, somente poderá ser deliberada pela Assembléia Geral com a aprovação prévia de acionistas titulares de mais da metade das ações preferenciais, reunidos em assembléia especial.

Art. 25) Aquele que já detiver ações da Companhia e venha a adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

I) efetivar a oferta pública referida no artigo 22 deste Estatuto; e

II) ressarcir os acionistas dos quais tenha comprado ações em bolsa de valores nos 6 (seis) meses anteriores à data de Alienação de Controle da Companhia, devendo pagar a estes a eventual diferença entre o preço pago ao

Acionista Controlador Alienante e o valor pago em bolsa de valores por ações da Companhia nesse mesmo período, devendo ambos os valores serem atualizados de acordo com o § 5º do artigo 22 acima.

Art. 26) A Companhia não registrará qualquer transferência de ações para o comprador do Poder de Controle ou para o(s) acionista(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto esse(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores nos termos do disposto no Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2, que será imediatamente enviado à BOVESPA.

Art. 27) Nenhum acordo de acionistas que disponha sobre o exercício de Poder de Controle poderá ser registrado na sede da Companhia, sem que os seus signatários tenham subscrito o Termo de Anuência dos Controladores, que será imediatamente enviado a BOVESPA.

Art. 28) Na oferta pública de aquisição de ações a ser realizada para o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado em laudo de avaliação.

Art. 29) Caso os acionistas reunidos em Assembléia Geral Extraordinária deliberem: (i) a descontinuidade das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 para que as ações da Companhia passem a ter registro para negociação fora do Nível 2 ou (ii) a reorganização societária da qual a companhia resultante não seja classificada como detentora de padrão de Governança Corporativa do Nível 2, o acionista ou grupo de acionistas que detiver o Poder de Controle da Companhia deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, cujo preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado em laudo de avaliação respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Art. 30) O laudo de avaliação previsto nos artigos 28 e 29 deste Estatuto deverá ser elaborado por empresa especializada, com experiência comprovada e independente da Companhia, seus administradores e controladores, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei nº

6.404/76 e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo artigo da lei.

§ 1º) A escolha da empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia é de competência da Assembléia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, e cabendo a cada ação, independentemente da espécie ou classe e respeitado o disposto no artigo 6º, IV, o direito a um voto, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes na Assembléia Geral, que se instalada em primeira convocação deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação, ou que se instalada em segunda convocação poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

§ 2º) Os custos de elaboração do laudo de avaliação exigido deverão ser assumidos integralmente pelo ofertante.

CAPÍTULO VII - Exercício Social, Lucros, Reservas e Dividendos.

Art. 31) O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, data em que serão elaboradas as demonstrações financeiras exigidas em lei ou regulamento.

Art. 32) Do resultado do exercício serão deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e contribuição social, e, do valor resultante, até 10% (dez por cento) será destinado à participação dos administradores, desde que atribuído, naquele exercício, aos acionistas pelo menos o dividendo obrigatório referido no artigo 34, “a”, deste Estatuto.

Art. 33) Do lucro líquido do exercício, correspondente ao resultado após as deduções e participações previstas no artigo 32 deste Estatuto, 5% (cinco por cento) será destinado à reserva legal, enquanto não alcançado o limite legal.

Art. 34) Exceto na hipótese do artigo 202, § 4º, da Lei nº 6.404/76, é assegurado aos acionistas o dividendo obrigatório correspondente a:

a) 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01; mais
b) o saldo do lucro líquido do exercício, se houver, que remanescer após as destinações mencionadas nos artigos. 193 a 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01, observados os artigos 33 e 35 deste Estatuto.

Art. 35) Depois de assegurado aos acionistas o dividendo obrigatório mencionado no artigo 34, "a", deste Estatuto, o saldo do lucro líquido do exercício, se houver, poderá ser destinado pela Assembléia Geral às seguintes reservas:
a) reserva para futuro aumento de capital, destinada a garantir a capitalização da Companhia, a qual não excederá, em nenhum exercício, o capital social realizado;
b) reserva para contingências, nos termos do artigo 195 da Lei nº 6.404/76;
c) reserva de retenção de lucros, de acordo com orçamento aprovado em Assembléia Geral, que não poderá exceder, em nenhum exercício, o capital social realizado;
d) reserva de lucros a realizar, nos termos do artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01.

Art. 36) A critério do Conselho de Administração, a Companhia poderá pagar ou creditar aos acionistas, no todo ou em parte, o valor equivalente aos juros sobre o capital próprio, calculado segundo a legislação em vigor, até o valor que resultaria da aplicação da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP pro rata dia, para o período correspondente.

§ único) Os juros sobre o capital próprio, quando pagos ou creditados aos acionistas, serão imputados, pelo valor líquido do imposto de renda, aos dividendos obrigatórios.

Art. 37) Os dividendos e os juros sobre o capital próprio serão pagos mediante depósito em conta bancária em nome do acionista e por este indicada, salvo se ele, com 10 (dez) dias úteis de antecedência, houver solicitado por escrito que lhe sejam pagos na tesouraria da Companhia, por cheque nominativo.

Art. 38) A Companhia não poderá, salvo se autorizada pela maioria de votos em Assembléia especial dos acionistas titulares de ações preferenciais, reter, por mais de quatro trimestres sucessivos, disponibilidade financeira em quantia superior a 25% (vinte e cinco por cento) do seu ativo total, desde que assim o permita sua situação econômica e financeira.

§ 1º) Para os fins de aplicação deste dispositivo: a) serão considerados os valores correspondentes ao último dia de cada trimestre, conforme o balanço levantado nas respectivas datas; e b) a disponibilidade financeira corresponderá à soma dos valores contabilizados sob as rubricas "caixa e bancos" e "aplicações financeiras" subtraída a soma dos valores contabilizados sob as rubricas "empréstimos e financiamentos" do passivo circulante e "empréstimos e financiamentos" do exigível a longo prazo.

§ 2º) Dos valores que, em cada trimestre, ultrapassarem o percentual de retenção de disponibilidade financeira previsto neste artigo, será distribuído como dividendo, ou pago a título de juros sobre o capital, o correspondente ao trimestre de menor excesso de retenção, deduzindo-se desse excesso os dividendos ou juros sobre o capital já declarados e ainda não pagos.

§ 3º) Verificada a hipótese prevista no parágrafo anterior, a cláusula estatutária expressa neste artigo só voltará a ser aplicada a partir dos quatro trimestres seguintes ao último dos trimestres envolvidos na apuração do excesso de retenção.

§ 4º) A distribuição dos dividendos, ou o pagamento de juros sobre o capital, será feita dentro do exercício social seguinte ao último dos trimestres envolvidos na apuração do excesso de retenção.

§ 5º) A Companhia não poderá, salvo se autorizada por mais da metade dos acionistas titulares de ações preferenciais, constituir subsidiária com o objeto exclusivo de administrar seus próprios recursos.

§ 6º) A modificação desta cláusula estatutária somente poderá ser deliberada pela Assembléia Geral com a aprovação prévia de acionistas titulares de mais da metade das ações preferenciais, reunidos em assembléia especial.

CAPÍTULO VIII – Juízo Arbitral.

Art. 39) A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, nos termos do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado ("Regulamento de Arbitragem") da BOVESPA, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos das disposições contidas na Lei n.º

6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2, do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 e do Regulamento de Arbitragem.

§ único) A lei brasileira será a única aplicável ao mérito de toda e qualquer controvérsia, bem como à execução, interpretação e validade da presente cláusula compromissória. O procedimento arbitral terá lugar na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral. A arbitragem deverá ser administrada pela própria Câmara de Arbitragem do Mercado, sendo conduzida e julgada de acordo com as disposições pertinentes do Regulamento de Arbitragem.

CAPÍTULO IX - Disposições Gerais.

Art. 40) A Companhia poderá ser dissolvida e liquidada nos casos e pela forma prevista em lei.

Art. 41) Os casos omissos neste Estatuto serão regulados pelas disposições legais em vigor, aplicáveis à espécie.

<><><><><><><>

19.01 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

Controlada/Coligada : LIVRARIA E PAPELARIA SARAIVA S/A

A Livraria é a maior rede de livrarias do País em termos de faturamento. Referência no comércio de livros, a Livraria introduziu no Brasil o conceito de *Mega Store* e foi uma das pioneiras em comércio eletrônico no Brasil. Com uma rede de 31 lojas distribuídas em 10 importantes cidades brasileiras, sendo 15 *Mega Stores* e 16 Lojas Tradicionais, a Livraria conta com uma área total de vendas de 20,1 mil m^2. Em 2005, as vendas anuais foram de aproximadamente R$ 11,3 mil por m^2, com um crescimento de 5,6% em relação a 2004. O Tíquete Médio em relação à receita bruta em 2005 foi de R$ 54,66, com crescimento de 8,8% em relação a 2004.

As vendas da Livraria são realizadas por meio de (a) *Mega Stores*, que possuem áreas de vendas de 460m^2 a 1.800m^2 e oferecem até 54 mil itens cadastrados, nas categorias livros, CDs, DVDs, periódicos, *softwares* de multimídia, artigos de papelaria, eletrônicos e brinquedos educativos, (b) Lojas Tradicionais, que possuem áreas de vendas de 110m^2 a 480m^2 e oferecem até 26 mil itens cadastrados, dentre os quais livros e artigos de papelaria, e (c) comércio eletrônico, por meio do *website* Saraiva.com, que tem mais de 300 mil produtos cadastrados em 10 diferentes categorias: livros, CDs, DVDs, papelaria, informática, eletro-eletrônicos, jogos eletrônicos, *software*, brinquedos e revistas.

Nossos principais concorrentes das Lojas Físicas são os seguintes: Livraria Cultura, Livraria Siciliano, Livraria Sodiler, Livraria Nobel, Livraria Laselva, FNAC, dentre outras.

Por meio de nossa unidade de negócios Saraiva.com, somos uma das líderes no mercado de comércio eletrônico de livros. Nas operações virtuais, nossos principais concorrentes são a Livraria Siciliano, a FNAC, a Livraria Cultura, a Submarino e as Lojas Americanas.

O mercado virtual é extremamente competitivo, porém tem apresentado taxas de crescimento importantes nos últimos anos. Pretendemos diversificar nossa atual linha de produtos na Internet, que atualmente tem o livro como carro chefe, aproveitando as potencialidades que o mercado on-line brasileiro ainda oferece em termos de crescimento nos próximos anos. Em fins de 2004 e durante o ano de 2005 a Saraiva.com testou a categoria “eletrônicos portáteis” e, pontualmente, a linha de eletrodomésticos, essa última em parceria com fornecedores. Em 31 de dezembro de 2005, a categoria de eletrônicos e eletrodomésticos respondia por 1,9% do faturamento anual da Livraria. Em dezembro desse mesmo ano o faturamento de eletrônicos correspondeu a 3,0% do total das vendas brutas do mês.

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01047-2	SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES	60.500.139/0001-26

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
LIVRARIA E PAPELARIA SARAIVA S/A

19.02 - PEDIDOS EM CARTEIRA NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

1- ITEM	2 - DESCRIÇÃO DOS PEDIDOS	3 - VALOR DOS PEDIDOS NO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	4 - VALOR DOS PEDIDOS NO PENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	5 - VALOR DOS PEDIDOS NO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)
99	ENCOMENDAS NÃO ATENDIDAS	0		

343

19.03 - MATÉRIAS PRIMAS E FORNECEDORES

Controlada/Coligada : LIVRARIA E PAPELARIA SARAIVA S/A

Produtos

Comercializamos, na Livraria, por meio das nossas Lojas Tradicionais, *Mega Stores* e o *website* Saraiva.com: livros, CDs, DVDs, periódicos, *softwares* de multimídia, artigos de papelaria, brinquedos, artigos para informática, eletro-eletrônicos, jogos eletrônicos, *software* e revistas.

Fornecedores

Os principais fornecedores de livros, artigos de papelaria e produtos de áudio e vídeo para revenda são a Editora, Editora Ática S.A., Editora FTD S.A., Editora Moderna S.A., Editora Scipione Ltda., Cia. das Letras, Sony Music do Brasil Ltda., BMG do Brasil Ltda., Polygram do Brasil Ltda., Disal S.A., Editora Atlas S.A., Editora Record S.A., Rocco e Warner. Nenhum dos fornecedores responde por mais de 10% de nossas compras totais. Cerca de 6% do volume de compras da Livraria são efetuados junto à Editora.

19.04 - CLIENTES PRINCIPAIS POR PRODUTOS E/OU SERVIÇOS

Controlada/Coligada : LIVRARIA E PAPELARIA SARAIVA S/A

Nossa base de clientes é composta por um público amplo e diversificado, que busca em nossas lojas e em nosso *website* lazer, cultura e entretenimento.

Recebemos aproximadamente 20 milhões de visitas por ano em nossas 31 Lojas Físicas, que geram cerca de 5 milhões de transações comerciais.

19.05 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Controlada/Coligada : LIVRARIA E PAPELARIA SARAIVA S/A

A Livraria adquire livros da Editora Saraiva. Cerca de 6% do seu volume de compra é efetuado junto à Editora. Não há nenhum contrato de fornecimento formalmente firmado entre a Editora e a Livraria, mas os negócios realizados entre as mesmas observam condições normais de mercado.

Em 1º de outubro de 2004, a Editora e a Livraria celebraram um contrato de mútuo, que previa a concessão de crédito pela Livraria à Editora no montante de até R$ 20 milhões, indexados à variação de 100% da taxa do CDI, para fins de atendimento a necessidades de capital de giro da Editora. Em 31 de dezembro de 2005, o saldo devedor era de R$ 11,4M, liquidados em fev/06.

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01047-2	SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES	60.500.139/0001-26

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
LIVRARIA E PAPELARIA SARAIVA S/A

19.06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2005	4 - 31/12/2004	5 - 31/12/2003
1	Ativo Total	136.943	108.355	116.375
1.01	Ativo Circulante	100.426	70.125	73.323
1.01.01	Disponibilidades	11.553	1.846	5.967
1.01.02	Créditos	43.445	33.712	19.043
1.01.03	Estoques	40.378	33.031	47.181
1.01.04	Outros	5.050	1.536	1.132
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	15.532	16.960	16.228
1.02.01	Créditos Diversos	0	0	0
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.03	Outros	15.532	16.960	16.228
1.03	Ativo Permanente	20.985	21.270	26.824
1.03.01	Investimentos	135	135	135
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	0	0
1.03.01.03	Outros Investimentos	135	135	135
1.03.02	Imobilizado	18.422	17.977	22.247
1.03.03	Diferido	2.428	3.158	4.442

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01047-2	SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES	60.500.139/0001-26

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
LIVRARIA E PAPELARIA SARAIVA S/A

19.06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2005	4 - 31/12/2004	5 - 31/12/2003
2	Passivo Total	136.943	108.355	116.375
2.01	Passivo Circulante	66.234	40.084	43.069
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.324	3.112	3.364
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	50.203	29.786	32.279
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	4.197	2.545	3.088
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0	0
2.01.06	Provisões	0	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	9.510	4.641	4.338
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	18.019	21.653	23.830
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.081	3.273	5.819
2.02.02	Debêntures	0	0	0
2.02.03	Provisões	0	0	0
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.05	Outros	16.938	18.380	18.011
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	52.690	46.618	49.476
2.05.01	Capital Social Realizado	51.210	51.210	51.210
2.05.02	Reservas de Capital	2.190	2.190	2.190
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.04.01	Legal	0	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	(710)	(6.782)	(3.924)

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01047-2	SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES	60.500.139/0001-26

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
LIVRARIA E PAPELARIA SARAIVA S/A

19.07 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2005 a 31/12/2005	4 - 01/01/2004 a 31/12/2004	5 - 01/01/2003 a 31/12/2003
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	281.306	261.890	237.543
3.02	Deduções da Receita Bruta	(28.191)	(38.737)	(26.077)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	253.115	223.153	211.466
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(154.277)	(140.732)	(130.560)
3.05	Resultado Bruto	98.838	82.421	80.906
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(88.599)	(86.516)	(83.033)
3.06.01	Com Vendas	(68.444)	(65.213)	(61.191)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(18.802)	(18.833)	(18.990)
3.06.03	Financeiras	(879)	(3.137)	(3.543)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	2.174	181	192
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(3.053)	(3.318)	(3.735)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	(474)	667	691
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	10.239	(4.095)	(2.127)
3.08	Resultado Não Operacional	(194)	(107)	(187)
3.08.01	Receitas	0	0	0
3.08.02	Despesas	(194)	(107)	(187)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	10.045	(4.202)	(2.314)
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(3.299)	1.344	764
3.11	IR Diferido	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	(674)	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Exercício	6.072	(2.858)	(1.550)
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	57.539.843	57.539.843	57.539.843
	LUCRO POR AÇÃO	0,10553		
	PREJUÍZO POR AÇÃO		(0,04967)	(0,02694)

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01047-2	SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES	60.500.139/0001-26

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
LIVRARIA E PAPELARIA SARAIVA S/A

19.08.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2005 A 31/12/2005 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	51.210	2.190	0	0	(6.782)	46.618
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	6.072	6.072
5.07	Destinações	0	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	51.210	2.190	0	0	(710)	52.690

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01047-2	SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES	60.500.139/0001-26

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
LIVRARIA E PAPELARIA SARAIVA S/A

19.08.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2004 A 31/12/2004 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	51.210	2.190	0	0	(3.924)	49.476
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	(2.858)	(2.858)
5.07	Destinações	0	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	51.210	2.190	0	0	(6.782)	46.618

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01047-2	SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES	60.500.139/0001-26

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
LIVRARIA E PAPELARIA SARAIVA S/A

19.08.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2003 A 31/12/2003 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	51.210	2.190	0	0	(2.374)	51.026
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	(1.550)	(1.550)
5.07	Destinações	0	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	51.210	2.190	0	0	(3.924)	49.476

19.09 - CARACTERÍSTICAS DO SETOR DE ATUAÇÃO

Controlada/Coligada : LIVRARIA E PAPELARIA SARAIVA S/A

O Mercado de Varejo de Livros

O mercado de varejo de livros no Brasil é bastante fragmentado, caracterizando-se pela coexistência de pequenas livrarias e grandes redes de lojas. Atualmente existem aproximadamente 1.500 livrarias em todo o Brasil, sendo que mais de 70% delas estão localizadas nas regiões Sul e Sudeste do País. Os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro representam cerca de 65% do varejo de livros no Brasil em vendas. Enquanto o consumo médio per capita no País é de apenas 1,8 livro por ano (incluindo livros didáticos), os Estados Unidos apresenta um consumo de 9 livros por ano e o Japão um consumo de 11 livros por ano.

A distribuição das livrarias pelo território nacional é extremamente desigual, sendo que dos 5.700 municípios brasileiros, apenas 10,5%, ou seja, 600 deles, possuem livrarias regularmente instaladas. Além de possuir uma distribuição muito desigual pelo território nacional, o número de livrarias no Brasil é muito inferior em comparação a outros países, mesmo aqueles em desenvolvimento.

Além da utilização de livrarias, o mercado de varejo de livros desenvolve-se em outros veículos de distribuição e vendas, como, por exemplo, nas papelarias, bazares e escolas, que vêm se transformando, de forma crescente, em pontos de venda nos períodos escolares. As bancas de jornal também têm se mostrado um veículo de venda e divulgação de livros de baixo custo. No entanto, um dos veículos de venda que mais tem chamado a atenção dos profissionais do mercado de varejo de livros é a Internet. O comércio eletrônico tem se desenvolvido em todo o mundo, em todos os setores da economia, em virtude da comodidade, agilidade e facilidade de compra de mercadorias sem a necessidade de ida às lojas. Essa tendência também se verifica no mercado brasileiro, entre as grandes livrarias.

O Mercado de Varejo dos Outros Produtos Comercializados pela Livraria

O mercado de varejo de música no Brasil – incluindo a linha CDs e shows em DVD – foi de R$ 591,9 milhões em 2005, segundo dados da Associação dos Produtores de Discos – ABPD.

A União Brasileira de Vídeo – UBV estima que o mercado de filmes em DVD tenha faturado em torno de R$ 320 milhões em 2005, correspondentes a vendas de aproximadamente 15,8 milhões de unidades.

Segundo a Associação Nacional de Editores de Revistas, o mercado de periódicos fatura anualmente cerca de R$ 2,2 bilhões, sendo que cerca de 10% desse valor são atualmente distribuídos por livrarias.

O Comércio Varejista Eletrônico

O comércio eletrônico no Brasil, segundo dados da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico, é de aproximadamente R$ 9,9 bilhões de reais. Desse total, cerca de R$ 2,9 bilhões correspondem ao comércio eletrônico de bens de consumo.

Segundo o o E-Bit, havia, em 2005, 4,8, milhões de e-consumidores no Brasil. Esse número tende a crescer de forma significativa, seja pela inclusão digital, seja pelo aumento do número de

19.09 - CARACTERÍSTICAS DO SETOR DE ATUAÇÃO

Controlada/Coligada : LIVRARIA E PAPELARIA SARAIVA S/A

usuários banda larga, que em 2004 atingiu cerca de 1,6 milhões de usuários no Brasil (dados da IDC Brasil).

19.10 - RELATÓRIO DE DESEMPENHO

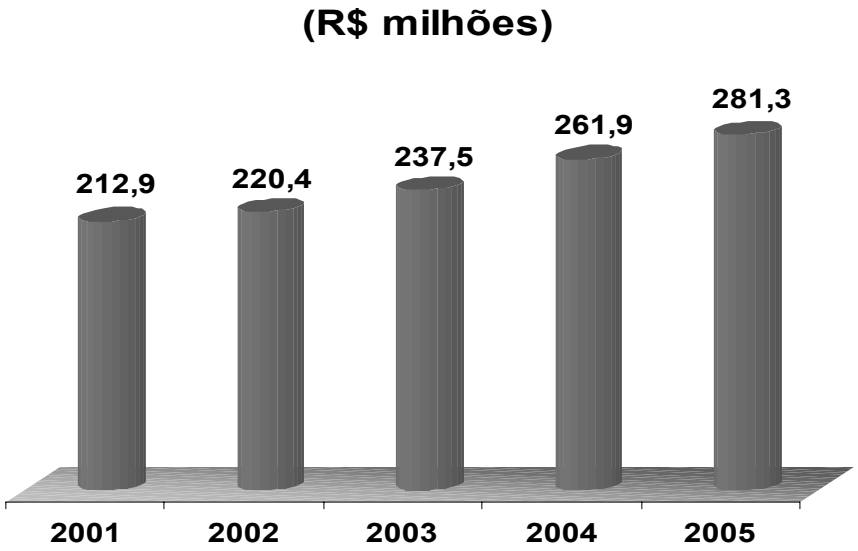
Controlada/Coligada : LIVRARIA E PAPELARIA SARAIVA S/A

O quadro abaixo apresenta os principais dados do desempenho econômico-financeiro:

Descrição	2005		2004		AH %
	R$ mil	*AV %*	R$ mil	*AV %*	
Receita Bruta	281.306	*111,1*	261.890	*117,4*	7,4
Receita Líquida	253.115	*100,0*	223.153	*100,0*	13,4
Lucro Bruto	98.838	*39,0*	82.421	*36,9*	19,9
Despesas Operacionais	87.246	*34,5*	84.046	*37,7*	3,8
EBITDA	15.983	*6,3*	5.149	*2,3*	210,4
Despesas Financeiras Líquidas	879	*0,3*	3.137	*1,4*	-72,0
Lucro Líquido	6.072	*2,4*	(2.858)	*-1,3*	-312,5

Receita Bruta

A receita bruta da Livraria somou R$ 281,3 milhões, com crescimento de 7,4% em relação a 2004. No critério “mesmas lojas”, as vendas tiveram incremento de 8,4%.



Favorecida pela redução a zero das alíquotas de PIS e Cofins, a receita líquida apresentou acréscimo de 13,4% em relação ao ano anterior e atingiu R$ 253,1 milhões.

19.10 - RELATÓRIO DE DESEMPENHO

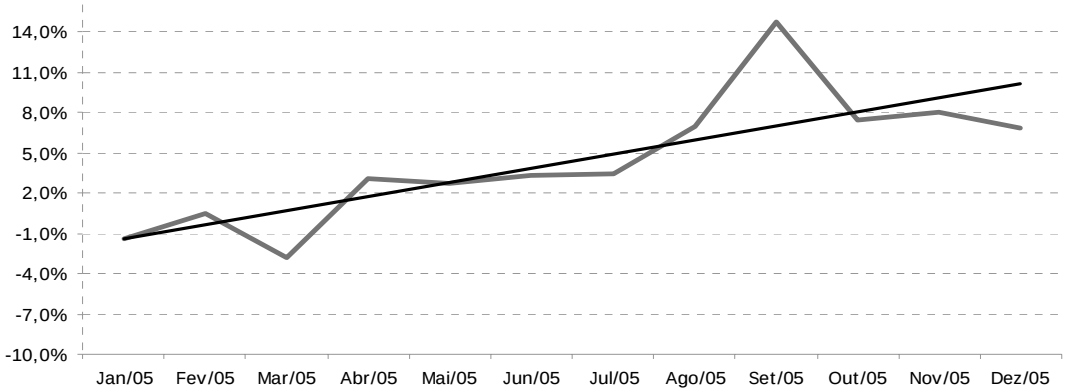
Controlada/Coligada : LIVRARIA E PAPELARIA SARAIVA S/A

A análise do desempenho das lojas físicas demonstra a tendência de crescimento ao longo do ano, em especial no segundo semestre:

Evolução Trimestral do crescimento nominal das Vendas Brutas das Lojas Físicas comparáveis

1T05	2T05	3T05	4T05
-1,2%	3,0%	8,2%	7,2%

Crescimento nominal - Vendas Brutas - Apenas Lojas Físicas Comparáveis



	Jan-05	Fev-05	Mar-05	Abr-05	Mai-05	Jun-05	Jul-05	Ago-05	Set-05	Out-05	Nov-05	Dez-05
Nominal	-1,4%	0,5%	-2,8%	3,0%	2,7%	3,3%	3,4%	6,9%	14,7%	7,4%	8,0%	6,8%

Lucro Bruto

O lucro bruto acumulou R$ 98,8 milhões, montante 19,9% superior ao registrado em 2004. A margem bruta evoluiu 2,1 pontos percentuais e atingiu 39,0% em 2005, reflexo de alterações no mix de produtos vendidos e da intensificação de algumas parcerias com fornecedores.

Resultado Operacional

A relação entre despesas operacionais e receitas líquidas demonstrou relevante ganho de eficiência, passando de 37,7% em 2004 para 34,5% em 2005. O resultado alcançado e sua contribuição para o aumento na geração de valor da Livraria demonstram a importância do rigoroso controle de gastos no varejo.

As ações de renegociação dos contratos de locação das lojas e as medidas de racionalização de pessoal efetivadas em 2004 resultaram em uma economia de R$ 4,5 milhões em bases

anualizadas, o que colaborou significativamente para a performance obtida em 2005. Esse desempenho foi obtido mesmo considerando a contabilização de R$ 0,6 milhão referente a gastos pré-operacionais para a abertura das duas novas unidades, inauguradas em 2005.

Em função da dinâmica das operações e da necessidade de obter contínuos ganhos de eficiência operacional, as ações de racionalização e otimização de recursos continuarão a fazer parte das prioridades da Administração em 2006. Como exemplo dessa estratégia, a Livraria contratou, no final de 2005, uma consultaria especializada para estudar a otimização das operações de abastecimento das lojas (cross-docking) e avaliar uma possível fusão das atividades de logística entre as lojas físicas e o varejo eletrônico.

Geração de Caixa

Os ganhos obtidos a partir da elevação do lucro bruto e da racionalização de despesas operacionais proporcionaram expressivo crescimento de 210% na geração bruta de caixa operacional (EBITDA), que alcançou R$ 16,0 milhões em 2005, ante R$ 5,1 milhões de 2004. A margem Ebitda apresentou o melhor desempenho dos últimos 6 anos, 6,3% em 2005, contra 2,3% em 2004.

Reconciliação EBITDA - R$ mil	2005	2004	*Var.*
Resultado Operacional após a Despesa Financeira Líquida	10.239	(4.095)	*-350,0%*
(+) Depreciação e Amortização	4.865	6.107	*-20,3%*
(+) Despesa Financeira Líquida	879	3.137	*-72,0%*
(=) EBITDA	15.983	5.149	*210,4%*

Resultado Financeiro

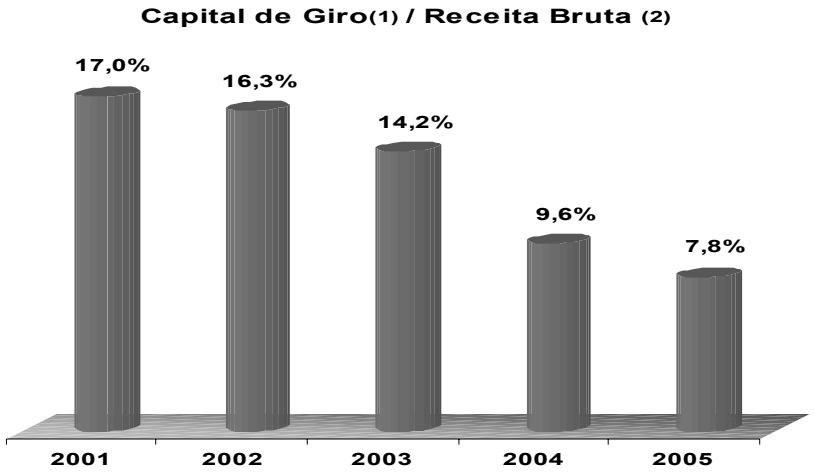
As despesas financeiras líquidas tiveram expressiva queda de 72,0% no período, passando de R$ 3,1 milhões (2004) para R$ 0,9 milhão (2005). Esse desempenho é resultado da maior disponibilidade de caixa e da não contratação de financiamentos de longo prazo nos últimos anos, o que gerou significativo recuo do nível de endividamento.

Capital de Giro

O ciclo operacional continuou demonstrando evolução. Houve relevante redução de giro dos estoques e aumento no prazo médio de pagamento para fornecedores. Essa condição, mesmo

com a ampliação do prazo médio de recebimento, pelas facilidades nas condições de pagamentos concedidas aos clientes, permitiu a redução de 32 dias no ciclo operacional.

O plano estratégico de otimização do capital de giro adotado pela Companhia tem proporcionado importante geração de valor. O gráfico a seguir demonstra a evolução dos últimos anos:



(1) Estoques + Clientes – Fornecedores
(2) Venda Bruta

Lucro Líquido

O crescimento das operações e da rentabilidade da divisão de varejo eletrônico aliado à recuperação no desempenho das lojas físicas, permitiu significativa evolução do resultado final, com a reversão do prejuízo de R$ 2,9 milhões em 2004 para um lucro líquido de R$ 6,1 milhões em 2005.

Estratégia de Pessoal

Com o objetivo de capacitar cada vez mais a empresa, para atender aos ambiciosos planos de crescimento e aumento de rentabilidade, o quadro de executivos foi especialmente reforçado no segundo semestre de 2005 com as contratações de:

- Marcílio Pousada – Diretor Superintendente;
- Frederico Indiani – Diretor de Compras; e
- Ricardo Daumas – Diretor de Marketing.

19.10 - RELATÓRIO DE DESEMPENHO

Controlada/Coligada : LIVRARIA E PAPELARIA SARAIVA S/A

Marketing

A Livraria lançou, no segundo semestre de 2005, o Programa de Fidelidade *Saraiva Plus*, que teve enorme aceitação. É um programa de fidelização diferenciado, que pode ser utilizado como ferramenta de marketing para o relacionamento com clientes e obter informações sobre os hábitos de compra. Ao final do exercício, o Programa contava com 389 mil associados.

Prêmios

- Pelo segundo ano consecutivo, a Livraria Saraiva recebeu o ***Prêmio Alshop Visa***, um dos mais reconhecidos no varejo nacional. A Empresa foi a vencedora na categoria Artigos de Lazer e Entretenimento, pelo voto do consumidor.
- Pela loja virtual da Saraiva, a Livraria recebeu também, em cerimônia realizada pela empresa especializada em pesquisa e marketing on-line **e-bit**, o ***Troféu Diamante***, em reconhecimento à qualidade apresentada nos serviços de comércio eletrônico.

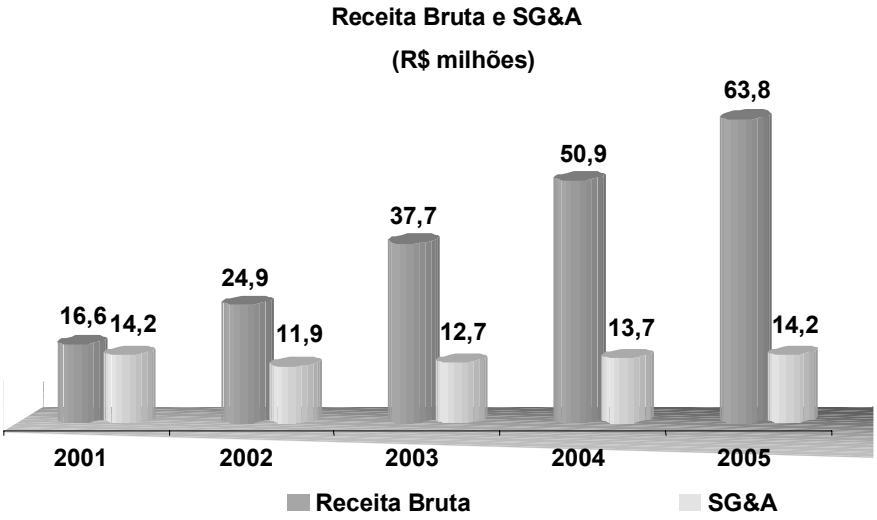
Saraiva.com – Divisão de varejo eletrônico

Os indicadores de desempenho continuam a registrar significativa evolução e geração de valor. Em 2005 os ganhos de escala foram intensificados. A análise dos últimos 5 anos comprova um aumento anual de 40,1% da receita, enquanto as despesas operacionais (SG&A) mantiveram-se praticamente constantes.

Indicadores	2005	2004	*Var.*
Receita Bruta (R$ mil)	63.826	50.907	*25,4%*
EBITDA (R$ mil)	8.535	2.678	*218,7%*
Clientes cadastrados (mil)	1.801	1.406	*28,1%*
% sobre Receita Bruta da Livraria	22,7%	19,4%	*16,7%*
Ticket Médio (R$)	81,03	73,42	*10,4%*

19.10 - RELATÓRIO DE DESEMPENHO

Controlada/Coligada : LIVRARIA E PAPELARIA SARAIVA S/A



Vale destacar ainda que a Administração da Companhia, visando aproveitar melhor o potencial de crescimento desse segmento, adotou um plano estratégico durante o 4T05, que reúne ações mais agressivas de marketing, novas opções nas condições comerciais de vendas, ampliação das categorias de produtos vendidos e intensificação das parcerias com os fornecedores. Os resultados evidenciam o acerto dessas medidas, conforme o quadro a seguir, que compara o crescimento em relação ao mesmo período do ano anterior:

Indicadores	9M05	4T05
Receita Bruta	20,4%	39,4%
Ticket Médio	6,5%	21,2%

20.00 - INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Segundo o IBGC, governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) transparência; (ii) eqüidade; (iii) prestação de contas (*accountability*); e (iv) responsabilidade corporativa.

Pelo princípio da transparência, entende-se que a administração deve cultivar o desejo de informar não só o desempenho econômico-financeiro da companhia, mas também todos os demais fatores (ainda que intangíveis) que norteiam a ação empresarial. Por eqüidade entende-se o tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, colaboradores, clientes, fornecedores ou credores. A *accountability*, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a quem os elegeu, com responsabilidade integral daqueles por todos os atos que praticarem. Por fim, responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com a incorporação de considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em seu Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, nós adotamos, dentre outras, as seguintes:

(i) as ações preferenciais conferem direito de voto aos seus detentores nos seguintes casos: (a) a transformação, incorporação, cisão e fusão envolvendo diretamente a Companhia; (b) aprovação de contratos entre a Companhia e seu Acionista Controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em nossa Assembléia Geral de acionistas; (c) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; (d) nomeação de empresa especializada para avaliação do valor econômico de ações de emissão da Companhia, para fins de oferta pública de aquisição de ações a ser realizada para o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, para a descontinuidade pela Companhia das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Nível 2 da BOVESPA, ou para a reorganização societária da qual a companhia resultante não seja classificada como detentora do padrão de governança corporativa Nível 2; e (e) alteração ou modificação de dispositivos no nosso Estatuto Social que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do Regulamento do Nível 2, ressalvado que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Adesão ao Nível 2;

(ii) manutenção e divulgação de registro contendo a quantidade de ações que cada sócio possui, identificando-os nominalmente;

(iii) contratação de empresa de auditoria independente para análise de seus balanços e demonstrativos financeiros;

(iv) obrigatoriedade na oferta de compra de ações que resulte em transferência do controle societário a todos os sócios e não apenas aos detentores do bloco de controle. Todos os acionistas devem ter a opção de vender suas ações nas mesmas condições. A transferência do controle deve ser feita a preço transparente. No caso de alienação da totalidade do bloco de controle, o adquirente deve dirigir oferta pública a todos os acionistas nas mesmas condições do controlador (t*ag-along*);

(v) previsão estatutária para instalação do Conselho Fiscal;

(vi) clara definição no Estatuto Social da forma de eleição, destituição e tempo de mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria;

(vii) não eleição de conselheiros suplentes;

(viii) transparência na divulgação pública do relatório anual da administração;

(ix) livre acesso às informações e instalações da companhia pelos membros do Conselho de Administração; e

(x) resolução de conflitos que possam surgir entre a Companhia, seus acionistas, seus administradores e membros do Conselho Fiscal, por meio de arbitragem.

A BOVESPA possui três níveis diferentes de práticas de governança corporativa, Nível 1, Nível 2, e Novo Mercado. Eles diferenciam-se pelo grau das exigências destas práticas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo o máximo de práticas de governança corporativa a serem adotadas pela sociedade. Em 06 de fevereiro de 2006, entraram em vigor mudanças realizadas pela BOVESPA nesses três segmentos.

Em 20 de março de 2006, celebramos Contrato de Adesão ao Nível 2 com a BOVESPA, visando a cumprir os requisitos necessários para nos tornarmos uma companhia listada no Nível 2, sendo que esse contrato passou a ter eficácia após a eleição de nossos membros do Conselho de Administração, que teve lugar em 06 de abril de 2006.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração de companhias autorizadas a terem suas ações negociadas no Nível 2 deve ser composto por no mínimo 5 membros, eleitos pela Assembléia Geral de acionistas, com mandato unificado de, no máximo, 2 anos, sendo permitida a reeleição. Segundo o Regulamento do Nível 2, que entrou em vigor em 06 de fevereiro de 2006, no mínimo, 20% dos membros do nosso Conselho de Administração deverão ser conselheiros independentes, sendo considerado como independente aquele que:

(i) não tiver qualquer vínculo conosco, exceto participação no capital,

(ii) não é acionista controlador (conforme definido no Regulamento do Nível 2), cônjuge ou parente até o 2º grau daquele, ou não é ou não foi, nos últimos 3 anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição),

(iii) não foi, nos últimos 3 anos, nosso empregado ou diretor, ou empregado ou diretor dos acionistas controladores ou de sociedade que controlamos,

(iv) não é fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de nossos serviços e/ou produtos, em magnitude que implique perda de independência,

(v) não é funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando nossos serviços e/ou produtos,

(vi) não é cônjuge ou parente até o segundo grau de algum de nossos administradores, ou

(vii) não recebe outra remuneração de nós, além da de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição).

De acordo com o nosso Estatuto Social, nosso Conselho de Administração deverá ter de 5 a 7 membros. Os conselheiros são eleitos em Assembléia Geral de acionistas para um mandato unificado de 1 ano, podendo ser reeleitos e destituídos a qualquer momento por nossos acionistas reunidos em Assembléia Geral de acionistas.

Todos os membros do Conselho de Administração e da Diretoria devem subscrever um Termo de Anuência dos Administradores, condicionando a posse nos respectivos cargos à assinatura desse documento, cuja cópia deve ser remetida imediatamente à BOVESPA. Por meio do Termo de Anuência dos Administradores, nossos administradores responsabilizam-se pessoalmente a agir em conformidade com o Contrato de Adesão ao Nível 2, com o Regulamento de Arbitragem e com o Regulamento do Nível 2.

Conselho Fiscal

Nosso Conselho Fiscal é um órgão independente da nossa administração e da nossa auditoria externa. Do mesmo modo que o Conselho de Administração, os membros do Conselho Fiscal, por meio do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal, responsabilizam-se pessoalmente a agir em conformidade com o Contrato de Adesão ao Nível 2, com o Regulamento de Arbitragem e com o Regulamento do Nível 2, condicionando a posse nos respectivos cargos à assinatura desse documento, cuja cópia deve ser imediatamente remetida à BOVESPA.

Nosso Conselho Fiscal é de funcionamento não permanente, mas pode ser instalado em qualquer exercício social caso haja requisição por parte de acionistas, nos termos da legislação vigente. Atualmente, nosso Conselho Fiscal não está instalado.

Percentual Mínimo de Ações em Circulação após Aumento de Capital

O Regulamento do Nível 2 determina que, na ocorrência de um aumento de capital que não tenha sido integralmente subscrito por quem tinha direito de preferência ou que não tenha contado com número suficiente de interessados na respectiva distribuição pública, a subscrição total ou parcial de tal aumento de capital pelo Acionista Controlador obrigá-lo-á a tomar as medidas necessárias para recompor o percentual mínimo de ações em circulação, dentro dos 6 meses subseqüentes à homologação da subscrição.

Alienação do Controle

Estipula o Regulamento do Nível 2 que a alienação do nosso controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente obrigue-se a efetivar oferta pública de aquisição das ações detidas por nossos outros acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Nível 2, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante, devendo ser entregue à BOVESPA declaração contendo o preço e demais condições da operação de alienação do nosso controle.

Essa oferta ainda será exigida (i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha resultar na alienação do nosso controle, e (ii) em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o poder de controle sobre nós, sendo que, nesse caso, o acionista controlador alienante ficará obrigado a declarar à BOVESPA o valor que tiver sido atribuído a nós nessa alienação e anexar documentação que comprove tal valor.

Nos termos do nosso Estatuto Social, o acionista controlador alienante não transferirá a propriedade de suas ações enquanto o comprador não subscrever o Termo de Anuência dos Controladores, que deverá ser submetido imediatamente à BOVESPA.

Aquisição de Controle por meio de Aquisições Sucessivas

Segundo o Regulamento do Nível 2, aquele que já detiver ações de uma companhia e que venha a adquirir o seu controle acionário, em razão de contrato particular de compra e venda de ações celebrado com os acionistas controladores, envolvendo qualquer quantidade de ações, deverá efetivar oferta pública no modelo acima referido, e ressarcir os acionistas de quem tenha comprado ações em bolsa nos 6 meses anteriores à data da alienação de controle, a quem deverá pagar a diferença entre o preço pago ao acionista controlador alienante e o valor pago em bolsa, por ações de nossa emissão nesse período, devidamente atualizado.

Negociações de Valores Mobiliários e seus Derivativos por Acionistas Controladores, Administradores e Membros do Conselho Fiscal

Nosso Acionista Controlador, nossos administradores e membros do nosso Conselho Fiscal devem comunicar à BOVESPA, logo após a aquisição do nosso controle ou a investidura no cargo, conforme o caso, a quantidade e as características dos valores mobiliários de nossa emissão de que sejam titulares, direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos.

Ainda segundo as regras do Regulamento do Nível 2, nosso Acionista Controlador está obrigado a divulgar à BOVESPA: (i) a quantidade e as características dos valores mobiliários de nossa emissão de que seja titular, direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos, e (ii) quaisquer negociações que vierem a ser efetuadas, relativas aos valores mobiliários e seus derivativos, em detalhe, informando-se, inclusive, o preço, no prazo de 10 dias após o término do mês em que se verificar a negociação.

Cancelamento de Registro da Companhia

Conforme as regras do Regulamento do Nível 2 e o nosso Estatuto Social, o cancelamento do registro de companhia aberta exigirá a elaboração de laudo de avaliação de suas ações pelo valor econômico, o qual deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada e satisfazendo os requisitos da lei.

Essa empresa especializada será escolhida em Assembléia Geral de acionistas, pela maioria dos votos dos acionistas representantes das ações em circulação presentes naquela assembléia, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% do total de ações em circulação, ou, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das ações em circulação, sendo que os custos serão suportados pelo ofertante.

20.00 - INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA CORPORATIVA

O valor econômico das ações, apontados no laudo de avaliação, será o preço mínimo a ser ofertado pelo acionista controlador ou por nós na oferta pública de aquisição de ações para o cancelamento do nosso registro de companhia aberta.

Quando for informada ao mercado a decisão de se proceder ao cancelamento de registro de companhia aberta, o ofertante deverá divulgar o valor máximo por ação ou lote de mil ações pelo qual formulará a oferta pública. A oferta pública ficará condicionada a que o valor apurado no laudo de avaliação não seja superior ao valor divulgado pelo ofertante.

Se o valor econômico das ações for superior ao valor informado pelo ofertante, a decisão de se proceder ao cancelamento do registro de companhia aberta ficará revogada, exceto se o ofertante concordar expressamente em formular a oferta pública pelo valor econômico

No demais, o procedimento para o cancelamento do registro de companhia aberta deve seguir os procedimentos e demais exigências estabelecidas pela legislação vigente, pelas normas editadas pela CVM e pelo Regulamento do Nível 2.

Saída do Nível 2

É permitido a nós descontinuar o exercício das práticas de governança corporativa Nível 2, desde que a saída seja aprovada em Assembléia Geral de acionistas e comunicada à BOVESPA por escrito com antecedência de 30 dias. A saída do Nível 2 não implica a perda da condição de companhia aberta registrada na BOVESPA.

Oferta pelo Acionista Controlador

Quando a saída da Companhia do Nível 2 ocorrer para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Nível 2, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos nossos demais acionistas, no mínimo, pelo respectivo valor econômico, a ser apurado na forma prevista na Seção X do Regulamento do Nível 2, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis. A notícia da realização da oferta pública deverá ser comunicada à BOVESPA e divulgada ao mercado imediatamente após a realização da nossa Assembléia Geral de acionistas que houver aprovado a referida saída.

Reorganização Societária

Caso a descontinuidade do Nível 2 venha a ocorrer em virtude de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não seja admitida para negociação no Nível 2, (i) nós, juntamente com nossos administradores e o nosso Acionista Controlador, deveremos observar as formalidades previstas na Seção XI do Regulamento do Nível 2; (ii) o nosso Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos nossos demais acionistas, no mínimo, pelo respectivo valor econômico das ações, a ser apurada na forma prevista na Seção X do Regulamento do Nível 2, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis. A notícia da realização da oferta pública deve ser comunicada à BOVESPA e divulgada ao mercado imediatamente após a realização da Assembléia Geral de acionistas que houver aprovado a referida reorganização.

20.00 - INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Obrigações na Saída

A descontinudade do Nível 2 não nos eximirá, nossos administradores e nosso Acionista Controlador de cumprir as obrigações e atender as exigências decorrentes do Contrato de Adesão ao Nível 2, da cláusula compromissória contida em nosso Estatuto Social, do Regulamento de Arbitragem e do Regulamento do Nível 2 que tenham origem em fatos anteriores à saída.

Alienação de Controle da Companhia após a Saída

A Alienação do nosso controle que ocorrer nos 12 meses subseqüentes à saída do Nível 2 obrigará nossos Acionistas Controladores alienantes e o comprador, conjunta e solidariamente, a oferecer aos demais acionistas a aquisição de suas ações pelo preço e nas condições obtidas pelos Acionistas Controladores alienantes na alienação de suas próprias ações, devidamente atualizado, observando-se as mesmas regras aplicáveis às alienações de controle previstas no Regulamento do Nível 2.

Vedação ao Retorno

Após a descontinuidade do Nível 2, os valores mobiliários da Companhia não poderão retornar a ser negociados no Nível 2 por um período mínimo de 2 anos contados da data em que tiver sido formalizado o desligamento, salvo se tivermos o nosso controle acionário alienado após a formalização de sua saída do Nível 2.

Política de Divulgação de Informações ao Mercado

Possuímos ainda, conforme a Instrução nº 358 da CVM, uma Política de Divulgação de Informações, que consiste na divulgação de informações relevantes e na manutenção de sigilo acerca destas informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público.

Informação relevante consiste em qualquer decisão de acionista controlador, deliberação de Assembléia Geral de acionistas ou dos órgãos de nossa administração, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos nossso negócios, que possa influir de modo ponderável (i) na cotação dos valores mobiliários; (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os valores mobiliários; ou (iii) na determinação de os investidores exercerem quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários.

É de responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores divulgar e comunicar à CVM e às bolsas de valores qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos nossos negócios que seja considerado informação relevante, bem como zelar pela ampla e imediata disseminação da informação relevante nas bolsas de valores e ao público em geral (através de anúncio publicado no jornal, etc.)

Arbitragem

Pelo Regulamento do Nível 2, nós, nosso Acionista Controlador, nossos administradores e os membros do nosso Conselho Fiscal devemos resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre nós, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, em nosso Estado Social, nas normas editadas pelo CMN, pelo BACEN

e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, Regulamento de Arbitragem e da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Adesão ao Nível 2.

Informações Periódicas

Demonstrações de Fluxos de Caixa

Estipula o Regulamento do Nível 2 que as demonstrações financeiras da Companhia e as demonstrações consolidadas a serem elaboradas ao término de cada trimestre e de cada exercício social, devem incluir as alterações ocorridas no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregadas em fluxos das operações, dos financiamentos e dos investimentos.

Segundo o Regulamento do Nível 2, devemos apresentar as demonstrações de Fluxos de caixa após 6 meses após a assinatura do Contrato de Adesão ao Nível 2.

Demonstrações Financeiras Elaboradas de Acordo com Padrões Internacionais

Dispõe o Regulamento do Nível 2 que após o encerramento de cada exercício social a Companhia deverá elaborar (i) demonstrações financeiras ou demonstrações consolidadas de acordo com os padrões internacionais US GAAP ou IFRS, as quais deverão ser divulgadas na íntegra, no idioma inglês. Devem ainda ser acompanhadas do relatório de administração, de notas explicativas, que informem inclusive o lucro líquido e o patrimônio líquido apurados ao final do exercício segundo os princípios contábeis brasileiros e a proposta de destinação do resultado, e do parecer dos auditores independentes; ou (ii) divulgar, no idioma inglês, a íntegra das demonstrações financeiras, relatório da administração e notas explicativas que demonstra a conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido apurados segundo os critérios contábeis brasileiros e segundo os padrões internacionais US GAAP ou IFRS, evidenciando as principais diferenças entre os critérios contábeis, e do parecer dos auditores independentes (registrados na CVM e com experiência comprovada no exame de demonstrações financeiras elaboradas de acordo com os padrões internacionais US GAAP ou IFRS).

De acordo com o Regulamento do Nível 2, a adoção destes critérios deve ocorrer a partir da divulgação das demonstrações financeiras referentes ao segundo exercício após a assinatura do Contrato de Adesão ao Nível 2.

Informações Trimestrais – ITR em Inglês ou Elaborada de Acordo com os Padrões Internacionais

Conforme essa regra, deveremos apresentar a íntegra das Informações Trimestrais – ITR traduzida para o idioma inglês ou, então, apresentar demonstrações financeiras ou demonstrações consolidadas de acordo com os padrões internacionais US GAAP ou IFRS.

Essa apresentação de Informações, a qual deverá ser acompanhada de parecer ou de relatório de revisão especial dos auditores independentes, deve ocorrer a partir da divulgação da primeira demonstração financeira elaborada de acordo com padrões internacionais.

Requisitos Adicionais para as Informações Trimestrais – ITR

O Regulamento do Nível 2 estipula algumas informações complementares que deverão conter no ITR. São elas: (i) apresentar o balanço patrimonial consolidado, a demonstração do resultado

consolidado e o comentário de desempenho consolidado, se estiver obrigada a apresentar demonstrações consolidadas ao final do exercício social; (ii) informar a posição acionária de todo aquele que detiver mais de 5% de cada espécie e classe de ações do nosso capital social, direta ou indiretamente, até o nível da pessoa física; (iii) informar de forma consolidada a quantidade e as características dos valores mobiliários de nossa emissão de que sejam titulares, direta ou indiretamente, os grupos de acionista controlador, administradores e membros do nosso Conselho Fiscal; (iv) informar a evolução da participação das pessoas mencionadas no item iii, em relação aos respectivos valores mobiliários, nos doze meses anteriores; (v) informar a quantidade de ações em circulação e sua porcentagem em relação ao total de ações emitidas; (vi) informar a existência e a vinculação à Cláusula Compromissória de arbitragem.

Requisitos adicionais para as Informações Anuais - IAN

São também requisitos do Nível 2 a inclusão dos itens (iii), (iv) e (vi) do tópico "Requisitos Adicionais para as Informações Trimestrais" nas nossas Informações Anuais no Quadro "Outras Informações que a Companhia entenda Relevantes".

Reunião Pública com Analistas

O Regulamento do Nível 2 estipula que, pelo menos uma vez ao ano, deveremos realizar reunião pública com analistas e quaisquer outros interessados, para divulgar informações quanto à sua respectiva situação econômico-financeira, projetos e perspectivas.

Calendário Anual

Fica estipulado pelo Regulamento do Nível 2 que as companhias e os administradores deverão enviar à BOVESPA e divulgar, até o fim de janeiro de cada ano, um calendário anual, informando sobre eventos corporativos programados, contendo informações sobre nós, o evento, data e hora de sua realização, a publicação e o envio do documento tratado no evento à BOVESPA.

Contratos com o mesmo grupo

Segundo o Regulamento do Nível 2, deveremos enviar à BOVESPA e divulgar informações de todo qualquer contrato celebrado entre nós, nossos controladores, administradores, e sociedades controladas e coligadas dos administradores e do nosso acionista controlador, assim como com outras sociedades que com qualquer dessas pessoas integre um mesmo grupo de fato ou direito, sempre que for atingido, num único contrato ou em contratos sucessivos, com ou sem o mesmo fim, em qualquer período de um ano, valor igual ou superior a R$ 200 mil, ou valor igual ou superior a 1% sobre o nosso patrimônio líquido, considerando o maior.

Essas informações divulgadas deverão discriminar o objeto do contrato, o prazo, o valor, as condições de rescisão ou de término e a eventual influência do contrato sobre a administração ou a condução dos nossos negócios.

Reapresentação Espontânea

01047-2 SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES 60.500.139/0001-26

20.01 - DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS

Assembléia Geral Ordinária de 06/04/2006 que elegeu os membros do Conselho de Administração, incluindo um Conselheiro Independente, de modo a dar atendimento às exigências do Regulamento do Nível 2.

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01047-2	SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES	60.500.139/0001-26

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS	1
01	04	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	2
01	05	REFERÊNCIA / AUDITOR	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	CONTROLE ACIONÁRIO / VALORES MOBILIÁRIOS	3
01	08	PUBLICAÇÕES DE DOCUMENTOS	3
01	09	JORNAIS ONDE A CIA DIVULGA INFORMAÇÕES	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02.01	01	COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA	4
02	02	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADM. E FISCAL) E	5
03	01	EVENTOS RELATIVOS A DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL	7
03	02	POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DE AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS	8
03	03	DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES	9
04	01	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	9
04	02	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS	10
04	03	BONIFICAÇÃO/DESDOBRAMENTO OU GRUPAMENTO DE AÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS	11
04	04	CAPITAL SOCIAL AUTORIZADO	12
04	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL ACIONÁRIO AUTORIZADO	12
05	01	AÇÕES EM TESOURARIA	13
06	01	PROVENTOS DISTRIBUÍDOS NOS 3 ÚLTIMOS ANOS	14
06	03	DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS DO CAPITAL SOCIAL	15
06	04	DIVIDENDO OBRIGATÓRIO	15
07	01	REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO	16
07	02	PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS	16
07	03	PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS	17
09	01	BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA	18
09	02	CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO	21
09	03	PERÍODOS DE SAZONALIDADE NOS NEGÓCIOS	28
10	01	PRODUTOS E SERVIÇOS OFERECIDOS	29
10	02	MATÉRIAS PRIMAS E FORNECEDORES	30
10	03	CLIENTES PRINCIPAIS POR PRODUTOS E/OU SERVIÇOS	31
11	01	PROCESSO DE PRODUÇÃO	32
11	02	PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO	33
11	03	POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO	46
12	01	PRINCIPAIS PATENTES, MARCAS COMERCIAIS E FRANQUIAS	55
13	01	PROPRIEDADES	57
14	03	OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA	58
14	05	PROJETOS DE INVESTIMENTO	76
15	01	PROBLEMAS AMBIENTAIS	77

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01047-2	SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES	60.500.139/0001-26

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
16	01	AÇÕES JUDICIAIS	78
17	01	OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS	79
18	01	ESTATUTO SOCIAL	80
		LIVRARIA E PAPELARIA SARAIVA S/A	
19	01	POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO	99
19	02	PEDIDOS EM CARTEIRA NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS	100
19	03	MATÉRIAS PRIMAS E FORNECEDORES	101
19	04	CLIENTES PRINCIPAIS POR PRODUTOS E/OU SERVIÇOS	102
19	05	OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS	103
19	06.01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	104
19	06.02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	105
19	07	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	106
19	08.01	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2005 A 31/12/2005	107
19	08.02	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2004 A 31/12/2004	108
19	08.03	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2003 A 31/12/2003	109
19	09	CARACTERÍSTICAS DO SETOR DE ATUAÇÃO	110
19	10	RELATÓRIO DE DESEMPENHO	112
20	00	INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA CORPORATIVA	118
20	01	DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS	126